

**Aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico do
'*Mare liberum*' – a fortificação de uma periferia: o caso da ilha
de Santa Maria (séculos XVI-XVIII)**

Tese de Doutoramento

Carlos Luís Marques Castanheira da Cruz

Doutoramento em
História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX



**Ponta Delgada
2019**

**Aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico do
'*Mare liberum*' – a fortificação de uma periferia: o caso da ilha
de Santa Maria (séculos XVI-XVIII)**

Tese de Doutoramento

Carlos Luís Marques Castanheira da Cruz

Orientadores:

Prof. Doutor Carlos Guilherme Riley

Prof.^a Doutora Isabel Soares Albergaria

**Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História Insular e
Atlântica (Séculos XV-XX)**



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E ARTES

Aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico do '*Mare liberum*' –
a fortificação de uma periferia: o caso da ilha de Santa Maria (séculos XVI-
XVIII)

“A atitude radical do ilhéu é chegar à porta de casa e interrogar o mar” (Vitorino Nemésio. *Corsário das ilhas*. 1956)

“Da minha Língua vê-se o mar” (Virgílio Ferreira. *A Voz do Mar*. 1991)

Dedicatória

À Sra. Luísa Maria Bettencourt Raposo

Agradecimentos

- Ten.-c.^{el}. Manuel Faria (Instituto Histórico da Ilha Terceira)
- Às equipas técnicas das seguintes instituições:
 - Banco de Dados sobre fortificações da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
 - Biblioteca da Universidade dos Açores
 - Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian
 - Biblioteca Municipal de Santa Maria
 - Biblioteca Pública e Arquivo Público Regional de Ponta Delgada
 - Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça
 - Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro
 - Câmara Municipal de Vila do Porto
 - Divisão de Património Móvel e Imaterial e Arqueológico / Direção Regional da Cultura
 - Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar / Direção de Infraestruturas do Exército
 - Museu de Angra do Heroísmo

Resumo

O presente estudo consiste numa abordagem aos aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico do “*Mare liberum*”, com ênfase num estudo de caso, a saber a fortificação da ilha açoriana de Santa Maria (séculos XVI-XVIII).

Como ponto de partida, analisamos de forma global os aspetos militares na obra do cronista quinhentista Gaspar Frutuoso, confrontando-os com outros autores e obras desde o período em tela até aos nossos dias, assim como procuramos compreender os exemplares de cartografia antiga que representam a ilha de Santa Maria, procurando reconstruir uma narrativa fundamentada da história da defesa militar da ilha.

Além de informações historiográficas e cartográficas, entendemos que, durante os anos da investigação ao solicitar o acesso e manusear os fundos documentais sobre a Ilha de Santa Maria, hoje já quase totalmente processados e tratados arquivisticamente, contribuímos para o seu conhecimento e divulgação, permitindo a outros investigadores abrir e desenvolver, ou aprofundar, outras linhas de trabalho sobre a ilha.

Pretendeu-se ainda inscrever a história da defesa militar da ilha num arco maior de defesa dos Açores, e de confronto das nações europeias no espaço de fronteira entre a Europa, a África e a América, constituído pelo arquipélago.

Palavras-chave:

Açores, Fronteira, Gaspar Frutuoso, História Atlântica, Ilha de Santa Maria, Macaronésia, Património construído, Periferia.

Abstract

The present study is an approach to the aspects of the military defence of the Azores in the Atlantic context of the “Mare liberum”, with emphasis on a case study, namely the fortification of the Azorean island of Santa Maria (16th-18th centuries).

As a starting point, we analyse in a global way the military aspects in the work of the sixteenth-century chronicler Gaspar Frutuoso, confronting them with other authors and works from the period on screen to our days, as well as seeking to understand the specimens of Ancient cartography representing the island of Santa Maria, seeking to reconstruct a reasoned narrative of the history of the island's military defence.

In addition to historiographic and cartographic information, we understand that during the years of research when requesting access and handling documentary funds on the island of Santa Maria, now almost fully processed and treated archivistically, we contributed to their knowledge and dissemination, allowing other researchers to open and develop, or deepen, other lines of work on the island.

It was also intended to inscribe the history of the military defence of the island in a greater arch of defence of the Azores, and the confrontation of the European nations in the border space between Europe, Africa and America, constituted by the archipelago.

Key-words:

Atlantic history, Azores, Frontier, Gaspar Frutuoso, Heritage built, Macaronesia, Periphery, Santa Maria Island.

Lista de Abreviaturas

AA – Arquivo dos Açores
AGS – Archivo General de Simancas
AHM – Arquivo Histórico Militar
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BIHIT – Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira
BNB – Biblioteca Nacional do Brasil
BNE – Biblioteca Nacional de Florença
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BPARJIG – Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça
BPARLSR – Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro
BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
CHAM – Centro de História de Além-Mar
CNCDP – Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DRC – Direcção Regional da Cultura
GEAEM/DIE – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar / Direcção de Infraestruturas do Exército
IAC – Instituto Açoriano de Cultura
IGC – Instituto Geográfico e Cadastral
IHIT – Instituto Histórico da Ilha Terceira
INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
MAH – Museu de Angra do Heroísmo
PMH – *Portugaliae Monumentae Historica*
RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UAc – Universidade dos Açores

Índice

Geral

Introdução	18
Capítulo I – O “Mar Oceano”: os Açores como região de fronteira	34
1.1. Gaspar Frutuoso: o cronista da Macaronésia	44
1.2. As Saudades da Terra	48
1.2.1. Aspetos de defesa militar	53
1.2.2. A defesa militar na ilha de São Miguel no século XVI (Livro IV)	58
1.2.3. A defesa militar nas ilhas Terceira, Faial, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo no século XVI (Livro VI)	66
Capítulo II – A internacionalização dos conflitos no Atlântico e a evolução da defesa	80
2.1. “ <i>Mare clausum</i> ” versus “ <i>Mare liberum</i> ”	84
2.2. O Corso e a Pirataria	90
2.3. Aspetos da defesa militar dos Açores	96
Capítulo III – A defesa militar de uma periferia: o caso particular de Santa Maria	136
3.1. A geografia da ilha no quadro arquipelágico	137
3.2. A evolução das manchas de povoamento	145
3.4. As ameaças e a defesa militar	159
3.4. A arquitetura e os materiais construtivos empregados	192
3.5. O estado atual das fortificações marienses	196
3.6. Para uma história das fortificações de Santa Maria	200
Conclusões	272
Bibliografia	280
Fundos arquivísticos	280
Fontes documentais	284
Obras Gerais	293
Apêndices	346
Apêndice I – Projeção cartográfica das fortificações de Santa Maria	347
Anexos	348
Anexo I – Os primeiros capitães donatários de Santa Maria	349
Anexo II – O assalto francês ao Funchal (Outubro de 1566)	350

Anexo III – Piratas e Corsários: uma cronologia dos ataques a Santa Maria	357
1474-1480 (1.º assalto)	357
1474-1480 (2.º assalto)	358
1553	359
1576 (5 de agosto)	359
1582 (28 de outubro)	382
1589 (2 de novembro)	384
1599 (2 de julho)	389
1616 (junho)	396
1617	401
1654	402
1675 (1 de setembro)	402
Anexo IV – O ataque de 2 de julho de 1599 a Santa Maria	406
Anexo V – Fortificações nos Açores existentes em 1710	409
Anexo VI – Relação de militares e artilharia que existiam na ilha de Santa Maria no início do século XVIII	414
Anexo VII – Mappa do que percizão os Castellos desta Ilha de Santa Maria como oficialmente me tem informado os Capitães e Alferes das diferentes Comp. ^{as} (1817)	415
Anexo VIII – Estado da defesa da ilha em 1819	416
Anexo IX – Relação dos calibres das peças que há nesta ilha de Santa Maria	419
Anexo X – Relatório sobre o estado das fortificações de Santa Maria (1846)	420
Anexo XI – As fortalezas das ilhas dos Açores	423
Anexo XII – Reconhecimento das Fortificações Açorianas (1710-1825)	433

Ilustrações

Figura 1 - Carta-portulano, Gabriel de Vallseca (1439)	20
Figura 2 - “AÇORES INSULAE”, Luís Teixeira (1584)	21
Figura 3 – “AÇORES INSULAE”, Luís Teixeira (1584)	21
Figura 4 - “INSULAE AÇORES”, Luís Teixeira (1584)	22
Figura 5 - Monumento em homenagem a Gaspar Frutuoso, Ribeira Grande	47
Figura 6 – “ <i>Le Brésil</i> ” (1579)	83
Figura 7 - Representação do Atlântico Norte mostrando a “ <i>volta da Guiné</i> ” e a “ <i>volta</i> ”	88

da Mina”

Figura 8 - Distribuição das principais fortificações associadas a Filipe II de Espanha (1554-1598) no mundo	89
Figura 9 - Vista de Santiago (Cabo Verde).	122
Figura 10 - Batalha Naval de Vila Franca (1582)	127
Figura 11 - Execução dos prisioneiros franceses capturados na Batalha de Vila Franca (1582)	128
Figura 12 - Ilhas de São Miguel e de Santa Maria. In Manuscrito Valentim Fernandes (1507).	146
Figura 13 - “Ilhas dos Açores”. In Benedetto Bordone (1460–1531)	146
Figura 14 - Ilha de Santa Maria, s.l., s.d. [a. 1570]	149
Figura 15 – “ <i>DESCRIPCAM DA ILHA DE SANTA MARIA</i> ”, Luís Teixeira (1587)	150
Figura 16 -Planta de Monsaraz, Portugal	154
Figura 17 - Planta da Zona Antiga de Vila do Porto	155
Figura 18 - Ilha de Santa Maria [a. 1570]	167
Figura 19 - Solar de João Falcão de Sousa	180
Figura 20 - Solar de João Falcão de Sousa	180
Figura 21 - Solar de João Falcão de Sousa	181
Figura 22 - Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo	188
Figura 23 - PORTUGAL, Serviço Cartográfico do Exército (1968)	196
Figura 24 - Planta do Forte de S. Braz, na Ilha de Santa Maria (1857)	204
Figura 25 - Villa do Porto da ilha de S.ta Maria / Castello de S. Braz (1864)	205
Figura 26 - Planta do Forte de S. Braz na Villa do Porto – Ilha de S.ta Maria (1895)	206
Figura 27 - Planta do Forte de S. Braz na Vila do Porto / Ilha de Santa Maria (1895)	206
Figura 28 – “Egreja de Nossa Senhora da Conceição da Rocha e Casa do Castello” (1903)	207
Figura 29 - Ilha de Santa Maria - Forte de S. Braz na Villa do Porto (1904)	207
Figura 30 - Forte de S. Braz / Ilha de S.ta Maria (est. 1904)	208
Figura 31 - Naufrágio do navio-tanque “Velma” na ponta do Marvão (fev. 1961)	210
Figura 32 - Panorâmica do terraplano do Forte de São Brás (2013)	211
Figura 33 - Vila do Porto, Ilha de Santa Maria - vista do Cais da Alfândega (1908)	214

Figura 34- “Ilha de Santa Maria – Caes da Alfândega” (1908)	215
Figura 35 - Ilha de S.ta Maria / Forte da Ponta do Marvão (1864)	218
Figura 36 - Forte da Ponta do Marvao (séc. XVIII?)	219
Figura 37 - Forte de Marvão na Ilha de S.ta Maria (1895)	220
Figura 38 - Forte de Marvão na Ilha de S.ta Maria (1895)	220
Figura 39 - Ponta do Marvão, ilha de Santa Maria (2013)	221
Figura 40 – Forte da Ponta do Marvão (2013)	221
Figura 41 - Forte do Figueiral (2014)	225
Figura 42 - Forte da Prainha (2007)	228
Figura 43 - Planta do Forte de S. João Baptista, na Ilha de Santa Maria (1857)	238
Figura 44 - Lugar da Praia na Ilha de S.ta Maria / Forte de S. João Baptista (1864)	238
Figura 45 - Planta do Castello da Praia (denominado de S. João Baptista) na Ilha de Santa Maria (1895)	239
Figura 46 - Planta do Castello da Praia (denominado de S. João Baptista) na Ilha de Santa Maria (1895)	239
Figura 47 - Ilha de S.ta Maria / Forte de S. João Baptista na Ponta de S.to Amaro [início do séc. XX]	240
Figura 48 - “PREDIO MILITAR N.º 15 / Forte de São João Baptista”	241
Figura 49 - Forte de São João Baptista (2011)	245
Figura 50 - Forte da Maia (2008)	251
Figura 51 - Forte da baía de São Lourenço (2008)	254
Figura 52 - Forte nos Anjos na Ilha de S.ta Maria (1895)	258
Figura 53 - Forte nos Anjos na Ilha de S.ta Maria (1895)	259
Figura 54 - “ <i>What now remains of Anjos Fort</i> ” (1917)	259
Figura 55 - Forte de Nossa Senhora dos Anjos (2010)	260
Figura 56 - Bateria da Laje da Peça (2011)	266
Figura 57 - Forte do Cabrestante (2012)	269
Figura 58 - “ <i>Santa Maria (Îles Açores)</i> ” (1843)	270
Figura 59 - “ <i>Villa do Porto Bay / [Santa Maria]</i> ” (detalhe) (1869)	271
Figura 60 - Farol da Ponta do Malmerendo (2013)	271
Figura 61 - Ataque de Van de Does à cidade de Las Palmas de Gran Canaria (1599)	391
Figura 62 - Ataque de Van de Does à cidade de Las Palmas de Gran Canaria (1599)	392
Figura 63 – “Conquista da ilha de Santa Maria nos Açores pelo capitão Gerrit Jansen	406

Cater, 2 de julho de 1599”

Introdução

“Um Homem pode fazer todas as coisas, se o desejar.” Leon Battista Alberti (1404–1472)

“Toda a História é História Contemporânea.”
Benedetto Croce (1866-1956)

O presente trabalho, especialmente elaborado para obtenção do grau de Doutor em *História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX)*, apresentado à Universidade dos Açores (UAc), desenvolve *“Aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico do ‘Mare liberum’ – a fortificação de uma periferia: o caso da ilha de Santa Maria (séculos XVI-XVIII)”*.

Constituindo-se a defesa militar do arquipélago num quadro Atlântico uma perspetiva até ao presente pouco explorada em termos de história comparada, pretendeu-se analisar um caso particular: o da fortificação da ilha de Santa Maria, prosseguindo e aprofundando estudos já publicados, de forma esparsa, acerca das fortificações açorianas.

Em nossos dias, com a emergência da atividade turística com cada vez maior peso na economia nacional e regional, as questões relacionadas com o património material e imaterial revestem-se de importância crescente. As primeiras chamadas de atenção para a necessidade de conservação do património fortificado dos Açores datam do Primeiro Congresso Açoriano, que teve lugar em 1938¹. Num passado mais recente, José Agostinho², Manuel Coelho Baptista de Lima³, Alberto Vieira⁴, José Carlos M. Cymbron⁵, e Manuel Augusto Faria,⁶ têm alertado que o que nos restou de património histórico-militar edificado encontra-se em variados graus de risco, a maioria sem classificação ou proteção legal. Em 2002 teve lugar, nas cidades de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, a Semana de Estudos *“Arquitectura Militar: do conhecimento histórico à sua função*

¹ AA.VV. (1995b). *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*. O Castelo de São João Baptista em Angra do Heroísmo (p. 176) e o Castelo de Santa Cruz, na Horta (pp. 177-178).

² AGOSTINHO, 1943.

³ LIMA, 1982.

⁴ VIEIRA, 1987a.

⁵ CYMBRON, 1991.

⁶ Como por exemplo no artigo “Do Castelinho à Boa Nova: Ronda dos Fortes”. In Revista *Diário Insular*, 14 de fevereiro de 2010. A preocupação e os alertas, entretanto, são mais antigos, conforme LIMA, 1989.

actual”, promovida pelo Instituto Açoriano de Cultura⁷, onde a temática foi debatida por investigadores como António José Telo, Avelino Meneses, Carlos Guilherme Riley, Rafael Moreira, Rui Carita, apenas para citar alguns nomes. Mais recentemente destacam-se ainda os trabalhos de Sérgio Rezendes na imprensa⁸, e do Tenente-coronel José Manuel Salgado Martins⁹.

Ao longo deste trabalho tivemos oportunidade de comparar essa informação, textual, com a informação iconográfica, tarefa onde temos colhido bons frutos.

Entre as primeiras representações das ilhas açorianas destacam-se a carta-portulano do cartógrafo maiorquino Gabriel de Vallseca confeccionada em 1439, que refere a descoberta do arquipélago¹⁰, e os mapas constantes do *Manuscrito Valentim Fernandes* (1507), que tendo sido mandados copiar pelo bibliófilo Ernesto do Canto (1831–1900), encontram-se publicados no *Arquivo dos Açores*, em seu volume I (1878)¹¹. A respeito da carta de Vallseca. RILEY (1997) chama a atenção, pertinentemente, para o facto de que, no mesmo ano de sua publicação, Afonso V de Portugal (1438-1477) autorizava o Infante D. Henrique, seu tio, a povoar essas ilhas onde, entretanto, se mandara lançar ovelhas¹².

⁷ AA.VV. (2005). *Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos: Arquitectura Militar: do conhecimento histórico à sua função actual* (Ponta Delgada; Angra do Heroísmo, 2002). Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

⁸ REZENDES, 2009; REZENDES, 2010; REZENDES, 2013 (a, b).

⁹ MARTINS, 2013.

¹⁰ Atualmente depositado no *Museo Marítimo de Barcelona*. Esta carta reveste-se de interesse para a História dos Açores, uma vez que nela se encontram representadas as ilhas do arquipélago com algum rigor, e porque em sua legenda se regista: “*Aquestes isles foram trobades p diego de ??? pelot del rey de portugal an lay MCCCCXXII*” (Estas ilhas foram encontradas por Diego de ??? piloto do rei de Portugal no ano de 14??). O sobrenome do piloto foi coberto por tinta derramada acidentalmente sobre o mapa no século XIX, e a data apresenta dificuldade de leitura, sendo interpretada como MCCCCXXVII (1427) ou MCCCCXXXII (1432). Entre os apoiantes da primeira data, destacam-se os historiadores Gonçal de Reparaz i Ruiz (década de 1930), Antoni Rubió i Lluch, António Ferreira de Serpa (1865-1939) e Jordão de Freitas. A leitura mais antiga que se conhece desta carta remonta a 1789, por um maiorquino de nome Pasqual, que leu o sobrenome como “Guullen”. De acordo com o estudo clássico que dela fez Damião Peres em 1943, este “Diego” seria Diogo de Silves, marinheiro a serviço do Infante D. Henrique, no ano de 1427. Sobre o assunto ver: PERES, Damião (1960). *História dos Descobrimentos Portugueses* (2.^a ed.). Porto, Portucalense Editora. Acerca das questões envolvendo a descoberta dos Açores, ver: MENESES, Manuel (1949). Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 1-226.

¹¹ No âmbito do projecto de digitalização de manuscritos da *Bayerische Staatsbibliothek* de Munique está disponível on-line a obra *Descriptio Africae – BSB Cod. hisp. 27*, mais conhecida pelo nome de *Manuscrito de Valentim Fernandes*. Valentim Fernandes, “alemão”, um dos grandes impressores do século XVI, terá enviado a Konrad Peutinger vários relatos sobre viagens de navegação dos portugueses durante o século XV, cópias de diários de bordo e mesmo da *História de Guiné*, de Zurara. O códice só foi descoberto no século XIX e foi publicado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1940, editado por Joaquim Bensaude.

¹² RILEY, Carlos Guilherme (1997). Ilhas Atlânticas e costa Africana. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa - A Formação do Império (1415-1570)*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 150. Ver ainda: ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, f. 14. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, p. 5. Acerca do processo de expansão nesse reinado, ver ainda: MENESES, Avelino de Freitas de (1986). Rumos da expansão quinhentista: D. Afonso V e D. João II. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, pp. 5-35 [mapas]



Figura 1 - Carta-portulano, Gabriel de Vallseca (1439). Acervo: *Museo Marítimo*, Barcelona.

Mais conhecido é o mapa “*AÇORES INSULAE*”, de autoria de Luís Teixeira, integrante do “*Theatrum Orbis Terrarum*” de Abraham Ortelius, impresso em Antuérpia por Christophe Platin (1570), e ampliado e reimpresso até 1612. A Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) dispõe de um exemplar da edição de 1672 em depósito no *Fundo Ernesto do Canto*.



Figura 2 - “AÇORES INSULAE”, mapa, gravura, Luís Teixeira, 1584, escala [ca 1:1800000], 332 x 474 mm em folha de 425 x 549 mm. Acervo: Biblioteca Nacional (Portugal). Cota do exemplar digitalizado: cc-1805-a. A cartela informa, em latim: “*Açores insulae: Has insulas perlustravit summàque diligentia accuratissimè descripsit et delineauit Ludovicus Teisera Lusitanus, Regiæ Maiestatis cosmographus. ANNO A CHRISTO NATO, M.D.LXXXIII*” (“Estas ilhas foram percorridas com a maior diligência, e com todo o cuidado as descreveu o português Luís Teixeira, cosmógrafo da Majestade Real. Ano do nascimento de Cristo de 1584.” Declara que a longitude se centra no meridiano de Toledo. É o 14.º mapa do “*Theatrum Orbis Terrarum*” de Abraham Ortelius, impresso em Antuérpia por Christophe Platin. Este mesmo mapa faz parte do “*Atlas Universal de Blaeu*”, impresso em Amesterdão em 1667 (em francês) e em 1672 (em castelhano).

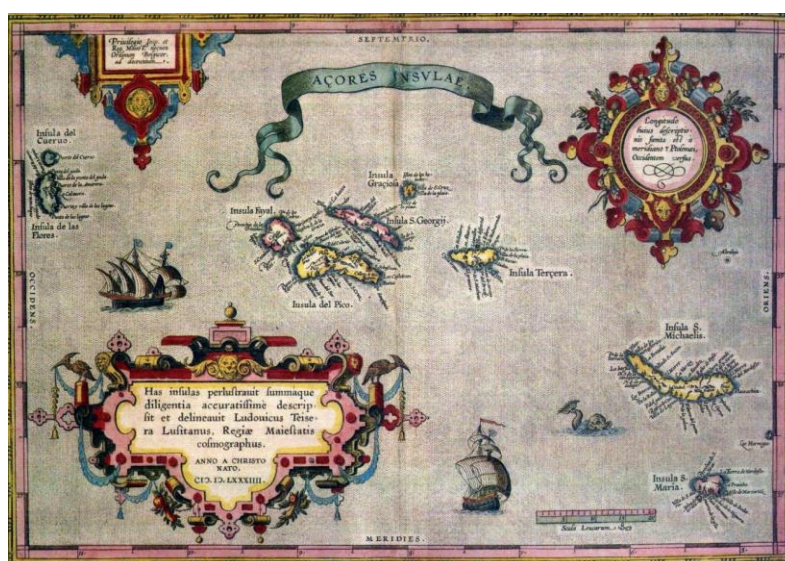


Figura 3 – “AÇORES INSULAE”, mapa, gravura, color., Luís Teixeira, 1584.

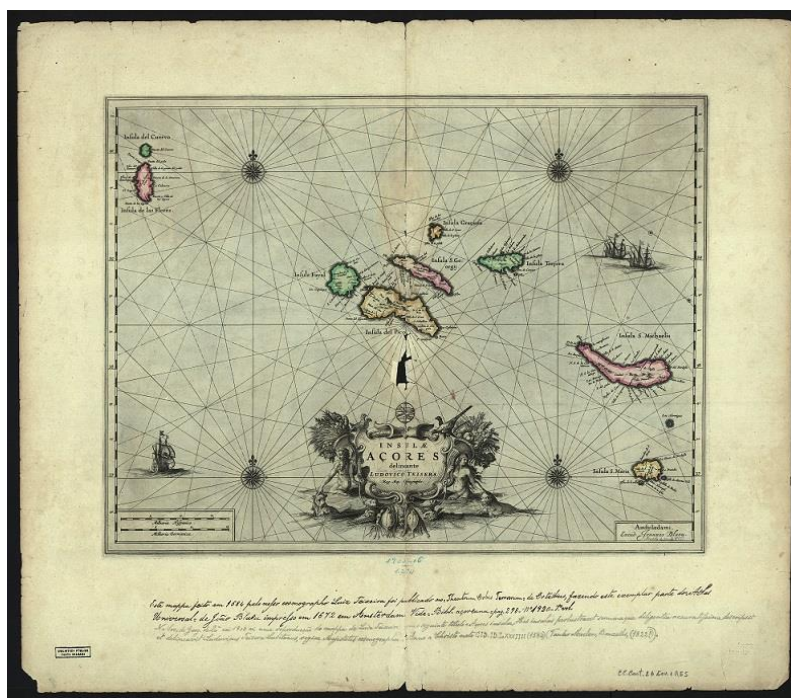


Figura 4 - “INSULAE AÇORES”, mapa, gravura, col, Luís Teixeira, 1584. In *Atlas Universal de Blaeu*, Amsterdão, 1672 (em castelhano). A cartela no canto inferior direito regista:

“Amstelaedami: excud. Joannes Blaeu”

Do mesmo autor, existe ainda um grupo de seis cartas das ilhas dos Açores, atualmente no acervo da *Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze*¹³, de que a BPARPD dispõe de cópia, e a BPARLSR, de cópia digitalizada.

A essa cartografia, soma-se um outro conjunto, de dez mapas dos Açores e da Madeira (a. 1570), coligidos no século XVIII no chamado “*Atlas factício de Diogo Machado*”¹⁴, atualmente no acervo da *Biblioteca Nacional do Brasil*, menos conhecidos do público açoriano em geral. Recorde-se que as obras que constituíram o acervo inicial daquela instituição foram transportadas para o Rio de Janeiro quando da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1807¹⁵. Recentemente, CARITA (2019) aventa a

¹³ Nomeadamente a carta “DESCRIPCAM DA ILHA DE SANTA MARIA”, 1597. Acerca dessa coleção de cartas das ilhas dos Açores ver ainda GREGÓRIO (2014).

¹⁴ Constituído por documentos de diversas origens (por essa razão chamado de “factício”) encadernados no volume *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever*. Estas dez cartas encontram-se referidas como *Atlas das Ilhas dos Açores e Madeira* por Armando Cortesão no *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960). São elas: *Ilha de Santa Maria*, *Ilha Terceira*, *Corographia de toda a ilha de S. Iorje*, *Ilha Graciosa*, *A ilha do Pico*, *Ilha do Fayal*, *Ilhéu de Vila Franca do Campo* e *Fortaleza que se faz na ilha de São Miguel, na cidade de Pontadelgada* (Açores); *Cidade do Fumchal* [sic], e *Cosmographia de toda a Ilha da Madeira* (Madeira).

¹⁵ Sobre o assunto, veja-se: SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques da; AZEVEDO, Paulo Cesar de (2002) – *A longa viagem da biblioteca dos reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

possibilidade das cartas referentes aos Açores, nesse Atlas, se devam à visita de Pompeo Arditti e Tommaso Benedetto datando-as entre 1567 e 1570¹⁶.

Embora disponhamos de breves descrições da ilha de Santa Maria nos séculos XV e XVI¹⁷, para os fins propostos para esta investigação impôs-se-nos a questão de, se a primeira crónica açoriana, na pena do padre micaelense Dr. Gaspar Frutuoso, utilizada para iluminar uma plêiade de temas para o arquipélago em fins do século XVI¹⁸, também nos serviria de guia para assuntos militares, nomeadamente os de defesa e fortificação. Ao alargar esse recorte temporal para os séculos XVII e XVIII, impôs-se ainda investigar as obras de outros cronistas açorianos, como por exemplo Frei Diogo das Chagas (O.F.M.) (1584-1661), tanto no *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (c. 1646 - c. 1654)¹⁹, quanto na *Relação do que aconteceu na Cidade de Angra da ilha Terceira, depois da feliz aclamação d'el rei D. João IV, que Deus guarde, na restauração do Castelo de S. João Baptista do Monte Brasil, até se embarcarem os castelhanos que o ocupavam (...)*²⁰, no contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668)²¹; Frei Agostinho de Monte Alverne (O.F.M.) (1629-1726), *Crónicas de Província de S. João Evangelista* (ms. até 1695)²²; o padre Manuel Luís Maldonado (S.J.) (1644-1711) com a *Fenix Angrence* (1683-1711)²³ e, finalmente, o padre António Cordeiro (S.J.) (1641-1722) com a *Historia Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental*²⁴. Neste último é evidente a preocupação em divulgar uma história das ilhas, sendo por essa razão a primeira a merecer uma edição, conservando-se as demais manuscritas, algumas com excertos publicados no *Arquivo dos Açores* em finais do século XIX.

¹⁶ CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 217-218.

¹⁷ Nomeadamente os textos de Diogo de Sintra, Valentim Fernandes e Pompeo Arditti, publicados na *Insulana*, em Ponta Delgada, na passagem de década de 1940 para a de 1950, e o *Diário de Navegação* de Cristóvão Colombo.

¹⁸ Embora não esteja datado, o manuscrito terá sido revisado até próximo à morte do autor (1591). A sua publicação, entretanto, só foi iniciada em 1873.

¹⁹ Edição em 1989 por Artur Teodoro de Matos.

²⁰ CHAGAS, Diogo das. *Relação do que aconteceu na Cidade de Angra da ilha Terceira, depois da feliz aclamação d'el-rei D. João IV, que Deus guarde, na restauração do Castello de S. João Baptista do Monte Brasil, até se embarcarem os castelhanos que o occupavam....* In TORRES, José de (1855). *Panorama*, XV. Ver também *Arquivo dos Açores*, vol. X, 1888.

²¹ Publicado originalmente por José de Torres in *Panorama*, vol XV (1885) e republicado no *Arquivo dos Açores*, vol. X, 1888.

²² Edição em 1960-1962 (3 vols.), por Bernardo de Oliveira Rodrigues.

²³ Edição em 1989-1990 (2 vols.), por Helder Lima.

²⁴ 1.^a edição em Lisboa, 1717. Para uma biografia do autor veja-se, entre outros, SILVA, Inocêncio F. da (1973). *Diccionario Bibliográfico Português*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, tomo I, p. 114.

No século XIX, nomeadamente com o advento do Liberalismo, renovam-se os estudos sobre os Açores, destacando-se a *Corografia Açórica* (1822), de João Soares de Albergaria de Sousa (1776-1875). O último quartel do século é marcado por vastas recolhas de textos e documentos, como por exemplo as *Variedades Açorianas*, de José de Torres (1827-1874)²⁵, as do *Arquivo dos Açores*, por Ernesto do Canto, a partir de 1878²⁶, e as “*Escavações*”, de Francisco Maria Supico (1830-1911)²⁷.

De uma forma geral, a pesquisa histórica para a ilha de Santa Maria é dificultada pela ausência de fontes documentais, nomeadamente para os séculos XVII e XVIII, perdidas devido a fatores históricos, ambientais, ou mesmo destruição deliberada. O que subsiste encontra-se esparso em arquivos fora da ilha, no arquipélago, no país e no

²⁵ De que Ernesto do Canto elaborou o primeiro índice (CANTO, Ernesto do (s.d.). *Índice das ‘Variedades Açorianas’ (redigidas por José Torres)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Universidade dos Açores). Sobre a matéria, ver ainda: AMARAL, Maria Regina A. de Carvalho; FREITAS, Maria Antónia P. Coelho de (Elab.) (1992). *Índice das ‘Variedades Açorianas’ (coligadas por José Torres)*. S.l. [Ponta Delgada], Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Educação e Cultura. [Coleção Fontes para a História dos Açores]

²⁶ O *Arquivo dos Açores* (na grafia original *Archivo dos Açores*) é uma obra originalmente em 15 volumes, publicada em Ponta Delgada de maio de 1878 a 1959.

É composta por uma exaustiva coletânea de documentos e estudos relativos à História dos Açores, junto a fundos micalenses e no Arquivo Nacional / Torre do Tombo, selecionados e publicados por iniciativa do político e bibliófilo Ernesto do Canto (1831-1900).

A publicação, que veio à luz em volumes organizados sob a forma de um periódico, é hoje uma obra de referência na historiografia açoriana. Nela foram reunidos, ainda que de forma avulsa, os documentos mais importantes sobre os Açores, recolhidos nos arquivos açorianos, na Torre do Tombo e noutros.

Em torno do projeto de Ernesto do Canto congregaram-se diversos intelectuais e investigadores da época, incluindo nomes ilustres da cultura açoriana como Jacinto Inácio de Brito Rebelo (1830-1920), José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913), José de Arriaga (1848-1921), Francisco Afonso Chaves (1857-1926) e Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1950), entre outros.

Até 1888 Ernesto do Canto subvencionou pessoalmente a edição dos 10 primeiros volumes, sendo a publicação dos restantes da responsabilidade do coronel Afonso Chaves e de João Bernardo de Oliveira Rodrigues. Após a morte de Ernesto do Canto (1900), foram editados:

- 1920 - Vol. XIII, em memória de Ernesto do Canto, numa edição financiada por Aires Jácome Correia, 1.º marquês de Jácome Correia;
- 1927 - Vol. XIV, no âmbito das “*Comemorações do Quarto Centenário do Nascimento de Gaspar Frutuoso*”; e
- 1959 - Vol. XV, uma colectânea de documentos e notícias referentes à ilha de Santa Maria, organizada pelo Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda e mandada publicar pela Câmara Municipal de Vila do Porto em sessão de 28 de fevereiro de 1958.

O conjunto da obra foi republicado por iniciativa da Universidade dos Açores (UAc). De 1980 a 1986 reeditou-se a primeira série, composta por quinze volumes, em versão fac-similada das edições originais.

Em um projeto do Centro Gaspar Frutuoso (Universidade dos Açores) e do Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa), foi publicada uma segunda série, que conta com cinco volumes, publicados em 1999, 2001, 2005, 2008 e 2012.

²⁷ As *Escavações* constituíam-se numa rubrica, publicada entre 1895 e 1911 pelo jornalista Francisco Maria Supico nas páginas do semanário *A Persuasão*. Em termos historiográficos, constitui-se em obra de importância fundamental para a investigação sobre a ilha de São Miguel e dos Açores no século XIX. Foi coligida e publicada, com a mesma designação, em 3 volumes, em 1995, pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada. Para melhor entender a obra e seu autor ver: RILEY, Carlos Guilherme (2001). Na botica da História. In SOUSA, J. M. M. de. *Índices das “Escavações” de Francisco Maria Supico*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 4: XIII-XXV.

exterior. Tornou-se imperativo aceder e investigar os fundos sobre a ilha de Santa Maria atualmente depositados na BPARPD, e outros, até aquele momento pouco explorados na historiografia açoriana, nomeadamente:

- **Fundo Manuel Monteiro Velho Arruda**, médico, genealogista e investigador histórico – onde se destacam Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto e outros documentos sobre a defesa, em sua maior parte já publicados no *Arquivo dos Açores*, em seu volume XV (1959) ²⁸.
- **Fundo José António Baptista Velho Arruda**, descendente do anterior e presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto na década de 1950, que recolheu e protegeu documentação dispersa acerca da história da Ilha de Santa Maria. Tendo legado em testamento essa documentação à BPARPD, a mesma nela foi depositada em fins de 2011. Entre a documentação original, encontram-se diversos documentos sobre assuntos militares ²⁹.
- **Fundo Gago da Câmara de Sousa** – constituído por documentação essencialmente de cariz patrimonial, adquirido a Branca Gago da Câmara Leandres de Sousa em dezembro de 2000. Ainda não se encontra totalmente inventariado e cotado ³⁰.
- **Fundo Ernesto do Canto** – constituído por “os livros compreendendo impressos e manuscritos, os livros que comprei em leilão pertencentes à Alfândega de Ponta Delgada, as coleções de jornais açorianos, os meus cadernos de extractos, os volumes de genealogias do Doutor Gaspar Frutuoso, do Padre Manuel Luis Maldonado, etc. e bem assim muitos cadernos de extractos dos registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos”, legados em testamento à BPARPD, estipulando que “*todos estes livros se conservem juntos, e separados dos que formam o fundo da Biblioteca*”.³¹

²⁸ Manuel Monteiro Velho Arruda. BPARPD, Código de Referência: PT/BPARPD/PSS/MMVA.

²⁹ José António Baptista Velho Arruda. BPARPD, Código de Referência: PT/BPARPD/PSS/JABVA.

³⁰ Arquivo Gago da Câmara de Sousa. BPARPD, Código de Referência: PT/BPARPD/FAM/AGCS.

³¹ Acervo: Ernesto do Canto (1831–1900). In Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

Adicionalmente, na mesma instituição, no “*Fundo Ernesto do Canto*” encontra-se depositado um volume de testamentos de Santa Maria do século XVI, e no “Fundo José de Torres”, diversos relatórios militares sobre a ilha datados do século XIX.

Outros fundos documentais com interesse para a História de Santa Maria que identificamos e procuramos conhecer foram:

- **Fundo José Agostinho** – Depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro pela família em setembro de 1978. É composto por documentos pessoais, textos (publicados e estudos), desenhos, mapas e fotografias³².
- **Fundo Manuel Coelho Baptista de Lima**³³ – Depositado no Museu de Angra do Heroísmo, constitui um espólio variado pertencente ao colecionador que exerceu o cargo de diretor da instituição durante mais de três décadas. Tivemos oportunidade de consultar os documentos no tocante a fortificações, onde se encontram imagens, textos (publicados e inéditos), plantas, projetos, etc. O fundo ainda não se encontra inventariado e nem disponível ao público.
- **Fundo Luís de Figueiredo Corte-Real** – Depositado no *Ferreira-Mendes Portuguese-American Archives*, é constituído pela biblioteca e arquivo de Miguel de Figueiredo Corte-Real. O fundo foi assim denominado em homenagem ao pai do doador. Com mais de 2000 volumes, considerada por alguns estudiosos como a melhor coleção privada de temática açoriana fora do Açores, hoje integra a coleção geral da Biblioteca Claire T. Carney na *University of Massachusetts - Dartmouth*. Compreende obras raras, livros de ficção de autores açorianos, volumes sobre a história dos Açores (em geral, e

³² BELÉM, Vanda (1988). Inventário do Fundo José Agostinho. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, pp. 5-40. José Agostinho (1888-1978) foi um militar de carreira, que se distinguiu como meteorologista e naturalista. Ao longo de sua vida publicou centenas de artigos e realizou cerca de uma centena e meia de palestras radiofônicas sobre meteorologia, sismologia e biologia dos Açores. Na sua carreira militar atingiu o posto de tenente-coronel, tendo sido concedorado com a Cruz de Guerra de 1.^a Classe e com o grau de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Ver também: Agostinho, José, In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=931>

³³ Manuel Coelho Baptista de Lima (1920—1996) foi um intelectual e político açoriano. Entre outras funções, foi presidente de Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e procurador à Câmara Corporativa. Distinguiu-se como historiador, como promotor da fundação do Museu Regional de Angra do Heroísmo e da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e como especialista em história militar, tendo reunido uma notável coleção de fardas, armamento e medalhas militares, hoje reunido no Núcleo Museológico de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima. Ver: Lima, Manuel Coelho Baptista de. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8050>

de suas ilhas, individualmente), diversos estudos geográficos e geológicos, monografias sobre diversos assuntos relacionados com os Açores, e textos que documentam aspetos etnográficos e de cultura açoriana. O arquivo contém correspondência pessoal, notas, pesquisa genealógica e jornais Luso-americanos publicados desde o último quartel do século XX ³⁴.

- **Espólio de Miguel de Figueiredo Corte-Real**³⁵ – Conjunto de documentos adquirido à viúva do investigador e doado à Câmara Municipal de Vila do Porto em 2019. Entre a documentação vária, de cariz histórico e etnográfico, destaca-se o manuscrito inédito da “*História de Santa Maria*”, em 2 vols., ilustrado com fotografias. O fundo ainda não se encontra depositado e nem inventariado.

Para documentos de natureza militar, pequenas coleções de cartas da Ilha e de diversas de suas fortificações encontram-se depositadas no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM) da Direção de Infraestruturas do Exército (DIE), no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, e no Museu Militar dos Açores, em Ponta Delgada.

Por último, diversos autores na historiografia açoriana dos séculos XIX - momento de grande incremento na produção historiográfica, um aliado da ação política de então, e da emergência de uma historiografia distrital, tal como referido por REIS LEITE ³⁶ -, e XX, referiram a ilha de Santa Maria, justificando-se a sua investigação, como por exemplo, Francisco Ferreira Drumond (1796-1858)³⁷ com os *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove ilhas dos Açores, (...)* ³⁸,

³⁴ Buscou-se especificamente o manuscrito da obra “*História de Santa Maria*”, sem sucesso. A obra veio a ser localizada no espólio documental recentemente adquirido (abril de 2019) à viúva do investigador e doado à Câmara Municipal de Vila do Porto.

³⁵ REIS LEITE, J. G. (2001). Corte-Real, Miguel de Figueiredo. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8507> Ver ainda: CRUZ, Carlos Luís Marques Castanheira da; MELO, José de Andrade (2019). Ilha de Santa Maria: História e Património – O espólio de Miguel de Figueiredo Corte-Real. In *O Baluarte de Santa Maria*, 3.ª Série, ano XLI, n.º 28, 5 ago., pp. 20-21.

³⁶ José António Reis Leite (1990). Introdução. In Francisco Ferreira Drumond. *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos (...)*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. I-XXIV.

³⁷ Veja-se estudos sobre este autor: *Catálogo de Exposição Documental e Bibliográfica sobre o historiador Francisco Ferreira Drummond de sua morte*, Angra do Heroísmo, 1955, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, *O Historiador Francisco Ferreira Drummond, a sua vida e a sua obra*, Angra do Heroísmo, 1959; J. G. Reis Leite, *As fontes de Francisco Ferreira Drummond nos Anais da Ilha Terceira*, BIHIT, Vol. XLIII, T. II, 1985 (separata).

³⁸ Manuscrito inacabado à data da morte do autor.

Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1956), em diversos trabalhos - dos quais se destacam o prefácio à edição da “*Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*” (1932), edição comemorativa do V Centenário do Descobrimento dos Açores (1432-1932) -, os comentários ao Livro III das *Saudades da Terra* e a compilação de documentos publicados no *Arquivo dos Açores*, volume XV (1959); Vitorino Nemésio (1901-1978), em *Corsário das Ilhas* (1956); Carreiro da Costa (1967-1968, 1970) e Miguel de Figueiredo Corte-Real, além de diversos trabalhos dispersos em periódicos, entre outros, menos conhecidos³⁹. Em termos de literatura de viajantes, destacam-se as impressões sobre a ilha de Santa Maria registadas pelo capitão Edward Boid, secretário do almirante britânico George Rose Sartorius, que à época da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), a bordo do brigue “*Conde de Vila Flôr*”, aqui aportou para tomar refrescos⁴⁰, as do inglês Briant Barrett, que visitou as ilhas dos grupos Central e Oriental entre 1812 e 1814⁴¹, as de Mariano José Machado, fotógrafo micalense que visitou a ilha em 1870⁴², e as do escritor português Raul Brandão⁴³.

Com o advento da autonomia açoriana e a criação da UAc (9 de janeiro de 1976)⁴⁴, o seu Departamento de História e Ciências Sociais empreendeu a investigação e levantamento de fontes, destacando-se a do Professor Artur Teodoro de Matos coligindo um levantamento exaustivo de documentos relativos aos Açores junto ao AGS⁴⁵ e, posteriormente, coordenando o de plantas e documentos relativos às fortificações do arquipélago junto ao AHM, ao ANTT, à BNP, ao AHU, ao IGC e ao GEAEM⁴⁶.

³⁹ Uma relação abrangente de obras encontra-se indicada na *Bibliografia* ao final deste trabalho.

⁴⁰ BOID, Edward (Captain) (1834). “*A Description of the Azores, or Western Islands from personal observation*”. London: Bull & Charton.

⁴¹ Ver: BARRET, Briant (2017). *Relato da minha viagem aos Açores, 1812-1814* (org. trad. rev. e notas George Haves... [et al.]; pref. Susana Serpa Silva). Ponta Delgada, Letras Lavadas. Embora pouco se saiba acerca do autor, que visitou o arquipélago supostamente por razões de saúde, as suas observações apresentam inúmeras considerações sobre o arquipélago, as suas paisagens, costumes, clima ou o quotidiano dos habitantes, o que permite traçar uma imagem dos Açores no início do século XIX. Das suas notas acerca de tópicos militares e da geografia das ilhas, com detalhe ao nível dos embarcadouros, pode-se especular que a sua viagem se revestia também de uma vertente de inteligência.

⁴² MACHADO, Mariano José (1870). *Uma viagem à ilha de Sancta Maria / por Marianno José Machado*. s.l. [Ponta Delgada], Typ. de M. A. Tavares Resende.

⁴³ BRANDÃO, Raul (1986). *As Ilhas Desconhecidas*. Lisboa, Perspectivas e Realidades. [1.ª ed. 1926]

⁴⁴ Acerca da criação da UAc e da importância de seus estudos em História ver: MENESES, Avelino de Freitas (1997). Os Açores na História do Atlântico: sustentáculo da aproximação dos mundos e acervo de património cultural submarino. In *Arquipélago – História*, 2.ª Série, II, pp. 11-32.

⁴⁵ MATOS, Artur Teodoro de (1981). *Manuscritos respeitantes aos Açores existentes no Archivo General de Simancas [Fotocópia]: Espanha*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Ver ainda a publicação, *Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas* em 4 CD-Rom, pelo IAC.

⁴⁶ NEVES, Carlos F. Azevedo Agostinho das; CARVALHO, Filipe Manuel Nunes de; MATOS, Artur Teodoro de (coord.) (1992). Documentação sobre as Fortificações dos Açores existentes nos Arquivos de Lisboa – Catálogo. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. L, pp. 365-462.

No que concerne a trabalhos de autores contemporâneos, chamou-nos a atenção o reduzido quantitativo percentual sobre a ilha de Santa Maria, em comparação à produção total das ilhas do arquipélago, dado que a nosso ver reforça o caráter periférico da ilha. Como exemplo, debruçamo-nos particularmente sobre artigos publicados em três das principais publicações insulares, a saber: a *Insulana*, de Ponta Delgada, o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, em Angra do Heroísmo, e os Anais dos Colóquios “O Faial e a Periferia Açoriana” promovidos pelo *Núcleo Cultural da Horta*, no Faial, obtendo os seguintes totais:

Tabela 1 - Percentagem de publicações sobre a ilha de Santa Maria

Publicação	Período	Publicações totais	Publicações sobre a Ilha de Santa Maria
<i>Insulana</i> ⁴⁷	1945-1985	728	15
<i>BIHIT</i> ⁴⁸	1943-1981	259	0
<i>BIHIT</i> ⁴⁹	1982-2002	503	1
Colóquio “O Faial e a Periferia Açoriana” ⁵⁰	1993-2015	199	7
Totais		1689	23
		100%	1,36%

Num outro viés, a história das fortificações da ilha de Santa Maria inscreve-se na historiografia em História Militar dos Açores.

A primeira relação das fortificações açorianas data do contexto da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), inclusa nas “*Memórias*” do Capitão de Mar-e-Guerra e Sargento-mor de Batalha, António do Couto de Castelo Branco, oficial enviado ao arquipélago em 1710. Tendo a obra originalmente vindo a público em Amesterdão em 1719, modernamente essa relação de fortificações açorianas foi republicada no *Arquivo dos Açores*, volume IV (1882) ⁵¹.

Quando da criação da *Capitania Geral dos Açores* (1766-1832), no contexto das reformas introduzidas pelo consulado pombalino no Reino, registou-se uma profunda

⁴⁷ Índice da *Insulana* 1945-1985.

⁴⁸ Índice do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 1943-1981.

⁴⁹ Índice do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 1982-2002.

⁵⁰ Índices das Atas do Colóquio “O Faial e a Periferia Açoriana”, 1993, 1997, 2002, 2006, 2011 e 2015.

⁵¹ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, pp. 178-181.

alteração na política açoriana, com a atribuição à figura de um capitão-general de vastos poderes e meios excepcionais de controlo dos poderes locais⁵². Neste período um grande movimento de levantamento dos recursos militares foi empreendido no arquipélago, mas em que pesem os relatórios de inspeção das defesas com as devidas recomendações para guarnição, armamento e obras, em específico os orçamentos e os trabalhos técnicos de desenho, por oficiais de Engenharia Militar comissionados para o arquipélago⁵³, pouco foi de facto realizado em termos construtivos. Observe-se ainda que a quantidade de relatórios militares e as coleções de plantas de fortificações foram produzidas em maior quantidade para a Terceira – sede da Capitania dos Açores. Destaca-se, entretanto, a criação da *Aula de Matemática* por Carta Régia de 16 de setembro de 1799, que daria lugar à *Academia Militar da Ilha Terceira* (1810-1825)⁵⁴, primeiro estabelecimento de ensino superior e laico que houve nos Açores⁵⁵.

No contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), uma série de antigas fortificações foi episodicamente recuperada no arquipélago, nomeadamente na Terceira. A esta conjuntura seguiu-se o chamado período pós-Liberal, que se estendeu de 1832 até 1837, momento em que as forças militares sediadas nos Açores passaram a integrar-se na orgânica do Exército Português⁵⁶. Datam desse período novos e mais detalhados relatórios, de que se destacam para Santa Maria os trabalhos de José Carlos de Figueiredo (*Descrição da ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em comissão*)⁵⁷, Francisco Borges da Silva (*Notas e Estatística da Ilha de Santa Maria, pelo Engenheiro Francisco Borges da Silva nos principios do seculo XIX; Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*)⁵⁸, António Bonifácio Júlio Guerra (*Succinta descrição da Ilha de*

⁵² Acerca dessa etapa na história insular, ver, nomeadamente, o trabalho de COSTA, 2003a.

⁵³ Onde se destacaram os engenheiros militares João António Júdice e Francisco Xavier Machado, de que dispomos de iconografia exemplar. A partir de 1793, com a criação do *Real Corpo de Engenheiros*, também o arquipélago conheceu a sua ação, destacando-se, por exemplo, José Carlos de Figueiredo no primeiro quartel do século XIX.

⁵⁴ Também referida como Academia Militar de Angra.

⁵⁵ Artur Teodoro de Matos (2007). Academia Militar da Ilha Terceira. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/?id=369> Consultado em 8 jan 2019.

⁵⁶ É representante deste período, do início do século XIX ao momento da Guerra Civil nos Açores, o trabalho do engenheiro militar José Rodrigo de Almeida, de que também dispomos de iconografia exemplar.

⁵⁷ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, pp. 205-225.

⁵⁸ SILVA, Francisco Borges da. Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819, apud TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. X, fls. 151-186v. Acerca das propostas reformadoras de Francisco Borges da Silva, ver ainda os trabalhos de COSTA, 2003b e de MARTINS, 2006.

Santa-Maria e respectiva estatística referida ao anno-economico de 1850-51)⁵⁹, e José Ribeiro de Mesquita (*Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria, 1864*).⁶⁰

Na segunda metade do século XIX, perdida a sua função estratégica, as fortificações açorianas recaíram uma vez mais no esquecimento, conforme registado pelos Tombos militares realizados na década de 1880 por Damião Pego e António d'Almeida Jr., que vieram a público em fins do século XX, por iniciativa do *Instituto Histórico da Ilha Terceira*,⁶¹ mas que, todavia, não contemplam a Ilha de Santa Maria.

Embora constituindo um campo relativamente recente de investigação⁶², a chamada História Atlântica é um ramo da História Comparada cujo objeto de análise é o mundo Atlântico, num recorte temporal do início da Era Moderna aos nossos dias. Esse campo desenvolveu-se a partir da observação de que, após o aumento dos contatos dos europeus com o Novo Mundo no século XVI, os continentes que margeiam o oceano Atlântico – a Europa, a África e as Américas – passaram a constituir um sistema regional ou uma esfera comum de intercâmbio económico e cultural que pode ser estudado como uma totalidade. O seu tema é, assim, a complexa interação que se desenvolve nesse espaço, a partir daquele marco temporal, e abrange um alargado número de tópicos nos campos político, económico, social e cultural. Como exemplo, áreas de estudo como migrações, etnias ou a escravidão têm constituído temas importantes de investigação⁶³, não podendo nós, no escopo deste trabalho, deixar de assinalar que, para além dessas citadas, também a arquitetura militar se apresenta como uma importante área de estudo a considerar. No que tange aos investigadores é incontornável o nome do académico norte-americano Bernard Bailyn, cujos trabalhos em História Atlântica, a partir de meados da década de 1980, transformaram esse campo⁶⁴.

Nessa linha, o presente trabalho é fruto de um convite que me foi renovado em 2014 para oportunidade formativa – Doutoramento – pela UAc, estendendo – em iniciativa

⁵⁹ GUERRA, António Bonifácio Júlio (1852). *Succinta descrição da Ilha de Santa-Maria e respectiva estatística referida ao anno-economico de 1850-51* / por Antonio Bonifacio Julio Guerra. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 227-244. O trabalho não refere aspectos de defesa militar.

⁶⁰ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

⁶¹ *BIHIT*, 1996, 1997 e 1998.

⁶² Em termos de historiografia, considera-se como pioneiro o estudo de BRAUDEL (1976), onde se atribui às ilhas uma posição chave na vida do oceano e do litoral dos continentes.

⁶³ O'REILLY, 2004. Para uma breve orientação bibliográfica na historiografia estadunidense ver ainda VIEIRA, 2004:221.

⁶⁴ Ver: BAILYN, Bernard (2005). *Atlantic History: Concept and Contours*. Harvard, Harvard University Press.

louvável – o acesso aos graus académicos mais elevados a estudantes residentes em ilhas periféricas do arquipélago,⁶⁵ com o recurso a tecnologias de informação e ferramentas de ensino à distância. Dadas as reconhecidas limitações dessas mesmas ilhas em termos de acesso a arquivos e a fontes documentais e bibliográficas, bem como, em meu caso particular, às questões inerentes à mobilidade dos docentes contratados no país, que, na Região Autónoma, a própria insularidade agrava.

Conforme as normas em vigor da Universidade⁶⁶, ao longo do presente curso buscamos aperfeiçoar, com o auxílio de nossos professores e orientadores, entre outras, competências de investigação em História Insular, vindo a realizar um conjunto de investigações que culminaram, além da presente dissertação, na redação de diversos textos⁶⁷ e na publicação de vários artigos académicos e de divulgação científica, a nível regional, nacional e internacional⁶⁸, contribuindo para o progresso do conhecimento sobre o património arquitetónico e cultural dos Açores.

As questões suscitadas no decurso da investigação – quer no levantamento bibliográfico, quer no de fontes documentais sobre o tema proposto – assim como as solicitações que entretanto dele foram decorrendo a nível de consultoria histórica – como por exemplo, entre outros, no caso do Forte de São João Baptista da Praia Formosa para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores (em que tive a oportunidade de assessorar a própria UAc), a que se acresceram as exigências profissionais da docência da recém-implantada disciplina de *História, Geografia e Cultura dos Açores* (HGCA) no 3.º Ciclo do Ensino Básico – preparação de aulas, atividades e materiais pedagógicos –, acrescida pela obrigatoriedade de formação profissional decorrente da mesma junto à UAc, e, por fim, as atempadas e proveitosas informações e sugestões dos orientadores desta tese, Profs. Drs. Carlos Guilherme Riley e Isabel Soares Albergaria, conduziram a uma proposta de reformulação da mesma, originalmente apresentada à instituição em 2015, com o título *Aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico das Saudades da Terra, de Gaspar Frutuoso*. Tendo em vista os elementos recolhidos durante esta investigação, que, aliados à minha vivência com as fortificações açorianas e considerando o conhecimento

⁶⁵ Aqui entendidas como aquelas que não dispõem de Bibliotecas e Arquivos Regionais dos Açores, instituições circunscritas às ilhas de São Miguel, Terceira e do Faial.

⁶⁶ Regulamento Geral dos Doutoramentos da Universidade dos Açores (Despacho n.º 7022/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 155, de 11 de agosto).

⁶⁷ Por exemplo, o desenvolvimento das propostas de Cartas de Risco Arqueológico para Vila do Porto, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Horta e Velas, bem como a revisão da de Santa Cruz da Graciosa, a convite da DRAC, entre 2017-2019.

⁶⁸ Cf. *Curriculum Vitae*.

local que adquiri ao longo dos anos em que exerci funções docentes na *Escola Básica e Secundária de Santa Maria*, afigurou-se mais produtivo abordar, dentro dos aspetos da defesa militar dos Açores no quadro Atlântico do “*Mare liberum*” – a fortificação de uma periferia: o caso da ilha de Santa Maria (séculos XVI-XVIII).

O trabalho foi organizado em três capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, procurou-se caracterizar a região dos Açores, no Atlântico Norte, como uma região de fronteira no período em análise, bem como aspetos de defesa militar a partir da obra *Saudades da Terra* do padre micaelense Dr. Gaspar Frutuoso (1522-1591), inscrevendo-os, destarte, no contexto da afirmação da Dinastia Filipina em Portugal (último quartel do século XVI), período de grande dinâmica em termos de atividade militar – numa visão alargada, quer no espaço Atlântico (história global) –, quer no do arquipélago dos Açores – numa abordagem estrita (história nacional e regional).

No segundo capítulo, procurou-se recordar aspetos da guerra naval no Atlântico a partir dos conceitos de partilha do mundo (“*Mare clausum*”, “*Mare liberum*”), bem como a caracterização de “Corso” e “Pirataria”, abordando-se de seguida aspetos característicos e evolução da defesa militar dos Açores entre os séculos XV e XVIII.

No terceiro e último capítulo enfocou-se o caso de uma ilha periférica e relativamente pouco estudada, o de Santa Maria (história local), no espírito do que NORONHA (1991) observou: *No concernente à história do institucional e do político, a produção historiográfica açoriana é, há que reconhecê-lo, ainda insuficiente e mesmo ao nível, bem simples, do conhecimento e do reconhecimento das principais fontes.*”⁶⁹

Além da bibliografia utilizada ao longo da presente investigação, foram incluídas no texto algumas imagens, assim como anexada ao final do trabalho a transcrição de algumas fontes, ambas visando suportar e auxiliar a compreensão das informações apresentadas.

⁶⁹ NORONHA, Luísa (1991). Açores: Aspectos da ocupação humana e equilíbrio do poder político (sécs. XV-XVII). In *Insulana*, vol. XLVII, p. 241.

Capítulo I – O “*Mar Oceano*”: os Açores como região de fronteira

“A história de um povo é inseparável do território que habita” Vidal de la Blache. Quadro da Geografia da França, 1903.

“(…) pois cada Ilha [dos Açores] he huma perpetua fronteyra que está sempre em viva guerra com quantas nações, & Cossarios, & ainda Mouros a accomettem; (...).”⁷⁰.

“[...] porque cada uma das taes Ilhas [Terceiras] he uma perpetua, & viva sempre fronteyra, & de guerra sempre viva com Mouros, Cossarios, que com ninguem tem paz, & com as nações inimigas de Portugal, [...]”⁷¹

“*Fronteira*” é hoje em dia um termo que facilmente definimos como “o limite, extremo que separa dois países; linha de demarcação”⁷², mas houve vários entendimentos deste vocábulo ao longo da Idade Média, procurando atribuir um nome a zonas, como a nossa, fora de uma administração e controlo efetivo. SOUSA VITERBO (1899) recorda que no português medieval, o termo “*fronteira*” designava não apenas o espaço da guerra em si, mas também uma expedição militar⁷³. De acordo com GOMES (1989) esta palavra tem a sua primeira aparição na documentação medieval portuguesa na forma de “*frontaria*” em 1263⁷⁴, embora já se conheça o uso desta expressão anterior a esta data. Associar-se-ia, inicialmente, a uma “*zona indecisa de combates entre cristãos e muçulmanos*”⁷⁵, ou seja, definindo áreas ainda não controladas pelas forças cristãs, territórios à margem daqueles que já se encontravam controladas e sob a égide de um poder central.

⁷⁰ CORDEIRO, 2007:Livro IX, cap. XVI, p. 514.

⁷¹ Idem, cap. XVIII, p. 522.

⁷² Dicionário Universal da Língua Portuguesa, s.v. Fronteira.

⁷³ SOUSA VITERBO, Francisco Marques de (1899). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (3v.). Lisboa, Imprensa Nacional, vol. II, p. 287.

⁷⁴ GOMES, 1989:359.

⁷⁵ GOMES, 1989:359.

Ao longo da documentação portuguesa o termo “*fronteira*” é referido noutras formas: “*estremo*”, “*termo*” e “*raia*”⁷⁶. Este último permaneceu até aos nossos dias, designando toda a área fronteiriça de Portugal que comunica com Espanha.

As zonas normalmente designadas como espaços fronteiriços assumem uma característica reveladora: trata-se, na sua maioria, de territórios íngremes, de difícil acesso, e grande parte das vezes ermos ou com tendência para a marginalização. Este aspeto está bem presente na nossa área de estudo. A questão da definição das fronteiras como espaço de transição está também relacionada com “*todo o conjunto de práticas de delimitação territorial*”.⁷⁷ Durante o período que acompanhou a formação dos reinos medievais da Península Ibérica, variados conflitos foram travados tendo por base questões relacionadas com a demarcação territorial. Os sucessivos ensaios de marcar espaços fronteiriços foram facilitados já no séc. XVI com a aparição do primeiro mapa moderno de Portugal (Álvaro Seco, 1561)⁷⁸. Até esta centúria foi-se formando o reino de Portugal, travando-se vários encontros de natureza bélica que tinham como fim definir os espaços de pertença de cada povo⁷⁹. Estes problemas remontam a períodos muito anteriores à Idade Média. O espaço aqui em análise situa-se num território raiano. Tal aspeto terá influenciado toda a história desta zona, desde a sua ocupação pré-medieval à medieval, desenvolvimento urbano, arquitetónico, entre outros.

Em fins da Idade Média assiste-se ao primeiro avanço para Ocidente desta fronteira, com o descobrimento e reconhecimento de um grupo alargado de arquipélagos no Oceano Atlântico, atendendo a condicionantes naturais e tecnológicos da época, o chamado “*Mediterrâneo Atlântico*”: as Canárias – a Sul, mais próximas da costa africana – , a Madeira e os Açores – mais a Norte e ao largo do Oceano⁸⁰.

⁷⁶ GOMES, 1989:360.

⁷⁷ GOMES, 1996:358.

⁷⁸ SECO, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561. *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio*, mapa, gravura, color., escala [ca. 1:1.300.000], 339 x 510 mm, em folha de 337 x 510 mm. Roma: [s.n.], 1560 [i.é. 1561]. Acervo: BNP, cota CC-803-V. Disponível em <http://purl.pt/5901/3/> Consultado em: 28 nov 2015. Ver: DIAS, Maria Helena. *A primeira carta de Portugal continental*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e79.html> Consultado em 28 nov 2015. Ver ainda: BNP adquire exemplar do mais antigo mapa de Portugal (1561). In http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=536:aquisicao-do-mais-antigo-mapa-de-portugal&catid=49:aquisicoes&Itemid=581 Consultado em 28 nov 2015.

⁷⁹ Ver ainda: RILEY, Carlos Guilherme (1991). *Fronteira e História Militar. Um Relance Historiográfico. Separata das Actas do II Colóquio Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal*. S.l., Ramos, Afonso & Moita, Lda.

⁸⁰ Para uma visão geográfica dos conceitos de “território” e “fronteira” sugere-se a leitura das obras clássicas de Orlando Ribeiro: *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* e *Introdução ao estudo da Geografia Regional*.

Embora o objetivo do Infante D. Henrique fosse declaradamente o de alcançar as Índias, na prática os seus alvos imediatos foram:

- a) o de se estabelecer no Arquipélago das Canárias; e
- b) o de obter do papado a confirmação formal para o seu monopólio de comércio na costa africana.

Embora os Castelhanos jamais viessem a abrir mão da posse das Canárias (no que contaram com o apoio do Papado), no tocante à Costa africana, o Papa Nicolau V (1447-1455) garantiu aos portugueses o monopólio sobre a navegação da Guiné (jan./1454). Ainda antes de sua morte, o Infante garantiria o domínio espiritual sobre as Ilhas do Atlântico para a Ordem de Cristo, bem como seu domínio temporal para a Coroa Portuguesa (set./1460).

Acerca desta etapa de expansão, RILEY (1991) resume: *“De facto, os limites ocidentais da fronteira atlântica ampliada pelos portugueses na primeira metade do século XV, são estabelecidos em função da navegação costeira africana e suas correspondentes rotas de retorno.”*⁸¹

Entre fins do século XV e meados do século XVI, o estabelecimento da rota marítima para a Índia e o Extremo Oriente, o descobrimento e o início da colonização do Brasil e a expansão castelhana nas Américas, trouxeram um considerável alargamento do conhecimento europeu do mundo. O consequente aumento dos tráfegos comerciais intercontinentais que se registou a partir de então, teve como consequência o deslocamento do eixo comercial europeu do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico.

VIEIRA (2001) recorda-nos que o Atlântico é, acima de tudo o mundo das ilhas - ilhas e arquipélagos que foram relevantes no processo histórico desse oceano, como intermediárias entre o mar alto e os portos marítimos dos continentes europeu, africano e americano. E observa: *“As ilhas anicham-se, de um modo geral, junto da costa dos continentes africano e americano, pois apenas os Açores, Santa Helena, Ascensão e o grupo de Tristão da Cunha se distanciam dela.”*⁸² E classifica-as conforme esse critério de proximidade da costa:

⁸¹ RILEY, Carlos Guilherme (1991). Uma Fronteira Ocidental: As Flores e o Corvo no Contexto das Rotas Atlânticas. Comunicação apresentada ao *Colóquio Internacional de História Atlântica (Séculos XV-XVI)* organizado pelo Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 4 a 8 de novembro de 1991, p. 83.

⁸² VIEIRA, 2001:1; VIEIRA, 2004:219.

“No vasto conjunto de ilhas que povoam o oceano devemos salientar pelo menos três grupos: oceânicas (Açores, Madeira...), continentais (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Santa Catarina...) e fluviais (São Luís no Brasil, ...).”⁸³

“*Macaronésia*” é o termo que designa um conjunto de arquipélagos do Atlântico Norte localizados entre o sudoeste da Europa e o noroeste da África. Três deles correspondem a países da União Europeia: Açores e Madeira a Portugal, e as Canárias à Espanha. Cabo Verde, o mais meridional, tendo sido uma área colonial portuguesa, é hoje um país independente.

O termo foi cunhado pelo geólogo e botânico inglês Philip Barker-Webb (1793-1854) a partir da referência dos geógrafos gregos antigos às ilhas atlânticas (do grego antigo, “μακάρων νῆσοι / *makárôn nêsoi*”), para denominar esta região biogeográfica. De facto, estes arquipélagos apresentam um conjunto de características comuns, tanto naturais como socioeconómicas.⁸⁴

- Possuem origem vulcânica, estando localizados em áreas com extensa história de vulcanismo ativo (“*hotspots*” geológicos), o que determina não apenas os seus substratos litológicos como, em boa medida, a sua geomorfologia, uma vez que se encontram num meio ciclicamente submetido a transformações radicais associadas a episódios eruptivos e sísmicos.
- Encontram-se distribuídos ao longo de um eixo norte-sul, o que define um grande contraste climático, de que são limites o clima subtropical húmido dos Açores (a norte) e o clima tropical seco de Cabo Verde (a sul).
- Estão isolados, o que em termos de evolução da vida, condicionou a sua biota, definindo a chamada “*realidade insular*”. Esse isolamento, favorecido pela orografia acidentada, desencadeou uma larga série de processos evolutivos que culminaram na diferenciação entre as espécies, dando origem à multiplicidade endémica no seio das diferentes ilhas. O tipo de vegetação representativo da região é a floresta de Laurissilva (semelhante às florestas que primitivamente dominaram a bacia do Mediterrâneo e o norte de África) e

⁸³ VIEIRA, 2004:221.

⁸⁴ “Macaronesia”, Observatório Virtual de Sustentabilidade da Macaronésia, Programa INTERREG II B. In http://www.gobiernodecanarias.org/cmayerot/interreg/indice/observatorio_macaronesia/pt/macaronesia/index.html Consultado em 6 jun 2015.

que, no passado, recobriam a maior parte dos Açores e da Madeira, assim como áreas das Canárias. Neste quesito, Cabo Verde é o arquipélago mais diferenciado. Inclui-se na Macaronésia pela sua origem, geomorfologia e influência dos alísios e da corrente fria das Canárias, mas do ponto de vista biogeográfico apresenta uma biota muito diferente, com importantes relações com as áreas continentais próximas, especialmente no caso do ecossistema marinho.

- Em termos de conservação do meio natural, os diferentes aproveitamentos humanos em cada arquipélago competem pelo solo e pelos demais recursos básicos, como se registou no passado com a atividade agropecuária, e em nossos dias nomeadamente com os usos urbanos, especialmente os turísticos. Esta competitividade, junto com a introdução de espécies - animais e vegetais - exóticas, por vezes desarticularam as espécies autóctones, e pressupõe (com variações locais) que boa parte da biota endémica da região se encontre seriamente ameaçada, quando não extinta.
- Em termos socioeconómicos, a situação de afastamento geográfico do continente europeu dificultou, até ao século XX, não apenas a deslocação de pessoas, mas o intercâmbio de bens, e mesmo a troca de informações. Esta situação ultraperiférica ao continente europeu, a própria fragmentação do território de cada arquipélago em unidades drasticamente delimitadas como são as ilhas, e a dependência com relação ao exterior, são características estruturais que condicionaram e condicionam o desenvolvimento das atividades humanas e a disponibilidade de recursos.

ALENCASTRO (2000) evidenciou a importância das ilhas atlânticas como a primeira sociedade colonial ultramarina, compreendida como o primeiro sistema atlântico, constituído pelos enclaves ibero-africanos nas Canárias, em Cabo Verde, na Madeira, nos Açores e em São Tomé.⁸⁵

VIEIRA (2004) observou que o espaço Atlântico pode ser considerado uma invenção europeia dos séculos XV e XVI, articulando-se diretamente com as políticas coloniais das potências emergentes,⁸⁶ e ratifica que na unidade que denomina de “*Atlântico*

⁸⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe (2000). *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras.

⁸⁶ VIEIRA, 2004:220.

Português”, a dinâmica de intervenção europeia registou-se inicialmente na costa da Guiné (desenvolvendo-se para o sul) e na do Brasil, configurando-se cinco grandes polos insulares: Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde e São Tomé, que reconhece “*imprescindíveis*” para a afirmação e defesa das rotas oceânicas portuguesas.⁸⁷ A ideia não é original, tendo MACHADO (1937) citado:

*“On attribue la découverte des Açores, (...), celle de l’île de Madère, des îles du Cap-Vert, et des côtes équinoxiales de l’Afrique occidentale aux navigations du 15.e siècle; on confond les marins que out retrouvé des terres, avec ceux que les premiers les ont découvertes.”*⁸⁸

Ao longo do século XV os Açores ocuparam uma posição periférica no quadro dos interesses atlânticos da Coroa portuguesa que, embora orientada para o Sul da costa africana, “*não descurou a apropriação desse espaço residual que delimitava a rota de regresso ao reino das navegações africanas.*”⁸⁹ Independentemente de seu povoamento e exploração económica, as ilhas valiam como pontos de escala e orientação nas rotas oceânicas conforme observado por FRUTUOSO (1998):⁹⁰

*“[...] prestam neste grande mar postas, como vendas ou fontes, poços e ribeiras em compridos e despovoados caminhos nalgum deserto, pera escala e aguadas dos cansados mareantes [...], ou pera hospitais dos pobres doentes, [...].
E se ainda pera isto nada aproveitassem as ilhas [...], pelo menos serviriam aos navegantes de sinais e balizas de seus caminhos, [...].”*⁹¹

Estabelecidos os primeiros núcleos de povoamento por iniciativa do Infante D. Henrique, após a sua morte (1460), e tendo o arquipélago das Canárias transitado para a Coroa de Castela pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479)⁹², a Coroa de Portugal

⁸⁷ VIEIRA, 2001; VIEIRA, 2004:223.

⁸⁸ HUMBOLDT, Alexander von (1814-1834). Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent. Tomo I, pp. 286 e segs. *Apud* MACHADO, Franco (1937c). O conhecimento dos arquipélagos atlânticos no século XIV. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, p. 272.

⁸⁹ RILEY, Carlos Guilherme (1997). Ilhas Atlânticas e costa Africana. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa - A Formação do Império (1415-1570)*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 150.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ FRUTUOSO (1998), Livro I, cap. 32, p. 130.

⁹² Recorde-se que algumas das ilhas do arquipélago das Canárias pertenceram à Coroa Portuguesa por curto período: a 15 de setembro de 1436 o Papa Eugénio IV expediu a bula “*Romanus pontifex*” em que concedia a

prosseguiu na empreitada de povoar as ilhas, convertendo-as em lugares de acolhimento, repouso, reabastecimento e reparos para as embarcações em trânsito no chamado “*Mar Oceano*”, nomeadamente a partir da abertura da rota marítima para o Oriente por Vasco da Gama (1497-1499). O povoamento e exploração das mesmas proporcionaram a Portugal uma experiência pioneira na adaptação aos trópicos de espécies - agrícolas e pecuárias -, assim como do escravismo, que mais tarde seriam introduzidas na América Portuguesa. Como pioneiro, o arquipélago madeirense desde os primeiros anos do seu descobrimento foi utilizado como porto de escala para as embarcações quatrocentistas. Ao longo dos séculos afirmou-se como uma importante área económica, exportadora de cereais, açúcar e vinho, constituindo-se em modelo – político, económico e social – para as demais intervenções portuguesas no Atlântico⁹³.

As ilhas que receberam maior impulso para o seu desenvolvimento foram as que se encontravam no percurso das grandes rotas oceânicas, como por exemplo, a Madeira, as Canárias e Cabo Verde nas viagens para o sul da costa africana e para a América do Sul, e Santa Helena⁹⁴ e os Açores, nas viagens para o norte, ou para o leste, de retorno à Europa. Por outro lado, algumas ilhas filiaram-se a áreas económicas litorais, como por exemplo Arguim, Cabo Verde, e as ilhas do golfo da Guiné – Ano Bom, São Tomé, Príncipe e Fernão Pó (atual Bioko)⁹⁵.

Com relação ao papel dos Açores, como escala atlântica nessa conjuntura, a esses fatores, associam-se os condicionalismos do regime de ventos no Atlântico. Como sintetizado por MADURO-DIAS (s.d.):

“O sistema de ventos nesta zona do Atlântico central é predominante do quadrante Oeste, rodando por vezes para Sul.

Portugal a conquista das Ilhas Canárias. 52 dias mais tarde, a 6 de novembro, o mesmo pontífice expediu outra bula, a “*Romani pontificis*”, pela qual revogava o direito português aquela conquista, e declarando que o mesmo correspondia à Coroa de Leão e Castela. Acerca do episódio, ver: LAWRENCE, Jeremy (2013). *Alfonso de Cartagena on the affair of the Canaries (1436–37): humanist rhetoric and the idea of the nation-state in fifteenth-century Castile*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291836645_Alfonso_de_Cartagena_on_the_affair_of_the_Canaries_1436-37_humanist_rhetoric_and_the_idea_of_the_nation-state_in_fifteenth-century_Castile Consultado em: 15 jul 2019.

⁹³ VIEIRA, 2002:4.

⁹⁴ Santa Helena, descoberta em 1502 por João da Nova, nunca foi efetivamente povoada por Portugal. Utilizada como escala pelas embarcações que, pela rota do cabo da Boa Esperança, retornavam à Europa, em meados do século XVII foi ocupada e fortificada por forças da Companhia das Índias Ocidentais (EIC), integrando, em nossos dias, um Território Britânico Ultramarino.

⁹⁵ Ano Bom e Fernão Pó, descobertas para a Coroa Portuguesa a partir de 1471, transitaram para a Coroa Espanhola em virtude da negociação e assinatura do 2.º Tratado de El Pardo (1778).

No Atlântico, aliás, os ventos rodam no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio no hemisfério Norte, no sentido dos ponteiros ao centro e novamente ao contrário no Atlântico Sul.

Existem, assim, três rotas possíveis para deixar a Europa: pelo Norte como os vikings, pelo centro, rumo às Caraíbas como fez Cristóvão Colombo e para Sul como fizeram os portugueses. Só uma, porém, permite regressar e essa passa pelas ilhas dos Açores.

Pode dizer-se, com justeza, que, sem a hábil conexão desses ventos do Atlântico, a chamada ‘volta das ilhas’ não teria sido possível, o ouro e a prata das Américas ou as especiarias das Índias não teriam atravessado, durante séculos, o Atlântico nestas latitudes e a cidade de Angra nunca teria chegado a ser (...) a escala obrigatória das rotas transatlânticas, designadamente dos impérios ibéricos.”⁹⁶

Compreende-se, portanto, que em poucas décadas o papel do arquipélago tenha se alçado da categoria de terra remota na fronteira do mundo conhecido, para a de encruzilhada das navegações atlânticas, local de partida para novas explorações, nomeadamente no Atlântico Noroeste, registando-se a organização de viagens de exploração e pesca à Terra Nova como a dos Teive, por exemplo, que descobriram as “*Ilhas Floreiras*” (as Flores e o Corvo). E sobre a relevância da Terceira e sua capital, Angra, onde foi instalada a Provedoria das Armadas (c. 1527), FRUTUOSO (1998) registou:

“A ilha Terceira, universal escala do mar do ponente, é celebrada por todo o mundo, onde reside o coração e governo de todas as ilhas dos Açores, na sua cidade de Angra, cujo porto está em trinta e nove graus da banda do norte.”⁹⁷

Esta centralidade atlântica do arquipélago⁹⁸, apenas como exemplo, levou a que no regresso de sua primeira viagem, em que descobriu a América, Cristóvão Colombo fosse conduzido pelos elementos à ilha de Santa Maria, que avistou a 15 de fevereiro de 1493⁹⁹, e que Vasco da Gama aportasse à Terceira em busca de refrescos e cuidados médicos para a sua tripulação, de torna-viagem da viagem que abriu o caminho marítimo

⁹⁶ MADURO-DIAS, Francisco Reis (s.d.). Síntese Histórica dos Açores. In *Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina*. Disponível em: <http://nea.ufsc.br/?s=Maduro-Dias>

⁹⁷ FRUTUOSO, 1998: Livro VI, cap. II, p. 7.

⁹⁸ Como referido por TELO (1997) ao enumerar a importância estratégica do Atlântico português, em geral, e dos Açores, em particular (Op. cit., p. 654). Ver ainda: TELO, António José (1996). *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria. Reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau, Editora da FURB.

⁹⁹ Cristóvão Colombo (1998). *Diários da Descoberta da América*. Porto Alegre, L&PM, p. 111.

para a Índia, em junho de 1499, ali tendo sepultado, inclusivamente, o seu irmão, Paulo da Gama¹⁰⁰.

Diante do aumento da dinâmica económica atlântica o arquipélago tornou-se uma posição estratégica para escala, defesa, reabastecimento e reparações. Para além da aguada e do fornecimento de víveres, os Açores, e em particular a Terceira, foram utilizados como ponto de encontro, local de reagrupamento para formação de comboios marítimos que assegurassem proteção contra os corsários e piratas que infestavam a periferia europeia, e de transbordo das cargas, valores e mercadorias, que necessitassem aguardar transporte seguro para os portos portugueses, e, mais tarde, espanhóis. O reconhecimento dessas necessidades conduziu, desde o reinado de Manuel I de Portugal (1495-1521), à criação da *Armada das Ilhas*¹⁰¹ e, pouco mais tarde, sob o de seu sucessor, João III de Portugal (1521-1557), à da *Provedoria das Armadas* (c. 1527) com sede em Angra, na Terceira¹⁰².

Mais recentemente, com foco em aspetos de defesa militar, CARITA (2019) observou:

*“O arquipélago dos Açores tornou-se, assim, ponto obrigatório de passagem na derrota das Índias Portuguesas e depois do das chamadas ‘Índias de Castela’, determinando a deslocação para os Açores de especialistas militares. A importância das ‘Ilhas Terceiras’ assentou na sua posição estratégica nas rotas europeias do Atlântico, destacando-se nesse aspeto a ilha das Flores, o porto de Angra, na ilha Terceira (ou de Nosso Senhor Jesus Cristo), e o de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. Se consultarmos os vários autores dessa época que visitaram e trabalharam no arquipélago, como, entre outros, o engenheiro italiano Pompeo Arditti (1567), Mosquera de Figueiroa (1587), Jan Huyghen van Linschoten (1588-1592) ou [Frei] Pedro [de] Frias [p. 1583], todos são unânimes na relevância desse interesse.”*¹⁰³

Quando, com o falecimento do cardeal-rei D. Henrique (janeiro de 1580) se abriu a Crise de Sucessão de 1580-1583, observa-se que a sociedade açoriana, apesar de ter decorrido apenas pouco mais de um século desde o seu povoamento, já se encontra

¹⁰⁰ Geneviève Bouchon (1998). *Vasco da Gama*. Rio de Janeiro, Record.

¹⁰¹ Manuel I Portugal. *Regimento para as naus da Índia nos Açores*, 1520.

¹⁰² Além dos trabalhos de Artur Teodoro de Matos, veja-se ainda: ENES, Maria Fernanda (1983). A Provedoria das Armadas no século XVII: algumas notas. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, pp. 147-173.

¹⁰³ CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 201.

completamente estruturada, com a repartição do poder estabilizada entre as Câmaras Municipais, o corregedor¹⁰⁴ e os capitães do donatário. À época, as cidades de Angra, na Terceira, e de Ponta Delgada, em São Miguel, já se constituíam nos centros político-económicos do arquipélago, com a primeira evidenciando um nítido predomínio, já que, para além do seu papel de entreposto marítimo, era a sede da Diocese, da Provedoria das Armadas e o local de maior permanência do Corregedor das ilhas dos Açores.

Refira-se, por fim, que em nossos dias, a Região Autónoma dos Açores constitui uma das sete regiões ultraperiféricas da União Europeia, como exposto na Declaração anexa ao Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht, 1992), onde se reconhece, primeira vez, o conceito de “*ultraperiferia*”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ A corregedoria foi um órgão que surgiu no século XIV com a função de “corregger” eventuais erros da justiça praticados à escala local, defender a justiça e os direitos inerentes à Coroa. Era dotada de ampla jurisdição, representando o poder régio junto aos poderes locais (senhores ou Câmaras Municipais), constituindo a suprema autoridade judicial do arquipélago e zelando pela salvaguarda da jurisdição régia. Podia ainda superintender atividades político-económicas e, na ausência do Provedor da Fazenda Real, também no âmbito fiscal.

Nos Açores a Corregedoria foi criada em 1503, com sede em Angra e jurisdição sobre as demais ilhas do arquipélago. Pouco depois, as Ordenanças Manuelinas (1521) atualizaram as normas que regulavam o *Regimento dos Corregedores*. D. João III, por alvará de 2 de agosto de 1534, instituiu a Corregedoria de São Miguel e de Santa Maria, separando-a da de Angra, que tutelava as demais ilhas do arquipélago. Em 1544, o soberano viu-se forçado a regressar ao primitivo modelo, diante dos protestos do capitão-do-donatário de São Miguel, que via nesta reforma uma diminuição dos seus privilégios e um limite à sua jurisdição. No caso de São Miguel o corregedor só podia fazer correição nos meses de janeiro a março, ou de fevereiro a abril.

Com a instituição da Capitania Geral dos Açores (1766) foi recriada a Corregedoria de São Miguel, com alçada sobre a ilha de Santa Maria, até que, após a revolução liberal, pelo decreto de 2 de fevereiro de 1822, foram criadas três comarcas no arquipélago, com sede em Angra, Ponta Delgada e Horta. (RODRIGUES, José Damião (2001). Corregedoria. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2110>)

¹⁰⁵ VALENTE, Isabel Maria Freitas (2013). A Construção de um conceito – Região Ultraperiférica. *Debater a Europa*, n.º 8 Janeiro/Julho, pp. 111-151.

1.1. Gaspar Frutuoso: o cronista da Macaronésia

Referindo-se às cinco principais obras de natureza histórica dos Açores - *Saudades da Terra*, *Espelho Cristalino*, *Crónicas da Província de São João Evangelista dos Açores*, *Fenix Angrence* e *Historia Insulana*, Jorge Arrimar considera:

“São obras cuja vastidão abarca os diversos sectores da vida de um povo nas suas múltiplas facetas, demarcando-se ao longo de um período que vai desde a descoberta das Ilhas até à época em que os seus autores viveram. A abordagem histórica das ilhas evidencia uma arejada visão de conjunto marcada pela amplitude, fazendo destas crónicas marcos basilares para quem queira estudar a história dos Açores do século XV aos finais do século XVII.”¹⁰⁶

O autor das *Saudades da Terra*, Gaspar Frutuoso, foi um sacerdote e humanista açoriano. Bacharel em Artes e Teologia pela Universidade de Salamanca e doutor em Teologia, destacou-se como autor da crónica *Saudades da Terra*, uma detalhada descrição geográfica, histórica e genealógica dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, para além de múltiplas referências ao de Cabo Verde e a outras regiões atlânticas. Essa abrangência faz dele o primeiro cronista do Atlântico, uma vez que a obra em tela tange ao conhecimento da Macaronésia como um todo.

As informações de que dispomos acerca da sua biografia colhemo-las em seus biógrafos¹⁰⁷. Nasceu na então vila de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, mas a inexistência de registos coevos conhecidos não permite determinar a data exata do seu nascimento, que terá ocorrido por volta de 1522 (ano do terramoto e subversão de Vila do Campo), urbe que, mais tarde, caracterizou:

¹⁰⁶ Jorge Arrimar (1984). Cinco Cronistas dos Açores (Subsídios para a Historiografia Açoriana). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLII, p. 13.

¹⁰⁷ Entre as notas biográficas sobre o cronista, destacamos, entre outras, as de:

- CHAVES E MELO, Francisco Afonso (1994). In *Margarita Animada*, pp. 90-92.
- RODRIGUES, Rodrigo (1991) - *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso (notas de João Bernardo de Oliveira Rodrigues)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1991). Evocação do Doutor Gaspar Frutuoso no IV Centenário da sua morte. In *Insulana*, vol. XLVII, pp. 13-29. Ver também: SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1994). *Gaspar Frutuoso. In Figuras e Factos do Renascimento em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 383-396.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1939). *Ensaio sobre a personalidade do Dr. Gaspar Frutuoso e sobre algumas matérias tratadas no primeiro livro das suas Saudades da Terra, Livro I, precedido de um ensaio crítico por (...)*. s.n., Ponta Delgada, p. XI-XLVI.

“Esta cidade de Ponta Delgada é assim chamada por estar situada junto de uma ponta de pedra de biscoito, delgada e não grossa como outras da ilha, quasi raza com o mar, que depois, por se edificar mui perto d’ela uma ermida de Santa Clara, se chamou ponta de Santa Clara (...).”¹⁰⁸

Filho de Frutuoso Dias, mercador e proprietário de terrenos dados de sesmaria, e de sua primeira esposa, Isabel Fernandes, a sua família era de boa condição social.

Interessou-se precocemente pela leitura e meditação, revelando vocação para o estudo, manifestada na aula primária de Gramática Latina, mas para além disso, pouco se conhece acerca da sua juventude além de algumas referências incertas a ter administrado as terras de seus pais. É comum atribuir-se ao Livro V das *Saudades da Terra*, foros de autobiografia, supondo-se, na história dos dois amigos, uma referência às aventuras e infortúnios do próprio autor e de Gaspar Gonçalves¹⁰⁹, na juventude.

Tendo completado os estudos iniciais, os primeiros registos documentais atestam a sua matrícula na Universidade de Salamanca, no então Reino de Castela, em 1548, para estudar Artes e Teologia. Os registos dessa instituição demonstram que o jovem Frutuoso, com outros alunos de origem açoriana¹¹⁰, frequentou, embora aparentemente com interrupções, os estudos até 1558, ano em que obteve o bacharelato em Artes e Teologia, conforme ata datada de 9 de fevereiro daquele ano. Observamos que, à época, Salamanca constituía-se num meio cultural importante, onde não faltavam prestigiosos intelectuais. Nesse período, o autor beneficiou da atmosfera cultural renascentista que ali se respirava e tomou contacto com autores e obras da Antiguidade Clássica¹¹¹. Nesse meio, destacou-se, com distinção, nos seus estudos, sendo mesmo apelidado de “*El grande sabio de las Islas de Portugal*”¹¹². Estudou sob a orientação do célebre teólogo Domingos de Soto¹¹³. Terá sido ordenado presbítero possivelmente nas férias de Verão de 1554, numa visita a São

¹⁰⁸ FRUTUOSO, 1998:Livro IV.

¹⁰⁹ Patrício e amigo, Gaspar Gonçalves estudou com Gaspar Frutuoso em Salamanca.

¹¹⁰ Como por exemplo o já citado Gaspar Gonçalves, que obteve o título de Doutor em Salamanca em 1557, tendo regressado à Ribeira Grande, onde exerceu a Medicina. Ver também: SOARES, António Alves (1995). Estudantes açorianos na Universidade de Salamanca (até 1800). In *Arquipélago – História*, 2.ª série, vol. 1, n.º 2 pp. 97-110.

¹¹¹ RODRIGUES, s.d.

¹¹² CHAVES E MELO, apud RODRIGUES. In FRUTUOSO, 1998:XVIII.

¹¹³ Domingo de Soto (1494-1560) foi um frade dominicano e teólogo espanhol, confessor do Imperador Carlos V do Sacro Império Romano Germânico (1519-1556). Foi professor de Teologia na Universidade de Salamanca, onde integrou a denominada “*Escola de Salamanca*”. No impedimento do também dominicano Francisco de Vitória, foi enviado em 1545 ao Concílio de Trento na qualidade de teólogo imperial. O Concílio de Trento (1545-1563) foi uma resposta da Igreja Católica à disseminação do protestantismo. Teve como principal objetivo reafirmar os dogmas da fé católica, no que ficaria conhecido como Contrarreforma.

Miguel, já que o seu registo em Salamanca, para o ano letivo de 1554-1555 dá-o, pela primeira vez, como “*presbitero bachiller*”.

Concluídos os estudos universitários, de volta, mais uma vez, a São Miguel, encontramos-lo a servir como pároco na Igreja Matriz da vila da Lagoa, na freguesia de Santa Cruz, onde existem registos, por ele lavrados, de outubro de 1558 a março de 1560.

Em 1560 retornou a Salamanca, possivelmente para se doutorar. Nesse mesmo ano mudou-se para Bragança, passando a ser um colaborador próximo do bispo da Diocese de Miranda, D. Julião de Alva (1560-1564)¹¹⁴, que lhe concedeu benefícios com rendimentos superiores a mil cruzados, aí tendo permanecido até 1563. Terá lecionado no Colégio do Santo Nome de Jesus, ali fundado em 1561 pela Companhia de Jesus.¹¹⁵ Efetivamente não se conhece o registo da obtenção do seu grau de Doutor, embora Frutuoso o use a partir de 1565. Não tendo sido localizados quaisquer registos quer em Salamanca, quer em Coimbra, esse grau poderá ter sido obtido na Universidade do Espírito Santo, em Évora, recém-fundada em 1559 pelo então arcebispo da Arquidiocese de Évora, cardeal Infante D. Henrique (1540-1564), instituição também administrada pela Companhia de Jesus.

Em 1564 Frutuoso renunciou a todos os seus benefícios e abandonou Bragança e regressou a São Miguel onde, por carta de confirmação de 20 de maio de 1565, foi nomeado vigário e pregador da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela na então vila da Ribeira Grande, cargo de que tomou posse a 15 de agosto de 1565, e que exerceu durante 26 anos, até falecer. Nesse período dedicou-se à vida paroquial e à prática da caridade, dentro e fora da ilha. Como exemplo, quando do assalto pelo corsário francês Pierre Bertrand de Montluc ao Funchal (3 de outubro de 1566), o religioso organizou um peditório a favor dos madeirenses, tendo para lá enviado trigo e dinheiro.

Foi ainda na Ribeira Grande, para além do trabalho paroquial e da prática da caridade, que Gaspar Frutuoso encetou o importante trabalho que nos legou. A sua investigação e recolha das tradições das ilhas, cujo povoamento se verificara há pouco mais de um século, foram os alicerces da sua obra magna – as *Saudades da Terra* – fonte essencial para o estudo, não apenas do início da História dos Açores, como também da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde.

¹¹⁴ Bispo Emérito de Miranda do Douro, cf. “*Hierarchia Catholica*”, Vol. 3, p. 278, e p. 246, disponível online em <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/balva.html> Consultado em 24 jun 2015.

¹¹⁵ Sobre a história desta ordem religiosa católica, ver OSSWALD, 2010.

O cronista faleceu na Ribeira Grande a 24 de agosto de 1591, tendo oficiado missa na sua igreja naquele mesmo dia e, segundo o respetivo termo de óbito, sem ter feito testamento, “*por Nosso Senhor o chamar de pressa e não ter tempo*”.

Foi sepultado na capela-mor da sua igreja, acima dos primeiros degraus, quase defronte ao altar-mor.

Em 3 de setembro de 1866, os seus restos foram trasladadas para o Cemitério da Ribeira Grande, assinalados por um pequeno mausoléu, onde se inscreve:

*“Aqui jazem as cinzas do Revd.º Gaspar Frutuoso, historiador das ilhas dos Açores e doutor graduado em philosophia e theologia pela Universidade de Salamanca, o qual nasceu na cidade de Ponta Delgada em 1522 e faleceu nesta Villa em 24 de Agosto de 1591. Tendo recusado o bispado de Angra que em seu favor quizerá resignar o ex.mo Bispo D. Manoel de Almada, preferiu à mitra a vigararia da Matriz desta Villa, que serviu por 40 anos. A Camara Municipal deste concelho a expensas do município e coadjuvada pelos donativos de alguns michaelenses, mandou erigir este monumento à memoria de varão tão insigne em letras e em virtudes, 1867.”*¹¹⁶

Em frente à sua igreja ergue-se em nossos dias, em sua homenagem, uma estátua, de autoria do escultor açoriano Numídico Bessone (1913-1985).



Figura 5 - Monumento em homenagem a Gaspar Frutuoso, Ribeira Grande. Ao fundo, a Igreja de N. S.^a da Estrela (Foto do autor)

¹¹⁶ Epigrafia no túmulo de Gaspar Frutuoso, no cemitério da Ribeira Grande.

1.2. As Saudades da Terra

“Vejo, Senhora, estas ilhas dos Açores estarem neste grande mar Oceano e nele mesmo estar a ilha da Madeira e Porto Santo e outras que são de El-Rei de Portugal, tão perto das Canárias, que são de El-Rei de Castela, e, logo, as ilhas do Cabo Verde, povoadas de portugueses, e não entendo esta mistura, como neste mar houve dois senhores diversos.”¹¹⁷.

Enquanto autor das *Saudades da Terra*, Gaspar Frutuoso é considerado o “pai” da história açoriana¹¹⁸. Embora o seu verbete na *Enciclopédia Açoriana* desenvolva análises específicas para os diversos vieses de seu trabalho, quer como historiador, filósofo, literato e filósofo natural¹¹⁹, aspetos que o caracterizam como um polímata, a literatura em História das Fortificações, quer nos Açores, na Madeira, nas Canárias ou em Cabo Verde, tradicionalmente não o referia como fonte histórica para o século XV-XVI, momento em que se inicia a fortificação dos referidos arquipélagos.

Ainda de acordo com a mesma fonte, acredita-se que muita da produção literária e teológica de Frutuoso ter-se-á perdido. Chegou até nós a sua obra mais importante, embora parcialmente mutilada, as *Saudades da Terra*, manuscrito que teve uma existência atribulada após a morte do autor e que foi objeto de diversas cópias¹²⁰. Vários documentos relativos ao cronista foram publicados no *Arquivo dos Açores*, onde, de igual modo, a partir do último quartel do século XIX, Ernesto do Canto deu a conhecer a um público mais alargado algumas passagens das *Saudades da Terra* (I, 403-434, 458-466 e 536-541; II, 85-93, 172-186 e 188-190; X, 486-490; XII, 122-157)¹²¹.

O manuscrito, dividido em seis volumes, redigido entre 1586 e 1590¹²², é fruto da investigação do autor – leituras, observações, inquirições – constituindo-se numa detalhada

¹¹⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 9, p. 30.

¹¹⁸ RODRIGUES (s.d.). Frutuoso, Gaspar. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9828> Consultado em 24 mar 2019.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ RODRIGUES, 1984.

¹²¹ AA.VV., [s.d.].

¹²² RODRIGUES, Rodrigo (1998) - “Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso”. In *Saudades da Terra*, Livro I, p. XXI. Acerca da periodização do Livro III (Santa Maria), ver a sua nota n.º 47: “O Livro II, que sofreu numerosas emendas e interpolações, todas do punho ou com o consentimento do próprio autor, como

descrição – geográfica, histórica, económica, sociológica e cultural – dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, para além de múltiplas referências ao de Cabo Verde e a outras regiões atlânticas. Por sua abrangência e natureza, constitui-se em referência para o conhecimento da Macaronésia ao final do século XVI, numa dimensão atlântica, e firma o seu autor como um personagem humanista típico da Renascimento (“*Homo universalis*”): literato, artista e músico, observador dos fenómenos naturais, preocupado com experimentações alquímicas e especulando com acerto nos domínios da geologia, da biologia e da mineralogia, entre outros.

É essa mesma abrangência que à época lhe conferiu uma característica ímpar, que apenas em nossos dias foi retomada, como assinalado por VIEIRA (s.d.):

*“Gaspar Frutuoso, em finais do século XVI, com as ‘Saudades da Terra’, define e sintetiza essa unidade insular, aproximando os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias. Esta ímpar situação na historiografia, só será retomada na década de quarenta do nosso século [século XX] pela historiografia europeia e no presente pela nova geração de historiadores insulares. Essa consciência histórica da unidade da múltipla realidade arquipelágica será definida de modo preciso na expressão braudeliana de ‘Mediterrâneo Atlântico’.”*¹²³

CARVALHO (2001) também reconhece essa unidade insular e afirma que o texto do cronista “(...) denota uma visão globalizante do Atlântico, por um lado, e, por outro, o conhecimento da existência de um mundo insular”¹²⁴.

Nela FRUTUOSO (1998) terá pretendido fazer um elogio aos Açores e às suas gentes, servindo o texto como um instrumento para a promoção do arquipélago junto à corte espanhola¹²⁵ num momento, recorde-se, em que a Crise de Sucessão de 1580 em Portugal, conduzira à sua invasão pela Espanha (1580), à aclamação de Filipe II de Espanha como Filipe I de Portugal nas Cortes de Tomar (1581) e, diante da resistência no arquipélago, de forças leais a António I de Portugal, à chamada Guerra da Sucessão Portuguesa (1580-1583), que culminou com a queda da ilha Terceira, e sua ocupação

se dirá a seu tempo, deve ter sido redigido em 1584, ou talvez, como diz João de Simas, antes de 17 de Junho de 1583, baseando-se num passo do cap.º 50.º, em que ao falar de Rui Gonçalves da Câmara, capitão donatário da ilha de S. Miguel, não o trata por conde de Vila Franca, título a que naquela data tinha sido elevado. (Nota de J. B. Rodrigues)”. (Op. cit., p. 138)

¹²³ VIEIRA, s.d. (b)

¹²⁴ Op. cit., p. 77.

¹²⁵ AA.VV., [s.d.].

militar (1583). O autor foi testemunha desses acontecimentos, que buscou descrever de forma factual.

A formação erudita e a leitura cuidadosa de autores clássicos (Aristóteles, Heródoto, Tucídides, Virgílio, Cícero) e coevos (Garcia de Resende, João de Barros, Damião de Góis, António Galvão), que se revela ao longo da composição, colocam Gaspar Frutuoso entre a elite cultural do seu tempo.

A obra é resultado não apenas da alargada formação intelectual de Frutuoso, da informação de uma vasta rede de contatos e da documentação compulsada pelo autor, como da importância de cada ilha e arquipélago, assim ordenada:

- **Livro I** – história geral e do Atlântico, com ênfase nos arquipélagos das Canárias e de Cabo Verde;
- **Livro II** – Madeira, fundamentando-se na narrativa de Jerónimo Dias Leite¹²⁶;
- **Livro III** – Açores: Santa Maria;
- **Livro IV** – Açores: São Miguel;
- **Livro V** – Poema “*História de Dois Amigos da Ilha de São Miguel*”, de carácter ficcional, onde a “*Verdade*” narra à “*Fama*” – personagens tipicamente renascentistas –, em estilo pastoril, a história de dois amigos forçados a viver longe de casa. Neste livro alguns biógrafos de Frutuoso vislumbram uma aparente autobiografia do autor e do seu companheiro de estudos, o médico micalense Gaspar Gonçalves¹²⁷;
- **Livro VI** – Açores: Terceira, Faial, Pico, Flores, Graciosa e São Jorge.

¹²⁶ Jerónimo Dias Leite (1540-159?) foi um clérigo madeirense, autor de “*Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha*”, obra fundadora da historiografia madeirense. Acredita-se que foi escrita por solicitação de Gaspar Frutuoso que, residente nos Açores, lhe pedira que interviesse junto de João Gonçalves da Câmara, 6.º capitão do donatário do Funchal, no sentido de lhe serem fornecidos os dados constantes de um documento conservado no arquivo da casa dos Câmaras, cujo autor seria Gonçalo Aires Ferreira, um dos companheiros de João Gonçalves Zarco. A partir desse texto, Dias Leite, valendo-se de outros recursos, como sejam aos tombos das Câmaras, por exemplo, compôs uma obra em onze folhas que largamente ultrapassava a fonte, composta apenas por três. O novo manuscrito, que narrava com mais pormenor a história do descobrimento do arquipélago e a vida e feitos dos seus capitães, estaria pronto antes de 1590, pois que Frutuoso em muitos trechos se lhe refere como fonte para o seu Livro Segundo das *Saudades da Terra*. João Cabral do Nascimento (1897-1978) considerou que grande parte dos erros imputados a Frutuoso radicava no manuscrito do cônego madeirense a quem atribuía “*a maior culpa em tudo o que Frutuoso conta de menos verdadeiro sobre a Madeira*”. Acerca do assunto, por Cabral do Nascimento, ver: “*Apontamentos de História Insular*” (1927) e “*Documentos para a História das Capitânias da Madeira*” (1930).

¹²⁷ ARRIMAR (1984) sustenta que a redação do livro V será anterior à dos demais livros, uma vez que se apresenta composto “(...) numa letra mais perfeita e harmoniosa do que os outros livros do código frutuosiano”, sugerindo ter sido redigido por um punho mais jovem e firme. (Op. cit., p. 50)

Esse conjunto é complementado por um derradeiro volume, intitulado “*Saudades do Céu*”, uma dissertação de natureza filosófico-teológica acerca das dificuldades açorianas à época da Crise de Sucessão de 1580-1583¹²⁸.

Acerca do percurso do manuscrito, acredita-se que o autor pretendia publicá-lo, referindo-se o evidente apuro na sua forma, onde se encontram inúmeras emendas feitas pelo seu próprio punho. Desconhecem-se os motivos pelo qual não o fez, considerando-se que possivelmente estejam ligados ao domínio filipino de Portugal (1580-1640). Tendo o autor falecido (1591), o manuscrito foi legado, junto com sua biblioteca pessoal, ao Colégio de Todos os Santos, da Companhia de Jesus em Ponta Delgada, onde se conservou até 1760, quando teve lugar a expulsão da Companhia de Jesus do país, sendo confiscados as suas casas e bens¹²⁹.

O manuscrito passou às mãos de particulares, dele tendo sido efetuadas várias cópias parciais ao longo dos anos, com destaque para a executada por João de Arruda que, embora sem formação especializada em paleografia, transcreveu grande parte do manuscrito da obra, tarefa a que se dedicou em pleno¹³⁰.

A primeira parte da obra a vir a público foi o Livro II, em 1873, com trinta notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo, uma síntese histórica escrita para o *Dicionário Universal de Português Ilustrado* de Fernandes Costa (1882) e, em 1925, a edição de Damião Peres, sob os auspícios da Junta Geral do Distrito do Funchal. Ao Livro II, seguiu-se a parte genealógica do Livro IV, publicada em 1876 por iniciativa de Francisco Maria Supico e José Pedro de Jesus Cardoso.

Na década de 1920, no contexto das comemorações do Centenário do Nascimento de Gaspar Frutuoso (1922), o manuscrito encontrava-se na posse da família Praia e Monforte, que tendo impedido o acesso à obra à época, inviabilizou a sua publicação integral. Procedeu-se assim à publicação dos dois volumes relativos às ilhas de Santa Maria (Livro III, 1922) e de São Miguel (Livro IV, em 3 vols., 1924, 1926 e 1931), dos quais se dispunham de cópias completas, dignas de crédito. A edição do Livro III, sobre Santa Maria, ficou a cargo de Manuel Monteiro Velho Arruda. O mesmo erudito

¹²⁸ Sobre esta obra, com uma nota biográfica de Frutuoso, ver LUZ, José Luís Brandão da (2011). As Saudades do Céu do Doutor Gaspar Frutuoso. In *Insulana*, vol. 67, pp. 31-37.

¹²⁹ Lei de Extermínio, Proscrição e Expulsão dos seus Reinos e Domínios Ultramarinos dos Regulares da Companhia de Jesus, 3 set 1759. In *Collecção da Legislação Portuguesa - Legislação de 1750 a 1762*, pp. 713 a 716.

¹³⁰ *Pedras basálticas de Botelho da Câmara* – Museu Carlos Machado, Disponível em: <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/pedrasbotelhodacamara> Consultado em 13 mai 2019. O morgado João de Arruda Botelho da Câmara (1774-1845) foi genealogista e membro destacado da governança da cidade de Ponta Delgada,

encarregar-se-ia, posteriormente, da edição do Livro I da obra (1939), com base em uma cópia do manuscrito também existente na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada (BPARPD)¹³¹.

O manuscrito foi, mais tarde, doado à Junta Geral de Ponta Delgada e incorporado ao acervo da BPAPD, onde atualmente se encontra, impondo-se, a partir de 1950 a sua publicação integral, inclusive os Livros V e VI, até então inéditos.

Existem diversas edições parcelares das *Saudades da Terra*, com edições integrais, da responsabilidade do Instituto Cultural de Ponta Delgada, a partir de 1966.

¹³¹ RODRIGUES, 1960.

1.2.1. Aspetos de defesa militar

Como referimos acima, ao longo desta investigação chamou-nos a atenção a relativa discrepância entre a importância historiográfica de Gaspar Frutuoso e a ausência de citações de sua obra como fonte para os tópicos militares em sua época. Apenas podemos atribuir essa lacuna ao facto de o conjunto integral de sua obra ter sido publicado apenas na segunda metade do século XX¹³², e de os estudos terem-se concentrado em aspetos genealógicos, patrimoniais, naturais e culturais, mais evidentes na obra, relegando a segundo plano os aspetos defensivos.

De facto, Frutuoso, embora tenha sido um académico de Humanidades e um religioso, não descurou em sua obra aspetos da arte da guerra, nomeadamente a experiência portuguesa e espanhola nos variados teatros de operações em que as respetivas forças militares agiam em sua época, quer no mar, no Atlântico, no Índico e no Pacífico, quer na terra, na Macaronésia, em África e na Ásia. A sua narrativa fornece-nos informações dessa natureza a diversos propósitos, quer contextualizando um determinado núcleo urbano, um determinado episódio histórico-militar, uma biografia de um nobre, gentil-homem ou militar. São ainda recrutados no domínio militar determinados referenciais para medição do espaço, como por exemplo: “*a três tiros de besta*”, “*altura de duas lanças*”, “*como um tiro de falcão ou de arcabuz*”, o que certamente reflete a vida numa ambiência impregnada pela vivência da guerra em espaços de fronteira¹³³.

Como exemplo, no Livro I, que versa essencialmente sobre as Canárias, oferece-nos informação não apenas sobre as primeiras estruturas de fortificação erguidas no arquipélago, ainda ao tempo de sua conquista no início do século XV, como a fortificação erguida por Jean de Béthencourt na ilha de Lanzarote, possivelmente ainda em 1402 ou

¹³² Recordamos que a primeira parte da obra a vir à luz havia sido o Livro II, em 1873, com 30 notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo, e uma síntese histórica redigida para o *Diccionario universal portuguez illustrado* (Lisboa, Henrique Zeferino de Albuquerque, 1882). Seguiu-se-lhe a parte genealógica do Livro IV, publicada em 1876 por iniciativa de Francisco Maria Supico e José Pedro de Jesus Cardoso. No contexto das comemorações do Centenário do Nascimento de Gaspar Frutuoso (1922) o manuscrito encontrava-se na posse da família Praia e Monforte que, não tendo permitido o acesso ao mesmo, inviabilizou a publicação integral do mesmo à época. Ainda na década de 1920, graças a cópias completas, dignas de crédito, foram publicados os dois volumes relativos às ilhas de Santa Maria (Livro III) e de São Miguel (Livro IV). A edição do volume sobre Santa Maria ficou a cargo de Manuel Monteiro Velho Arruda. O mesmo erudito encarregar-se-ia, posteriormente, da edição do Livro I da obra, com base em uma cópia do manuscrito também existente na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada (João Bernardo de Oliveira Rodrigues (1959) - Notícia Biográfica do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, p. XIX-XXI). A partir de 1966 sucederam-se as edições integrais da obra, pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada.

¹³³ Sobre os Açores como espaço de fronteira ver GOMES (1989), RILEY (1995) ROCHA [et al.] (2005-2006).

logo após¹³⁴ – “Na [ilha] de Lanzarote fez um bom castelo, ainda que de pedra e barro, com que conservasse o que tinha ganho.”¹³⁵ –, mas também sobre a Gran Canária:

*“Esta cidade de Santa Ana [Las Palmas?] (que tem este nome por ser ganhada a ilha neste dia) é de tudo bem abastecida e de grossos mercadores que tratam quarenta e cinquenta mil cruzados, e mais e menos. O porto da banda de leste corre em praia quase uma légua norte e sul da cidade até uns ilhéus, onde está uma fortaleza bem situada, no qual comprimento estão a lugares baluartes e fortes bem artilhados; nunca foi de contrários entrada, ainda que muitas vezes cometida, pela boa ordem que há na defesa e armas. Onde tem muitas bandeiras [corpos militares], e são os moradores, de sua condição, belicosos e destros.”*¹³⁶

E para a ilha de Tenerife: “(...) a cidade da Alagoa, que é uma légua de porto de mar pela terra dentro, costa arriba da banda do Oriente, em cujo porto está uma freiguesia de Santa Cruz, onde está uma fortaleza, (...).”¹³⁷

E para a ilha de La Gomera: “(...) pedra branca que ali havia, lavrada por oficiais, que [D. Diogo de Ayala] mandou vir de Espanha pera as fortificações da ilha.”¹³⁸
E complementa:

“Também à banda de Nossa Senhora de Guadalupe faz outra sacada muito grossa ao mar, à maneira de meia rodela, com que abriga um porto e outro do Norte. O porto grande entra pela terra na boca daquele vale, onde agora é a vila, todo o que é de comprido, o espigão que antre os dois portos está, e bota pela parte do Norte a um forte que se fez depois que Pé de Pau¹³⁹ ali foi e cometeu esta ilha o ano de mil e quinhentos e

¹³⁴ Jean de Béthencourt e um associado, Gadifer de la Salle, largaram do porto francês de La Rochelle a 1 de maio de 1402, com o objetivo de encontrar novas terras no Atlântico. Seguiram em 2 navios, com uma tripulação de 80 homens. Tendo-se demorado várias semanas no porto atlântico de Cádiz, no sul da Espanha, 26 dos seus homens desertaram. Os restantes desembarcaram em Lanzarote, uma ilha escassamente povoada do arquipélago das Canárias, e facilmente derrotaram os 300 Guanches que a habitavam. Em seguida conquistaram e colonizam as ilhas vizinhas de Fuerteventura e El Hierro. Para uma visão coeva da conquista ver o manuscrito de Jean IV de Béthencourt e Gadifer de La Salle. *Le Canarien*, início do século XV.

¹³⁵ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 9, p.:27.

¹³⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 12, pp. 35-36.

¹³⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 13, pp. 36-37.

¹³⁸ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 20, p. 65.

¹³⁹ N.e.: François le Clerc (Normandia, 15?? - águas dos Açores, 1563), apelidado de “perna de pau” (“*Jambe de Bois*” pelos franceses, “*Peg Leg*” pelos ingleses ou “*Pata de Palo*” pelos espanhóis), foi um corsário francês do século XVI. É reconhecido como o primeiro da Era Moderna a usar uma prótese para substituir um membro inferior. Também foi o primeiro a possuir uma “*carta de marca*”, expedida por Henrique II de França (1547-1559).

cinquenta e três, em véspera de S. Pedro ad Vincula, mas não ousou nem a pode entrar, tão bem se souberam valer e animar os moradores dela, islenhos e não islenhos, como adiante direi.

E faz a ilha, à banda do Sul ou Sueste, outra grande sacada, de meia légua ao mar em torno (...) onde está a vila quase em redondo (...).

*Defronte do porto, no meio do areal, está uma torre de cantaria com seus tiros (...).*¹⁴⁰

Com relação a Cabo Verde, observa: “*Pela ilha de Santiago vão as naus de Espanha pera as índias de Castela e as de Portugal pera Angola, pera Guiné e para Congo, como também, à tornada, vêm deferir à ilha Terceira.*”¹⁴¹

E ao debruçar-se sobre a questão do descobrimento de Cabo Verde, fornece-nos dados acerca do chamado “*Castelo de Arguim*”¹⁴², primeira feitoria da Coroa Portuguesa em África (c. 1445), e que serviu de modelo para o castelo-feitoria de São Jorge da Mina (1481) e tantos outros que se lhe seguiram no Ultramar Português.

Com relação ao episódio do descobrimento da América, FRUTUOSO (1998) também oferece informações sobre a fundação do chamado “*Fuerte Navidad*”, que hoje conhecemos pela publicação do Diário de Bordo de Cristóvão Colombo:

“E tomando certos índios, deram a volta pera outra ilha, chamada pelos da terra Hayte; puseram nome ao porto onde surgiram, chamando-lhe Porto Real. (...) [Colombo] começando logo a conversar com eles e cambiar os índios seu ouro e mantimentos por cascavéis e cousas de pouco preço, com o serviço dos índios edificou mui prestes um castelo de terra e madeira, pera deixar ali alguns dos seus e vir a Castela com tão alegre nova. Pôs nele a Diogo de Arana com trinta e oito companheiros.”¹⁴³

E fornece uma explicação para o seu abandono, como descoberto quando da segunda viagem, referindo a fundação do Fortim de São Tomás:

Em 1553 liderou um ataque contra a cidade de Santa Cruz de La Palma, no arquipélago das Canárias, que saqueou e incendiou (21 de julho). Esta armada também atacou e saqueou San Germán, a segunda cidade mais antiga de Porto Rico, e saqueou metodicamente os portos de Hispaniola (Cuba), de sul para norte, a ilha de Mona, a ilha Saona, Yaguana e outras, saqueando toda a artilharia possível no percurso.

Em 1563 partiu para o arquipélago dos Açores, onde veio a ser morto, enquanto caçava navios de tesouro espanhóis.

¹⁴⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 20, p. 65-66.

¹⁴¹ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 21, p. 80.

¹⁴² FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 21, p. 70.

¹⁴³ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 22, p. 75.

*“E, achando em Hayte [Haiti] os companheiros mortos pelos índios, porque lhe tomavam as mulheres, não quis povoar senão outra ilha, que chamou a Isabela, por honra da Rainha Católica, D. Isabel. Fez uma fortaleza nas minas [de ouro] e pôs nela por alcaide a Mosem Pedro Margarite. E com isso despachou, dos dezassete navios que levava, doze pera Espanha, com António de Torres, e deu-lhe muitos grãos de ouro e outras muitas outras coisas que trouxera.”*¹⁴⁴

Com relação à chamada “Questão das Molucas” (1520-1529), ao historiar a primeira viagem de circum-navegação (1519-1522), empreendida por Fernão de Magalhães (1480-1521), dá conta do estabelecimento do forte português de Ternate, nas Molucas:

*“(...) [As naus espanholas remanescentes da expedição de Magalhães] arribaram às ilhas de Maluco, donde dantes partiram, e vieram surgir antre as ilhas de Doi e Batechina, no qual lugar, estando sobre âncora, souberam de uns paraus de El-rei de Gilolo, que passaram por junto deles, que era chegado às ilhas de Maluco António de Brito, capitão de El-rei de Portugal D. João, o terceiro do nome, com cinco naus portuguesas e que na ilha de Ternate estavam os portugueses fazendo uma fortaleza (...).”*¹⁴⁵

E de como este conduziu à construção do forte espanhol na vizinha ilha de Tidore:

*“E esta mesma nau Vitória, que tornou a Sevilha com cravo e especiaria, deu causa ao Imperador D. Carlos [V] mandar outra armada de outras cinco naus, que fossem a Maluco, a fazer fortaleza na ilha de Tidore.”*¹⁴⁶

Com o mesmo detalhamento com que deu conta das estruturas acima referidas no Livro I das *Saudades da Terra*, no Livro II - onde refere o arquipélago da Madeira -, FRUTUOSO (1998) oferece-nos informações acerca do Baluarte Velho do Funchal (a “Fortaleza Velha”), e de diversas outras estruturas, bem como detalhes do armamento e da defesa militar até à época. Com relação ao arquipélago dos Açores, o autor regista ainda

¹⁴⁴ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 22, p. 77.

¹⁴⁵ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 23, p. 83.

¹⁴⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. 24, p. 84.

informações de natureza militar e fortificação nos Livros III (Santa Maria), IV (São Miguel) e VI (Terceira, Faial, Pico, Flores/Corvo, Graciosa e São Jorge).

1.2.2. A defesa militar na ilha de São Miguel no século XVI (Livro IV)

Bartolomeu Ferraz¹⁴⁷, em 1543, alertou o soberano sobre a necessidade de se fortificarem as ilhas dos Açores diante das ameaças de corsários franceses (luteranos)¹⁴⁸. À época, em meados do século XVI, os habitantes da ilha de São Miguel formularam uma série de pedidos ao monarca, reiterando a necessidade de fortificação de Ponta Delgada, elevada a cidade em 2 de abril de 1546. Entre estes, o ouvidor da ilha, Manuel Nunes Ribeiro expôs ao soberano:

"Creia V. A. que é muito necessário fazer-se logo a dita fortaleza e mandar alguma artilharia para a defensão dos navios que surtem no porto, porque depois que se escreveu a V. A. vieram aqui, por duas ou três vezes, naus francesas e tomaram alguns navios em que tomaram um com cento e vinte e sete pessoas, em que entravam nove mulheres, do qual navio e gente não há nenhuma nova e há mais de dez meses que o tomaram e por muito certo se afirma que todas as vezes que aqui vierem poderão roubar navios que no porto estiverem sem lhes poderem valer por falta de artilharia e fortaleza

¹⁴⁷ Bartolomeu Ferraz de Andrade foi um militar português do século XVI. Em sua carreira atingiu o posto de Coronel de Infantaria. Serviu a D. João III de quem recebeu uma tença, cf. *Alvará de quitação de 1.530 réis a Bartolomeu Ferraz, cavaleiro da Casa Real, importância do que havia de pagar na Chancelaria, do padrão de 7.680 réis que D. João III lhe deu de tença* (ANTT, ref. PT/TT/CC/1/31/68. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3771140>).

Por carta ao então Secretário de Estado, António Carneiro, datada de 7 de janeiro de 1526, agradeceu as mercês que aquele lhe havia feito, e deu-lhe conta do sucedido com os oficiais da Câmara Municipal de Portalegre. (*Carta de Bartolomeu Ferraz a António Carneiro, secretário de Estado, de agradecimento pelas mercês que lhe havia feito, e lhe dá conta do que passou com os oficiais da Câmara de Portalegre*. ANTT, ref. PT/TT/CC/1/33/57. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3771408>)

Cerca de uma década mais tarde recomendou ao soberano a necessidade de se fortificarem as ilhas do arquipélago dos Açores, em virtude da ação de corsários franceses naquela região do oceano Atlântico (*Carta de Bartolomeu Ferraz (...)*. In *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1883, pp. 365-366.).

Foi sepultado na antiga Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na freguesia da Ajuda, em Lisboa, tendo se inscrito em sua lápide no alpendre daquele templo: “*Sepultura do Capitão Bartholomeu Ferraz de Andrade, Coronel que foy no Reino de Infantaria do esclarecido Rey D. João III., e de Isabel de Oliveira sua mulher, e de seus descendentes e herdeiros. 1550.*” (CASTRO, João Bautista de. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* (t. 3º, parte V). Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763. p. 206.

A mesma fonte complementa, transcrevendo das “*Memórias*” do Desembargador Francisco Monteiro Leiria, um trecho de uma petição datada de 8 de março de 1550 ao Cabido de Lisboa: “*Diz Bartholomeu Ferraz de Andrade, Coronel nestes reinos de Portugal, que elle tinha vivido neste mundo mais do que esperava viver, no qual tempo que assim viveu, correo grande parte dele trabalhando por ganhar honra, e fama de suas obras, por ficar dele memoria aos que dele descendessem: e como quer que sempre foy ajudado do Senhor Deos, e da Virgem Maria sua madre, queria ordenar a casa, e morada onde havia de morar para sempre, etc. O Despacho do Cabido foy: Que havendo respeito à sua muita nobreza, e virtude que lhe dá o jazigo dos alpendres de Nossa Senhora da Ajuda.*” (Idem)

MOREIRA (2019) refere que exerceu o cargo de Corregedor (dos Açores?), na sequência da queda da praça-forte marroquina do Cabo de Gué (1541) (Op. cit., p. 205)

¹⁴⁸ Carta de Bartolomeu Ferraz (...). In *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1883, pp. 365-366.

que não há, a qual agora é mais necessária por causa do grande crescimento que vai a ilha com os açúcares que agora se plantam."¹⁴⁹

No ano seguinte (1551) dentro do escopo da construção do molhe do porto de Ponta Delgada, iniciavam-se as obras de terraplenagem para a construção do Forte de São Brás de Ponta Delgada, com projeto de autoria do “*Mestre das obras das capelas*” dos Açores, Manuel Machado¹⁵⁰.

D. João III expediu, a 4 de abril e a 13 de outubro de 1552 as provisões-régias que determinavam a escolha de 12 “*bombardeiros*”, a quem seriam ministrados treinos de “*tiro de berço*” durante um mês, e depois de “*tiro de canhão*”, de modo a servirem na defesa de Angra e na de Ponta Delgada. Entretanto, estes profissionais apenas entrariam ao serviço em março de 1556. Pelo alvará-régio de 18 de outubro de 1552, anunciou a ida do desembargador Manuel Álvares e do cavaleiro-fidalgo Isidro de Almeida aos Açores, para estudarem “*in loco*” um projeto para a fortificação das ilhas do arquipélago, principalmente o porto e a cidade de Angra.

FRUTUOSO (1998) dá-nos conta das providências tomadas pelo mesmo soberano sobre a matéria, e nomeadamente sobre a vinda do 6.º capitão do donatário da ilha, Manuel da Câmara (1535-1578):

*“E, como o coração do Rei está na mão de Deus, ainda que aos povos é coisa dura e mal recebida fazerem-se fortalezas à sua custa, sem atentarem seu perigo, inspirado de Deus, el-Rei D. João, terceiro do nome, ou vendo as coisas ao longe e temendo que os luteranos cossairos saqueassem esta ilha [de São Miguel] e outras, determinou mandar fazer nelas alguns fortes, querendo que os Capitães residissem em suas terras; para o que veio o Capitão [do Donatário] Manuel da Câmara a esta ilha a segunda vez, por mandado do dito Rei, no fim de dezembro de mil e quinhentos e cinquenta e dois anos.”*¹⁵¹

E prossegue, referindo os meios, financeiros e de recursos humanos para as obras da fortaleza a erguer em Ponta Delgada:

¹⁴⁹ Carta do Ouvidor da ilha de São Miguel, Manuel Nunes Ribeiro, ao rei, c. 1550. In Arquivo dos Açores, vol. II, 1880, p. 18. Posteriormente, o mesmo funcionário dá conta ao soberano de terem-se já tomado as medições para a fatura da fortaleza. In Carta de Manuel Nunes Ribeiro de 23 de março de 1551. DGARQ. (<http://digital.dgarq.gov.pt/?ID=3778505#a2>) Consultado em 30 jun 2010.

¹⁵⁰ CARITA, 1989:197.

¹⁵¹ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXXVII, p. 342.

“Desembarcou [Câmara] no lugar dos Mosteiros, onde o foi receber muita gente de cavalo, acompanhando-o dois dias que pôs no caminho até à vila da Ponta Delgada. Trazia em sua companhia ao doutor Manuel Álvares, que fora corregedor nesta ilha, com armas para a gente e com cárrago [encargo] de fazer o primeiro lançamento de trinta e três mil cruzados, sendo avaliadas todas as fazendas e alfândega de Sua Alteza, para se pagar a artilharia que trazia e se começar uma fortaleza nesta ilha, cuja traça havia de dar um Isidoro de Almeida, discretíssimo, douto e curioso homem, que, então, andava compondo um livro ‘De Condendis Arcibus’; e vinha com o dito Capitão, ele e um seu irmão, Inácio de Gouveia, também de raro engenho e discrição. Trazia o doctor por escrivão do que fazia e almoxarife das armas, que o povo pagou, a Simão Cardoso, e para começar a fazer exercício de guerra, veio um João Fernandes de Grada, desta vez por sargento-mor.”¹⁵²

Ainda em 1552, o engenheiro militar Isidoro de Almeida criticou o projeto do açoriano Manuel Machado apresentado no ano anterior (1551) para a construção do Forte de São Brás em Ponta Delgada e, no ano seguinte (1553), Almeida apresentou uma nova traça, profundamente alterada, para o mesmo.¹⁵³

De acordo com a “*Informação dos Portos das Ilhas dos Açores*”, o primeiro porto a estar artilhado no Grupo Oriental do arquipélago terá sido o de Ponta Delgada¹⁵⁴. Estariam em progresso as obras do Forte de São Brás, para as quais o Alvará de 15 de

¹⁵² FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXXVII, p. 342.

¹⁵³ Isidoro de Almeida (séc. XVI) foi um engenheiro militar português. Formado na Universidade de Coimbra, trabalhou como engenheiro de fogos e minas, tendo acumulado experiência nas campanhas de Itália e Alemanha. É autor de um conjunto de seis livros, dos quais o mais conhecido é o “*Quarto livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares, Que tracta dos officiaes da infantaria, cõvem saber*” (Évora, 1573. 242p.) É razoável acreditar que Almeida tenha introduzido alterações ao projeto inicial de Machado com base no seu contacto com os avanços da arte vividos naquelas regiões. Tendo as obras do forte arrancado em 1553, pouco mais tarde o seu projeto seria novamente alterado. A primitiva traça apresentava 4 baluartes ligados por idêntico número de cortinas. Entre 1560 e 1567: “(...) *porventura sob risco de Isidoro de Almeida, teve plano reformulado enviado em Fevereiro de 1569, cuja autoria não pode deixar de reconhecer-se caber ao engenheiro Italiano Tommaso Benedetto, segundo planta de modelo abaluartado de matriz italiana maneirista (...)*” (SOUSA, 2002:62). Essa planta, que apresenta uma estrutura no formato de um polígono quadrangular com 4 baluartes de orelhões nos vértices e casamatas, encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro e nela já se encontram identificadas as edificações de serviço, assim como os baluartes com formato pentagonal e as canhoneiras rasgadas nos parapeitos das muralhas. Salgado Martins, no verbete sobre este forte, na Enciclopédia Açoriana, acerca dessa alteração comenta: “É provável que com a passagem pelos Açores dos engenheiros italianos Pompeu Ardício e Tommaso Benedetto [em 1567] para ‘assentarem as obras que se houverem de fazer’, estes tenham influenciado a construção de S. Brás.” (MARTINS, Salgado (s.d.). forte de S. Brás (vulgo Castelo de S. Brás) in Enciclopédia Açoriana. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=7113>

¹⁵⁴ Informação dos Portos das Ilhas dos Açores (est. 1553-1567). In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 121-123. A fonte acusa, além de alguma artilharia em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, algum “provimento” nas vilas de Angra e da Praia, na Terceira.

setembro de 1553 estabeleceu uma imposição de 2% sobre o valor dos açúcares e do pastel a exportar, “com o fim de aplicar à defeza da ilha – fortificações, munições, gente de guerra, etc.”. As obras, e a imposição, arrastar-se-iam por duas décadas ¹⁵⁵.

FRUTUOSO (1998) descreve as imposições, e refere que as mesmas não foram bem recebidas pela população à época:

“Ao sargento-mor pagava el-Rei de um tributo que se pôs de dois por cento de saída; depois mandou que se pagasse das imposições das vilas, pondo-lhe outras obrigações e, a petição dos povos que tinham necessidade delas para as igrejas, pontes e fontes, médicos, aposentadorias, enjeitados e outras coisas urgentes, lhe concedeu el-Rei, também em tempo do dito Manuel da Câmara, as imposições, contanto que se fizesse outro lançamento, o qual fez Fernão Cabral, provedor de sua fazenda, de onze mil cruzados, pelos quais compraram os povos as imposições, por lhe ficarem livres para as coisas sobreditas, consentindo neste lançamento; e assim foi julgado no Reino que as provisões que depois houveram Simão de Quental, terceiro sargento-mor, e o conselheiro Cristóvão de Crasto, para lhe pagarem seu ordenado das imposições de toda esta ilha, prorata, não se cumprisse nesta parte, porquanto os povos tinham compradas as imposições pelos ditos onze mil cruzados. O terceiro lançamento se fez também em seu tempo pelo provedor Duarte Borges de Gamboa. Manuel Machado, natural desta ilha, foi o primeiro mestre das obras de el-Rei que começou a fazer a fortaleza. E depois prosseguiu na obra dela Pero de Machado¹⁵⁶ e outros mestres das obras de el-Rei. O Capitão e eles eram murmurados do povo, que não olha senão o presente. Mas o tempo lhe tem bem ensinado e desenganado quão necessária era a fortaleza na terra.”¹⁵⁷

¹⁵⁵ FERREIRA, 2003:123. Acerca deste tributo, CARITA (2019) historia: “Com D. Manuel se irão criar novas fontes de receita, geralmente designadas como ‘imposição’, com bases em taxas sobre as carnes e os vinhos, essencialmente vocacionadas para as obras de defesa e de enobrecimentos dos concelhos: casas das câmaras, praças e arruamentos, igrejas e mosteiros, etc.” (Op. cit., p. 207)

¹⁵⁶ Pedro de Maeda veio para S. Miguel em 1571 construir o castelo de São Brás e demais fortificações, como mestre de obras de El-Rei (Carta a El-Rei, da Câmara de Ponta Delgada, de 29 de Abril de 1577. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 79-80; Ver também: *Saudades da Terra*, Livro IV, caps. V e XCVI. Ver ainda: *Crónicas da Província de S. João Evangelista*, vol. 2, cap. 12; MARIA, Ealo de (1955). *El Ingeniero Pedro de Maeda*. Cantábria, Ayuntamiento de Meruelo; SOUSA VITERBO, Francisco Marques de (1899). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (3v.). Lisboa, Imprensa Nacional, vol. II, pp. 119-120; ALBERGARIA, Isabel Soares de (2012). *A Casa Nobre na Ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do Antigo Regime* (2 vol.). Tese de Doutoramento em Arquitetura submetida à Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior Técnico, vol. I, p. 111.

¹⁵⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXXVII, p. 343.

FRUTUOSO (1998), ao prover-nos as informações sobre a cidade de Ponta Delgada, fornece-nos as informações sobre a “*fortaleza*” do seu porto, com detalhes construtivos e de custos à época:

*“A nobre e populosa cidade da Ponta Delgada, tão célebre com generosos e poderosos moradores; tão rica, provida e abastada com diversos comércios e grossos tratos de mercadores riquíssimos; tão fortificada com fortaleza, baluartes e cubelos; (...).”*¹⁵⁸

*“(...) além de lhe frutificar bem a terra, a tem defensável com uma inexpugnável fortaleza, provida de mui grossa e furiosa artilharia, e de muitas munições de guerra, e dentro (afora um poço para serviço da gente) uma cisterna que leva mil e duzentas pipas, e ordinariamente tem mais de oitocentas de água boa e sã, por ser mui batida do ordinário que com um caldeirão cada dia tiram dela. Está situada esta Fortaleza sobre o porto principal, com outro porto e forte cais ao pé dela.”*¹⁵⁹

*“(...) e em outra ponta, defronte dos paços de António de Sá que foram de D. Fernando, antre ela e a Fortaleza, está outro porto de areia, que se fez com grandes gastos, e um cais de tão grande penedia de pedra ensossa, que quase cada uma custou, posta nele, como pedra preciosa, cinco, seis cruzados, fazendo um porto para por ele se servir a mesma Fortaleza, começando da porta direito a leste; no pé da qual esteve uma ermida do mártir São Brás, que já agora está mudada a outra parte, junto da Fonte; e dentro na Fortaleza, que está bem provida de furiosa e temerosa artilharia, está um grande poço de água salobra e uma cisterna, que já disse, muito custosa, formosa e boa, e de muito artifício, que dentro ordenou fazer-se o insigne mestre de campo Agostinho Inhiguez, que nesta ilha governou a gente de guerra, que nela ficou para a conquista da ilha Terceira, que leva as mil e duzentas pipas de água, já ditas, que se toma dos telhados das casas que dentro tem; e fora dela outro poço.”*¹⁶⁰

E sobre o seu alcaide, o próprio Capitão-mor e governador da ilha: *“Rende esta ilha de São Miguel ao Conde de Vila Franca, Capitão mor e governador dela e alcaide da fortaleza, trinta mil cruzados cada ano.”*¹⁶¹

E sobre o rendimento do cargo de alcaide da fortaleza: *“(...) cinquenta mil réis que tem de alcaide-mor da fortaleza (...).”*¹⁶²

¹⁵⁸ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. XLIII, p. 184.

¹⁵⁹ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. XLIII, p. 188.

¹⁶⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. XLIII, p. 190.

¹⁶¹ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LI, p. 228.

E sobre a fonte de receita que financiava as obras e provimento da fortaleza:

*“E além destes direitos se paga mais para a Fortaleza, de todo pastel e açúcar que se carrega, a dois por cento; como tudo (tirando os pastéis) se contém no foral, escrito no Livro do Tombo da alfândega da cidade da Ponta Delgada, concedido por el-Rei D. João, terceiro do nome, feito aos trinta de Julho de mil e quinhentos e vinte e seis anos, que é o mesmo foral da ilha da Madeira.”*¹⁶³

Com relação ao efetivo militar da cidade em geral dá conta:

“Há nesta cidade, na Relva, Fajã, Rosto de Cão e seus termos mais chegados, mil homens de armas, debaixo de quatro bandeiras. (...)

*Das quatro bandeiras que havia na cidade, cada uma de duzentos e cinquenta homens, fez o governador Ambrósio de Aguiar uma para a Fortaleza, de cem homens, de que era capitão Rui Vaz de Medeiros, e estas cinco bandeiras dividiu o governador Martim Afonso de Melo em sete, (...).”*¹⁶⁴

E sobre o efetivo da fortaleza em particular:

*“(...) na qual [cidade de Ponta Delgada], afora duzentos e oitenta soldados da Fortaleza, (...).”*¹⁶⁵

*“(...) e vinte e sete cavouqueiros, arcabuzeiros, que estavam servindo a el-Rei na fortaleza desta ilha, (...).”*¹⁶⁶

*“Gaspar de Teve, (...) foi capitão da companhia da guarda da fortaleza da cidade da Ponta Delgada, (...).”*¹⁶⁷

A 10 de março de 1567 foi nomeado como provedor da Fazenda Real na ilha de São Miguel Francisco de Maris, com a incumbência de proceder a arrecadação do último “terço” dos 30.000 cruzados destinados à construção da fortaleza de São Brás. Nesse

¹⁶² FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LI, p. 229.

¹⁶³ Sobre a origem dos recursos para a fortificação. (FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LVII)

¹⁶⁴ Sobre as Companhias de Ordenanças (“bandeiras”) da cidade de Ponta Delgada. (FRUTUOSO, 1998, Livro IV, cap. XLIII)

¹⁶⁵ Sobre a guarnição do Forte de S. Brás de Ponta Delgada. (FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. XVIII).

¹⁶⁶ Acerca do socorro enviado da ilha de São Miguel à ilha de Santa Maria, quando do assalto de corsários franceses em 3 de agosto de 1576. (FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XX)

¹⁶⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. VII, p. 34.

ínterim já havia sido enviado ao arquipélago Tommaso Benedetto, “*pelo muito conhecimento que tem das obras de fortificaçam, para com o parecer de Manuel da Camara, do meu conselho, capitam da dita ilha se ordenarem as obras que forem neseçarias fazerem-se*”¹⁶⁸.

Com relação a Vila Franca do Campo, FRUTUOSO (1998), acerca de uma tentativa de assalto de Castelhanos no contexto da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479), refere-lhe o precário estado da defesa, a artilharia, assim como a organização das suas gentes:

“No tempo que el-Rei D. Afonso [V de Portugal (1438-1481)] trazia guerra com el-Rei D. Fernando de Castela e Aragão, vieram a estas ilhas duas naus de castelhanos com determinação de roubarem e meterem a saco [saque] as povoações delas, e como Vila Franca do Campo era então a mais populosa e rica que em todas as ilhas havia, lançaram âncora em um ilhéu que está junto da dita vila, determinando de efectuarem seu desejo. Vendo os da vila as naus e temendo o que podia ser, se fortificaram, com valos e tranqueiras, o melhor que puderam, e não havendo bombardeiro, nem outra pessoa que atirasse com uma espera que tinham, um religioso de São Francisco, que ali se achou, a assestou às naus e lhe pôs fogo, e foi tão bem guiado o pelouro e o religioso fez tão bem o ofício de bombardeiro que derribou a uma nau o masto do meio, matando-lhe muita gente.

*Vendo os castelhanos tão grande destroço feito com um só pelouro, se alevantaram logo do dito ilhéu e foram para a ilha Terceira. Na dita vila não havia mais que aquela espera [esfera, antiga peça de artilharia] e aquele só pelouro, nem mais pólvora, a qual espera se perdeu quando correu a terra sobre Vila Franca e está hoje em dia debaixo dela, sem a tirarem por não saberem lugar certo onde estará.”*¹⁶⁹

Uma nova etapa de fortificação da ilha tem lugar quando da conquista castelhana da ilha, sob o governo do 7.º capitão do donatário da ilha, Rui Gonçalves da Câmara, 1.º conde de Vila Franca (1578-1601). Sobre a sua chegada à ilha, FRUTUOSO (1998) registou:

“A terceira vez veio o conde D. Rui Gonçalves da Câmara a esta ilha de S. Miguel, na armada de el-Rei Filipe, que vinha contra a Terceira. Chegou a Vila Franca uma quinta-

¹⁶⁸ Dois alvarás régios, com aquela data. In *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1883, pp. 82-84.

¹⁶⁹ FRUTUOSO, 1998: Livro IV, cap. LXIII, p. 280.

feira, sete dias de Julho da era de mil e quinhentos e oitenta e três anos. E ao dia seguinte, que foram oito do dito mês, desembarcou no porto da mesma vila, donde depois se foi por terra para a cidade da Ponta Delgada, acompanhado com muita gente de cavalo, onde se recolheu no mosteiro de S. Francisco por alguns dias, fazendo ali grandes gastos em banquetes com os senhores e fidalgos da armada. E uma quarta-feira à tarde, vinte de Julho da dita era de oitenta e três, se passou do mosteiro para a fortaleza, com grande festa da gente e estrondo de artilharia, onde esteve alguns dias, até se passar para as suas casas, que tem na freguesia de S. Pedro, donde foi visitando e fazendo fortificar toda a ilha, nos portos e lugares mais fracos, mandando fazer resenha de toda a gente de cavalo e de pé, e exercitando-a nas armas, até ele em pessoa correr a par com os cavaleiros, levando sempre vantagem na carreira, por ser bom cavaleiro e muito bem posto e airoso a cavalo.”¹⁷⁰

Desse modo, ao descrever Ponta Delgada no final do século XVI, regista:

“A nobre e populosa cidade da Ponta Delgada, tão célebre com generosos e poderosos moradores; tão rica, provida e abastada com diversos comércios e grossos tratos de mercadores riquíssimos; tão fortificada com fortaleza, baluartes e cubelos; (...).”¹⁷¹

O governo deste capitão do donatário foi marcado pelas ameaças à ilha quer do corsário inglês Francis Drake, quer de diversos outros, ingleses e franceses. Na ausência deste em Lisboa, estando como Ouvidor na ilha Gonçalo Vaz Coutinho (1590-1598), a mesma voltou a ser atacada, desta vez pela esquadra de Robert Devereux, 2.º conde de Essex, que desembarcou em vários pontos do litoral e causou grandes danos.

FRUTUOSO (1998) provê, por fim, copiosa informação para o estudo dos acontecimentos que envolveram a resistência do partido de D. António, prior do Crato, até à queda da ilha na sequência da Batalha Naval de Vila Franca (26 de julho de 1582).

¹⁷⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. XCVI, p. 421. Rui Gonçalves da Câmara (c. 1550-c.1601), 7.º Capitão do Donatário da ilha de S. Miguel, foi feito 1.º conde de Vila Franca por alvará de 17 de junho de 1583, por uma só vida, como recompensa pela sua adesão à causa filipina.

¹⁷¹ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. XLIII, p. 184.

1.2.3. A defesa militar nas ilhas Terceira, Faial, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo no século XVI (Livro VI)

1.2.3.1. A ilha Terceira

Na descrição desta ilha FRUTUOSO (1998) reporta-nos o primeiro momento das suas defesas, ainda no Livro IV, referente à ilha de São Miguel, no desenvolvimento da narrativa do ataque de duas naus de Castelhanos – “*No tempo que el-Rei D. Afonso trazia guerra com el-Rei D. Fernando de Castela e Aragão [1475-1479] (...)*” que tentaram o assalto a Vila Franca do Campo¹⁷², sendo ali repelidas. Angra não teve a mesma sorte, sendo saqueada na ocasião:

*“Chegando os castelhanos ao porto de Angra, desembarcaram nele e roubaram a vila que a este tempo era povoação mui pequena e não estava tão forte e guarnecida, como agora está, com muita artilharia e fortalezas que tem. Depois que os castelhanos se foram com as naus carregadas de presas que nesta ilha e outras fizeram, edificaram os moradores da vila de Angra um castelo, que agora está situado em um outeiro que cai sobre a cidade, que para o tempo em que se fez era assás forte, movidos a fazê-lo por arrecarem a tornada dos castelhanos.”*¹⁷³

O “castelo” citado é o chamado “Castelo dos Moinhos”, hoje desaparecido, que se localizava na altura do Alto da Memória, no centro histórico de Angra do Heroísmo, pelo fundador de Angra, Álvaro Martins Homem. E no Livro VI, na descrição de Angra, volta a referir essa sua primeira defesa:

“Está esta cidade situada ao modo circular, quase redonda, em um baixo vale e nos outeiros que a cercam, em um dos quais, mais alto da banda do norte, está como amparo dela um forte castelo com munições e artilharia, novamente renovado e provido, sendo dantes mais fraco, edificado somente pera recolhimento e defesa dos moradores dela no tempo das guerras de Portugal com Castela, no qual castelo morava antigamente o capitão da ilha, Manuel Corte Real, e depois morou em outros paços, abaixo do mesmo

¹⁷² FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXIII, p. 280.

¹⁷³ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXIII, p. 280.

castelo, com rico jardim de muitas laranjeiras e frescura, que ainda agora possui, o qual herdou de sua irmã, Dona Iria, que foi casada com Pero de Góis, nobre fidalgo.”¹⁷⁴

E ratifica a solidez do castelo e as motivações dessa defesa:

“O castelo da cidade de Angra, com novas de cossairos e guerras que recresceram, foi depois bem fortalecido para se recolherem as mulheres nele, quando houver algum acometimento de contrairos; pois veio tempo que os moradores destas ilhas, dantes tão seguros e quietos, tenham muitas vezes sobressaltos e rebates de piratas, com que vivem como em fronteira de imigos, como fronteiros de África.”¹⁷⁵

Atendendo também a razões de defesa, a vila de S. Sebastião foi fundada afastada do mar:

“Por esta causa também se edificou a vila de S. Sebastião em um grande vale, junto de uma serra mui alta, afastada de um bom porto que tem, tendo-se os moradores dela por mais seguros, vivendo afastados da costa do mar.”¹⁷⁶

Do mesmo modo que já havia procedido para a ilha de S. Miguel, FRUTUOSO (1998) também reporta os acontecimentos da Crise de Sucessão de 1580-1583:

“Tomaram estas miseráveis novas do alevantamento das Terceiras (...). Entanto, os discordes ânimos da Terceira, passados os limites da razão, traziam no mar navios a roubar, metiam na pátria estrangeiros, pagavam à sua custa guarnições, tinham contínua ordem de vigias, fortificavam as praias, impossibilitavam passos que podiam dar entrada aos imigos e, com horrenda confusão de pareceres, ardiam em confusos pareceres. Juntaram a tantos males maiores outros, roubando os cansados navios que, oprimidos do longo fastio da viagem, demandavam com desejo aquele porto, em refeição e prémio do trabalho.”¹⁷⁷

¹⁷⁴ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. III, p. 13.

¹⁷⁵ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXIII, p. 280.

¹⁷⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXIII, p. 280. A povoação, denominada primitivamente de Lugar de Frei João, foi elevada a vila por alvará de D. Manuel I datado de 23 de março de 1503, quando passou a denominar-se Vila de São Sebastião.

¹⁷⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. IV, p. 21.

Assim como para Angra, a sua narrativa fornece-nos ainda elementos acerca do primitivo sistema defensivo da Praia. Mas não só, na descrição que fornece da costa sul da ilha, assinala os pontos fortificados, permitindo assim uma compreensão do sistema defensivo da Terceira em fins do século XVI.

E sobre as defesas da Praia:

*“Começando da ponta da serra de Santiago, pela costa da banda do sul, junto a ela, ao pé da rocha, está uma fortaleza, que se fez agora novamente pera resguardo da terra (a qual não vêem os navios que vão da banda do leste, senão quando vão dar debaixo dela), com algumas peças de artilharia, e logo se faz uma grande enseada, que é o porto da vila da Praia, por ter uma praia de areia branca em toda ela, que será, em redondo, de comprimento de meia légua. Da ponta da qual serra, que é alta rocha, corre primeiro a costa rasa, de calhau, tanto como dois tiros de besta; e, logo, expedindo este calhau, na ponta dele, onde se começa a areia e se carregam os navios de trigo e pastel e de quanto há na terra, por não se poder carregar nada em outra parte do areal de toda a baía, por serem bancos de areia, está também outra fortaleza bem provida de artilharia, e dela, por todo areal, até o calhau de Santa Caterina, que está adiante, no fim da baía, antre as fortalezas e o mar todo está atrincheirado de trincheiras de pau pique de uma banda e de outra, atupido por dentro de rama e areia de quantidade de quinze até dezoito palmos de largo, com suas ruas abertas de serventia pera o mar, onde estão postos seus tiros de campo; e na ponta do calhau, que é o desembarcadouro e serventia desta vila, todo o espaço que o mar dá lugar a desembarcarem batéis, que será meio tiro de besta, dali até chegar às trincheiras está provido de muito número de brolhos pregados em távoas, que se põem e tiram a seus tempos necessários; e logo na ponta deste calhau, onde está o porto da vila, correndo o areal um tiro bom de besta, estão as duas fortalezas velhas, que se fizeram quando se amurou a vila, as quais têm muita artilharia grossa de bronze [sic], a melhor que há na ilha, como é uma águia e uma fermosa esfera, e muitos pedreiros, e falcões pedreiros e de dado, e berços.”*¹⁷⁸

E confirma: *“(...) logo está a vila da Praia, nobre e sumptuosa e de bons edifícios, edificados por muito bom modo, cercada de boa muralha, com seus fortes e baluartes toda em redondo, povoada de nobres e antigos moradores, como uma das mais antigas povoações da ilha, (...).”*¹⁷⁹

¹⁷⁸ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. II, p. 7.

¹⁷⁹ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. II, p. 7.

E sobre as gentes capazes de combater: “(...) Haverá em toda a capitania da vila da Praia da ilha Terceira duzentos homens de cavalo, mui gentis cavalgadores, e com os moradores de suas quintas tem passante de setecentos vizinhos; (...).”¹⁸⁰

E sobre o Forte de Santa Catarina da Praia: “Da ponta de Santa Caterina, onde está uma fortaleza, corre a costa rasa de calhau pouco espaço, fazendo mais adiante uma pequena baía, que se diz o Porto do Martim, distante da ponta de Santa Caterina um terço de légua, (...).”¹⁸¹

E sobre o porto de São Sebastião:

“Na ponta da Ribeira Seca, da banda da capitania da Praia, onde está um calhau raso, está feita uma nova fortaleza pequena, que responde a outra fortaleza grande e antiga, que está adiante, na capitania de Angra, na jurisdição da vila de São Sebastião, a qual nova fortaleza se fez por razão [sic] de poder pescar qualquer navio que passasse da fortaleza grande pera dentro, por estarem ambas em a grande baía e perto da vila de São Sebastião, defronte uma da outra, e na própria Ribeira Seca, onde ela sai ao mar, ou vai beber nele, está a dita grande baía, que se chama o porto da vila de São Sebastião, com muito bom desembarcadouro, em que podem ancorar muitos navios; onde começa a capitania de Angra, na qual está a grande fortaleza, guarnecida de muita artilharia, acima da costa pela terra dentro, posta no sertão por razão das guerras com Castela.”¹⁸²

Quando descreve os eventos relativos à crise de sucessão de 1580, nomeadamente a resistência na Ilha Terceira, e a sua conquista pelos Espanhóis, é ainda FRUTOSO que nos fornece a relação mais antiga das fortificações erguidas ou reformadas na ilha sob a coordenação de Ciprião de Figueiredo ¹⁸³.

¹⁸⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. II, p. 8.

¹⁸¹ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. II, p. 9.

¹⁸² FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. II, p. 9.

¹⁸³ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, em especial caps. 21, 22, 26, 27 e 29.

1.2.3.2. A ilha do Faial

FRUTUOSO (1998) refere a defesa da Horta, na ilha do Faial, no contexto da Crise de Sucessão de 1580-1583, ao descrever a conquista da ilha por D. Pedro de Toledo (Pedro Henriquez d'Azevedo y Toledo, futuro conde de Fuentes de Valdepero). Inicialmente descreve a organização da expedição marítima, a defesa marítima da ilha e as tropas ali estacionadas:

*“Havendo desembarcado na ilha Terceira segunda-feira, vinte e cinco de Julho, dia de São Tiago, da era de mil e quinhentos e oitenta e três anos, e alcançando vitória a vinte e seis do dito mês, dia de Santa Ana, e entrando na cidade de Angra quarta-feira, vinte e sete de Julho, como está dito, o marquês de Santa Cruz mandou a Dom Pedro de Toledo, marquês de Vila Franca, duque de Fernandina, à ilha do Faial, trinta léguas da ilha Terceira, (onde havia quinhentos franceses de guarnição e por cabo deles o capitão Carlos, e por cabeça da gente da terra um António Guedes, posto por Manuel da Silva com nome de capitão e governador do Faial, com doze galés, quatro patachos, dezasseis, pinaças e alguns barquinhos e barcas, e sobre eles mil e quinhentos infantes de diferentes terços, com o mestre de campo Agustinhinegues [sic] de Carata e os capitães João de Salazar, Miguel Ferrer, Dom Cristóvão da Cunha, Dom Estêvão de Águila, Bustamante de Herrera, Miguel de Veneza, Sancho de Solis, Dom João de Lanuza, Sancho de Bulhão, Luís de Guevarra, Pero Pardo de Aguiar, Martin [sic] de Herrera, e o capitão Carlos, com cento e cinquenta alemães e fidalgos aventureiros, Dom Rugo [sic] de Moncada, Dom João Manrique, Dom Filipe de Córdova, Dom Bernardino de Mendoça, Dom Pedro de Ponce de Leão, Dom João da Cunha, Dom António Anriques, Dom Gonçalo Ronquillo, que veio com a nova de haver-se tomado o dito Faial, e João Fernandes Galindo, e Diogo de Miranda, e Manuel Cordeiro de São Paio, cavaleiro do hábito de Cristo e juiz do mar nesta ilha de São Miguel, que ia em sua companhia, e pera as coisas do mar, o capitão Miguel de Oquendo, Rodrigo de Vargas, e Marolim, Dom António de Mendoça, que nesta jornada trazia consigo os patachos e pinaças.”*¹⁸⁴

Para descrever a seguir a conquista e as fortificações em terra:

“Reduzidas de caminho, pelo marquês Dom Pedro de Toledo, as ilhas de São Jorge e o Pico ao serviço de Sua Magestade, chegou domingo, derradeiro do mês [30 de

¹⁸⁴ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XXVIII, p. 91

setembro], à ilha do Faial, (...). A segunda-feira [1 de agosto], vendo o marquês Dom Pedro de Toledo que não lhe vinha repostada da ilha, andou reconhecendo a parte onde podia desembarcar, e terça-feira, dois de Agosto, deitou gente em terra, e os franceses e portugueses saíram a resistir-lhes, até que, reforçando Dom Pedro de Toledo a escaramuça com duzentos mosqueteiros e melhorando cem piques [sic], os rompeu, com perda de cem franceses, e aos demais meteram no castelo, onde havia dezassete peças grossas de artilharia, afora outros esmeris e muita pólvora e munições, e afora outras quarenta peças, que havia em outros fortes ao redor, os quais renderam, salvando os franceses a vida com perda de tudo isto e de quatro navios que estavam no porto, entregando as armas e suas bandeiras e deitando em galés aos portugueses que com eles se entregaram nos castelos, enforcando a António Guedes de Sousa, português, governador daquela ilha, homem facinoroso e cruel.

Ficou por governador por Sua Magestade Dom António de Portugal, com duzentos soldados e comida pera quatro meses.

*Havendo-se conquistado as ilhas de São Jorge, o Pico e o Faial, tornou Dom Pedro de Toledo, com as galés e navios e gente que levou, segunda-feira, oito de Agosto.”*¹⁸⁵

Por esse apontamento depreendemos que a Horta, além do Castelo de Santa Cruz, artilhado com 17 peças de grosso calibre, já possuía outros fortes na vizinhança, onde se encontraram 40 peças – número considerável à época. A conquista das ilhas do Faial, de São Jorge e do Pico efetuou-se em rápida sucessão, a saber, de 2 a 8 de agosto.

¹⁸⁵ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XXVIII, pp. 91-92.

1.2.3.3. A ilha Graciosa

Em que pese a observação de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, em sua introdução ao Livro VI das *Saudades da Terra*, datada de 1963 acerca da integridade do manuscrito:

*“Outro problema — este de difícil solução, visto que apenas nos podemos limitar a conjecturas — é o das mutilações que o livro sofreu nos capítulos que tratam das ilhas Graciosa e das Flores, bem visíveis na falta, que no original se observa, das folhas 586 e 587 e de que resultou terem desaparecido a maior parte do capítulo XLIV, ‘Da descrição da Ilha Graciosa pelo meio da terra’, de que só restam as primeiras vinte linhas no verso da folha 585, todo o capítulo XLV — que, presumimos, trataria do descobrimento da ilha das Flores — e o começo do XLVI, do qual ainda se conservam três páginas, todas respeitantes à descrição desta última ilha.”*¹⁸⁶

No caso particular da Ilha Graciosa ainda dispomos de abundante informação acerca dos principais ancoradouros e povoações, e correspondente defesa. A descrição inicia-se pelo porto do Carapacho:

*“Desta furna [defronte aos Ilhéus dos Homiziados, ao nível do mar], que está a leste, a um tiro de bombarda pera a parte do sul, correndo pela costa, está um porto chamado Carapacho, que não serve de mais que de batéis de pescar, que, por ser de pedra, não entram nele senão com maré cheia, e fora, no mar, tem um limpo, onde poderão ancorar quarenta velas. Tem este porto uma fortaleza com três peças de artilharia, que bastam pera tolher o encoradouro aos imigos, que, pera entrarem, por si se defende, por ser tudo pedra brava; e assi tem os caminhos cortados, sem mais serventia que per onde vai uma pessoa buscar ao mar qualquer coisa.”*¹⁸⁷

E da costa defronte ao Ilhéu das Gaivotas:

“Dali [defronte ao Ilhéu das Gaivotas], correndo pera a parte do sudoeste, é a terra baixa e vai fazendo, ao longo do mar uma légua de comprido, uma barroca de dez braças de alto, nas partes mais baixas, que é a defesa da terra, porque, se ela não fosse,

¹⁸⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, p. XIII

¹⁸⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XLIII, p. 142.

*quando o vento sudoeste é rijo, entraria o mar nas terras lavradias. E por cima desta barroca vai feita uma trincheira e cava tão alta, que não aparece um homem per toda a costa, até chegar aonde se chama o Enxodreiro, que é um lugar onde pode desembarcar gente, pelo qual respeito, em tempo de verão, sempre há nele vigias da terra. É lugar de pedra e não porto onde possam varar barcos, e tem o mar fundo, por razão da costa ser ali tão mansa, sendo nas outras partes conjuntas muito brava, que, por ruim que o mar ande, ali sempre dá lugar. Têm feito nele um forte sem artilharia, pera somente homens de vigia estarem de noite vigiando. Deste lugar a outro, que se chama o Porto de João Dias, haverá meia légua, tudo de costa mais brava que há em toda a ilha, ainda que rasa com o mar, porque por nenhum modo pode chegar barco a terra com baixios, e a mesma terra em si é tudo biscutos bravos, mas na de João Dias há um porto pequeno, onde não cabe mais que um batel; é pedra viva e não entram ali senão com mar morto, sem poderem entrar nem chegar a ele com o vento sul, sudoeste, oés-sudoeste, mas com os mais ventos é muito abrigado, ainda que levem as casas, por razão de uma rocha muito alta que tem, e até ali vai sendo a costa baixa, mas muito brava; e por não haver naquela parte vizinhança, senão dali a um tiro de espingarda, muitas vezes se põem nela gente de guarda que vigie. Está neste porto de João Dias uma baixa muito grande e suja, onde não ancoram navios, mas é de muito pescado em tempo de inverno, quando faz nela abrigo, com o vento por cima da terra.”*¹⁸⁸

E sobre a vila de Santa Cruz, a principal da ilha:

*“Em outro cabo da vila [de Santa Cruz], correndo pela costa pera a parte do norte e nordeste, está uma igreja de São Sebastião, em um porto principal, onde saem todas as embarcações e navios de toda a sorte que àquela terra vão. Em tempo de verão carregam nele trinta moios de pão, cuja baía está do nordeste a loés-sudoeste, pela terra dentro, e logo na entrada da barra, pera a parte de terra, está uma ermida de Santa Caterina, onde faz muitos milagres nos mareantes, e agora está um forte de artilharia;”*¹⁸⁹

E sobre a vila da Praia:

“No areal [da vila da Praia] está uma fortaleza mui forte, que o cerca todo, de quatrocentas braças de compridão e vinte palmos de alto e dez de largo, e a cada cinquenta braças tem um cubelo, em que estão duas peças de artilharia, com as quais

¹⁸⁸ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XLIII, p. 142-143.

¹⁸⁹ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XLIII, p. 144.

*defendem o areal; e na altura dos vinte palmos tomaram cinco pera andaímo, e de outros cinco fizeram uma cortina, com que se defendem os que andam pelo andaímo, sem ter mais que uma porta por onde se servem, a qual é mui forte e espaçosa e tranca-se com duas madres mui grossas, pela qual varam as caravelas que no porto estão, quando venta rijo, com lhes tirarem os mastos; e tornando a fechar a porta, as têm ali fechadas quanto tempo querem, quando importa.”*¹⁹⁰

E sobre a defesa da enseada da Engrada:

*“Correndo por esta costa avante, toda de rocha talhada, até uma légua, está uma enseada que se chama a Engrada, no princípio da qual tem uma fonte, chamada da Rocha, com um torno de água de grossura de um braço, que sempre corre em um tanque, de que bebem os moradores dali e da vila da Praia, por não terem outra mais perto, e lavam roupa e bebe o gado de toda aquela vila e seus termos, da parte do norte. Nesta Engrada não ancoram navios, por ser tão sujo encoradouro, que não serve de mais que de varar batéis de pescar, e saem por um carreiro pela rocha arriba, que um moço com pedras defenderá a todo mundo.”*¹⁹¹

¹⁹⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XLIII, p. 144.

¹⁹¹ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, Cap. XLIII, p. 144-145.

1.2.3.4. A ilha de São Jorge

Por Provisão Régia datada de 4 de junho de 1572, Sebastião I de Portugal (1557-1578) determinou fossem executadas obras de fortificação nas ilhas do Faial e de São Jorge¹⁹².

Desse modo, e em resultado de uma inspeção às ilhas efetuada pelo Desembargador Fernão de Pina Marecos, que nas palavras de FRUTUOSO (1998) “*Veio a estas ilhas dos Açores, por mandado de el-rei Dom Sebastião, que estê em glória, por presidente do desembargo e com outros cárregos supremos, que executou como estremado senador, zeloso da honra de Deus, serviço de el-rei e bem dos povos.*”¹⁹³, foi enviado a São Jorge o encarregado das fortificações do Reino, Álvaro Fernandes, com a missão elaborar projetos e executá-los. Para garantir os recursos necessários, aplicou-se um imposto de 2% para a construção das fortificações e muralhas ao longo da orla das vilas¹⁹⁴.

E, após a conquista espanhola da Terceira, em 1583, ao referir a expedição de D. Pedro de Toledo, informa: “*Reduzidas de caminho, pelo marquês Dom Pedro de Toledo, as ilhas de São Jorge e o Pico ao serviço de Sua Magestade, chegou domingo, derradeiro do mês, à ilha do Faial, (...)*”¹⁹⁵, para concluir o recorte temporal: “*Havendo-se conquistado as ilhas de São Jorge, o Pico e o Faial, tornou Dom Pedro de Toledo, com as galés e navios e gente que levou, segunda-feira, oito de Agosto.*”¹⁹⁶

Na descrição da ilha (Capítulo XXXIII), embora refira informação acerca das povoações, seus templos e párocos, nada informa acerca da defesa da mesma. Efetivamente, apesar de se terem encetado algumas obras de pequena monta – trincheiras, traveses, parapeitos e estâncias para artilharia – apenas no contexto da União Ibérica (1580-1640), havendo notícia, em 1617, de que em Argel se havia juntado uma quantidade de velas, no ano seguinte (1618) o soberano remeteu, para fortificação das ilhas dos Açores, o capitão Marcos Fernandes de Teive. Este, achando-se nas Velas a 14 de maio do mesmo ano, mandou sustar a construção de uma cortina atrás do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, por ser costa brava e não poder ali o inimigo entrar. Traçou então a

¹⁹² Sérgio Alberto Fontes Rezendes (2010). As pedras de Velas: construções que nos falam da História Militar. In *Fortes de S. Jorge*. Ecomuseu de São Jorge, Velas.

¹⁹³ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. XII, p. 43. E, acerca da Ponta dos Rosais, sobre Pina Marecos, comenta: “*(...) por onde foi o desembargador Fernão de Pina, a quem não ficou monte em toda aquela ilha que não corresse, tão desenvolto e curioso era.*” (Op. cit., cap. XXXIII, p. 108).

¹⁹⁴ AVELLAR, 1902:238.

¹⁹⁵ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. XII, p. 91.

¹⁹⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. XII, p. 92.

cortina de muralhas do porto do mar de Bairros, que se estendiam do castelo de Santa Cruz, até à Senhora da Conceição, cobrindo o porto das Caravelas¹⁹⁷. Estas obras estavam concluídas em 1621, encontrando-se em progresso a fortificação junto ao poço de beber. Nestas duas obras, despenderam-se 541\$105 réis.

¹⁹⁷ PEREIRA, 1987:129.

1.2.3.5. A ilha do Pico

Do mesmo modo que para a ilha de São Jorge, não existem maiores informações acerca de estruturas defensivas na ilha do Pico, a não ser uma vigia, recordada à época na toponímia:

*“Daqui a uma légua, pouco mais ou menos [do porto de Santa Cruz / freguesia de Santa Bárbara], vai correndo a rocha alta até dar em um alto pico, chamado o pico da Vigia, que está sobre a barra do porto da vila das Lagens, que é mui trabalhosa e perigosa, (...).”*¹⁹⁸

Possivelmente por essa razão, ainda à semelhança da ilha de São Jorge, a expedição de D. Pedro de Toledo ao Faial, em 1583, não tenha encontrado resistência de maior:

*“Fazendo o marquês Dom Pedro de Toledo sua viagem e costeando a ilha do Pico com as galés, se embarcou um capitão-mor da banda do norte daquela ilha, que se chamava Melchior Vieira e aquele ano servia de juiz, e, levando em sua companhia o escrivão da Câmara em um batel, se foi às galés e deu obediência ao marquês de Vila Franca, em nome de Sua Magestade, oferecendo-lhe a vassalagem daquele seu povo, que o marquês aceitou com boa vontade, que a todos mostrava; e o mandou diante em seu batel, dizendo-lhe que na freguesia da Madalena, cujo dia era, ordenasse de dizerem uma missa, porque queria desembarcar naquele lugar, onde, chegando o capitão e escrivão da Câmara contentes, por entender que tinham a terra livre do saco e de outros trabalhos que se representam, e dizendo ao povo como haviam dado obediência a Sua Magestade, trabalhando persuadir-lhes que era bem feito, foram cruelmente mortos da gente bárbara que estava em guarda daquela costa, sem nenhuma consideração do que se lhes podia seguir, nem respeito a seu capitão-mor, juiz e escrivão da Câmara.”*¹⁹⁹

¹⁹⁸ FRUTUOSO, 1998:vol. VI, cap. XL, p. 127.

¹⁹⁹ FRUTUOSO, 1998:vol. VI, cap. XXVIII, p. 91

1.2.3.6. As ilhas das Flores e do Corvo

Na descrição da ilha das Flores, FRUTUOSO (1998) não refere qualquer defesa, quer nos ancoradouros, quer nas povoações. Ao descrever o ataque de corsários ingleses de 1587, podemos depreender que a ilha, efetivamente, não contava com fortificações ou armamento, uma vez que foi tomada de surpresa e sem resistência por parte dos seus habitantes:

*“A vinte e cinco dias do mês de Junho da era de mil e quinhentos e oitenta e sete chegaram ao porto da vila das Lagens cinco navios ingreses, armados com muita gente de guerra e bandeiras vermelhas pelas quadras, e nos mastos outras de cruz, como que vinham de paz e de guerra; e, subitamente, apareceram ao longe, parecendo aos moradores da terra que era gente da armada portuguesa. Chegando ao porto, mandaram um barco a terra com um português, que, de sua parte, disse lhe dessem mantimentos, carne, vinho, e água, ao que respondeu o ouvidor e capitão da companhia que tomassem água e depois lhe dariam o mais que lhe fosse necessário. Conhecendo os imigos sua fraqueza, lhe mandaram dizer que lhe mandassem um homem e eles mandariam outro em reféns, o que lhe concederam; e não bastou dar-lhe o ouvidor Diogo Pemintel um homem por outro, mas também deu um batel com dois homens da terra, fazendo-os embarcar contra sua vontade. E assi tomaram os cossairos a terra, trazendo os homens consigo, fazendo-lhes mostrar as pessoas ricas, fazendas e gados; e desta maneira destruíram quanto acharam, queimando os templos todos e assolando as casas, sem ficar nem uma só. A gente que pôde fugir se acolheu ao mato, em que andou alguns dias, agasalhando-se à sombra das árvores e em algumas pobres cafuas e ao longo das paredes, padecendo fome e frio; porque, com a pressa da fugida, não puderam levar consigo mantimento e quase perderam quanto tinham. Somente salvaram os sacerdotes alguns ornamentos e imagens das igrejas. Queimaram os imigos o retábulo da igreja Matriz e derribaram esta e as mais, estando oito dias de posse da vila, em que descobriram e roubaram quantas coisas os moradores, com a pressa da fugida, deixaram escondidas. O mesmo dano fizeram estes imigos, depois, na vila da Santa Cruz e no lugar da Ponta Delgada, da dita ilha das Flores, onde se salvaram mais coisas, no espaço de tempo que estavam os cossairos na vila das Lagens.”*²⁰⁰

²⁰⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. XLVII, p. 152. Acerca deste assalto à ilha das Flores, CORDEIRO (2007) referiu: “Já houve comtudo ocasião (em 25. de Junho de 1587. ha quasi cento & trinta annos) que cinco navios Inglezes enganadamente entrãrão a Villa das Lajes, & a saqueârão, fugindo os moradores para os matos; mas atègora lhes não succedeo outra, pela vigia que sempre ao diante tiverão: & nem se sabe de fogo, terremoto, peste ou guerra que houvesse nesta Ilha atègora.” (Op. cit., livro IX, cap. III, p. 485.)

CORDEIRO, em 1717 acerca da defesa da ilha, confirma:

*“(...) & com tudo não ha em esta Ilha Fortaleza algũa de soldadesca paga, peças de artilharia, mas só espada, & adaga, lança, & algüs arcabuzes, ao estylo de Portugal antigo; & as mais armas, com que ainda a brutos nunca falta de todo a natureza; & assim tem os mais impenetraveis muros nas suas rochas ao mar; a artilharia mais horrenda nos penedos, que pelas altas rochas lanção abayxo, que nem há galeões, que os aturem, nem outro reparo delles, mais que sómente o fugirlhes, que he o que os da Ilha querem.”*²⁰¹

FRUTOSO refere o Corvo como um ilhéu, fronteiro à ilha das Flores. Na sua descrição, é referida a defesa da vila do Corvo à época, que embora rudimentar, já contava com artilharia:

*“Do porto pera o norte é tudo costa rasa e de muitas engradas, em que podem facilmente embarcar e desembarcar, pelo que está cercada aquela parte de parede de cinco ou seis palmos de alto, a modo de muralha pera defensão dos imigos, de que às vezes são combatidos, por comprimento de uma légua, até uma ponta que bota ao mar, chamada o Pesqueiro Alto, em que está uma entrada a modo de barra, de compridão de um tiro de arcabuz, onde entram de preamar caravelas de quinze até vinte moios de pão. É dentro areia e calhau, e tem muitas poças, em que entra muito peixe, que tomam por engradas ou caneiros, que tem; no qual porto estão uma meia esfera e dois berços, que o guardam, e, quando é necessário, os passam por terra, nas mesmas carretas em que estão, ao porto das Casas, atrás dito, pera sua defensão.”*²⁰²

Não deixa de ser interessante comparar os dispositivos defensivos à época nas Flores e no Corvo, este último melhor aparelhado, em comparação com o tamanho e população de cada uma.

²⁰¹ CORDEIRO, 2007:Livro IX, cap. IV, p. 486.

²⁰² FRUTUOSO:1998, Livro VI, cap. XLVIII, p. 153.

Capítulo II – A internacionalização dos conflitos no Atlântico e a evolução da defesa

*“As transformações político-ideológicas nos continentes americano e europeu fizeram do Atlântico o espaço privilegiado de embate, sendo o curso o meio usado. O oceano foi a via de mútua troca de ideias, mas também o palco de debate, confronto e defesa. E as ilhas jogaram um papel fundamental. Os três arquipélagos do Mediterrâneo atlântico (Madeira, Açores e Canárias) foram, mais uma vez, uma área charneira.”*²⁰³

Antes de delinear a questão do curso e da pirataria nos séculos XV e XVII, há que compreender a questão jurídica do *“Mare clausum”*.

Na chamada *Era dos Descobrimentos*, a navegação até então predominantemente de cabotagem (costeira), tornou-se oceânica, deslocando-se o eixo das navegações (e da economia) do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico, com a mudança do foco das viagens para as rotas (e comércio) de longa distância. Os pioneiros nesse processo foram os países da península Ibérica – as Coroas de Portugal e de Castela e Leão –, que, à medida que os descobrimentos se sucediam buscavam assegurar juridicamente, junto à Santa Sé, os direitos exclusivos de posse e de exploração sobre as terras descobertas e a descobrir, destacando-se a ação do Papa Nicolau V, que reconheceu os esforços portugueses através das bulas *“Dum diversas”* (1452)²⁰⁴ e *“Romanus pontifex”* (8 de janeiro de 1455)²⁰⁵.

²⁰³ VIEIRA, 2004:263.

²⁰⁴ “(...) outorgamos por estes documentos presentes, com a nossa Autoridade Apostólica, permissão plena e livre para invadir, buscar, capturar e subjugar sarracenos e pagãos e outros infiéis e inimigos de Cristo onde quer que se encontrem, assim como os seus reinos, ducados, condados, principados, e outros bens (...) e para reduzir as suas pessoas à escravidão perpétua.” (Op. cit.) Para uma versão em inglês, ver *“Dum diversas (English translation)”* in: <http://unamsanctamcatholicam.blogspot.de/2011/02/dum-diversas-english-translation.html> Consultado em 7 jun 2015.

²⁰⁵ Por este diploma o papa Nicolau V reconhecia a D. Afonso V e ao Infante D. Henrique e a todos os reis de Portugal seus sucessores, todas as conquistas de África com as ilhas nos mares a ela adjacentes, *“desde o cabo Bojador e cabo Não [atual cabo Chaunar], ao longo de toda a Guiné e mais além, a sul”*; que nelas possam mandar edificar igrejas cujos padroados lhe ficarão pertencendo; o direito de continuar as conquistas contra muçulmanos e pagãos nesses territórios; o direito de poderem fazer comércio com os negros, excepto naqueles gêneros proibidos (ferramentas de ferro, madeira para construção, cordas, navios e armaduras), e que ninguém sem a sua autoridade pudesse navegar aqueles mares. (Bula *“Romanus Pontifex”* do papa Nicolau V pela qual concedeu ao rei D. Afonso V e ao Infante D. Henrique e a todos os reis de Portugal seus sucessores, todas as conquistas de África com as ilhas nos mares a ela adjacentes, desde os cabos Bojador e

Alcançada a Costa da Mina (1471), iniciado o comércio de ouro, marfim e escravos por Portugal, o clima de competição entre as Coroas Ibéricas acirrou-se. Sentindo-se prejudicada, em agosto de 1475, após o estalar do conflito sucessório em seu reino ²⁰⁶, Isabel I de Castela e Leão (1474-1504) reclamou que “*las partes de Africa et Guinea*” pertenciam a Castela por direito e incitou os seus comerciantes a navegar até elas sem a autorização portuguesa. Desse modo, acompanhando o desenrolar do conflito na Península Ibérica, desencadeou-se uma guerra de corso nas águas das ilhas Atlânticas e no Golfo da Guiné. Para restabelecer a paz, firmou-se o Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479)²⁰⁷. Pouco depois, Portugal obteve do Papa Sisto IV a bula *Æterni regis* (1481), que dividia as terras descobertas e a descobrir por um paralelo na altura das Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: a Norte, para a Coroa de Castela e Leão; e a Sul, para a Coroa de Portugal.

Preservavam-se, com esses diplomas, os interesses de ambas as Coroas, definindo-se, a partir de então, dois ciclos da expansão marítima: o chamado ciclo oriental, pelo qual a Coroa portuguesa garantia o seu progresso para o Sul e o Oriente, continuando a contornar a costa ocidental africana (o chamado “*périplo africano*”); e o que se denominou posteriormente de ciclo ocidental, pelo qual Castela e Leão se aventuraram no Oceano Atlântico, para Oeste. Como resultado deste último projeto, Cristóvão Colombo alcançou terras americanas em 1492, levando a uma nova partilha do globo, agora pela Bula *Inter cætera* (4 de maio de 1493) do Papa Alexandre VI ²⁰⁸, sucedida pela negociação e assinatura do Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494) entre Portugal e os Reis Católicos ²⁰⁹. Descoberto o caminho marítimo para a Índia (1497-1499), ainda em 1499 D.

Não é toda a costa da Guiné, e que nelas possam mandar edificar igrejas cujos padroados lhe ficarão pertencendo. ANTT. In <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3907997> Consultado em 24 mai 2015)

²⁰⁶ A Guerra de Sucessão de Castela, também referida como “*Guerra da Beltraneja*” (1475-1479).

²⁰⁷ O diploma foi assinado na vila portuguesa de Alcáçovas, no Alentejo, a 4 de setembro de 1479, por D. Afonso V e pelo príncipe D. João II, confirmado por Isabel, a Católica, em Trujillo, a 27 do referido mês, e ratificado em Toledo, e pelos Reis Católicos (Fernando e Isabel), a 6 de março de 1480, pelo que também ficou conhecido como Tratado das Alcáçovas-Toledo. Este diploma foi o primeiro a definir zonas de influência no oceano Atlântico e no Ultramar em África, que ambas as Coroas haviam começado a explorar nas décadas anteriores. No contexto do início da expansão marítima europeia, por ele Portugal obteve o reconhecimento de direitos sobre as ilhas atlânticas e o golfo da Guiné, assegurava o prosseguimento da exploração marítima e comercial da costa africana e a esperança de alcançar a ambicionada passagem marítima para as Índias. A seu turno, Castela recebia o arquipélago das Canárias e renunciava a navegar ao sul do cabo Bojador (Paralelo 27). (RADULET, Carmen M. (1989b). Os espaços insulares Madeira e Açores nos geógrafos e cartógrafos italianos dos séculos XVI e XVII. In *Actas do I colóquio internacional de história da Madeira, 1986*, Funchal, Governo Regional da Madeira, pp.163-183.)

²⁰⁸ O novo meridiano passava a 100 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde. As novas terras descobertas, situadas a Oeste desse meridiano, pertenceriam a Castela; as terras a Leste, a Portugal.

²⁰⁹ Este tratado estabeleceu a divisão do mundo em dois hemisférios, a partir de uma linha imaginária de pólo a pólo, a 370 léguas a ocidente da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Doravante, todas as

Manuel I passou a refletir as suas pretensões a um “*mar português*” ao intitular-se “*Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.*”.

O processo culminaria na negociação e assinatura do Tratado de Saragoça (22 de abril de 1529), definindo o antimeridiano na região das Molucas, no Oceano Pacífico. Ficava instituída, na prática, a política de um *Mare clausum* pelas nações ibéricas.

Como exemplos da guerra no Atlântico, no caso particular das relações entre a França, Portugal e a Espanha, envolvendo tentativas de estabelecimento da primeira em áreas de ocupação das últimas, registaram-se:

- Na baía da Guanabara, na costa do Brasil, a França Antártica (1555-1567), por Nicolas Durand de Villegagnon ²¹⁰;
- No arquipélago dos Açores, no contexto da Crise de Sucessão de 1580 em Portugal, a conquista das ilhas de São Miguel e da Terceira (1582-1583) ²¹¹; e
- No trecho da costa Nordeste do Brasil, que viria a corresponder ao Estado do Maranhão, a França Equinocial (1612-1615) ²¹².

De acordo com as informações registadas no portulano de Jacques de Vau de Claye a França terá acalentado um projeto para a conquista do litoral da região Nordeste do Brasil entre a foz do rio São Domingos (atual rio Paraíba) e o rio Acaraú (atual estado do Ceará) ²¹³.

terras descobertas e a descobrir para Oriente dessa linha ficariam a pertencer a Portugal, e as restantes, a Ocidente, a Castela.

²¹⁰ Uma bibliografia recomendada para este episódio será:

- GAFFAREL, Paul Louis Jacques (1878). *Histoire du Bresil français au seizième siècle*. Paris, Maison Neuve.
- LÉRY, Jean de (1941). *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- THÉVET, André (1944). *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien (2001). *Villegagnon e a França Antártica: uma reavaliação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Biblioteca do Exército Editora (Bibliex).

²¹¹ Uma bibliografia recomendada para este episódio será:

- FIGUEROA, Cristóbal Mosquera de (1596). *Comentario en breve compendio de disciplina militar, en que se escribe la jornada de las islas de los Açores*. Madrid, Ed. por Luis Sanchez.
- Documentos relativos à conquista da ilha Terceira pelo marquez de Santa Cruz. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. III, 1945, pp. 59-168.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1987) - *Os Açores e o domínio filipino (1580-1590)*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

²¹² Uma bibliografia recomendada para este episódio será:

- ABBEVILLE, Claude d' (1614). *Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines*. Paris.
- GAFFAREL, Paul Louis Jacques (1878). *Histoire du Bresil français au seizième siècle*. Paris, Maison Neuve.

²¹³ *Le Brésil*, pergaminho manuscrito, iluminado, Dieppe, 1579, Jacques de Vau de Claye, 45 X 59 cm. *Bibliothèque nationale de France (BNF)*, Paris, Cartes et Plans, Rés. Ge D 13871.

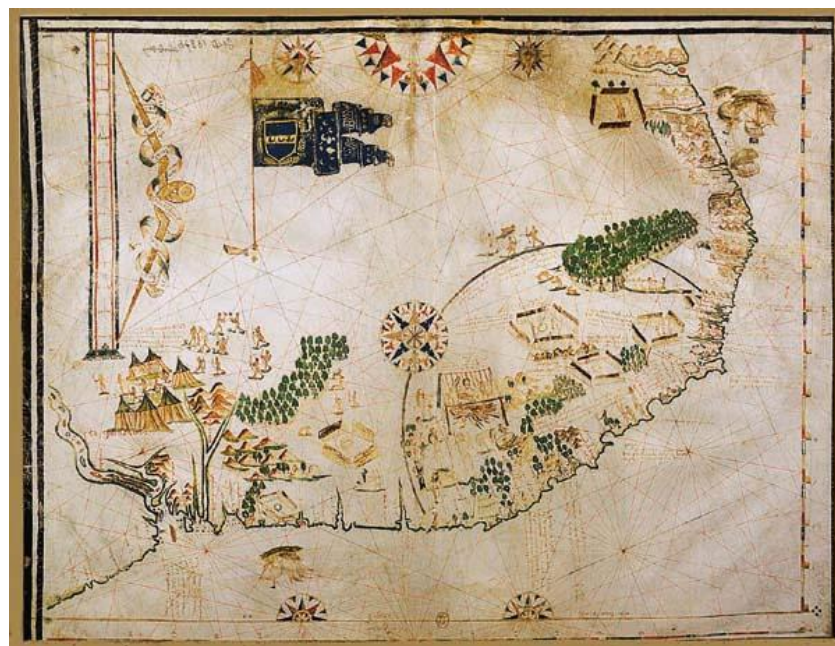


Figura 6 - Le Brésil, 1579. O semicírculo delimita o território de “10 000 sauvages pour fere la guerre aux Portugais”.

Além dos aspetos geográficos que apresenta, este portulano poderia ser o plano de campanha de uma expedição militar confiada em 1581 pela rainha de França, Catarina de Medici (1519-1589), a Philipppo Strozzi, seu primo, para conquistar toda a costa entre a foz do rio Amazonas e a do rio São Francisco, na Bahia. Essa teoria é reforçada, além da legenda que refere diversas informações estratégicas, como a do auxílio de cerca de dez mil indígenas, inclusive tapuias, habitantes das ribeiras interioranas do Ceará e Rio Grande, pela bandeira dos Strozzi, que domina o conjunto.

Com relação ao atual território da Paraíba, indica-se a baía de São Domingos, de onde partia o caminho “*por onde os selvagens vão adquirir o pau-do-brasil e há quarenta léguas de caminho depois de São Domingos até a floresta*” e a chamada “*floresta onde se pega o brasil*”, correspondente à primitiva formação vegetal que vicejava na bacia hidrográfica do rio Paraíba.

O inventário de recursos naturais compreende ouro, âmbar-gris, madeira de brasil, açúcar e algodão, o de espécies animais (macacos, aves) e o de tribos indígenas, as Amazonas, localizadas perto do rio Marañon.

Esse projeto foi abortado com o desastre militar francês na Batalha Naval de Vila Franca (26 de julho de 1582) em que Strozzi pereceu a combater uma armada espanhola sob o comando de Álvaro de Bazán y Guzmán, 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela.

2.1. “*Mare clausum*” versus “*Mare liberum*”

*“Como plataforma, os Açores apareceram, no quadro henriquino, a substituírem, de certo modo as Canárias. Umas décadas depois, nenhum outro ponto fixo no oceano se lhe comparava como escala técnica, como encruzilhada das múltiplas rotas que ligavam as costas africanas, americanas e a Índia à Península Ibérica.”*²¹⁴

A política de *Mare clausum* das nações ibéricas veio a ser contestada ao longo do século XVI por nações europeias como a França, os Países Baixos e a Inglaterra, que passaram a reclamar a liberdade nos mares, quer quanto à navegação, quer quanto aos domínios comercial e militar, reivindicando o direito de construir impérios coloniais próprios. Franceses, ingleses e neerlandeses, e, em menor escala, por exemplo, dinamarqueses e suecos, promoveram ataques e pilhagens a navios ou entrepostos comerciais ibéricos, nas suas colónias e rotas de navegação pretensamente exclusivas, desafiando-as, numa escalada crescente, a defenderem os seus autoproclamados direitos de descobridores. Inicialmente fizeram-no com recurso ao corso nos mares, mais tarde por incursões terrestres organizadas e, posteriormente ainda, pela criação e operação de companhias comerciais ou privilegiadas – de que são exemplo a *Companhia Neerlandesa das Índias Orientais* (V.O.C.) em 1602, e a das *Índias Ocidentais* (W.I.C.) em 1621, que tiveram congêneres inglesas e francesas. Estas empresas, com objetivos expansionistas e coloniais, operaram grandes armadas e exércitos mercenários, ameaçando rotas de comércio e mesmo logrando assenhorear-se de tradicionais possessões ultramarinas, quer de Portugal, quer da Espanha, na Ásia, na África e na América.

Os antecessores de Francisco I de França (1515-1547) haviam privilegiado as conquistas no Mediterrâneo, e quando ele próprio ascendeu ao trono, não estava particularmente interessado nas grandes descobertas: as suas atividades marítimas limitavam-se a ações de contrabando e pirataria nas costas africana e sul-americana. No entanto, a França possuía todas as vantagens de uma potência naval e colonial: uma extensa costa – Atlântica e Mediterrânica -, numerosos portos e marinheiros de qualidade. Foi sob o seu reinado que surgiu o interesse francês pelas Américas. Por solicitação dos

²¹⁴ FERREIRA, 1983:286.

marinheiros da Bretanha e da Normandia, Francisco I procurou abrandar a política ibérica de “*Mare clausum*”, obtendo do Papa Clemente VII, em 1533, uma interpretação mais flexível dos diplomas anteriores sobre a matéria, admitindo que a partilha de 1494 era concernente tão-somente “(...) às terras conhecidas e não às terras ulteriormente descobertas pelas outras Coroas”²¹⁵. Francisco I pode então enviar os seus emissários aos territórios americanos que não estivessem sob a tutela das Coroas Ibéricas²¹⁶, como por exemplo a expedição de Jacques Cartier à região do rio São Lourenço, logo em 1534. Os protestos espanhóis decorrentes desta política estão na origem da conhecida réplica deste soberano: “*Le soleil luit pour moi comme pour les autres. Je voudrais bien voir la clause du testament d’Adam qui m’exclut du partage du monde*” “*Le soleil luit pour moi comme pour les autres. Je voudrais bien voir la clause du testament d’Adam qui m’exclut du partage du monde.*”²¹⁷

Portugal, sob o reinado de D. Sebastião I consolidou o comércio com a China, atingindo o Japão e a Oceânia, alcançando assim a sua maior amplitude geográfica. As suas linhas de abastecimento tornaram-se regulares, tendo a chamada “Carreira das Índias” atingido plena capacidade de operação. Neste momento é alcançado o equilíbrio entre a oferta e a procura de géneros do Oriente na Europa, e o comércio português auferiu expressivos lucros com o transporte regular de mercadorias, pessoas e bens não apenas entre a Europa e o Estado Português da Índia, mas também entre os portos do Oriente. Nessa rede de rotas comerciais, a costa oriental africana e o arquipélago dos Açores adquirem considerável importância.

Neste preciso momento, os esforços da diplomacia portuguesa junto à Coroa francesa culminaram com a proibição dos navios mercantes desta última em frequentar a Costa da Malagueta²¹⁸, passado a caçar-lhe as cartas de corso (1552)²¹⁹, e têm início as dificuldades com as embarcações inglesas, cuja Coroa também argumentava que os seus nacionais eram restritos à exploração de portos não frequentados por Portugal: a partir de

²¹⁵ AA.VV. (1994). *O testamento de Adão* (org. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; coord. Francisco Faria Paulino). Lisboa, C.N.C.D.P.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Francisco I de França (1494-1547) em 1541 ao Cardeal de Toledo, embaixador de Carlos V, a propósito do Tratado de Tordesilhas (1494). In *Archivo General de Simancas*, Sección: Estado, Legajo 53, fl. 333. FERREIRA, 1983:283.

²¹⁸ Designação atribuída desde 1484, pelos Portugueses, ao trecho da costa africana entre a Serra Leoa e o Golfo da Guiné, área de resgate da malagueta. Até cerca de 1513 foi explorada exclusivamente pelos Portugueses, que aí também adquiriam escravos. A partir dessa data, os Franceses, os Ingleses e os Neerlandeses aí começaram a estabelecer relações comerciais.

²¹⁹ Acerca das relações entre as Coroas de Portugal e da França envolvendo a guerra de corso no Atlântico, vejam-se, por exemplo, os diversos trabalhos de Ana Maria Pereira Ferreira indicados na Bibliografia.

1560, Isabel I de Inglaterra (1558-1603) passou a rejeitar expressamente o monopólio português, e comerciantes ingleses iniciaram comércio com a Guiné, procurando estabelecer feitorias próprias, visando o tráfico de escravos para a América Espanhola.

Foi, entretanto, já no século XVII, nos Países Baixos, que surgiu uma contestação jurídica da matéria. A questão impôs-se no foro do Direito Internacional, a partir do apresamento, em alto-mar, a Leste da atual Singapura, da carraca portuguesa “*Santa Catarina*” por três navios da recém-criada V.O.C. (1602) sob o comando do almirante Jacob van Heemskerck, em 25 de fevereiro de 1603. À época, a “*Santa Catarina*”, com capacidade para 1.400 tonéis era considerada o maior navio do mundo. Fazia, naquele momento, a rota Macau-Malaca-Goa, transportando uma valiosa carga onde se destacavam porcelana chinesa, seda, almíscar e barras de prata. O apresamento causou comoção internacional uma vez que feria a política de “*Mare clausum*”. Complementarmente, o valor estimado da carga, mais de três milhões de florins, representava um montante equivalente ao dobro do capital da V.O.C..

Diante dos protestos internacionais, e mesmo nos Países Baixos, a V.O.C., para melhor defender-se, contratou os serviços de um jovem e renomado jurista de Haia: Hugo Grotius (ou *de Groot*). Grotius redigiu uma extensa defesa com base nos princípios do Direito Natural, vindo a publicar “*De Jure Praedae*” (1604) - um comentário sobre a lei do apresamento e botim, onde, em seu capítulo 12 se apresenta a tese “*De Mare Liberum*” (“*Sobre a Liberdade dos Mares*”), publicada separadamente em 1608 ²²⁰ -, e, posteriormente, “*De Jure Belli ac Pacis*” (1625), uma versão aumentada do primeiro.

Em “*Mare Liberum*” (no original, “*Mare Liberum, sive de jure quod Batavis competit ad Indicana commercia dissertatio*”; em português, “*Mar livre ou uma dissertação sobre o direito dos neerlandeses de manter o comércio nas Índias*”), Grotius defendeu o princípio de que o mar era um território internacional e de que todas as nações seriam livres de utilizá-lo para comércio - contestando a autoridade do Papa no direito internacional, que até então o considerava um assunto a ser resolvido entre Estados soberanos. Argumentava que a liberdade dos mares era um aspeto primordial na comunicação entre os povos e nações, e que nenhum país poderia monopolizar o controlo dos oceanos, dada a sua imensidão e falta de limites estabelecidos. Com isso, Grotius forneceu a sustentação ideológica para que os Países Baixos rompessem diversos

²²⁰ GROTIJ, Hugonis. *Mare Liberum*, 1608.

monopólios comerciais, com recurso à sua potência naval, para vir a estabelecer o seu próprio império nos mares.

Na Península Ibérica essa tese foi refutada, entre outros, pelo jurista português Frei Serafim de Freitas em “*De Ivsto Imperio Lvsitanorum Asiatico*” (“*Do Justo Império Asiático dos Portugueses*”) (Valladolid, 1625), que sustentava o direito ao uso exclusivo dos mares pelas nações ibéricas, respeitando-se exclusivamente os limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas e proibindo-se o livre acesso aos navios estrangeiros²²¹.

A seu turno, a Inglaterra, então em disputa com os Países Baixos pelo domínio do comércio marítimo internacional, contestou a tese de Grotius, e pleiteou a soberania sobre as águas que cercavam as ilhas Britânicas diante das pretensões dos pescadores neerlandeses que pretendiam atuar naquelas costas. Para sustentar os seus argumentos, baseou-se no trabalho do jurista inglês John Selden (1584-1654), que na obra “*Mare Clausum*” (1635) sustentou que o mar era, na prática, tão passível de ser apropriado quanto qualquer território terrestre. Por esta nova interpretação, o mar era equiparado a um território continental e, como tal, podia ser conquistado²²².

À época, a Coroa Ibérica debatia-se com graves problemas internos, o que contribuiu para o enfraquecimento de sua posição, não apenas em termos de representação em Roma, como também na defesa dos seus territórios e posições ultramarinas. De qualquer modo, como fruto da controvérsia gerada pelo confronto entre as duas visões, as potências à época acabariam por moderar as suas demandas de domínio marítimo, afirmando-se o princípio de que o território se estendia para o largo a partir de terra, até se obter um consenso de que o domínio marítimo de uma nação se exercia até à distância em que um tiro de canhão fosse capaz de defendê-lo. Essa posição seria universalmente aceite no princípio das três milhas marítimas da costa.

Compreende-se desse modo a afirmação de que o Atlântico não foi apenas o mercado e via comercial, por excelência, da Europa, mas também um dos palcos dos conflitos que definiam as opções políticas, expressas muitas vezes na guerra de corso²²³. FERREIRA (1983) observa: “*Deste modo, todo o século XVI foi atravessado por*

²²¹ Frei Serafim de Freitas. In *Instituto Camões*. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ren17.html> Consultado em 6 abr 2018.

²²² Sobre as questões ver: Mónica Brito Vieira. Mare Liberum vs. Mare Clausum: Grotius, Freitas, and Selden's Debate on Dominion over the Seas. In *Journal of the History of Ideas*, Vol. 64, No. 3 (Jul., 2003), pp. 361-377.

²²³ VIEIRA, 2004:258.

agressões mútuas, verdadeira guerra marítima, onde não houve rotas nem mercadorias poupadas.”²²⁴

Se, durante a primeira metade do século XVI, a região do Atlântico onde os Açores se distribuem – arquipélago “(...) *misto de plataforma-fronteira, baliza entre o conhecido e o desconhecido* (...)”²²⁵ –, se torna uma das principais frentes da guerra pela conquista da hegemonia marítima que opôs a Francisco I a Carlos V, na segunda metade do XVI, entrando pelo XVII, será palco dos choques entre a Inglaterra Isabelina e a Espanha dos Filipes.

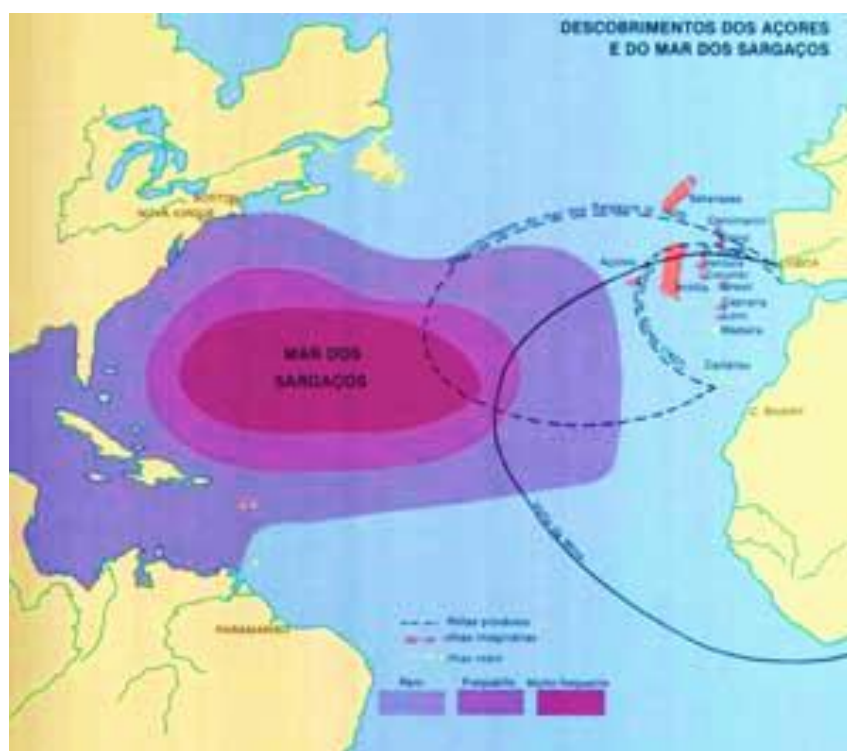


Figura 7 - Representação do Atlântico Norte mostrando a “volta da Guiné” e a “volta da Mina”, rotas seguidas pelos navegantes dos séculos XV e XVI a fim de evitarem, na torna-viagem, correntes e ventos contrários. In: ALBUQUERQUE, Luís de (1985). *Os Descobrimentos Portugueses*, p. 82.

²²⁴ Op. cit., p. 284.

²²⁵ Idem, p. 285.



Figura 8 - Distribuição das principais fortificações associadas a Filipe II de Espanha (1554-1598) no mundo. Fonte: www.fortalezas.org

2.2. O Corso e a Pirataria

*“No mar tanta tormenta e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade avorrecida!”²²⁶*

Conforme enunciado por ALBERTO (2015), *“A presença de corsários e piratas foi uma constante na história marítima de Portugal.”²²⁷*

A distinção entre uma atividade e outra é assim definida por FERREIRA (1985):

“Do ponto de vista jurídico as balizas parecem claras: a pirataria configura uma ação elementar, não evocando nenhuma justificação nem estando dependente de nenhuma autoridade. O corso, pelo contrário, tem o beneplácito do poder, e exerce-se em situações definidas, seja contra os súbditos de um estado inimigo, seja a título de represálias contra os estrangeiros que, embora em período de paz, se tornaram culpados de um procedimento ilegal e não reparado. A pirataria e o pirata assumem-se, pois, como forma primária de banditismo. O corso representa o início da responsabilidade internacional e, em paralelo, o aproveitamento da marginalidade para fins de interesse público.”²²⁸

Embora seja comum empregar-se os termos “corso” e “pirataria” como sinónimos, de acordo com GUERREIRO (1994):

“(…) na acepção moderna, corso ou guerra de corso significa o ataque e apresamento de um barco, pessoas, e bens levado a efeito por um particular (e às vezes entidade pública), a coberto de uma ordem jurídica”; por outro lado “(…) quando a violência no mar ou a partir do mar é exercida a título privado com fins de aquisição de riqueza e sem qualquer justificação legal, aplica-se para referenciar a palavra ‘pirataria’.”²²⁹

²²⁶ Luís de Camões. *Os Lusíadas*, Canto I, estrofe 106.

²²⁷ ALBERTO, 2015:129. Acerca do corso e da pirataria em Portugal e no Mediterrâneo, ver FERREIRA (1985).

²²⁸ FERREIRA, 1985:4-5.

²²⁹ GUERREIRO, 1994:vol. I, p. 297.

A pirataria, como foma de banditismo marítimo, é uma prática tão ancestral como a própria navegação. Na Antiguidade as áreas de maior atividade de piratas coincidiram com as de maior tráfego de mercadorias e pessoas, a saber o Golfo Pérsico, o Mar Mediterrâneo e o sul do Mar da China.

No século I a.C., o Direito Romano qualificava os piratas como “*hostis humani generis*”, apenando-os à crucifixão. Desde então, as normas consuetudinárias foram-se formando e consolidando até que, na Baixa Idade Média, foram reunidas na “*Lex Mercatoria*” e em outros instrumentos jurídicos²³⁰.

A partir do século XI a atividade adquiriu enormes proporções no Mediterrâneo, mas foi com o advento da Idade Moderna na Europa, e o deslocamento do eixo do comércio marítimo do Mediterrâneo para o Atlântico, que atingiu uma “*Idade de Ouro*” entre os séculos XV e XVIII. Para isso, de acordo com FERREIRA (1983), foram determinantes:

- a) As guerras entre Francisco I de França (1515-1547) e Carlos V do Sacro Império Romano Germânico (1519-1556); e
- b) As grandes descobertas²³¹.

Complementamos esse entendimento, refinando essas causas, no período, com:

- A prática da política de “*Mare clausum*” pelas Coroas Ibéricas;

²³⁰ BÖHM-AMOLLY, Alexandra von (2011). O Direito Internacional Marítimo e o Direito Nacional no combate à Pirataria. Potencialidades e Limitações. In *Boletim Ensino | Investigação*, n.º 10, maio, p. 61. A “*Lex mercatoria*” constituiu-se num sistema jurídico desenvolvido pelos comerciantes da Europa medieval, tendo sido utilizado por comerciantes e homens do mar até ao século XVII. Sem que fosse imposto por uma autoridade central, evoluiu a partir dos usos e dos costumes, à medida que os próprios mercadores criavam princípios e regras para regular as suas transações visando a boa prática entre as partes. Em nossos dias, em termos de Direito Internacional, o conceito de pirataria encontra-se definido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), que reza:

“Artigo 101.º - *Definição de pirataria*

Constituem pirataria quaisquer dos seguintes actos:

a) todo o acto ilícito de violência ou de detenção ou todo o acto de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:

i. Um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;

ii. Um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado;

b) Todo o acto de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de factos que dêem a esse navio ou a essa aeronave o carácter de navio ou aeronave pirata;

c) Toda a acção que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos actos enunciados na alínea a) ou b).”

²³¹ Op. cit., pp. 281-282.

- A exploração das vastas riquezas do chamado “Novo Mundo”; e
- O crescente poderio dos Turcos Otomanos no Mediterrâneo.

Os piratas atuavam à margem da lei, e muitas vezes atacavam os navios do seu próprio país. Neste contexto das Relações Internacionais europeias afirma-se uma nova modalidade de pirataria, o corso (do latim “*cursus*”, “*corrida*”), baseado nas chamadas “*cartas de marca*” (ou “*cartas de corso*”), passadas, via de regra, pelos monarcas a proprietários e armadores de navios, concedendo-lhes permissão para atacar navios e povoações de nações inimigas.

Tendo atingido o seu apogeu entre os séculos XVI e XVII, este recurso foi utilizado desde a Idade Média²³² até ao século XIX por nações que não possuíam recursos para custear forças navais próprias ou por aquelas em que essas forças não eram suficientemente grandes. Utilizado amplamente a partir da Idade Moderna pela França, Países Baixos e Inglaterra²³³, na Idade Contemporânea a ele recorreram as nações americanas recém-emancipadas para combater as respectivas metrópoles. A prática foi abolida ao final da Guerra da Crimeia (1853-1856) com a assinatura da Declaração de Paris (1856), referente ao Direito Marítimo em tempos de guerra²³⁴.

As vantagens desta prática eram mútuas: os soberanos passavam a contar com embarcações a seu serviço em caso de necessidade, e tinham direito a receber os tributos devidos sobre as presas, usualmente 1/5 (20%); os corsários e as suas tripulações, caso capturados, passavam a gozar dos direitos de prisioneiros de guerra, ao contrário dos piratas que, sem direitos, eram sujeitos a execução sumária pelos seus atos. DUARTE (1991) acrescenta: “*Os objetivos das Coroas são normalmente três: garantir condições mínimas de segurança nas rotas comerciais, não fazer perigar as relações entre os reinos – e cobrar 1/5 da presa.*”²³⁵

²³² As cartas de corso medievais têm origem na prática de autorizar represálias em caso de negação de justiça. A vítima de um roubo no mar tinha o direito de retomar os próprios bens, ou o equivalente, a seu agressor, seus familiares ou seus amigos.

²³³ Na Inglaterra as primeiras “*letters of marque and reprisal*” foram expedidas por Henrique VIII (1509-1547). Sua filha e sucessora, Isabel I de Inglaterra (1558-1603), passou a conceder essas cartas em troca de uma parte do butim, obtendo assim expressivas receitas.

²³⁴ Os Estados Unidos, entretanto, não foram signatários desta Declaração. A Constituição desta nação preserva o direito de “*To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal, and make Rules concerning Captures on Land and Water;*” (Constituição dos Estados Unidos da América (1787), Artigo I, seção VIII, in: http://www.archives.gov/exhibits/charters/constitution_transcript.html Consultado em 13 jun 2015.

²³⁵ DUARTE, 1991:45.

A distinção entre pirataria e corso tem sido subjetiva ao longo da história, dependendo amiúde da fonte para a qual a designação esteja correta em uma determinada circunstância²³⁶. Na historiografia espanhola, apenas como exemplo, corsários como o inglês Francis Drake (c. 1540-1596)²³⁷, ou as forças francesas na batalha naval de Vila Franca do Campo (1582)²³⁸ foram considerados como piratas, e assim tratados pelas autoridades espanholas, uma vez que, à época, não existia guerra declarada entre essas nações.

Como vimos anteriormente, os primeiros confrontos da Era Moderna no espaço Atlântico remontam ao contexto da Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479), onde apesar da derrota das forças portuguesas na batalha de Toro (1476), a guerra naval teve grande peso, tendo as esquadras portuguesas se imposto às castelhanas na luta pelo acesso às riquezas da Guiné. Além da costa da Guiné, os confrontos registaram-se nas águas dos arquipélagos da Madeira, de Cabo Verde e dos Açores²³⁹, referindo CORDEIRO (2007) um assalto de uma armada Castelhana à baía da Praia neste período, alvorecer do seu povoamento²⁴⁰.

Ainda como vimos, duas décadas mais tarde a descoberta da América (1492), a reafirmação da política de “*Mare clausum*” com a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), e a abertura do caminho marítimo para a Índia (1497-1499), conduziram à contestação por parte de outras potências como a França, os Países Baixos e a Inglaterra:

*“A guerra de corso foi a resposta e teve uma incidência preferencial nos mares circunvizinhos do Estreito de Gibraltar e ilhas, levando ao domínio de múltiplos espaços de ambas as margens do Atlântico. Podemos definir dois espaços de permanente intervenção: os Açores e a Costa da Guiné e da Malagueta. Os ingleses iniciaram em 1497 as incursões no oceano, ficando célebres as viagens de W. Hawkins (1530), John Hawkins (1562-1568) e Francis Drake (1578, 1581-1588). Entretanto os franceses fixaram-se na América, primeiro no Brasil (1530, 1555-1558), depois em San Lorenzo (1541) e Florida (1562-1565). Os huguenotes de La Rochelle afirmaram-se como o terror dos mares, ficando célebres pelo assalto à cidade do Funchal em 1566.”*²⁴¹

²³⁶ KLEINEN & OSSEWEIJER, 2010:15.

²³⁷ Para uma original biografia de Drake, ver FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. XXV.

²³⁸ Nesta batalha naval, conhecida na historiografia de língua inglesa como “*Battle of Ponta Delgada*”, uma frota espanhola derrotou uma frota combinada Portuguesa, Inglesa e Francesa, sendo considerada a primeira batalha naval travada no Atlântico-Central.

²³⁹ VIEIRA, 2004:258-259.

²⁴⁰ CORDEIRO, 2007:Livro VI, cap. VI, pp. 25-26.

²⁴¹ VIEIRA, 2004:259.

Inicialmente português e castelhano no norte de África, nas costas da Mina e da Guiné, e nos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias, a partir do século XVI o corso francês assolou as ilhas Atlânticas: Açores (1543, 1552-1553, 1572), Madeira (1550, 1566), Cabo Verde e São Tomé. O corso inglês, embora tendo poupado a ilha da Madeira, onde existia uma importante comunidade residente envolvida no comércio atlântico, concentrou-se nas águas dos Açores (1538, 1561, 1565, 1572), Cabo Verde (1537-1538, 1542), Canárias e São Tomé. Posteriormente, neerlandeses atacaram Cabo Verde (1598) e São Tomé (1598, 1599) ²⁴².

No último terço do século XVI, com o fim da guerra entre potências no Mar Mediterrâneo, emergiu uma nova fase do corso, através de “*empresários independentes*”, oriundos das “*repúblicas corsárias*” islâmicas do Norte de África. Afastadas do grande comércio que se desenvolvia à escala mundial, tinham no corso uma forma de sobreviver a uma crise que para elas se agravava. O saque e o rapto de pessoas destinadas aos mercados de escravos das cidades do Norte de África, ou a serem resgatadas, era o principal objetivo ²⁴³.

“As populações do Magrebe, arredadas do grande comércio que se desenvolvia à escala mundial, tinham no corso uma forma de sobreviver a uma crise que o tempo inexoravelmente agravava. O roubo e o rapto de pessoas destinadas aos mercados de escravos das cidades do Norte de África, ou a serem resgatadas, era o principal objectivo.” ²⁴⁴

A este fenómeno irá somar-se o corso oriundo do Norte da Europa, que, no século XVI, assumiu também contornos ideológicos, com a tensão entre a Reforma e a Contrarreforma. Quando o conflito recrudescia, como por exemplo, no âmbito da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), o risco aumentava ²⁴⁵. Nesse momento, que se inscreve no período da União Ibérica (1580-1640), a Coroa espanhola, no exercício de sua política imperial, organizou a maior frota até então reunida, destinada à invasão da Inglaterra - a

²⁴² VIEIRA, 2004:260. Ver ainda GODINHO, 1978.

²⁴³ António Martins Quaresma. Fortalezas marítimas da Costa Sudoeste. In *Atlas do Sudoeste Português*. Disponível em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/351> Consultado em: 27 mai 2005.

²⁴⁴ António Martins Quaresma. Fortalezas marítimas da Costa Sudoeste. In *Atlas do Sudoeste Português*. Disponível em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/351> Consultado em: 27 mai 2005.

²⁴⁵ António Martins Quaresma. Fortalezas marítimas da Costa Sudoeste. In *Atlas do Sudoeste Português*. Disponível em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/351> Consultado em: 27 mai 2005.

*Armada Invencível*²⁴⁶. Derrotada na Batalha de Gravelines (29 de julho de 1588), perderam-se os melhores vasos de guerra da armada portuguesa. Recorde-se que, em virtude da União Ibérica, o Tratado Anglo-Português de 1373 foi suspenso, e com a Guerra Anglo-Espanhola em progresso, a navegação portuguesa tornou-se uma presa justa tanto para a Marinha inglesa, quanto para corsários em geral. Sem a proteção da sua armada, a defesa da navegação e comércio das possessões ultramarinas portuguesas sofreu um golpe de misericórdia: o controlo do comércio mundial mudava definitivamente de mãos, e uma era se encerrava.

As investidas da Marinha inglesa e de corsários em geral deparar-se-iam, no arquipélago dos Açores, com uma resistência militar débil e mal-organizada.

²⁴⁶ Em castelhano, “*Grande y Felicísima Armada*”.

2.3. Aspetos da defesa militar dos Açores

“Os Açores foram uma das vias de acesso e de conhecimento das paragens atlânticas de noroeste. (...). Na transição para o século XVI, aumenta a importância dos Açores, após as chegadas de Cristóvão Colombo à América em 1492 e de Vasco da Gama à Índia em 1498. A partir de então, as rotas do Cabo e das Índias de Castela [América 1 fazem escala no arquipélago quando transportam as especiarias e os metais preciosos. (...) Ao longo dos séculos os corsários e piratas e até a guerra fizeram parte do quotidiano dos ilhéus. Desde cedo, portanto, houve necessidade de organizar um sistema defensivo e construir muitas fortalezas.”²⁴⁷

Desde a Idade Média, a guerra não se constituía numa prerrogativa do Estado ou do monarca. Embora o exercício do poder fosse uma prerrogativa do soberano, e nele compreendida a guerra, ela também podia ser movida por poderes periféricos, como por exemplo senhores feudais, ordens religiosas militares e poderes locais. Não existia um Exército como o conhecemos modernamente, e a força armada era constituída pelas forças temporariamente mobilizadas pelos referidos poderes, e que poderiam ou não oferecer suporte à hoste do soberano, conforme os laços de vassalagem ou mesmo de acordo com interesses próprios.

Em Portugal, até à primeira metade do século XV a força armada era integrada pelas Ordens de Cavalaria, os Bispos e os Fidalgos que serviam o monarca com as suas “lanças”; a essa força acrescia-se os homens de armas mobilizados pelos Concelhos: besteiros de conto ou de número, besteiros de pé ou a cavalo, e os homens de lança e escudo, que combatiam em torno da bandeira Real ²⁴⁸.

²⁴⁷ MENESES, Avelino de Freitas de (2005). Os Açores nas contendas dos séculos XV e XVI: da organização da defesa à construção do Monte Brasil (Terceira). Seminário das Comemorações do Dia do Exército, Ponta Delgada, Novembro de 2004. In *Os Açores como espaço estratégico: a história, a estratégia, as relações internacionais e o Exército: Actas*. Ponta Delgada, Zona Militar dos Açores; Universidade dos Açores, pp. 13-29.

²⁴⁸ CRUZ, 2011:1519.

D. Manuel I aboliu os besteiros do conto e substituiu-os por Companhias de Arcabuzes e de Piques municipais.

Em termos de arquitetura militar, tem início no reino a adaptação das antigas estruturas medievais à pirobalística:

*“A maior novidade terá sido, porventura, a introdução dos baluartes redondos, acasamatados, os bastiões, que no tempo de D. João III, se tornariam poligonais e regulares, abrindo caminho aos modelos verdadeiramente modernos.”*²⁴⁹

A fortificação abaluartada caracterizou-se por apresentar planta poligonal e perfil escalonado, tendo-se desenvolvido na Europa a partir de finais do século XV e inícios do século XVI, como resposta ao desenvolvimento da artilharia pirobalística.

Este sistema de fortificação teve origem nos séculos XV e XVI, na península Itálica, onde complexos defensivos, com maior ou menor grau de complexidade, eram essenciais para a defesa das regiões de fronteira das cidades-estado em conflito. Nesse período destacaram-se os nomes de Francesco di Giorgio Martini (1439-1501)²⁵⁰ e dos irmãos Antonio e Giuliano da Sangallo (1445-1516), considerados os maiores representantes da chamada *Escola Italiana*. Não podemos esquecer ainda os contributos de Leonardo da Vinci (1452-1519) para a internacionalização da escola italiana de fortificação e definição do sistema abaluartado²⁵¹. Francisco de Holanda, protegido de D. João III, que o enviou às cidades italianas para completar os seus estudos, deixou registado em 1571:

“Uma cousa notei entre todas nas cidades de Itália que são as mais fortes e inespunhaveis de Europa; e é que não ha nenhuma, des a inclita e nobilissima cidade de Roma até a menor fortaleza de Civita Castelana, que não tenha um forte castelo ou

²⁴⁹ DIAS, 2008(a):25.

²⁵⁰ Francesco di Giorgio Martini (Siena, 1439-Siena, 1501) foi um escultor, pintor, teórico e arquiteto do Renascimento. Foi ainda engenheiro de mais de 70 fortificação para Federico da Montefeltro, conde (e depois duque) de Urbino, e para quem trabalhava na década de 1460. É autor do *“Trattato di architettura, ingegneria e arte militare”* que, concluído em torno de 1482, circulou depois em manuscrito, tornando-se um dos mais influentes de seu tempo. Primeiro tratado renascentista exclusivamente dedicado à arquitetura militar, foi o terceiro tratado do Quattrocento, após o de Leone Battista Alberti e o de Filarete. Martini foi o responsável pela construção de muralhas em cidades como Jesi (hoje restaurada), e autor dos primeiros exemplares de fortificações estreladas.

²⁵¹ O historiador britânico Sir John Rigby Hale, especialista em estudos sobre o Renascimento, considerou o sistema abaluartado como a única invenção absoluta da arquitectura moderna, por oposição às formas criadas na Antiguidade. Do autor, ver: *The Art of War and Renaissance England*, Washington, Folger Shakespeare Library, 1961; e ainda, *Renaissance Fortification: Art or Engineering?*, London, Thames and Hudson, 1977.

fortaleza a que eles chamam 'Roca', d'onde se recolham e defendam do imigo no tempo de guerra."²⁵²

Com a construção da cidadela de Antuérpia, pelos italianos Francesco Paciotto (1521-1591) e Galeazzo Alghisi (1523-1573), a experiência italiana disseminou-se pela Europa, dando origem ao desenvolvimento de outras escolas de fortificação abaluartada, entre as quais se destacam a *Escola Flamenga*, com Menno van Coehoorn (1641-1704) e a *Escola Francesa* com Sébastien Le Prestre, marquês de Vauban (1633 -1707).

A grande inovação foi o desenvolvimento do baluarte, como suporte para as peças de artilharia, marcando a transição da neurobalística para a pirobalística. Em Portugal o uso da pólvora encontra-se documentado desde os conflitos com Castela decorrentes da Crise de Sucessão de 1383-1385²⁵³, mas só se começaram a realizar obras de adaptação nos antigos castelos medievais sob o reinado de João II de Portugal (1477; 1481-1495), prolongando-se pelo de D. Manuel I²⁵⁴. Estas reformas tardo-góticas tiveram especial incidência nas fortificações raianas, nomeadamente no Ribacôa, do que é testemunho eloquente o "*Livro das Fortalezas*" de Duarte de Armas²⁵⁵. Este escudeiro de D. Manuel I foi incumbido pelo monarca de percorrer a fronteira do reino, de Caminha até Castro Marim, desenhando plantas e alçados das vilas e dos seus castelos, constituindo um registo das obras então realizadas enquadradas no advento da fortificação moderna.

No início do reinado de D. Manuel I (1495-1521), Portugal já havia consolidado os três projetos ultramarinos iniciados com a ascensão ao trono da Dinastia de Avis, sob João I de Portugal (1385-1433):

- a) A conquista do litoral do Marrocos;
- b) O povoamento dos arquipélagos atlânticos;
- c) a exploração comercial da costa ocidental africana.

O primeiro materializava-se na posse das praças de Ceuta (1415), Alcácer-Ceguer (1458), Arzila e Tânger (1471); o segundo pelo povoamento e exploração dos arquipélagos

²⁵² Francisco de Hollanda. *Da Fábrica que Falece á cidade de Lisboa – Da Sciencia do Desenho*. Edição crítica por por Joaquim de Vasconcellos. Porto, Imprensa Portuguesa, 1879, p. 6 [fl. 6].

²⁵³ BARROCA, 2009: 241.

²⁵⁴ SOROMENHO, 2008: 159.

²⁵⁵ Duarte de Armas (1990). *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, edições Inapa.

dos Açores e da Madeira, onde florescia a lavoura canavieira, encontrando-se esgotadas as tentativas portuguesas no sentido de obter a posse das Canárias à Coroa espanhola; e o terceiro, pela implantação e operação de uma rede de entrepostos e feitorias no litoral africano, que forneciam regularmente ouro e escravos a Lisboa. Destas, as mais importantes foram as de Arguim e a de São Jorge da Mina, as primeiras fortificações portuguesas ultramarinas, nas décadas de 1460 e 1480, respectivamente.

Ainda sob D. Manuel I, atingido o subcontinente indiano (1498) e abertas as rotas das especiarias, Portugal irá consolidar as suas conquistas em diversas frentes:

- a) As conquistas orientais passarão a ser controladas pelo estabelecimento de um Vice-reinado (1505);
- b) As costas do [pau] Brasil serão cartografadas e, face ao contrabando francês daquela madeira tintorial, serão patrulhadas por armadas, conhecidas na historiografia daquele país como “*expedições guarda-costas*”; e
- c) No Marrocos, será implantada uma linha de fortificações acompanhando a costa, protegendo os seus melhores portos marítimos - as chamadas “*fortalezas do mar*”.

Para esse último objetivo, os primitivos entrepostos ou feitorias estabelecidas na região foram transformados em fortalezas, visando assegurar para a Coroa portuguesa os direitos de comércio e navegação frente a incursões indesejadas de outros navegadores, registadas desde fins do século XV. Embora em sua origem se destinassem a salvaguardar os interesses do comércio português, na prática as essas fortificações garantirão a Portugal o controlo da costa atlântica do Marrocos²⁵⁶.

Em Portugal, as ideias italianas de fortificação foram inicialmente difundidas, entre outros, por Francisco de Arruda (1???-1547)²⁵⁷, Benedetto da Ravenna (1485-1556)²⁵⁸ e pelo já citado Francisco de Holanda (1517-1585)²⁵⁹, embora a arte da

²⁵⁶ Ainda hoje podemos apreciar algumas dessas praças, como por exemplo a Fortaleza de Santa Cruz do Cabo Gué (1505), o Castelo Real de Mogador (1506), a que se seguiram a ocupação de Safim (1508) e a fortificação dos portos de Azamor (1513) e de Mazagão (1514).

²⁵⁷ Tendo trabalhado no Marrocos (1513-1514), regressou a Lisboa, onde foi responsável pela construção da Torre de São Vicente de Belém (1516) e dos baluartes redondos em Évora Monte, fortificações que já revelam abertura às influências italianas. Ver: GONÇALVES, A. Nogueira (1979). *Estudos de História da Arte da Renascença*. Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo. Ver ainda: MOREIRA, Rafael (1981). A Arquitetura Militar do Renascimento em Portugal. In *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*. Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo.

²⁵⁸ Projeto para a expansão da Praça-forte de Mazagão (1541).

fortificação abaluartada só se tenha desenvolvido em meados do século XVII, graças ao contributo de Luís Serrão Pimentel (1613-1679), responsável desde 1647 pela *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa* e autor do tratado *O Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, teoricamente inspirado pelas escolas de engenharia militar do norte da Europa ²⁶⁰.

Embora em termos de arquitetura militar, as fortificações manuelinas cedo se tenham revelado obsoletas, neste reinado a principal evolução registou-se no armamento naval. Ainda com relação à evolução da arte castrense em Portugal, CARITA (2019) elucida-nos:

“A arquitetura militar da primeira metade do século XVI prende-se progressiva e especificamente às características do emprego da artilharia naval portuguesa, que disparava quase ao nível da água, dispensando assim as operações de pontaria em alcance. Mais tarde, o aumento da potência das bocas de fogo, com mais peso, necessidade de campo de manobra e uma muito maior produção de fumos e detritos, impossibilitou o seu uso no cavername dos navios, perto da linha de água, assim como nas canhoneiras baixas das fortificações. Estas alterações marcam a passagem do que geralmente se designa como 'fortalezas de transição', para as fortalezas ditas 'modernas' ou totalmente abaluartadas.

Comparando os trabalhos iconográficos de Gaspar Correia, nas 'Lendas da Índia', de 1550-1563, com os trabalhos de Manuel Godinho Herédia, Pedro Barreto de Resende, António Bocarro e António de Mariz Carneiro, todos já do século XVII, poderemos determinar com certa segurança a evolução das fortificações portuguesas no Oriente entre os finais do século XVI e os inícios do XVII. Dada a centralização técnica de todos estes aspectos numa provedoria-geral em Lisboa, a evolução nas ilhas atlânticas não teria sido muito diferente.”²⁶¹

²⁵⁹ Uma exposição abrangente sobre os tratados de fortificação em uso no país nos séculos XV e XVI é encontrada em DORÉ, Andréa (2010). *Sitiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*. São Paulo, Alameda.

²⁶⁰ VALLA, Margarida (1996). O papel dos arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. In *IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro. Ver também: CONDE, Antónia Fialho; HENRIQUES, Virgínia; GUIOMAR, Nuno (2012). A costa algarvia três séculos depois - O olhar entre a Geografia e a História, in: *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011.

²⁶¹ CARITA, Rui (2019). *Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII*. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 201.

A convivência entre estruturas de raiz arquitetónica tardo-medieval (dominadas por altas torres como em Safim, Mogador e São Jorge da Mina), com plantas mais baixas e robustas, obedecendo traçados poligonais, demonstra a velocidade com que as mudanças foram introduzidas. Constatamos que, foi já sob o reinado de D. João III que se difundem em Portugal as chamadas fortificações “roqueiras” (do italiano “rocca”), devido à ação dos já citados Benedetto da Ravenna, Francisco de Holanda e do filho de Francisco de Arruda, Miguel de Arruda²⁶².

No tocante à guerra no mar, tendo em conta os condicionalismos impostos pelo comércio com o Oriente, D. Manuel I também reorganizou o sistema de defesa naval português, que compreendia diversas armadas com missões e raios específicos de ação:

*“Surgiu a necessidade de artilhar as embarcações e uma armada para comboiar até porto seguro. As insistentes reclamações, nomeadamente dos vizinhos de Santiago em Cabo Verde, levaram a coroa a estabelecer armadas para protecção e defesa das áreas e rotas de comércio: armada da costa ocidental do reino, do litoral algarvio, dos Açores, da costa e golfo da Guiné, do Brasil.”*²⁶³

Por volta de 1520, além daquelas que operavam no Ultramar Português, existiam três grandes armadas em operação no Atlântico Norte:

- a **Armada da Costa** ou **do Reino**²⁶⁴, com a missão de defender a navegação nas costas de Portugal Continental, com particular atenção para o apoio às naus da Carreira da Índia em torna-viagem. O seu raio de ação estava compreendido desde a foz do rio Douro, a norte, até ao Cabo Espichel, a Sul, bem como a

²⁶² Em 1541 Miguel de Arruda acompanhou Benedetto da Ravenna à Praça-forte de Mazagão quando este ali foi reformular as fortificações, uma iniciativa que viria a colocar Portugal a par da última palavra em matéria de fortificação. Neste processo também participaram Diogo de Torralva e João de Castilho, este último como construtor. Trabalhou em Tânger e em Ceuta (1543), bem como nas fortalezas da ilha de Moçambique (Fortaleza de São Sebastião) e da Bahia de Todos os Santos (1546). Em 1548 projetou e dirigiu a empreitada de reformulação da Fortaleza de São Jorge da Mina, incluindo uma grande cisterna idêntica à de Mazagão. Devido à sua competência e sucesso no empreendimento de São Jorge da Mina, em dezembro desse mesmo ano foi designado “*Mestre das Obras das Fortalezas do Continente e Ultramar*”. Como culminância da sua vasta atividade no âmbito da arquitetura e engenharia militar destaca-se o Forte de São Julião da Barra (1553-1568), na ponta de São Gião, na margem direita do estuário do rio Tejo que, de acordo com Rafael Moreira, constitui-se uma das obras-primas da arquitetura portuguesa, “*à altura das melhores criações do século XVI*”.

²⁶³ GODINHO, 1978, apud VIEIRA, 2004:260.

²⁶⁴ Armada da Costa. In *Navegações Portuguesas*, Instituto Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/e04.html>

recolha de informação de inteligência acerca dos navios corsários eventualmente em operação na área.

- a **Esquadra do Estreito de Gibraltar**, por vezes referida como a **Armada do Estreito**, e mais tarde como **Armada do Algarve**, com a missão de proteger a navegação e comércio português nas águas do Norte de África. Era composta por embarcações de menor porte e a sua ação foi assim descrita pelo cronista Bernardo Rodrigues:

Em 1520 D. Manuel I teve “nova certa que Barba Ruiva, turco, avendo-se apoderado da cidade d' Arjel, no reino de Tremecem, (...) intentava vir aquele ano ao Estreito, como já outra vez viera no ano de dezassete”. Por isso mandou construir quatro “mui poderosas galés, e providas de muita e boa artelharia e de muita boa jente, assi fidalgos como criados de sua casa, e por capitão geral delas ordenou Dom Pedro Mazcarenhas (...) o qual aquele ano andou nelas por guarda do Estreito, trazendo outras cinco caravelas d'armada no Estreito”. Barba Ruiva “tendo nova desta grossa armada não ousou de vir”. E D. Pedro Mascarenhas, “andando todo o verão no estreito e sem lhe soceder cousa que se possa escrever, se veio invernar em lisboa” ²⁶⁵.

Tendo criado uma feitoria em Arzila, D. Manuel I não abandonou a ideia duma esquadra no estreito, e

“[...] determinou, muito acertadamente, que ao serviço da feitoria e dos lugares de além andasse uma caravela de armada, e foi seu capitão Vasco Fernandes César (...). Foi a primeira caravela que no Estreito [de Gibraltar] andou ao serviço dos lugares e tão bom ele pareceu que no ano de 1522 se proveu outra caravela para o dito serviço, e foi seu capitão João Valadares; e desde então (...) sempre houve duas caravelas de armada no Estreito.” ²⁶⁶

“Estas embarcações eram empregadas no serviço dos lugares e guardavam os navios de trigo e de passageiros, que andavam no Estreito, dos corsários mouros, principalmente de Tetuão, que eram os mais atrevidos, e turcos, franceses e ingleses, que na boca do estreito vinham espiar presa que tomar a Portugueses e espanhóis.” ²⁶⁷

²⁶⁵ Bernardo Rodrigues. *Anais de Arzila*, c. 1560, pp. 285-287.

²⁶⁶ David Lopes. *História de Arzila*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924-1925, pp. 204-211

²⁶⁷ *Idem*.

O raio de ação da Esquadra do Estreito estendia-se da costa algarvia, pelo Golfo de Cádiz até ao Estreito de Gibraltar e a costa do Marrocos.

- a **Armada das Ilhas** ²⁶⁸, com a missão primária de defender as naus da Carreira da Índia em torna-viagem que buscavam os Açores a caminho de Lisboa. Adicionalmente fornecia proteção, naquela altura do Atlântico, à variedade de embarcações que regressavam de África, do Brasil e, posteriormente, das Índias Ocidentais em direção a Sevilha. Foi criada quando D. Manuel I fez publicar o “*Regimento para as naus da Índia nos Açores*”, concomitante com a criação do cargo de Juiz das Alfândegas (ou “*Juízes do Mar*”), ambas em 1520.

A composição anual da Armada das Ilhas variava, tanto em número quanto na capacidade das suas embarcações. Era composta preferencialmente por caravelas ou similares, fortemente artilhados, e com boas qualidades veleiras. Essas embarcações partiam do porto de Lisboa entre os meses de março a maio, navegando até à altura do Arquipélago das Berlengas, e daí seguindo, pelos 40º de latitude Norte, até à Terceira. Em Angra, eram recolhidas as informações de inteligência disponíveis acerca das atividades de piratas ou corsários na região, enviando-se de imediato vigias para a altura da ilha do Corvo (“*ilha do Marco*”).²⁶⁹ O local de espera das embarcações da Armada deveria ser, no máximo, a 40 ou 70 léguas a Oeste do Corvo, devendo manter-se embarcações entre o Corvo e as Flores, agrupadas, pelo menos, duas a duas. Algumas delas deveriam escoltar as naus da Índia até Angra e, por vezes, mesmo até Lisboa. A missão de vigilância consumia cerca de quatro meses, registando-se o seu regresso a Lisboa apenas com a última das naus da Índia esperada para aquele ano.

A montagem deste sistema obrigou à articulação de esforços não apenas entre o Provedor e as demais autoridades na Terceira, mas também daquele às das ilhas dos Grupos Central e Ocidental do arquipélago. Especial atenção era dada à comunicação com as “*justiças*” (autoridades) do Corvo, que tinham a seu cargo

268 Ver: Artur Teodoro de Matos (1991). A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (novos elementos para o seu estudo). Coimbra, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, pp. 227-259.

²⁶⁹ A rede de informações iniciava-se nos portos de França, frequentados por espiões portugueses, e encerrava-se em Pero Anes do Canto, responsável, na Terceira, pela segurança da navegação (FERREIRA, 1983:289).

a tarefa de vigiar as naus e, tão logo fossem avistadas, mandar-lhes aviso para singrarem sem demora para Angra.

A atividade das Armadas das Ilhas declinou a partir do século XVI até que, em meados do século XVII se encontrava quase inoperante. Contribuíram para esse declínio o aumento das ameaças navais na região no período, e também a diminuição da capacidade de defesa naval portuguesa.

Sob o reinado de D. Sebastião I, em outubro de 1566 registou-se o mais importante assalto corsário a um espaço português. O francês Bertrand de Montluc, no comando de uma armada de três embarcações, perpetrou um dos mais danosos assaltos à vila Baleira (Porto Santo) e à cidade do Funchal (Madeira), numa ação que só viria a ter paralelo no assalto de corsários neerlandeses às ilhas de Gran Canaria (Canárias) e São Tomé (São Tomé e Príncipe) em 1599, e de piratas da Barbária em 1616 às de Porto Santo (Madeira) e de Santa Maria (Açores) ²⁷⁰. Essas ações levaram a profundas alterações nesses sistemas defensivos insulares, em terra e no mar. Sobre esse ataque, CARITA (2019), numa perspetiva atlântica, ao referir o papel da Provedoria das Obras, observou:

“Se até então as incursões francesas no Brasil não tinham despertado convenientemente a corte, o ataque à primeira cidade da expansão portuguesa, e a poucos dias de viagem de Lisboa, lançou o pânico na capital portuguesa e teve mesmo repercussões em Valhadolide e Madrid.” ²⁷¹

A providência imediata da Coroa Portuguesa foi o atendimento da defesa pela nomeação de três equipas de inspeção, cada uma liderada por *“hũa pessoa de m^a qualidade, confiança e experiencia que entenda na superintendençia desta fortificação”* ²⁷².

²⁷⁰ VIEIRA, 2004:261. Na transição do século XVI para o XVII regista-se uma presença crescente de piratas argelinos nas águas da Madeira e dos Açores. De modo geral encontravam-se ligados à cidade-estado mediterrânica de Argel, cuja prosperidade e autonomia frente ao Império Otomano deviam-se essencialmente à sua atividade de saque naval. Para um enquadramento geopolítico do papel de Argel no período, veja-se BRAUDEL, Fernand (1976). *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II* (3 vols.). Paris, Armand Colin, vol. II, pp. 203-208.

²⁷¹ CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 210.

²⁷² SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1958). *Documentos inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p.61.

- **Tommaso Benedetto e Pompeo Arditti** viajaram para a Madeira e os Açores na Primavera de 1567;
- No Outono, **Simão de Ruão** foi enviado para o Entre-Douro-e-Minho; e
- **Afonso Álvares** seguiu para a bacia do rio Sado e costa algarvia.

Com relação aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, CARITA (2019) complementa: “[...] e num curto espaço de tempo procedia-se a obras da responsabilidade da Provedoria das Fortificações e Obras Reais, quer no Funchal, quer, pelo menos, em Ponta Delgada, em Angra e na Horta.”²⁷³

Em termos de forças terrestres, D. Sebastião I reorganizou a Milícia e, em 10 de dezembro de 1570, criou as Ordenanças, por cujo Regimento os Alcaldes e Donatários das cidades e vilas do Reino, eram denominados de Capitães-mores e tinham por incumbência organizar as milícias locais. Os integrantes destas Ordenanças eram nomeados dos 18 aos 60 anos, obrigatoriamente, e adquiriam as armas à sua própria custa. Os convocados abastados tinham cavalo próprio e usavam espada ou lança; aqueles com menos recursos eram organizados em companhias a pé com arcabuzes ou piques²⁷⁴.

Com a implantação da Dinastia Filipina²⁷⁵, e diante da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), nomeadamente com a derrota da Armada Invencível em 1588 diante da Inglaterra, observa-se um recrudescimento da atividade de corso no Atlântico. Vivia-se o período áureo das Armadas das Índias e observamos um recrudescer da atividade fortificadora, não apenas na fachada atlântica da Península Ibérica, mas em todo o Atlântico. Sobre esse período, ELLIOTT (2014) observou:

“(...) el periodo entre 1580 y 1640 vio, al menos en algunas áreas, una convergencia entre los Atlánticos español y portugués antes distintivos a una escala lo bastante importante para permitirnos hablar de ellos como componentes de un solo Atlántico ibérico. Una de esas áreas fue la defensa. (...)”²⁷⁶

²⁷³ CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 210.

²⁷⁴ Op cit.

²⁷⁵ No continente, de 1580 a 1640; nos Açores, de 1583 a 1642.

²⁷⁶ ELLIOTT, John. H. (2014) - El Atlantico Espanol y El Atlantico Luso (Conferencia de apertura del XX Coloquio de Historia Canario-Americana. Casa de Colón, octubre de 2012). Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria, p. 28.

VALLA (1996) assim o compreendeu numa escala não apenas Macaronésia, mas Atlântica, uma vez que a sua visão abrange as fortificações reais erigidas na costa do Brasil no final do século XVI e início do XVII:

“As ilhas Atlânticas foram também a partir do século XV um campo de experimentação de formação de novos núcleos como Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Faial [Horta] nos Açores e Funchal na Ilha da Madeira. No século XVI estas cidades sofrem um crescimento acentuado e a sua estrutura urbana estabelece-se com regras urbanísticas. Mateus Fernandes [(III)] é enviado para o Funchal como ‘Fortificador e Mestre das Obras’ da ilha da Madeira. É ele que constroi a nova Fortaleza de S. Lourenço e reforça o sistema de trincheiras junto ao mar, para além de intervir nas obras públicas, sendo a Sé da sua traça [sic]. Estes técnicos enviados para dirigir as obras nas cidades fundadas pelos portugueses em território fora de Portugal exerciam o papel de fortificadores, aos quais era reconhecido um título, e também em muitas situações eram ‘mestres de obras’ desses locais, ou seja, responsável por todas as obras públicas.

O sistema de fortificação nas ilhas baseou-se na implantação de fortes na costa junto às cidades, política tomada principalmente a partir do início do século XVII, no reinado de Filipe II [de Portugal (1598-1621)]. O engenheiro-mor Leonardo Turreano, nomeado em 1598, implementou uma política de fortificação de inúmeras cidades que se consideravam sem sistemas adequados de defesa contra os ataques dos franceses e holandeses, tanto nas Ilhas Atlânticas como no Brasil. Foi construído o Forte de S. Filipe em Angra no Monte Brasil que defendia a cidade, um dos maiores fortes contruídos nessa época, e outros fortes junto à costa em Ponta Delgada, Funchal e Horta.

Esta política de construção de fortes irá aplicar-se também em toda a costa do Brasil a partir do início do século XVII e as cidades principais como Rio de Janeiro e Baía irão ter projectos de fortificação.” ²⁷⁷

A Guerra Luso-Neerlandesa (1595-1663) que conduziu a expressiva perda de possessões portuguesas no Oriente, levou a que a Coroa reforçasse a defesa do Brasil, entretanto também atacado (Bahia, 1624; Pernambuco e Maranhão, 1630-1654), como o foi a costa ocidental africana, nomeadamente Angola. Doravante conservar-se-ão em

²⁷⁷ VALLA, Margarida (1996). O papel dos arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. In *IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro. Ressalve-se que: (a) a cidade do Faial é a Horta; (b) o referido Mateus Fernandes é o III; (c) embora Fernandes tenha trabalhado com o cabido da diocese do Funchal, a Sé estava edificada desde c. 1493; e (d) o sistema de fortificações junto à costa das ilhas dos arquipélagos iniciou-se efetivamente sob o reinado de D. Sebastião, a partir da visita de Pompeu Arditi e Tommaso Benedetto (1567).

África alguns portos essenciais à Carreira da Índia (e ao tráfico de escravos) como Cacheu, São Jorge da Mina, São Paulo de Luanda, e na costa oriental, Sofala, Quíloa, Mombaça e a Ilha de Moçambique ²⁷⁸.

²⁷⁸ VALLA, Margarida (1996). O papel dos arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. In *IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro.

2.3.1. O século XV: os primórdios da fortificação no arquipélago

*“Muitas foram as ameaças ao território insular do arquipélago dos Açores, durante os séculos que se seguiram ao povoamento português, a meados do século XV. As guerras europeias, que se exportaram para o tabuleiro do Atlântico, os conflitos internos do reino português, a pirataria e o corso, foram perigos permanentes, que deram azo a um considerável número de batalhas e se repercutiram no fomento do receio das populações locais. Contudo, assumindo-se que estas ações ocorriam principalmente em palco marítimo, é presumível que o incremento do plano de fortificações militares das ilhas, ocorrido a partir do século XVI - com relevo principal para os três portos mais atarefados de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta –, seja atribuído a uma precaução, mais do que a uma necessidade defensiva imperiosa.”*²⁷⁹

De maneira geral é possível recortar a História Militar dos Açores em três grandes períodos, coincidentes com os três sistemas governativos em uso no arquipélago até 1837, a saber:

- **As donatarias** - do início do povoamento (década de 1440)²⁸⁰ até 1766;
- **A Capitania-Geral dos Açores** - de 1766, quando foi implementada, a 1832, quando foi extinta; e
- **O Liberalismo** - de 1832 a 1837, momento em que as forças militares sediadas nos Açores foram integradas na orgânica do Exército Português²⁸¹.

²⁷⁹ VIEIRA, 1988:1534.

²⁸⁰ Data de 2 de julho de 1439 a Carta de D. Afonso V concedendo licença ao Infante D. Henrique, seu tio, para povoar as sete ilhas dos Açores. In *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, 1932, p. 121.

²⁸¹ “Até 1837 publicaram-se várias modificações na constituição da força pública, mas só nesse ano é que se decretou uma verdadeira organização do exército, digna de atenção e de certo alcance.” Exército, in: *Portugal Dicionário Histórico*. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/exercito.html> Consultado em 1 out 2018.

Do mesmo modo, podemos recortar uma História das Fortificações do arquipélago, até ao século XVIII – limite temporal deste estudo – em três grandes etapas:

- **Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479)**, também referida como *Guerra da Beltraneja*, onde, apesar da derrota das forças portuguesas na batalha de Toro (1476), a guerra naval no Atlântico teve grande peso, tendo as frotas portuguesas se imposto às castelhanas na luta pelo acesso às riquezas da Guiné. Foi nesse contexto que as primeiras fortificações foram erguidas no arquipélago, a saber: o chamado Castelo dos Moinhos em Angra²⁸², e as Muralhas da Praia²⁸³, ambas na ilha Terceira;
- **Provedoria das Armadas** (c. 1527), etapa em que, com cujo apoio, após os episódios da Fortaleza de Cabo de Gué, no litoral do Marrocos (1541) e do

Considera-se, entretanto, que a génese do Comando da Zona Militar dos Açores remonta à organização provisória do Exército Português - território continental e ilhas adjacentes - em 10 divisões militares, tendo sido criado pelo Decreto Régio de 1836, de iniciativa de Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1.º visconde de Sá da Bandeira. Os Açores, com os Distritos Administrativos de Ponta Delgada, Angra e Horta, constituíam a 10.ª Divisão Militar, com Quartel-general no Distrito Administrativo de Ponta Delgada. A partir de 1868, o comando passou a ser exercido a partir de Angra do Heroísmo. Sucessivamente reorganizada ao longo de sua história, conheceu várias denominações:

1868 - 5.ª Divisão Militar;
1884 - Comando Central dos Açores;
1901 - Comando Militar dos Açores;
1926 - Governo Militar dos Açores;
1937 - Comando Militar dos Açores;
1960 - Comando Territorial Independente dos Açores;
1977 - Zona Militar dos Açores.

No contexto da Segunda Guerra Militar (1939-1945), em consequência das medidas de reforço militar do Arquipélago, no cumprimento das determinações do Ministério da Guerra, em 1939, o Quartel-general retornou a Ponta Delgada, onde permanece.

Em nossos dias, a organização do Exército de 1993 mantém a Zona Militar dos Açores (ZMA) e, a partir de 2006, por força da aplicação das Leis Orgânicas do Exército, foram introduzidas algumas alterações na sua estrutura. A ZMA passou a integrar uma componente operacional do sistema de forças, materializado atualmente pelo Comando da Zona Militar dos Açores, dois batalhões de Infantaria (RG-1/Angra do Heroísmo e RG-2/Ponta Delgada) e uma componente fixa, assente no seu Quartel-general e nas Unidades e Órgãos na sua dependência (Unidade de Apoio – UNAP), que garante apoio técnico na área de comunicações, ações de Polícia do Exército e a atuação da Banda Militar na Zona Militar dos Açores, bem como todo o apoio de serviços ao Quartel-general e ao Museu Militar dos Açores. In *Comando da Zona Militar dos Açores. Síntese Histórica*. Disponível em: https://assets.exercito.pt/SiteAssets/Cmd_ZMA/Sintese%20hist%C3%B3rica.pdf Consultado em 3 jan 2019.

²⁸² Cf. FRUTOSO (1998), que regista: “(...) *Está esta cidade (...) está como amparo dela um forte castelo com munições e artilharia, novamente renovado e provido, sendo dantes mais fraco, edificado somente pera recolhimento e defesa dos moradores dela no tempo das guerras de Portugal com Castela, (...).*” (Op. cit., Livro VI, cap. III, p. 13)

²⁸³ Em 1482, a Infanta D.ª Beatriz de Portugal alertou, por carta a Álvaro Martins Homem, que embarcações castelhanas começavam a infestar os mares dos Açores, enviando à ilha Pedro Anes Rebelo, na qualidade de provedor das fortificações da ilha Terceira, para orientá-lo, enquanto capitão do donatário da Praia, no amuralhamento de sua vila.

assalto de corsários franceses ao Funchal e a Porto Santo (1566) deu-se início aos chamados “*Castelos Reais*”²⁸⁴ nos Açores, a saber:

- São Brás (Ponta Delgada, 1552, 1568)
- São Sebastião (Angra, 1572)
- Santa Cruz (Horta, 1567, 1572)

– **Da Crise de Sucessão de 1580-1583 à Capitania Geral dos Açores (1766-1832)**, período que se subdivide em várias etapas:

- **A Guerra da Sucessão Portuguesa** (1580-1583), momento em que se constrói um cordão de dezenas de fortificações de campanha em torno na ilha Terceira, por iniciativa de Ciprião de Figueiredo, para resistir aos espanhóis;
- **A União Ibérica** (1580-1640), quando se constrói a fortificação régia da ilha Terceira - o Castelo de São Filipe do Monte Brasil – com a dupla função de defesa da baía de Angra e de aquartelamento de tropas, e diversas fortificações menores, por todo o arquipélago, a cargo das Câmaras Municipais;
- **A Guerra da Restauração** (1640-1668), momento em que se procura recuperar e/ou ampliar diversas das antigas fortificações, e construir novas onde necessário;
- **A Guerra de Sucessão Espanhola** (1701-1714), marcada, no caso particular dos Açores, pela visita do Marechal António Castelo Branco, em 1710 para inspecionar as fortificações;
- **A Capitania Geral dos Açores** (1766-1832), momento marcado por intensa ação dos profissionais do Real Corpo de Engenheiros; e pela
- **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763), momento em que as preocupações com a guerra naval entre as potências europeias coloca em prontidão as defesas de costa no arquipélago.

²⁸⁴ Em castelhano, as fortificações são denominadas de “*castillos*” (castelos). Fontes portuguesas arcaicas utilizam a expressão equivalente (“*castelos*”). Podemos exemplificar com a expressão “*Castelo de São Brás*”, que se refere, propriamente, a um forte. São denominados de “*reais*” os “*castelos*” construídos por iniciativa régia, com recursos, portanto, da Coroa, para distingui-los daqueles erguidos com recursos da Câmaras Municipais ou de particulares.

Acerca da defesa do arquipélago, uma das questões iniciais que se impõe é: o que defender? Embora as populações observassem prioritariamente a própria defesa pessoal e dos seus bens, as motivações visadas no plano de defesa consistiam na protecção do comércio (i. e. dos portos) e da soberania da coroa portuguesa sobre o território.

As ilhas do Grupo Oriental do arquipélago são geograficamente as mais próximas dos continentes europeu e africano, tendo sido as primeiras a serem descobertas nos primeiros quartéis do século XV.

Povoadas a partir da segunda metade do século, a sua base económica prendeu-se à pesca, à agricultura e à pecuária, que mesmo de modestas proporções, abasteciam as praças portuguesas do Norte de África e atraíam navegantes em busca de escala para “refrescos” e reparações, captura de escravos e mesmo de saque. Ao debruçar-se sobre o estudo da Macaronésia, VIEIRA (2004) esclarece-nos que “(...) o vinho, o açúcar e a escravatura, (...) foram eles em boa parte, os responsáveis pela opção atlântica.”²⁸⁵ A estes géneros, acrescentamos, no caso dos Açores, o trigo, como também anteriormente estudado pelo mesmo autor²⁸⁶, e as plantas tintureiras – o pastel (*Isatis tinctoria*), a urzela (*Rocella tinctoria*) e, em menor escala, o dragoeiro (*Dracaena draco* L.) –, itens essenciais para as cidades do Norte da Europa, produtoras e exportadoras de tecidos.

No tocante particularmente aos arquipélagos dos Açores e das Canárias o mesmo autor reconhece que ambos atuaram – para a Coroa Portuguesa e para a Coroa Espanhola, respetivamente –, como via de entrada ou de saída das rotas oceânicas, orientando a pirataria e o curso para a região circunvizinha²⁸⁷. Complementarmente, nos casos de Cabo Verde e São Tomé, estes foram imprescindíveis para a afirmação e controlo dos mercados continentais vizinhos, dada a proximidade de ambos com a África²⁸⁸.

As questões da segurança e da defesa não se constituíram uma prioridade para os primeiros povoadores, com necessidades mais prementes com relação à habitação, às arroteias e à produção de excedentes para a exportação. O isolamento das ilhas era então suficiente para protecção dessas gentes. Adicionalmente, as cartas de doação aos donatários, ao fixarem os direitos e os deveres de ambas as partes em termos de administração, fiscalidade e justiça, eram omissas com relação a aspetos de defesa das gentes e das povoações.

²⁸⁵ VIEIRA, 2004:222.

²⁸⁶ VIEIRA, 1983.

²⁸⁷ VIEIRA, 2004:223.

²⁸⁸ VIEIRA, 2004:225.

No caso em tela, o das ilhas do arquipélago, estando o poder inicialmente nas mãos dos capitães dos donatários, sobre eles recaía primariamente a responsabilidade da defesa, para o que contavam essencialmente com os próprios familiares, criados, escravos e vizinhos. As distâncias e a demora nas comunicações – quer com o Reino, quer com as demais ilhas –, bem como a limitação dos recursos, assim o impunham.

Como vimos, as ameaças aos Açores remontam ao contexto da Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479), onde apesar da derrota das forças terrestres portuguesas na batalha de Toro (1476), a guerra naval no oceano Atlântico teve grande peso, tendo as esquadras portuguesas se imposto às castelhanas na luta pelo acesso às riquezas da Guiné, culminando com a vitória portuguesa na chamada Batalha Naval da Guiné (1478) ²⁸⁹.

As incursões castelhanas empreendidas na década de 1470 contra algumas ilhas açorianas ²⁹⁰, entre as quais se destacam aquelas à ilha de Santa Maria ²⁹¹, visavam essencialmente a obtenção de víveres, tendo se deparado com uma defesa fraca e mal-organizada, conforme o testemunho de FRUTUOSO (1998), por exemplo, para a Terceira ²⁹².

²⁸⁹ O recontro registou-se na altura onde, em fins de 1481 ou inícios de 1482, seria fundado o castelo / feitoria de São Jorge da Mina.

²⁹⁰ FRUTUOSO (1998), seguido por CORDEIRO (2007), para este período refere um assalto Castelhana repellido em Vila Franca (ilha de S. Miguel) e intentado em seguida em Angra, e outro, também repellido, na Praia, estes dois últimos na Terceira. CORDEIRO (2007) refere um assalto de uma armada Castelhana à baía da Praia, na ilha Terceira, neste período, alvorecer do seu povoamento (Op. cit., livro VI, cap. VI, pp. 257-258).

²⁹¹ Estes assaltos ocorreram durante o governo de João Soares, 2.º capitão do donatário nas ilhas de Santa Maria (c. 1460-1499) e de São Miguel (c. 1460-1474), sucedendo no cargo a Gonçalo Velho Cabral, seu tio materno. Após a confirmação da doação da capitania de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara (1474), Soares continuou capitão apenas da de Santa Maria.

²⁹² No início do povoamento da Terceira, possivelmente no contexto da Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479), à semelhança do que se registou em Santa Maria, surgiu diante de Angra uma armada de Castela. Não era a primeira vez que tal facto se sucedia, e como noutras ocasiões, os seus habitantes refugiaram-se nos matos, com as suas criações e bens.

À época, a terra não oferecia mais do que o produto de uma agricultura incipiente, e por esse motivo, os castelhanos pouco lucraram com o saque. Entretanto, afirma-se que ao verem terra fresca à porta de um comerciante de azeite, escavaram-na com os seus chuços e lanças até que encontraram uma talha de azeite escondida pelo proprietário, partindo-a.

Insatisfeitos com o magro saque obtido, os castelhanos velejaram para a baía da Praia, onde, ancoradas as embarcações, procederam ao desembarque, varando os batéis no areal.

Antes que alcançassem as primeiras casas da povoação, os castelhanos viram e começaram a apanhar e amontoar abóboras e melões que encontram num campo. Um praiense que, na ânsia de se esconder, subira a uma árvore próxima, ao tentar trepar mais alto para melhor observar o que se passava, partiu o ramo em que se empoleirava, caindo com grande estrondo. O estrondo pareceu aos castelhanos um tiro de arcabuz. Naquele tempo, uma arma de fogo era rara, e a sua posse indicava superioridade militar, pelo que os invasores se colocaram em fuga, abandonando a colheita e as próprias armas. Vendo-o, os praienses saíram da proteção dos matos e perseguiram-nos, aos gritos de “mata, mata!” Diante desta inesperada resistência, os castelhanos que haviam ficado de guarda junto aos batéis retiraram para a armada sem esperar pelos companheiros; estes, ao alcançar o areal, lançaram-se à água, onde foram mortos pelos praienses ou morreram afogados.

São duas as incursões a Santa Maria registadas na crónica de FRUTUOSO (1998), tendo a segunda culminado com a captura do próprio capitão do donatário. A descrição do cronista é ilustrativa do “*modus operandi*” desse tipo de recontro em termos de efetivos, armamento e táticas:

“E, estando [o capitão do donatário João Soares] algum tempo na ilha [de Santa Maria], contam alguns que, andando um dia passeando à sua porta, veio uma nau de castelhanos onde vinha um seu cunhado, outros dizem seu genro, que o queria matar; e saíram em terra como quarenta homens armados que, sem serem sentidos, deram de súbito com ele a horas do meio-dia, e, tirando alguns tiros com seus arcabuzes, sem lhe empecerem, nem acertarem, acudiu um mancebo, que se chamava António Fernandes, com um montante, e tão valorosamente o fizeram o Capitão João Soares e ele e outros poucos da terra, que levaram os imigos até à rocha da Concepção, deitando dois deles pela rocha abaixo, que logo morreram, acolhendo-se os mais aos barcos e neles à sua nau.

O que bem podia acontecer, porque outros dizem que estando o dito Capitão João Soares, no tempo em que havia guerras anitre [sic] Portugal e Castela, veio ter aí um navio de castelhanos, que quiseram entrar, e o dito Capitão se defendeu deles por espaço de dois ou três dias com um negro e quatro ou cinco homens, que somente tinha consigo, e, como eram tão poucos o cativaram por fim os castelhanos, depois de muito desvelado e cansado de pelejar, e o levaram a Castela, levando com ele o negro; e dos mais que tinha em sua companhia não se sabe, se vendo a coisa mal parada e sem remédio, se acolheram à serra e ficaram na ilha, ou se foram também cativos com o seu Capitão, que lá em Castela se resgatou; e depois de ter pago o resgate e estar livre, daí a oito dias se fizeram as pazes com Portugal, as quais pazes el-Rei de Portugal D. Afonso, o quinto do nome, fez com el-Rei D. Fernando de Castela, marido da Rainha D. Isabel, no fim do ano do Senhor de mil quatrocentos e oitenta, como conta o curioso cronista Garcia de Rezende no capítulo vigésimo da sua Crónica, que fez do grande Rei de Portugal, D. João, segundo do nome.”²⁹³

Os da Praia, vitoriosos, fizeram chegar a notícia do seu feito a Angra, onde houve quem dissesse: “*Uns maus castelhanos, que não se contentavam com o que levavam, senão quebrar-nos ainda o quarto de azeite que tínhamos na terra para comermos no ano...*”, ao que acrescentaram: “*Mas os da Praia nos vingaram, que lhes tomaram as armas e os mataram.*” (FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. 1.)

²⁹³ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XIII, pp. 52-53, seguido por CORDEIRO, 2007:cap. VII, pp. 113-114. Este último refere o ano das pazes entre os sobreanos como 1480.

As guerras “*antre Portugal e Castela*”, como referido pelo cronista, encerraram-se com a assinatura do Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479), por cujos termos Portugal reconhecia a Fernando II de Aragão e Isabel II de Castela como reis de Castela e estes outorgavam a Portugal a hegemonia no Atlântico, com a exceção das ilhas Canárias.

A estas primeiras investidas castelhanas seguir-se-iam outras, razão pela qual, em 1482, a Infanta D.^a Beatriz de Portugal, duquesa de Viseu²⁹⁴, que governava as ilhas em

²⁹⁴ Era filha do infante D. João (1400-1442), mestre da Ordem de Santiago e 3.º condestável de Portugal, e de sua meia-sobrinha D. Isabel de Barcelos (1402-1465), tendo nascido possivelmente em Barcelos ou em Alcácer do Sal, por volta de 1420. Educada entre a administração da Ordem de Santiago e a casa de Barcelos, D. Beatriz veio a casar-se, em 1447, com seu primo D. Fernando (1433-1470), duque de Viseu e filho de Duarte I de Portugal (1391-1438), tendo o casal tido nove filhos, dos quais somente cinco chegaram à idade adulta:

- D. João de Viseu (1448-1472), falecido sem descendência;
- D. Diogo de Viseu (1451-1484), depois assassinado por seu primo e cunhado João II de Portugal, em 1484, dado que, no mínimo, mantinha contactos com a corte de Castela e Aragão;
- a Rainha D. Leonor, mulher de D. João II;
- D. Isabel de Viseu (1459-1521), depois duquesa de Bragança, tendo o marido, entretanto, sido sentenciado em Évora, a 21 de junho de 1483; e
- Manuel I de Portugal.

A Infanta D. Beatriz, título que passou a usar após a morte do marido, teve a tutoria oficial dos filhos por delegação e mercê de Afonso V de Portugal, em carta datada de Lisboa, de 10 de outubro de 1470. O papa Sisto IV (1414-1484) outorgou-lhe essa tutoria oficialmente, e a governação da Ordem de Cristo, pelo Breve “*Super caríssimo*”, de 19 de junho de 1475.

Concretizou com determinação a vocação expansionista marítima da Ordem de Cristo na época de D. Afonso V, o qual se encontrava muito mais interessado na ocupação do Norte de África, e, depois, do próprio país, colocando à sua frente o filho, o futuro D. Manuel I.

A dimensão política da Infanta D. Beatriz à época é atestada pela sua presença no Conselho Régio, reunido no Porto em agosto de 1476, às vésperas da partida de D. Afonso V para a França, em busca do auxílio de Luís XI (1423-1483), tentando reverter o desastre de Toro (1476), sendo a única figura feminina presente. Sendo a primeira guerra luso-castelhana depois do início dos Descobrimentos, logo as novas áreas sob a influência portuguesa foram envolvidas no conflito. Isabel de Castela pretendia retomar a política de seu pai, João II de Castela (1406-1454), que sempre se opusera ao avanço das caravelas portuguesas ao longo da costa da Guiné, ao contrário de seu irmão Henrique IV de Castela (1454-1474), que nunca se interessara particularmente pelo assunto. Por isso, várias armadas castelhanas foram enviadas à Guiné, na tentativa de controlar a região da Mina. Os navios castelhanos atacaram pelo menos as ilhas de Porto Santo, na Madeira, e de Santiago, em Cabo Verde. O interesse de Isabel pelo Atlântico colocava em causa os domínios da Ordem de Cristo, pelo que a administradora daquela Ordem uma das primeiras interessadas nas negociações diplomáticas sobre o assunto. A guerra luso-castelhana foi decisiva para a recomposição do mapa político peninsular, unindo as coroas de Castela e de Aragão, pois Isabel, a Católica, era casada com Fernando de Aragão (1452-1516). Quando o conflito mergulhou num impasse, com a abdicação de D. Afonso V em 1477 (embora só efetiva alguns anos depois) e sendo o governo partilhado com o futuro João II de Portugal, foi D. Beatriz quem representou Portugal no encontro que veio a decidir os termos da paz entre os reinos ibéricos.

Em meados de março de 1479, D. Beatriz, acompanhada por um pequeno séquito, cruzou a fronteira em Segura e dirigiu-se a Alcântara, onde era aguardada pela sobrinha, em situação idêntica, numa povoação próxima da fronteira portuguesa, sem ter um exército a protegê-la. As conversações duraram cerca de uma semana e, no final, conseguiu-se um acordo: em termos gerais, Portugal reconhecia a realeza de Isabel e comprometia-se a impedir que Joana, a *Beltraneja*, continuasse a ser pretendente ao trono castelhano; Castela ficava com o direito de conquistar o arquipélago das Canárias, mas reconhecia o direito de Portugal sobre os arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde, tal como sobre a costa da Guiné a partir do paralelo das Canárias.

Depois, foi D. Beatriz quem reuniu em Moura, nas célebres Terçarias, D. Joana – a Excelente Senhora em Portugal, mas a *Beltraneja* em Castela – e os infantes de Portugal e de Castela – o seu neto D. Afonso (1475-1491) e a sua sobrinha-neta D. Isabel (1470-1498), confiados à sua guarda e educação. Os infantes eram

nome do donatário, o seu filho D. Diogo²⁹⁵, por carta a Álvaro Martins Homem, capitão do donatário na capitania da Praia (1474-1483), na ilha Terceira, preveniu que embarcações “castelhanas” começavam a infestar os mares dos Açores, e enviou à ilha Pedro Anes Rebelo, na qualidade de provedor das fortificações, para orientá-lo, enquanto capitão do donatário da Praia, no amuralhamento de sua vila²⁹⁶. Anes Rebelo veio a desposar, na ilha, uma sobrinha da esposa de João Vaz Corte-Real, capitão do donatário de Angra, tendo concluído a construção do Castelo de São Cristóvão – também referido como Castelo de São Luís ou Castelo dos Moinhos – em 1493, de que terá sido o primeiro governador.

Este, que terá sido a primeira fortificação no arquipélago, foi principiado na então vila de Angra, na passagem da década de 1460 para a de década de 1470, pelo fundador da mesma, Álvaro Martins Homem²⁹⁷:

assim os reféns que ambos os reinos entregavam como penhor da paz; D. Beatriz entregava igualmente um dos seus filhos, alternadamente D. Diogo e D. Manuel, que também permaneceram como reféns em Castela. A administração da Ordem de Cristo havia-se consolidado no quadro do Atlântico, reformulando mesmo a inicial divisão das capitanias no arquipélago dos Açores. Durante o governo das ilhas por D. Fernando (1461-1470), a atenção da administração da Ordem de Cristo concentrara-se sobretudo no desenvolvimento económico da ilha da Madeira e no início do povoamento da ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde. D. Beatriz distinguiu-se pela particular atenção que dispensou às ilhas dos Açores, iniciando-lhes uma dinâmica totalmente diferente, tendo promovido a substituição do capitão de São Miguel, que passou a ser Rui Gonçalves da Câmara (que adquiriu a capitania tornando-se 3.º capitão do donatário da ilha por carta de 10 de março de 1474), e tendo dividido a ilha Terceira em duas capitanias (1474). (CARITA, Rui (2017). *beatriz, dona*. In *aprender madeira*. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/beatriz-dona/>

²⁹⁵ D. Diogo de Viseu, Infante de Portugal (Alcáçovas, 1451-Setúbal, 1484) foi um nobre português. Teve os títulos de 4.º duque de Viseu, 4.º senhor da Covilhã, 3.º duque de Beja e 3.º senhor de Moura.

Era filho do Infante D. Fernando (irmão de Afonso V de Portugal) e da Infanta D.ª Beatriz de Portugal. O seu pai herdou do Infante D. Henrique o ducado de Viseu, o ducado de Beja, os senhorios da Covilhã e de Moura e das ilhas atlânticas. Em 1470, com a morte de D. Fernando, este vasto património foi herdado pelo seu irmão mais velho, João, 3.º duque de Viseu, 3.º senhor da Covilhã, 2.º duque de Beja e 2.º senhor de Moura, que veio ainda a ser nomeado Mestre da Ordem de Cristo e da Ordem de Santiago, tornando-se no 7.º Condestável de Portugal. Ao falecer em 1472, sem descendência, os seus domínios e títulos passaram para D. Diogo, que se tornou assim o mais poderoso nobre do reino, depois do duque de Bragança. D. Diogo também foi agraciado por D. Afonso V com os cargos de Condestável do reino e Mestre da Ordem de Cristo. Irmão de Leonor, esposa do príncipe-herdeiro D. João, quando este subiu ao trono, um ano após a execução do duque de Bragança (1483) tornou-se líder do partido dos descontentes com a política centralizadora do monarca, articulando uma conjura para assassinar o rei e o príncipe herdeiro, o que lhe permitiria depois subir ao trono. O plano era apunhalar o soberano na praia, em Setúbal. Entretanto, um dos envolvidos avisou o monarca, que decidiu viajar por terra, inviabilizando o plano. D. João Mandou então chamar ao palácio o duque e apunhalou-o pessoalmente (1484). Após eliminar o cunhado, o rei enviou dois emissários à mãe do duque, D.ª Beatriz, comunicando-a do ocorrido. Chamou ainda um irmão do falecido, D. Manuel, e explicou-lhe que tinha esfaqueado o duque porque ele “*o quisera matar*”, prometendo-lhe que, se o príncipe D. Afonso viesse a falecer (como efetivamente viria), e não tivesse mais nenhum filho legítimo, ficaria D. Manuel como herdeiro de todos os seus reinos e senhorios, e passou-lhe também o mestrado da Ordem de Cristo.

Embora D. Diogo tenha tido um filho ilegítimo de uma dama espanhola, D. Leonor de Sottomayor e Portugal, sobrinha de Pedro de Eça, alcaide-mor de Moura e de frei D. Diogo de Eça, o seu sucessor no património familiar foi seu irmão mais novo, que viria a subir ao trono como Manuel I de Portugal.

²⁹⁶ DRUMMOND, 1981:vol. I, cap. 6.

²⁹⁷ MALDONADO, 1989-1997.

*“(...) são conhecidas nas ilhas recintos fortificados anteriores ao abaluartado. É o caso do Castelo de São Luís em Angra do Heroísmo (finais do século XV) e possivelmente do forte do Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada, assim como torres de vigias, ou atalaias, plenamente registadas na ilha de São Jorge. Estas últimas haveriam mesmo de evoluir ou dar lugar a fortificações já na Idade Moderna. Em todo o caso, esta forma arcaica de fortificação ou de vigia não poderia corresponder de forma eficaz às necessidades insulares, uma vez que a melhor defesa estava em manter o inimigo no mar, afastado de terra.”*²⁹⁸

O Castelo de São Cristóvão constituía-se numa estrutura de modestas proporções, no local onde hoje se encontra o monumento do Alto da Memória, em posição dominante sobre o vale, a ribeira e o porto da vila, ainda seguindo as concepções castrenses tardo-medievais: em lugar elevado, no interior da terra, afastada do mar, para recolha das gentes em caso de ataque, de acordo com FRUTUOSO (1998)²⁹⁹. Pela encosta desta mesma elevação, Martins Homem fez correr artificialmente uma ribeira para, com a força das suas águas mover as rodas dos moinhos que fez erguer em seu curso, e de que era o explorador exclusivo. Essa circunstância fez com que o local ficasse popularmente conhecido como “Alto dos Moinhos”, e a sua fortificação como “Castelo dos Moinhos”³⁰⁰. Estas características, porém, não atendiam as necessidades de defesa, nomeadamente a partir da abertura do Caminho Marítimo para as Índias por Vasco da Gama (1497-1499), que no seu retorno a Lisboa recomendou expressamente a D. Manuel I a escala obrigatória das Armadas em Angra³⁰¹.

Posteriormente, sob os reinados de D. João III e de D. Sebastião I, foram expedidos novos Regimentos, reformulando o sistema defensivo da região.

²⁹⁸ REZENDES, 2010:3-4

²⁹⁹ “Está esta cidade situada ao modo circular, quase redonda, em um baixo vale e nos outeiros que a cercam, em um dos quais, mais alto da banda do norte, está como amparo dela um forte castelo com munições e artilharia, novamente renovado e provido, sendo dantes mais fraco, edificado somente pera recolhimento e defesa dos moradores dela no tempo das guerras de Portugal com Castela, no qual castelo morava antigamente o capitão da ilha, Manuel Corte Real (...).” (FRUTUOSO, 1998:Livro VI, cap. III, p. 13)

³⁰⁰ MALDONADO, 1989-1997.

³⁰¹ GUEDES, 1996:1.

2.3.2. Os séculos XVI a XVII: a escalada dos conflitos e os “Castelos Reais”

*“(...) pois veio tempo que os moradores destas ilhas, dantes tão seguros e quietos, tenham muitas vezes sobressaltos e rebates de piratas, com que vivem como em fronteira de imigos, como fronteiras de África.”*³⁰²

O adensamento no povoamento dos arquipélagos atlânticos e alterações na conjuntura política internacional no século XVI acarretaram um aumento da ação de piratas e corsários nas águas da Macaronésia, e nomeadamente nos Açores. CARITA (2019) observa:

“A condição de escala das várias rotas marítimas explica igualmente a apetência por ações corsárias que o espaço do arquipélago açoriano suscita, para o que contribuíram também as próprias produções insulares. A abundância de cereal, pastel e vinho, aliada ainda à riqueza de muitas igrejas e casas particulares, assegurava, por vezes, a alternativa a um assalto marítimo pouco proveitoso. É nesse enquadramento que podemos entender os saques ocorridos no século XVI na vila da Praia (Terceira), em Ponta Delgada (São Miguel), na Horta (Faial) e em Santa Cruz das Flores.

*O alvo preferencial dos corsários nos mares dos Açores era o açúcar da Madeira (e depois do Brasil), o ouro e a prata das Américas, e as especiarias da Índia, mas, falhando esses, o que existia em terra sempre colmatava as necessidades e cobria as despesas de estadia das armadas naqueles mares.”*³⁰³

Registando-se essa atividade sobretudo no mar, a Coroa portuguesa, pioneira no artilhamento das naus com os chamados “berços” desde o reinado de D. Manuel I³⁰⁴ tomou medidas para o reforço e obrigatoriedade de artilharia a bordo das naus, a qual deveria ser adaptada consonante a tipologia e a morfologia das embarcações³⁰⁵, prática que atingirá o seu

³⁰² FRUTUOSO, 1998:Livro IV, cap. LXIII, p. 280.

³⁰³ CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 201.

³⁰⁴ Sobre o assunto ver: MOREIRA, Rafael (1981). A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal. In *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica, Actas do Simpósio Internacional*. Coimbra: Epartur/Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra, pp. 281-305.

³⁰⁵ COSTA, Leonor Freire (1989). Os Regimentos sobre a matrícula dos oficiais da navegação da Ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626. In *Revista de História Económica*, n.º 25, p. 89-125.

auge durante os reinados de D. João III e de D. Sebastião I ³⁰⁶. Além do artilhamento das naus, foram ainda expedidas instruções para as embarcações se organizarem em comboios, devidamente escoltados, para as suas viagens.

É nesse quadro que se regista a segunda iniciativa significativa de defesa do arquipélago, já sob o reinado de D. Manuel I, quando este fez publicar o “*Regimento para as naus da Índia nos Açores*” (1520), pelo qual se criava a *Armada das Ilhas* ³⁰⁷. No mesmo ano foi criado o cargo de Juiz das Alfândegas (ou “*Juízes do Mar*”), e no ano seguinte (1521), o de *Provedor das Armadas e Naus da Índia*. Essas providências seriam complementadas por D. João III com a criação da *Provedoria das Armadas* (c. 1527) - “*estrutura única do Atlântico português*”³⁰⁸ -, sediada em Angra, na ilha Terceira, cargo entregue ao fidalgo Pero Anes do Canto, e depois aos seus descendentes. ³⁰⁹ A concentração desses serviços em Angra, na ilha Terceira, conferiram-lhe um caráter de forte centralidade, que culminará em 1534 com a sua elevação a cidade e sede de bispado. CARITA (2019) enfatiza o protagonismo insular no povoamento e colonização do espaço atlântico – Madeira, Açores, São Tomé e Brasil³¹⁰.

No século XVI, as múltiplas conjunturas que definem o confronto das principais Coroas europeias refletem-se no Atlântico através da guerra de represália. A questão religiosa associada à política de “*Mare clausum*” das Coroas ibéricas origina uma situação de forte instabilidade e confronto que se agravará a partir do último quartel do século XVI com a implantação da União Ibérica (1580-1640). A política exclusivista e os interesses hegemónicos da Casa de Habsburgo acarretam para Portugal a animosidade dos países nórdicos (franceses, ingleses e neerlandeses) e o consequente recrudescimento da atividade de corso, que inevitavelmente se faz sentir nas águas açorianas.

À época, a manutenção das fortificações portuguesas em Marrocos traduzia-se em despesas militares cada vez mais expressivas, frente a um retorno económico cada vez mais escasso. Diante dessa conjuntura, após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué (1541) D. João III faz abandonar estrategicamente as posições portuguesas de Safim e Azamor

³⁰⁶ OLIVEIRA, Liliana (2017). *Políticas Régias de Logística Naval (1481-1640)*. Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”; FLUP; Edições Afrontamento, Lda., Apêndices 6 e 7.

³⁰⁷ Esta armada era, ao tempo de D. Manuel I, composta por três galeões e seis ou sete caravelas. Este número foi aumentado ao tempo de D. Sebastião I, para depois ser reduzido ao tempo da Dinastia Filipina. (ABRANCHES, Joaquim Cândido. *Album Michaelense*. Ponta Delgada, 1869, p. 91)

³⁰⁸ Como o refere GARCIA, 2016:125.

³⁰⁹ Sobre este personagem, ver, por exemplo, os trabalhos de GREGÓRIO, 1999 e GREGÓRIO, 2001.

³¹⁰ CARITA, 2019:203. A ideia não é, entretanto, original, tendo sido reclamada por diversos autores: Orlando Ribeiro, Damião Peres e Oliveira Marques.

(1542), a que se seguirão, poucos anos depois, as de Alcácer-Ceguer (1549) e Arzila (1550). O comércio português na região passou a concentrar-se nos portos pesadamente fortificados e guarnecidos de Ceuta, Tanger e Mazagão, e mais ao sul, nas feitorias fortificadas da Mina e de Arguim. Ao mesmo tempo, no Atlântico, encontram-se em plena laboração os engenhos de açúcar abastecidos pela monocultura canavieira no arquipélago da Madeira, intentada em menor escala (e com menor sucesso) no dos Açores e no de Cabo Verde, com base na mão-de-obra escrava.

A dinâmica de reordenação do império ultramarino português atingiu também a América do Sul, onde a Coroa portuguesa para fazer face à ameaça representada pelo corso francês, que assolava o litoral do Brasil, inclusive erguendo feitorias para o escambo do pau-brasil, e diante das tentativas espanholas de fixação na bacia do Rio da Prata, acesso à prata andina, encetou a colonização do Brasil. A incumbência foi entregue a Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário da Capitania de São Vicente. Tendo a sua expedição naufragado na foz do Rio da Prata, os sobreviventes conseguiram retornar a São Vicente, dando início a uma fortificação para a sua defesa (1532) e a um engenho para produção de açúcar – o *Engenho São Jorge dos Erasmos* (1534). A partir desse último ano (1534) D. João III implantou no Brasil o sistema de capitanias hereditárias, em moldes idênticos aos já introduzidos com sucesso, desde o século anterior, nos arquipélagos atlânticos. Tendo obtido sucesso apenas nas capitanias de São Vicente e de Pernambuco, graças à introdução bem-sucedida da monocultura escravagista da cana-de-açúcar. Em 1548 foi instituído o Governo-geral para o Brasil³¹¹, sendo nomeado Tomé de Souza, incumbido de fundar a sua capital na Baía de Todos os Santos, o que empreendeu ao chegar, em 1549. O acerto desta decisão foi demonstrado em pouco mais de uma década, quando a produção de açúcar da região nordeste do Brasil superou a do arquipélago da Madeira³¹².

Foi esse o cenário – da atuação do corso francês no Atlântico –, em que Bartolomeu Ferraz, em uma recomendação para a fortificação dos Açores apresentada a D. João III em 1543, chamou a atenção de que os habitantes do arquipélago não possuíam “(...) fortalezas em que recolhao suas mulheres e fazendas (...)”, salientando a necessidade imperiosa de que em cada vila próxima ao mar “(...) SSE fizesse hum castelo de pedra e

³¹¹ *Regimento de 17 de dezembro de 1548 (Regimento do Governador-geral)*. Conta com 48 artigos, onde se disciplina detalhadamente a instalação do Governo-geral, a concessão de sesmarias, a organização do comércio, bem como medidas para a defesa, trato dos indígenas, de invasores e outros.

³¹² Além dos trabalhos clássicos de Francisco Adolfo de Varnhagem (*História Geral do Brasil*, 1854-1857), de Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*, 1907), ou de Caio Prado Júnior (*História Econômica do Brasil*, 1945), recomenda-se a leitura dos dois primeiros tomos da *História Geral da Civilização Brasileira* (1960), coleção coordenada por Sérgio Buarque de Holanda.

cal espaçoso e de grossura e altura que baste a sse defenderem de lança e escudo e com seus travessões e artilheria, assy que detenção a desembarcação como a parte da terra onde forem necessários". E, chamando a atenção para a importância estratégica dos Açores, referiu a ameaça da presença estrangeira nas águas do arquipélago, naquele momento, a francesa:

"E porque as ilhas Terceiras inportão muito assy polo que per ssy valem, como por serem o valhacouto e socorro mui principal das naaos da India e os franceses sserem tão dessarrazoados que justo rei injusto tomão tudo o que podem, principalmente aquilo com que lhes parece que emfraquecem seus imigos, (...)." ³¹³

E nomeadamente sobre Angra: *"(...) e porque a ilha da Angra he a mais importante nesta [é necessário] dobrar mais a força."* ³¹⁴

Ciente do risco, D. João III ordenou aos capitães dos donatários que viviam fora das suas capitânias, que regressassem às mesmas para organizarem as populações em corpos militares, normalmente em bandeiras de 200 homens, conforme o Regimento de 1549. Este determinava o arrolamento para o serviço das armas de todos os súbditos do Reino entre os 20 e os 65 anos de idade. Foi dada especial atenção à vigilância das costas - à qual atribuiu um Regimento de Vigias - e à fortificação do litoral. CORDEIRO (2007) sobre este período, em 1717 referiu: *"Porém vendo ElRei que os Lutheranos [Franceses] andavão muyto insolentes, ordenou que se fizessem Fortalezas em as Ilhas, & que os Capitães dellas residissem cada hum em sua Capitania; (...)." ³¹⁵*

É exemplo dos riscos, e da precariedade da defesa à época, uma carta onde o Ouvidor da ilha de São Miguel, Manuel Nunes Ribeiro, expõe ao soberano:

"Creia V. A. que é muito necessário fazer-se logo a dita fortaleza e mandar alguma artilharia para a defenção dos navios que surtem no porto, porque depois que se escreveu a V. A. vieram aqui, por duas ou três vezes, naus francesas e tomaram alguns navios em que tomaram um com cento e vinte sete pessoas, em que estavam nove mulheres, do qual navio não há nenhuma nova e há mais de dez meses que o tomaram e por muito certo se afirma que tôdas as vezes que aqui vierem poderão roubar navios que

³¹³ Carta de Bartolomeu Ferraz (...). In *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1883, pp. 365-366.

³¹⁴ Carta de Bartolomeu Ferraz (...). In *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1883, p. 367.

³¹⁵ CORDEIRO, 2007: Livro V, cap. XVI, p. 177.

no porto estiverem sem lhes poderem valer por falta de artilharia e fortaleza que não há, a qual agora é mais necessária por causa do grande crescimento que vai a ilha com os açucares que agora se prantam.”³¹⁶

D. João III, pelo alvará régio de 18 de outubro de 1552, anunciou a ida do desembargador Manuel Álvares e do cavaleiro-fidalgo Isidoro de Almeida aos Açores, para estudarem “*in loco*” um projeto para a fortificação das ilhas do arquipélago, principalmente o porto e a cidade de Angra.

Data deste período a primeira informação abrangente sobre os portos açorianos: o relatório intitulado “*Informação dos portos das ilhas dos Açores*”, de autor anónimo, escrito algures entre os anos de 1553 e 1567, que já acusa alguma artilharia em Ponta Delgada e algum provimento nas vilas de Angra e da Praia³¹⁷.

A informação é corroborada por carta do Ouvidor da Capitania de Angra a D. João III³¹⁸ onde podemos inferir, de modo geral, as providências defensivas em uso no arquipélago à época:

a) Aquisição de informação – da Coroa ou das ilhas:

“(…) Ao mar damtre estas ilhas veo ter hua armada de Franceses que dizem ser a que fez entrada na ilha da Pallma [La Palma, Canárias] a qual mandou hua zabra à ilha do Faiall a saber novas da terra e d’Armada de Castella onde estava (…)”.

b) Centralização da informação em Angra, na Provedoria das Armadas:

“(…) o qual homem veo ter a esta cidade dAmgra homde nos deu informação ao corregedor e Pero Annes do Canto e a mym [Ouvidor] de como a dita armada era a que deu na Pallma e que vinha buscar a armada de Castella (…)”

c) Das águas / portos frequentados pelas armadas:

³¹⁶ Carta do Ouvidor da Ilha de São Miguel, Manuel Nunes Ribeiro, ao rei, c. 1550. In: MARQUES, Ana Paula; SOUSA, Maria Pavão de (1997). *Ilhas do Infante – S. Miguel*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Serviços Sociais; Direcção Regional da Educação; Direcção de Serviços de Formação e Inovação.

³¹⁷ Informação dos Portos das Ilhas dos Açores (est. 1553-1567). In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 121-123.

³¹⁸ Carta a Elrei, de Manuel Pacheco de Lima, Ouvidor da Capitania d’Angra, de 31 [30] de Setembro de 1553, informando a respeito de uma armada Franceza. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 70-71.

“(...) a qual armada de Castella estava ao tempo que a zabra chegou na ilha de Sam Jorge, no porto das Vellas donde lhe foy lloguo dado aviso da dita armada de França (...) e se fez lloguoha vella (...) ao Corvo a guardar a frota que esperava de Peruu, a que era enviado, (...)”

d) E acerca da defesa em terra:

“Foy, senhor, muito boa a lembrança que fez das armas por virem a tam bom tempo e comjunçam. E nesta capitania as tomaram os moradores (...) e esta feita muita gente darcabuzes e espingardas, assy nesta cidade como na capitania da Praya, e asy dizem que he em todas as outras ilhas, asy que nos tomou ja a nova desta armada de França em boa comjunçam com armas pera nos podermos defemder e ofemder a quem nos vier buscar (...), e se proveo em tudo o que compria a servyço de V. A. Pera guarda e defemsam da terra e cidade tendo nosas vigias e estancias dartelharia como ja outras vrzes fizemos e nesta ordenança estaremos (...).”



Figura 9 - Vista de Santiago (Cabo Verde). In *Map and views illustrating Sir Francis Drake's West Indian voyage, 1585-6*. [Londres?, s.n., 1589]. A legenda reza (em latim): “Hoc opidum divi Jacobi eo nomine quo insula vocatr. et commercium habet cum Guynea et adiunctis regionibus Affricae unde merces in Lusitaniam deuehant.” Acervo: Library of Congress (Jay I. Kislak Collection).

Encontram-se assinaladas as três baterias ou plataformas (“estâncias”) guarnecidas “com muito boa artilharia”: “X” (depois São Veríssimo), “Y” - (depois São Lourenço) e “Z” (depois São João dos Cavaleiros), assim como as fortificações que coroavam as achadas: “r” a Leste (depois São Filipe) e “AA”, a Oeste (depois Salineiro). As estâncias nas ilhas do arquipélago dos Açores estariam dispostas de modo semelhante, defendendo os principais portos.

Embora não tivesse sido o primeiro ao arquipélago da Madeira,³¹⁹ o ataque do corsário francês Pierre Bertrand de Montluc ao Funchal (3 de outubro de 1566)³²⁰, serviu como um gritante alerta acerca da necessidade de defesa das ilhas Atlânticas. Ao expor a fragilidade das defesas marítimas portuguesas, levou a que se executasse um levantamento cartográfico dos locais mais expostos na costa portuguesa, assim como a traça de novas fortificações para a defesa dos mesmos. O estudo para a defesa das ilhas do arquipélago da Madeira e dos Açores também remonta a esse momento, sob a coordenação da Provedoria das Obras Reais, em Lisboa³²¹.

Ainda durante a menoridade do monarca, sob a regência do Cardeal D. Henrique (1562-1568), em 1567 deslocou-se à Madeira e aos Açores um grupo de fortificadores, do qual faziam parte o capitão Pompeo Arditti e o engenheiro Tommaso Benedetto, ambos naturais de Pésaro, atual Itália. Demoraram-se um mês na Madeira, quarenta dias na ilha de São Miguel³²², duas semanas na ilha Terceira, São Jorge e Faial, tendo retornado em

³¹⁹ Em 1470 havia-se registado uma incursão castelhana, e em 1552 de 2 navios franceses.

³²⁰ FRUTUOSO, 1998: Livro II, caps. XLIV e XLV, pp. 327–360. Ver também *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 499-505.

³²¹ A Provedoria das Obras Reais, instituída no século XVI, era o órgão onde eram conservadas as traças das obras dos grandes estaleiros dependentes da Coroa. Sobre o assunto, ver: CARITA, Hélder (2013). O Urbanismo e a arquitectura da Provedoria de Obras Reais. In *Bairro Alto: Mutações de Convivências Pacíficas*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 47-63. Ver ainda: CARITA, Rui (2001). A expansão atlântica no século XVI: a provedoria das obras de Álvaro Pires e as ilhas atlânticas. In *Portos, escalas e ilhéus no relacionamento entre o ocidente e o oriente: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. 1 / coord. Avelino de Freitas de Meneses. s.n., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Universidade dos Açores, pp. 391-414. Ver também: SOROMENHO, Miguel (1997-1998). A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na metade do século XVII. In *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte (U.A.M.)*. Vols. IX-X, pp. 197-209.

³²² Apenas avistaram Santa Maria, sem nela se deterem, registando Arditti:

“(…) no quarto dia [17 de junho], quinta-feira à tarde, avistamos ao longe uma das ilhas dos Açores, assim chamadas pelo grande número deles que havia quando pela primeira vez foram reencontradas, mas agora nem um se vê, porque, segundo dizem, desapareceram de repente quando as ilhas principiaram a ser habitadas. Na manhã seguinte, ao romper do dia, achávamo-nos próximo desta ilha, que se chama de Santa-Maria, de onde se avista São Miguel distante treze léguas. Santa-Maria fica a 38 graus, não é muito montanhosa e abunda em cereais, gado e carnes, devendo ter de circuito não mais de sete ou oito léguas.” (Viagem de Pompeo Arditti de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores (1567). in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VI, 1948, p. 175)

agosto a Lisboa, a dar contas de sua comissão ao regente³²³. Em 1570 Arditti recebeu um alvará de vencimento pelos serviços prestados à Coroa³²⁴. CARITA (2019) refere que o mesmo deixou material iconográfico, inclusive da ilha de Santa Maria:

*“(...) como escreveu Pompeo Arditti no seu relatório, e elaborando vários estudos, entre os quais o interminável estudo de um porto de abrigo no 'Ilhéu de Vila Franca na Ilha de São Miguel', de que também ficou uma preciosa planta decorada com um a bonita rosa dos ventos no mesmo álbum. Do conjunto ainda fazem parte as plantas das ilhas de Santa Maria, Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial e Pico, todas mais ou menos das mesmas dimensões, salvo a de São Jorge, em virtude do próprio formato da ilha.”*³²⁵

Como Bartolomeu Ferraz já antevira em 1543, também Arditti e Benedetto compreenderam em 1567 que, vindo o inimigo forçosamente pelo mar, a defesa deveria concentrar-se nos portos e ancoradouros, guarnecidos pelas populações locais sob a responsabilidade dos respetivos concelhos. A partir de então foram erguidos os chamados “Castelos Reais”: em Angra, o forte de São Sebastião (1572), para a defesa da enseada e do porto de Pipas; em Ponta Delgada reformulou-se o projeto do Forte de São Brás (1568). Pouco depois, D. Sebastião I, por Provisão Régia datada de 4 de junho de 1572, determinou fazer as obras de fortificação das ilhas do Faial e de São Jorge, estabelecendo as imposições para elas³²⁶, dando-se início, respetivamente, ao Forte de Santa Cruz na Horta, e aos de Santa Cruz e de Nossa Senhora da Conceição, nas Velas³²⁷.

Ainda em decorrência do ataque de 1566 ao Funchal, foi promulgado o “Regimento das Vigias”, datado de 22 de abril de 1567, legislação que serviu de ensaio ao regimento geral promulgado em todo o reino a 10 de dezembro de 1570. Dirigido ao capitão do Funchal, o documento mandava montar vigias em todos os portos, “(...) calhetas, praias ou pedras, em que parecesse que os inimigos poderiam desembarcar (...).”³²⁸ As vigias seriam montadas de dia e de noite, e os sinais de alarme seriam dados

³²³ CARITA, 1995:166-167.

³²⁴ SOUSA VITERBO, Francisco Marques de (1899). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (3v.). Lisboa, Imprensa Nacional.

³²⁵ CARITA, Rui (2019). *Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII*. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 211.

³²⁶ RESENDES, 2010:12.

³²⁷ Op. cit.

³²⁸ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 3, f. 142v. Rui Carita (2017), fortes. In *Aprender Madeira*. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/fortes/>

por fachos, fazendo tantos sinais de fumo quantas as velas avistadas. Os sinais entre as localidades seriam dados através do rebate de sino. Este regimento avança ainda com outras diretivas respeitantes à artilharia, tendo sido a base de muitos dos pequenos fortes ou fortins depois levantados na ilha da Madeira³²⁹, ao qual não terão ficado alheios os demais arquipélagos portugueses no Atlântico.

A organização defensiva das ilhas, com uma matriz clara de milícia medieval, sofreu uma significativa melhoria com as reformas introduzidas no Reino por D. Sebastião I, a saber:

- 1569 (9 de dezembro) – Promulgação da ***Lei das Armas***, onde se definiam as obrigações militares e prescreviam as armas obrigatórias a todos os vassalos entre os 20 e os 60 anos de idade, na direta proporção dos bens e rendimentos que possuíssem³³⁰;
- 1570 (10 de dezembro) – promulgação do ***Regimento dos capitães-mores, e mais capitães, e oficiais das companhias da gente de cavalo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem***³³¹, documento que criou as companhias de ordenanças, forças militares convocadas em caso de necessidade, constituídas por todos os homens entre os 18 e os 60 anos de idade, exceto os eclesiásticos e os fidalgos.
- 1574 (15 de maio) – promulgação da ***Provisão sobre as Ordenanças agora novamente feita com algumas declarações que não estavam nos Regimentos***, legislação complementar à anterior³³².

Por esta reforma, toda a população masculina, dos 18 aos 60 anos, foi arrolada e organizada em capitánias, terços e companhias de ordenanças. As ordenanças, junto com as milícias, formavam a chamada tropa de segunda linha, ambas sem remuneração, e que tinham a função de apoio às tropas de primeira linha, profissionais. Os soldados recrutados para as tropas de primeira linha eram geralmente os filhos segundos das famílias, excetuando-se os de viúvas e lavradores. As milícias eram compostas por filhos de viúvas

³²⁹ Rui Carita (2016) defesa. In *Aprender Madeira*. Disponível em: <http://aprenderamadeira.net/defesa/>

³³⁰ MELLO, 2002:19-21.

³³¹ *Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem*. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html>

³³² *Provisão sobre as Ordenanças agora novamente feita com algumas declarações que não estavam nos Regimentos*. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1574provisao.html>

e lavradores, além de homens casados em idade militar. As ordenanças eram formadas pelo restante dos homens válidos³³³.

Este ordenamento viria a ser profundamente alterado em 1641 para o país responder à Guerra da Restauração, com a divisão do território em províncias militares e a população dos 16 aos 60 anos dividida em três escalões:

- Tropa regular, de primeira linha ou paga;
- Milícias ou tropas auxiliares;
- Ordenanças.

No contexto da Crise de Sucessão de 1580-1583 as ilhas do arquipélago fizeram escolhas distintas.

Na ilha de São Miguel, aconselhada pelo capitão do donatário, Rui Gonçalves da Câmara, posteriormente 1.º conde de Vila Franca em recompensa pelos seus serviços a Castela, a aristocracia micaelense aderiu ao partido de Filipe II de Espanha (1556-1598), entregando a ilha voluntariamente, no que seria acompanhada pela de Santa Maria.

Na ilha Terceira, sede do bispado açoriano e residência do corregedor, a nobreza e o povo de Angra, decidiram manter a sua adesão à causa de D. António, prior do Crato, tornando-se a ilha o principal foco de resistência à união com Castela. Sob a liderança do corregedor Ciprião de Figueiredo e Vasconcelos, prepararam-se para a resistência armada, no que seria acompanhada pelas ilhas do Faial, Pico e de S. Jorge.

Neste período foram recuperadas e reforçadas as fortificações existentes, assim como erguidas novas, nos pontos de maior vulnerabilidade na costa³³⁴.

Numa primeira tentativa de conciliação, Filipe II de Espanha enviou emissários à Terceira, com promessas de amnistia pela insubordinação e generosas honrarias, as quais foram rejeitadas. Face ao insucesso da diplomacia, em julho de 1581 enviou uma expedição militar para submissão da ilha, a qual acabou derrotada na batalha da Salga, sendo obrigada a retirar.

No Verão do ano seguinte, quando D. António já se encontrava nos Açores com uma armada francesa sob o comando de Filippo Strozzi, Filipe II de Espanha enviou nova e mais poderosa armada às águas dos Açores, sob o comando de D. Álvaro de Bazán y Guzmán, 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela, herói da batalha de Lepanto (1571), o seu mais experiente almirante. Tendo D. António retomado parcialmente o controlo da ilha de

³³³ MELLO, 2002:38.

³³⁴ FRUTUOSO, 1998:Livro VI, em especial os caps. XXI, XXII. XXVI, XXVII e XXIX.

São Miguel, as armadas acabaram por se defrontar nas águas da ilha, num recontro que ficou conhecido como a Batalha Naval de Vila Franca, de que resultou o desbarato das forças luso-francesas. Perdida definitivamente a ilha de São Miguel, D. António refugiou-se na Terceira, de onde partiu novamente para o exílio em França³³⁵.



Figura 10 - Batalha Naval de Vila Franca (26 de julho de 1582). Gravura, Albrecht Furften. In BERG, Adam. *Portugal e África*. Munique, 1589. Apud *Arquivo dos Açores*, vol. III, 1881, pp. 134-135.

³³⁵ Para um relato coevo dos acontecimentos, ver: “Relação das Coisas que aconteceram em a cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em África (1611)”. In *Arquivo dos Açores*, vol. IX, 1887, pp. 551-557; vol. X, 1888, pp. 5-89.



Figura 11 - Execução dos prisioneiros franceses capturados na Batalha de Vila Franca (1582). Gravura, Albrecht Furften. In BERG, Adam. *Portugal e África*. Munique, 1589. Apud *Arquivo dos Açores*, vol. III, 1881, pp. 136-137.

Nesse ínterim, conforme registado por FRUTUOSO (1998), poucos anos mais tarde, já no contexto da União Ibérica (1580-1640):

*“Dom António foi ter a França, onde dizem ser recebido com grande solenidade, e lá proveu a ilha Terceira e mais ilhas de Baixo, com muito cuidado, de artilharia e munições e de todo o necessário, e, por fim, mandou a ela em onze ou doze navios o mossior de Lanxatra [sic], com oitenta fidalgos franceses, de mil e dois mil até cinco mil cruzados de renda cada um, e com outros, que seriam mil e quinhentos por todos, em socorro, que chegaram à dita ilha antes de chegar o marquês de Santa Cruz a ela.”*³³⁶

Dada a importância geoestratégica do arquipélago, para subjugar a resistência da Terceira e das chamadas “ilhas de Baixo”, Filipe II de Espanha preparou uma poderosa expedição, entregando uma vez mais o comando a D. Álvaro de Bazán. Em julho de 1583 essa armada partiu de Lisboa à conquista da Terceira.

³³⁶ FRUTUOSO, 1998: Livro VI, cap XXIV, p. 80.

A resistência foi debelada com o desembarque da baía das Mós (Terceira), e o recontro do sítio do Pasteleiro (Faial) ainda naquele ano.

Os relatos deste conflito fornecem-nos informações expressivas acerca das fortificações, sua artilharia e guarnições. A noção defesa em pontos-chave estratégicos, protegendo os portos mais importantes, passou a ser compreendido como um conceito de defesa-em-linha, ainda dentro da visão de quem um agressor viria necessariamente pelo mar. Estas fortificações não são projetadas por engenheiros militares e será o relevo açoriano a determinar a necessidade de construção de numerosos pontos fortificados - mais de uma centena - bem como as suas características: pequenas construções com uma só cortina marítima, montando de 5 a 10 peças de artilharia, que foram prontamente abandonados assim que cessou a conjuntura que determinou a sua construção. Sem contar com fundos reais, são erguidas com recursos dos capitães dos donatários e das Câmaras Municipais.

Como forma de represália à União Ibérica (1580-1640), as duas últimas décadas do século XVI foram marcadas pela constante presença inglesa nas águas dos arquipélagos atlânticos, no caso particular dos Açores à caça dos galeões ibéricos de transporte de ouro, prata, açúcar e especiarias, com destaque para as ações de Francis Drake (1581-1585), George Clifford, 3.º conde de Cumberland (1589), Thomas Howard e Richard Glenville (1591) e John Hawkins, Martin Frobisher, Walter Raleigh e Robert Devereux, 2.º conde de Essex (1597). As suas ações estenderam-se a terra firme, em busca de víveres e aguada ou do simples saque, como sucedeu em 1585, em Santiago (Cabo Verde), em 1587, na ilha das Flores, e em 1595, no Porto Santo.

Com a implantação da Dinastia Filipina³³⁷, e diante da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), sucede-se uma terceira etapa de fortificação no arquipélago dos Açores. Os principais núcleos urbanos nas ilhas viram os seus sistemas defensivos reformulados, com foco na baía de Angra e na poderosa fortaleza de São Filipe no Monte Brasil (atual São João Baptista), então construída para aquartelamento de tropas e proteção das Armadas das Índias e, além das principais ilhas (São Miguel, Terceira, Faial), desenvolveu-se a fortificação das demais ilhas.

O advento da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668)³³⁸ foi marcado pela inserção do arquipélago em novos conflitos internacionais europeus, o

³³⁷ No continente, de 1580 a 1640; nos Açores, de 1583 a 1642.

³³⁸ Com o golpe de Estado de 1640 e a restauração da monarquia portuguesa, iniciou-se a Guerra da Restauração (1640-1668) que viria a ser encerrada com o reconhecimento da Independência de Portugal, e a

que requereria uma estratégia defensiva mais coordenada, visando aumentar a sua eficiência.

Entretanto, no dealbar do século XVIII pouco havia a registrar-se em termos de progresso no arquipélago. Como exemplo, CARITA (2019) refere o dispositivo militar em operação na ilha de São Miguel:

*“Na complexa 'Proposta de plano defensivo de S. Miguel' elaborada pelo sargento-mor João Leite de Chaves [e Melo Borba Gato] em abril de 1797 (...) [o autor] descreve a situação vivida na Guerra de Sucessão de Espanha, 'no tempo da rainha Ana' de Inglaterra, 'que reinou de 1702 a 1714', em que aumentando a presença do corso inglês nos mares dos Açores, 'se dava pão, carne, vinho e aguardente aos soldados que estavam postados nas trincheiras', 'porque quando a gente não é disciplinada, são necessários todos os meios de lhe captar a vontade'.”*³³⁹

O mesmo oficial refere que, na mesma conjuntura, as Câmaras Municipais pouco ou nada gastavam com a manutenção das fortificações e do armamento que estava a seu cargo³⁴⁰.

Ainda no mesmo contexto, em 1708 uma esquadra francesa composta por 8 naus de linha e 3 navios corsários, todos com artilharia grossa, sob o comando de René Duguay-Trouin, Senhor de Gué, navegou para os Açores com o objetivo de apresar a chamada *Frota do Brasil*, furtando-se à ação da *Armada das Ilhas*. Sem sucesso, a 10 de setembro atacou a vila das Velas, na costa da ilha de São Jorge. O primeiro assalto dos corsários foi rechaçado pela população, mas um segundo assalto, no dia seguinte, conseguiu desembarcar uma força de mais 500 homens que, batendo os defensores, dedicou-se ao saque das casas e das igrejas da vila³⁴¹. Mais tarde, em 1711, uma nova expedição de Duguay-Trouin, capturou e saqueou a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil (setembro) vindo a perder no regresso à França, nas águas dos Açores, devido a uma violenta tempestade (28

consequente assinatura do Tratado de Paz de 1668, entre Afonso VI de Portugal (1656-1683) e Carlos II de Espanha (1665-1700).

³³⁹ CARITA, Rui (2019). *Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII*. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 216.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ Sobre o episódio, recomenda-se a leitura de René Duguay-Trouin (1820). *Memoires de Monsieur du Guay-Trouin, Lieutenant Général des Armées de France, et Comandeur de l'Orde Militaire de Saint Louis*. Edições Foucalt, Paris. Disponível em <https://books.google.fr/books?id=QZ0PAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>

de janeiro de 1712) duas embarcações: o “*Magnanime*” e o “*Fidèle*”. O primeiro, sob o comando de Courserac, transportava 600 mil libras em ouro e prata, além de grande quantidade de mercadorias³⁴².

O ataque e saque de Duguay-Trouin à ilha de São Jorge provocou grande apreensão nas ilhas, sobretudo na Terceira. Como resposta, a Coroa portuguesa enviou ao arquipélago, no ano seguinte (1709), o Capitão de Mar-e-Guerra e Sargento-mor de Batalha, futuro Marechal, António do Couto de Castelo Branco com a missão de inspecionar o estado das fortificações e das guarnições pagas, bem como das milícias, nas ilhas dos grupos central e ocidental³⁴³.

No cumprimento de sua comissão, aquele oficial elaborou o primeiro levantamento sistematizado das fortificações açorianas. Datado de 1710, veio a público com as suas “*Memórias*”, publicadas em Amesterdão em 1719 e relaciona 123 estruturas no arquipélago³⁴⁴:

Da análise dessa fonte confirma-se que no arquipélago, à época, continuavam definidas apenas quatro grandes fortificações de iniciativa régia – as fortalezas de São Brás em Ponta Delgada, São Filipe / São João Batista e São Sebastião em Angra, e Santa Cruz na Horta – defesa complementada por dezenas de pequenos fortes, baterias e vigias, dispostos na linha costeira, cobrindo os principais portos e varadouros de embarcações nas ilhas.

Em linhas gerais, as reformas de João V de Portugal (1706-1750) em 1707, as novas ordenanças e a reorganização do Exército Português introduzidas no Reino por Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe, conde de Lippe, em 1763-1764 pouco se fizeram sentir no arquipélago. Desse modo, quase um século depois, na segunda metade

³⁴² Op. cit.

³⁴³ Treslado da Carta do secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real com a data de 3 de junho de 1709. In *Tombo da Câmara da Vila do Porto*, Livro II, fl. 12v. *Apud Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 67-68. Ver também: CASTELO BRANCO, António do Couto de (1892). Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe faz relação António do Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709. In *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pp. 460-472. Ver ainda: RODRIGUES, 2010.

³⁴⁴ CASTELO BRANCO, António do Couto de; FERRÃO, António de Novais (1719) - Memórias militares, pertencentes ao serviço da guerra assim terrestre como marítima, em que se contém as obrigações dos officiaes de infantaria, cavallaria, artilharia e engenheiros; insignias que lhe tocam trazer; a fôrma de compôr e conservar o campo; o modo de expugnar e defender as praças, etc.. Amesterdão, tomo I pp. 300-306. Ver também: CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, pp. 178-181.

Modernamente esse levantamento foi republicado com o título “*Fortificações nos Açores existentes em 1710*” no *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 178-181. Em nossos dias, BAPTISTA DE LIMA (1982) computa 162 fortificações no arquipélago (Op. cit., pp. 23-27) e VIEIRA (1987), um número máximo de 210 (Op. cit., p. 1543).

do século XVIII, a organização militar nos Açores ainda refletia essencialmente as reformas quinhentistas de D. Sebastião I, nomeadamente as de 1641:

- 3 pequenos presídios (guarnições) de tropa paga - em São Miguel, em Angra e no Faial;
- regimentos de Milícias em São Miguel, na Terceira e no Faial; e
- Corpos de Ordenanças disseminados em todas as ilhas, via de regra organizados por Concelhos.

Do mesmo modo do que se observou na administração civil, onde os poderes régios, senhoriais e locais historicamente se confrontaram por indefinições sobre os limites das próprias atribuições, também se registou falta de uniformidade na orgânica militar dos Açores, assente não apenas no absentismo dos capitães do donatário, capitães-mores e Câmaras, que se refletiu em constantes e litigiosas interferências nos diferentes tipos de tropas.

Sob o governo de José I de Portugal (1750-1777), a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) projeta de novo o arquipélago dos Açores no cenário das disputas internacionais europeias. O seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal e conde de Oeiras, ao alterar a tradicional neutralidade portuguesa, declarando apoio à Grã-Bretanha em 1762, provocou um estado de extremo receio de ataques por parte das autoridades açorianas. Assiste-se assim, durante a década de 1760, a alterações na política do arquipélago, nomeadamente no governo militar, empreendendo-se uma política de reconstrução de fortes, reparação do armamento disponível e aquisição de novas armas e munições. Estas medidas não incidiram apenas nas ilhas mais importantes, mas também noutras periféricas, no arquipélago.

Quando da criação da Capitania Geral dos Açores (1766-1832), no contexto das reformas introduzidas pelo consulado pombalino no Reino, registou-se uma profunda alteração na política açoriana, com a atribuição ao Capitão-general de vastos poderes e meios excepcionais de controlo dos poderes locais. As Câmaras Municipais passaram a ter como presidentes um juiz de fora, e estes receberam instruções do Capitão-general visando uniformizar os procedimentos dos poderes periféricos em função de uma unidade central, burocrática e racional. Os concelhos perderam, a favor da nova orgânica, muitos dos seus poderes tradicionais de arrecadação de impostos, de decisão na escolha e nomeação de chefias das Ordenanças, de intervenção em obras públicas, de defesa ou de comunicações

e, assim, por diante³⁴⁵. Da mesma forma, as reformas centralizaram o mando militar na figura do Capitão-general – com sede em Angra, na Terceira –, determinaram a nomeação de governadores militares para as demais ilhas, a extinção das três guarnições militares (Angra, Horta e Ponta Delgada), o levantamento de um *Regimento Insulano* com 900 efetivos, destinado à Terceira, com destacamentos em São Miguel e no Faial, e a organização das Ordenanças em terços de tropa auxiliar.

Enquanto isso, no Reino, são fundadas a *Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*, instituída por Maria I de Portugal (1777-1816) por Carta de Lei datada de 2 de janeiro de 1790, com o objetivo de formar oficiais engenheiros militares; e o *Real Corpo de Engenheiros*, instituído em 1793, em sua origem integrado apenas por oficiais engenheiros, com a missão de dirigir a construção, a defesa e o ataque de fortificações, assim como a construção e conservação de outros edifícios e vias de comunicação militares, o reconhecimento de fronteiras e regiões, o levantamento de cartas geográficas e cartográficas e a configuração de plantas, cartas topográficas e memórias militares.

Nos Açores, seria fundada a *Academia Militar da Ilha Terceira*, também referida como *Academia Militar de Angra*, que funcionou entre 1810 e 1832. Surgiu no contexto do reforço do carácter do governo militar da Capitania Geral dos Açores, constituindo-se no primeiro estabelecimento de ensino superior e laico que existiu no arquipélago³⁴⁶.

Neste período um grande movimento de levantamento dos recursos militares foi empreendido no arquipélago, mas em que pesem os trabalhos técnicos de desenho, orçamento e projeto por oficiais de Engenharia Militar³⁴⁷, pouco foi, de facto, realizado em termos construtivos. Essas reformas não trouxeram quaisquer melhorias significativas ao sistema defensivo dos Açores. O *Regimento Insulano* jamais foi levantado, e o *Regimento de Infantaria do Porto*, nomeado para o substituir, recebeu ordens para passar ao Brasil em 1774.

Embora de forma geral se acredite que em termos humanos, as invasões napoleónicas de Portugal continental, entre 1807 e 1813, e a consequente transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, conduziram ao abandono da política de defesa dos Açores, como observado por COSTA (1999):

³⁴⁵ REIS LEITE, José Guilherme; FARIA, Manuel Augusto de. “*Posturas Camarárias dos Açores (Tomo I)*”, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2007. p. X

³⁴⁶ MATOS, Artur Teodoro de (2007). A Academia Militar da Ilha Terceira. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/?id=369>

³⁴⁷ Nomeadamente dos engenheiros militares João António Júdice e Francisco Xavier Machado, de que dispomos de iconografia exemplar.

*“A conjuntura resultante da invasão de Junot em Novembro de 1807, que determinaria a transferência da coroa portuguesa para o Brasil em 27 de Novembro do mesmo ano, situa de facto os Açores num plano de importância nada condizente com o silêncio que a história lhe reservou.”*³⁴⁸

De facto, segundo o mesmo autor, entre as múltiplas ações tomadas pelo Governador e Capitão-General, D. Miguel António de Mello, conde de Murça (1806-1810), destaca-se o:

*“Desenvolvimento de esforços visando a fortificação e o apetrechamento da defesa do arquipélago perante a perspectiva, não afastada totalmente, de um ataque pelas forças napoleónicas, ainda que, depois de Trafalgar, a marinha francesa tenha ficado impossibilitada de dispersar os seus recursos em operações para paragens tão afastadas e que obrigariam, necessariamente, à concentração de meios. Não obstante esta aparente impossibilidade e a opinião do Capitão-General quanto à improbabilidade de um ataque, uma vez que as ilhas nada ofereciam que pudesse despertar-lhes a cobiça, a verdade é que foram desenvolvidas diligências para a defesa dos Açores, sem excluir detalhados planos de defesa, de que é exemplo aquele que o Governador [Militar] das ilhas do Faial e Pico, Theodoro Pamplona, elaborou para a primeira destas ilhas;”*³⁴⁹

Esse quadro repetir-se-á no contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), que no arquipélago se inicia por uma série de combates entre Liberais e Absolutistas a partir de 1828 e define-se em agosto de 1831 com a queda da ilha de São Miguel nas mãos dos Liberais, que então daí partem para o Desembarque no Mindelo (julho de 1832). Neste período foram recuperadas, rearmadas e reguarnecidas uma série de antigas fortificações no arquipélago. A este período segue-se o chamado período pós-Liberal, que se estende de 1832 até 1837, momento em que as forças militares sediadas nos Açores passam a integrar-se na orgânica do Exército Português. Perdida a sua função defensiva, as fortificações açorianas recaem novamente no esquecimento, conforme registado pelos Tombos realizados na década de 1880 por Damião Pego e António d’Almeida Jr.³⁵⁰.

³⁴⁸ Ricardo Manuel Madruga da Costa (1999) - Guerra Peninsular, Conjuntura Transatlântica e seu impacto nos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, p. 98.

³⁴⁹ Ricardo Manuel Madruga da Costa (1999) - Guerra Peninsular, Conjuntura Transatlântica e seu impacto nos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, pp. 99-100.

³⁵⁰ Op. cit., 1996, 1997, 1998.

No século XX, nomeadamente nos contextos da Primeira (1914-1918) e da Segunda (1939-1945) Guerra Mundiais, e no da Guerra Fria (1947-1991), antigos pontos fortificados foram reaproveitados e voltaram a servir como pontos de vigia do litoral, bem como foram erguidas novas fortificações para atender às exigências da guerra aeronaval. Essas posições são praticamente ignoradas em termos historiográficos no arquipélago, mas que importa referir e divulgar: as linhas de trincheiras, casamatas, espaldões, baterias de artilharia de costa e baterias antiaéreas, nomeadamente nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira e Faial.

Capítulo III – A defesa militar de uma periferia: o caso particular de Santa Maria

*“As fortificações açorianas espalharam-se pelas orlas mais desprotegidas e nas ilhas de maior amplitude geoeconómica, isto é, Terceira, S. Miguel e Faial. Faltaram, contudo, sempre, suficientes apetrechamentos em homens, armas e munições.”*³⁵¹

*“Quanto às prerrogativas desta Ilha, a primeira considero, ser ela a primeira das nove chamadas dos Açores, e como a morgada de todas as outras, por primeira em nascimento, ou o seu descobrimento. A segunda é ter sido descoberta e povoada por só por portugueses, e os mais nobres, e mais limpos deles (...).”*³⁵²

As fortificações do arquipélago, que ainda não foram objeto de um estudo compreensivo, constituem uma expressão evidente das características de fronteira (no sentido militar do termo) que o arquipélago assumiu no decurso da Guerra do Atlântico, isto é, ao longo do processo de disputa pela hegemonia e domínio das rotas comerciais ultramarinas no Atlântico.

Não obstante tivessem ocorrido nos Açores importantes batalhas navais à escala internacional, aquilo que melhor define o clima de guerra é a contínua e sistemática presença de corsários e piratas nas águas do arquipélago. É em função desta realidade que se deve entender o plano de fortificação das ilhas, o qual conhece um desenvolvimento significativo a partir do último quartel do século XVI, por ocasião da dominação filipina em Portugal, quando a disputa entre a Península Ibérica e a Europa do Norte pelo domínio da economia mundial atingia um ponto alto nesta zona do Atlântico.

Como reação aos ataques cada vez mais frequentes de corsários ao arquipélago, agora atraídos pelas frotas da prata americana que passaram a escalar na baía de Angra, na Terceira, rumo a Sevilha, a Coroa espanhola determinou o reforço do sistema defensivo

³⁵¹ FERREIRA, Ana Maria Pereira (2001). Corso. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2159> Consultado em: 24 mar 2019.

³⁵² CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. XIV, p. 126.

das ilhas atlânticas, do mesmo modo que o fazia um pouco por todo o Império Espanhol, nomeadamente nas Caraíbas, nas Américas Central e do Sul, e no litoral da península Ibérica.

Com relação às escalas de navios na ilha de Santa Maria, RESENDES (2019), observa: *“Era frequente a passagem pela costa sul da ilha de navios das frotas espanholas, cujo destino principal era o porto de Cádiz, nio sul de Espanha.”*³⁵³ E complementa:

*“No caso da frota espanhola de Havana, também conhecida como frota do Tesouro, foram dadas instruções por algns Reia de Espanha dirigidas aos seus pilotos, para fazerem a navegação sempre que possível com passagem pelo Sul da Ilha de Santa Maria e evitarem assim recontros com navios de frotas inimigas e corsários.”*³⁵⁴

3.1. A geografia da ilha no quadro arquipelágico

Tendo os Açores sido descobertos em 1427³⁵⁵, ainda no reinado de João I de Portugal (1415-1433), foi no período da regência de Pedro de Portugal, 1.º duque de Coimbra (1439-1449), durante a menoridade de D. Afonso V, que se verificou o arranque do povoamento do arquipélago, conforme determinação expressa pela Carta Régia de 2 de julho de 1439, a Gonçalo Velho Cabral, capitão do donatário das ilhas do Grupo Oriental

³⁵⁶.

Os primeiros relatos sobre a ilha de Santa Maria remontam ao início do século XVI, referindo a sua descoberta e primeiros tempos. Diogo Gomes de Sintra informou:

“O Infante D. Henrique mandou certo cavaleiro, por nome Gonçalo Velho, de quem já falamos, tratando da descoberta de Guiné, para capitanear as caravelas que conduziam animais domésticos, que se distribuíram por cada uma das ilhas.

³⁵³ REZENDES, Dinis (2019a). A defesa da baía da Maia entre os anos de 1638 e 1820. In *O Baluarte de Santa Maria*, 3.º Série, Ano XLI, n.º 22, 24 jan., p. 8.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Não sendo o escopo deste trabalho abordar a problemática do descobrimento do arquipélago, recordamos apenas o comentário de ALBUQUERQUE (s.d.):

“A questão de saber se as ilhas Açorianas foram encontradas antes da ocupação quatrocentista portuguesa, é um dos problemas não resolvidos da História dos Descobrimentos, apesar do muito que se tem escrito e discutido sobre ele. A documentação portuguesa do século XV só se refere ao povoamento, sem a mais leve alusão a uma descoberta.” (Op. cit., p. 129)

³⁵⁶ *Colecção de documentos (...)*, 1932, p. 121. O Infante D. Henrique era o Mestre da Ordem de Cristo, com o título de *“Regedor e Governador da Ordem de Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo”*.

E chegando à primeira, que se chamava a Ilha de Gonçalo Velho e hoje Santa Maria, lançaram ali animais tais como – porcos, vacas, ovelhas, etc., - de que hoje há uma grande quantidade.

*Nesta ilha habitou o referido cavaleiro por algum tempo.”*³⁵⁷

E Valentim Fernandes Alemão:

“A mais chegada ilha dos Açores se chama Santa Maria é ilha pequena e redonda. E tam umas baixas quase em meio que se chamão as Formigas porque são oito bicos penedos sobre água.

Jaz esta ilha norte sul com a ilha de São Miguel e há no través 12 leguas e as Formigas quase no meio.

*Anno de 1444 mandou o Infante Dom Henrique por capitão um cavaleiro chamado Gonçalo Velho comendador da Ordem de Cristo a povoar esta ilha e outras, e pos a esta o seu nome. s. ilha de Gonçalo Velho e depois da sua morte lhe puseram nome ilha de Santa Maria. Este capitão lançou nela porcos e vacas e ovelhas e cabras. E viveu nesta ilha alguns anos.”*³⁵⁸

As suas características geológicas são únicas no arquipélago, conforme constataam diversos autores. Sem nos determos em detalhes técnicos em termos de Ciências Humanas, NORONHA (2005) resume-as, chamando a atenção ainda sobre as características do relevo e povoamento da mesma, particularmente importantes no escopo deste trabalho para compreendermos as necessidades e evolução das suas defesas militares:

“Apesar de assente em arribas elevadas e rochosas, em regra a mais de 100m acima do nível do mar, ela é, com excepção do vigoroso dorso montanhoso que a atravessa, de relevo, por junto, fracamente acidentado, globalmente pouco elevada e ainda de formas vulcânicas bastante apagadas pela erosão. Há nela uma identidade de natureza e de relevo do solo que, aliada a condições gerais de clima, lhe imprime, natural e necessariamente, nítidas marcas de unidade física, caracteres que ao tempo da sua ocupação se revelaram favoráveis à fixação e que estão na base do aspecto quase uniforme das articulações fundamentais da sua paisagem rural, muito particularmente

³⁵⁷ As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel [Diogo Gomes de Sintra]. In *Insulana*, vol. V, n.ºs 1 e 2, 1949, pp. 94-96.

³⁵⁸ As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel [Valentim Fernandes Alemão]. In *Insulana*, vol. VI, n.ºs 3 e 4, 1950, pp. 299-300.

*na do modo como a habitação se distribui pelo espaço. Porque é justamente o tipo do seu povoamento rural, tão característico e incomparável em todo o arquipélago, que mais concorre para o seu fundo humano comum: um povoamento disseminado e que penetra pelo interior, tipicamente disperso, afastado de um litoral que, por repulsivo, apenas em raros pontos o atraiu.”*³⁵⁹

O povoamento ter-se-á iniciado efetivamente cerca de 1440 por Santa Maria, primeira ilha a ser descoberta (ou redescoberta), acredita-se que na zona de Santana/Anjos, de acesso fácil e relevo suave, propícia ao cultivo do trigo. Assim o registou FRUTUOSO (1998):

*“Como entraram [Gonçalo Velho e os homens que o acampanhavam], e a primeira terra que tomaram, onde saíram, foi, da banda de Oeste, em uma curta praia de uma abra que se faz antre a ponta da terra, que se chama a Praia dos Lobos, e outra ponta, que se chama o Cabrestante, onde vai sair ao mar uma pequena ribeira que corre todo o ano, chamada a ribeira do Capitão, por correr pelas suas terras, que naquela parte depois tomou para si, que são a Faneca, Monte Gordo, Flor da Rosa, Paúl, Roça das Canas, donde nasce aquela ribeira que vai ter ali ao mar, junto do Cabrestante; onde se fez pelo tempo adiante o primeiro coval [sementeira], junto da mesma ribeira, em uma pedra mole, como tufo, e amarela, como barro, que se corta à enxada, a que chamam saibro, no qual saibro, onde quer que o há na ilha, se dá o melhor vinho dela; onde se encovou o primeiro trigo que deu a terra.”*³⁶⁰

E confirma:

*“Assim que os primeiros [povoadores] que saíram em terra, ali junto do mar, ao longo daquela ribeira do Capitão, ou desta vez, ou da segunda, fizeram a primeira casa que na ilha se fez, e, depois, pelo tempo adiante fizeram outras pela ribeira acima, e esta foi a primeira povoação da ilha, e por isso escolheu depois ali o Capitão suas terras, que são as melhores da ilha, e dão mais e melhor fruto e trigo, quase como o de Alentejo, quando o ano é temperado e bom.”*³⁶¹

³⁵⁹ NORONHA, Luísa (2005). Sobre a História da Ilha de Santa Maria – Algumas notas acerca das relações dos Homens com o Meio. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto Santa Maria*. S.l. [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano da Cultura; Câmara Municipal de Vila do Porto, p. 11.

³⁶⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. II, pp. 6-7.

³⁶¹ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. II, p. 7.

E ao referir Gonçalo Anes de Semandecha e sua filha, África Anes: (...) e primeiro vieram no lugar de Santa Ana, a Nossa Senhora dos Anjos, onde foi a primeira desembarcação e povoação, segundo já disse; (...)”.³⁶² E mais adiante reafirma:

“E desta ribeira até Nossa Senhora dos Anjos, ao longo do mar, e até meias terras, tudo é do capitão e seus herdeiros. Aqui se fizeram as primeiras casas e quiseram fazer a Vila; e neste lugar se fez também uma igreja no princípio, mas não se sabe de que invocação era. Mas chama-se ali Sant’Ana; pode ser que a igreja seria sua, onde estão ainda covas de trigo e algumas pedras das casas antigas.

*Passada a ribeira, espaço de um tiro de besta, está uma pequena praia, tanto como um tiro de pedra de mão, que se chama a Praia dos Lobos, onde saem alguns lobos marinhos a dormir em uma furna, que ali tem defronte. E logo está uma ermida de Nossa Senhora dos Anjos, muito fresca e graciosa, (...)”*³⁶³

Para incentivar o povoamento, a carta de 5 de abril de 1443 concedeu a Gonçalo Velho, comendador do arquipélago, e aos moradores e povoadores das ilhas a isenção do pagamento da dízima e portagens “(...) de todas as coisas que delas trouxerem ao reino”.

Por outro lado, Frei Agostinho de Monte Alverne, em 1695 refere que o desembarque dos descobridores se deu pela ponta do Marvão, a pequena distância da atual Vila do Porto: “Descoberta esta ilha, entraram pela ponta do Marvão; a mandou povoar logo o Infante, com gente e gado.”³⁶⁴

CORDEIRO (2007), com base em FRUTUOSO (1998), a seu turno, narra:

*“O descobridor, & Commendador Frey Gonçalo Velho Cabral desembarcou na Ilha pela parte de Oeste, em huma pequena praya, que chamãrão dos Lobos, & de Cabrestante, por o parecerem assim as pontas de tal praya; & aqui se fundou depois a primeyra povoação, junto a uma ribeyra que todo o anno corre: logo foy o Commendador correndo a Ilha toda à roda, parte por terra, & parte por mar, por a madeyra da terra não dar lugar a mais; (...)”*³⁶⁵

³⁶² FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. III, p. 12.

³⁶³ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. III, p. 34.

³⁶⁴ MONTE ALVERNE, 1986:Cap. I.

³⁶⁵ CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. II, p. 100.

Dos nomes dos primitivos povoadores guardaram-se os de Gonçalo Anes de Semandeça, Nuno Velho e Pedro Velho (sobrinhos de Gonçalo Velho e filhos de Diogo Gonçalves de Travassos e de D. Maria Álvares Cabral, irmã do descobridor), Pedro Álvares de Sernache (filho ou neto de Álvaro Anes de Sernache?), Estevão Lopes, e mestre António Catalão, pai de Genes e de Francisco Curvelo Catalão, que veio para as ilhas ensinar o cultivo e a indústria das canas-de-açúcar, como registado por FRUTUOSO (1998):

“Afirmam todos, e por verdade se tem, que os primeiros e mais antigos habitantes, que à Ilha de Santa Maria vieram, foram primeiramente o primeiro capitão e descobridor d’ela, frei Gonçalo Velho das Pias, (...) Nuno Velho e Pedro Velho, que passaram depois a esta Ilha de S. Miguel, ambos irmãos, e sobrinhos do dito capitão (...) que ele trouxe a estas Ilhas moços de pouca idade; e João Soares de Albergaria, seu sobrinho, (...) que também foi capitão, depois de seu tio, de ambas estas duas Ilhas; Filipe Soares, sobrinho do capitão João Soares de Albergaria, casado com Constança de Agrela, (...) Álvaro Pires de Lemos, segundo dizem, que foi o segundo homem dos principaes, que entrou na Ilha; Fernão do Quental e João da Castanheira, homens mui nobres e honrados, que vieram de Portugal e começaram a povoar a Ilha, na Vila do Porto, e tiveram dadas n’ela, e depois de descoberta esta Ilha de S. Miguel, vendendo o que tinham na de Santa Maria por pouco preço, se passaram a morar n’ela, (...). Clenestimor, homem também principal, que veio casado da Ilha da Madeira com sua mulher Filipa Gil; João Marvão, creado do Infante D. Henrique, e seu feitor e almoxarife na Ilha, natural do Sabugal de Portugal, (...).

Neste tempo, para fazer prantar canas de açúcar na Ilha, e faze-lo como na da Madeira, mandou o Infante D. Henrique a ela um mestre Antonio Catalão, (...). Este mestre Antonio veio casado á Ilha e pediu dadas a El-Rei, e faleceu de mais de cento e dez anos, deixando dois nobre filhos, Genes Curvelo e Francisco Curvelo, homens de muita maneira honrados e generosos, de magnífica condição e grande esforço. [...]”

“Dizem também alguns que Pedro Alvares foi um dos primeiros habitantes da dita Ilha de Santa Maria e foi loco-tenente do capitão [...].”³⁶⁶

“(...) Gonçalo Anes de Semandeça veio de Portugal, e com ele esta filha Africa Anes, á Ila de Santa Maria, no principio de seu descobrimento, [...].”³⁶⁷

³⁶⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. II, pp. 7-8.

³⁶⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. III, p. 12.

Novas levas significativas de povoadores para a ilha registaram-se, ainda no século XV, entre 1443 e 1445 e no ano de 1474. Embora tradicionalmente se afirme que o foi com famílias oriundas do Alentejo e do Algarve, não existem fontes documentais que o atestem. De acordo com FRUTUOSO (1998), os primeiros povoadores eram oriundos de Moura (na realidade Mourão), Chamusca, Vila do Conde, Santarém, Santar, Tonda, Silgueiros, Besteiros, Guarda, Covilhã, Recardães, Estremoz, Trofa, Góis, Oliveira do Conde e Viseu.³⁶⁸ A estes somaram-se mouros, judeus e também flamengos, estes últimos por influência de D. Isabel (esposa de Filipe III, duque de Borgonha e conde de Flandres), irmã do infante D. Henrique. A patronímica das famílias marienses e a estrutura do povoamento, embora este condicionado pela topografia, parecem confirmar esta tese. Também é assente que Vila do Porto foi a primeira vila açoriana a receber carta de foral, cerca de 1470, constituindo-se no primeiro município dos Açores.

Grandes parcelas da floresta nativa foram derrubadas para dar lugar a terras agrícolas, nomeadamente na grande planície ocidental (onde se localiza hoje o Aeroporto), para o plantio do trigo, exportado para o continente europeu e para as praças portuguesas no Norte d'África. Em paralelo, desenvolveu-se a horticultura, a fruticultura (figueiras, macieiras, marmeleiros, amoreiras e outras), enquanto a vinha encontrava abrigo nas fajãs à beira mar, nos lugares de São Lourenço, da Maia, no Castelo, no Sul, na Rocha alta, em Larache, na Praia e outros. CARREIRO DA COSTA (1967-1968), ao comparar o povoamento de Santa Maria e o de São Miguel no século XVI, observa:

*“Enquanto o tipo populacional disperso se vai concretizando na Ilha de Santa Maria e na de S. Miguel, é o tipo de população aglomerada que se manifesta, em contraste com as grandes quintas e solares isolados.”*³⁶⁹

Acerca da qualidade da terra e de seus frutos, temos notícia também em FRUTUOSO (1998):

“Tem esta ilha duas qualidades de terra: massapez e golfeira. A maior parte das terras de massapez ficam da banda da Vila, ao longo do mar do Sul, e alguma chega à banda do Norte e dá muito e bom trigo. As golfeiras ficam nas faldas da serra, e da outra banda também são terras de muito trigo e bom, porque o desta ilha, geralmente, é melhor

³⁶⁸ SÁ, Daniel de. “As chaminés de Santa Maria”. In *Correio dos Açores*, 29 de dezembro de 2011, p. 6.

³⁶⁹ CARREIRO DA COSTA, Francisco (1967-1968). Perfil Histórico das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. In *Insulana*, vols. XXIII e XXIV, (1-º e 2-º semestres), p. 5.

que de todas as ilhas dos Açores, e o do massapez tem melhoria sobre todas, e é de mais rendimento.

A quarta parte nesta ilha de Santa Maria, pouco mais ou menos, das terras que se lavram é massapez, o qual cria muito as novidades, correndo-lhe o tempo temperado, porque, de outra maneira, é tão venturoso que, se depois de semeado o trigo lhe chove dois ou três dias, morre a semente; (...). ”³⁷⁰

A Ilha antigamente foi mui fértil, dava muito e bom trigo e cevada e muito pastel, o melhor que houve nas Ilhas, (...) são os gados dali muito mais gordos e encevados, que os das outras partes; mas a carne de vaca não é tão gostosa, como a desta de S. Miguel, sendo muito melhor a de carneiro e ovelha; (...). ”³⁷¹

“Ha também toda a sorte de aves mansas, que se costumam criar em casa, galinhas, galipávos, patos e adens. E no campo, garças, bilhafres, pombos torcazes, melroas, estorninhos, canários e outros passaros que chamam sachões, que são má cousa pela perda que fazem nas sementeiras; (...). ”³⁷²

“A hortaliça da Ilha é a melhor que se pode achar, (...).

Ha também muitos e baratos coelhos, que dão três por um vintem, (...). ”³⁷³

Ainda acerca da economia da ilha, CORDEIRO (2007) registou:

“Das rendas desta Ilha constou-me no ano de 1666 que deu de trigo ao dízimo 137 moios, que supõem ter dado quase mil e quatrocentos [reis], e é trigo melhor que o das mais ilhas. Do que chamam miuças rendeu duzentos mil reis: do vinho também é bom o dízimo, e este também se paga das entradas de todas as coisas, que de fora da Coroa de Portugal vão à dita Ilha. De louça de barro e do barro em si, de cal, urzela, e do mais que da Ilha vai para fora, rendem estas saídas muito bem; e mais renderiam aos Comendadores e Donatários, não só para esta vida, mas também para a outra, se lá estivessem, ou fossem estar os mais dos anos; (...). ” ³⁷⁴

³⁷⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. X, p. 48.

³⁷¹ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. X, p. 42-43.

³⁷² FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. X, p. 43.

³⁷³ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. X., p. 44.

³⁷⁴ CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. XIV, pp. 115-116.

E acerca da variedade e qualidade da produção da ilha, atualiza as informações de FRUTUOSO (1998):

“(...) mas em todas as mais partes a terra he tão frutífera, que hum grão de trigo lança cento, & cento & dez espigas, não passando em outras terras de quarenta ao mais; & o trigo he tão perfeyto, que sempre val mais que o das outras Ilhas & faz pouco custo em mondas, & leva menos semente; & o mesmo se experimenta na cevada. Tem muyto gado esta Ilha, & todo muyto mais gordo que o das outras, especialmente o vinté, & de carneiros, & ovelhas, pelo muyto, & melhor pasto que em si tem, & por isso grande copia de lacticínios, & queyjos os melhores das mais Ilhas. Vinho tem, sem necessitar de fóra; toda a casta de boa hortaliça, & taõ grande alguma, que há vintém de vint palmos em roda, & nabos como botijas; & os melhores melões, posto que de pouca dura. Pescado tem muyto, mas algum delle he menos gostoso; & de aves só lhe faltão perdizes, & codornizes; que de coelhos tem tantos, que davaõ a vint por hum vintém; & tem muyto bons foroes, & cães de caça. [...]”³⁷⁵

Registe-se ainda que, contrariamente às demais ilhas do arquipélago, Santa Maria não conheceu desastres naturais desde o seu povoamento.

Em termos administrativos, inicialmente adotou-se o sistema já experimentado na Madeira desde o segundo quartel do século XV, o de donatarias e de capitánias, afirmando-se posteriormente a organização em municípios, como no Reino, que assegurava às comunidades que se consolidavam uma maior parcela de autonomia. Esses modelos vigoraram no arquipélago por cerca de três séculos, até às reformas pombalinas e o fim do Antigo Regime no país ³⁷⁶.

³⁷⁵ CORDEIRO, 2007:Cap. V, p. 108.

³⁷⁶ RODRIGUES, José Damião (1995). Sociedade e Administração nos Açores (séculos XV-XVIII): o caso de Santa Maria. In *Arquipélago – História*, In memoriam Maria Olímpia Rocha Gil, 2.^a Série, vol. 1, n.º. 2, p. 34.

3.2. A evolução das manchas de povoamento

*“The Azores became suppliers of grain, woad, and other dyes (...).”*³⁷⁷

Na primeira povoação – a Oeste, junto à Ribeira do Capitão conforme FRUTUOSO (1998), terá sido erguida ainda uma igreja, cuja invocação a tradição não guardou³⁷⁸. Com os povoadores vieram religiosos como também registado pela mesma fonte na descrição da costa noroeste da ilha: *“Logo adiante, [da ribeira que desagua nos Anjos] um tiro de besta, está um ilhéu que se chama dos Frades, por saírem ali uns que naquela ermida de Nossa Senhora estiveram algum tempo.”*³⁷⁹ Esses religiosos seriam franciscanos que, já em 1446, tinham um pequeno oratório com observância³⁸⁰, obtendo licença da Santa Sé Apostólica por bula do papa Nicolau V, de 28 de abril de 1450.

De acordo com CAMPOS (1983) após este estabelecimento terá surgido um segundo, a Este, conforme o mapa de Valentim Fernandes (ms. de 1509), onde se indica a *“polvaçam velha”* junto à baía de São Lourenço³⁸¹.

Afigura-se-nos de interesse uma comparação do mapa de Valentim Fernandes com a representação das ilhas do Açores, de Benedetto Bordone (1460–1531), autor e cartógrafo nascido em Pádua, então integrante da República de Veneza, cuja informação é notoriamente mais imprecisa³⁸².

³⁷⁷ SCAMMELL, 1987:330.

³⁷⁸ A carta de Luís Teixeira (1584), entretanto, assinala, no local hoje denominado dos Anjos, uma *“Paroquia de Santa Iria”*, possível invocação deste primitivo templo.

³⁷⁹ FRUTUOSO, 1998, Livro III, cap. VII, p. 34.

³⁸⁰ MONTE ALVERNE, 1960-1963:Cap. I.

³⁸¹ Arquivo dos Açores, vol. I, 1878.

³⁸² BORDONE, Benedetto. *“Isolario di Benedetto Bordone nel qual si ragiona di tutte l'isole del mondo, con li lor nomi antichi et moderni, historie, fauole, et modi del loro viuere, et in qual parte del mare stanno, & in qual parallelo & clima giaciono. Con la gionta del Monte del Oro nouamente ritrouato. Con il breve del papa et gratia & priuilegio della illustrissima Signoria di Venetia come in quelli appare”*, Livro Primo, p. XVIII.

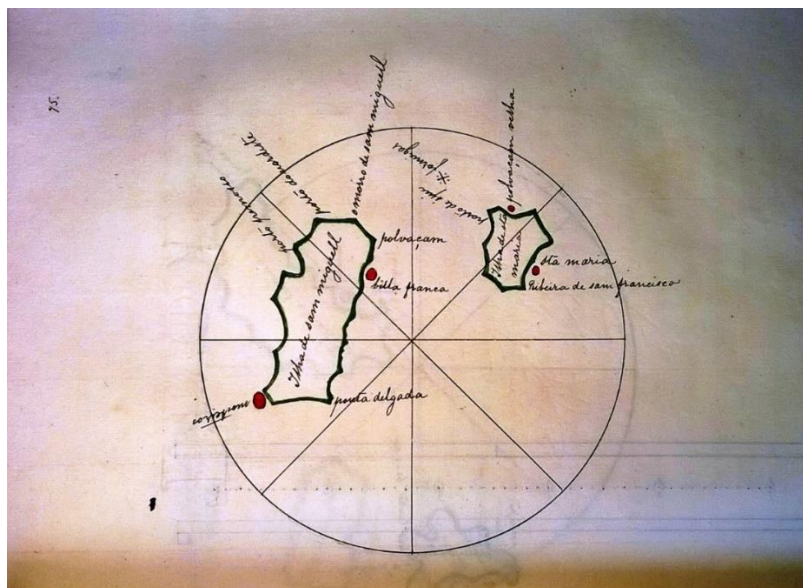


Figura 12 - Ilhas de São Miguel e de Santa Maria. In Manuscrito Valentim Fernandes (1507). Acervo: BPARPD, in: Fundo Manuel Monteiro Velho Arruda. A “Ilha de sta. maria” apresenta duas povoações (“*polvaçam velha*” e “*sta. maria*”), um porto (“*porto de ij...*”) e uma ribeira (“*Ribeira de sam francisco*”).

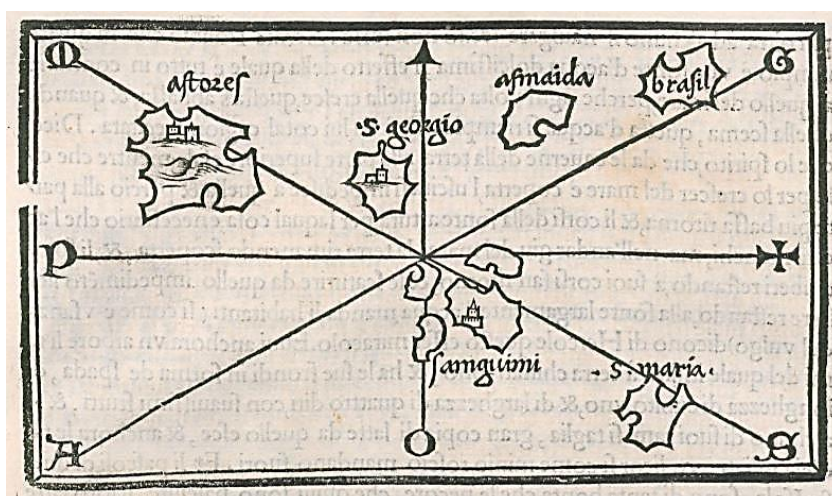


Figura 13 - “Ilhas dos Açores”. In Benedetto Bordone (1460–1531). *Isolario*, fl. V (Veneza, 1532 [1.^a ed., 1528]). Acervo: BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, Cartografia, Pasta 1, ms. 68H. Apenas três ilhas apresentam indicação de uma povoação, nenhuma na ilha de “s. maria”.

Passado pouco tempo, os povoadores optaram pela fundação de um novo povoado, no lugar referido no mapa de Valentim Fernandes (1507) por “*sta. maria*”, atual Vila do Porto. A opção por este sítio deveu-se a alguns fatores favoráveis, resultantes da sua localização geográfica, que lhe assegurava:

- **Boa capacidade defensiva**, situada no cimo de um rochedo, entre duas ribeiras, defendida assim, naturalmente, por três lados;
- **Facilidade no acesso ao mar**;
- **Proximidade das principais terras de cultivo.**

FRUTUOSO (1998), permite-nos compreender melhor os motivos para o estabelecimento, ligados ao abastecimento de água potável, de ancoradouro, à cultura e exportação de cana-de-açúcar/açúcar e de cereais e, implicitamente, à defesa (um local elevado, defendido naturalmente por três de quatro lados):

“Da ponta do Marvão se vai para o Ocidente, fazendo como baía uma entrada do mar para a terra, onde, de uma légua da serra, vem sair uma ribeira que, pela água que traz abastar para moendas, com que corre todo o ano, do Nordeste ao Su-sudoeste, e pela concavidade e largura que tem, se chama Grande, [...] com cuja água moem oito moinhos, e toda corre por pedra até o mar, [...]. E vai entrar no mar, em areia muito rasa, onde está um porto que foi o primeiro de que usaram os antigos habitantes da Vila, que ao longo desta ribeira está a dele tomou o nome de Vila do Porto. E chama-se o Porto Velho, por diferença de outro de que se agora servem, e é uma praia muito bem-assombrada, que tem um poço, junto do mar, de água doce, [...].

Passada esta ribeira, que fica da banda de Leste da Vila, ou, por outro respeito, do Sueste, vem logo da parte de Oeste, ou do Noroeste, por outra razão, correndo também, não com tanta altura como a outra, somente no Inverno de enxurrada, ao longo da Vila, a entrar no mar em areia muito rasa, outra ribeira seca, que se chama do Sancho, porque parece que morou ali algum homem deste nome. E logo junta está outra da mesma maneira, que se chama dos Poços; e ambas vêm ter ao porto Novo, antre os quais portos, Velho e Novo, e ribeiras, a Grande e a do Sancho, está uma subida para um alto, ao nível com a terra, onde está situada a Vila da ilha de Santa Maria, que se chama Vila do Porto, pelo ter ali velho e bom e, depois, novo e melhor e bem assombrado.”³⁸³

No século XVI, Santa Maria já se dividia em três freguesias: Nossa Senhora da Assunção (Vila do Porto), Santa Bárbara e Santo Espírito, rendendo anualmente cerca de 2.500 cruzados, na forma de sisas, dízimos e vintenhas. Inicia-se a extração do barro e a

³⁸³ FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. VI, p. 30.

produção de cal, louça e telha, exportados para as demais ilhas do arquipélago, conforme o registo de FRUTUOSO (1998):

*“Há nesta ilha barro, de que se faz louça vermelha, sem ter necessidade da de fora, e telha muito boa, que, além de abastar para a terra, se traz para esta ilha de São Miguel muita dela. Tem também pedra de cal, e nela se faz não tão alva, nem forte como a de Portugal; e vale a seiscentos réis o moio, pelo preço mais caro. Também há greda, cré, almagra e areia branca, com que se costuma arear e lavar o estanho.”*³⁸⁴

Na carta “*Ilha de Santa Maria*”, de autor desconhecido do final do século XVI observa-se que já existiam núcleos habitacionais nos Anjos (“*Primira Abitaçam*”), em Santana (“*Val da Barqua*”), em Vila do Porto (“*Vila de Santa Maria*”), na Praia (“*Nossa Senhora dos Remédios*”), e em Santo Espírito. Essa fonte cartográfica corrobora a tese de que o povoamento terá começado nos Anjos, atesta a dinâmica dos primeiros povoadores, e reforça a tese de que aqui, nos Anjos, terá sido erguido o primeiro templo do arquipélago, uma igreja palhada (“*palhaça*”) sob a invocação de Santa Iria (atual Ermida dos Anjos), sede da Paróquia de Santa Iria, como assinalado nos mapas de Luís Teixeira (século XVI) de 1584 e 1587.

³⁸⁴ FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. IX, p. 41. Veja-se ainda CORDEIRO (2007), que ratifica: “*Em algumas partes a terra que tem he tudo barro vermelho, & estéril para fruto; porem para louça he excellente, & da tal louça vermelha se provê a dita Ilha, & dà provimento della a S. Miguel, & ainda á Ilha Terceyra: (...).*” (Op. cit., cap. V, p. 108.)

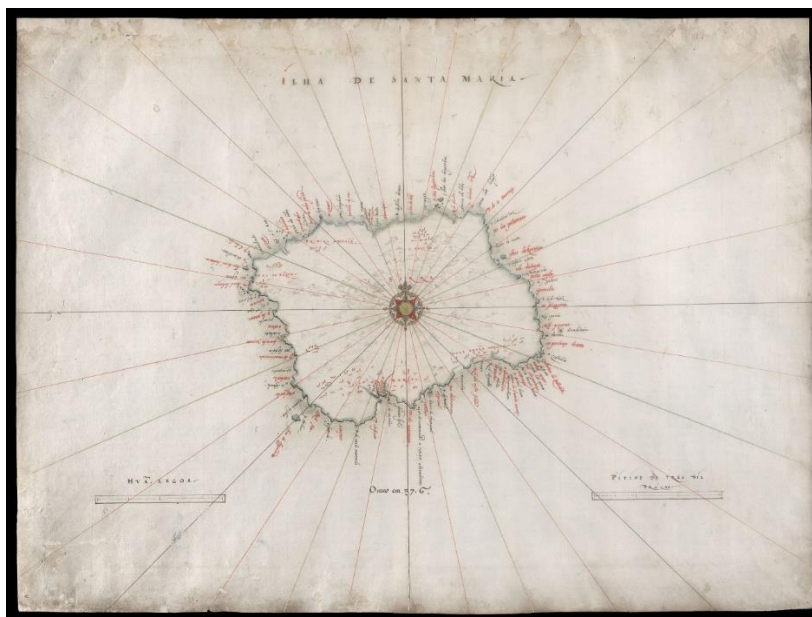


Figura 14 - Ilha de Santa Maria, S.l., s.d. [a. 1570], s.n.. planta ms: desenho a nanquim, col. aguarelada; 41 x 54,5 cm). Faz parte do volume factício “*Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas*’ *colegidos por Diogo Barbosa Machado*”. Biblioteca Nacional (Brasil).

Do mesmo período existem outras duas representações da ilha, ambas de Luís Teixeira (século XVI), cosmógrafo-mor do reino de Portugal:

- O “*Mapa dos Açores*” (c. 1584) onde são indicados os seguintes núcleos urbanos: “*Perochia de S. Siria*”³⁸⁵ (Anjos), “*Villa de S. Maria*” (Vila do Porto), “*Perochia de La Higuera*” (Praia Formosa), e “*La Prainha*” (São Lourenço).
- O mapa “*Descripçam da Ilha de Santa Maria*” (1587), onde, no sentido dos ponteiros do relógio, encontram-se indicadas:
 - “*Perrochia de Santa Eiria / 80 vezinhos*” – atual lugar dos Anjos / Ermida de Nossa Senhora dos Anjos;
 - “*Terra do Nordeste*”;
 - “*Villa da prainha / 60 vezinhos*) / *Prainha / Ilha de Maria Vaz*” – atual São Lourenço / Praia de São Lourenço / ilhéu do Romeiro;

³⁸⁵ Recorde-se que Santa Iria é uma mártir da antiga localidade romana de Nabância, ao sul da moderna Tomar, sede da Ordem de Cristo.

- “Perrochia da Figueira / 40 vezinhos / Praia fremosa” – atual Praia Formosa / Ermida de Nossa Senhora dos Remédios;
- “Villa de Santa Maria / 400 vezinhos / Yltheo do Sul – atual Vila do Porto / Ilhéu da Vila.

Este registo dos aglomerados populacionais, conjuntamente com os “montes” (quintas) e as ribeiras apontam as relações do Homem com o meio físico, ressaltando dessa leitura a implantação de sítios permanentes em lugares providos de água doce, não montanhosos e próximos ao litoral. Além disso, as referências à natureza e à dimensão do excedente (“pão abundante”, “algum pastel e madeira”) reforçam a explicação da perdurabilidade da ocupação humana.



Figura 15 – “DESCRICAM DA ILHA DE SANTA MARIA”³⁸⁶, mapa, ms., aguarelado, Luís Teixeira, 1587, onde a legenda informa: “Scala de duas legoas” / “Esta ylha de Santa Maria tem somente duas povoações / e duas perrochias he abundante de pam algum pastel e / madeira, esta mais ao Austro que as outras. / Por Luis teixeira cosmographo de Sua Mag.de / em Lixboa Anno do senhor 1587”. Pertence ao grupo de seis cartas dos Açores na Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze.

³⁸⁶ SERRÃO, Joel (dir.) (1971) - *Dicionário de História de Portugal* (4 vol.), Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 21. Ver também *O Baluarte*, 2.ª série, ano IV, n.º 4, 1 ago 1977, p. 1. Ver ainda: GREGÓRIO, Rute Dias (coord.) (2014) - “*As Ilhas de Gaspar Frutuoso: uma viagem no século XXI [catálogo da exposição]*”, Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura / Direção Regional da Cultura; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

Referindo-se aos primitivos núcleos de povoamento, no trecho NNW da ilha, na foz da Ribeira do Capitão (atual Ribeira de Santana), no litoral junto à baía dos Anjos – melhor fundeadoiro daquele trecho da costa –, e no interior, no lugar hoje denominado de Santana, área aplanada, favorável à cultura de cereais, NORONHA (2005) observa acerca do estabelecimento do núcleo urbano que constituiria Vila do Porto:

“Mas esta região, apesar das suas grandes potencialidades, era uma região de virtualidades basicamente rurais, não apresentando, portanto, as condições mais adequadas ao estabelecimento de um centro urbano. Daí que não seja de admirar que se tenha optado por centrar na parte sul da plataforma ocidental as funções urbanas da ilha. E daí que não seja de estranhar que a maioria dos povoadores desembarcados na ilha na década de 1450, conforme um regimento de justiça de 1460³⁸⁷ indicia, se tenha orientado para a costa sul, tendo sido atraída por uma lomba que dominava uma vasta enseada e que se integrava numa zona de características climáticas mais próximas da área mediterrânica de origem de muitos dos povoadores, com condições pedológicas e climatéricas favoráveis ao cultivo da quase totalidade dos produtos alimentares que formavam a base da dieta tradicional desses iniciais ocupantes e que, para mais, era rica em água, elemento que, além de interferir, natural e necessariamente, na fixação das comunidades humanas, condiciona, como é bem sabido, a agricultura e a pecuária, bem como as técnicas, as indústrias artesanais e o comércio.”³⁸⁸

O povoado, identificado no mapa de Valentim Fernandes (1509) como “*sta maria*” posteriormente conhecido como Vila do Porto estaria estabelecido na década de 1450,³⁸⁹ por Fernão de Quental e João da Castanheira, em posição dominante numa lomba da costa Sul, frente a uma ampla enseada, entre duas linhas de água – a Ribeira do Sancho, a Este, e a Ribeira Grande (hoje de São Francisco), a Oeste -, que lhe asseguravam tanto a defesa quanto o abastecimento de água potável e a força motriz para os engenhos de açúcar, e dois polos – a Igreja Matriz, a Norte, e a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, a Sul, sobre o porto.

³⁸⁷ Carta que regula a administração da justiça nas ilhas de Santa Maria e S. Miguel, do Infante D. Henrique a Gonçalo Velho Cabral, em 19 de maio de 1460. In FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. XII, p. 49.

³⁸⁸ NORONHA, Luísa (2005). Sobre a História da Ilha de Santa Maria – Algumas notas acerca das relações dos Homens com o Meio. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto Santa Maria*. S.l. [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano da Cultura; Câmara Municipal de Vila do Porto, pp. 14-15.

³⁸⁹ Assim o entende NORONHA in: GOUVEIA, 1992(b):4 e NORONHA (2001), referindo a “*Carta que regula a administração da justiça nas ilhas de Santa Maria e S. Miguel*”, do Infante D. Henrique a Gonçalo Velho Cabral, em 19 de maio de 1460, transcrita in FRUTUOSO, 1998, Livro III, cap. XII.

O lugar do Porto foi elevado a vila por carta de foral, outorgada pelo donatário cerca de 1470, constituindo-se no primeiro concelho dos Açores³⁹⁰. Genes Corvelo trouxe os papéis referentes à Câmara Municipal e à Igreja Matriz. De há muito ignora-se o paradeiro do foral de Vila do Porto, possivelmente perdido num dos diversos assaltos de corsários à povoação, nomeadamente o de 1616, particularmente destrutivo. Do mesmo modo, desconhece-se o local do pelourinho da vila, embora, exista uma referência a uma “Praça do Pelourinho” em Vila do Porto, onde se situava a “casa brasonada” de Miguel de Figueiredo de Lemos³⁹¹.

Sobre o primitivo núcleo urbano de Vila do Porto e sua população, FRUTUOSO (1998) referiu:

*“Tem esta Vila do Porto três ruas compridas, que correm direitas a esta ermida de Nossa Senhora de Conceção e ao porto, as quais começam do adro da igreja principal. A rua do meio, muito larga e formosa e de boa casaria, faz um cotovelo, pelo qual se não vê do adro da igreja principal a ermida da Conceção, que sobre o porto está, o que foi inadvertência dos primeiros edificadores, porque, vendo dali a dita ermida, ficava a rua com muito mais frescura. As outras duas ruas não são tão povoadas por se antrometerem nelas paredes de muitas hortas e quintais e sarrados [sic], divididas estas três ruas com outras azinhagas e travessas. Acima da igreja principal, para dentro da terra, ficam algumas casas, as mais delas de palha, em um caminho a modo de rua muito larga, que vai correndo antre sarrados e acabar antes que cheguem a uma ermida de Santo Antão, que está em um alto; da qual ermida para cima, ficam terras de pão e casais de homens que moram fora da Vila espalhados, pelo que tem a Vila mais de cem fogos, e com outros fregueses da mesma Vila, que a ela vêm ouvir missa, há na sua freguesia, que é a principal da ilha, trezentos e setenta e oito fogos, e almas de confissão mais de mil e trezentas.”*³⁹²

E ainda sobre a população e carácter dos naturais, esclareceu:

“É povoada esta Vila e toda a ilha de gente muito honrada, e muitos têm fidalguia por suas progénies, e outros por (a)lianças de casamentos com os Capitães e seus filhos, de

³⁹⁰ “(...) E o que o dito Senhor há-de haver na dita ilha é conteúdo no foral que para ela mandei fazer; (...)” Carta de D.^a Beatriz, de doação da ilha de Santa Maria a João Soares, dada em Évora, a 12 de maio de 1474. In FRUTUSO, 1998, Livro III, Cap. XIII, pp. 51-52.

³⁹¹ VELHO ARRUDA, Anotações ao Livro III das Saudades da Terra, p. 97.

³⁹² FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. V, p. 47.

*que nasceram fidalgos. Todos os homens honrados, naturais da terra, quase geralmente são altos de corpo, bem-dispostos e bem proporcionados, de bons e graves rostos e boas fisionomias, presumptuosos [sic] e amigos de honra, como o deve ser qualquer homem honrado, por não fazer coisa menos do que dele se espera. E todos de tão grandes espíritos, que, se saíssem da mãe para África ou lugares de fronteira, fariam sem dúvida feitos honrosos e ganhariam grande nome, mas na ilha não são dados a muito trabalho, pelo que nela não há muitas coisas boas e curiosas que pudera haver, se se deram a isso, com que foram mais ricos do que são, pois a terra de si é fértil, posto que pequena, para tão nobre e tanta gente. As mulheres, pelo conseqüente, da mesma maneira são generosas e nobres, bem postas e discretas, com uma grave formosura e virtude, que lhe acrescenta sua nobreza.”*³⁹³

Em termos urbanísticos, a vila desenvolveu-se ao longo de uma linha Sul-Norte, em duas etapas:

- Da primitiva Igreja Matriz, no Alto da Rocha, até à atual Igreja Matriz, área onde se conserva o traçado primitivo das ruas, de cariz medieval;
- Da atual Igreja Matriz, ao longo de uma via comprida e larga pelo antigo arrabalde, até à atual Igreja, de Santo Antão.

Acerca das características desse traçado alongado, MARTINS (1983) observa, oferecendo como exemplo o de outras vilas em Portugal continental, embora de géneses diversas:

“É notória a parecença de todo este conjunto com o tipo de vila fortificada dionisina que aqui se exemplifica com Monsaraz (GASPAR, 1969³⁹⁴). Estes núcleos, embora delimitados por uma cintura de muralhas e baluartes (única diferença de fundo com a vila mariense), possuem a mesma rua direita principal, partindo das portas a sul, da qual sai a travessa que, em cotovelo, se prolonga por um arruamento paralelo ao primeiro, mas com caráter mais ruralizado e secundário. Os espaços públicos mais importantes são, normalmente, os largos da igreja e da câmara. Estes núcleos têm uma silhueta alongada que acompanha o relevo de uma elevação militarmente útil. Representam um novo modelo urbano-estratégico, símbolo do poder real em crescimento, divulgado pela

³⁹³ *Idem.*

³⁹⁴ GASPAR, Jorge (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média, in: *Finisterra*, vol. 4 n.º 8, pp. 198-215.

Península nos séculos XII/XIII e muito utilizado em Portugal por D. Dinis no planeamento das novas defesas fronteiriças ou na reconstrução e reforço das existentes. Correspondem geralmente a um tipo de estrutura repetida, com algumas variantes, de Óbidos a Lamego ou de Mértola a Évora Monte. A criação de Vila do Porto na primeira metade do século XV, embora tardia em relação à normal aplicação deste modelo, pode ter correspondido à sua adaptação a necessidades algo diversas, mas aconselhada por uma semelhante implantação em lomba, uma idêntica possibilidade defensiva a mesma elementaridade estrutural."³⁹⁵

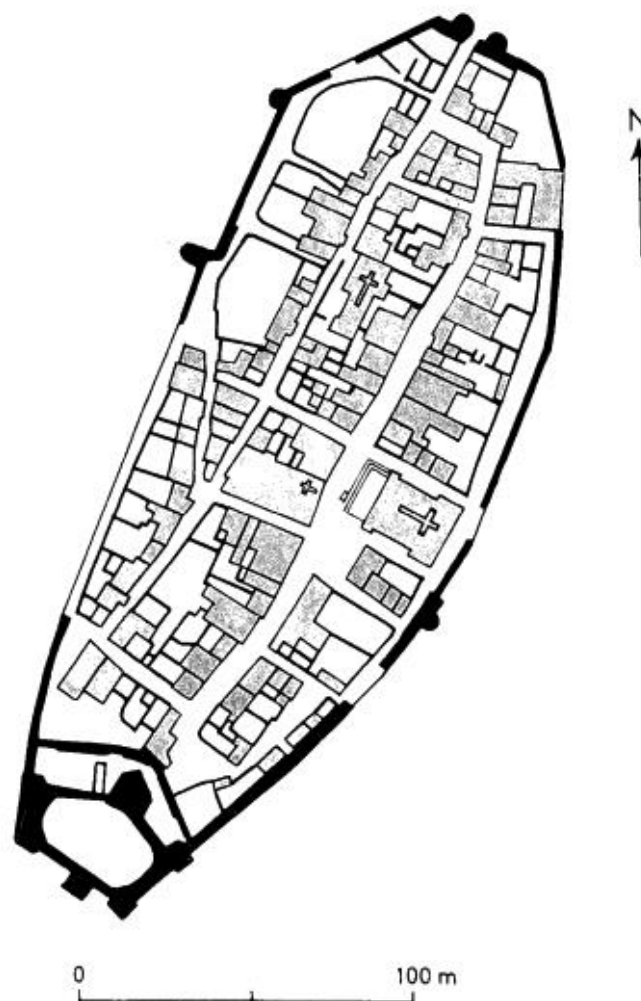


Fig. 4 — Monsaraz (Portugal).

Figura 16 -Planta de Monsaraz, Portugal, na Baixa Idade Média³⁹⁶.

³⁹⁵ MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1983). *Arquitectura nos Açores: subsídios para o seu estudo*. Horta, Região Autónoma dos Açores; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo; Direcção Regional do Turismo, p. 37.

³⁹⁶ GASPAR, Jorge (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média, in: *Finisterra*, vol. 4 n.º 8, p. 210.

PLANTA DA ZONA ANTIGA DE VILA DO PORTO



- | | | |
|---|---|--|
| 1 — Conjunto de casas atribuídas ao séc. XVI. | 7 — Casa do séc. XVII (n.º 12). | 19 — Antiga Casa da Câmara — Porta lateral gótica (s/n.º). |
| 2 — Ruínas da Ermida de N.ª Sr.ª do Livramento. | 8 — Casa do séc. XIX (s/n.º). | 20 — A denominada "Casa dos Capitães Donatários", séc. XV/XVI. |
| 3 — Forte de S. Brás. | 9 — Casa do séc. XVII/XVIII (n.º 24). | 21 — Casa do séc. XV/XVI (s/n.º). |
| 4 — Ermida de N.ª Sr.ª da Conceição de Cima da Rocha. | 10/11 — Casas do séc. XVIII (n.º 9/11). | 22/23 — Solar da Boa Nova, séc. XVII. |
| 5 — Ermida de S. Pedro Gonçalves. | 12 — Casa do séc. XVI/XVII (n.º 28). | 24 — Casa do séc. XVII (s/n.º). |
| 6 — Casa do séc. XIX (n.º 6/8). | 13 — Casa do séc. XIX (s/n.º). | 25 — Casa da "Perinha" (n.º 124/126). |
| | 14/15 — Santa Casa da Misericórdia. | 26 — Igreja Matriz de Vila do Porto. |
| | 16 — Edifício do séc. XVIII (n.º 51). | |
| | 17/18 — Casas do séc. XVII (s/n.º). | |

Figura 17 - Planta da Zona Antiga de Vila do Porto, onde se assinalam os imóveis de interesse histórico³⁹⁷.

A prosperidade dos primeiros tempos do burgo é atestada pelos vestígios de solares e pela presença de vários edifícios públicos, civis e religiosos, implantados ao longo da rua principal. Quanto a estes últimos, trata-se de algumas das primeiras igrejas e ermidas do arquipélago. Mais tarde, acresceu a presença de casas de Recolhimento de mulheres, proto-conventuais, a edificação de um convento da ordem seráfica e a implantação de um dos primeiros hospitais de Misericórdia do arquipélago. O núcleo primitivo de urbanismo distribuiu-se por três ruas paralelas: ao centro, a atual Rua Frei Gonçalo Velho (ER1-2); a Oeste, atuais Rua da Misericórdia, Rua da Boa Nova e Rua Dr. João de Deus Vieira; a Leste, atuais Rua do Livramento e Rua José Inácio de Andrade. Estes arruamentos, complementados por pequenas vielas terciárias, convergem no Largo da Igreja Matriz da vila, estendendo-se para lá da mesma, para os antigos arrabaldes do povoado, através de uma “Rua Nova”, com uma cronologia inserível nos séculos XVII/XVIII, correspondente às atuais Rua Teófilo Braga, Rua Dr. Luís Bettencourt e Rua

³⁹⁷ FIGUEIREDO, Nélia Maria Coutinho (1996). *As Ilhas do Infante: A Ilha de Santa Maria*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direcção Regional da Educação.

José Leandro Chaves³⁹⁸. O antigo arrabalde (atual centro da vila) é marcado pela presença de duas casas conventuais dessa época: os conventos de São Francisco (masculino, cujas dependências são hoje ocupadas pela Câmara Municipal) e o de Santo António (recolhimento feminino, no local onde se ergue hoje o *Supermercado Sol-Mar*, com a Igreja de Santo António, onde hoje se encontra instalada a *Associação de Juventude da Ilha de Santa Maria*). O centro da malha urbana de Vila do Porto manteve-se praticamente inalterado até ao presente.

Na passagem do século XV para o XVI com base na prosperidade agrícola, afirmam-se a navegação (transporte, pesca), o comércio e o artesanato na ilha, como regista NORONHA (2005) ao referir o desenvolvimento de Vila do Porto:

*“Porque, efectivamente, na viragem do século XV para a centúria quinhentista, a função urbana de Vila de Porto não se limitava aos atributos institucionais de sede do município e cabeça de capitania. Assentava também na sua vocação marítima, na sua cada vez maior actividade mercantil (comércio do trigo e das plantas tintureiras) e no trabalho dos seus artífices.”*³⁹⁹

E complementa, integrando Santa Maria à época numa moldura atlântica:

*“(…) Santa Maria, através da sua Vila do Porto, com o seu trato de cereais e de plantas tintureiras, não deixou, no período em questão, de participar, de forma relativamente modesta, mas bem activa, de uma economia-mundo em expansão, num complexo histórico-geográfico que teve como principais elementos dinâmicos a Rota do Cabo e o comércio das especiarias. A esse trato em que cedo participou e à sua inserção no mencionado complexo, deveu, sem dúvida, Vila do Porto a sua afirmação e o seu sucesso, bem como a rápida expansão do seu tecido urbano no último quartel do século XV e no dealbar de Quinhentos, época em que eram bem estreitos os laços que uniam Santa Maria a outros espaços da Macaronésia, muito particularmente com a sua ilha vizinha – a de S. Miguel, por onde já então passava boa parte das exportações marienses – mas também com os arquipélagos da Madeira e das Canárias.”*⁴⁰⁰

³⁹⁸ FERNANDES, José Manuel. Vila do Porto e o Bairro do Aeroporto. In *Vila do Porto – Santa Maria. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, pp. 29-30.

³⁹⁹ NORONHA, Luísa (2005). Sobre a História da Ilha de Santa Maria – Algumas notas acerca das relações dos Homens com o Meio. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto Santa Maria*. S.l. [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano da Cultura; Câmara Municipal de Vila do Porto, p. 17.

⁴⁰⁰ Idem.

Essa integração no sistema-mundo não se limita à Macaronésia, mas estende-se à África, exportadora de escravos e importadora de cereais e carne, ou ao Brasil, desde cedo destino de emigração, tendo colonos marienses se fixado em Belém, Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e diversos lugares em Minas Gerais.⁴⁰¹

A partir de meados do século XVI, a mancha de povoamento avança para Sudeste, ainda em busca de terras agrícolas, constituindo-se a freguesia de Nossa Senhora da Purificação, atual Santo Espírito, e a de Santa Bárbara. A primeira conheceu maior impulso do que a segunda: de acordo com FRUTUOSO (1998), em fins do século a primeira contava já com “cento e dois fogos e quatrocentas e treze almas de confissão”⁴⁰², enquanto que a segunda contava apenas com “quarenta fogos e cento e dez almas de confissão, pouco mais ou menos”⁴⁰³ São Pedro, cujo templo remonta a 1537, e a paróquia a 1611, só se constituirá em freguesia no século XVII⁴⁰⁴.

No início do século XVIII, entretanto, o centro urbano da vila encontrava-se degradado, conforme descreve a *Corographia Insulana*.⁴⁰⁵

⁴⁰¹ Ibidem.

⁴⁰² FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. VIII, p. 38.

⁴⁰³ FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. VIII, p. 36.

⁴⁰⁴ NORONHA, Luísa (2005). Sobre a História da Ilha de Santa Maria – Algumas notas acerca das relações dos Homens com o Meio. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto Santa Maria*. S.l. [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano da Cultura; Câmara Municipal de Vila do Porto, p. 23.

⁴⁰⁵ O manuscrito original, de autoria do padre António Carvalho Costa (1650-1715), intitulado *Corographia Insulana, ou noticia Topographica de todas as Ilhas sogeitas a Portugal*, estava pronto para o prelo à data do falecimento do autor (MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1741. Tomo I, pp. 233-234.). Compreende, além da descrição das ilhas dos Açores, as das ilhas da Madeira, Porto Santo, Selvagens, Deserta e Bugio. Encontra-se depositado na Biblioteca Nacional de Portugal (Fundo Geral, n.º 306), onde foi copiado em 27 de setembro de 1853 por José de Torres com a referência ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Sala B-3-37. Acerca da autoria desse manuscrito, Ernesto do Canto, na *Bibliotheca Açoriana* (1890), referindo Machado, complementa: “(...) não tem o nome do autor, mas (...) e pelo que o Padre diz nas últimas linhas do vol. 3.º da sua “Corographia Portuguesa” impressa, se conclue que lhe pertence este manuscrito.”

Tendo Torres falecido em 1874, o seu espólio foi adquirido à viúva por José do Canto, encontrando-se essa cópia depositada na BPARPD, no Fundo José do Canto, nas *Variedades Açorianas*, série manuscrita, vol. VII, fls. 1-69 [70].

Acerca da importância das *Variedades Açorianas*, RILEY (2002) regista:

“A colecção de documentos impressos e manuscritos coligida nas *Variedades* prefigura, afinal, aquilo que virá a ser o Arquivo dos Açores, uma miscelânea documental cujo denominador comum é a história açoriana e que, nas palavras da sua Redacção, ‘se propõe fazer, não a história deste arquipélago... mas simplesmente reunir os materiais para futuros obreiros erguerem à civilização esse monumento.’” in Canto, Ernesto do. *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=1268>

Dessa cópia existe transcrição relativa à ilha de Santa Maria, também depositada na BPARPD, no Fundo Arquivo Manuel Monteiro Velho Arruda, de onde diversos autores extraíram informações relativas às fortificações da ilha.

*“(...) situada em um penhasco junto ao mar, a qual sendo no princípio bem fundada com o seu castelo pela continuação dos tempos se arruinou e foi destruída pelos mouros no ano de 1616 de tal sorte que nunca mais pela pobreza dos seus moradores se pôs naquele antigo e feliz estado que lograva: (...)”*⁴⁰⁶

A maior parte das quintas e das casas de maior importância distribuíram-se a Nordeste da vila, ligadas à atividade agrícola e pecuária, mas também, como já registado por MARTINS (1983:

*“(...) muitas marcadas pelo abandono ou a ruína. Ao longo das estradas que vão da vila até S. Pedro e Almagreira, surgem alguns portões assinalando antigas grandes propriedades, agora meio degradadas, ou quintinhas com pátio entre torreões de invulgares pombinhas no telhado (raras nesta ilha de canto sem beira).”*⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 2.

⁴⁰⁷ MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1983). *Arquitectura nos Açores: subsídios para o seu estudo*. Horta, Região Autónoma dos Açores; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo; Direcção Regional do Turismo, p. 40.

3.4. As ameaças e a defesa militar

*“A evolução da guerra de corso e da pirataria e a organização da defesa comprovam a participação dos Açores na abertura e exploração do mundo. Na verdade, a cobiça dos carregamentos de além-mar motiva a frequência do mar por esquadras de ladrões que, no permanente fito do roubo, investem contra as ilhas mais indefesas. Nestas circunstâncias, a fortificação costeira e a vigilância marítima constituem os principais expedientes da obtenção de maior segurança. [...] A utilidade estratégica das ilhas, que gera a cobiça dos estrangeiros, constitui um grande incentivo à organização e ao reforço da defesa. Assim, a fortificação dos principais ancoradouros e ilhas representa uma prioridade, que acompanha o desenvolvimento do tráfico transatlântico.”*⁴⁰⁸

Em termos estratégicos Santa Maria é naturalmente defendida por suas arribas – encostas rochosas que terminam abruptamente sobre o mar -, das mais altas do arquipélago. Essa defesa costeira natural é interrompida em apenas cinco trechos, onde é possível intentar um desembarque. São elas, no sentido anti-horário, a partir de Vila do Porto:

- o porto da Vila;
- a baía da praia Formosa;
- a baía da Maia;
- a baía de São Lourenço; e
- a baía dos Anjos.

Apesar das suas potencialidades agrícolas, a zona inicial do povoamento – a de Santana/Anjos – não oferecia boas condições de defesa, sendo o ancoradouro dos Anjos particularmente vulnerável a um ataque vindo do mar. Por essa razão, por volta de 1460 a maioria dos povoadores havia sido atraída por um novo local, a sudoeste da ilha, entre a

⁴⁰⁸ REIS LEITE, José Guilherme (1997). Açores. In *Enclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=555>

ponta do Malmerendo e a ponta do Marvão, com um bom ancoradouro a coberto de uma arriba defendida por duas ribeiras, onde se estabeleceu e desenvolveu, conforme o mapa *Descripçam da Ilha de Santa Maria*”(Luís Teixeira, 1587), a “*Villa de Santa Maria*” (atual Vila do Porto).

As informações sobre as fortificações de Santa Maria, nomeadamente no que respeita a datas, autores e projetos das respetivas construções, são escassas ou, simplesmente, inexistentes. Descartando as primeiras notícias sobre a ilha, relativas ao período do descobrimento e povoamento, que nada referem,⁴⁰⁹ ainda no século XV, quando dos primeiros assaltos de corsários e mesmo do momento de tensão que constituiu o chamado “*Episódio Colombino em Santa Maria*” (18 a 28 de fevereiro de 1493), as fontes não nos permitem inferir que existissem fortificações na ilha.⁴¹⁰

Embora CORTE-REAL (2003) entenda que a defesa militar de Santa Maria só adquiriu relativa importância após a invasão de ingleses em 1576, e tenha observado que anteriormente a 1599 não fora possível identificar documentação sobre o assunto⁴¹¹, referindo que também não fora possível identificar ataques de piratas anteriormente a 1576, e concluindo ser aquele o primeiro que a ilha sofreu⁴¹², mais recentemente o arqueólogo madeirense Élvio de Souza, identificou nos vestígios de uma estrutura turiforme em pedra, sob o Forte de São João Baptista na Praia Formosa, os vestígios do que poderia ser a mais antiga fortificação nos Açores,⁴¹³ remontando-a ao século XVI, de

⁴⁰⁹ Diferentemente do momento de conquista militar das Canárias, onde dispomos, inclusive, de iconografia. Ver BÉTHENCOURT, Jean de (1874). *Le Canarien: Histoire de la première découverte et conquête des Canaries, faite dès l'an 1402 écrite du temps mesme par Jean de Béthencourt, plus un Traicté de la navigation et des voyages de découverte et conquestes modernes et principales des François (1402-1422)*, introduction et notes par Gabriel Gravier, Société de l'histoire de Normandie, Rouen, C. Métérie.

⁴¹⁰ Colombo e os Açores (iconografia, fontes impressas e fontes documentais). *Catálogo da exposição “Colombo e os Açores”*. S.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direcção Regional da Cultura, 1989. Ver também: COLOMBO, Cristóvão (1998). *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre, L&PM.

⁴¹¹ Com base nos Acórdãos Municipais, depositados na BPARPD. Ver Miguel de Figueiredo Corte-Real (2003). *Defesa Militar da Ilha de Santa Maria, seus fortes, Redutos e sua Guarnição no princípio do Século XVIII*. In *Boletim dos Instituto Histórico da Ilha Terceira*, p. 283.

⁴¹² Idem

⁴¹³ Santa Maria. In Élvio Duarte Martins Sousa (2011) - *Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)* (2 vols.), Dissertação de Doutoramento em História, especialização de História Regional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, pp. 141-153. Ver ainda: Élvio Duarte Martins Sousa (2012) - O “Castelo” de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria, Açores. A mais antiga edificação militar dos Açores? (Conferência no âmbito da rubrica “Ciência no Bar”, Vestígios dos primeiros tempos do Povoamento da Ilha de Santa Maria, Pub Central, Vila do Porto, Santa Maria Açores, 13 de agosto de 2012 / Extrato do livro “O “Castelo” de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria, Açores. A mais antiga edificação militar dos Açores? Novos dados resultantes dos trabalhos arqueológicos (campanhas de 2008 e 2009). (policopiado) A seu turno MARTINS (2013) observa que FRUTUOSO (1998) no Livro III das *Saudades da Terra*, embora descrevendo com detalhes os ataques de corsários e piratas à ilha, bem como o armamento envolvido, “não reporta a existência de qualquer recinto

forma geral aceita-se que a fortificação da ilha terá sido iniciada na primeira metade do século XVII.

Mesmo relativamente à margem das rotas de navegação das naus que retornavam das Índias e do Brasil, que buscavam preferencialmente as ilhas de economias mais dinâmicas – São Miguel, Terceira, Faial –, desde cedo Santa Maria e o seu principal núcleo habitacional – Vila do Porto –, foram vítimas de repetidos ataques e razias perpetrados por corsários e piratas da Barbária em busca de valores e suprimentos, e que aproveitavam as incursões para saquear e destruir quintas, conventos, igrejas e ermidas, e capturar cristãos, escravizados ou, posteriormente, resgatados a bom preço no norte de África⁴¹⁴.

Desse modo, já em 1480, ainda no contexto da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479), uma nau castelhana fez desembarcar cerca de 40 homens, armados de arcabuzes, no porto da vila. Este grupo de assalto foi rechaçado por um grupo de moradores sob o comando de João Soares (c. 1415-1499), 2.º capitão do donatário, com tiros de pedreiro, na altura do Calhau da Roupa, afirmando-se que o próprio João Soares foi capturado e levado a ferros para Castela⁴¹⁵.

O receio desses ataques terá sido uma das razões pela qual Cristóvão Colombo, capitaneando a caravela “*Niña*” quando de regresso da viagem de descobrimento da América, de 18 a 28 de fevereiro de 1493 tenha sido recebido de maneira reservada pela população da baía dos Anjos, registando-se o aprisionamento de alguns de seus tripulantes e complexas negociações que conduziram à sua libertação com João da Castanheira, lugar-tenente do capitão do donatário João Soares, ausente em Lisboa à época⁴¹⁶. Depreende-se do desenrolar do episódio que não existiam fortificações na ilha, mas tão-somente as forças de segurança locais, sob o comando do capitão do donatário, neste particular Castanheira, seu representante.

Em meados do século XVI, o relatório *Informação dos portos das ilhas dos Açores* não acusa defesa alguma na ilha, referindo apenas:

fortificado”. E conclui: “*Por isso deve acolher-se com alguma reserva a hipótese avançada na sequência das investigações arqueológicas, executadas junto ao forte de S. João Baptista, de que esta fortificação poderá ter sido construída ainda no século XVI.*” (MARTINS, José Manuel Salgado (2013). *Do Basalto ao Betão: Fortificações das ilhas de S. Miguel e Santa Maria – Séc. XVI – XX*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, p. 124).

⁴¹⁴ Sobre a actividade de resgate de cativos no Norte de África, ver ALBERTO, 2005 e ALBERTO, 2010.

⁴¹⁵ CORDEIRO, 2007: Livro IV, cap. VII, pp. 113-114.

⁴¹⁶ A passagem de Colombo por Santa Maria encontra-se registada em seu Diário de Bordo, no período de 18 a 28 de fevereiro de 1493. Ver também, MONTEIRO, 1966:37-126.

“As duas Ilhas de Santa Maria e Graciosa nestas não estive sey que cada hua dellas tem hum porto e que com mui pouca cousa se podem guoardar que não desembarquem nellas.”⁴¹⁷

Nem os mapas de Luís Teixeira, *Açores Insulae* (1584) e *Descripçam da Ilha de Santa Maria* (1587), nem o manuscrito de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, redigido em algum momento entre 1586 e 1590⁴¹⁸, referem estruturas defensivas fortificadas na ilha de Santa Maria.

Ainda no século XVI, a ilha viria a registar uma tentativa de ataque por corsários Franceses em 1553⁴¹⁹, um assalto por Franceses (1576)⁴²⁰, um pelos Ingleses da armada de Sir George Clifford, 3.º conde de Cumberland (1589)⁴²¹, outro por integrantes da

⁴¹⁷ Informação dos Portos das Ilhas dos Açores (est. 1553-1567). In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, p. 123.

⁴¹⁸ RODRIGUES, Rodrigo. “Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso”. In FRUTUOSO, 1998:Livro I, p. XXXIX.

⁴¹⁹ Nesse ano, uma esquadra Francesa de nove embarcações de guerra, com muita gente de abordagem a bordo, capturou nas águas de Santa Maria, na altura da ponta do Cabrestante, um pescador. Este conseguiu evadir-se na altura das águas da Ilha de São Jorge, alcançando terra. A notícia chegou tão rapidamente à Terceira, e a preparação da defesa foi tão célere, que a esquadra corsária desistiu do intento de invasão, rumando rumo à Bretanha. (FIGUEIREDO, 1990:75)

⁴²⁰ A esquadra francesa era composta de três embarcações (um galeão, uma nau e uma zabra), de onde desembarcou uma força armada de arcabuzes. Após travarem diversos combates com os moradores, incendiaram a Vila do Porto. O capitão do donatário, Pedro Soares de Sousa, para reforçar a defesa, solicitou ao cunhado, Rodrigo de Baeça, que pedisse socorro ao capitão de São Miguel, D. Manuel da Câmara, que de imediato remeteu homens e armas sob o comando do Sargento-mor Simão do Quental. Assim reforçados, depois de mais alguns dias de escaramuças, saques e destruições, feriu-se o combate de Santo Antão, após o qual os invasores reembarcaram, abandonando a ilha. (FRUTUOSO, 1998:Livro III, caps. XVII-XX) FERREIRA (s.d.) refere ainda que, antes do assalto, os corsários exigiram a Pedro Soares um pagamento de 50 vacas, 20 porcos e 30 carneiros, para que não assaltassem e incendiassem a vila. Embora não se saiba se a exigência foi ou não atendida, o assalto teve lugar e foi dos mais devastadores de que há notícia na história da ilha. (Op. cit., p. 84) O mesmo autor estima um número dos invasores em cerca de uma centena, referindo ainda que, num dos recontros perdeu a vida, com um tiro de escopeta, Manuel de Sousa, filho de João Soares de Sousa. Matias Nuno Velho e Cristóvão Vaz Velho foram nomeados pelo capitão para liderar o contra-ataque mariense, fazendo recuar o inimigo que, na retirada, ia incendiando as casas. Entretanto, das embarcações desembarcaram mais corsários, assegurando-lhes a posse da Vila, o que motivou o pedido de reforços a São Miguel. Em dois dias chegaram armas e munições, que desembarcadas em Santana, permitiram reunir 250 homens em armas que lograram retomar a Vila. Vila do Porto havia sido saqueada durante três dias e incendiada. Ao terceiro dia, chegaram duzentos homens de São Miguel, sob o comando de Francisco Arruda da Costa, mas os corsários avisados da expectativa da chegada de reforços por escravo africano fugido, já se haviam retirado. (Op. cit., pp. 111-112). SUPICO (1995(a)), com base em frei Agostinho de Monte Alverne, refere a data do assalto como 5 de agosto de 1575, dia de Nossa Senhora das Neves, referindo apenas uma nau e um galeão e que cada atacante trazia à cintura um cordão, declarando que queriam matar os homens e aprisionar as mulheres, diante do que os moradores se evadiram para os matos no interior da ilha, não havendo resistência à invasão de Vila do Porto. SUPICO observa ainda que, sobre o mesmo episódio, o padre António Cordeiro informa que houve alguma resistência, com feridos, e que “(...) só o vigário da vila, Baltazar de Paiva Cordeiro, quase milagrosamente passou a cavalo por entre as lanças e espingardas com o Santíssimo que consigo levava, e o seu tesoureiro com a prata da igreja e de tudo o mais ficaram senhores os corsários, e saquearam a vila.”. (SUPICO, 1995(a). Ver ainda: SUPICO 1995(c).)

⁴²¹ Os corsários, em duas embarcações, após intenso fogo de artilharia, desembarcaram no porto da Vila. Tão logo aproaram a terra, tentando a subida pela rocha da Conceição, foram acometidos pelo fogo dos

armada de Pieter van der Does (1599) ⁴²² e, no século XVII, dois de piratas da Barbária (1616 ⁴²³ e 1675) ⁴²⁴. Este último foi atribuído a descuido das sentinelas: os mouros desembarcaram a coberto da noite, no lugar dos Anjos, tendo saqueado a Ermida de Nossa Senhora dos Anjos, violado mulheres e feito onze cativos, entre mulheres e crianças ⁴²⁵. A data deste assalto foi a noite de 1 para 2 de setembro de 1675 ⁴²⁶.

Do mesmo modo que em outras ilhas do arquipélago, nos primeiros tempos os povoadores defenderam-se dos invasores - que chegavam pelo mar -, atirando-lhes pedras do alto das arribas, como relatado por FRUTUOSO (1998) para os ataques de corsários franceses e ingleses à sua época, ou ainda como vívidamente ilustrado por CORDEIRO

defensores, sob o comando do capitão do donatário Brás Soares de Sousa e seu ajudante André de Sousa, secundados pelo padre Manuel Curvelo Resende (instituidor do Recolhimento de Santa Maria Madalena), que com a imagem de N. Sra. da Conceição nas mãos exortava à defesa. Narram as fontes que as perdas dos atacantes foram de tal ordem que a retirada se deu em completa desordem, com muitos feridos e afogados, deixando para trás barcas, grande número de mosquetes e alabardas, além de uma trombeta, que serviu para alardear a vitória dos defensores (FIGUEIREDO, 1990:75-76; FERREIRA, s.d.:112). SUPICO regista a data como 2 de novembro de 1584, e cita frei Agostinho de Monte Alverne que atribui a vitória dos defensores à iniciativa “(...) de tomarem a bendita Senhora da Conceição colocando-a numa trincheira, sendo vista de todos, até dos inimigos, andar pelo ar vestida de branco, impedindo que os inimigos chegassem a terra.” (SUPICO, 1995(b).) Para uma visão do episódio na historiografia em língua inglesa, ver:

- GODWIN, G.N. (1877). *The 'Victory' of three hundred years ago, with the Earl of Cumberland's voyage to the Azores in 1589*. Portsmouth.
- WILLIAMSON, George Charles (1920). *George, Third Earl of Cumberland, 1558-1605, His Life and His Voyages: A Study from Original Documents*. Cambridge, at the University Press.

⁴²² Van der Does tentou invadir e saquear San Sebastián de la Gomera, nas Canárias. Sendo repellido, atacou, saqueou e incendiou Las Palmas de Gran Canaria. Um dos navios de sua expedição atacou episodicamente Santa Maria.

⁴²³ Em 7 de julho de 1616, um navio e dois patachos transportando cerca de 500 muçulmanos, partiram da costa de Argel para atacar naus da Carreira da Índia. Sem sucesso, dirigiram-se à ilha de Santa Maria, fundeando no Sul e na Praia. O nome do seu capitão é referido como Tabaqua-raz, um renegado genovês, que, durante uma semana saqueou e incendiou os lugares costeiros, inclusive o Convento de São Francisco, fazendo grande número de prisioneiros, vendidos como escravos no Norte de África. Na ocasião, muita gente escondeu-se na fumaça de Santana à espera de socorro de São Miguel (FIGUEIREDO, 1990:76) tendo sido destruído o sistema de água da vila do Porto, conforme Provisão Régia de 1744, deferindo o pedido dos moradores para a construção de uma nova fonte: “Porque entrando os Mouros na dita vila [do Porto] havia mais de cem anos, destruíram as arcas e condutas por onde vinha a dita água de sorte que nunca mais entrou na dita vila.” Na ocasião terão sido escravizadas 202 pessoas. FERREIRA (s.d.) informa que entre os cativos destacavam-se os nomes de D. Jordoa de Sousa Faleiro (neta do 3.º capitão do donatário), o padre Vicente Borges de Vasconcelos (vigário na Matriz de Vila do Porto), o padre Belchior Barreto Homem (religioso da Igreja de Nossa Senhora da Vitória), frei Sebastião de São Francisco e frei Manuel de São Francisco, também resgatados. O padre Manuel Fernandes Velho (vigário de Santa Bárbara) veio a falecer no cativeiro. Terá sido na ocasião deste ataque que Pero Soares de Sousa terá feito o voto de erguer a Ermida de Nossa Senhora do Livramento. (op. cit., p. 114). A este ataque seguiu-se, no ano seguinte (18 de agosto de 1617), o de *Ali Tabaqua* a Porto Santo, na Madeira, fazendo cativos mais de 900 habitantes. (VALDEMAR, 1991)

⁴²⁴ Este assalto foi atribuído a descuido das sentinelas. Os mouros desembarcaram a coberto da noite, no lugar dos Anjos, tendo saqueado a Ermida de Nossa Senhora dos Anjos, violado mulheres e feito onze cativos, entre mulheres e crianças. (FIGUEIREDO, 1990:76) A data do assalto foi a noite de 1 para 2 de setembro. (FERREIRA, s.d.:114)

⁴²⁵ Op. cit., p. 76.

⁴²⁶ FERREIRA, s.d.:114.

(2007), ao referir outra ilha periférica no arquipélago – a das Flores , já no início do século XVIII:

*“(...) não há em esta Ilha [da Flores] Fortaleza alguma de soldadesca paga, e peças de artilharia, mas só espada, e adaga, lança, e alguns arcabuzes, ao estilo de Portugal antigo; e as mais armas, com que ainda a brutos não nunca falta de todo a natureza; e assim tem os mais impenetráveis muros nas suas rochas ao mar; a artilharia mais horrenda nos penedos, que pelas altas rochas lanção abayxo, que nem há galeões, que os aturem, nem outro reparo delles, mais que somente o fugirlhes, que he o que os da Ilha querem.”*⁴²⁷

Ainda à época, o *Regimento das Ordenanças* de 1570, que nas ilhas da Madeira e dos Açores teve aplicação quase imediata⁴²⁸, terá entrado em vigor também em Santa Maria. Os capitães do donatário, entre os seus deveres, tinham a obrigação de organizar, com o apoio dos sesmeiros, os grupos de milícias, cada um com cerca de 50 elementos, a cavalo e a pé, armados com espadas e piquetes.

Aquele diploma régio pressupunha também a implantação de um sistema de vigia da costa e, conseqüentemente, a construção das primeiras estruturas defensivas, as vigias, que deveriam contar com uma pequena guarnição e possuir um sistema de sinalização, geralmente por fogueiras (“*fachos*”), para comunicarem umas com as outras a aproximação de possíveis inimigos. Elevavam-se em pequenas eminências, com ampla visão sobre a costa, constituindo postos de vigia e parte delas deu origem às primeiras fortificações⁴²⁹.

Em Santa Maria, de acordo com FRUTUOSO (1998), em fins do século XVI, a principal vigia era nos chamados “*Fachos*”, como se depreende da descrição do ataque corsários franceses de 1576:

*“(...) E logo da Vila saíram perto de quinze ou vinte arcabuzeiros franceses para subirem aos Fachos, que é o [ponto] mais alto da ilha, e daí vigiarem o socorro, que se esperava, para saírem a tomá-lo no mar. (...)”*⁴³⁰

⁴²⁷ CORDEIRO, 2007:486.

⁴²⁸ CARITA, Rui. A Situação de Cabo Verde nos Finais do Século XVI. Funchal: Universidade da Madeira, s.d.. (Plataforma Chronos / E-Learning), consultado em *.pdf.

⁴²⁹ CARITA, Rui. A Situação de Cabo Verde nos Finais do Século XVI. Funchal: Universidade da Madeira, s.d.. (Plataforma Chronos / E-Learning), consultado em *.pdf.

⁴³⁰ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XIX, p. 71. Note-se que o ponto mais alto da ilha é, entretanto, o chamado Pico Alto. O próprio autor, ao relacionar anteriormente as vigias da ilha identificara os “*fachos*” no

Em seguida, as principais vigias estavam ligadas à aproximação e ancoragem em Vila do Porto. De Oeste para Leste:

- **Vigia da Ribeira Seca**, “*defronte do ilhéu [da vila], que está do porto ao Sudoeste pouco menos de meia légua, que é a principal vigia para guarda da terra*”. E sobre a localização da ribeira:

*“Passado o porto e ribeira do Sancho, torna a fazer a rocha volta para o mar até a ponta da Forca, que está nela, da qual ponta à do Marvão, que atrás fica (fazendo ambas enseada do porto da Vila já dita), haverá um quarto de légua ou menos; passada a ponta da Forca, vai a rocha íngreme até uma ribeira seca, que estará dela como três tiros de besta, a qual ribeira não corre senão quando chove muita água, e mete-se no mar em areia grossa, e é rasa e muito perigosa para a terra, por ser aparelhada para nela desembarcarem imigos, pelo que é necessário haver nela grande vigia.”*⁴³¹

- **Vigia da Ermida de Nossa Senhora da Conceção**, “*que está sobre o porto, (...)*”;
- **Vigia à ponta do Marvão**, “*que fica da outra banda de Leste pouco espaço do porto, com as quais vigias se não pode entrar no porto sem serem os que entrarem sentidos.*”⁴³²
- **Vigia do pico do Figueiral**, “*(...) sobre a praia o Pico do Figueiral, onde vigiam e estão os fachos, (...).*”⁴³³ E complementa: “*(...) que está da Vila para a banda de Leste meia légua, donde se vigia de dia o mar, (...).*”⁴³⁴

As consequências de descurar as vigias podiam custar caro, como quando da invasão de corsários franceses em 1576:

Figueiral (Op. cit., cap. XVII, p. 63). O local ainda é referido, em nossos dias como “*Facho*”. Veja-se ainda as cartas militares de José Carlos de Figueiredo (1824) e a do Serviço Cartográfico do Exército (1968).

⁴³¹ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. VII, p.33.

⁴³² FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XVII, p. 62.

⁴³³ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. IX, p. 41.

⁴³⁴ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XVII, p. 63.

*“(...) não foram vigias à Ribeira Seca, defronte do ilhéu, que está do porto ao Sudoeste pouco menos de meia légua, que é a principal vigia para guarda da terra; e, pela mesma causa, não foi também vigia à ponta do Marvão, que fica da outra banda de Leste pouco espaço do porto, com as quais vigias se não pode entrar no porto sem serem os que entrarem sentidos. Somente vigiaram da ermida de Nossa Senhora da Conceção, que está sobre o porto, quatro homens, dois dos quais, acabando de vigiar o seu quarto, se foram dormir a suas casas; os dois, que ficaram, adormeceram por serem homens trabalhadores e irem ali cansados do trabalho.”*⁴³⁵

FRUTUOSO (1998) registou também informação acerca da presença de artilharia no porto da ilha, anterior à construção de fortificações. Na descrição do ataque de corsários franceses à ilha em agosto de 1576, o autor dá-nos conta:

*“(...) e, chegando sobre o porto (...) ao desembarcar, lhe não fizeram resistência, nem havia com quê, ainda que lha quiseram fazer; nem um homem que tinha cuidado de umas peças de artilharia, que aí estavam, estava, então, na Vila, porque ia para fora com os vereadores a fazer exame pelos lugares da banda do Norte, e, quando chegou, já eles estavam em terra.”*⁴³⁶

E complementa, ao referir o saque que estes então levaram: *“Além de [os corsários] embarcarem da Vila quase tudo o que nela havia, levaram os tiros, que eram quatro, dois falcões pedreiros e dois berços, que el-Rei havia dado havia pouco tempo. (...)”*⁴³⁷

Essa artilharia terá sido recomposta “a posteriori” possivelmente, com algumas das peças trazidas pelo socorro vindo à época da ilha de São Miguel.

⁴³⁵ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XVII, p. 62.

⁴³⁶ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XVII, p. 63.

⁴³⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XIX, p. 72.

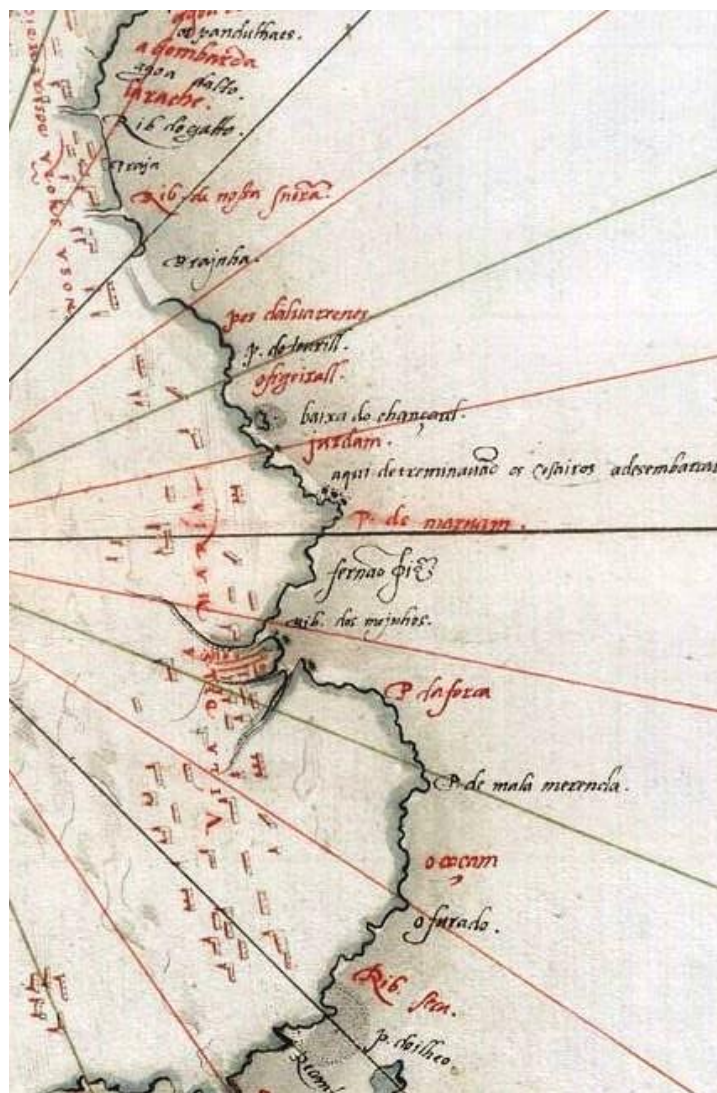


Figura 18 - Ilha de Santa Maria. S.l.: s.d. [a. 1570], s.n.: detalhe da costa sul. Note-se a anotação sobre o local onde corsários pretendiam desembarcar. Séculos mais tarde, este trecho da costa seria assim referido: “Da dita ponta de Marvão até à outra que chamam da Malbusca vai [a] distância de légua e meia cuja baía se chama a da Praia que faz dentro uma grande enseada ou angra muito arriscada a invasão dos inimigos; [...]”⁴³⁸

Observe-se que o sistema de vigias da ilha manteve-se até, pelo menos, ao início século XIX, conforme assinalado na “*Carta militar e topo-hydrographica*” de autoria do Coronel Engenheiro José Carlos de Figueiredo.⁴³⁹

Quando da Crise de Sucessão de 1580-1583, durante a preparação para a iminente invasão espanhola de Portugal pelas tropas de Filipe II de Espanha (1556-1598), D.

⁴³⁸ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 2v.-3.

⁴³⁹ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.^{ta} Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

António, Prior do Crato, foi aclamado rei pelo povo no Castelo de Santarém (24 de julho de 1580), assumindo o título de António I de Portugal. Aclamado também em Lisboa, Setúbal e em numerosos outros lugares, um mês mais tarde, na batalha de Alcântara (25 de agosto), as suas forças foram derrotadas pelas do duque de Alba. Sobrevivendo à batalha, D. António tentou, sem sucesso, sublevar o norte de Portugal, vindo a ser recolhido por um navio francês (6 de janeiro de 1581) rumo ao exílio. As Cortes de Tomar (abril de 1581) reconheceram Filipe II como rei, com o título de Filipe I de Portugal, recebendo a submissão das possessões portuguesas no Oriente, na África e na América. Ao final do Verão de 1581 apenas nos Açores é que subsistia um modesto núcleo de apoio a António I de Portugal, com foco na Ilha Terceira.

As ilhas, precariamente defendidas e politicamente desunidas, apesar de uma aclamação inicial do Prior do Crato, tinham consciência do poderio espanhol. Desse modo, nomeadamente na ilha de São Miguel, os apoios deslocaram-se para o partido espanhol. Ali, as Câmaras Municipais reunidas, e muito por influência do 7.º capitão do donatário, Rui Gonçalves da Câmara ⁴⁴⁰, e pelo 7.º bispo da diocese de Angra, D. Pedro de Castilho ⁴⁴¹, deliberaram, a 31 de janeiro de 1581, enviar a Filipe II uma missiva comunicando-lhe a sua fidelidade. A esta adesão seguiu-se a da ilha de Santa Maria, deixando apenas as ilhas dos Grupos Central e Ocidental do arquipélago como baluartes do apoio ao Prior do Crato.

É desse contexto que dispomos de informação de inteligência espanhola fazendo ponto de situação do estado das ilhas. Com relação a Santa Maria, Álvaro de Bazán y Guzmán, 1.º marquês de Santa Cruz de Mudela, permite-nos conhecer a importância da ilha de Santa Maria no contexto da “rebelião” da Terceira:

“(…) Llegou una carauela // de las que andauan sobre el Cueruo para dar auiso a las naos de la India e flota de nueva spaña se apartassen destas Islas por la nueva que hauia de enemigos y star rodeada todauia la Tercera Rebelada y truxo la de que sobre el

⁴⁴⁰ Futuro conde de Vila Franca, título criado na pessoa de Rui Gonçalves da Câmara por Filipe II de Espanha por Alvará de 17 de junho de 1583, por uma só vida, como prémio pela adesão do primeiro à causa filipina.

⁴⁴¹ Futuro vice-rei de Portugal, cargo que exerceu por duas vezes (1605-1608 e 1612-1614), durante o reinado de Filipe III de Espanha. Tendo tomado posse em data posterior a 18 de janeiro de 1579, desde cedo mostrou-se indisposto com o Corregedor dos Açores, Ciprião de Figueiredo, situação que se agravou com a morte do Cardeal D. Henrique, e pela sua opção por Filipe II de Espanha. Visando furtar-se à ação do Corregedor e aos ódios populares terceirenses pela sua opção, refugiou-se em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. Após a vitória espanhola na Batalha Naval de Vila Franca do Campo (26 de julho de 1582), foi recebido com honras por D. Álvaro de Bazán, em sua capitânea, o galeão São Martinho, tendo para Lisboa a bordo da armada espanhola quando esta regressou. Em Lisboa, e face à impossibilidade de reassumir o seu cargo em Angra, foi transferido, em 1583, para a diocese de Leiria, onde exerceu o cargo de prelado durante 24 anos, até que renunciou em 1607.

*cueruo hauia encontrado hauia encontrado dos naos de la India en que uiene el gouernador fernam Tellez y que viendrian a tomar Refresco a la isla de san miguel o de Santa maria y nauegarian apartadas de la Terçera Treynta leguas por la uanda del Sur (...)*⁴⁴²

Amador Velez de la Riztegui, a seu turno informa ao soberano: “*Com la nueva que estos hombres [vintos da Terceira] han dado procuro El maestre de campo dar abisso A la ysla de Sancta Maria y a de la Madera y El tiempo haze tan contrario que no da logar a Ello (...)*.”⁴⁴³

Pedro Coco Calderon, a seu turno, dá conta do domínio espanhol sobre ambas as ilhas, testemunha a fidelidade das suas Câmaras Municipais e dos seus habitantes, da remessa de uma guarnição espanhola para Santa Maria e, finalmente da possibilidade de requisição estratégica de trigo e vinho daquela mesma ilha em caso de necessidade:

“Rogue al maestro de campo se Juntasse con el gouernador y corregidor e tratasen de lo que deuian de haçer conforme a ellos allamonos el contador amador belez y yo porque me lo pidieron con Instança y despues que cada Uno dixo lo que le pareçio combenia al seruçio de Vuestra Magestad sobre el guardar esta Isla [São Miguel] y la de Santa Maria les dije que esta guardada y estaua y que a la de Santa Maria se Imbiasse luego aviso y que todos los nauíos que allí obiesse la mandasen benir luego aquí que no quedasse mas que Un barco (...) peresçio les bien y con este acuerdo quedo el gouernador y el maestro de campo desde los xvij asta los xxvj que esta escriuo no auido medio de avisar a la Isla de Santa Mariacon que de mi parte se an echo las diligencias pussibles asta auer dicho al maestre de campo y gouernador lo escreuiria a Vuestra Majestad que aUnque se anegaran diez barcos se auia de auisar a la Isla de Santa Maria y embiar por los nauios que ali estao // (...).

Tambien e tratado muchos días a que la Isla de Santa Maria se Imbiaram çien soldados y caso que nos les pareçiese al maestre de campo y gobernador se sacase todo el trigo y Vino que serian 500 moyos y 500 botas demas de lo que an menester para su año, a lo que siempre me an dicho y me ofreci yr en persona a saca llo para baller nos dello en

⁴⁴² Carta do Marquês de Santa Cruz ao rei, descrevendo a chegada aos Açores dos navios providos na Andaluzia e com diversas informações sobre a situação no arquipélago (Santa Maria, 14 de agosto de 1582). A.G.S., G.A.leg. 129, dov 158. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino*, vol. II, *Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 71.

⁴⁴³ Carta de Amador Velez de la Riztegui ao rei sobre a dificuldade de provimento do Terço de Agustin Iniguez (Ponta Delgada, 24 de outubro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 131, doc. 53. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino*, vol. II, *Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 89.

neçesidad y al enemigo Vezino quita lle de lo que el se podría balar que prometo A Vuestra Magestad si el no biene a quitar lo antes que baya sobre la madera (...). ”⁴⁴⁴

Por fim, acerca desse período crítico da História dos Açores, dispomos do relato de uma tentativa de acometimento da ilha por uma armada de D. António, prior do Crato, em 7 de novembro de 1582, documento valioso por nos descrever as providencias de defesa da ilha naquele momento, assim como a descrição da falta de meios de defesa da população à época.⁴⁴⁵

Com relação à artilharia existente em Santa Maria, o facto é que, acerca do ataque de corsários ingleses em novembro de 1589, ela estava em serviço, possivelmente no alto da Rocha, em Vila do Porto, onde se ergue o atual Forte de São Brás:

“Da ilha de Santa Maria apareceram no mar quinta-feira, dois de Novembro de mil e quinhentos e oitenta e nove anos, duas naus, sem chegarem em todo dia a ela, e a sexta-feira seguinte eram já passadas ao Sul do porto, e na volta do mar se iam, dando mostras de não fazerem conta da terra, tanto que só se divisava aquela grande nau em que ia o Conde de Nortimborlão [conde de Cumberland], que assim dizem tem o título.

(...)

E um soldado, a quem se acabou a pólvora, se chegou ao seu capitão, André de Sousa (que o fez valorosamente em aquele conflito), pedindo-lha; respondeu que a não havia e, amostrando-lhe as pedras com que devia de atirar, começou este, acompanhado de alguns, a fazer tiros com elas e tão importantes, que os mesmos, que com arcabuzes tiravam, deixando-os das mãos, arremeteram às pedradas, que não pouco fruto fizeram.”

⁴⁴⁶

Na ocasião o Alto da Rocha, sobre o porto, já se encontrava artilhado:

⁴⁴⁴ Carta de Pedro Coco Calderon ao rei, relatando a passagem da armada de D. António ao largo de S. Miguel. Alude também à negligência do Mestre de Campo Agustin Iniguez, ao reforço da defesa de S. Miguel e de Santa Maria e à escasses de víveres (Ponta Delgada, 26 de outubro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 131, doc. 49. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 95-96. Ver ainda: CORTE-REAL, Miguel de Figueiredo. Dois Documentos do Archivo General de Simancas referentes à Terceira. In AA.VV. (1982). *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 611-615.

⁴⁴⁵ Carta da Câmara de Santa Maria ao rei, relatando a tentativa de acometimento da ilha pela armada de D. António e o estado de grande miséria (Santa Maria, 7 de novembro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 123, doc. 227. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 99-100. Ver ainda: Anexo III (1582).

⁴⁴⁶ FRUTUOSO, 1998: Livro III, cap. XXI, p. 77.

“Quiseram os ingreses, com suas mostras de arcabuzaria, mosquetaria, piques e alabardas, fazer entrada em terra, e, a voltas disso, entraram dentro no navio, aonde o Capitão mandou a sua gente lhe atirassem, assim com arcabuzes como com os berços e falcões, bem cheios de pedras, que dentro nele e nas barcaças faziam efeito.

E, porque eles estavam senhores do navio que mais perto da terra estava, desceu o Capitão Brás Soares de Sousa do alto donde está a artilharia abaixo ao porto e, fazendo lançar dois barcos ao mar, com o ímpeto da gente desampararam os ingreses a presa, deixando dentro nela alguns arcabuzes, alabardas, piques, e remos e quantidade de pólvora, que prestou para o outro dia se lhe dar combate, e se foram acolhendo com grande pressa.”⁴⁴⁷

Da leitura do texto infere-se que a artilharia era leve – berços e falcões –, disparando pedras como projéteis e que as reservas de pólvora eram valiosas, tendo-se recorrido à apresada ao inimigo para combatê-lo.

No contexto da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), conflito pelo qual os Países Baixos se tornaram independentes da Espanha, conjuntura em que se inscreve a União Ibérica (1580-1640), teve lugar um ataque menos conhecido à ilha de Santa Maria, do qual temos notícia circunstanciada por fonte neerlandesa, e que se reveste de interesse historiográfico por representar Vila do Porto e suas estâncias no Verão de 1599⁴⁴⁸.

Durante a União Ibérica, a defesa de Santa Maria passou a depender do Governador-geral sediado na ilha Terceira. Após ter conhecido a presença de uma centena de soldados espanhóis em 1582, a tentativa de assalto de forças francesas a serviço de D. António no mesmo ano, e o ataque de van der Does em julho 1599, o acórdão da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila do Porto de 21 de agosto desse mesmo ano registou:

“[...] e por ele [Capitão-mor da Milícia de Guerra Manuel de Sousa] foi dito aos ditos oficiais da Câmara que lhe parecia bem para guarda da terra quaso é quando houver rebates é de inimigos que queiram cometer a entrada da terra que houvesse cinquenta homens aventureiros [caçadores, voluntários], trinta arcabuzeiros e vinte piques para sempre estarem prestes e diligentes para qualquer encontro dos inimigos outrossim requereu aos ditos oficiais da Câmara que era necessário sobre a fajã de São Lourenço

⁴⁴⁷ FRUTUOSO, 1998:Livro III, cap. XXI, p. 76.

⁴⁴⁸ Ver Anexos III (1599) e IV.

*para se vigiar daquela parte que lhe parecia necessário que eles pusessem dia para irem ver aonde mais acomodadamente pudesse ser a qual vigia seria perpetua no verão assim mais lhe parecia na Praia aonde os inimigos entraram outra haver vigia na Prainha e Touril quando fosse necessário para defesa da terra [...].”*⁴⁴⁹

Desconhecemos se essas medidas foram efetivamente implementadas, bem como quaisquer providências posteriores acerca da defesa militar da ilha, até que, a 7 de junho de 1616, se registou o grande ataque de piratas da Barbária a Santa Maria. A forte comoção causada pelo episódio, nomeadamente pelo elevado número de cativos conduzidos a Argel⁴⁵⁰, conduzirá medidas efetivas para a fortificação da ilha. De imediato, uma carta do Conselho da Regência a Filipe III de Espanha (1598-1621), solicita “*armas, pólvora e munições*”, para atendimento da defesa da ilha:

*“Senhor - O Arcebispo Visorrey remeteo a este conselho hua carta de V. Magestade em que diz que havendo considerado o muito que convem acudirse á Ilha de Santa Maria que foy entrada e saqueada dos cossarios, com armas, polvora, e monições e mais cousas e petrechos de guerra que necessarias forem para que os moradores della se possam deffender e reprimir os imigos que a quizerem cometer: pelo que emcomendava V. Magestade muito ao dito Visorrey ordenasse logo que se enviassem estas armas à mesma Ilha e que com toda a brevidade se embarcasse com este socorro que seria em quantidade o mayor que pudesse ser o filho do capitão da dita Ilha que anda nesta cidade, de maneira que não houvesse dilação alguma na sua partida,mas antes se procurasse fosse apressada quanto for possível pois a necessidade que a Ilha tem de deffensão e está pedindo.”*⁴⁵¹

⁴⁴⁹ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 21 de agosto de 1599. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 329-330. O mesmo acórdão refere que o Capitão-mor ordenara que, em caso de ataque, todos os moradores da ilha mandassem por as suas mulheres e familiares no Pico Alto, onde estariam todas juntas, para serem defendidas.

⁴⁵⁰ As cidades de Salé, em Marocos, e Argel, na Algéria, constituíam os principais centros corsários dos séculos XVII e XVIII. Se as atividades de corso marroquinas só se encerram com a assinatura do tratado de paz entre Portugal e o Marrocos (11 de janero de 1774), com Argel só o serão no século seguinte, com a assinatura do Tratado de Trégua e Resgate (1810) e a do Tratado de Paz Luso-Argelino (21 de juno de 1813) (ALBERTO, 2015:134.). Acerca das questões do resgate dos cativos ver, por exemplo: ALBERTO, 2005; ALBERTO 2010; BRAGA, 1998; e VERÍSSIMO, 1995.

⁴⁵¹ Consulta do Conselho Ultramarino, acerca do socorro à ilha de Santa Maria, feita em Lisboa, a 21 de julho de 1616. In *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, 1886, pp-167-168.

No ano seguinte (1617), por Carta-Régia, o soberano instrui o Juiz de fora de Ponta Delgada a lançar um imposto de 100.000 réis pelo socorro prestado a Santa Maria.⁴⁵² E a defesa da ilha foi objeto de uma renovada advertência de Filipe III de Espanha (1598-1621) ao Capitão-mor Pedro Soares de Sousa (neto):

“(...) Por alguns avisos de que se pode fazer fundamento tenho entendido que de Argel tem saído duas esquadras de corsários que já apareceram nas costas deste reino de quantidade de navios com desejo de lançar gente em terra nos portos que houverem que podem empreender (...).

(...) pelo cuidado do que podem dar-me pareceu tornar-vos a advertir do que deles se tem entendido (...) e encomendar-vos que deis ordens para que em todos os lugares que estiverem expostos a ser cometidos se esteja com particular vigia e com a gente tão prevenida e armada que em caso que suceda ocasião se impeça de maneira a desembarcação a estes corsários que a não possam conseguir prevenindo para com mais força se lhes fazer toda a resistência que os lugares do dito sertão estejam em toda a boa ordem e avisados que hão de acudir nos casos repentinos e de necessidade, tanto que tiverem recado de qualquer acometimento destes piratas (...).”⁴⁵³

Ainda como resposta, e no contexto do Aviso das esquadras de Argel em 1617,⁴⁵⁴ por ordem régia, o capitão Marcos Fernandes de Teive visitou todas as ilhas do arquipélago em 1618 para projetar e ativar todas as fortificações necessárias, assim como para reorganizar as milícias.⁴⁵⁵ Trouxe armamento e “práticos”, devendo ter especial cuidado com as ilhas mais pequenas e isoladas.⁴⁵⁶ As recomendações do soberano surtiram efeito em Santa Maria, de tal modo que, ainda 1618, tomavam-se as primeiras providências para a defesa:

⁴⁵² Carta de Filipe III de Espanha ao Juiz de Fora de Ponta Delgada (licenciado Pedro da Fonseca Teixeira) em 14 fev 1617, para que seja lançado um imposto de cem mil réis pelo socorro dado à ilha de Santa Maria. BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, ref. PT/BPARPD/PSS/EC/0168/00017.

⁴⁵³ Carta de Filipe III de Espanha ao Capitão-donatário (Pedro Soares de Sousa, neto) sobre os Argelinos, em 6 de março de 1617. In GUEDES, 1996:Nota à p. 21. Grifo nosso.

⁴⁵⁴ Livro das sessões da Câmara da Villa do Porto, annos de 1617 a 1618, fl. 16. In *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, 1927, pp. 122-123.

⁴⁵⁵ PEREIRA, 1987:129; REZENDES, 2010; MARTINS, 2013:124, 153.

⁴⁵⁶ MARTINS, 2013:153.

*“E sendo como dito é, aí foi presente o Senhor Capitão Pedro Soares de Sousa, e por ele foi dito e disse que ele fora com eles oficiais a ver os matos que roçavam e outros que era necessário tomar-se para segurança das mulheres e meninos e gado (...).”*⁴⁵⁷

E definindo os limites dos matos que deveriam ficar incultos para fins de defesa, conclui:

*“(...) e nestas confrontações derradeiras todos os que tiverem roças usarem delas e não roçarem noutras e roçando incorrem nas penas acima e assim em havendo rebates mandem por suas mulheres no Pico Alto e onde estarão todas juntas com suas famílias aonde serão defendidas e todo o q. o contrário fizer incorrerá nas penas acima [coima, degredo, confisco de fazenda] (...).”*⁴⁵⁸

GUEDES (1996), com relação à questão da autoria da traça desta fortificação na praia Formosa, afirma que é desconhecida, e aventa a possibilidade de se dever ao *Sargento-mor Marco de Teive [sic]*, em visita a algumas ilhas do arquipélago na década de 1630, quando poderá ter visitado Santa Maria⁴⁵⁹. Recordemos que, no contexto do Aviso das esquadras de Argel em 1617, por ordem régia, o capitão Marcos Fernandes de Teive visitou todas as ilhas do arquipélago em 1618 para projetar e ativar todas as fortificações necessárias, assim como para reorganizar as milícias.⁴⁶⁰

Os trabalhos de fortificação, entretanto, pouco terão progredido. Em 1624, Filipe IV de Espanha (1621-1665) outorgou a Brás Soares de Sousa (neto), em recompensa por serviços prestados no Norte de África, a Comenda da Ilha de Santa Maria da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, com o gozo dos seus proventos a partir de 24 de junho de 1623. Entretanto, tendo os recursos anteriores desta Comenda sido consumidos no Real Serviço, o soberano impunha a Brás Soares de Sousa a obrigação de doar, por cinco anos a partir de então, os rendimentos da dita Comenda para a fortificação que o soberano ia ordenar para a dita ilha. Nesse período não os poderia receber e cobraria ao Provedor da Fazenda das Ilhas Terceiras, que conservaria esses montantes em arca separada e fechada os recursos para se despendem na obra da fortificação, por ordem do Conselho de Fazenda.

⁴⁵⁷ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 9 de junho de 1618. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 343-345.

⁴⁵⁸ Op. cit.

⁴⁵⁹ GUEDES, 1996:11.

⁴⁶⁰ PEREIRA, 1987:129; REZENDES, 2010.

Concluída esta no período aprazado, aquele rendimento deveria ser aplicado aos reparos das igrejas conforme o necessário, a ser estipulado pela Mesa da Consciência e Ordens ⁴⁶¹.

Enquanto isso, a questão das Vigias continuava pendente, conforme se depreende do acórdão da Câmara Municipal de 11 de maio de 1630, quando Pedro Soares de Sousa (neto), 6.º capitão do donatário da Ilha de Santa Maria (1626-16??), requereu se mandassem fazer fachos para guardar a ilha, pois ela estava continuamente rodeada de naus. ⁴⁶²

A mesma fonte dá conta de que, em 1633, a Câmara Municipal acordou em mandar construir as vigias da Ponta do Marvão e da Ribeira Seca ⁴⁶³, respetivamente a leste e a oeste de Vila do Porto. Desse modo, no ano seguinte (1634) foram postas em praça, as obras das Vigias, com as dimensões de 7 côvados de comprimento por 5 de largura (3,2 x 2,2 metros), em massacote – uma mistura de cal, barro e areia -, e o teto – abobadado – em pedra e cal, tendo sido arrematadas pelo pedreiro Gaspar Roiz [Rodrigues] pelo preço de 31.900 reis. ⁴⁶⁴

Mais tarde, em 1638, um acórdão da Câmara Municipal regista que Pedro Soares de Rezendes, capitão da Companhia de Ordenanças da Praia, informara que ela era a companhia que tinha sob sua responsabilidade a estância mais perigosa de ser entrada, e que, por essa razão, necessitava de mais um cabo-de-esquadra, que deveria ser retirado da Companhia de Ordenanças de Santo Espírito. ⁴⁶⁵ No mesmo ano, a Câmara Municipal registava “(...) *Sua Magestade tinha feito mercê de cinco anos do rendimento da Comenda [de Nossa Senhora da Assunção] desta ilha para se fazer uma fortificação nesta ilha, a qual começou e se não acabara (...).*” ⁴⁶⁶

A preocupação com a defesa alcançou um novo patamar a partir da Restauração da Independência (dezembro de 1640), iniciando-se no plano interno a chamada Guerra da Restauração (1640-1668), da qual o episódio mais expressivo, nos Açores, foi a chamada “*Guerra do Castelo*”, com a qual Santa Maria, como as demais ilhas do arquipélago

⁴⁶¹ Comenda de Santa Maria dada como recompensa de serviços a Braz Soares de Sousa em 1624, Carta de Filipe III de Portugal, 13 de julho de 1624. In *Arquivo dos Açores*, vol. XI, 1890, pp. 308-310.

⁴⁶² Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 11 de maio de 1630, fl. 111.

⁴⁶³ Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 18 de março de 1633, fl. 88v.

⁴⁶⁴ Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 2 de abril de 1634, fls. 90-91.

⁴⁶⁵ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 20 de março de 1638. In BPARPD, Fundo JABVA.

⁴⁶⁶ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 2 de junho de 1638. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 345-347.

contribuiu com dinheiro ⁴⁶⁷, e que culminou com a capitulação da guarnição espanhola na Fortaleza de São João Baptista em Angra, na ilha Terceira (1642).

Dadas as dificuldades expostas pelas autoridades civis de Vila do Porto, a Coroa providenciou recursos monetários para a defesa da Praia Formosa através do Alvará da chamada “*finta do barro*”, em 20 de maio de 1649:

“Eu el rei faso saber aos que este alvara virem que avendo respeito ao q. por parte de iuis e vreadores e procurador da Camara dq ilha de Santa M^a se me representou aserca da nesecidade que tem de repairos monisões e mais aprestimos e petrechos de guerra as fortalezas que no lugar da praia da mesma ilha se tem acresemtado pelos moradores e sargento mor de convir a meu serviso que nos dous baluartes e torreão São ioão asista hũ bombardeiro paguo para defender qualquer acometimento do inimigo a cuia despeza não pode acudir a dita camara pellas Iemitasonis de suas remdas e me pedir lisensa para que de cada carro de barro da dita ilha sair p^a fora se pague vinte cinco rs com o que poderão pagar ao dito bombardeiro dous m^{os} de trigo cada anno e cõprarem os petrechos referidos (...).” ⁴⁶⁸

Embora destinada inicialmente a custear as despesas com as fortificações no lugar da Praia, CARREIRO DA COSTA (1967-1968) observou:

“(...) [o barro] exportado para as demais ilhas do Arquipélago, canaliza um importsnte rendimento para o respectivo município, o qual, com o mesmo, suporta os encargos mais diversos, desde o vencimento do secretário à canalização da água, desde as obras de defesa à manutenção das amas e dos expostos.” ⁴⁶⁹

No contexto da Primeira Guerra Anglo-Holandesa (1652-1654), o capitão do donatário de Santa Maria tornou-se responsável pelas obras de defesa da ilha. O primeiro foi João Falcão de Sousa, 9.º capitão do donatário de Santa Maria (1654-1657), de quem VELHO ARRUDA nos dá notícia:

⁴⁶⁷ Arquivo dos Açores, vol. XV, 1959, pp. 313-314.

⁴⁶⁸ Translado do Alvará de imposição e tributo do barro (finta do barro), 1649. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 28-29.

⁴⁶⁹ CARREIRO DA COSTA, Francisco (1967-1968). Perfil Histórico das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. In *Insulana*, vols. XXIII e XXIV, (1-º e 2.º semestres), p. 7.

“João Falcão de Sousa, que foi sargento e capitão-mor da ilha de Santa Maria, por carta de D. João IV de Maio de 1654. João Falcão de Sousa governou a ilha na menoridade de Brás Soares de Sousa, 7.º capitão donatário, desde a dita data de nomeação, acima mencionada, até a sua morte, que ocorreu a 12 de Dezembro de 1657. Foi superintendente das fortificações da ilha de Santa Maria, e, como tal, diligenciou completar a defesa da ilha, não só na Vila do Porto como em todos os pontos onde havia facilidade de um inimigo entrar. Chegou mesmo a empenhar os seus bens para concluir as obras empreendidas. À data da sua morte, devia-lhe Sua Majestade um conto e novecentos mil réis do dinheiro que ele e sua mãe, D. Margarida de Sousa, tinham abonado para as fortificações, o qual, com muita dificuldade, mais tarde esta senhora cobrou.

*João Falcão de Sousa foi voluntariamente ao cerco do castelo da ilha Terceira na época da Restauração e edificou, juntamente com sua mãe, a ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, em Vila do Porto, junto das casas da sua residência, dando-lhe património por escritura pública de 6 de Abril de 1657. Já em 16 de Novembro de 1653 dera património para a ermida de Nossa Senhora da Graça, que erigira numa sua quinta. Morreu solteiro, deixando numerosa descendência ilegítima e havendo feito testamento a 25 de Abril de 1657, aprovado a 12 de Dezembro do mesmo ano. Foi sepultado na capela-mor da referida igreja do convento de São Francisco.”*⁴⁷⁰

Logo após a nomeação, a ameaça de um possível ataque corsário a Santa Maria, levou a que o soberano alertasse:

*“Capitão da ilha de Santa M^a eu el Rey vos envio muito saudar. A guerra que até agora houve entre os ingleses e holandeses obrigou estas duas nações a fazerem uma contra a outra duas armadas de mais de cem navios de guerra cada uma. Celebrarão pazes e por que lhes fica ocioso aquele poder se tem por certo o empregarão aonde a conveniência própria e a vingança dos danos passados as persuadir e porque aqui se receia que cometam essa ilha vos encomendo que (...) estejais aí e em todas as partes da ilha com tal prevenção que se fordes cometido achem qualquer local tão aparelhado para a defesa que lhes não possam fazer o dano que intentarem.”*⁴⁷¹

⁴⁷⁰ FRUTUOSO, 1998: *Anotações ao Livro III das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Frutuoso* por Manuel Monteiro Velho Arruda. Foram publicadas originalmente no *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 389-419.

⁴⁷¹ Translado da carta de João IV de Portugal (1640-1656), de aviso sobre as armadas Inglesa e Holandesa, dada em Alcântara a 25 de junho de 1654. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 33-34.

Foi nessa conjuntura que tiveram início as obras de fortificação na ilha. Acerca da despesa das mesmas à época, o que a documentação nos testemunha é que, tendo João Falcão de Sousa sido nomeado Capitão-mor em 1654 ⁴⁷², ao assumir o cargo, por dificuldades no recebimento dos proventos da Comenda de Nossa Senhora da Assunção que lhe eram devidos, em algum momento anterior a dezembro de 1656, a mãe do mesmo peticionou ao soberano a solicitar o reembolso de um empréstimo no montante de cinco mil cruzados, aplicados nas mesmas:

“[...]petição de dona Margarida de Sousa moradora na ilha de Santa Maria viuva de baltezar velho de andrade sargento mor que foi da mesma Ilha na coal representa ao dito Senhor que indo a essa ilha terseira Antonio de Saldanha passara patente de sargento mor e surprentendente das fortificasonis da dita Ilha de Santa Maria a seu filho João falcam de Sousa pera as coais tinha consinados de el rei de Castella quando ocupou este Reino os rendimentos da comenda daquella Ilha por tempo de sinco annos [...], emprestara ella suplicante sinco mil cruzados em razão de ser a dita Ilha aberta e tres veses saquiada de inimigos e ultimamente de turquos que a queimarão he abraçarão levando muitas pessoas cativas e fizera o dito emprestimo pera se atalharem semelhantes entradas de inimigo contra o servisso de deos e de sua magestade pedindo-lhe mandasse pagar os ditos sinco mil cruzados na alfandega da ilha de sam miguel” ⁴⁷³

Entretanto,

“(...) como pellos outros que remeteis constava que declararam os mestres e officiais por seu juramento que lhes fora dado que importara em hum conto e nove sentos mil reis os coais ereis de pareser lhe mandasse pagar na alfandega da ilha de Sam miguel (...), mando que fasais com efeito que a suplicante dona margarida de Sousa seja paga de hum conto e nove sentos mil reis referidos por o que se está devendo dos rendimentos da comenda que foram aplicados a dita fortificação (...)” ⁴⁷⁴

⁴⁷² N.E.: Alvará Real de 16 de maio de 1654, nomeando João Falcão de Sousa como Capitão-mor da ilha de Santa Maria. Livro n.º 1 do Tombo da Câmara Municipal de Vila do Porto, fls. 36v.º a 38. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1984, pp. 33-34.

⁴⁷³ Ordem de pagamento a Dona Margarida de Sousa, do dinheiro emprestado para as fortificações, em 16 de dezembro de 1656. Papeis do arquivo da casa do Capitam mór da Ilha de Santa Maria, José Ignacio de Sousa Coutinho. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 58-59.

⁴⁷⁴ Idem.

Do pagamento dessa dívida, conhecemos recibo de quitação no montante de “(...) *quatro sentos e trinta e tres mil sete sentos e vinte reis (...)*” passado dois anos depois, em 1658 ⁴⁷⁵. Ainda referente à mesma, nos registos da Câmara Municipal de Ponta Delgada existe o traslado de uma ordem real de 12 de novembro de 1660 à Fazenda Real de Santa Maria, que determinava “(...) *por expressa ordem fazer pagamento de hum quonto e novecentos mil reis (...)* gasto por empréstimo para as fortificações da Ilha de Santa Maria (...)” aos herdeiros de Dona Margarida de Sousa, viúva do Capitão e Sargento-mor de Santa Maria, Baltazar Velho de Andrade. Caso a Fazenda Real de Santa Maria não dispusesse de verbas suficientes, que as restantes fossem pagas pela de Ponta Delgada ⁴⁷⁶.

A título de curiosidade, nas traseiras do Solar de João Falcão de Sousa em Vila do Porto – atual Biblioteca Municipal – existe uma dependência abobadada, de pedra aparelhada – com as dimensões de 8,62m de comprimento por 3,82m de largura (24,10m² de área), e uma altura de 4,20m ⁻⁴⁷⁷ que terá sido usada para depósito de material de guerra, tendo sido encontradas, durante os trabalhos de requalificação do imóvel à função de biblioteca e arquivo público (2010), diversas balas de canhão, de ferro, de pequeno calibre.

⁴⁷⁵ Quitação que deu Dona Margarida de Sousa, viúva do Capitão Sargento-mor Baltazar Velho de Andrade, ao Capitão Francisco Nunes de Melo, dada em Vila do Porto a 22 de fevereiro de 1658. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 60.

⁴⁷⁶ Livro n.º 7 do Registo da Alfândega de Ponta Delgada. BPARPD, fl. 234. Apud MARTINS, 2003:125.

⁴⁷⁷ O meu agradecimento à Sra. Lisete Cabral, da Biblioteca Municipal de Vila do Porto, pelo trabalho de medição da que é, hoje, a “Sala do Conto”.



Figura 19 - Solar de João Falcão de Sousa atual Biblioteca e Arquivo Público Municipal de Vila do Porto (foto do autor, setembro 2010)



Figura 20 - Solar de João Falcão de Sousa: interior do antigo paiol (foto do autor, 2008)



Figura 21 - Solar de João Falcão de Sousa: antigas balas de canhão (foto do autor, julho 2011)

Com relação ao porto da vila e à sua defesa, CORTE-REAL (2003) entende curioso que João Falcão de Sousa, acerca da mesma, em 1655 refira que o Forte de São Brás *[sic]* no “*Porto Velho*”, montava 5 peças de artilharia ⁴⁷⁸. Naquele ano, uma *Relação* indica que a ilha contava com 6 Companhias de soldados ⁴⁷⁹:

- 1.^a Companhia – sob o comando do capitão Constantino Velho de Carvalho;
- 2.^a Companhia – sob o comando do capitão António de Magalhães;
- 3.^a Companhia – sob o comando do capitão Cristóvão Vaz Velho;
- 4.^a Companhia – no lugar de São Lourenço, sob o comando do capitão Matias Nuno Velho;
- 5.^a Companhia – sob o comando do Capitão Sebastião de Fontes Velho;
- 6.^a Companhia – de “Aventureiros”, sob o comando de Manuel Cabral de Melo.

MARTINS (2003) observa que a responsabilidade pela defesa das ilhas era pouco clara, citando como exemplo uma petição de 1664 do almoxarife de Santa Maria, o capitão Manuel Curvelo da Costa, onde aquele oficial recorda:

⁴⁷⁸ CORTE-REAL, 2003:283. Recorde-se que o chamado “Porto Velho”, mais tarde “Calhau da Roupa”, areado, situava-se na foz da ribeira que desaguava a Leste da Vila; e o “Porto Novo”, depois “Calhau do Peixe”, na foz da ribeira de São Francisco, a Oeste, toponímia ligada à atividade pesqueira.

⁴⁷⁹ CORTE-REAL, 2003:287-288.

*“Em como vindo da ilha de Sam Miguel por ordem de Sua majestade coatro pessas de artilharia das do galião Sam pantalião que na ilha deu a costa dellas pagou o frete a sua custa (...).”*⁴⁸⁰

Nesse período, a segunda metade do século XVII, já são identificados 16 fortes na ilha.⁴⁸¹ O ancoradouro da vila já estava fechado por uma muralha, rasgada, como em outras ilhas, por um Portão, conforme se depreende da petição do capitão Manuel Curvelo da Costa à Câmara Municipal de Vila do Porto, em 9 de setembro de 1654, a pedir licença para poder desmanchar a muralha que guarnecia o porto, a fim de poder sair um navio do local onde ele e o seu sócio, Manuel da Mata, o tinham construído⁴⁸². CORTE-REAL (2003) entende que esta fechava o “*Porto Novo*” que, cercado por falésias íngremes era de mais fácil defesa do que o “*Porto Velho*”, onde as encostas eram mais suaves e a ribeira

⁴⁸⁰ Petição do Capitão Manuel Curvelo da Costa, Almoхарife de Sua Majestade que Deus Guarde (1664). In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 325-326. Acerca do naufrágio do São Pantaleão, MONTEIRO (2000) esclarece que se tratava de um galeão de 800 toneladas, artilhado com 36 peças, com uma tripulação de 358 homens. Anexado à Armada da Coroa Portuguesa em 1640, no contexto da Guerra da Restauração da independência (1640-1668), naufragou em 1651. Nesse período desempenhou ações de patrulha costeira, correndo a costa em 1642, 1643 e 1647. Entre 1644 e 1646, fez uma comissão de serviço nos Açores e no Brasil, desempenhando missões de comboio às frotas mercantes.

A 3 de janeiro de 1651, com um carregamento de jacarandá a bordo, naufragou na ilha de São Miguel, “*na parage da ponta da galle junto a villa dagoa do pao, dando à costa em tão Roim Lugar e Costa brava que da gente que trazia morerão afogados mais de trezentos homens e Somente esCaparão Com vida trinta e tantos em que se encontravão o mestre de Campo Dom fernando telles de faro*”. (*Registo de hum mandado do provedor das armadas joão do Canto de Castro e de huma Cópia de hum Aviso junto ao ditto mandado do provedor da fazenda destas ilhas dos Asores Antonio diniz Barbosa e do ditto provedor das armadas Sobre naofragio do galião São Pantallião*, 3 de Fevereiro de 1651. Arquivo da Alfândega de Ponta Delgada, Livro de Registo da Alfândega de Ponta Delgada, 1638-1654, fl. 546v.)

Governador Geral da ilha de São Miguel, Luís Mendes de Vasconcelos, notificou de imediato o Provedor das Armadas e Naus da Índia, Mina e Guiné, João do Canto de Castro, na ilha Terceira. Como primeira medida humanitária, o Provedor das Armadas, mandou fornecer a todos os que se encontravam sem do que vestir roupetas, calças, gibões, meias, sapatos e duas camisas.

O Provedor determinou ainda a imediata recuperação da artilharia do São Pantaleão recorrendo para tal aos serviços do mergulhador João da Cruz, que se encontrava num dos navios da frota. As peças de fogo recuperadas foram inventariadas pelo Provedor da Fazenda, António Diniz Barbosa, que assentou igualmente o seu número e respectivo calibre.

A carga de jacarandá ficou à guarda de Duarte Borges da Câmara, juiz da Alfândega de São Miguel e entregou-se aos respectivos donos, pagando estes os direitos devidos à Coroa Portuguesa.

Como em São Miguel não se encontraram embarcações disponíveis para a recuperação da artilharia e da madeira de jacarandá, fez-se construir por conta da Fazenda Real uma barça, dotada de molinete e gaviote e mais apetrechos de recuperação, para o salvamento. Como houve falta de materiais de construção os carpinteiros navais utilizaram o madeirame do próprio galeão naufragado, de modo a que a barça estivesse operacional o mais rapidamente possível. A madeira e o ferro recuperados do São Pantaleão foram leiloados e vendidos a quem mais ofereceu. (MONTEIRO, Alexandre (2000). A perda do galeão São Pantaleão (1651): um naufrágio da Companhia Geral do Comércio do Brasil nos Açores. In VI Colóquio Internacional das Ilhas Atlânticas: as Ilhas e o Brasil, Ilha da Madeira, 25 a 29 de Setembro).

⁴⁸¹ MARTINS, José Manuel Salgado (2013). *Do Basalto ao Betão: Fortificações das ilhas de S. Miguel e Santa Maria – Séc. XVI – XX*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, p. 124.

⁴⁸² Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 9 de setembro de 1654, fls. 41-42. Ver ainda: FRUTUOSO, 1998: *Anotações ao Livro III das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Frutuoso* por Manuel Monteiro Velho Arruda. Foram publicadas originalmente no *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 389-419.

de maior embocadura: para defendê-lo, existiram não apenas o Forte de São Brás, no Alto da Rocha, que lhe era sobranceiro, e o chamado Forte do Calhau da Roupa ⁴⁸³. Havia sido neste último local que a Câmara Municipal havia deliberado, em 1599, hastear a Bandeira da Saúde ⁴⁸⁴.

Neste cordão de fortins e baterias destacavam-se o Forte de São João Baptista da Praia Formosa, tendo as antigas vigias do porto da vila sido ampliadas e reforçadas: a da Ribeira Seca tendo dado lugar ao Fortim da Forca, a da Ponta do Marvão ao fortim de mesmo nome, a da Conceção ao Forte de São Brás, e a do Figueiral ao fortim do mesmo nome. Cada uma dessas fortificações possuía o seu capitão ou condestável, e os seus artilheiros. Foi criada ainda a tropa a soldo, dividida em terços (Infantaria), e a população passou a fazer exercícios militares regulares, fazendo-se anualmente o alardo (inspeção das forças militares). A importância destas medidas é atestada pelo facto de, após implantadas, apenas se ter registado mais uma incursão, noturna, em 1675, de piratas da Barbária, no lugar dos Anjos.

Nessa época, uma ordem do Príncipe-regente D. Pedro, duque de Bragança (1668-1681), datada de 27 de abril de 1677, incumbe o

“(...) provedor da minha fazenda das ilhas dos asores o provimento de pólvora, armas e munitions para a ilha de Santa Maria (...) que façais impor na dita ilha de Santa Maria o direito de dois por cento de tudo o que sair para fora dela fazendo o pagar do mesmo modo que se paga nas mais ilhas aplicado a fortificasam da mesma ilha (...).” ⁴⁸⁵

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* confirma essa fonte dos recursos para a defesa, bem como o destino da finta do barro:

“O rendimento que esta ilha tem para pólvora, balas, e petrechos de artilheria é a imposição dos dois por cento de tudo o que embarca para fora. Tem mais outro rendimento que é a finta do barro que são 25 reis por cada carro que se embarca para fora e desta renda se paga ao condestável do castelo da praia de Sn. João Baptista dois moios de trigo pelo preço que corre, por Provisão real dada ao dito condestável para se pagarem da dita finta; e assim mais 4\$000 reis ao tesoureiro que recebe e despende o

⁴⁸³ CORTE-REAL, 2003:286-287.

⁴⁸⁴ Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 8 de julho de 1599, fls. 15-15v.

⁴⁸⁵ Livro 1.º do Tombo da Câmara Municipal de Vila do Porto. In Arquivo dos Açores, vol. XV, 1959, pp.326-327. MARTINS (2013) recorda que esse imposto já se encontrava em vigor na ilha São Miguel desde 1553. (Op. cit., p. 126.

dinheiro; e outros 4\$000 reis ao guarda que assiste a bordo das embarcações a tomar conta do que carrega; e mais 2\$000 reis ao escrivão que faz as ditas cargas; e o mais que sobeja se emprega em carros para a artilheria, que como não tem telheiros em que se recolham se gastam muito por estarem à inclemência dos tempos.”⁴⁸⁶

E se a conjugação das defesas naturais com este leque de providências defensivas foi eficaz para dissuasão de ataques inimigos à ilha, nos lugares menos vulneráveis combateu-se homem a homem, como registado pela mesma fonte ao descrever a costa sul da ilha:

*“Da ponta da Malbusca para diante é costa tão brava que por si se defende, mas a um sítio de vinhas que chamam o Sul há porto de barcos e já o combateram algumas lanchas de turcos vindo a tomar água em que houve de ambas as partes mortes. E correndo mais adiante até à ponta do castelo que distará da Malbusca légua e meia não necessita de presídios por ser costa mui alta: [...]”*⁴⁸⁷

Poucos anos mais tarde, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), o Marechal António do Couto de Castelo Branco foi enviado ao arquipélago (1709), com a missão de inspecionar o estado das fortificações e das guarnições pagas, bem como das milícias, nas ilhas dos grupos central e ocidental ⁴⁸⁸. Mais tarde, nas suas “*Memórias*”, encontramos o registo das defesas de Santa Maria, onde aquele militar computa:

- A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Vila sobre o Porto.
- O Forte sobre o Porto.
- O Forte no cabo da Vila sobre a Bahia.
- O Forte sobre meia Baía.
- O Forte na ponta donde se ancora.
- O Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, da Praia, e os dois Redutos.
- Os dois fortes na Ribeira da parte de cima (?), sobre o mar.⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 5v.

⁴⁸⁷ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3v.

⁴⁸⁸ RODRIGUES, 2010.

⁴⁸⁹ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, pp. 178-181.

A informação sobre as defesas de Vila do Porto e de Santa Maria é complementada pelo padre António Cordeiro, que referiu:

*“A defeza d'esta Villa, e de toda a ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de postos por onde podia ser entrada, e o foi então três vezes, de Mouros, Inglezes, e Francezes; mas depois se lhe fizeram no Castello da praia dous Fortes com quatorze peças, e adiante hum Forte com algumas: na Villa dous Fortes com sete peças: na ponta de Marvão, e no Figueiral, e na Prainha outros Fortes com sua artelharia: o que tudo não só manda o Governador, e Capitão Donatário, (...) mas immediatamente hum Capitão de artelharia com trinta Artilheiros, além do Capitão mor, officiaes, e gente de ordenança: que quanto pelas mais partes da Ilha, he por natureza inconquistavel, havendo alguém que das rochas só com pedras a defenda.”*⁴⁹⁰

Em 1749 a defesa foi reformulada com a criação de uma força destacada – sob o comando do capitão Sebastião Jácome de Rezendes e do alferes Luiz António de Figueiredo de Lemos –, para o Forte de São João Baptista, oriunda da Companhia de Ordenanças da Praia.⁴⁹¹ Uma década mais tarde, foi criada outra força destacada – sob o comando do Francisco Leonardo Coelho de Rezendes e do alferes Inácio de Souza Cunha -, para o Forte da Baixa do Vigário, também oriunda da Companhia de Ordenanças da Praia.⁴⁹²

Durante o Consulado Pombalino, a instalação da Capitania Geral dos Açores (1766-1832) de imediato conduziu a uma série de estudos e levantamentos das fortificações, nomeadamente nas ilhas Terceira e de São Miguel.

Na primeira metade do século XIX, José de Torres transcreveu, em 27 de setembro de 1835, para as suas *Variedades Açorianas*, a parte relativa aos Açores da *Corographia Insulana*, manuscrito que remonta ao início do século XVIII.⁴⁹³

Sobre a periodização do manuscrito, de acordo com a investigação de MARTINS (2013), este refere que, à altura em que foi redigido, era Capitão-mor e Governador das Armas da ilha de Santa Maria Manuel de Sousa Fragoso Delgado, nascido em Lisboa em

⁴⁹⁰ CORDEIRO, 2007: Livro IV, cap. IV, p. 106. Os três assaltos que o autor refere foram o de Franceses de 1576, o de Inglezes de 1589, e o de Mouros de 1616 (não são referidos o de Neerlandeses em 1599 e nem o de Mouros em 1675), também sem referência a fortificações na ilha, o que apoiará a afirmação de que o responsável pelas fortificações marienses terá sido efetivamente João Falcão de Sousa, 10.º capitão do donatário.

⁴⁹¹ Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 15 de março de 1749. In BPARPD, Fundo JABVA.

⁴⁹² Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 7 de julho de 1759. In BPARPD, Fundo JABVA.

⁴⁹³ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 1-69.

1650. Tendo exercido as funções de Capitão-mor da ilha de Santa Maria e Sargento-mor de Vila do Porto ⁴⁹⁴, Almoxarife da Fazenda Real, Provedor dos Resíduos e Juiz dos Órfãos, esse currículo remete o manuscrito para a segunda metade do século XVII ⁴⁹⁵.

A descrição dos Açores inicia-se pela ilha de Santa Maria, detalhando, quase que exclusivamente, a situação militar da mesma, género de informação que omite para as demais ilhas, o que indicia que o seu autor era habitante da ilha e conhecedor da sua realidade ⁴⁹⁶.

Dado que o manuscrito identifica todas as fortificações conhecidas de Santa Maria, MARTINS (2013) conclui que as mesmas remontam à primeira metade do século XVII, a partir de 1618, em função da viagem do Capitão Marcos Fernandes de Teive aos Açores ⁴⁹⁷.

Por essa fonte temos conhecimento de que, à época, a defesa da ilha estava baseada, além dos fortes, fortins e baterias nos principais ancoradouros, pelo sistema de vigias, tudo guarnecido por elementos das companhias de Ordenanças. Como exemplo, a *Corographia Insulana*, ao descrever a costa norte da ilha, entre a baía de São Lourenço e a baía dos Anjos, informa-nos:

“Da dita ponta de Barbara Vaz até à enseada do Tagarete, que será a distância d’uma légua, é costa muito alta e agreste do norte da ilha que não necessita de guarnição alguma e só no dito lugar de Tagarete, por ser uma pequena praia d’areia, se põe uma vigia no tempo de rebates. Deste lugar de Tagarete para diante corre uma baía até à ponta de João Luiz, aonde está uma companhia de 70 soldados que só entram de guarda no tempo de verão. Desta ponta de João Luiz em distância de duas léguas, corre uma costa brava até à ponta que chamam do ilhéu dos Frades aonde a dita companhia faz duas guardas em partes aonde há água que é na ribeira de Manoel Rapozo e na do Aere [Alferes?] e não necessitam d’artilharia porque com pedras se podem defender.” ⁴⁹⁸

É ainda pela mesma fonte que somos informados que os recursos financeiros destinados à defesa (tropa de linha, obras – materiais e mão-obra –, armas, munições e palamenta) continuavam a vir da imposição dos 2% sobre todas as mercadorias que

⁴⁹⁴ Provisão dada por Pedro II de Portugal (1683-1706) a 27 de maio de 1698. In Livro n.º 1 do Tombo da Câmara Municipal de Vila do Porto, fl. 26v., apud *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 43-44.

⁴⁹⁵ MARTINS, 2013:127.

⁴⁹⁶ Idem.

⁴⁹⁷ Ibidem.

⁴⁹⁸ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 4-4v.

saíssem da ilha. Da finta de 25 reis por cada carro de barro exportado era pago o condestável do Forte de São João Baptista, na forma de “(...) *dous moios de trigo pelo preço que corre (...)*”⁴⁹⁹, como estipulado pela Provisão Real de 1649. Dessa receita pagavam-se ainda 4.000 reis ao tesoureiro, outros 4.000 reis ao guarda que assistia ao carregamento a bordo das embarcações e ainda 2.000 reis ao escrivão que registava as mercadorias embarcadas. As eventuais sobras destinavam-se às reparações das carretas de artilharia que, não estando protegidas em telheiros, rapidamente se deterioravam face à ação inclemente dos elementos.

A partir do final do século XVIII os diversos relatórios elaborados pelos membros do Real Corpo de Engenheiros⁵⁰⁰, dão conta do estado de ruína dos elementos do sistema de fortificações da ilha, quer em termos de estruturas, falta de armamento, munições e palamenta, bem como de recursos humanos.

O primeiro levantamento de Engenharia Militar conhecido para a ilha data de 1815, de autoria do Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo⁵⁰¹. Neste se identificam:

- Castelo da Ponta de Forca
- Castelo no Cabrestante
- Forte chamado a Lage sito em N. S^a dos Anjos
- Forte em S. Lourenço
- Forte na Fajã da Maia
- Forte no sítio da Praia chamado a Baixa do Vigário
- Castelo de S. João Batista no dito sítio da Praia
- Forte de S. João também sito na Praia
- Forte na Prainha
- Forte da Ponta do Marvão

⁴⁹⁹ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 5-5v.

⁵⁰⁰ O Real Corpo de Engenheiros, corpo especializado do Exército Português, resultou da transformação do Corpo de Obreiros Sapadores, criado em 1647 por decreto de D. João IV, no contexto da Guerra da Restauração da independência do país.

Instituído em 1793, em sua origem era integrado apenas por oficiais engenheiros. A sua missão era a de dirigir a construção, defesa e ataque de fortificações, assim como a construção e conservação de outros edifícios e vias de comunicação militares, o reconhecimento de fronteiras e regiões, o levantamento de cartas geográficas e cartográficas e a configuração de plantas, cartas topográficas e memórias militares. (*Regulamento provisional do Real Corpo de Engenheiros*. Lisboa, Imprensa Régia, 1812.)

⁵⁰¹ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, pp. 205-225.

- Castelo de S. Brás na Vila no meio do porto
- Abaixo deste castelo há dois fortins chamados da Areia, no Porto da Vila e rasteiros com o mesmo porto.⁵⁰²

Entretanto, a planta de autoria do mesmo oficial, datada de 1822, assinala apenas: “Cast.º Real”, “F. da Pontinha”, “Forte do Figueiral”, “Forte da Praynha”, “Forte de S. J.º Evangelista”, “Forte de S. J.º Baptista”, “Forte da Baicha do Vagario”, “Forte da Maya”, “Forte de S. Lorenzo”, “Forte de N. S.ra”, “Forte da Lage”, “Forte do Cabrestante”; e as: “Vigia [da baía do Figueiral]”, “Vigia [da ponta do Castelo]”, “Vigia do Pico Faleiro” e “Vigia da P. de S.ª Barbara”. Dos fortes do Porto, apenas um se encontra assinalado, e o Forte da ponta do Marvão não se encontra assinalado.

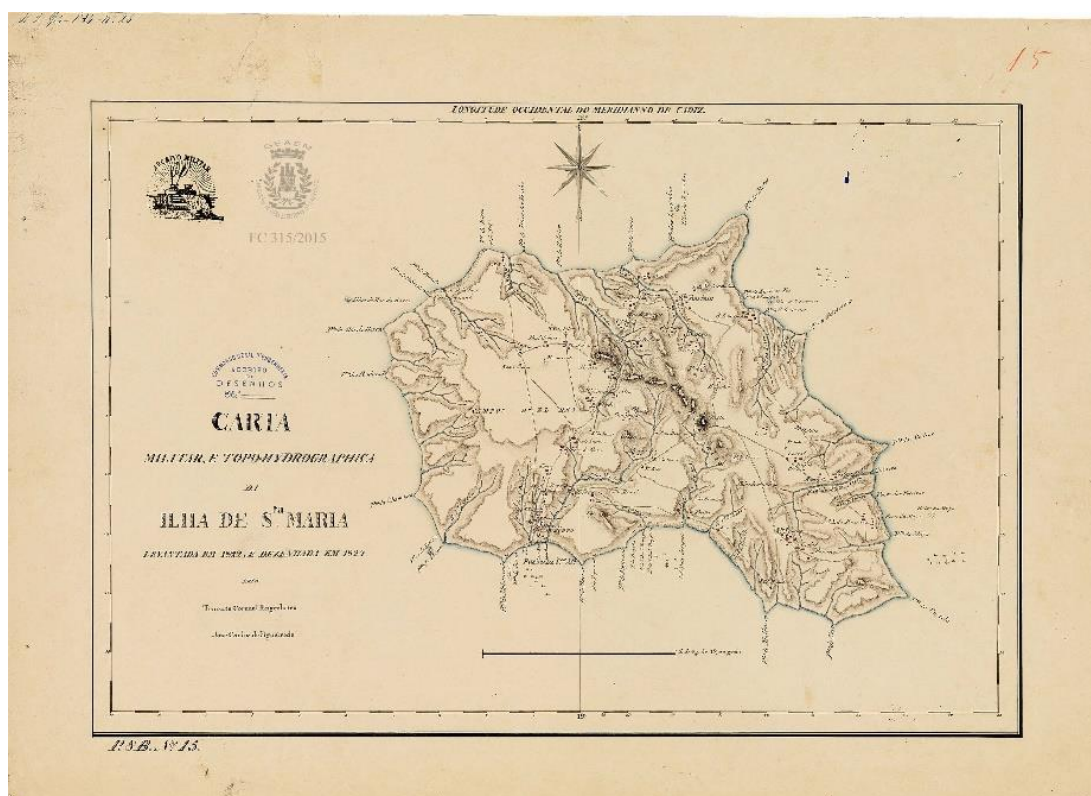


Figura 22 - Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. O documento reveste-se de tripla natureza - topográfica, hidrográfica e de fortificações - assinalando as seguintes estruturas: *Castelo Real*, *Forte da*

⁵⁰² Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, pp. 223-224.

Pontinha, Forte do Figueiral, Forte da Prainha, Forte de S. João Evangelista, Forte de S. João Baptista, Forte da Baixa do Vigário, Forte da Maia, Forte de S. Lourenço, Forte de Nossa Senhora dos Anjos, Forte da Lage, Forte do Cabrestante, Forte da Forca. Não mostra, porém, as seguintes obras de fortificação mencionadas no relatório descritivo de José Ribeiro de Mesquita, Coronel Comandante da Subdivisão Militar da Horta, datado de 15 de julho de 1864 e existente no Tombo: *Forte da Ponta do Marvão, Forte da Ponta do Castelo e Forte do Calhão [sic] do Peixe.*

Acerca das Ordenanças, o mesmo oficial dá conta, no mesmo documento em 1815, que: “(...) *Há mil e noventa e oito paes e filhos da ordenança que vigiam e guardam a terra de dia e de noite.*”⁵⁰³

MARTINS (2013) observa, entretanto que, apesar do expressivo quantitativo desse efetivo, a sua ação era de pouca eficácia: as Ordenanças eram constituídas por paisanos arrolados para, em caso de guerra, atuarem na defesa da terra. Dispersos nas suas atividades quotidianas, apenas se reuniam atendendo os alardos, dependentes do sistema de vigias. O seu armamento constituía-se, na grande maioria dos casos, de piques, raras armas de fogo e armas brancas.⁵⁰⁴

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros Francisco Borges da Silva, oficial que, chegado a Ponta Delgada em 2 de junho de 1811 acompanhando o novo governador militar da ilha, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1811-1815)⁵⁰⁵, exerceu o cargo de chefe da Comissão de Engenheiros de São Miguel (1811-1820), acerca do “(...) *estado de defesa (...)*” da ilha de Santa Maria em 1819, refere que existiam “*15 fortes totalmente arruinados, sendo entre eles o de S. Brás e o de S. João Baptista que estavam em melhor estado (...)*”⁵⁰⁶, e prossegue dando conta de que se tinha melhorado a defesa da ilha:

“(...) *deram-se aos parapeitos de 12 fortes as competentes dimensões para poderem resistir em ação. Formou-se um corpo de 286 ordenanças guarda-costas para servirem as Baterias, achando-se já instruídos nas suas obrigações (...)*”⁵⁰⁷

⁵⁰³ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, pp. 223-224.

⁵⁰⁴ MARTINS, 2013:153-154.

⁵⁰⁵ MATOS, Artur Teodoro de (1979). Achegas para a História Económica e Social da Ilha de São Miguel no ano de 1813. In *Arquipélago: Série Ciências Humanas*, n.º 1, jan., p. 164.

⁵⁰⁶ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 151-186v.

⁵⁰⁷ Idem.

Sobre a artilharia, computou 2 peças de bronze e 54 de ferro, inservíveis. Sobre a munição, 1217 balas de artilharia, dos diversos calibres, 12 arrobas de pólvora⁵⁰⁸ e 1.000 cartuchos de mosquete. E complementou que foram colocadas em estado de serviço 2 peças de bronze (dos calibres 10 e 9), 5 de ferro para bala (dos calibres 8, 6, 5 4 e 3), 18 de ferro para metralha (calibres 9, 7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1) e 3 caronadas (do calibre 9)⁵⁰⁹.

MARTINS (2013), acerca do percurso deste oficial, que veio do Brasil para os Açores em 1811, com a incumbência de fortificar a ilha de São Miguel para defesa do porto franco de Ponta Delgada, não conseguiu confirmar se ele teve a responsabilidade das obras de fortificação de Santa Maria, ou se mesma coube ao Tenente-coronel José Carlos Figueiredo, Engenheiro a serviço da Capitania-Geral dos Açores⁵¹⁰.

Em 1822, João Soares de Albergaria referiu em Santa Maria apenas o “Castelo de Santa Luzia” (Forte de São Brás) como a sua principal defesa, e os fortes da ponta do Marvão e da Forca, defendendo a enseada de Vila do Porto⁵¹¹.

O *Relatório* de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores), acerca de Santa Maria refere: “(...) *Por um outro tempo cercada de fortificações que ainda hoje existem; mas num estado tal de completo abandono, que atualmente não merecem consideração alguma – muito acanhadas e mal traçadas (...)*”, concluindo não se justificar a recuperação das mesmas, à exceção dos fortes de S. Brás e de S. João Baptista⁵¹².

Mais tarde, em 1862 as fortificações do arquipélago foram avaliadas pelo Marechal de Campo Júlio José Fernandes Basto, futuro barão de Bastos. Para as da ilha de Santa Maria como um todo, este oficial observou à época: “*Podem desde já desprezar-se, por que esta Ilha é de nenhuma importância militar, nem ali existe material algum de guerra.*”⁵¹³

As estruturas que refere na ilha são:

- Forte de Nossa Senhora dos Anjos
- Forte da Laje

⁵⁰⁸ 176,27 quilogramas.

⁵⁰⁹ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 151-186v.

⁵¹⁰ MARTINS, 2013:128.

⁵¹¹ SOUSA, João Soares de Albergaria de (1995) - *Corografia Açórica: Descrição Física, Política e Histórica dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, p. 83.

⁵¹² NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁵¹³ BASTOS, 1997:269.

- Forte do Cabrestante
- Forte da Forca
- Castelo de São Brás
- Forte da Ponta do Marvão
- Forte da Figueira
- Forte da Prainha
- Forte de São João Evangelista
- Castelo de São João Baptista
- Forte da Baixa do Vigário
- Forte da Maia
- Forte de São Lourenço

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a construção e operação do Aeroporto de Santa Maria, para a sua defesa foram instaladas baterias antiaéreas: simples estruturas de campanha, que, salvo os restos do espaldão da Ponta da Maia⁵¹⁴, não chegaram até nós. Restam-nos ainda, como curiosidade, alguns já poucos exemplares dos abrigos pré-fabricados para uso dos militares dos Estados Unidos à época, os “*Quonsen hut*”.

Já no contexto da Guerra Fria foram construídas as chamadas “Casamatas do Pico Alto”, estrutura subterrânea à prova de bombas nucleares, destinada a abrigar um posto de comando de comunicações em caso de conflito, a estação LORAN de Santa Maria e o menos conhecido *Polígono de Acústica Submarina dos Açores* (Prédio Militar nº 11 / Vila do Porto – Terreno de Cabrestantes), estas duas últimas instalações hoje em ruínas.

⁵¹⁴ MARTINS, 2013:139.

3.4. A arquitetura e os materiais construtivos empregados

*“Vila do Porto é a mais antiga formação urbana no arquipélago e representa um dos melhores exemplos de povoação linear de raiz tardo-medieval que, devido às características da sua implementação (numa estreita lomba entre duas ribeiras) e ao diminuto crescimento posterior, pode conservar intacta a antiga estrutura.”*⁵¹⁵

*“O conjunto urbano mais próximo das origens que hoje subsiste nas ilhas é, sem dúvida, o de Vila do Porto da Ilha de Santa Maria. A povoação ainda se desenvolve conforme a descreveu Gaspar Frutuoso – 1590 (...).”*⁵¹⁶

Para um estudo das principais características da arquitetura nos Açores, MARTINS (1983) propôs a seguinte periodização:⁵¹⁷

- **Povoamento (1430-1582).** A arquitetura está inscrita na paisagem. De tipo defensivo, é muito baixa, com janelas pequenas e em número muito reduzido, geralmente só com uma única entrada. As formas são triangulares e não deixam entrar a luz.
- **Ocupação filipina (1582-1642).** Os edifícios apresentam, de forma geral, dois pisos, com janelas maiores e mais numerosas, e mais do que uma entrada. As janelas são dispostas simetricamente, e as entradas são centralizadas. As formas são retangulares e a luz mais abundante.
- **Emigração para o Brasil (1642-1760).** Arquitetura de linhas muito elaboradas, janelas grandes e em grande quantidade. Ornamentação abundante sobre a porta e janela principal. Poder absoluto da forma e indisciplina nas linhas arquitetónicas principais.

⁵¹⁵ AA.VV. (2000a). *Arquitectura Popular dos Açores.*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, p. 37.

⁵¹⁶ LIZARDO, 1989:14

⁵¹⁷ MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1983). *Arquitectura nos Açores: subsídios para o seu estudo.* Horta, Região Autónoma dos Açores; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo; Direcção Regional do Turismo.

- **Negócio da laranja (1760-1830).** Formas arquitetónicas abertas, grandes janelas e muita luz.
- **Emigração para os Estados Unidos da América (1830-1950).** A forma arquitetural foge ao horizontal e regressa à verticalidade. Maior ligação ao mar e à emigração.

As habitações dos primeiros povoadores terão utilizado os materiais naturais das ilhas. Conforme COSTA (1963) terão se constituído em:

*“(...) elementares cafúas de ramos e de colmo, até que aparecessem as primeiras habitações feitas de pedra toscamente afeiçoada, inicialmente cobertas de colmo e com o chão batido e, mais tarde, dotadas com telhas e sobrado.”*⁵¹⁸

Às *“cafúas de palha e feno”*, conforme referido por FRUTUOSO (1998) em diversos trechos da sua obra, onde os povoadores se abrigaram nos primeiros tempos, do desbravamento e queimada da densa vegetação autóctone, somaram-se, ainda que temporariamente, os *“abrigos troglodíticos”*, como descrito por COSTA (1963), e que se constituíram em *“grutas situadas perto do mar e a furnas escavadas nas barreiras, para fins de moradia, ainda que temporariamente.”*⁵¹⁹ O mesmo autor refere ainda que nos Açores, seguindo a tradição corrente no sul de Portugal, enquanto o elemento humano não afeiçoou o basalto à construção, casas de taipa *“(...) terão sido levantadas apenas naquelas ilhas onde o barro abundava e a pedra escasseava.”*⁵²⁰

À medida em que as povoações e vilas se estruturavam, surgiram edificações em materiais mais duráveis - pedra, cal e cobertura de telhas de barro -, a saber, templos, edifícios civis – públicos e privados - e estruturas militares.

Em termos gerais, com exceção dos grandes fortes de iniciativa régia – os *“Castelos Reais”* – em São Miguel, na Terceira e no Faial⁵²¹ –, as fortificações nos Açores, entre os séculos XVI e XIX caracterizaram-se por⁵²²:

⁵¹⁸ Op. cit., p. 1.

⁵¹⁹ Idem, p. 3.

⁵²⁰ Ibidem, p. 6.

⁵²¹ Respetivamente o Forte de São Brás em Ponta Delgada, os Fortes de São Sebastião e de São João Baptista, em Angra, e o Forte de Santa Cruz, na Horta.

⁵²² Ver desdobrável *Exposição ‘O Património Fortificado da Ilha Terceira: o Passado e o Presente’*, Angra do Heroísmo, Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, 25 de julho a 25 de agosto de 2007. Ponta Delgada, Museu Militar dos Açores. Ver também: António Martins Quaresma (s.d.) - Fortalezas

- Constituírem-se em fortificações marítimas, de dimensões variáveis, em geral pequenas;
- Estarem posicionadas em sítios criteriosamente selecionados, para defesa dos ancoradouros e povoações;
- Situaem-se o mais próximo possível do mar para fazer tiro rasante, tirando o maior rendimento do curto alcance das peças de artilharia antecarga, de alma lisa, de bronze, ou mais comumente de ferro, da época;
- Apresentarem plantas de tipo orgânico - adaptadas à morfologia do terreno em que se inscreviam;
- Apresentarem apenas um baluarte ou uma cortina, montando de três a dez peças de artilharia;
- Não serem acasamatadas e, em geral não apresentarem defesas pelo lado de terra;
- Terem sido erguidas com a mão-de-obra compulsória da população;
- Empregarem os materiais disponíveis na região (pedra basáltica, tufo vulcânico, faxina, madeira) nas muralhas e edificações de serviço, geralmente em aparelho de pedra solta, eventualmente com cantaria aparelhada nos vértices ou guarneendo as aberturas;
- De forma geral, contavam com uma dependência de serviço, com a função de alojamento e casa da palamenta. Algumas contavam com parapeitos para a fuzilaria.
- Contavam com pequenas guarnições, normalmente elementos das Ordenanças que, de acordo com a natureza da ameaça, eram apoiadas por um sistema de vigias fixas e de rondas, posto em prática nos meses de Verão.
- Operavam em articulação, para cobrir a maior parte da linha de costa, ainda que com insuficiências;
- Em termos de organização, operacional e logística, dependiam das Praças – no caso de Santa Maria, o Forte de São Brás, subordinado ao forte homónimo, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel.

Essas construções, historiograficamente referidas como “*fortes*” ou “*fortins*”, diante dos locais onde foram implantadas – expostas nomeadamente à erosão marinha –, pela ligeireza de sua construção, pela ausência de um programa regular de manutenção e mesmo pelo seu abandono, entravam em rápida degradação, muitas tendo vindo a desaparecer completamente.

Essa linguagem é a que encontramos também em Santa Maria, onde o cordão de pequenas fortificações protegia os ancoradouros e locais da costa mais vulneráveis aos desembarques.

3.5. O estado atual das fortificações marienses

*“Situada no perímetro sudeste do arquipélago, no dealbar do Liberalismo, Santa Maria era, em quase todos os aspectos, o exemplo de uma periferia ancorada nas inércias do Antigo Regime e que o reformismo das Luzes não conseguira iluminar.”*⁵²³

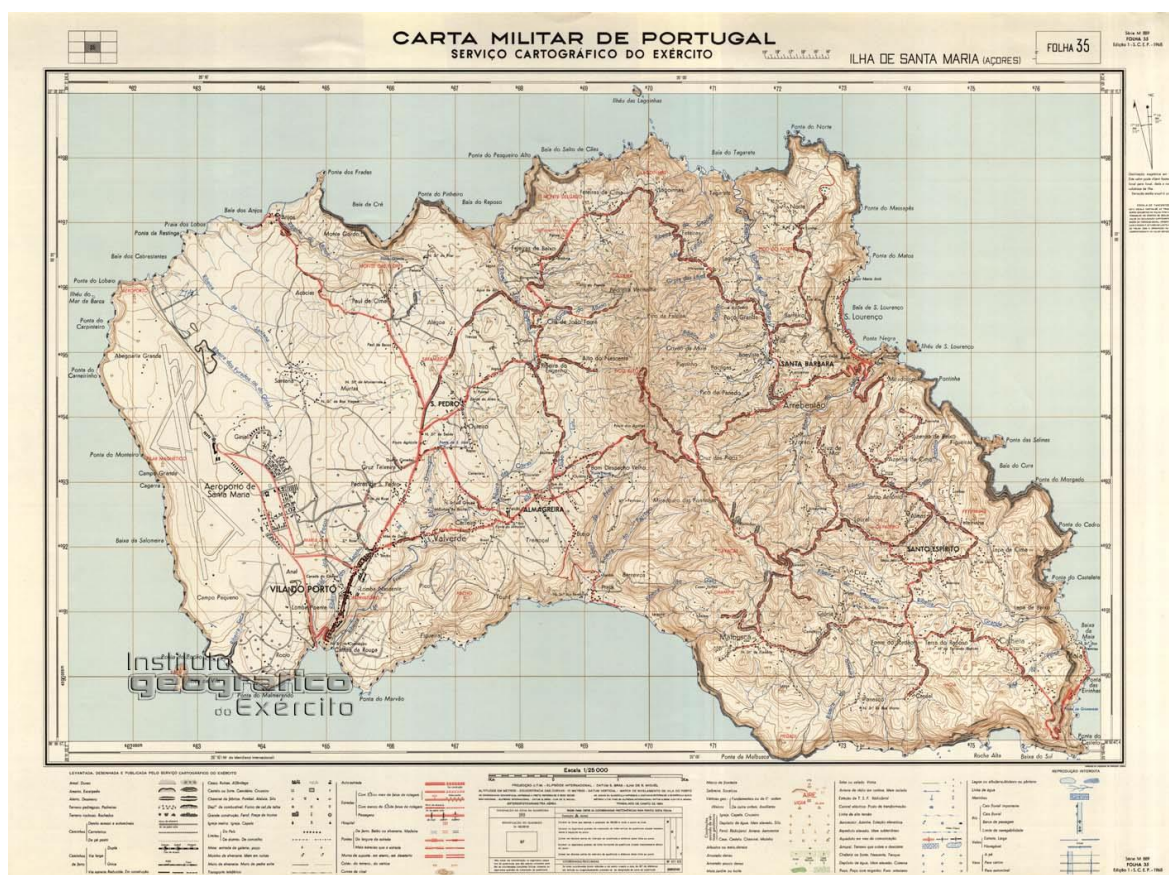


Figura 23 - PORTUGAL, Serviço Cartográfico do Exército (1968). Carta Militar de Portugal / Ilha de Santa Maria: Açores, mapa topográfico, color., 400 x 640 mm, escala 1:25 000.

⁵²³ RODRIGUES, José Damião; CORDEIRO, Carlos (2005). “Tais são [...] os males que pesam sobre aquela ilha”: Vivências insulares e projectos reformistas em Santa Maria no final do Antigo Regime. In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, Lisboa, 2 a 5 de novembro, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 12.

Ao referir a evolução das fortificações do Grupo Oriental dos Açores, CARITA (2019), registou: “[...] com a centralização das estruturas defensivas e a profissionalização parcial do serviço militar, só subsistiram os principais complexos defensivos, adaptados a aquartelamentos, e os que conseguiram se adaptar as outras funções.”⁵²⁴

Acerca do estado atual das fortificações marienses, MARTINS (2013) registara:

*“No presente, a fortificação mariense ou já desapareceu em grande parte, ou os vestígios remanescentes vão-se paulatinamente degradando até uma inexorável destruição total, caso não sejam tomadas algumas medidas, no sentido de inverter, ou no mínimo travar esse processo, evitando assim o desaparecimento de importantes testemunhos do último recurso da sobrevivência das suas populações, no passado.”*⁵²⁵

Em nossos dias o primeiro trabalho de vulto a recorrer a técnicas de análise quantitativa para o estudo das fortificações açorianas foi o de VIEIRA (1987).⁵²⁶

Embora referindo apenas que as fontes utilizadas para compor os seus quadros acerca das fortificações açorianas se encontravam depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no Arquivo Histórico Militar (AHM), no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM) e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)⁵²⁷, todos em Lisboa, a sua investigação, à época (1987), para o período de 1581 a 1825, dava conta de um quantitativo total de 210 estruturas⁵²⁸.

Embora FARIA (2013) compute “centena e meia de fortes espalhados pelas nove ilhas dos Açores”⁵²⁹, tive oportunidade de defender desde 2012 que o quantitativo de estruturas computadas para as nove ilhas do arquipélago alcançava, até ao século XX,

⁵²⁴ CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, p. 217.

⁵²⁵ MARTINS, 2013:129.

⁵²⁶ VIEIRA, Alberto (1987a). Da poliorcética à fortificação nos Açores: introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI-XIX. Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: do Descobrimento à II Guerra Mundial. Actas do II Colóquio Internacional, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de Julho a 2 de Agosto de 1987. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo II, pp. 1525-1555.

⁵²⁷ Op. cit., nota à p. 1556. O quadro apresentado também não refere a ilha de Santa Maria.

⁵²⁸ VIEIRA, 1987a:1543. A fonte não relaciona a ilha de Santa Maria.

⁵²⁹ Op. cit., p. 41.

conforme o autor e o tipo de estrutura, de duas a quatro centenas ⁵³⁰. Mais recentemente, um artigo no *Diário Insular* estimava um número de “*cerca de duzentas (...) na costa*” ⁵³¹.

As características elencadas das fortificações açorianas, função, localização, dimensões e características construtivas – ao longo dos séculos foram a razão de sua ruína. Além dos combates, razões tão diversas quanto os fenómenos naturais insulares (sismos ⁵³², chuvas, vendavais, ressaca marinha), aliados ao abandono e à crónica falta de manutenção e de recursos quer por parte do Estado, quer das Câmaras Municipais, condenaram a sua maioria à ruína e ao desaparecimento. Poucas chegaram até nossos dias ou se encontram classificadas em termos de sítio arqueológico. Os recursos de que dispomos para investigação baseiam-se em testemunhos de época, relatórios, mapas, cartas e plantas militares.

A esmagadora maioria das mesmas não chegou até aos nossos dias e, conforme os reiterados alertas nos meios de comunicação, sobretudo por Manuel Coelho Baptista de Lima ⁵³³, José Carlos M. Cymbron ⁵³⁴, e Manuel Augusto Faria ⁵³⁵, o que nos restou encontra-se em variados graus de risco, a maioria sem classificação ou proteção legal.

No século XX, nomeadamente no contexto dos dois conflitos mundiais, alguns dos antigos pontos fortificados voltaram a servir como pontos de vigia do litoral, sendo erguidos novos tipos de fortificações, praticamente ignoradas em termos historiográficos no arquipélago, mas que importa referir e divulgar: as linhas de trincheiras, casamatas, baterias de artilharia de costa e baterias antiaéreas, nomeadamente nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira e Faial.

Embora não seja possível uma comparação em termos relativos, em termos absolutos, dispúnhamos em outubro de 2012 de um total, para o período compreendido entre o século XVI e o século XX, de 232 estruturas identificadas, das quais existem remanescentes de pelo menos 80 ⁵³⁶, conforme abaixo se pode verificar:

⁵³⁰ CRUZ, Carlos Luís M. C. da ([em publicação]). *Inventário das Fortificações Açorianas. Comunicação apresentada ao 8.º Seminário de Cidades Fortificadas / 3.º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*, 22 a 26 de outubro de 2012, Rio de Janeiro.

⁵³¹ RESENDES, Eduardo. Região tem cerca de duzentas fortificações na costa. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXII, n.º 19.883, 26 out 2017, p. 11.

⁵³² Entre as principais crises sísmicas no arquipélago ao longo da sua história destacam-se a de 1522 em São Miguel, a de 1580 em São Jorge e no Pico, a de 1718-1720 no Pico, a de 1757 em São Jorge, a de 1957 no Faial, a de 1980 na Terceira e a de 1998 no Faial. As ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, por outro lado, não conheceram grandes sismos.

⁵³³ LIMA, 1989.

⁵³⁴ CYMBRON, 1991.

⁵³⁵ Como por exemplo no artigo *Do Castelinho à Boa Nova: Ronda dos Fortes*, in: Revista *Diário Insular*, 14 de fevereiro de 2010. A preocupação e os alertas, entretanto, são mais antigos, conforme LIMA, 1989.

⁵³⁶ CRUZ, 2012

O alargamento destes números deve-se, entre outros fatores, à releitura de fontes historiográficas tradicionais para a História dos Açores, entretanto ainda não utilizadas para História Militar, como por exemplo FRUTUOSO (1998), António Cordeiro e outros, como ainda uma releitura das cartas e relatórios militares, que começaram a ser estudados particularmente no âmbito da candidatura da cidade de Angra do Heroísmo a Património Mundial classificado pela UNESCO na década de 1980, e um aprofundamento da investigação de fontes para a história de cada ilha açoriana, em ensaios recentes que, embora se aproximem da micro-história, ainda carecem de maior fôlego. Os números atuais compreendem, por fim, a ilha de Santa Maria, inexplicavelmente omitida tanto por FARIA quanto por VIEIRA (1987), como acima registamos, nomeadamente à luz de FIGUEIREDO (1960) e BAPTISTA DE LIMA (1982) ⁵³⁷.

⁵³⁷ LIMA, Manuel Coelho Baptista de (1982). As fortalezas das ilhas dos Açores: sua urgente conservação e restauro. In *Livro do Primeiro Congresso sobre monumentos militares portugueses, Vila Viçosa, 6 a 9 de Outubro de 1982, Comunicações, palestras, conclusões e recomendações*. Lisboa, *Património XXI*, pp. 115-123

3.6. Para uma história das fortificações de Santa Maria

Em que pese, ao longo desta investigação terem sido identificadas numerosas informações sobre a história militar e as fortificações marienses, a divulgação das mesmas tem despertado interesse no público e incentivado a novas linhas de investigação.⁵³⁸ Justifica-se, desse modo, a atualização dos textos sobre essas antigas fortificações.⁵³⁹ Partindo da defesa de Vila do Porto, em sentido anti-horário, contam-se as seguintes estruturas:

3.6.1. Forte de São Brás de Vila do Porto

Oficialmente denominado Prédios Militares n.ºs 14, 34, 35 e 37, também referido como Castelo de São Brás, Castelo de Nossa Senhora da Conceição, Castelo de Santa Luzia e Castelo Real, localiza-se na freguesia e concelho de Vila do Porto, a Sudoeste na ilha.

Em posição dominante no chamado Alto da Rocha, junto à Ermida de Nossa Senhora da Conceição, tinha a função de defesa deste ancoradouro. Cooperava com os Fortins ou Baterias do Porto, abaixo, à flor-d'água, com o Forte do Marvão a Leste, e o Forte da Forca, a Oeste.

FRUTUOSO (1998), que descreveu detalhadamente as coisas mais notáveis da ilha e relatou as diferentes incursões de corsários até então, por volta de 1586-1590, indica apenas uma vigia no local: “(...) *vigiaram da ermida de Nossa Senhora da Conceição, que está sobre o porto (...).*” Outros avisos vinham das vigias então também existentes no Figueiral e na ponta do Marvão⁵⁴⁰.

Quando do ataque de corsários ingleses em 1589 o Alto da Rocha já estava artilhado, possivelmente com alguns berços e falcões, atirando pedras como projéteis: “(...) *desceu o Capitão Brás Soares de Sousa do alto donde está a artilharia abaixo ao porto (...).*”⁵⁴¹

Desse modo, aceita-se que a primitiva construção do forte remonte ao início do século XVII, ou mais provavelmente à segunda metade do mesmo século, quando o

⁵³⁸ Vejam-se, por exemplo os recentes trabalhos de Dinis Resendes (2018, 2019) em “O Baluarte de Santa Maria”.

⁵³⁹ Vejam-se, por exemplo. CRUZ (2013^a, 2013b, 2013c, 2014, 2015)

⁵⁴⁰ *Saudades da Terra*, Livro III, cap. XVII.

⁵⁴¹ Op. cit., cap. XXI.

Capitão-mor João Falcão de Sousa, 10.º capitão do donatário de Santa Maria (1654-1657), exerceu o cargo de Superintendente das Obras de Fortificação da ilha.

No contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) encontra-se referido pelo marechal Castelo Branco na relação *Fortificações nos Açores existentes em 1710* como “A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Villa sobre o Porto.”⁵⁴²

Na vizinha ermida de Nossa Senhora da Conceição se venerava uma imagem de São Brás de Sebaste⁵⁴³, padroeiro da fortificação.

Poucos anos mais tarde, em 1717 CORDEIRO também referiu as defesas da ilha:

“A defeza desta Villa, & de toda a Ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de pòstos [portos] por onde podia ser entrada, & o foy então tres vezes, de Mouros, Inglezes, & Franceses; mas depois se lhe fizeram no Castello da praya dous Fortes com quatorze peças, & adiante hum Forte com algumas; na Villa dous Fortes com sua artilharia; o que tudo não só manda o Governador, & Capitão Donatario, (...) mas immediatamente hum Capitão de artilharia com trinta Artilheiros, além do Capitão mor, officiaes, & gente da ordenança; que quando pelas mais partes da Ilha, he por natureza inconquistavel, havendo alguem que das rochas só com pedras a defenda.”⁵⁴⁴

TOFIÑO (1789) em seu roteiro, ao descrever o porto da vila, refere este forte como “Castillo de la Villa de Santa María”⁵⁴⁵.

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* registou:

“Em cima do penhasco [no] princípio da vila está o castelo de nossa sra. da Conceição e de traz dele um subterrâneo armazém de pólvora e bala que se fez de novo. Tem este castelo corpo de guarda em que residem os soldados, e em cima dele uma casa sobradada para o governador e cabos principais, além de outras que servem de [riscado na cópia] petrexos da artilharia. Nele preside uma companhia dos Aventureiros que consta de 105 soldados.”⁵⁴⁶

E complementa:

⁵⁴² CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁵⁴³ CARVALHO, 2001:5.

⁵⁴⁴ CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. IV, p. 106.

⁵⁴⁵ Op. cit., p. 201.

⁵⁴⁶ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 2-2v.

*“[...] No castelo da vila junto com uma companhia de dos aventureiros assiste o capitão mor desta ilha com seus oficiais e com os mais capitães reformados que assistem no quartel com o seu sargento mor nas ocasiões de rebates. É hoje capitão mor e governador das armas desta ilha Manuel Fragoso Delgado.”*⁵⁴⁷

BARRETT (2017), ao visitar a ilha em julho de 1812, refere: *“Ao fundo da baía, para nascente, fica o Forte Velho com uma praia arenosa e um pequeno riacho que corre, constantemente, através dela.”*⁵⁴⁸ E prossegue:

“O forte ou castelo, situado no cimo da rocha, fica virado para o Sul, comandando a baía. Estava voltado de frente para ela, com excepção de um canhão situado a Oeste que parece ter sido colocado ali para defender a vila e o caminho que subia até ela, em forma de ziguezague. Tinha treze canhoes e outros tantos canhões de ferro, de vários calibres, grandes e pequenos que iam desde uma libra e meia até canhoes inglesas de nove libras.

O parapeito do forte tinha cerca de três pés de altura e não tinha mais de pé e meio de espessura. Como habitualmente, este forte é dominado, especialmente a nascente, pelas montanhas adjacentes, a meia milha de distância. A vila fica, também, desprotegida, tanto a Este como a Oeste.

*(...) as casernas para os militares estavam em boas condições, eram cómodas e podiam alojar cerca de trinta ou quarenta homens. A sala destinada aos oficiais ficava situada por cima de uma dessas casernas.”*⁵⁴⁹

E complementa:

“O paiol não fica no interior, mas na traseira do forte, ficando exposto a quem o queira ver.

Como o forte estava completamente abandonado, entrei nele através de um painel quebrado do portão. Não encontrei ali ninguém, a não ser um indivíduo que fora colocado lá por castigo e que, por conseguinte, ficou responsável por toda a força militar daquele sítio.

⁵⁴⁷ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 5v.

⁵⁴⁸ BARRETT, 2017:70.

⁵⁴⁹ Idem, pp. 72-73.

A nascente do paiol e por detrás do castelo, há uma pequena Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição que era pertença dele.”⁵⁵⁰

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815:

*“Castello de S. Bras na Villa no meio do porto com catorze peças, sendo as duas melhores da casa do Capitão Mor Francisco Barbosa de Sousa Coutinho, e as do Castello por estarem já corrutas são de pouco trabalho.”*⁵⁵¹

Essa informação é corroborada pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)” em 1816, onde se refere: *“Castelo de S. Brás da Vila, com 14 peças em mau estado.”* ⁵⁵²

João Soares de Albergaria de Sousa, em 1822 referiu: *“(...) O castelo de Santa Luzia ao pé da vila sobre a ladeira a meio da baía, é a sua principal defesa. (...)”*.⁵⁵³

A fortificação encontra-se assinalada na *“Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo”* ⁵⁵⁴ como *“Castelo Real”*.

O Relatório de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores), dá conta de que o forte tinha a função de defesa do porto e *“(...) do registo do mesmo porto (...)”*. Nele estavam alojados um destacamento do Batalhão de Caçadores n.º 4 (oriundo do continente e destacado em S. Miguel) e 2 soldados deslocados da 2.^a Bateria Destacada, aquartelada no Forte de São Brás em Ponta Delgada. O forte tinha ainda a função de depósito de artilharia da ilha. Contava com um quartel com 2 pavimentos, calabouço, casa da guarda,

⁵⁵⁰ Idem, p. 73.

⁵⁵¹ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960. p. 223.

⁵⁵² SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁵⁵³ SOUSA, João Soares de Albergaria de (1995) - *Corografia Açórica: Descrição Física, Política e Histórica dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, p. 83.

⁵⁵⁴ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

cozinha, um armazém e um paiol abobadado. Tinha necessidade de muitos consertos, tanto nas muralhas como no quartel, obras orçadas em 300\$000 reis ⁵⁵⁵.

Figura 24 - S.a. (1857). Planta do Forte de S. Braz, na Ilha de Santa Maria, planta, ms., 320 x 210 mm, 136/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Apresenta 12 canhoneiras e 2 guaritas.

MARTINS (2013) refere que estava artilhado com 3 caronadas do calibre 9, 2 peças de bronze do calibre 4, 1 de ferro do 3, e muitas outras de diversos calibres, arruinadas, propondo-se a sua substituição por 7 peças dos calibres 18 e 12 com o fim de aumentar o alcance da artilharia e melhor proteger o porto.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁵⁵⁷ MARTINS, 2013:132-133. O autor não refere a sua fonte.

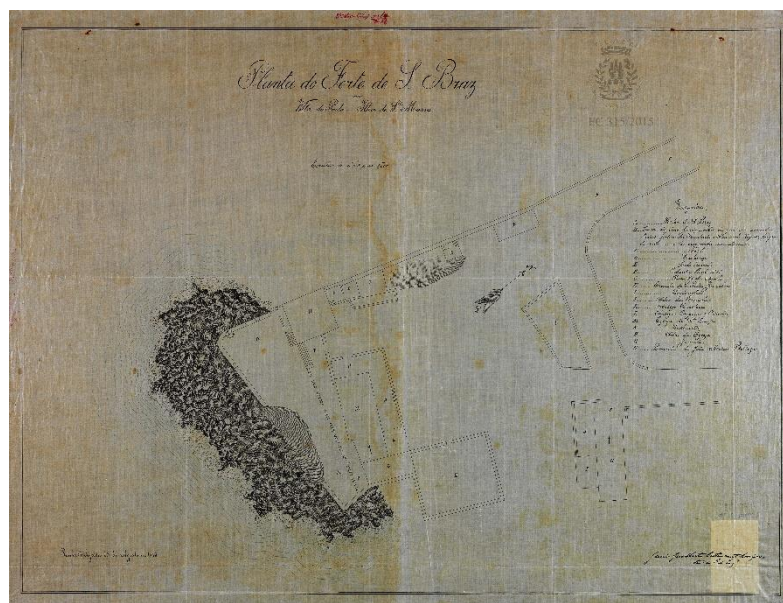


Figura 26 - Planta do Forte de S. Braz na Vila do Porto – Ilha de S.^{ta} Maria, Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues [Tenente-Coronel de Engenharia], Ponta Delgada, 23 de agosto de 1895, planta, ms., 830 x 630 mm, 7452/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Continua a indicar a ruína da cortina principal do forte, volta a indicar as 2 canhoneiras na cortina lateral direita, mas apenas a guarita Sudoeste.



Figura 27 - Planta do Forte de S. Braz na Vila do Porto / Ilha de Santa Maria, planta, ms., s.a., s.d. (cópia da de 1895), escala 1:200, 622 x 484 mm, 7030/1-7A-95 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército ⁵⁶⁰.

⁵⁶⁰ MARTINS, José Manuel Salgado (2013). *Do Basalto ao Betão: Fortificações das ilhas de S. Miguel e Santa Maria – Séc. XVI – XX*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, p. 130.



Figura 28 – “Egreja de Nossa Senhora da Conceição da Rocha e Casa do Castello”. CABRAL, Júlio. A Imprensa em Santa Maria. In *Álbum Açoriano*, fasc. n.º 37, 1903, pp. 293-295.

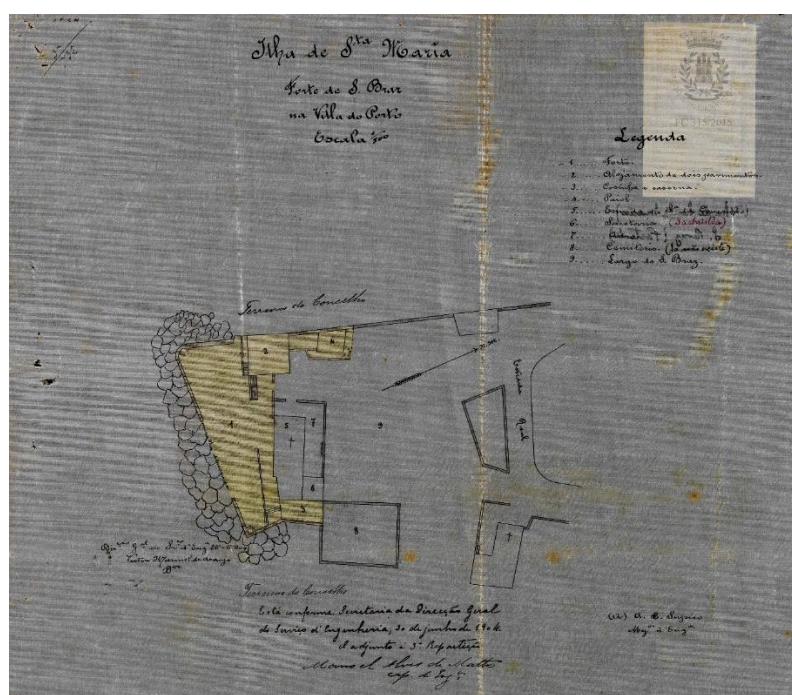


Figura 29 - SUPICO, Augusto César [Major de Engenharia] (1904). Ilha de Santa Maria - Forte de S. Braz na Villa do Porto, planta, ms., color., 360 x 315 mm, 25 de junho, 5484/5-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Indica a ruína da cortina principal do forte, mas não mais as 2 canhoneiras na cortina lateral direita. Mantêm-se as 2 guaritas.

malfazejas”⁵⁶⁴ Sofreu intervenção de conservação por parte da Câmara Municipal para a inauguração do padrão na esplanada do forte, por iniciativa da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, o primeiro a ser erguido no arquipélago. Quando do pedido pela comissão administrativa da Câmara Municipal de Vila do Porto para ser autorizada a instalação do monumento na esplanada do forte⁵⁶⁵, foi referida a necessidade de recuperar a muralha do mesmo, obra estimada em 10.000\$00, solicitando ao Ministério da Guerra uma comparticipação de 5.000\$00 para as mesmas. À época essa proposta foi rejeitada pelo Ministério sob o argumento da “(...) *insuficiência da mesma verba para acudir obras urgentes em quartéis.*”⁵⁶⁶ Na cerimónia de inauguração do monumento, em 4 de outubro de 1929, estiveram presentes autoridades civis, eclesiásticas e militares, uma guarnição da canhoneira “*Zaire*”, da Marinha Portuguesa, e o grupamento local de escuteiros.

O imóvel foi transferido, em caráter definitivo, pelo Ministério da Guerra para o Ministério das Finanças por auto de entrega datado de 13 de maio de 1939⁵⁶⁷.

Em meados do século XX existia um miradouro no local, conforme se depreende de fotos do naufrágio do petroleiro norueguês “*Velma*” nas águas da enseada de Vila do Porto (1961).

⁵⁶⁴ Padrão de Santa Maria”. In *O Baluarte*, ano II, n.º 29, 10 out 1929, p. 3.

⁵⁶⁵ Um padrão de cantaria em homenagem aos tripulantes do Caça-Minas “Augusto de Castilho”, que, no decurso da I Guerra Mundial (1914-1918), sob as ordens de Carvalho Araújo, fez frente a um submarino alemão para proteger o vapor “*São Miguel*”, da Empresa Insulana de Navegação (EIN), sendo afundado no combate (14 de outubro de 1918). O primeiro grupo de sobreviventes em um salva-vidas, aportou a Santa Maria em 16 de outubro de 1918. Este padrão possui 5,80m de altura e forma parte do monumento maior implantado na muralha exterior do Forte de São Brás de Ponta Delgada. O projeto é de autoria do arquiteto Raul Lino. Em sua base encontra-se inscrita a data do feito - “14-10-1918” - e, nos fustes, o verso: “*E AQVELES QVE POR OBRAS VALEROSAS / SE VÃO DA LEI DA MORTE LIBERTANDO*” (Luís de Camões. *Os Lusíadas*, Canto I, estância 2).

⁵⁶⁶ Nota n.º 6009-N de 4 de outubro de 1929, da 3.ª Repartição da Arma de Engenharia. In CD/MMA, cx. 15, FIA 265, apud MARTINS, 2013:134.

⁵⁶⁷ MARTINS, 2013:134.

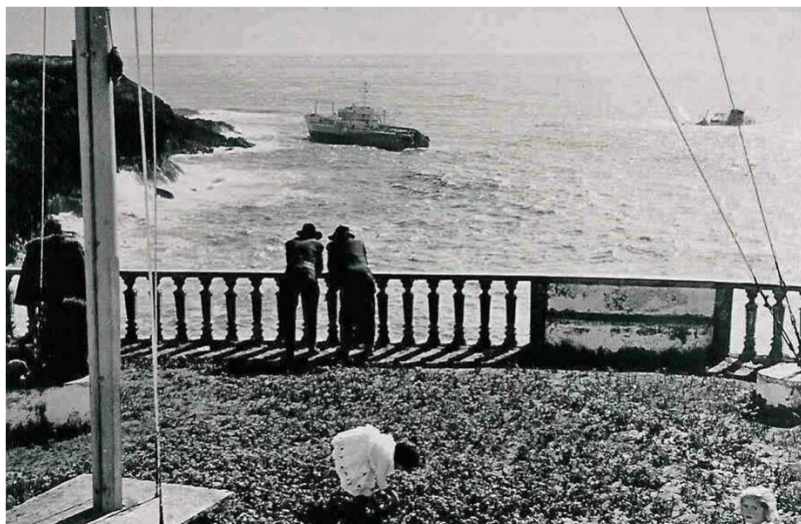


Figura 31 - Naufrágio do navio-tanque “Velma” na ponta do Marvão (fev. 1961): vista a partir do miradouro do Alto da Rocha (Foto p_b, s.a., s.d. [1963]. Acervo: Foto Pepe, Vila do Porto).

Posteriormente o forte foi reconstruído por iniciativa da Câmara Municipal, de acordo com a antiga traça, sendo reinaugurado em 11 de dezembro de 1966 ⁵⁶⁸.

Em 1969 a Câmara Municipal demonstrou interesse na cedência do edifício da antiga casa de guarda, ainda na posse do Ministério das Finanças, a fim de a demolir por “*imperativos de urbanização*”. O edifício, em ruínas, era constituído por uma casa de dois pavimentos, com a área de 87 m², uma caserna composta por uma pequena casa térrea com 58 m² e um paiol abobadado em ruínas, com 28 m². No ano seguinte (1970) foi feita a cedência do forte à Câmara Municipal de Vila do Porto, que, no entanto, deveria manter as construções existentes, tentando-se a sua valorização. Sem recursos para efetuar as obras necessárias, a 30 de março de 1970 a Câmara Municipal decidiu solicitar à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que procedesse a reparação do edifício ⁵⁶⁹.

Em julho de 1978 o antigo paiol encontrava-se em condições precárias: “*Contiguo ao Castelo encontra-se o ‘Paiol da Pólvora’, também conhecido como pela ‘Casa do Gorgulho’ (alcunha de um antigo vigia), completamente em ruínas.*”⁵⁷⁰ Naquele ano procedeu-se a estudo para requalificação da casa de guarda como casa de chá pela

⁵⁶⁸ MONTEREY, 1981:72. Ver também: Forte de São Brás. Ficha n.º 15931. In *Sistema de Informação para o Património (SIPA)*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15931

⁵⁶⁹ Forte de São Brás. Ficha n.º 15931. In *Sistema de Informação para o Património (SIPA)*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15931

⁵⁷⁰ MONTEIRO, Jacinto (Pe.). “Réquiem Aeternam Dona Eis, Dómine”. In *O Baluarte*, ano IV, n.º 16, 2.ª Série, 1 de agosto de 1978.

DGEMN: o projeto previa a manutenção da volumetria do edifício, incidindo as alterações apenas no interior, com as consequentes modificações de fenestração a fim de possibilitar uma boa adaptação às novas funções ⁵⁷¹.

O forte encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982).

As dependências da “*antiga Casa da Guarda*” foram utilizadas como primeira sede social do Clube Naval de Santa Maria conforme protocolo de cessão, a título de empréstimo por 4 anos, celebrado com a Câmara Municipal de Vila do Porto em 27 de maio de 1990.

O forte encontra-se compreendido na Zona Classificada de Vila do Porto, conjunto classificado no grau de Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/92/A, de 21 de outubro.

Em bom estado de conservação, atualmente utilizado como espaço público e mirante, a casa da guarda encontra-se cedida pela Câmara Municipal de Vila do Porto ao Clube Motard de Santa Maria, através de um Contrato de Comodato, a título gratuito, pelo prazo de 10 anos ⁵⁷².

Em 2012 foram promovidas obras de requalificação por iniciativa da Câmara Municipal ⁵⁷³, tendo o terrapleno e a área exterior recebido novo pavimento, em paralelepípedos.



Figura 32 - Panorâmica do terrapleno do forte (foto do autor, outubro de 2013)

⁵⁷¹ Forte de São Brás. Ficha n.º 15931. In *Sistema de Informação para o Património (SIPA)*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15931 Uma cópia do projeto encontra-se depositada no acervo do Museu de Angra do Heroísmo, no *Fundo Baptista de Lima* (não tratado arquivisticamente)

⁵⁷² “Edifício da antiga Biblioteca Municipal é a nova sede da AJISM”. *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XXXVIII, n.º 407, 19 de maio de 2011, p. 12. Ver também: Forte de São Brás. Ficha n.º 15931. In *Sistema de Informação para o Património (SIPA)*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15931

⁵⁷³ “Obras no forte de São Brás”. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XXXIX, n.º 418, 19 de abril de 2012, p. 11.

3.6.2. Fortins do Porto

Localizavam-se no porto da vila, ao nível do mar, na freguesia e concelho de Vila do Porto, a Sudoeste na ilha. Cooperavam com o Forte de São Brás, no Alto da Rocha.

Desconhece-se a data de construção destas estruturas, bem como a quem possam ser atribuídas, mas, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) o marechal Castelo Branco, na relação *Fortificações nos Açores existentes em 1710*, referiu apenas uma estrutura como “O Forte sobre o Porto.”⁵⁷⁴

António Cordeiro, no início do século XVIII referiu-o como um dos dois fortes da vila:

*“A defeza d'esta Villa, e de toda a ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de postos por onde podia ser entrada, e o foi então três vezes, de Mouros, Inglezes, e Francezes; mas depois se lhe fizeram (...) na Villa dous Fortes com sete peças (...).”*⁵⁷⁵

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* registou sobre Vila do Porto:

*“(...) e tem por cada lado uma ribeira que termina em dois portos um que se chama o Calhau da Roupa, que é menos frequentado de barcos onde está um forte com suas peças d'artilharia. O outro porto que chamam o Calhau do Peixe é mais próprio para o desembarque e embarque e tem de presidio uma companhia de gente de mar. Neste porto está um forte com três peças e três artilheiros (...).”*⁵⁷⁶

BARRETT (2017), ao visitar a ilha em julho de 1812, refere: “Entre estas [as praias arenosas do Porto Velho e do Porto Novo], há um morro em cuja extremidade e por baixo dele fica situado o forte inferior. Acima dele fica o forte superior [Forte de S. Brás] e atrás a Alfândega.”⁵⁷⁷ E complementa em relação ao Forte de São Brás:

“Há outro pequeno forte a cerca de dois terços mais abaixo que, antigamente, tinha três ou quatro canhões e onde, actualmente, não existe nenhum. A subida que vai deste até ao

⁵⁷⁴ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁵⁷⁵ CORDEIRO, 2007: Livro IV, cap. IV, p. 106.

⁵⁷⁶ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 2.

⁵⁷⁷ BARRETT, 2017:70.

*outro, de nível superior, é quase perpendicular, só podendo trepá-la um homem de cada vez.*⁵⁷⁸

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815:

*“Sahindo do Porto da Villa para o Oeste a primeira cousa que se encontra são duas ribeiras uma chamada do Sancho e outra dos Poços (correm só d'inverno) e vazão em um só lugar no porto geral da Villa, chamado do Peixe, com um rasteiro e pequeno castello.”*⁵⁷⁹

E complementou:

*“(…) Mais ao Oeste fica o desagoadouro da ribeira geral no Calhao da Roupa onde tem o porto com duas baixas uma Grande e outra Raza. A terra d'estas baixas estão dois castellos que defendem a Villa chamado um de S. Bras e outro d'Areia.”*⁵⁸⁰

E sobre a artilharia deu conta apenas que: *“Abaixo d'este castello [de S. Brás] há dois fortins chamados da Areia, no Porto da Villa e rasteiros com o mesmo porto.”*⁵⁸¹

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação *“(…) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”*, onde refere o *“Forte da Areia na Vila do Porto”* e o *“Fortim da Areia na Vila do Porto”*⁵⁸².

Na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*⁵⁸³ encontra-se assinalado apenas o *“F. da Pont.ª”*, abaixo do Forte de São Brás, no chamado Calhau da Roupa.

⁵⁷⁸ Idem, p. 73.

⁵⁷⁹ Op. cit., p. 219.

⁵⁸⁰ Op. cit., p. 222.

⁵⁸¹ Op. cit., p. 224.

⁵⁸² SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁵⁸³ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), não os refere.⁵⁸⁴

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), refere o “*Forte da Pontinha*”, localizado “*na base da montanha*” onde se encontrava o Forte de São Brás, indicando que já só restavam alguns vestígios, e o “*Forte do Calhau do Peixe*”, sem maiores informações⁵⁸⁵.



Figura 33 - Vila do Porto, Ilha de Santa Maria - vista do Cais da Alfândega, fotografia p_b, Francisco António Chaves, 1908. Acervo: BPARPD.

⁵⁸⁴ Op. cit..

⁵⁸⁵ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

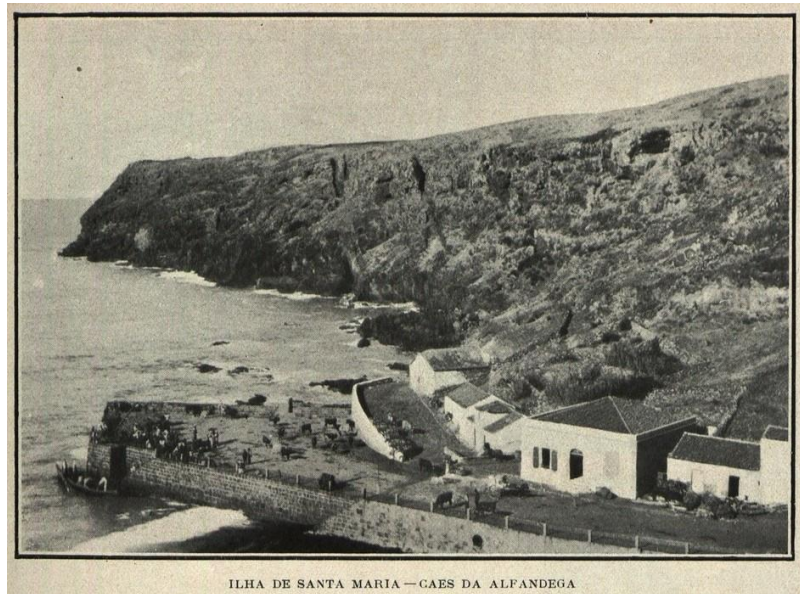


Figura 34- “Ilha de Santa Maria – Caes da Alfândega”, fotografia p_b, s.a.. In *Serões, Revista Mensal Ilustrada*, n.º 38, 1908.

Encontram-se relacionados por BAPTISTA DE LIMA (1982) como: “*Dois fortes rasos com o mar no porto da Vila;*”.

Nenhuma destas estruturas chegou até aos nossos dias.

3.6.3. Forte do Marvão

Oficialmente denominado **Prédio Militar n.º 16**, também referido como **Forte de Marvão e Forte da Ponta do Marvão**, localiza-se na ponta do Marvão, a Leste do porto da vila, freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, na costa Sul da ilha.

Remonta possivelmente a uma vigia na área, existente no final do século XVI, como referido por FRUTUOSO (1998). Retransmitia os avisos oriundos da vigia no Figueiral com destino à vigia na ermida de Nossa Senhora da Conceição no Alto da Rocha, sobre o porto da vila ⁵⁸⁶.

Desconhece-se a data de construção desta estrutura, bem como a quem possa ser atribuída, mas, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) encontra-se referido pelo marechal Castelo Branco na relação *Fortificações nos Açores existentes em 1710* como “O Forte na ponta donde se anchora.” ⁵⁸⁷

O padre António Cordeiro assim o referiu em 1717:

*“A defeza d'esta Villa, e de toda a ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de postos por onde podia ser entrada, e o foi então três vezes, de Mouros, Inglezes, e Francezes; mas depois se lhe fizerão (...) na ponta de Marvão, e no Figueiral, e na Prainha outros Fortes com sua artilharia (...).”*⁵⁸⁸

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* registou a seu respeito, embora fazendo alguma confusão entre o Forte de São Brás sobre o porto de Vila do Porto, maior e mais importante, com o do Marvão, a Leste, de dimensões bastante mais reduzidas:

“O porto desta vila se abre em duas pontas e começando a dar informação da circunferência desta ilha (que são 14 leguas com 5 de comprido e 4 de largo) principiaremos pela ponta do lado esquerdo que chamam do Marvão, aonde preside uma companhia com sua casa de abobada que serve de guarda, a qual tem 90 soldados. Há neste porto um forte novo bem metido, onde dizem os antigos que foi esta a primeira

⁵⁸⁶ Op. cit., Livro III, cap. XVII.

⁵⁸⁷ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180. Como será registado por autores de Roteiros de Navegação nos séculos XVIII e XIX, era mais seguro para as embarcações buscarem abrigo dos ventos imediatamente a Leste do porto da vila.

⁵⁸⁸ Op. cit., Livro IV, cap. IV, p. 106.

terra em que aportaram os seus descobridores, e junto a este forte está uma casa de abobada que serve [de armazém] de petrexos da artilharia; (...)”⁵⁸⁹

BARRETT (2017), ao visitar a ilha em julho de 1812, refere: “*Dos dois lados encontram-se altos rochedos, nas extremidades exteriores, onde ficam situados dois antigos fortes.*”⁵⁹⁰

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: “*Fica a Ponta do Marvão (ao Sudoeste digo) ao Sueste, tem o Castello chamado do Marvão, segue-se o Figueiral, Touril, nestes sítios houve vinhas do melhor vinho, e também dão e tem dado muita pedra de cal.*”⁵⁹¹ E complementou: “*Em seguida fica a ponta do Marvão com um castelo e a furna chamada da Burra.*”⁵⁹² E sobre a sua artilharia deu conta: “*- Dito da Ponta do Marvão com quatro peças de ferro.*”⁵⁹³

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “*(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)*”, onde refere: “*Forte da Ponta do Marvão, com quatro peças incapazes.*”⁵⁹⁴

SOUSA (1995), em 1822, a respeito do porto de Vila do Porto, referiu: “*(...) O seu Porto é uma pequena Enseada virada a sudoeste, entre as pontas de Marvão a sueste, e Força [Forca] a oeste; em ambas as quais há pequenas fortalezas. (...).*”⁵⁹⁵

Embora relacionada em 1815 por FIGUEIREDO, a fortificação não se encontra assinalada na “*Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*”⁵⁹⁶.

O Relatório de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores), inclui-o na relação de fortes de Santa Maria como “*(...) inúteis e de difícil acesso alguns podendo a sua acção ser substituída empregando para a defesa a fuzilaria dos lugares mais*

⁵⁸⁹ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 2v.

⁵⁹⁰ BARRETT, 2017:70.

⁵⁹¹ Op. cit., p. 212.

⁵⁹² Op. cit., p. 222.

⁵⁹³ Op. cit., p. 223.

⁵⁹⁴ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁵⁹⁵ SOUSA, João Soares de Albergaria de (1995) - *Corografia Açórica: Descrição Física, Política e Histórica dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, p. 83.

⁵⁹⁶ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

dominantes (...).” E critica os oficiais de engenharia e artilharia que classificaram algumas estruturas de defesa na ilha “[...] *como fortes, enganando assim as autoridades do Governo [...].*” ⁵⁹⁷

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava demolido ⁵⁹⁸.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), refere que apresenta planta retangular, com 4 canhoneiras e sem alojamento ⁵⁹⁹.

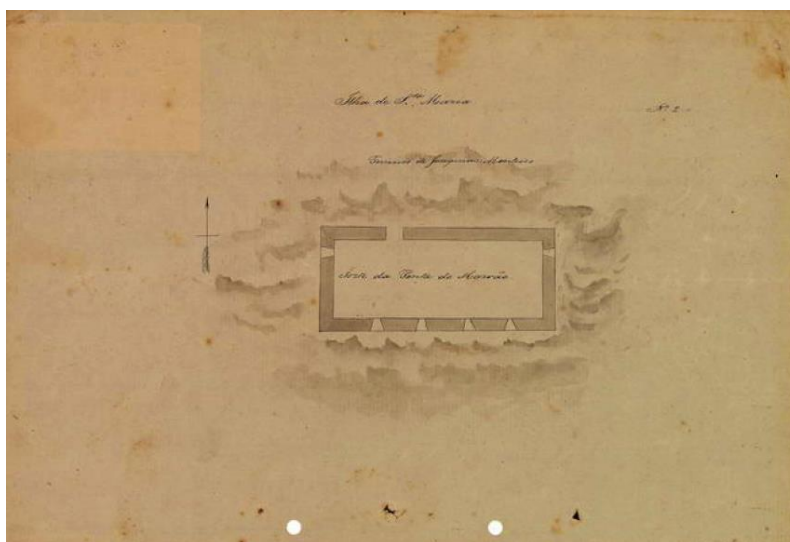


Figura 35 - Ilha de S.^{ta} Maria / Forte da Ponta do Marvão, planta, ms., aguarelada, S.l., 1864, s.n..

Acervo: Biblioteca Exército / Registo Nacional de Objetos Digitais. Disponível em:

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283683&img=41143>

Ainda à época, MURGA Y MUGÁRTEGUI (1866) esclareceu:

“Como una milla as E. de la punta de Malmerendo se halla la de Marvan, que despide piedras `corta distancia, y que tambien tiene encima un fuerte. Entre ambas se forma el

⁵⁹⁷ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.ª Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁵⁹⁸ Op. cit., p. 269.

⁵⁹⁹ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

*puerto de Santa María, en cuya cabecera se halla la villa del mismo nombre, que es la capital de la isla, encajonada en un angosto valle regado por dos arroyos.*⁶⁰⁰

KERHALLET (1881) em fins do século do XIX, ao descrever este trecho da costa da ilha referiu: “(...) *Les côtes de la baie [de Porto ou Santa Maria] se termine à la pointe Marvão sur laquelle s'élève également un fort. Cette pointe est garnie de roches à son pied. (...).*”⁶⁰¹

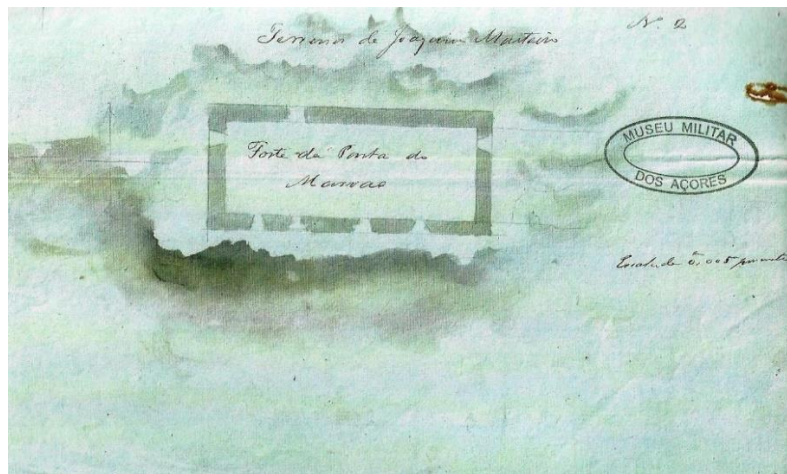


Figura 36 - Forte da Ponta do Marvão, s.a., s.d. (séc. XVIII?), planta, ms., aguarelada, Museu Militar dos Açores. Apresenta planta retangular com 6 canhoneiras e entrada pelo lado de terra.

⁶⁰⁰ MURGA Y MUGÁRTEGUI, Gonzalo de (1866). *Derrotero del archipiélago de las Azores o Terceras*. Madrid, Deposito Hidrográfico, p. 29.

⁶⁰¹ Op. cit., p. 73.

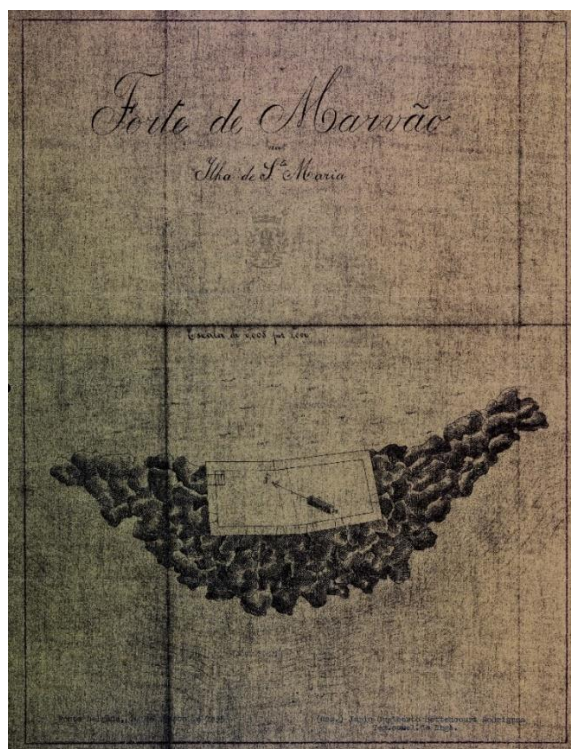


Figura 37 - *Forte de Marvão na Ilha de S.ª Maria*, planta, ms., Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues (Tenente-Coronel de Engenharia), Ponta Delgada, 24 de agosto de 1895, 600 x 315 mm, 5486/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Apresenta planta poligonal, com as dimensões aproximadas de 18 x 8m, em cujos muros se rasgam 6 canhoneiras.⁶⁰²

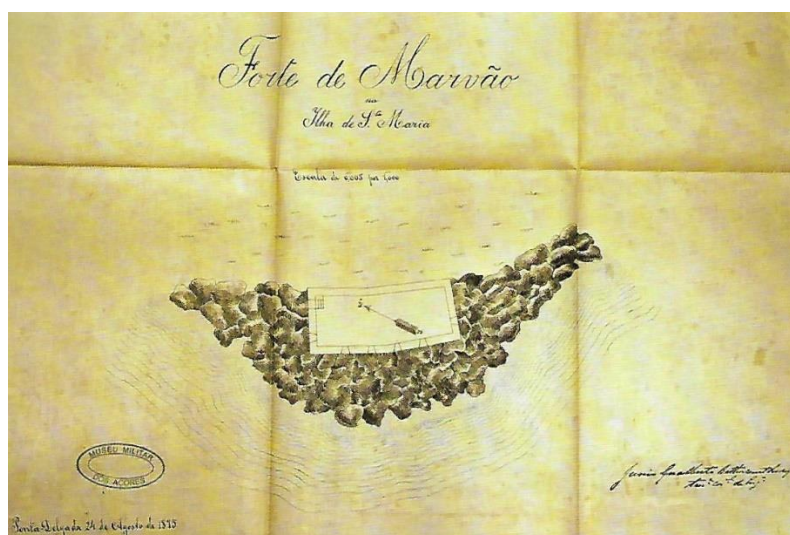


Figura 38 - *Forte de Marvão na Ilha de S.ª Maria*, planta, ms., Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues (Tenente-Coronel de Engenharia), Ponta Delgada, 24 de agosto de 1895, CD/MMA, cx. 15, FIA 263.

⁶⁰² Ver ainda: *Forte de Marvão na Ilha de S.ª Maria*, CD/MMA, cx. 15, FIA 263

No seu tombo consta que, através do auto de entrega de 24 de maio de 1941, o Ministério da Guerra procedeu à sua entrega à Direcção de Finanças do Distrito de Ponta Delgada, e que lhe era atribuído um valor Patrimonial de 138\$50. Este documento informa que o forte possuía uma área de 277m².

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982).

Em nossos dias encontra-se em ruínas, tendo a erosão marinha destruído o muro voltado para o mar. No chão jaz uma antiga peça de artilharia antecarga, de alma lisa, de ferro, desmontada. Está compreendido no *Parque Natural de Santa Maria*, dentro da área do *Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha*.



Figura 39 - Ponta do Marvão, ilha de Santa Maria: ao centro, à esquerda, o antigo forte (Foto do autor, junho de 2013)



Figura 40 –

Forte da Ponta do Marvão, ilha de Santa Maria: no solo uma antiga peça de artilharia antecarga, de alma lisa, de ferro, desmontada (Foto do autor, junho de 2013)

3.6.4. Forte do Figueiral

Também referido como **Forte da Figueira** ⁶⁰³, localizava-se na ponta do Figueiral, freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, na costa Sul da ilha.

Remonta possivelmente a uma vigia no local, existente no final do século XVI, como referido por FRUTUOSO (1998), integrando um sistema de comunicação composto por fachos: “*Para a banda do Sul [sobre a Almagreira], (...) o Pico do Figueiral, onde vigiam e estão os fachos, (...).*”⁶⁰⁴ Os avisos passavam pela vigia na ponta do Marvão e alcançavam a ermida de Nossa Senhora da Conceição no Alto da Rocha, sobre o porto da vila⁶⁰⁵. O autor denomina ainda “*Fachos*” ao ponto mais alto da ilha (atual Pico Alto), de onde também se vigiava o mar.⁶⁰⁶

Desconhece-se a data de construção desta estrutura, bem como a quem possa ser atribuída, mas, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) pode estar referido pelo marechal Castelo Branco na relação “*Fortificações nos Açores existentes em 1710*” como “*O Forte sobre meya Bahia.*”⁶⁰⁷

No início do século XVIII, António Cordeiro assim o referiu:

“A defeza d'esta Villa, e de toda a ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de postos por onde podia ser entrada, e o foi então três vezes, de Mouros, Inglezes, e Francezes; mas depois se lhe fizeram (...) na ponta de Marvão, e no Figueiral, e na Prainha outros Fortes com sua artelharia (...).” ⁶⁰⁸

TOFIÑO (1789) em seu roteiro, embora sem mencionar esta fortificação, esclarece a importância deste trecho da costa da ilha:

“El Puerto de Santa María [Vila do Porto] es muy desabrigado y es expuesto á las travesías del Sur: por esto no anclan en él sino buques de poco porte y en tiempo de Verano. Para hallarse francos en qualquier accidente se fundea al S. y E. de la Punta de Marvan enfrente de la parte que llaman Figueiral: el mejor ancladero que conocen los

⁶⁰³ FERREIRA, 1997:67; MARTINS, 2013:138.

⁶⁰⁴ Op. cit., Livro III, cap. IX.

⁶⁰⁵ Op. cit., Livro III, cap. XVII.

⁶⁰⁶ Op. cit., Livro III, cap. XIX.

⁶⁰⁷ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁶⁰⁸ CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. IV, p. 144.

*Prácticos de la Isla es como a una milla de la costa en la línea de enfilacion de las Puntas de Malbusca y del Castillo de la Villa de Santa María de modo que el castillo de la Villa de Santa María (que es lo mas S.O. de ella) se descubra del todo por la Punta de Marvan: (...).”*⁶⁰⁹

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana*, embora não o refira explicitamente, acerca do Forte do Marvão complementou: “[...] e para o lado esquerdo que caminha para o leste está um forte com duas peças.”⁶¹⁰ E prossegue na descrição, acerca da enseada da Praia: “(...) e correndo pela costa abaixo está o lugar do Figueiral onde se faz guarda na ocasião dos rebates, por ser porto de barcos e terra baixa (...).”⁶¹¹

Embora também sem ser citado pelo Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo na sua *Descrição da Ilha de Santa Maria* (1815) e nem pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva na sua relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)” (1819), o primeiro assinala-o na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824* (...) ⁶¹², a leste, vizinho à ponta do Marvão, cuja fortificação, a seu turno, descrita no trabalho de 1815, omite no de 1824.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava arruinado.⁶¹³

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), localiza-o a 120 metros do forte do Marvão, indicando que dele já só existiam vestígios e 2 peças de ferro incapazes.⁶¹⁴

Ainda à época, MURGA Y MUGÁRTEGUI (1866) esclarecia:

“Por los susodicho inconvenientes [porto desabrigado e exposto às ‘travesías del S.’, onde barcos maiores não podem ancorar e os pequenos apenas no Verão], y además porque es imposible levarse con vientos de travesía, las embarcaciones que quieren

⁶⁰⁹ Op. cit., p. 201.

⁶¹⁰ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 2v.

⁶¹¹ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3.

⁶¹² *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁶¹³ Op. cit., p. 269.

⁶¹⁴ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

*estar francas en cualquier contingencia fondean al S. y E. de la punta de Marvan, enfrente de la costa que llaman el Figueiral, como à una milla de ella, y en la línea de enfilacion de la punta de Malbusca y el castillo de Santa Lucía [Forte de São Brás], de modo que este castillo, que se halla en lo más SO. de la villa, se descubra del todo por encima de la punta de Marvan. Esto dice Tofiño, y anade que en su reconocimiento halló en dicho punto 36 brazas (60 metros) de fondo de mala calidad, circunstancia por la cual le parece que el puerto de San Lorenzo es el mejos fundeadero que hay en la isla. Sin embargo, Kerhallet manifiesta que en fundeadero ordinario es como una milla al E. de la punta de Marvan, en la enfilacion de la punta de Malbusca y el fuerte de la punta de Malmerendo, de modo que se descubra bien el fuerte por fuera de la punta de Marvan, paraje donde hay un pequeño plácer de arena com 30 á 32 braças (50 á 54 metros) de agua encima, y á corta distancia al E. del cual comieza de nuevo el fondo de piedra.*⁶¹⁵

A estrutura chegou até aos nossos dias em ruínas, devido à falta de conservação e à erosão marinha. Uma das peças ainda se encontra no seu terraplano, encontrando-se a outra caída nas águas do mar, podendo ser vista entre a arrebentação. O seu sítio está compreendido no Parque Natural de Santa Maria, dentro da área do Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha.



Figura 41 - Forte do Figueiral (Foto do autor, julho de 2014)

⁶¹⁵ MURGA Y MUGÁRTEGUI, Gonzalo de (1866). *Derrotero del archipiélago de las Azores o Terceras*. Madrid, Deposito Hidrográfico, pp. 29-30.

3.6.5. Forte da Prainha

Localiza-se em uma ponta a Oeste da baía da Praia, no lugar da Prainha, freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, na costa sul da ilha.

Após o ataque de van der Does em 1599, o acórdão da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila do Porto de 21 de agosto 1599 deliberou a implantação de uma série de providências para a defesa da ilha, entre as quais a de “[...] *haver vigia na Prainha e Touril quando fosse necessário para defesa da terra (...).*”⁶¹⁶

Desconhece-se a data de construção desta defesa, bem como a quem possa ser atribuída, mas, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) pode ser um dos redutos referidos pelo marechal Castelo Branco na relação *Fortificações nos Açores existentes em 1710* na baía da Praia sob a designação “O Forte (...), da Praya, e os dous Redutos.”⁶¹⁷

Essa informação parece ser confirmada no início do século XVIII, pois a *Corographia Insulana* a seu respeito registou:

“(...) Tem mais o dito castelo [de São João Baptista] a um lado direito um forte [de São João Evangelista] com duas peças d’artilharia e mais adiante outro [o da Prainha] com outras duas peças as quais maneam o mesmo condestável e artilheiros do dito castelo da praia, que chamam de Sn. João Baptista por lhe ficarem vizinhos (...).”⁶¹⁸

Ainda à época, o padre António Cordeiro referiu:

“A defeza d’esta Villa, e de toda a ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de postos por onde podia ser entrada, e o foi então três vezes, de Mouros, Inglezes, e Francezes; mas depois se lhe fizeram (...) na ponta de Marvão, e no Figueiral, e na Prainha outros Fortes com sua artelharia (...).”⁶¹⁹

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: “Logo se segue a Prainha onde fica uma

⁶¹⁶ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 21 de agosto de 1599. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 329-330.

⁶¹⁷ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁶¹⁸ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3.

⁶¹⁹ CORDEIRO, 2007: Livro IV, cap. IV, p. 106.

*grota e um castello com porto de varar barcos de pesca, aparecem algumas lagostas neste porto.”*⁶²⁰

E sobre a sua artilharia dá conta: “- *Dito [forte] na Prainha com duas peças de ferro.”*⁶²¹

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) *Baterias que há no perímetro da Ilha (...)*”, onde refere: “*Forte da Rainha [Prainha], com duas peças incapazes.*”⁶²²

A fortificação encontra-se assinalada na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo* como “*F. da Praÿnha*”⁶²³.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava arruinado⁶²⁴.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), informa que apresentava planta retangular, tinha um pequeno alojamento tudo muito arruinado⁶²⁵.

Uma anotação sobre a Ermida de N.ª S.ª dos Remédios, no Livro do Tombo da Freguesia de N.ª S.ª do Bom Despacho, refere o forte:

“(...) Tem este lugar um porto que era considerado o melhor da ilha; mas deixando de o ser por estar exposto ao vento sul. Um pouco mais distante fica o porto da Prainha, que por ser mais abrigado ali se acolhem os barcos de pesca. Antes porém de chegar a este porto, em seguida à passagem do Risco, está um pequeno castelo antigo, já desmoronado, e no frontispício da muralha, voltada ao mar, estava esta inscrição: (cuas principais palavras já se não vêem) ... S.º Amaro, à vossa vista e amparo não póde temer ninguém.- Já lá vão trinta e um anos que isto vi, quando vim para este Curato, mas o

⁶²⁰ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 222.

⁶²¹ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 223.

⁶²² SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁶²³ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁶²⁴ Op. cit., p. 269.

⁶²⁵ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

tempo que tudo estraga tem obliterado as letras e hoje [1936] já se não pode decifrar bem.. (...)’⁶²⁶

Foi ocupado – possivelmente com a função de vigia – à época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conforme atestam os vestígios de uma estrutura em blocos de betão no seu terrapleno.

Está compreendido no Parque Natural de Santa Maria, dentro da área do Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha.



Figura 42 - Forte da Prainha: ao fundo a baía da Praia (foto do autor, julho de 2007)

⁶²⁶ Ermida de N.^a S.^a dos Remédios. In *Livro do Tombo da Freguesia de N.^a S.^a do Bom Despacho, Ilha de Santa Maria, 1936*, fl. 4v.

3.6.6. Forte de São João Evangelista⁶²⁷

Também referido como “**Forte da Ribeira**”, localizava-se na praia Formosa, na freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, na costa Sul da ilha.

Desconhece-se a data de construção desta estrutura, bem como a quem possa ser atribuída, mas, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) pode ser um dos redutos referidos pelo marechal Castelo Branco na relação *Fortificações nos Açores existentes em 1710* na baía da Praia sob a designação “O Forte (...), da Praya, e os dous Redutos.”⁶²⁸

No início do século XVII, a *Corographia Insulana*, a seu respeito, registou:

“(…) Tem mais o dito castelo [de São João Baptista] a um lado direito um forte com duas peças d’artilharia e mais adiante outro [o da Prainha] com outras duas peças as quais maneam o mesmo condestável e artilheiros do dito castelo da praia, que chamam de Sn. João Baptista por lhe ficarem vizinhos (…).”⁶²⁹

Um documento de 1796 refere-o como “Castelinho pegado ao grande”.⁶³⁰

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: “(...) a Bahia da Praia com um grande areal d’areia branca, vaza ali a ribeira dos Gatos e a da Praia que tem os quatro moinhos, e tem três castellos de que já se fez menção.”⁶³¹

E sobre a sua artilharia especificou: “- O Forte de S. João também sito na Praia com duas peças de ferro.”⁶³²

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Forte de S. João da Praia, com duas peças incapazes.”⁶³³

⁶²⁷ Cf. Relatório de 1839 da 10.^a Divisão Militar (Açores) (MARTINS, 2013:146).

⁶²⁸ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁶²⁹ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3.

⁶³⁰ BPARPD, Fundo JABVA.

⁶³¹ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d’Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 222. Na realidade até este ponto da *Descrição* que conhecemos, essa menção não é feita.

⁶³² Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d’Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 233.

⁶³³ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

Encontra-se assinalado na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*⁶³⁴, na margem direita da foz da ribeira, fronteiro ao Forte de São João Baptista.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.^a Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava arruinado⁶³⁵.

A estrutura não chegou até aos nossos dias.

⁶³⁴ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁶³⁵ Op. cit., p. 269.

3.6.7. Forte de São João Baptista da Praia Formosa

Oficialmente designado como **Prédio Militar n.º 15, 38 e 39**, e também referido como **Prédio Militar n.º 1 / Vila do Porto**⁶³⁶, **Castelo de São João Baptista, Castelo da Praia**, localiza-se no extremo Oeste da praia Formosa, na freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, no Sul da ilha.

Tinha a função de defesa desta baía, o melhor desembarcadouro da ilha, contra os ataques de piratas e corsários, outrora frequentes nesta região do Oceano Atlântico.

Em nossos dias, campanhas de prospeção desenvolvidas em seu recinto sob a coordenação do arqueólogo madeirense Élvio de Sousa, levantaram a possibilidade de constituir-se na mais antiga estrutura de fortificação no arquipélago⁶³⁷, o que coloca em questão a historiografia estabelecida de que as estruturas defensivas mais antigas documentadas para os Açores são o Castelo de São Cristóvão (c. 1460) no Alto dos Moinhos, em Angra, na ilha Terceira; o Forte de São Brás (1551), sobre o Porto, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel; e o Forte de São Sebastião (1572), sobre o Porto de Pipas, em Angra.

A carta da Ilha de Santa Maria no “*Atlas factício de Diogo Machado*”, (a. 1570) indica, neste trecho da costa, onde se localizava o lugar de Nossa Senhora dos Remédios, uma “Vigia”, entre a foz da Ribeira de Nossa Senhora (a Oeste) e a da Ribeira do Gato (a Leste).

À época, no mapa do arquipélago dos Açores (“*Açores Insulae*”), de autoria de Luís Teixeira (c. 1584), a praia onde se localiza encontra-se referida com o nome de “*Plaia Hermosa*”⁶³⁸, sem indicação de defesa ou vigia.

Ainda do mesmo autor, o mapa “*Descripçam da Ilha de Santa Maria*” (1587), atualmente na *Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze*, assinala a “*Paróquia da Figueira*” (o que pode apontar a antiguidade da atual Ermida de Nossa Senhora dos Remédios) com 40 vizinhos, e a “*Praia Fremosa*”, também sem indicação de defesa ou vigia.

⁶³⁶ Na década de 1920.

⁶³⁷ SOUSA, Élvio Duarte Martins (2014). O “Castelo” de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria, Açores. A mais antiga edificação militar dos Açores? In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XL, n.º 440, 20 fev., pp. 24-26. Ver também DIAS, 2008:35.

⁶³⁸ As toponímias deste mapa encontram-se em língua castelhana, uma vez que, à época, Portugal se encontrava sob a União Ibérica (1580-1640).

Destaque-se que, embora as fontes cartográficas acima citadas nos deem conta da praia Formosa – uma praia de areia com cursos de água que nela desaguam –, e as fontes manuscritas nos informem das fragilidades das defesas das ilhas do arquipélago diante das ameaças de corsários à época, apenas temos notícia da construção de obras defensivas à época da Dinastia Filipina, nomeadamente após o assalto de corsários de 1616.

Foi por aqui que entraram os corsários Ingleses em 1589 e os Argelinos do assalto de junho de 1616, este último o mais danoso da história da ilha ⁶³⁹. Desde 1599 os habitantes de Santa Maria solicitavam providências para a defesa:

“(...) e por ele [Capitão-mor da Milícia de Guerra Manuel de Sousa] foi dito aos ditos oficiais da Câmara que lhe parecia bem para guarda da terra quaso é quando houver rebates é de inimigos que queiram cometer a entrada da terra que houvesse cinquenta homens aventureiros, trinta arcabuzeiros e vinte piques para sempre estarem prestes e diligentes para qualquer encontro dos inimigos outrossim requereu aos ditos oficiais da Câmara que era necessário sobre a fajã de São Lourenço para se vigiar daquela parte que lhe parecia necessário que eles pusessem dia para irem ver aonde mais acomodadamente pudesse ser a qual vigia seria perpetua no verão assim mais lhe parecia na Praia aonde os inimigos entraram outra haver vigia na Prainha e Touril quando fosse necessário para defesa da terra (...).”⁶⁴⁰

Aparentemente não tendo sido as providências para a defesa suficientes ou atempadas, a incursão de 1616 valeu, já no ano seguinte (1617) uma renovada advertência de Filipe III de Espanha (1598-1621) ao Capitão-mor Pedro Soares de Sousa (neto):

“(...) Por alguns avisos de que se pode fazer fundamento tenho entendido que de Argel tem saído duas esquadras de corsários que já apareceram nas costas deste reino de quantidade de navios com desejo de lançar gente em terra nos portos que houverem que podem empreender (...).

(...) pelo cuidado do que podem dar-me pareceu tornar-vos a advertir do que deles se tem entendido (...) e encomendar-vos que deis ordens para que em todos os lugares que estiverem expostos a ser cometidos se esteja com particular vigia e com a gente tão prevenida e armada que em caso que suceda ocasião se impeça de maneira a desembarcação a estes corsários que a não possam conseguir prevenindo para com mais

⁶³⁹ GUEDES, 1996:1.

⁶⁴⁰ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 21 de agosto de 1599. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 329-330.

força se lhes fazer toda a resistência que os lugares do dito sertão estejam em toda a boa ordem e avisados que hão de acudir nos casos repentinos e de necessidade, tanto que tiverem recado de qualquer acometimento destes piratas (...).”⁶⁴¹

A memória da catástrofe de 1616 e as recomendações do soberano surtiram efeito, de tal modo a que, em 1618, tomavam-se as primeiras providências para a defesa:

“E sendo como dito é, aí foi presente o Senhor Capitão Pedro Soares de Sousa, e por ele foi dito e disse que ele fora com eles oficiais a ver os matos que roçavam e outros que era necessário tomar-se para segurança das mulheres e meninos e gado (...).”⁶⁴²

E definindo os limites dos matos que deveriam ficar incultos para fins de defesa, conclui:

“(...) e nestas confrontações derradeiras todos os que tiverem roças usarem delas e não roçarem noutras e roçando incorrem nas penas acima e assim em havendo rebates mandem por suas mulheres no Pico Alto e onde estarão todas juntas com suas famílias aonde serão defendidas e todo o q. o contrário fizer incorrerá nas penas acima [coima, degredo, confisco de fazenda] (...).”⁶⁴³

GUEDES (1996), com relação à questão da autoria da traça desta fortificação na praia Formosa, afirma que é desconhecida, e aventa a possibilidade de se dever ao *Sargento-mor Marco de Teive [sic]*, em visita a algumas ilhas do arquipélago na década de 1630, quando poderá ter visitado Santa Maria⁶⁴⁴.

Os trabalhos de fortificação, entretanto, não terão progredido. Em 1624, Filipe IV de Espanha (1621-1665) outorgou a Brás Soares de Sousa (neto), em recompensa por serviços prestados no Norte de África, a Comenda da Ilha de Santa Maria da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, com o gozo dos seus proventos a partir de 24 de junho de 1623. Entretanto, tendo os recursos anteriores desta Comenda sido consumidos no Real Serviço, o soberano impunha a Brás Soares de Sousa a obrigação de doar, por cinco anos a

⁶⁴¹ Carta de Filipe III de Espanha ao Capitão-donatário (Pedro Soares de Sousa, neto) sobre os Argelinos, em 6 de março de 1617. In GUEDES, 1996:Nota à p. 21. Grifo nosso.

⁶⁴² Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 9 de junho de 1618. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 343-345.

⁶⁴³ Op. cit.

⁶⁴⁴ Op. cit., p. 11.

partir de então, os rendimentos da dita Comenda para a fortificação que o soberano ia ordenar para a dita ilha. Nesse período não os poderia receber e cobraria ao Provedor da Fazenda das Ilhas Terceiras, que conservaria esses montantes em arca separada e fechada os recursos para se despendar na obra da fortificação, por ordem do Conselho de Fazenda. Concluída esta no período aprazado, aquele rendimento deveria ser aplicado aos reparos das igrejas conforme o necessário, a ser estipulado pela Mesa da Consciência e Ordens.⁶⁴⁵

Duas décadas mais tarde (1638) a Câmara Municipal registava “(...) *Sua Magestade tinha feito mercê de cinco anos do rendimento da Comenda [de Nossa Senhora da Assunção] desta ilha para se fazer uma fortificação nesta ilha, a qual começou e se não acabara (...).*”⁶⁴⁶

No contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668), dadas as dificuldades expostas pelas autoridades civis de Vila do Porto, a Coroa providenciou recursos monetários para a defesa da Praia Formosa através do Alvará da chamada “*finta do barro*”, em 20 de maio de 1649:

“Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que por parte do Juiz e Vereadores e Procurador da Câmara [Municipal] de Santa Maria se me representou acerca da necessidade que tem de reparos, munições e mais apréstimos e petrechos de guerra as fortalezas que no lugar da Praia da mesma ilha, se tem acrescentado pelos moradores e sargento mor de convir a meu serviço que nos dois baluartes e torreão [de] São João assista um bombardeiro pago para defender qualquer acometimento do inimigo (...).”⁶⁴⁷

Entretanto, mesmo com as fortificações em obras e o artilheiro nomeado, a questão da artilharia ainda se encontrava pendente em 1664:

“Em como por aviso que ouve de Sua Magestade q. D.^s g.de no anno de [1]655 que os mouros vinhão a esta ilha mandou por duas pessas suas de artilharia com seus reparos

⁶⁴⁵ Comenda de Santa Maria dada como recompensa de serviços a Braz Soares de Sousa em 1624, Carta de Filipe III de Portugal, 13 de julho de 1624. In *Arquivo dos Açores*, vol. XI, 1890, pp. 308-310.

⁶⁴⁶ Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 2 de junho de 1638. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 345-347.

⁶⁴⁷ Translado do Alvará de imposição e tributo do barro (finta do barro), 1649. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 28-29.

*no Castelo e fossa de Santo amaro do lugar da praia as coais avia comprado com seu d.^{ro} por fazer serviso ao d.^o Snor e defender os moradores desta ilha.”*⁶⁴⁸

O Alvará Real de 6 de agosto (2 de julho?) de 1683 nomeou Vicente Pires Ferreira como Condestável uma vez que:

*“(…) por faslecimento de seu pay Rodrigo Gonsalves Ferreira vagou a prassa de condestable do Castelo e reditos do Lugar da praya de Sam João da Ilha da Santa Maria (...) daqual vencera o soldo que elle [pai] lograva paguo na mesma forma e parte que o vensia e a este Alvará lhe mandara dar inteiro comprimento o Capitão mor desta Ilha de Santa Maria e os officiais da Camara della (...)”*⁶⁴⁹.

No contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) encontra-se referido pelo marechal Castelo Branco na relação *Fortificações nos Açores existentes em 1710* como “O Forte (...), da Praya, e os dous Redutos.”⁶⁵⁰

Poucos anos mais tarde, o padre António Cordeiro, ao descrever as defesas da ilha, referiu o Castelo da Praia:

*“A defeza desta Villa, & de toda a Ilha, era de antes pouca, sendo que tem huma legoa de pòstos [pontos] por onde podia ser entrada, & o foy então tres vezes, de Mouros, Inglezes, & Franceses; mas depois se lhe fizeraõ no Castello da praya dous Fortes com quatorze peças, & adiante hum Forte com algumas; na Villa dous Fortes com sua artelharia; o que tudo não só manda o Governador, & Capitaõ Donatario, (...) mas immediatamente hum Capitão de artelharia com trinta Artilheiros, além do Capitão mor, officiaes, & gente da ordenança; que quando pelas mais partes da Ilha, he por natureza inconquistavel, havendo alguem que das rochas só com pedras a defenda.”*⁶⁵¹

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* registou a seu respeito que a uma légua da ponta do Marvão encontrava-se “(...) a baía [que] se chama a da Praia, que

⁶⁴⁸ Petição do Capitão Manuel Curvelo da Costa, Almojarife de Sua Majestade que Deus Guarde (1664). In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 325-326.

⁶⁴⁹ Livro 1.º do Tombo da Câmara Municipal de Vila do Porto, fls. 16 e 17; “(...) por onde sua Alteza que Deus guarde fez merce a Vicente Pires Ferreira de Condestável do Castelo e Redutos do lugar da Praia de S. João desta ilha de Santa Maria (...), translado de um Alvará Real para Vossa Alteza ver, por Despacho do Conselho da Guerra, de 2 de julho de 1683. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 61.

⁶⁵⁰ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁶⁵¹ CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. IV, p. 106.

se faz dentro de uma grande enseada ou angra muito arriscada a [a] invasão dos inimigos (...).” E sobre este forte, prossegue:

“(…) No meio da dita praia está um castelo com as suas casas, duas peças de bronze e quatro de ferro. sendo este o lugar mais bem fortificado que tem a ilha por ser duas vezes invadida pelos moiros e franceses, por cujo respeito se lhe faz artilharia mais grossa e um condestável pago com residência pessoal que é Rodrigo Gonçalves, com mais 8 bombardeiros (...).”⁶⁵²

BARRETT (2017), ao visitar a ilha em julho de 1812, refere: “(…) *A bela baía [da Praia] é um lindo anfiteatro com cerca de duas milhas de largura, com uma praia de areia escura e um pequeno forte sobre ela, tendo como defesa dois canhões de latão [bronze] para protege-lo de um desembarque inimigo.*”⁶⁵³

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: “(…) *a Bahia da Praia com um grande areal d'areia branca, vaza ali a ribeira dos Gatos e a da Praia que tem os quatro moinhos, e tem três castellos de que já se fez menção.*”⁶⁵⁴ E sobre a artilharia dá conta:

“O Castello de S. João Baptista no dito sitio da Praia com sete peças a saber duas de bronze de calibre doze e uma de ferro de calibre vinte e quatro, e tres de ferro de sete, mas todas muito arruinadas.”⁶⁵⁵

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(…) *Baterias que há no perímetro da Ilha (…)*”, onde refere: “*Castelo de S. João Baptista da Praia, com duas peças de bronze calibre 12, uma de ferro de 24 e mais quatro incapazes.*”⁶⁵⁶

⁶⁵² Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3.

⁶⁵³ BARRETT, 2017:80.

⁶⁵⁴ Op. cit., p. 222. Na realidade até este ponto da “*Descrição*”, não fizera essa menção.

⁶⁵⁵ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 233. Na realidade esse cômputo indica 6 peças.

⁶⁵⁶ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fls. 151-186v.

A fortificação encontra-se assinalada na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*.⁶⁵⁷

Em 1837 a Câmara Municipal deliberou suspender a verba destinada aos utensílios militares e o pagamento ao bombardeiro do “*Castelo da Praia*”.⁶⁵⁸

O *Relatório* de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores) considera que a baía do “(...) *local da Praya* (...)” era um ponto estratégico a ser defendido, justificando a reparação do forte, a ser artilhado com 3 caronadas do calibre 9, as 2 peças de bronze do calibre 4 já existentes, e peças de ferro do calibre 3 a serem transferidas do Forte de São Brás de Vila do Porto, em lugar das então existentes: 1 de ferro de grosso calibre e 5 também de ferro, de menor calibre, todas incapazes de serviço.⁶⁵⁹

A sua estrutura é descrita como: “(...) *Tem um parapeito e à sua esquerda um torrião com uma casa de guarda em ruínas e à direita um pequeno quartel d'alto e baixo também a precisar de obras, um armazém para o material de guerra* (...)”, e aponta uma verba nunca inferior a 600\$000 reis para execução dos reparos necessários.⁶⁶⁰

⁶⁵⁷ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁶⁵⁸ Acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto, 8 de janeiro de 1837. In BPARPD, Fundo JABVA.

⁶⁵⁹ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁶⁶⁰ Op. cit.

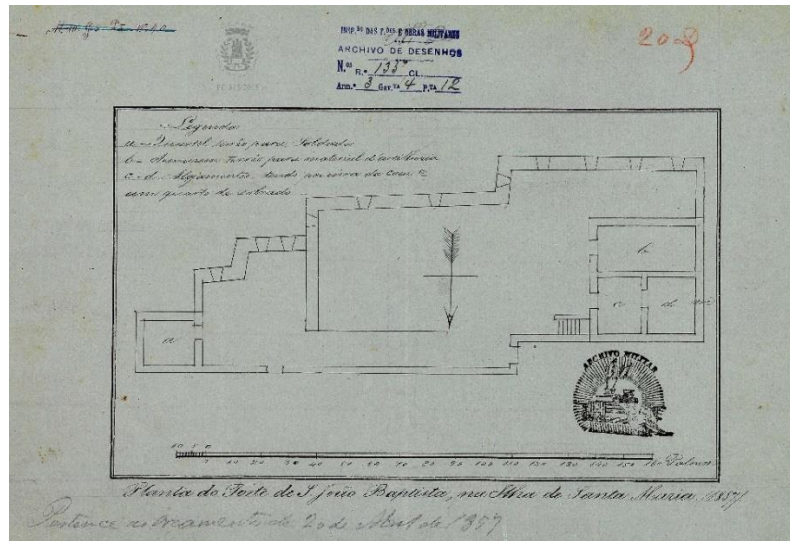


Figura 43 - Planta do Forte de S. João Baptista, na Ilha de Santa Maria (1857), planta, ms., 320 x 210 mm, 135/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), informou que “*Tem um quartel alto e uma cozinha*” e que se encontrava arruinado ⁶⁶¹.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o no lugar da Praia, sem maiores informações. ⁶⁶²

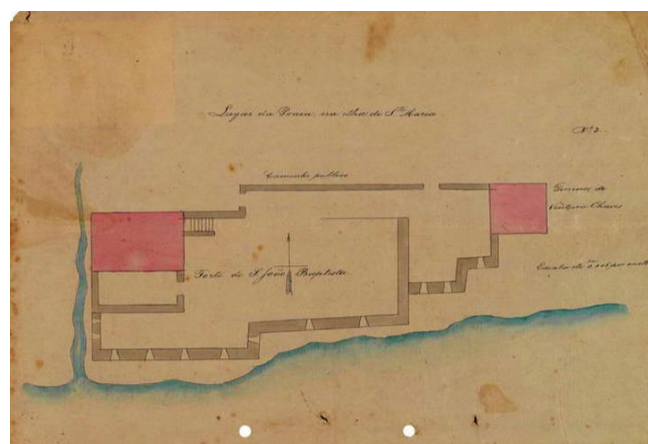


Figura 44 - Lugar da Praia na Ilha de S.ª Maria / Forte de S. João Baptista, planta, ms., aguarelada, S.l., 1864, s.n.. Acervo: Biblioteca Exército / Registo Nacional de Objetos Digitais.

⁶⁶¹ BASTOS, 1997:269.

⁶⁶² MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

Disponível em:

<http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=283682&img=41142>



Figura 45 - *Planta do Castelo da Praia (denominado de S. João Baptista) na Ilha de Santa Maria*, planta, ms., Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues (Tenente-Coronel de Engenharia), Ponta Delgada, 17 de agosto de 1895, 670 x 655 mm, 7449/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Mostra uma edificação de planta quase retangular, com as dimensões aproximadas de 70 x 23m, com um pequeno baluarte no lado Sudoeste (voltado ao mar), onde se rasgavam 3 canhoneiras.

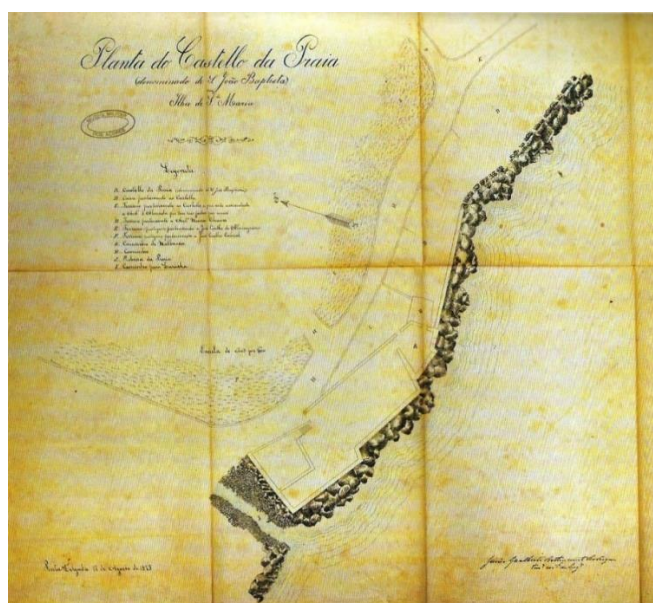


Figura 46 - *Planta do Castelo da Praia (denominado de S. João Baptista) na Ilha de Santa Maria*, planta, ms., Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues (Tenente-Coronel de Engenharia), Ponta

Delgada, 17 de agosto de 1895, CD/MMA, cx. 15, FIA 264. Cópia de autoria do Tenente Azevedo, s.d., constitui-se numa cópia.⁶⁶³

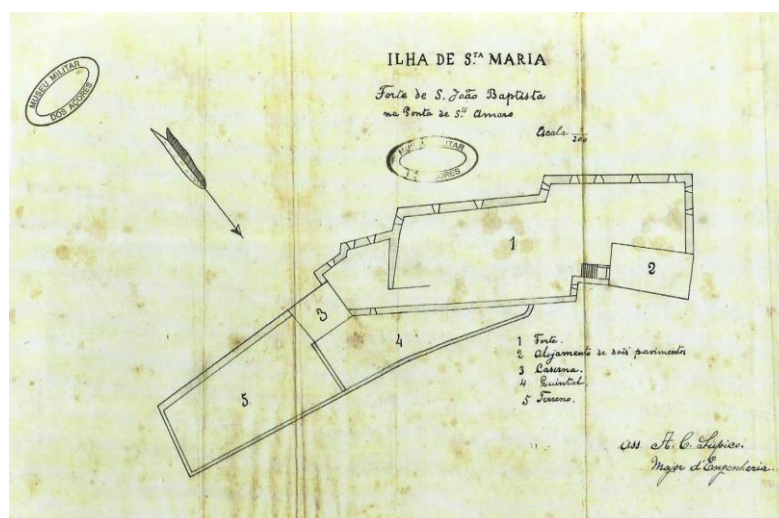


Figura 47 - SUPICO, Augusto César [Major de Engenharia] (s.d.). *Ilha de S.ª Maria / Forte de S. João Baptista na Ponta de S.to Amaro*, planta, ms., s.d. [início do séc. XX]. Mostra uma estrutura semelhante às anteriores, mas com 13 canhoneiras rasgadas nos muros voltados ao mar.

A lista de prédios militares da Inspeção de Engenharia dos Açores (Secção dos Açores Orientais) datada de 28 de fevereiro de 1910, descreve-o como “(...) *uma obra irregular, com 15 canhoneiras. Tem um pequeno quintal, um pequeno terreno, uma pequena casa de dois pavimentos e uma pequena casa térrea.*”⁶⁶⁴ Atribuía-se-lhe à época o valor patrimonial de 78\$000 reis, com uma área fortificada de 403m² (P.M. n.º 15), um edifício de dois pavimentos de 45m² (P.M. n.º 38) e uma pequena casa térrea de 23 m² (P.M. n.º 39)⁶⁶⁵.

⁶⁶³ MARTINS, José Manuel Salgado (2013). *Do Basalto ao Betão: Fortificações das ilhas de S. Miguel e Santa Maria – Séc. XVI – XX*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, p. 219.

⁶⁶⁴ Op. cit.

⁶⁶⁵ Op. cit.

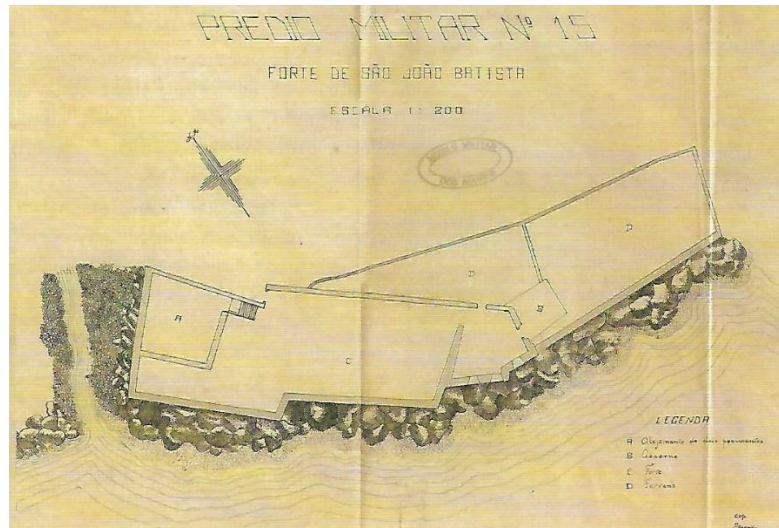


Figura 48 - “PREDIO MILITAR N.º 15 / Forte de São João Baptista”, planta, ms., Capt. Azevedo (...), s.d., escala 1:200. Acervo: CD/MMA, cx. 15, FIA 264.

Em 1920 o imóvel estava alugado a um particular pelo montante de 0,60 escudos por ano. Em 1921 foi determinado que essa renda fosse reajustada para, no mínimo, 8,00 escudos por ano. Em 1925 não foi autorizada a venda do imóvel, que havia sido requerida por Manuel de Barros.⁶⁶⁶

Uma anotação sobre a Ermida de N.ª S.ª dos Remédios, no Livro do Tombo da Freguesia de N.ª S.ª do Bom Despacho, refere o forte: “(...) Ao sul da ermida, à beira-mar, está um castelo, já em ruínas e em uma pedra solta se vê a data de 1645, isto é, cinco anos apóz a a nossa independência de Castela. (...)”⁶⁶⁷

O Livro de Próprios Nacionais⁶⁶⁸, a seu turno, informa e complementa:

“Número da inscrição

28

Designação do prédio, suas divisões ou quinhões

Ruínas do antigo forte de S. João Baptista que constituem os antigos prédios militares n.º 15, 38 e 39 con[s]tando de pequena obra irregular com 15 canhoneiras que mede 433m², um pequeno quintal que mede 249m², uma pequena casa com 2 pavimentos cobrindo uma área de 45m²; e uma pequena casa térrea, antiga caserna a confrontar pelo Norte

⁶⁶⁶ Nota n.º 7639-Q da Inspecção-Geral das Fortificações e Obras Militares, de 13 de outubro de 1925, in: CD/MMA, cx. 15, FIA 264.

⁶⁶⁷ Ermida de N.ª S.ª dos Remédios. In *Livro do Tombo da Freguesia de N.ª S.ª do Bom Despacho, Ilha de Santa Maria*, 1936, fl. 4v.

⁶⁶⁸ Livro de Próprios Nacionaes, M.º 26, 1.ªp.3. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª Série, maio de 2014.

com caminho público, sul com o mar, Leste com António de Moura Chaves e oeste com ribeira da Praia.

Observações

Este prédio estava afecto ao Ministério da Guerra, mandado devolver à posse do Ministério das Finanças por Despacho Ministerial de 10 de Janeiro de 1941 [1941]. Lavrado o respectivo auto de entrega em 24 de Maio de 1941.

Assentado em hasta pública no dia 2 de março de 1950 por Gil de Sousa, desta Vila, pela quantia de 4.301\$00.

Voltou à posse do Estado por ter sido anulada a praça por despacho de 31 de Agosto de 1950, (...) por ofício n.º 3055 de 13/9/1950 da Direcção de Finanças deste Districto [de Ponta Delgada].”

O seu tombo informa:

“São ruínas do antigo forte de S. João Baptista, obra irregular de 15 canhoneiras. Tem dentro duas casas em ruínas, uma com a superfície de 45m² (P.M. n.º 38) e outra com superfície de 23m² (P.M. n.º 39). Tem um pequeno quintal com a superfície de 249m². As suas muralhas [fortificação] tem uma superfície de 433m².”

O auto de entrega de 24 de maio de 1941 passou o imóvel para a Direcção de Finanças do Distrito de Ponta Delgada, estando-lhe atribuído um valor patrimonial de 341\$00 escudos ⁶⁶⁹.

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982), que o indica “(...) com dois redutos.”

Ao final do século XX ainda se viam duas das antigas peças de artilharia abandonadas por terra junto à estrutura em ruínas, hoje desaparecidas. A seu respeito, o periódico mariense informou:

“A Câmara Municipal de Vila do Porto vai proceder à retirada de 2 peças de fogo antigas que se encontram abandonadas junto ao Castelinho da Praia.

Uma vez recuperadas, estas peças deverão ser cedidas ao Museu de Santo Espírito para ali ficarem expostas à apreciação pública.”⁶⁷⁰

⁶⁶⁹ CD/MMA, cx. 15, FIA 264.

⁶⁷⁰ Peças de Fogo para o Museu de Santo Espírito. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano VII, n.º 46, 1 fev. 1981, p. 3.

Embora se desconheça o atual paradeiro dessas peças, acredita-se possam ser algumas das que atualmente decoram os muros do Forte de São Brás, em Vila do Porto.

FERREIRA (1997) regista-lhe o estado de ruína, remontando-o ao século XVI, embora sem comprovação.⁶⁷¹

À época, foi realizado estudo técnico detalhado para a consolidação e recuperação do conjunto⁶⁷² que, atualmente em avançado estado de degradação, não se encontra classificado ou protegido.

O espaço do antigo forte foi utilizado como segundo palco (Palco Oportunidades - DRJ) na 23.^a edição do “*Festival Maré de Agosto*” em 2007.⁶⁷³

O mau tempo que atingiu as ilhas do Grupo Oriental entre 27 e 28 de setembro de 2011, com ventos de até 85 km/h, forte precipitação de chuvas e grandes ondulações,⁶⁷⁴ levou à derrocada de parte da antiga estrutura, no lado voltado para a ribeira. Desde então, novos trechos da estrutura têm vindo a ruir pelas mesmas causas.

O espaço da antiga fortificação foi objeto de campanhas de prospeção arqueológica desde o ano de 2008, no âmbito do projeto EAMA (“*Estudo da Arquitetura Moderna do Arquipélago dos Açores*”) desenvolvido pelo Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea (CEAM) da Universidade da Madeira (UMa), com o apoio da Direção Regional da Cultura e a colaboração da Câmara Municipal de Vila do Porto e da Associação Cultural Maré de Agosto. A equipe foi coordenada pelo arqueólogo madeirense Élvio Sousa, que referiu:

“Os estudos estão a ser executados pelo CEAM e estão direcionados para a área descoberta em Setembro [de 2009] que revelaram construções e materiais extremamente interessantes para a História da Ilha de Santa Maria e da arquitetura militar dos Açores.”⁶⁷⁵

A estrutura descoberta - um muro - encontrava-se adossada à torre, pelo exterior do setor sul das ruínas. De seu estudo, a equipe acredita que se possa recuar a cronologia do conjunto ao século XVI. Em sua terceira temporada (7 a 11 de agosto de 2010), a

⁶⁷¹ Op. cit., p. 67.

⁶⁷² *Castelo de São João Baptista no lugar da praia da ilha de Santa Maria*. Angra do Heroísmo, Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, 1996.

⁶⁷³ XXIII edição do Festival Maré de Agosto. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, set. 2007, p. 11.

⁶⁷⁴ Mau tempo em São Miguel. In *Correio dos Açores*, ano 91, n.º 269.342, 28 set. 2011, pp. 2-3.

⁶⁷⁵ HENRIQUES, Paula. “Uma equipa do CEAM está a trabalhar no Castelo de São João Baptista, em Santa Maria”. In “Diário de Notícias” (Madeira), 11 de agosto de 2010.

equipe, integrada por um topógrafo, um paleobiólogo e um antropólogo da UMa, e por um historiador e um antropólogo dos Açores ⁶⁷⁶, procedeu a trabalhos de levantamento topográfico com vistas ao levantamento tridimensional do forte ⁶⁷⁷ e à comparação entre a estrutura mais antiga e a mais recente.

Para o ano de 2011 foi prevista uma escavação integral de toda a área voltada a sul, após as sondagens e levantamento realizados até ao ano de 2010 ⁶⁷⁸, o que não se realizou. Esses trabalhos tiveram lugar entre 5 e 16 de agosto de 2012, com a “III Campanha Arqueológica do Castelo de São João Baptista”, sob a coordenação do arqueólogo Élvio Sousa, com o apoio do CHAM – centro de estudos interuniversitários da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. As investigações deste profissional sugeriram que a estrutura em forma de torre remontaria ao século XVI, fase do povoamento da ilha, tendo-lhe sido acrescentada, posteriormente, no final do século XVI ou no início do XVII, possivelmente por determinação da Dinastia Filipina, uma muralha defensiva.⁶⁷⁹ Nesta temporada foram identificados os vestígios de uma muralha com 90 centímetros de largura que pertencia ao primitivo torreão, o que, para o arqueólogo, corrobora a hipótese do recuo da datação da primitiva estrutura ao século XVI.⁶⁸⁰

Recentemente, em função da mobilização da população em torno da preservação e recuperação do antigo forte, foi elaborado pela Câmara Municipal de Vila do Porto projeto para consolidação e reaproveitamento dos vestígios que subsistem, que, entretanto, não teve desenvolvimento uma vez que subsistem dúvidas acerca da titularidade do imóvel.⁶⁸¹

⁶⁷⁶ Op. cit.

⁶⁷⁷ SOUSA, Élvio. Trabalhos Arqueológicos no Castelo de São João Baptista. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XXXVII, n.º 400, 19 out. 2010, p. 12. Ver ainda: Trabalhos arqueológicos em Santa Maria. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXVI, n.º 17.266, 12 ago 2010, p. 8.

⁶⁷⁸ HENRIQUES, 2010.

⁶⁷⁹ BICUDO, Pedro. “À Descoberta de Santa Maria: Escavações no Forte da Praia Formosa trazem missão arqueológica aos Açores”. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XXXIX, n.º 421-422, 2 ago. 2012, p. 21. Ver ainda: SOUSA, Élvio Duarte Martins. “*Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII) Vol. I*”, tese de Doutoramento em História, Especialização em História Regional e Local, apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. In http://cham.fcsh.unl.pt/files/activities/2012_tese_elviosousa.pdf Consultado em 5 de outubro de 2012

⁶⁸⁰ “Escavações arqueológicas ‘envelhecem’ mais de 100 anos o Castelo de S. João Baptista”. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XXXIX, n.º 423, 25 set. 2012, p. 9.

⁶⁸¹ “Nuno Lopes diz não haver certezas acerca da posse do Forte de São João Batista”. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª Série, Ano XL, n.º 461, 12 nov. 2015, p. 10.

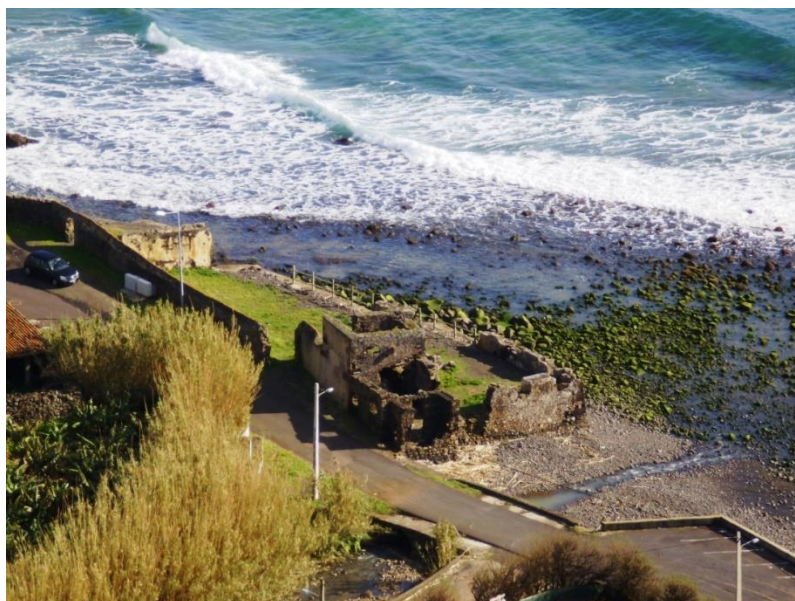


Figura 49 - Forte de São João Baptista (Foto do autor, fevereiro de 2011)

3.6.8. Forte da Baixa do Vigário

Também referido apenas como “Forte do Vigário”, localizava-se na chamada Baixa do Vigário, na praia Formosa, freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, na costa Sul da ilha.

Constituía-se, de facto, numa simples bateria que cooperava com o Forte de São João Baptista.

Desconhece-se a data de construção desta estrutura, bem como a quem possa ser atribuída, mas, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) pode ser um dos redutos referidos pelo marechal Castelo Branco na relação “*Fortificações nos Açores existentes em 1710*” na baía da Praia sob a designação “*O Forte (...), da Praya, e os dous Redutos.*”⁶⁸²

No início do século XVII, a seu respeito, a *Corographia Insulana* registou:

*“Adiante deste castelo [de São João Baptista] pela dita praia [Formosa] alem está outro mais pequeno onde chamam a baixa do Vigário que tem trez peças, o qual governa o condestável do outro castelo vizinho com mais 7 artilheiros e tem uma companhia de 95 soldados [de Ordenanças]: e mais adiante uma peça d’artilharia junto a uma ribeira para defesa de uma lancha que vem fazer aguada e suposto por esta costa e praya estejam 15 peças todas são poucas para a sua defesa por ser a enseada da bahia muito aberta e capaz de alojar muitos navios.”*⁶⁸³

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: “*(...) a Bahia da Praia com um grande areal d’areia branca, vaza ali a ribeira dos Gatos e a da Praia que tem os quatro moinhos, e tem três castellos de que já se fez menção.*”⁶⁸⁴

E sobre a sua artilharia confirma: “*Dito [forte] sito no sítio da Praia chamado a Baixa do Vigário com três peças e um pedreiro, tudo corruto.*”⁶⁸⁵

⁶⁸² CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). *Fortificações nos Açores existentes em 1710*. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁶⁸³ *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3-3v.

⁶⁸⁴ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d’Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 222. Na realidade até este ponto da *Descrição* que conhecemos, essa menção não é feita.

⁶⁸⁵ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d’Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 233.

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Forte da praia da baixa do Vigário, com três peças incapazes.”⁶⁸⁶

Encontra-se assinalado na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*,⁶⁸⁷ junto à foz da Ribeira da Praia.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava arruinado.⁶⁸⁸

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o no lugar da Praia, sem maiores informações.⁶⁸⁹

A estrutura não chegou até aos nossos dias.

⁶⁸⁶ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁶⁸⁷ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁶⁸⁸ Op. cit., p. 269.

⁶⁸⁹ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

3.6.9. Fortes da Baía da Maia

Localizavam-se no lugar da Maia, freguesia do Santo Espírito, concelho de Vila do Porto, a leste da ilha.

O lugar da Maia possuiu, em tempos idos, dois pequenos portos piscatórios: o da enseada do Aveiro (onde desagua a Ribeira do Aveiro, local estratégico para “*agoada*” dos navios em trânsito no alto-mar) e o de Domingos de Moura.

A fortificação do lugar remonta ao contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), quando em 1707, por proposta à Câmara Municipal do capitão-mor da ilha, Manuel Fragoso Delgado, que emprestou dinheiro para o efeito, obras a crédito da imposição da chamada “*finta do barro*”, aplicada às obras de fortificação. Foram erguidos, assim, o **Forte da Fachinha** (Forte da Fajã da Maia) e o **Forte da Ribeira do Aveiro**⁶⁹⁰.

O **Forte da Fajã da Maia**, ou simplesmente **Forte da Maia**, possivelmente cooperava com outra bateria na vizinha ponta do Castelete, referida como “*Castelinho*” e que se acredita remontar ao século XVII. Encontra-se referido pelo marechal Castelo Branco, em 1710, como “*O Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, (...)*.”⁶⁹¹ uma vez que próximo ao local erguia-se, desde 1685, uma ermida sob a mesma invocação.

No mesmo período (início do século XVIII), a *Corographia Insulana* a seu respeito registou:

*“[...] e dobrando a ponta [do Castelo] para dentro está uma grande bahia que lhe chamam a Maya, lugar de muitas vinhas aonde assiste muita gente de verão; o qual tem de presidio duas companhias [de Ordenanças] (por ser porto aberto aonde muitas vezes aparecem navios que vem tomar a altura) uma preside na dita ponta do castelo com sua casa de palha de guarda, e outra esta no meio do dito lugar da Maya, junto à ermida de nossa sr.^a dos Prazeres.”*⁶⁹²

E prossegue, confirmando as mesmas características de defesa e de vulnerabilidade natural, bem como a informação de natureza económica – área de produção de vinha –, e humana – área de lazer estival:

⁶⁹⁰ REZENDES, 2019a:8.

⁶⁹¹ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, pp. 178-181.

⁶⁹² Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3v.

*“Tem o dito lugar da Maya dois portos de barcos e a bahia da ponta do Castelo até à do Selvagem terá uma légua de distância. Desta ponta para diante caminhando para o norte até à ribeira dos Ilhéus de Sn. Lourenço que será uma légua de costa mui empinada que por si se defende, e dos Ilhéus para dentro, está a ponta negra até à outra ponta, chamada de Bárbara Vaz cinge o celebrado arco de Sn. Lourenço, com uma boca de meia légua, onde está uma grande enseada, e bahia aberta, limpa e capaz d’ancorarem nela muitos navios, como tem sucedido muitas vezes para buscarem o abrigo do vento do sul. Tem este lugar muitas vinhas, aonde no verão assiste a principal gente da ilha, e nele há porto de barcos, e praia d’areia, aonde os mouros muitas vezes no dito tempo tem deitado lanchas para tomarem gente por cuja causa o sargento-mor Ignácio de Souza Coutinho fez ao pé das suas vinhas um forte capaz de jogar duas peças para a sua invasão. No meio deste arco ou bahia preside uma companhia de 124 soldados.”*⁶⁹³

Posteriormente, ainda no século XVIII, diante das crescentes necessidade de defesa, levaram ao destacamento da Companhia de Ordenanças de Santo Espírito de uma inidade para a vigia e defesa de ambas as fortificações, tendo sido nomeado, em 1734, o Alferes Gaspar de Braga Velho para capitão dos fortes da Fachinha e da Ribeira do Aveiro. Tendo este vindo a falecer meses depois, o seu comando passou para o Capitão José Tavares Correia⁶⁹⁴.

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e as suas defesas em 1815: *“(...) Há também um castelo com duas peças [de artilharia] e duas vigias e uma ponta metida no mar chamada do Castelo, dista da Villa quatro legoas.”*⁶⁹⁵

E sobre a sua artilharia confirma: *“- Dito [forte] sito na Fajã da Maia com duas peças corrutas e tem vigia.”*⁶⁹⁶

Em dezembro de 1816, o Capitão-mor da ilha ordenou aos oficiais das fortificações da mesma que efetuassem uma exaustiva averiguação das necessidades e reparos necessários aos castelos e peças de artilharia, muitas destas já inservíveis. Como resultado, em janeiro de 1817, o oficial da Companhia de Ordenanças de Santo Espírito reportou que o Forte da Fajã da Maia e o Forte da Ribeira do Aveiro não tinham peça

⁶⁹³ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 3v.-4.

⁶⁹⁴ REZENDES, 2019a:8.

⁶⁹⁵ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, pp. 216-217.

⁶⁹⁶ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 223.

alguma capaz para a defesa, e que necessitavam de peças de artilharia e respectivo reparos, construção de muralhas e de uma casa para a guarda⁶⁹⁷.

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Forte da Fajã da Maia, com duas peças em mau estado.”⁶⁹⁸ Um outro relatório sobre as peças de artilharia existentes na ilha, datado de 1820, deu conta de o Forte da Fajã da Maia possuía apaneadas 1 peça do calibre 9⁶⁹⁹.

A fortificação encontra-se assinalada na “*Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*”⁷⁰⁰, fronteira à antiga ermida em terra, e à Baixa da Maia, no mar.

O Relatório de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores), designa-o como **Forte da Ponta do Castelo**⁷⁰¹.

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.^a Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava arruinado⁷⁰².

O Relatório do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o como **Forte da Maia**, sem maiores informações⁷⁰³.

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982), que o situa junto à “capela de N.ª S.ª dos Prazeres;”.

Atualmente desaparecidos, de acordo com antigos moradores acredita-se que um fragmento de muro, ainda de pé, seja o seu último remanescente do Forte da Fachinha/Fajã da Maia.

⁶⁹⁷ REZENDES, 1019a:8. Ver ainda o Anexo VII.

⁶⁹⁸ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁶⁹⁹ REZENDES, 1019a:8.

⁷⁰⁰ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁷⁰¹ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁷⁰² Op. cit., p. 269.

⁷⁰³ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).



Figura 50 - Forte da Maia: vestígios no topo da elevação, à direita (Foto do autor, junho de 2008)

3.6.10. Forte da Baía de São Lourenço

Localizava-se junto ao porto, no lugar de São Lourenço, freguesia de Santa Bárbara, concelho de Vila do Porto, na costa Leste da ilha.

Aqui existiu um dos primeiros núcleos de povoamento da ilha, assinalado como “*Povoçam Velha*” no mapa de Valentim Fernandes (c. 1507), também indicado nos mapas de Luís Teixeira sob as legendas “*La Prainha*” (1584), e “*Villa da Prainha*” (1587). A baía de São Lourenço serviu, até à época dos antigos paquetes, em meados do século XX, como porto alternativo de abrigo ao de Vila do Porto ⁷⁰⁴.

No início do século XVIII a *Corographia Insulana*, ao descrever a baía e a sua capacidade para abrigar numerosas embarcações do vendo Sul, informa:

*“[...] e nelle há pontos de barcos, e praea de areia onde os mouros muitas vezes no dito tempo tem deitado lanchas para tomarem gente por cuja causa o Sargento-mor Ignacio de Souza Coutinho fez ao pé das suas vinhas um forte capaz de jogar duas peças para a sua invasão.”*⁷⁰⁵

À época, a baía era defendida por uma companhia de Ordenanças com um efetivo de 124 homens.⁷⁰⁶

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e as suas defesas em 1815: “*San Lourenço tem tres cazaes de moradores, neste sítio está a ponta que já se disse chamada do Pe. Manoel de Sousa, um castello com duas peças [de artilharia], vigia em dois logares. (...)*”.⁷⁰⁷

E, ao descrever a baía de São Lourenço, refere: “*(...) a Bahia de S. Lourenço (...), tendo duas Ermidas, cazas para recreio, um castello e duas vigias e duas peças.*”⁷⁰⁸

E sobre a sua artilharia confirma: “*- Forte sito em S. Lourenço ao Nordeste tem duas peças com vigia.*”⁷⁰⁹

⁷⁰⁴ FERREIRA, Adriano (1997). *São Lourenço: um recanto de sonho*. Ponta Delgada, Círculo de Amigos de São Lourenço.

⁷⁰⁵ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 4.

⁷⁰⁶ Idem.

⁷⁰⁷ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 213.

⁷⁰⁸ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 221.

⁷⁰⁹ Op. cit., p. 233.

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Forte de S. Lourenço, com duas peças.”⁷¹⁰

A fortificação encontra-se assinalada na “*Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*”⁷¹¹. Esse documento mostra ainda que a sua defesa era complementada por uma vigia, em plano superior, referida como “*Vigia do Porto de Santa Bárbara*”⁷¹².

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.º barão de Bastos, comandante da 10.ª Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava demolido⁷¹³.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o como “Forte de S. Lourenço”, sem maiores informações.⁷¹⁴

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982), que o situa junto ao porto.

FERREIRA (1997), entretanto, recorda:

“Um pouco para o norte do porto de São Lourenço, existem umas ruínas que alguns afirmavam, há anos, serem os restos de um fortim.

(...) Das pessoas com que contactei, nenhuma confirmou esse boato, pois as referidas ruínas nem paredes laterais já possuem que pudessem constituir um testemunho inquestionável.

Fica, pois e apenas, a chamada de atenção.”⁷¹⁵

Em nossos dias resta apenas um vestígio das suas antigas muralhas.

⁷¹⁰ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁷¹¹ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁷¹² Op. cit.

⁷¹³ Op. cit., p. 269.

⁷¹⁴ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

⁷¹⁵ Op. cit., p. 67.



Figura 51 - Forte da baía de São Lourenço: ao centro, à esquerda, vestígios da antiga muralha
(Foto do autor, junho de 2008.)

3.6.11. Forte de Nossa Senhora dos Anjos

Também referido como **Castelo de Nossa Senhora dos Anjos**, localizava-se no lugar dos Anjos, na freguesia e concelho de Vila do Porto, no Noroeste da ilha. Nas suas imediações foi erguida, no século XX, a antiga *Fábrica de Conservas Corretora*.

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* oferece-nos uma breve caracterização e história dos ataques à área, informando-nos a existência de um forte artilhado no local e a respetiva guarnição:

*“Desta ponta do ilhéu dos Frades até à ponta do Cabrestante, em distância de légua e meia vai uma costa aonde há muitas enseadas e portos de barcos que os mouros invadiram já por duas vezes, uma no ano de 1675 de que levaram 11 pessoas de uns casais que ficam junto ao mar e contíguos à ermida de nossa sra. dos Anjos que milagrosamente por sua intercessão não foi vista nem destruída e nos segundos anos tornaram os mesmos a invadir o dito, mas não surtiu efeito pela vigilância das guardas. Há neste porto [dos Anjos] uma companhia de presidio com sua casa de telha de corpo de guarda, e junto a ela está um forte com suas peças d’artilheria e uma companhia de 70 soldados.”*⁷¹⁶

De acordo com REZENDES (2018), o forte foi erguido por iniciativa do Dr. Manuel Luiz Pereira de Melo, Juiz de Fora da cidade de Ponta Delgada e Corregedor da Ilha de Santa Maria, cargo que exerceu no período de 4 de novembro de 1737 a 4 de abril de 1742.⁷¹⁷

À época, em visita de inspeção às fortificações (“castelos”) da ilha de Santa Maria, ao tomar conhecimento de que o lugar na baía dos Anjos já havia sido invadido por corsários “mouros” (piratas da Barbária) que haviam levado pessoas cativas, e, que, de outra vez, ali haviam assaltado um navio, deliberou que era necessário construir um “castelo” que a defendesse. Ciente de que a Câmara Municipal não possuía recursos com que o pudesse erguer, deliberou, à custa e despesa da Corregedoria, construir o dito “castelo”, com duas casas de abóbada, artilhado com 7 peças. Após a construção, verificou-se que o “castelo” e as respetivas casas tinham entrado por um cerrado pertencente ao padre Joaquim Francisco de Morais e Lemos. Adicionalmente, o

⁷¹⁶ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 4-4v.

⁷¹⁷ PEREIRA, Manuel Luiz. Carta (...) e Corregedor da Ilha Santa Maria – 1737. In ANTT, D. João V, Livro 93, f. 121v. Apud REZENDES, 2018.

Corregedor entendeu que o caminho de acesso à fortificação fazia algumas voltas, o que o tornava distante e difícil para o seu serviço e, que para este ficar melhor servido, o melhor era fazer-se um caminho e serventia principiando no caminho público junto à igreja (atual ermida) de Nossa Senhora dos Anjos direto ao “castelo”. Para este último fim era necessário passar pelo meio de dois cerrados, um pertencente ao dito padre Moraes e Lemos, e outro ao pai deste, o capitão António Velho Cabral. Desse modo, ajustou com ambos a compra da terra por onde tinham entrado o “castelo” e as respetivas casas, e também da do caminho, com largura capaz para a passagem de um carro com os seus bois, de tudo sendo efetuada escritura pública em 1739, pelo tabelião Francisco da Cunha Pacheco. Adquiriu também, pelo mesmo título, o direito a um pátio, defronte ao portão de armas, em que pudesse rodear um carro e voltar como fosse necessário, entre outros direitos referidos na escritura de compra.⁷¹⁸

A 24 de outubro de 1739 foram nomeados pela Câmara o primeiro Tenente e o primeiro Condestável do novo Castelo dos Anjos, respetivamente João Bernardo Soares de Souza Albuquerque e o “mestre” José de Souza. Por acórdão de 2 de novembro de 1739 a Câmara decidiu passar mandato ao depositário da “finta do barro”, para pagamento ao Corregedor e ao escrivão da Correição, das despesas efetuadas por ordem do Corregedor na construção do Castelo dos Anjos. A 30 de maio de 1766 foram arrematadas pela Câmara Municipal obras de pedreiro para a Casa da Vigia de Nossa Senhora dos Anjos. Décadas mais tarde, a 10 de dezembro de 1806, outro acórdão da Câmara voltou a referir obras de reparação da Casa da Vigia dos Anjos.⁷¹⁹

O Tenente-coronel José Carlos de Figueiredo assim refere o local e a sua fortificação em 1815: “Este sítio [o lugar dos Anjos] era uma boa Caloira e ainda tem rasteiros de boas vinhas, tem um castello com seis peças e caza de vigia, (...)”⁷²⁰ Mais adiante complementa:

“Apoz [para adiante do porto de Sancta Anna] está o Castello de N. S.^a dos Anjos com seis peças inferiores e por fora um grande baixio, que bota mais d'uma legoa ao mar Norte sul.”⁷²¹

⁷¹⁸ Treslado de escriptura (...) terra que comprou o (...) Corregedor Manoel Pyreyra de Melo (...) para feitura do Castelo e Cazas (...). In *Tombo II da Câmara [Municipal] de Vila do Porto*, pp. 92-94, C.C.A., apud REZENDES, 2018.

⁷¹⁹ In *Acordãos da Câmara [Municipal] de Vila do Porto*, C.C.A., apud REZENDES, 2018.

⁷²⁰ Op. cit., p. 207.

⁷²¹ Op. cit., p. 220.

E sobre a sua artilharia dá conta: “- O Forte chamado a Laje sito em N. S.^a dos Anjos ao Noroeste, (com desaseis digo) com seis peças corrotas dos tempos, e tem vigia.”⁷²²

Observe-se que, mesmo referindo neste trecho o Forte como “da Laje” e situando-o “a Noroeste” – onde se encontra a Bateria da Laje da Peça -, a artilharia descrita é a do Forte dos Anjos.

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Castelo da Senhora dos Anjos, com seis peças em mau estado.”⁷²³

A vistoria ao Castelo de Nossa Senhora dos Anjos, e aos fortes da Laje e Cabrestante, efetuada em 1817 pelo Capitão Luiz de Figueiredo Falcão e pelo Condestável Francisco José Cabral, indicou serem necessários os seguintes aprestos:

“(...) Seis carretas - sacatrapos seis – Pés de Cabra seis – Caxorras [cucharas] seis – Diamantes seis. Igualmente participo a V. S.^a que as muralhas do Castelo de Nossa Senhora dos Anjos carecem de serem retificadas com cal e a casa q. está junta ao dito ser feita de novo por se achar abatida p.^a nela se recolherem as peças e outro sim carecem de ser retelhadas e encaliçadas para evitar a ruína que o tempo lhe faz.”⁷²⁴

No final de 1819 foram entregues aos comandantes do Castelo de N.^a Sr.^a. dos Anjos, Manuel da Camara Albuquerque e Luis Francisco Velho da Câmara, 39 balas de calibre 5 e, em maio de 1820 foram entregues aos mesmos comandantes: “(...) um Repairo com seus preparos Calibre 7 (...)”, entre outros acessórios de artilharia e munições.⁷²⁵

Em junho de 1820, uma relação dos Calibres das Peças de artilharia existentes nas fortificações da ilha de Santa Maria aponta para a existência de apenas 2 peças ativas no Forte dos Anjos, dos calibres 7 e 5.⁷²⁶

⁷²² Op. cit., p. 223.

⁷²³ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁷²⁴ REZENDES, 2018.

⁷²⁵ REZENDES, 2018.

⁷²⁶ REZENDES, 2018.

A fortificação encontra-se assinalada na “*Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*” ⁷²⁷.

O *Relatório* de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores) apenas refere este forte, sem maiores detalhes. ⁷²⁸

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.^o barão de Bastos, comandante da 10.^a Divisão Militar (Açores), denomina-o “*Forte da Lage*” e informa que se encontrava muito arruinado ⁷²⁹.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o como “*Forte da Senhora dos Anjos*”, sem maiores informações. ⁷³⁰



Figura 52 - Forte nos Anjos na Ilha de S.ta Maria, Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues [Tenente-Coronel de Engenharia], Ponta Delgada, 19 de agosto de 1895, planta, ms., 500 x 485

⁷²⁷ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁷²⁸ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁷²⁹ Op. cit., p. 269.

⁷³⁰ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.^o-4-51-121)..

mm, 7451/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

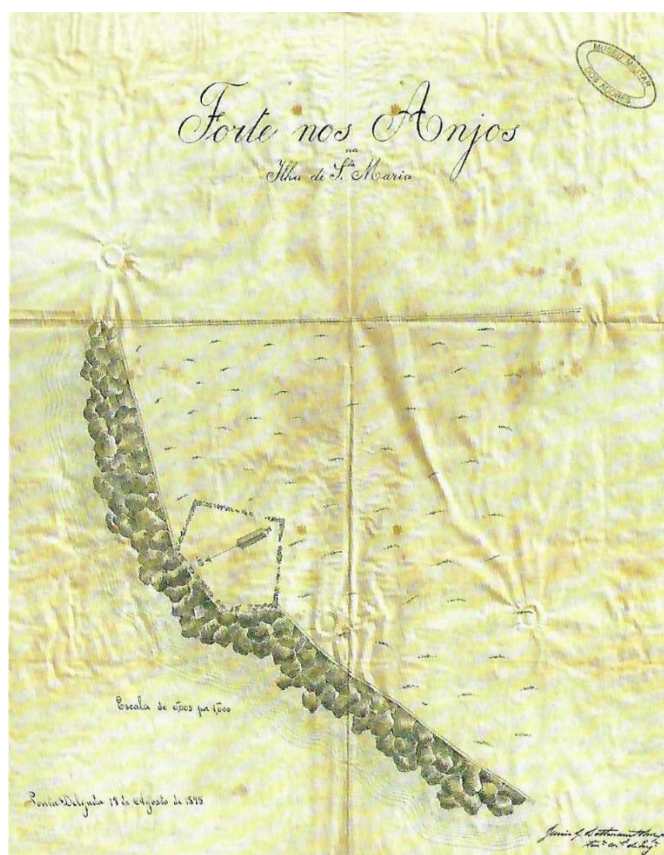


Figura 53 - Forte nos Anjos na Ilha de S.ta Maria, Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues [Tenente-Coronel de Engenharia], Ponta Delgada, 19 de agosto de 1895, planta, ms.. Acervo: CD/MMA, cx. 15, FIA 271.



Figura 54 - “What now remains of Anjos Fort”. Fotografia, p/b. In Charles Wellington Furlong. “With Columbus in the African Islands”. *Harper's Magazine*, New York, Vol. CXXXV, Nr. DCCCX, November, 1917, p. 751.

Chegou aos nossos dias completamente arruinado, constituindo-se em um sítio arqueológico a ser pesquisado. Serviu como um dos cenários para o episódio n.º 9 (“Açores - Ilha de Santa Maria”) do programa “Histórias que o Tempo Apagou” (RTP, 1994), apresentado pelo Prof. José Hermano Saraiva. Na cena podem ser vistos restos da antiga muralha, assim como, no solo, duas peças de artilharia antecarga de alma lisa, de ferro, de grosso calibre, em adiantado estado de corrosão. Uma terceira é mostrada, desenterrada no local, para o apresentador. Em nossos dias, no local foi instalado um farolim para apoio à navegação. Os restos das antigas peças permanecem no solo, abandonados, em adiantado estado de corrosão, estando a terceira enterrada uma vez mais.

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982) como “*Castelo de N.ª S.ª dos Anjos, na baía do mesmo nome;*”.



Figura 55 - Forte de Nossa Senhora dos Anjos: ao fundo a baía dos Anjos; no chão, antigas peças de artilharia (Foto do autor, março de 2010)

3.6.12. Bateria da Laje da Peça

Também referida como “*Forte da Laje*”, localizava-se na ponta do Risco ⁷³¹, aproximadamente a meio caminho entre a chamada “*poça do Carro*” e a praia de Lobos, na freguesia e concelho de Vila do Porto, no Noroeste da ilha.

TOFIÑO (1789) em seu roteiro, assim referiu este trecho da costa da ilha:

“Desde la Punta del Islote dos Frades sigue la Costa para el O. hurtando hácia el S. hasta la Punta dos Ponderados, que es la mas occidental de la Isla: en el intermedio se hallan las del Furado, que es baxa y tiene una restinga visible como de un cable de extension, y desde la qual para el O. sigue la Costa baxa y pareja; y la del Cabrestante, entre la qual y la del Furado se forma ensenadita y baradero para Botes y Lanchas, que llaman Puerto de Santa Ana, que es de facil reconcimiento por tres ó quatro casas, y una Bateria que hay en su orilla. (...)” ⁷³²

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* informa-nos:

“Mais adiante do dito porto [e Forte dos Anjos] está um pequeno castello com uma peça de calibre de quatro libras; [...].” ⁷³³

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: *“Este sítio [o lugar dos Anjos] era uma boa Caloira e ainda tem rasteiros de boas vinhas, tem um castello com seis peças e caza de vigia [Forte de Nossa Senhora dos Anjos], e um outro d'uma peça no porto onde se varam os barcos.”* ⁷³⁴

E sobre a sua artilharia confirma: *“Segue-se a Praia dos Lobos onde está um pequeno Castelo d'uma pessoa [peça]. (Mais adiante fica o Castello).”* ⁷³⁵

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: *“Forte da Laje na Senhora dos Anjos, com uma peça incapaz.”* ⁷³⁶

⁷³¹ Op. cit., p. 269.

⁷³² Op. cit., p. 199.

⁷³³ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fl. 4v.

⁷³⁴ Op. cit., p. 207.

⁷³⁵ Op. cit., p. 220.

A fortificação encontra-se assinalada na “*Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*”⁷³⁷, na ponta do Furado, na margem direita da foz da ribeira de Santana.

O *Relatório* de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores) apenas refere este forte, sem maiores detalhes.⁷³⁸

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.^o barão de Bastos, comandante da 10.^a Divisão Militar (Açores), denomina-o “*Forte da Laje*” e informa que se encontrava muito arruinado⁷³⁹.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o também como “*Forte da Laje*”, mas sem maiores informações.⁷⁴⁰

Ainda à época, MURGA Y MUGÁRTEGUI (1866) esclareceu:

“*Tofiño dice que entre la punta del Cabrestante y la del Furado está el puerto de Santa Ana, que es una ensenadita com varadero para lanchas e botes, y que se reconoce fácilmente por três ó quatro casas y una batería que hay en su orilla; pero Kerhallet no la menciona, ni la marcan las cartas modernas.*”⁷⁴¹

E complementa:

⁷³⁶ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁷³⁷ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infrie

truturas do Exército..

⁷³⁸ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁷³⁹ Op. cit., p. 269.

⁷⁴⁰ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).

⁷⁴¹ MURGA Y MUGÁRTEGUI, Gonzalo de (1866). *Derrotero del archipiélago de las Azores o Terceras*. Madrid, Deposito Hidrográfico, pp. 27-28.

*“La punta del Furado es baja, despide una restinga visible como de un cable de largo, tiene un poco más al S. dos islolitos, y se halla dominada por una bateria que llaman del Risco: (...).”*⁷⁴²

KERHALLET (1881) em fins do século do XIX atualiza as informações de TOFIÑO, indicando:

*“Entre la pointe Frades et la Pointe Cabrestante, la côte est comparativement basse, et, dans cette partie, plusieurs petites baies offrent parfois un abri aux bateaux du pays. La plus fréquentée de ses baies est celle où l'on voit un village sur le bord d'une rivière; elle est comprise entre la pointe Frades et la Pointe Furado, sur laquelle s'élève le petit fort de Risco.”*⁷⁴³

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982) como “Forte dos Anjos, na baía do mesmo nome, no sítio denominado Laje;”.

Atualmente restam apenas vestígios de seu primitivo muro, também sem qualquer sinalização ou proteção legal, no caminho que se inicia no porto, adiante da Furna de Santana, que embora parte importante da história da ilha, também não se encontra adequadamente sinalizada para os visitantes.



Figura 56 - Bateria da Laje da Peça: vestígios; ao fundo a baía dos Anjos (Foto do autor, setembro de 2011)

⁷⁴² Op. cit., p. 28.

⁷⁴³ Op. cit., p. 72.

3.6.13. Forte do Cabrestante

Também referido como **Castelo do Cabrestante**, localizava-se na ponta do Cabrestante, freguesia e concelho de Vila do Porto, na costa Nordeste da ilha.

Desconhece-se a data de construção desta estrutura, bem como a quem possa ser atribuída.

No início do século XVIII, a *Corographia Insulana* informa-nos:

“[...] e correndo mais a costa tem a dita ponta do Cabrestante que é terra baixa uma companhia [de Ordenanças] de 60 soldados com sua casa de guarda de telha. Tem também este porto e ponta aonde há entrada de barcos um forte com duas peças de artilharia mais grossa. Da dita ponta do Cabrestante até o ilhéu de Mar-da-barca está uma enseada e porto de barcos capaz de ter uma peça em um rastilho por ser porto aberto e terra plana para defesa de uma lancha, no qual porto entra de guarda a dita companhia do Cabrestante quando aparecem navios. Deste porto e Mar-da-barca correndo costa abaixo que é a noroeste terra alta que por si se defende está em distância de duas léguas a ribeira Seca em que há porto de barcos aonde preside uma companhia de 20 soldados com a sua casa da guarda abobadada. (...)”⁷⁴⁴

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: *“(...) e logo mais ao Oeste fica outra pedreira chamada do Cabrestante, onde está um Castelo com caza de vigia e corre uma gruta ou ribeiro chamado de Sant'Anna que cria ao Nordeste e vaza ao Sudeste da Vila uma legoa.”*⁷⁴⁵

E, ao descrever a costa a oeste do porto da Vila, refere:

*“Mais adiante fica a ponta chamada do Cabrestante, onde está o Castello d'uma pessoa [peça?] e casa de vigia e um famoso caneiro onde se pode saltar a pé enxuto. Passando este está a ponta do Forado e à terra desagoa a ribeira de S.^a Anna, (...)”*⁷⁴⁶

⁷⁴⁴ Corographia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 4v.-5.

⁷⁴⁵ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 206.

⁷⁴⁶ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. p. 220.

E sobre a sua artilharia confirma: “- O Castello sitio no Cabrestante ao Oeste, com uma peça e [casa de] vigia.” ⁷⁴⁷

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Castelo da Ponta do Cabrestante, com uma peça incapaz.” ⁷⁴⁸

A fortificação encontra-se assinalada na *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo*⁷⁴⁹, na ponta do Cabrestante, na margem esquerda da foz da ribeira de Santana.

O *Relatório* de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores) apenas refere este forte, sem maiores detalhes.⁷⁵⁰

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.^o barão de Bastos, comandante da 10.^a Divisão Militar (Açores), informou que se encontrava muito arruinado.⁷⁵¹

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o, sem maiores informações.⁷⁵²

Os seus restos encontram-se junto ao mar, próximos ao chamado “*Polígono de Acústica Submarina dos Açores*” (P.M. n.º 11/Vila do Porto - Terreno de Cabrestantes), antigo projeto de investigação científica oceanográfica no âmbito da NATO, instalado em 1972 e desativado a partir de meados da década de 1980.

⁷⁴⁷ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 223.

⁷⁴⁸ SILVA, Francisco Borges da (1819). *Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁷⁴⁹ *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército.

⁷⁵⁰ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁷⁵¹ Op. cit., p. 269.

⁷⁵² MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121).



Figura 57 - Forte do Cabrestante: ponta de Cabrestantes (Foto do autor, fevereiro de 2012)

3.6.14. Forte da Forca

Também referido como **Castelo da Ponta da Forca**, localizava-se a Oeste do porto da vila, na ponta da Forca, freguesia e concelho de Vila do Porto, a Sudoeste na ilha.

Desconhece-se a data de construção desta estrutura, a quem possa ser atribuída, bem como a sua primitiva traça. Tinha como função cruzar fogos com o Forte de São Brás na defesa da baía de Vila do Porto.

No contexto da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) encontra-se referido pelo marechal Castelo Branco na relação “*Fortificações nos Açores existentes em 1710*” como “*O Forte no cabo da Villa sobre a Bahia.*”⁷⁵³

A seu respeito, em fins do século XVII, a *Corographia Insulana* registou:

“(…) Do dito ilhéu da ribeira Seca até à Ponta da Forca que é a última que fecha a circunferência desta ilha pela parte do sul tudo é costa baixa, e na dita ponta que é mais alta está um forte feito em uma rocha que tem sua peça de artilharia de 8 libras, devendo ter outra de 10 ou 12, por defender esta ponta a entrada do porto da villa a qual fica em frente e correspondência da outra ponta do Marvão por onde começamos a medir e dar notícia desta ilha ficando ambos cobrindo o dito porto e navios que ancoram dentro na baía.. [...]”⁷⁵⁴

O documento detalha ainda que da ponta do Marvão à ponta da Forca distava mais de uma milha⁷⁵⁵.

BARRETT (2017), ao visitar a ilha em julho de 1812, refere: “*Dos dois lados encontram-se altos rochedos, nas extremidades exteriores, onde ficam situados dois antigos fortes.*”⁷⁵⁶

O Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, assim referiu o local e a sua fortificação em 1815: “*Logo adiante [do porto da Vila] fica para o Oeste o Calhau velho onde vazão umas grotas, e continuando p.^a Oeste fica a ponta da Forca onde está um Castello, assim intitulado, adiante do Mar da Merenda entre o*

⁷⁵³ CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 180.

⁷⁵⁴ Corografia Insulana. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 5-5v.

⁷⁵⁵ Idem, fls. 5-5v.

⁷⁵⁶ BARRETT, 2017:70.

Ilheo da Villa (...). ”⁷⁵⁷ E sobre a sua artilharia deu conta: “Castelo da Ponta de Forca [sic] ao Oeste do Porto da Villa tem quatro peças de ferro muito corrutas dos tempos.”⁷⁵⁸

Essa informação é corroborada em 1819 pelo capitão engenheiro Francisco Borges da Silva, na relação “(...) Baterias que há no perímetro da Ilha (...)”, onde refere: “Castelo da Ponta da Forca, a Oeste do Porto da Vila, com quatro peças incapazes.”⁷⁵⁹

SOUSA (1995), em 1822, a respeito do porto de Vila do Porto, referiu: “(...) O seu Porto é uma pequena Enseada virada a sudoeste, entre as pontas de Marvão a sueste, e Força [Forca] a oeste; em ambas as quais há pequenas fortalezas. (...)”⁷⁶⁰

A fortificação encontra-se assinalada na “Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Jozé Carlos de Figueiredo”⁷⁶¹, no lado leste da ponta do Malmerendo, próximo ao atual farol.

Uma carta náutica francesa intitulada “Santa Maria (Îles Açores)”, baseada no trabalho de levantamento hidrográfico do capitão Alexander Thomas Emeric Vidal, da Royal Navy (1843), assinala este forte como “Vieux Fort” (“forte antigo”) não na ponta da Forca, mas sim na ponta de Malmerendo, onde se ergue atualmente o farol⁷⁶².

⁷⁵⁷ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 219.

⁷⁵⁸ Descrição da Ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em Comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), 1960, p. 223.

⁷⁵⁹ SILVA, Francisco Borges da (1819). Estatística da Ilha de Santa Maria da Capitania das Ilhas dos Açores anno 1819. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fl. 186v.

⁷⁶⁰ SOUSA, João Soares de Albergaria de (1995) - *Corografia Açórica: Descrição Física, Política e Histórica dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, p. 83.

⁷⁶¹ Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ta Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Joze Carlos de Figueiredo, mapa, ms., 550 x 400 mm, 1132/3-44-4 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

⁷⁶² “Santa Maria (Îles Açores)”, cópia francesa de mapa de A. T. E. Vidal (Capt. Royal Navy), 1843. Acervo: BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, Cartografia, 165.

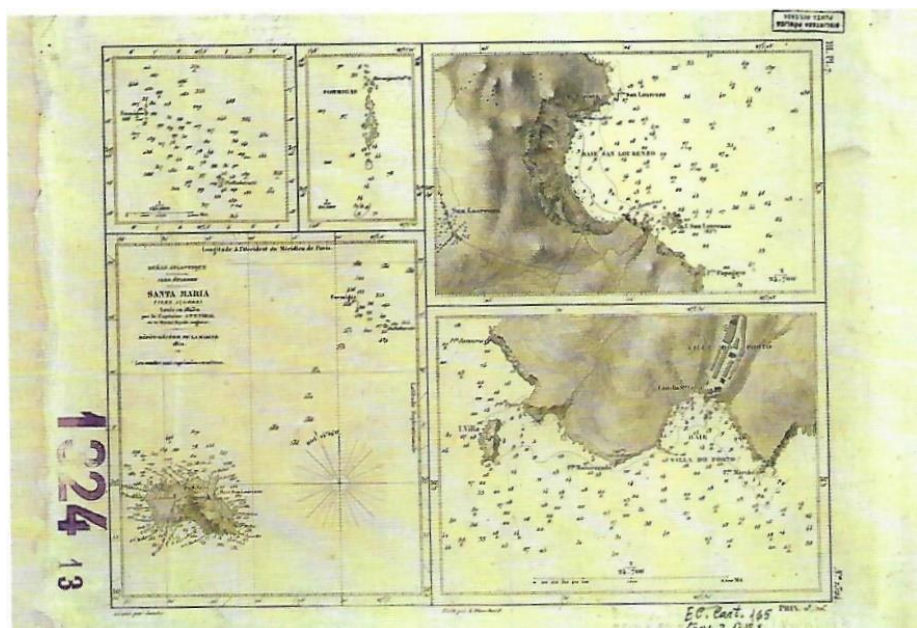


Figura 58 - “Santa Maria (Îles Açores)”, cópia francesa de mapa de A. T. E. Vidal (Capt. Royal Navy), 1843. Acervo: BPARPD, *Fundo Ernesto do Canto*, Cartografia, 165. No detalhe da baía de Vila do Porto (abaixo, direita), encontra-se assinalado o “Vieux Fort” na ponta do Malmerendo. O Forte de São Brás encontra-se referido como “Castelo de St.^a Luzia”.

O Relatório de 13 de junho de 1846 da 10.^a Divisão Militar (Açores) apenas refere este forte, sem maiores detalhes.⁷⁶³

Em 1862 a *Relação* do marechal de campo Júlio José Fernandes Basto, 1.^o barão de Bastos, comandante da 10.^a Divisão Militar (Açores), dava conta que se encontrava “*em soffrivel estado*”⁷⁶⁴.

O *Relatório* do coronel José Ribeiro de Mesquita, Comandante da Subdivisão Militar da Horta (1864), indica-o, sem maiores informações.⁷⁶⁵

Ainda à época, MURGA Y MUGÁRTEGUI (1866) esclarece: “*La punta de Malmerendo, que es la occidental del puerto de Santa María y encima de la cual hay un fuerte viejo, tiene 45 metros de elevacion (...).*”⁷⁶⁶

⁷⁶³ NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações existentes na ilha de Santa Maria, 10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

⁷⁶⁴ *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, p. 269.

⁷⁶⁵ MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.^o-4-51-121).

⁷⁶⁶ MURGA Y MUGÁRTEGUI, Gonzalo de (1866). *Derrotero del archipiélago de las Azores o Terceras*. Madrid, Deposito Hidrográfico, p. 29.

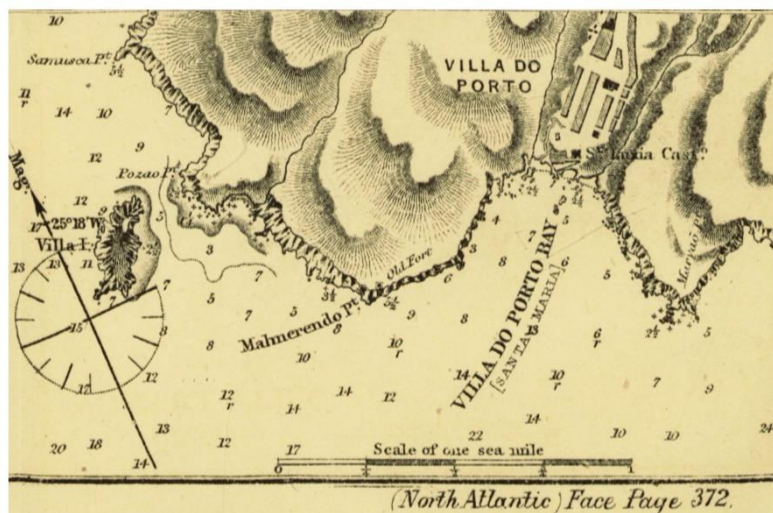


Figura 59 - “Villa do Porto Bay / [Santa Maria]” (detalhe). In ROSSER, William Henry. *North Atlantic Directory. The physical geography and meteorology of the North Atlantic (...)*. 1869. p. 413. Acervo: *British Library*, Londres. O forte na Ponta do Malmerendo está assinalado apenas como “Old Fort”. O Forte de São Brás encontra-se referido como “St. Luzia Cas.”

KERHALLET (1881) em fins do século do XIX, ao descrever este trecho da costa da ilha referiu:

*“La Pointe Malmerendo, au sommet de laquelle on voit un fort, est la pointe Ouest de la baie où se trouve Porto ou Santa-Maria, ville capitale de l’île. Cette ville est encaissée dans le fond d’un ravin profond où coulent deux torrents. (...)”*⁷⁶⁷

No local, em 1898 começou a funcionar o Farolim da Ponta do Malmerendo, em operação até aos nossos dias.

Encontra-se relacionado por BAPTISTA DE LIMA (1982).

⁷⁶⁷ Op. cit., p. 73.



Figura 60 - Farol da Ponta do Malmerendo (Foto do autor, 2013)

Conclusões

“De facto, embora o inventário da fortificação açoriana ainda esteja por fazer, com alguma facilidade identificamos, ao longo de quatro séculos, centena e meia de fortes espalhados pelas nove ilhas dos Açores. (...)”
(Manuel Faria. *A fortificação do Arquipélago dos Açores: do povoamento à extinção da Capitania-Geral*. 2013)

As fortificações dos Açores, não foram, até ao presente, objeto de um estudo académico abrangente e sistematizado. Em seu conjunto, representam uma expressão concreta das características militares de fronteira de que o arquipélago se revestiu em diversas conjunturas da Guerra do Atlântico na Idade Moderna, pela hegemonia e domínio das rotas do comércio ultramarino nesta região do Atlântico Norte.

Embora tenham se ferido, episodicamente, nas águas do arquipélago, importantes batalhas navais à escala internacional, o que melhor define o clima de guerra então vivido foi a contínua e sistemática presença de corsários e piratas nesta região do Atlântico. É nesta realidade que se deve entender a génese e evolução das fortificações marítimas das ilhas, cuja orgânica conhece um desenvolvimento significativo a partir do último quartel do século XVI, por ocasião da dominação filipina em Portugal, quando a disputa entre a Península Ibérica e a Europa do Norte pelo domínio da economia mundial atingia um ponto alto neste arquipélago, escala Atlântica de retorno ao continente europeu.

No tocante ao recorte temporal desta investigação, abarcou os séculos XVI a XVIII uma vez que, foi nesse período que a mancha de fortificações açorianas assumiu dimensões e contornos, em todas as ilhas. Foi ainda nesse período, particularmente na transição do século XVI para o XVII, que a importância estratégica da fronteira açoriana na Guerra do Atlântico (nomeadamente quando do confronto entre a Inglaterra isabelina e a Espanha dos Filipes) conheceu um momento culminante.

Ao longo do presente trabalho tivemos oportunidade de rever pontos da vida e da obra de Gaspar Frutuoso que, embora um homem de Humanidades e um religioso, não descurava os aspetos da arte da guerra, nomeadamente a experiência portuguesa nos variados teatros de operações em que as suas forças militares então agiam, quer nos oceanos - Atlântico, Índico e Pacífico - , quer na terra - Macaronésia, África e Ásia. A sua narrativa fornece-nos essas informações a diversos propósitos, quer contextualizando um

determinado núcleo urbano, um determinado episódio histórico-militar, uma biografia de um nobre, gentil-homem ou homem de armas. O cronista recruta ainda no domínio militar determinados referenciais para medição do espaço, como por exemplo: “*a três tiros de besta*”, “*altura de duas lanças*”, “*como um tiro de falcão ou de arcabuz*”, o que certamente reflete a atmosfera bélica vivida no Atlântico em geral, e no arquipélago dos Açores em particular, ao longo da sua vida, ambiência impregnada pela função guerreira.

Na sua pena, acompanhamos com interesse, volume a volume, não apenas aspetos ainda hoje pouco iluminados da história e arquitetura militar da Macaronésia, como ainda episódios e detalhes dos pontos onde a ação militar das forças portuguesas no mundo foi mais dramática, como por exemplo, os cercos da praça-forte de Diu (1538 e 1546), Malaca (1574-1575) e outros.

Se, no início deste curso, a nossa atenção foi atraída pelos aspetos de História Comparada e de História Atlântica – que até então desconhecíamos – em particular as comparações corográficas entre as ilhas de Cabo Verde e as dos Açores na pena de FRUTUOSO (1998)⁷⁶⁸, e históricas - entre o povoamento das Ilhas das Flores e do Corvo (Açores) e a Ilha de Santo Antão (Cabo Verde) - por RILEY (1991) e por ROCHA *et alii* (2005), justificou-se, em nosso melhor entendimento, prosseguir e aprofundar esta linha de investigação em nosso trabalho, buscando interpretar a defesa de Santa Maria nos séculos XVI a XVIII, nomeadamente no contexto da Dinastia Filipina, período de grande dinâmica em termos de atividade fortificadora em todo o Império Espanhol, no qual os Açores então se inscreviam.

Ao longo de sua história, nomeadamente no período da navegação à vela, os Açores constituíram-se em porto de escala para as embarcações que cruzavam o oceano Atlântico, oriundas das Índias, da África e das Américas, com destino à Europa. Esse movimento marítimo, transportando gentes e mercadorias, atraiu beligerantes, corsários e piratas de várias bandeiras em busca de riquezas, suprimentos e reparos, o que sempre manteve a Coroa de Portugal – e as populações insulares – e em cuidados: “*O corso, a pirataria e até a guerra pertencem, desde o século XVI, ao quotidiano dos ilhéus, dada a participação do arquipélago na partilha do Além-Mar.*”⁷⁶⁹

SALGADO (2011), entretanto, observa que “*(...) o Atlântico, durante grande parte do século XVI, e ao contrário com o que aconteceu no Mediterrâneo, nunca foi palco*

⁷⁶⁸ Nomeadamente Santo Antão x Terceira; São Vicente x Faial; Santa Luzia x Terceira; e Brava x Graciosa. (FRUTUOSO, 1998:Livro I, cap. XXI.)

⁷⁶⁹ MENESES, Avelino de Freitas de (2009). Os Açores e os Impérios: Séculos XV a XX. In *Arquipélago – História*, 2ª série, vol. XIII, p. 209.

do confronto entre Estados, apenas entre súbditos, nomeadamente entre corsários e mercantes, embora muitos dos meios fossem navios das respectivas coroas.”⁷⁷⁰ Assim, às investidas castelhanas no último quartel do século XV ⁷⁷¹ seguiram-se, nas décadas seguintes, outras, de corsários franceses e ingleses, que se depararam com uma resistência local débil e mal-organizada.

Na conclusão de seu trabalho acerca da sociedade e administração marienses (sécs. XV-XVIII), RODRIGUES (1995), acerca das dificuldades para o desenvolvimento de estudos históricos sobre a ilha, refere:

“A história de Santa Maria, como a de todo o arquipélago, tem ainda um longo caminho a percorrer. O nosso conhecimento do passado mariense depara com alguns obstáculos: certos períodos da sua história talvez permaneçam na penumbra devido à falta de documentação, destruída ou roubada durante os diversos ataques de corsários a que a ilha esteve sujeita. Tal facto, porém, não deve desanimar os historiadores e, na verdade, os conhecimentos atuais não cessam de aumentar.”⁷⁷²

Quase duas décadas mais tarde, nomeadamente acerca da fortificação de Santa Maria, MARTINS (2013) defrontou-se com idêntica problemática:

“Sobre a fortificação de Santa Maria, somos confrontados com a mesma dificuldade sentida em S. Miguel, pois não foi possível encontrar fontes credíveis que nos dessem informação de quem as construiu, quando e qual a sua tipologia inicial.”⁷⁷³

No mesmo período, a capitania de Santa Maria e São Miguel, nos Açores, graças à sua localização geográfica e à fertilidade dos solos também havia registado algum desenvolvimento económico, baseado no setor primário – a produção de trigo - voltado para o abastecimento das guarnições militares portuguesas no Norte d'África e na produção de açúcar e de urzela, itens exportados para a Flandres.

⁷⁷⁰ SALGADO, Augusto (2011). O Mundo Atlântico Militar durante o período Filipino. In *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa 18 a 21 de maio, p. 1.

⁷⁷¹ FRUTUOSO (1998) e CORDEIRO (2007) para este período referem um assalto Castelhana repellido em Vila Franca (ilha de S. Miguel) e intentado em seguida em Angra, e outro, também repellido, na Praia, estes dois últimos na Terceira.

⁷⁷² RODRIGUES, José Damião (1995). Sociedade e Administração nos Açores (séculos XV-XVIII): o caso de Santa Maria. In *Arquipélago – História*, In memoriam Maria Olímpia Rocha Gil, 2.ª Série, vol. 1, nº. 2, p. 58.

⁷⁷³ MARTINS, José Manuel Salgado (2013). *Do Basalto ao Betão: Fortificações das ilhas de S. Miguel e Santa Maria – Séc. XVI – XX*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, p. 124.

O povoamento da ilha de Santa Maria desenvolveu-se com maior vigor na sua parte sul, em Vila do Porto. Em algum momento anterior a 1472 a localidade recebeu carta de foral, uma vez que naquele ano Vila Franca do Campo (ilha de São Miguel)⁷⁷⁴ recebeu a sua, constituindo-se nas mais antigas dos Açores.

Entretanto, da primitiva capitania foi alienada a ilha de São Miguel (1474),⁷⁷⁵ onde a então capital, Vila Franca do Campo, prosperava até ser brutalmente arrasada pela ação do terramoto de outubro de 1522.⁷⁷⁶

À semelhança do registado nos arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde, também nos Açores as primeiras incursões de corsários foram de Castelhanos, na década de 1470, no contexto da Guerra da Sucessão de Castela, também referida como “*Guerra da Beltraneja*” (1475-1479).⁷⁷⁷ No século seguinte a estas, somam-se incursões francesas e inglesas. A ilha de Santa Maria conheceu a presença dos primeiros em 1553 e 1576, e dos segundos em 1589⁷⁷⁸.

No contexto da União Ibérica (1580-1640) a ação de corsários conheceu novo fôlego, no âmbito da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604). Se até então os ataques eram esporádicos, neste período tornaram-se sistemáticos, obrigando a Coroa Ibérica, então em União Dinástica, a uma profunda reforma no sistema defensivo dos arquipélagos. Ainda no contexto da Crise de Sucessão de 1580-1583, partidários de D. António, prior do Crato,

⁷⁷⁴ Assim referida pelo cronista: “(...) a antiga e nobre Vila Franca do Campo com seus ricos pomares de muitas frutas, de que está rodeada, chamada Franca porque, segundo dizem, logo no princípio, tirando os dízimos que somente se pagam a El-Rei, era franca de todas as mais coisas e direitos, para melhor ser povoada esta ilha e chamou-se do campo por ser situada em um formoso campo.” (FRUTUOSO, 1998:Livro IV.

⁷⁷⁵ “Fazemos saber que Rui Gonçalves da Câmara, cavaleiro da Casa do duque de Viseu, meu muito amado primo, e prezado sobrinho nos disse como lhe per a Infanta Dona Beatriz, sua madre e tutor, em nome seu, era feita a doação da capitania da ilha de San Miguel para sempre aprovamos e confirmamos a dita doação.” (Carta de D. Afonso V, 20 de maio de 1474. In MONTEREY, 1981:141-142.) A transação, entre João Soares (capitão das ilhas de Santa Maria e São Miguel) e João Gonçalves Zarco, envolveu 2.000 cruzados em espécie e 4.000 arrobas de açúcar.

⁷⁷⁶ Estima-se que na ocasião pereceram de 3 a 5 mil pessoas, a quase totalidade dos seus habitantes à época.

⁷⁷⁷ Em 1475 uma grande frota castelhana com 25 navios, sob o comando de Carlos Valera, tentou conquistar a ilha de Santiago. No assalto à Ribeira Grande o donatário, António da Noli, foi aprisionado e levado para a Andaluzia. Observe-se que no ataque castelhano à ilha de Santa Maria, anterior a 1479, no assalto a Vila do Porto também o capitão do donatário, João Soares, foi detido e levado para Castela. Sobre o episódio mariense, ver CORDEIRO, 2007:Livro IV, cap. VII, pp. 113-114.

⁷⁷⁸ VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1940b). Incursões francesas e inglesas na Ilha de Santa Maria dos Açores no século XVI. In *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, pp. 393-406. Ver ainda: FERREIRA, Ana Maria Pereira (1983). Os Açores e o curso francês na primeira metade do século XVI: a importância estratégica do arquipélago (1521-1573). Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII). Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, 1983, pp. 280-297. Ver também: FERREIRA, Ana Maria Pereira (1987). O curso francês e o comércio açoriano na primeira metade do século XVI (1521-1537). Os Açores e as dinâmicas do Atlântico – do Descobrimento à II Guerra Mundial. Actas do II Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 28 de julho a 2 de agosto de 1987, In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo I, pp. 263-284.

fizeram por aclamá-lo nos Açores e em Cabo Verde, com resultados diferentes.⁷⁷⁹ Entretanto, se o sistema de pequenas fortificações costeiras nas ilhas dos Açores se iniciou com o Regimento das Vigias de 1567, alargado a Portugal continental e seus domínios em 1570, diploma esse que determinava que os diversos postos de vigia deveriam ser fortificados. Esse encargo, originalmente atribuído às Camaras Municipais, veio a articular-se com a constituição das Companhias de Ordenanças, ficando a sua guarnição dependente das mesmas. O comando dessas pequenas fortificações era entregue aos principais “*homens-bons*” das autarquias, também, na generalidade, capitães de Ordenanças.

No caso particular da ilha de Santa Maria, o evento que conduziu às suas obras de fortificação foi o grande ataque de piratas da Barbária em 1616, gerando a construção dos fortes de São Brás em Vila do Porto, e de São João Baptista na Praia Formosa. Esse também foi o entendimento de CORTE-REAL (2003), que registou:

*“Não há dúvida que foi este o maior ataque que sofreu a ilha de Santa Maria, dando então origem a que se construíssem Fortes, Redutos e Reziduos [sic], que com alguma artilharia afogentassem [sic] o inimigo dos portos de fácil acesso, pois que nos outros locais as falésias e riqueza de pedras resolviam o problema.”*⁷⁸⁰

A construção e operação de um cordão de pequenas fortificações marítimas, iniciou-se sob o governo do capitão João Falcão de Sousa, que também exerceu o cargo de Superintendente das Obras de Fortificação da ilha. No exercício dessas funções Sousa terá diligenciado completar a defesa da ilha, não apenas em Vila do Porto, como em todos os pontos do litoral por onde havia facilidade em um inimigo entrar.

Sobre a fortificação do arquipélago de forma geral no início do século XIX, COSTA (2003) observou:

“O próprio esforço isolado levado a cabo para reerguer as defesas, como o que vemos, por exemplo, em S.^{ta} Maria, não se traduzia em eficácia. De facto, aplicando a finta do barro, o juiz de fora daquela ilha empenhou-se em guarnecer de reparos sete dos fortes

⁷⁷⁹ Nos Açores, a resistência concentrou-se nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, prolongando-se até agosto de 1583. Em Cabo Verde, em janeiro de 1583 o corsário português Manuel (ou Emanuel) Serradas, com a colaboração de alguns franceses, tentou obter a aclamação de António I de Portugal, desembarcando na vila da Praia mas vindo a ser repellido pela população na Ribeira Grande.

⁷⁸⁰ CORTE-REAL, 2003:284.

*mais necessários – que, no dizer dele próprio, se chamavam fortes apenas porque continham peças desmontadas – o que não impediu que esta ilha fosse das mais ameaçadas pelo corso deste período.”*⁷⁸¹

De qualquer modo, esse cordão defensivo teve relativo sucesso em manter os agressores afastados, observando-se que o último assalto registado de piratas da Barbária a Santa Maria foi em 1675.

O sistema defensivo dos Açores como um todo, assim como o de Santa Maria em particular, encontrava-se arruinado já no início do século XIX, assim se conservando até aos nossos dias, com poucas exceções.

Conforme defendido por Jorge Paulus Bruno, então presidente do Instituto Açoriano de Cultura, na Semana de Estudos com o tema “*Arquitectura Militar – do Conhecimento Histórico à sua Função Actual*”:

*“O único modo de prevenir o desaparecimento total, mais cedo ou mais tarde, destas construções (património militar dos Açores) é a sua reutilização, ou seja, chamá-las a desempenharem hoje outra função para a qual tenham ainda potencial, seja como equipamentos culturais, como equipamentos ou recursos turísticos, ou outras.”*⁷⁸²

Quase uma década mais tarde, LIZARDO (2012), a rever as suas observações de 1989 acerca do Núcleo Histórico de Vila do Porto, a seu turno alerta: “*Diga-se por fim que é preocupante a total degradação em que se encontram as casas inicialmente descritas, na maioria desabitadas e a ameaçar ruína.*”⁷⁸³ E conclui, citando dois atores essenciais no processo de conservação do património: “*(...) quando nos confrontamos com a necessidade de defesa do património, o tempo é o grande inimigo, urgindo apresentar algo que se assemelhe a resultados que ganhem as simpatias da opinião pública e influenciem os decisores políticos.*”⁷⁸⁴

⁷⁸¹ Ofício de 6 de julho de 1808 do Juiz de Fora para o Capitão-general. In BPARLSR, Capitania Geral dos Açores, Ilha de Santa Maria, Correspondência, Juiz de Fora, 1795-1828, mç. [38], doc. s.n., apud Ricardo Manuel Madruga da Costa (2003) - *Os Açores em finais do Regime de Capitania Geral (1800-1820)*. Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Moderna. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. I, p. 136.

⁷⁸² AA.VV. (2005). *Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos: Arquitectura Militar: do conhecimento histórico à sua função actual* (Ponta Delgada; Angra do Heroísmo, 2002). Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura. Sobre a temática da preservação ver, nomeadamente CYMBRON, 2005, LOBO, 2005 e MOREIRA, 2005.

⁷⁸³ LIZARDO, 2012:7

⁷⁸⁴ LIZARDO, 2012:8

Mais do que pretendemos demonstrar ou alertar para o precário estado de conservação do património militar da ilha, o presente trabalho visa demonstrar a génese, evolução e o enquadramento do mesmo, frente às demais ilhas do arquipélago e da Macaronésia, numa perspectiva de Educação Patrimonial, ou como divulgado pelos Ambientalistas, de “*Conhecer para preservar*”.⁷⁸⁵

A ilha de Santa Maria deve orgulhar-se da sua herança arquitetónica, constituída não apenas pelo património civil e religioso, mas também pelo conjunto de fortes e fortalezas que integraram a defesa de seu litoral, que se constituem em testemunhas da sua história local, e cujos remanescentes necessitam de proteção. Esta tendência, que se regista a nível mundial, enquadra-se ainda no conceito de Turismo Militar, incluído em nosso país no “*Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2013-2015*”⁷⁸⁶ A proposta dessa nova categoria de turismo, é a de conferir atratividade ao património militar, dando a conhecer aos turistas, nacionais e estrangeiros, a História Militar de Portugal nas suas vertentes material - através dos seus monumentos militares (castelos, fortes e fortalezas, praças-fortes) -, e imaterial – pela divulgação da vida e obra de personalidades a eles conexas, por exemplo.

Este tipo de turismo pretende revitalizar espaços militares outrora abandonados, por forma a revitalizar as economias locais envolvidas compreendendo que:

*“[...] a interação entre o turismo e o património histórico-militar nacional pode potenciar o desenvolvimento de novas atividades e produtos, assim como complementar as já existentes e é admissível que a história militar nacional tem condições para criar novas experiências turísticas e culturais. Continuar a inventariação e produzir interpretação patrimonial orientada aos públicos da cultura e do turismo temático tem caminho para seguir.”*⁷⁸⁷

É precisamente na ilha de Santa Maria, a primeira ilha, a “Ilha Mãe”, que nos deparamos com o paradoxo de que, em que pese o seu duplo carácter periférico –

⁷⁸⁵ Veja-se por exemplo a distinção conferida a Portugal pelo Projeto “Conhecer para Preservar” em 2018. In Projeto “Conhecer para Preservar” recebe Energy Globe Award. Disponível em: <https://torresvedrasweb.pt/projeto-conhecer-para-preservar-recebe-energy-globe-award/>

⁷⁸⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 74, de 16 de abril.

⁷⁸⁷ COELHO, João Pinto; COSTA, Fernando Luz; FIGUEIRA, Luís Mota; COSTA, Carlos (2015). *Carta Nacional do Turismo Militar: Do Conceito à Operação - Proposta de Intervenção*. S.l., Instituto Politécnico de Tomar, p. 121.

geográfico, de satélite em relação à ilha de São Miguel, e historiográfico – no contexto do arquipélago açoriano, é a que apresenta um conjunto diversificado de património militar, desde as fortificações marítimas da Idade Moderna até às *Casamatas do Pico Alto* e as instalações do *Polígono de Acústica Submarina dos Açores*, representativas do período da Guerra Fria, conjunto esse que atesta a sua centralidade atlântica desde o século XVI até aos nossos dias.

Bibliografia

Fundos arquivísticos

AHU

VEIGA, João José da [Corregedor das ilhas de São Miguel e Santa Maria]. *Representação de 30 de julho de 1816*. Açores, caixa 91, doc. 7.

ANTT

Alvará de quitação de 1.530 réis a Bartolomeu Ferraz, cavaleiro da Casa Real, importância do que havia de pagar na Chancelaria, do padrão de 7.680 réis que D. João III lhe deu de tença.

Ref.: PT/TT/CC/1/31/68. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3771140>

Carta de Bartolomeu Ferraz a António Carneiro, secretário de Estado, de agradecimento pelas mercês que lhe havia feito, e lhe dá conta do que passou com os oficiais da Câmara de Portalegre.

Ref.: PT/TT/CC/1/33/57. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3771408>

Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache.

Ref.: PT/TT/CCDV/29. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671>

Direcção-Geral dos Próprios Nacionais

Ref.: PT/TT/MF-DGPN. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224476>

BPARLSR

Fundos:

- Capitania Geral dos Açores

Ref.: PT/BPARLSR/ACD/CGA

- José Agostinho (Documentos, mapas e fotografias⁷⁸⁸)
Ref.: PT/BPARPD/FAM/TC/JBTC / GFTC/001-207

BPARPD

Ernesto do Canto – Ref.: PT/BPARPD/PSS/EC

- Sobre a finta de 1000.000 réis pelo socorro dado à ilha de Santa Maria (1617). Ref.: PT/BPARPD/PSS/EC/0168/00017
- Correições na ilha de São Miguel (1767-1791). Ref.: PT/BPARPD/PSS/EC/0047
- Distribuição das companhias de milícias na ilha de Santa Maria (1812). Ref.: PT/BPARPD/EC/0146/00044
- Genealogias da ilha de Santa Maria – Ref.: PT/BPARPD/PSS/EC/0121
- “Santa Maria (Îles Açores)”, cópia francesa de mapa de A. T. E. Vidal (Capt. *Royal Navy*), 1843. Acervo: BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, Cartografia, 165.
- = “Ilhas dos Açores”. In Benedetto Bordone (1460–1531). “*Isolario*”, fl. V (Veneza, 1532 [1.^a ed., 1528]). Acervo: BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, EC/CART/46
- “Plantas das ilhas de S. Jorge e S. Maria, cópias feitas por Luiz M.^a Xavier em 1890 e 1892” Acervo: BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, Cartografia, Pasta 1, ms. 202H.
- Provedoria das Armadas – Ref.: PT-BPARPD-PSS-EC-CC-0078
- *Bibliotheca Açoriana – Notícia Bibliografia das obras impressas e manuscriptas nacionais e estrangeiras concernentes às Ilhas dos Açores por Ernesto do Canto* [vol. I], Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1890.

José do Canto – Ref.: PT/BPARPD/PSS/JC

Variedades Açorianas – Vols. VII, X e XI

- Corographia Insulana (s.a. [António Carvalho da Costa], s.d. [est. 1.^a metade do séc. XVII]. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 1-69 [70].

⁷⁸⁸ JAG - José Agostinho (fotografias). Descritor em: https://bparlsr.azores.gov.pt/arquivo_regional/jag-jose-agostinho/ Ver ainda: BELÉM, Vanda. *Inventário do Fundo José Agostinho*. Angra, BPARPD (policopiado).

- SILVA. Francisco Borges da (1819). Estatística da Ilha de Santa Maria da Capitania das Ilhas dos Açores anno 1819. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fls. 151-186v.
- Ilha de Santa Maria. Resumo Histórico do Descobrimento. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 44-49v.
- Mappa de Santa Maria, s.a., s.d. [a. 1874]. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fl. 54.
- Capitães Donatários da Ilha de Santa Maria, s.a., s.d.. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fl. 58.
- NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações - Ilha de Santa Maria [10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun]. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.
- [Pedido de] Cópia da Carta de Doação da Capitania da Ilha de Santa Maria, em sucessão a Braz Soares de Souza. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fl. 70.

Alfândega de Ponta Delgada

- Receita e despesa da Alfândega de Ponta Delgada (1648). Ref.: PT/BPARPD/ACD/ALFPDL/003/0009 – Direito dos 2% da fortificação (f. 120); O que pertence a Sua Magestade e Rendimentos da Ilha de Santa Maria (f. 168).
- Livro da Receita (1686). Ref.: PT/BPARPD/ACD/ALFPDL/003/0016 – Rendimento do Direito dos 2% (f. 197); Rendimento do Almoxarifado da Ilha de Santa Maria (f. 206).
- Livro para a Receita (1723) - Ref.: PT/BPARPD/ACD/ALFPDL/003/0049 – Direito dos 2% (f. 103); Almoxarifado da Ilha de Santa Maria (f. ???).

Arquivo Gago da Câmara de Sousa – Ref.: PT/BPARPD/FAM/AGCS.

José António Baptista Velho Arruda – Ref.: PT/BPARPD/PSS/JABVA.

Manuel Monteiro Velho Arruda – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA.

- Extratos de assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto (1599-1723). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0042
- Cópia de documentos vários respeitantes à história da ilha de Santa Maria (1649-1656). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0048

- Cópia de documentos relativos à Restauração [da Independência] em Santa Maria (1640-1641). Necessidade de um dispensário para o tratamento da lepra na ilha de Santa Maria dos Açores (1940). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0049
- Tratado Primeiro da Corographia Insulana. Estatutos da Sociedade Teatral União e Recreio da Vila do Porto. Nobiliarchia dos insulanos da ilha de Santa Maria para o9 uso do capitão Manuel José da Câmara Minhoto, aliás, Coutinho – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0053
- Notas à obra do Dr. Gaspar Frutuoso sobre a ilha de Santa Maria (1916). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0063
- Igrejas da ilha de Santa Maria, Açores (1918). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0065
- Documentos para a história da ilha de Santa Maria: cópias e extratos da Câmara Municipal de Vila do Porto, igrejas e casas particulares – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0068
- Cópias e extratos de documentos sobre variados assuntos (1507-1958). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0070
- Apontamentos sobre diversos assuntos da história da ilha de Santa Maria – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0071
- Documenroa város e dispersos (1657 a 1867) - - Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0072
- Documentos para a história da ilha de Santa Maria – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0075
- Apontamentos sobre ataques de corsários à ilha de Santa Maria – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0077
- Carta de Arrematação do capitão-mor da ilha de Santa Maria, inácio de Sousa Coutinho, de várias propriedades que são sitas na dita ilha tomadas para os próprios de Sua Magestade a Manuel Cabral de Melo para pagamento do que ficou devendo à Real Fazenda do tempo que serviu de feitor da Alfândega da ilha de São Miguel (1745). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0079/00001
- Casa da Alfândega de Vila do Porto (1652-1658). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0080/00031

- Rascunho da carta a Jaime de Figueiredo (1934). Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/001/000062
- Memória histórica sobre a ilha de Santa Maria – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA/0050/000004
- Trabalhos de Manuel Barbosa – Ref.: PT/BPARPD/PSS/MMVA-MBCA/0046

Museu de Angra do Heroísmo

- Fundo Manuel Coelho Baptista de Lima

Rijksmuseum, Amesterdão

- “*Verovering van het eiland Santa Maria in de Azoren door kapitien Gerrit Jansen Cater, 2 juli 1599. Het schip van Cater samen met vier kleine Engelse schepen voor het eiland. Om de voorstelling een beschrijving van de gebeurtenissen in 5 kolommen in het Nederlands.*” (“Conquista da ilha de Santa Maria nos Açores pelo capitão Gerrit Jansen Cater, 2 de julho de 1599. O navio de Cater junto com quatro pequenos navios ingleses para a ilha. Para oferecer uma descrição dos eventos em 5 colunas em holandês.”). Gravura e texto impressos sobre papel, s.a., s.d. (1599-1601), 295mm × 370mm. Coleção: Frederik Muller Historieplaten, cota: RP-P-OB-80.399, ref.: FMH 1107.

Fontes documentais

- [Instituto Geográfico e Cadastral] (1939). *[Carta da] ilha de Santa Maria / Açores* (2.^a ed.), Escala 1:50000. S.l. [Lisboa], Instituto Geográfico e Cadastral.
- [Secretaria das Obras Públicas de Ponta Delgada] (1890). *Planta da Ilha de Santa Maria [Material cartográfico] / cópia de Luiz Maria Xavier, do original Na Secretaria das Obras Publicas de Ponta Delgada*. Escala 1:50000. Ponta Delgada, Secretaria das Obras Públicas de Ponta Delgada, cópia de 30 de junho de 1890.
- “Baterias que há no perímetro da Ilha”. In SILVA, Franciso Borges da. Estatística da Ilha de Santa Maria. Da Capitania das Ilhas dos Açores. Anno 1819, apud TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. X, fl. 186v.

- “*Santa Maria (Îles Açores)*”, cópia francesa de mapa de A. T. E. Vidal (Capt. *Royal Navy*), 1843. Acervo: BPARPD, Fundo Ernesto do Canto, Cartografia, 165.
- ALEMÃO, Valentim Fernandes (1878). Descrição das Ilhas do Atlântico. Códice da Biblioteca de Munique. In *Arquivo dos Açores*, vol. I. [ms. 1507]
- ALEMÃO, Valentim Fernandes (1888). Descrição das Ilhas do Atlântico: Additamento ao Archivo dos Açores, Vol. I, pag. 145. In *Arquivo dos Açores*, vol. X, p. 497. [ms. 1507]
- ALMADA, Antão de (1768). Ofício do Capitão General dos Açores sobre fortificações, e guarnição das mesmas. 1768. In *Arquivos dos Açores*, vol V, pp. 407-408.
- Arquipélago dos Açores. In Benedetto Bordone. *Isolario*, 1528.
- Arquivo dos Açores (15 vols.)*. Ponta Delgada, 1878-1959.
- Assentos da Câmara de Villa do Porto, 21 de agosto de 1599. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 329-330.
- BARRET, Briant (2017). *Relato da minha viagem aos Açores, 1812-1814* (org. trad, rev. e notas George Haves... [et al.]; pref. Susana Serpa Silva). Ponta Delgada, Letras Lavadas. [Descrição de Santa Maria, jul. 1812: pp. 69-83]
- Carta da Câmara de Santa Maria ao rei, relatando a tentativa de acometimento da ilha pela armada de D. António e o estado de grande miséria (Santa Maria, 7 de novembro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 123, doc. 227. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 99-100.
- Carta de Amador Velez de la Riztegui ao rei sobre a dificuldade de provimento do Terço de Agustin Iniguez (Ponta Delgada, 24 de outubro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 131, doc. 53. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 89.
- Carta de D. Afonso V, de 10 de Março de 1449, concedendo licença a seu tio o Infante D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, pp. 7-8.

- Carta de D. Afonso V, de 13 de Julho de 1474 pela qual confirma o cargo de capitão donatário da Ilha de Santa Maria, feito por D.^a Beatriz como tutora de seu filho, a João Soares de Sousa, em carta de 12 de Maio do dito anno. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, pp. 15-18.
- Carta de D. Afonso V, de 2 de Julho de 1439, concedendo licença a seu tio D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, p. 5.
- Carta de D. Afonso V, de 3 de Dezembro de 1460 pela qual fez doação ao Infante D. Fernando, das ilhas de S. Jorge, de Jesus Christo, Graciosa, S. Miguel, e Santa Maria, das ilhas da Madeira e Porto Santo e outras. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, pp. 14-15.
- Carta de D. Afonso V, de 5 de Abril de 1445 isentando os moradores dos Açores de pagarem dizima por 5 annos. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, pp. 5-6.
- Carta de D. Filipe III, de 14 de Fevereiro de 1617, ao Juiz de Fôra da ilha de S. Miguel. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, p. 76. [Finta para reembolso do auxílio militar em socorro a Santa Maria]
- Carta de D. Filipe III, de 26 de março de 1617, ao capitão donatário da ilha de Santa Maria sobre os Argelinos. In *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, 1927, pp. 122-123.
- Carta de D. Manoel, de 19 de Fevereiro de 1501, pela qual manda tirar os bens a Pedro Álvares, João Gonçalves e Estevão Pires, e dá-los a Ruy Fernandes de Alpoim, por irregularidades praticadas na Ilha de Santa Maria, os dois primeiros como encarregados da capitania da mesma ilha, e o terceiro como Juiz. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, pp. 42-44.
- Carta de D. Manoel, de 25 de Novembro de 1549, tirando uma vinha a Alvaro da Fonte, Juiz da ilha de Santa Maria, e fazendo mercê della a Pero Menezes. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, p. 72.
- Carta de D. Manoel, de 3 de Janeiro de 1505 de quitação pelos rendimentos que recebeu como almoxarife da ilha de Santa Maria nos anos de 1490/91/92/93/96 e 97. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1878, pp. 49-50 [tabela (dinheiro / trigo / urzela)].
- Carta de Pedro Coco Calderon ao rei, relatando a passagem da armada de D. António ao largo de S. Miguel. Alude também à negligência do Mestre de

- Campo Agustin Iniguez, ao reforço da defesa de S. Miguel e de Santa Maria e à escasses de víveres (Ponta Delgada, 26 de outubro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 131, doc. 49. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 95-96.
- Carta do Marquês de Santa Cruz ao rei, descrevendo a chegada aos Açores dos navios providos na Andaluzia e com diversas informações sobre a situação no arquipélago (Santa Maria, 14 de agosto de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Leg. 129, doc 158. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 71
- CASTELO BRANCO, António do Couto de (1882). Fortificações nos Açores existentes em 1710. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, pp. 178-181.
- CASTELO BRANCO, António do Couto de (1892). Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe faz relação António do Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709. In *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pp. 460-472.
- CASTRO E MENDONÇA, Denis Gregório de Melo (2002). De tudo o que há de Armamento e Munições de Guerra em cada uma destas ilhas (...) e de tudo o que se necessita (1793) (nota introdutória de Manuel Augusto de Faria). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LX, pp. 455-462.
- CINTRA, Diogo Gomes de (1878). Descobrimento das Ilhas dos Açores [De inventione insularum de Açores. Códice da Biblioteca de Munique]. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, pp. 77-81. [ms. 1460]
- Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores / precedida de um ensaio crítico / por Manuel Monteiro Velho Arruda (3.ª ed.)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica (6 vol.)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A - Regime de protecção e valorização do património cultural da zona classificada da cidade de Angra do*

Heroísmo.

Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas: Guerra y Marina (1590-1605). Disponível em: <http://www.iac-azores.org/biblioteca-virtual/simancas1/index.html> [CD-1]

Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas: Guerra y Marina (1606-1616). Disponível em: <http://www.iac-azores.org/biblioteca-virtual/simancas2/index.html> [CD-2]

Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas: Contaduría Mayor de Cuentas, 1.ª época (1581-1628). Disponível em: <http://www.iac-azores.org/biblioteca-virtual/simancas3/index.html> [CD-3]

Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas: Contaduría Mayor de Cuentas, 2.ª época (1599-1616). Disponível em: <http://www.iac-azores.org/biblioteca-virtual/simancas4/index.html> [CD-4]

Enciclopédia Açoriana. In *Centro de Conhecimento dos Açores*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/>

FERRAZ, Bartolomeu (1883). Carta de Bartholomeu Ferraz, aconselhando Elrei sobre a necessidade urgente de se fortificarem as ilhas dos Açores, por causa dos corsários francezes [1543]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartas Missivas, maço 3.º, n.º 205. In *Arquivo dos Açores*, vol. V, pp. 364-367.

FIGUEIREDO, José Carlos de (1824). *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ª Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., color., 520 x 395 mm (GEAEM 1133/3-44-4)

FIGUEIREDO, José Carlos de (1824). *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ª Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., color., 550 x 390 mm (GEAEM 1131/3-44-4)

FIGUEIREDO, José Carlos de (1824). *Carta militar e topo-hydrographica da Ilha de S.ª Maria levantada em 1822 e deenhada em 1824 pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo*, mapa, ms., 550 x 400 mm (GEAEM 1132/3-44-4)

FURTADO, Luiz de Moura (1998). Sobre o estado em que se encontram as ilhas

- dos Açores (1797) (nota intr. de Manuel Augusto Faria). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVI, pp. 89-90; pp. 365-366.
- GOUVEIA, Paulo (Arquitecto) (1992). *Plano de salvaguarda da Vila do Porto/ S.^{ta} Maria 1.^a Fase / Análise*. S.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Regional de Assuntos Culturais.
- Ilha de Santa Maria*. S.l., s.d. [a. 1570], s.n., planta, ms., desenho a nanquim, col. aguarelada; 41 x 54,5 cm). Faz parte do volume factício “*Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas*” *colegidos por Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional (Brasil).
- Informação dos Portos das Ilhas dos Açores [ms., est. 1553-1567]. In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 121-123.
- Instituto Geográfico Português (2005). *Carta de Portugal Continental. Região Autónoma dos Açores. Região Autónoma da Madeira [Material cartográfico]*. Lisboa, Instituto Geográfico Português.
- Instituto Nacional de Estatística (1999). *Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas*. Lisboa, INE.
- Instituto Nacional de Estatística (1999). *Recenseamento Geral da Agricultura*. Lisboa, INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). *Retratos Territoriais. Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Las Islas Azores: La Tercera. La d’el Pico. La d’el Fayal. ORTELLO, Abraham. *Theatro d’el Orbe de la Tierra*. Anveres, Imprenta Plantiniana, 1602, pp. 15-16 [carta Açores Insulae] Disponível em: <http://purl.pt/27038/5/P5.html>
- MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino*, vol. II, *Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- MESQUITA, José Ribeiro de (Cel.) (1864). *Relatório sobre as fortificações dos Concelhos de Ponta Delgada e S. Maria* (GEAEM 11163/3.º-4-51-121) *Monumenta Henricina* (15v.). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.
- O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino: a Capitania-Geral dos Açores durante o Consulado Pombalino*. Angra do Heroísmo, Secretaria

- Regional de Educação e Cultura, 1988. [Col. *Fontes para a História dos Açores*]
- Ordem de pagamento a D. Margarida de Sousa do dinheiro emprestado para as fortificações (16 de Dezembro de 1656). In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 58-59.
- PEREIRA, Rodrigo Álvares [Capitão, autor da cópia] (s.d.). *Forte de S. Braz na Ilha de Santa Maria (?)*, planta, ms. a preto e vermelho sobre vegetal, com duas plantas de forte mal identificado e legenda descritiva, 500 x 745 mm (A.H.M. 3.^a Divisão, 47.^a Secção, N.º 2276/8)
- PEREIRA, Rodrigo Álvares [Capitão, autor da cópia] (s.d.). *Ilha de Santa Maria / Forte de S. João Baptista na Ponta de Santo Amaro*, planta, ms., 210 x 505 mm, escala de 1:200 (A.H.M. 3.^a Divisão, 47.^a Secção, N.º 2276/20) [A planta tem duas legendas, uma descritiva do forte e do seu valor, outra identificadora dos pontos assinalados na planta.]
- PEREIRA, Rodrigo Álvares [Capitão, autor da cópia] (s.d.). *Planta do Forte da Ponta do Marras [Marvão], na Ilha de Santa Maria*, planta, ms. a preto sobre vegetal, 220 x 280 mm (A.H.M. 3.^a Divisão, 47.^a Secção, N.º 2276/22)
- PORTUGAL, Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos (1903). *Açores: carta chorographica da Ilha de Santa Maria: 1898*, mapa, color., grav. Lacerda de Carvalho e Egreja, escala 1:50000. 445 x 630 mm em folha de 620 x 820 cm (BNP, cota do exemplar digitalizado: cc-1248-r Disponível em <http://purl.pt/22836>)
- PORTUGAL, Serviço Cartográfico do Exército (1968). *Carta Militar de Portugal / Ilha de Santa Maria: Açores*, mapa topográfico, color., 400 x 640 mm, escala 1:25 000.
- PREDIO MILITAR N.º 15 / Forte de São João Baptista, planta, ms., Capt. Azevedo (...), s.d., escala 1:200. Acervo: CD/MMA, cx. 15, FIA 264.
- Provisão sobre as Ordenanças agora novamente feita com algumas declarações que não estavam nos Regimentos.* Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1574provisao.html>
- Quitação que deu Dona Margarida de Sousa viúva do Capitão Sargento-mor Baltasar Velho de Andrade, ao Capitão Francisco Nunes de Melo. In

Arquivo dos Açores, vol. XV, 1959, p. 60.

Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem.

Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html>

REIS LEITE, José Guilherme; FARIA, Manuel Augusto de (2007). *Posturas Camarárias dos Açores (Tomo I)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Relação das Coisas que aconteceram em a cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em África (1611). In *Arquivo dos Açores*, vol. IX, 1887, pp. 551-557; vol. X, 1888, pp. 5-89.

Relação de militares despachados para as ilhas dos Açores e Madeira, desde 1796 até ao ano de 1801 (intr. de Manuel Augusto Faria). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVIII, 2000, pp. 139-140; 167-170.

Relações da população existente no ano de 1766 em cada paróquia [dos Açores] em 30 de outubro de 1767. In *Arquivo dos Açores (2.ª série)*, vol. V, 2012, Doc. 16, p. 92-99; Doc. AQ, p. 359-360.

RILEY, Carlos Guilherme (apresentação e notas) (1993); SARAMAGO, João (transcrição e atualização do texto, recolha da tradição oral). *Relação breve da grande e maravilhosa vitória dos moradores da ilha do Corvo contra dez poderosas naus de turcos: anno MDCXXXII*. Vila do Corvo, Câmara Municipal do Corvo. 35 p. [Contém fac-símile do documento original, de 1632]

RODRIGUES, Júnio Gualberto Bettencourt [Tenente-Coronel de Engenharia] (1895). *Forte de Marvão na Ilha de S.^{ta} Maria*, planta, ms., 24 de agosto, 600 x 315 mm GEAEM 5486/3-44-4)

RODRIGUES, Júnio Gualberto Bettencourt [Tenente-Coronel de Engenharia] (1895). *Forte de Marvão na Ilha de Santa Maria*, planta, ms. color., 24 de agosto, 520 x 510 mm (GEAEM 7450/3-44-4)

RODRIGUES, Júnio Gualberto Bettencourt [Tenente-Coronel de Engenharia] (1895). *Forte nos Anjos na Ilha de S.^{ta} Maria*, planta, ms. color., Ponta Delgada, 19 de agosto, 500 x 485 mm (GEAEM 7451/3-44-4)

RODRIGUES, Júnio Gualberto Bettencourt [Tenente-Coronel de Engenharia] (1895). *Forte de Marvão na Ilha de S.^{ta} Maria*, planta, ms., Ponta Delgada,

24 de agosto, CD/MMA cx. 15, FIA 263.

RODRIGUES, Júnio Gualberto Bettencourt [Tenente-Coronel de Engenharia] (1895). *Planta do Forte de S. Braz na Villa do Porto – Ilha de S.^{ta} Maria*, planta, ms., Ponta Delgada, 23 de agosto, 830 x 630 mm (GEAEM 7452/3-44-4)

RODRIGUES, Júnio Gualberto Bettencourt [Tenente-Coronel de Engenharia] (1895). *Planta do Castello da Praia (denominado de S. João Baptista) na Ilha de Santa Maria*, planta, ms., 17 de agosto, 670 x 655 mm (GEAEM 7449/3-44-4)

s.a. (1857). *Planta do Forte de S. Braz, na Ilha de Santa Maria*, planta, ms., 320 x 210 mm (GEAEM 136/3-44-4)

s.a. (1857). *Planta do Forte de S. João Baptista, na Ilha de Santa Maria*, planta, ms., 320 x 210 mm (GEAEM 135/3-44-4) [Há microfilme deste documento, ver 3974/6-82-116 – PT-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército.]

s.a. (s.d.). *Planta do Forte de S. Braz na Vila do Porto*, planta, ms., 622 x 484 mm (GEAEM 7030/1-7A-95)

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (dir. e coord.) (2008). *Carta de ocupação do solo da Região Autónoma dos Açores*. S.l., Secretaria Regional do Ambiente e do Mar; Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos.

Serviço Regional de Estatística dos Açores (2000). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores*. Angra do Heroísmo, SREA.

SOUSA, Manuel de Mello. [Pe.] (1936). *Livro do Tombo da Freguesia da N.^a S.^a do Bom Despacho, Ilha de Santa Maria*, fl. 4v. [Ermida de Nossa Senhora dos Remédios].

SUPICO, Augusto César [Major de Engenharia] (1904). *Ilha de Santa Maria - Forte de S. Braz na Villa do Porto*, planta, ms., color., 360 x 315 mm (GEAEM 5484/5-44-4)

SUPICO, Augusto César [Major de Engenharia] (s.d.). *Ilha de S.^{ta} Maria / Forte de S. João Baptista na Ponta de S.to Amaro*, planta, ms., s.d. [início do séc. XX].

TEIXEIRA, Luís (1584). AÇORES INSULAE, mapa, gravura, 440 x 500 mm. In ORTELIUS, Abraham. “*Theatrum Orbis Terrarum*”. Antuérpia, Christophe Platin. [reimpr.: Amesterdão, 1667 (em francês) e 1672 (em castelhano).]

Obras Gerais

[Câmara Municipal de Vila do Porto] (1958). *Boletim da Câmara Municipal de Vila do Porto: Ilha de Santa Maria*. S.l. [Lisboa], Câmara Municipal de Vila do Porto, n.º 2, jan-mar.

AA.VV. (1903). *Álbum Açoriano*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand.

AA.VV. (1937-1940). *História da Expansão Portuguesa no Mundo (dir. António Baião, Hernâni Cidade, Manuel Murias) (3 vols.)*. Lisboa, Editorial Ática. [vol. I, 1937; vol. II, 1939; vol. 3, 1940]

AA.VV. (1982). In *Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

AA.VV. (1984). Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII). Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI.

AA.VV. (1985). Problemática da Reconstrução – Sismo de 1 de Janeiro de 1980 (2 vols.). [Comunicações apresentadas na] *VI Semana de Estudos (5 a 9 de Janeiro de 1983)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

AA.VV. (1988). Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: do Descobrimento à II Guerra Mundial. Actas do II Colóquio Internacional, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de Julho a 2 de Agosto de 1987. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomos I e II.

AA.VV. (1990). *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986 (2 vols.)*. Funchal, Governo Regional da Madeira; Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração.

AA.VV. (1993-1995). *Os Açores e a Expansão Europeia*. Actas do III Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 23 a 28 de Julho de 1990. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vols. XLVIII-XLIX.

- AA.VV. (1994). *O testamento de Adão* (org. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; coord. Francisco Faria Paulino). Lisboa, C.N.C.D.P.
- AA.VV. (1995a) - História das ilhas atlânticas: arte, comércio, demografia, literatura. *Actas da Secção de Arquivos do IV Colóquio Internacional da História das Ilhas Atlânticas, Canárias, Gran Canaria/Tenerife, 9 al 14 de outubro de 1995* (coord. Alberto Vieira). Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- AA.VV. (1995b). *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938* (2.^a ed.). Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995. [Coleção Autonomia] (1.^a ed.: Casa dos Açores, 1940)
- AA.VV. (1995c). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX. Actas do I Colóquio, realizado nas ilhas do Faial e do Pico em [10-13 de] maio de 1993*. Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- AA.VV. (1997). *Os Arquivos Insulares (Atlântico e Caraíbas)*, Memórias, 18, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- AA.VV. (1998). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas ao Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*. Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- AA.VV. (2000a). *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
- AA.VV. (2000b). *O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo*, Actas do V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico, Angra do Heroísmo, 24-28 de Maio de 1999, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- AA.VV. (2001). *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, Ilhas Terceira e S. Miguel, 11 a 18 de Abril de 1999* (2 vols). Lisboa, Universidade dos Açores; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- AA.VV. (2002). *Património Edificado: Novas Tecnologias, Inventários (Comunicações apresentadas na XIII Semana de Estudos)*. Lisboa; Angra

- do Heroísmo, Instituto Português do Património Arquitetónico; Instituto Açoriano de Cultura.
- AA.VV. (2004). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo. Actas do Colóquio realizado na Horta e em Santa Cruz das Flores, 13 a 17 de Maio de 2002.* Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- AA.VV. (2005). *Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos: Arquitectura Militar: do conhecimento histórico à sua função actual (Ponta Delgada; Angra do Heroísmo, 2002).* Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- AA.VV. (2007). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. No Bicentenário do Consulado dos E.U.A. nos Açores: O Tempo dos Dabney. Actas do IV Colóquio, realizado em maio de 2006 nas ilhas do Faial e do Pico.* Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- AA.VV. (2011). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do V Colóquio realizado na Horta e em Velas, 17 a 20 de Maio de 2010.* Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- AA.VV. (2013). *Enciclopédia Visual da Expansão Portuguesa.* Centro de História de Além-Mar (CHAM). Disponível em: <http://eve.fcsh.unl.pt/>
- AA.VV. (2015). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Atas do VI Colóquio, realizado em maio de 2014 na ilha do Faial.* Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- AA.VV. (em publicação). *Anais do I Congresso internacional de relações transatlânticas entre a Europa, América e Ilhas Atlânticas – Séculos XV-XX.* Vila do Porto, 1 a 5 de maio de 2014.
- AA.VV. (s.d.a). *Enciclopédia Açoriana.* In *Centro de Conhecimento dos Açores.* Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/>
- AA.VV. (s.d.b). Frutuoso, Gaspar. In *Enciclopédia Açoriana.* Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9828>
- Açores em mapas e em números* (1979). Centro de Estudos Geográficos / Universidade de Lisboa.

- AFONSO, João (1985-1997). *Bibliografia Geral dos Açores. Sequência do Dicionário Bibliográfico Português* (3 v.). Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Direcção Regional dos Assuntos Culturais. (Tomo I, A-BO, 466p.; Tomo II, BR-CU, 466p.)
- AGOSTINHO, José (Ten.-cel.) (1943) – A Inscrição da Portada do Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 185-186.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de (2009). Tipologias construtivas da arquitectura doméstica quinhentista nas cidades atlânticas: heranças medievais e inovações renascentistas, trabalho apresentado em Construir la Ciudad en la Edad Media. Actas do VI Encuentos Internacionales del Medievo, In *Construir la Ciudad en la Edad Media. Actas do VI Encuentos Internacionales del Medievo*, Nájera
- ALBERGARIA, Isabel Soares de (2010). Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção, trabalho apresentado no Colóquio História da Construção. A população dos construtores. In *História da Construção. Os Construtores*, Braga.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de (2012). *A Casa Nobre na Ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do Antigo Regime* (2 vol.). Tese de Doutoramento em Arquitectura submetida à Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior Técnico.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de (2013). Na forja da “Arquitetura Regional”: Entre o determinismo geográfico e as desinências nacionalistas: o caso açoriano. In “*Colóquio Internacional Arquitectura Popular*”, Arcos de Valdevez: Casa das Artes.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de (2016). A casa nobre da época moderna nos arquipélagos dps Açores, Madeira e Canárias: estudo comparativo. In AA.VV. *Percursos da História. Estudos In Memoriam de Fátima Sequeira Dias*. Ponta Delgada, Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia; Câmara Municipal de Ponta Delgada; Universidade dos Açores; CHAM, pp. 247-266.

- ALBERT I.^{er}, Prince de Monaco; TINAYRE (Louis) (dessins de) (1913). *La carrière d'un navigateur*. Paris, Hachette et Cie.. [2 grandes cartes dépliantes en couleurs: 1: Croisière aux régions artiques; 2: Croisières aux Açores]
- ALBERTO, Edite (2005). Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618. In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa.
- ALBERTO, Edite (2010). *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na época Moderna*. Tese de Doutoramento em História Moderna na Universidade do Minho, Setembro.
- ALBERTO, Edite (2015). Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII: um perigo iminente. In: *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.º série, n.º 3 (jan.-jun.), pp. 127-147.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1985). *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Publicações Alfa.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1989). Necessidade estratégica de ocupação das ilhas atlânticas. In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) (1989). *Portugal no Mundo* (3 vols.), Lisboa, Publicações Alfa, vol. I, pp. 201-211.
- ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) (1989). *Portugal no Mundo* (3 vols.), Lisboa, Publicações Alfa. [Vol. I: séculos XII-XV; Vol. II: séculos XV-XVIII; Vol. III séculos XVIII-XX]
- ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) (1994). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (2 vols.). Lisboa, Editorial Caminho.
- ALBUQUERQUE, Luís de (s.d.). *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses* (4.ª ed.). Lisboa, Publicações Europa-América.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe (2000). *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Almanack Insulano para Açores e Madeira* 1873 (1874). S.l., s.n., jan..
- Almanaque dos Açores: 1943* (1943). Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade.
- ALMEIDA, Gabriel de (1893). *A Ilha de Santa Maria*. S. Miguel [Ponta Delgada],

Typographia Popular.

- AMARAL, Maria Regina A. de Carvalho; FREITAS, Maria Antónia P. Coelho de (Elab.) (1992). *Índice das 'Variedades Açorianas' (coligadas por José Torres)*. S.l. [Ponta Delgada], Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Educação e Cultura. [Coleção Fontes para a História dos Açores]
- ARDITTI, Pompeo. Viaggio all'isola di Madera e alle Azzorre: 1597. In COELHO, Trindade; BATELLI, Guido (1934). *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Itália*, v. II-21, Firenze, Tipografia Alfani e Venturi, pp. 19-39.
- ARRIMAR, Jorge de Abreu (1984). Cinco Cronistas dos Açores (Subsídios para a Historiografia Açoriana). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLII, pp. 5-130.
- ARRUDA, Ana (2008). Castelo de São João Baptista é dos mais antigos fortes da região. In *Diário dos Açores*, ano 139, n.º 38.693, 24 set., p. 4.
- Arruda, Manuel Monteiro Velho. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=4676>
- As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel* [Diogo Gomes de Sintra]. In *Insulana*, vol. V, n.ºs 1 e 2, 1949, pp. 94-96.
- As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel* [Valentim Fernandes Alemão]. In *Insulana*, vol. VI, n.ºs 3 e 4, 1950, pp. 299-300.
- As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel* [Pompeu Arditti]. In *Insulana*, vol. VIII, n.ºs 3 e 4, 1952, pp. 237-243.
- Atlas of Mutual Heritage*. Disponível em: <http://www.atlasofmutualheritage.nl>
- AZURARA, Gomes Eannes de (1878). *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné* [extratos no que respeita aos Açores]. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, pp. 240-245.
- BAIÃO, António (leit. e rev.) (1940). *O Manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- BAILYN, Bernard (2005). *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard, Harvard University Press.
- BALENO, I. (1994). O Corso e a Pirataria em Cabo Verde: seus Reflexos na Vida Local. In *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*,

- Funchal, pp. 675-685.
- BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003-2004). *Nova História Militar de Portugal* (5 vols.). Lisboa, Círculo de Leitores.
- BARRET, Briant (2017). *Relato da minha viagem aos Açores, 1812-1814* (org. trad, rev. e notas George Haves... [et al.]; pref. Susana Serpa Silva). Ponta Delgada, Letras Lavadas.
- BARROS, João de; COUTO, Diogo do (1777-1778). *Da Ásia de João de Barros e Diogo do Couto, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente* (24 vols.). Lisboa, Regia Officina Typografica.
- BASTOS, Barão de (1997). Relação dos fortes, Castellos e outros pontos fortificados, que devem ser conservados para defeza permanente (Arquivo Histórico Militar). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LV, pp. 272-274.
- BASTOS, Barão de (1997). Relação dos fortes, Castellos e outros pontos fortificados, que se achão ao prezente inteiramente abandonados, e que nenhuma utilidade tem para a defeza do Pais, com declaração d'aquelles que se podem desde já desprezar (Arquivo Histórico Militar). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LV, pp. 267-271.
- BASTOS, Sérgio Amaro (2002). *As mobilidades populacionais em Santa Maria: suas evoluções e tendências*. Vila do Porto, Câmara Municipal de Vila do Porto.
- BASTOS, Sérgio Amaro (2003). *Um olhar geográfico sobre Santa Maria*. Vila do Porto, Clube dos Amigos e Defensores do Património Cultural e Natural de Santa Maria.
- BENTO, Carlos Melo (2000). *História dos Açores* (3ª ed.). Ponta Delgada, Ed. do autor.
- BENTO, Carlos Melo (2003). *História dos Açores* (vol. III). Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada.
- BETHENCOURT, Francisco; e CHAUDHURI, Kirti (dir.) (1998-1999). *História da Expansão Portuguesa*, vol. 1: *A Formação do Império (1415-1570)*; vol. 2: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*; vol. 3: *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*; vol. 4: *Do Brasil para África (1808-1930)*; vol. 5:

Último Império e Recentramento (1930-1998), Lisboa, Círculo de Leitores.

BÉTHENCOURT, Jean de (1874). *Le Canarien: Histoire de la première découverte et conquête des Canaries, faite dès l'an 1402 écrite du temps mesme par Jean de Béthencourt, plus un Traicté de la navigation et des voyages de découverte et conquestes modernes et principales des François (1402-1422)*, introduction et notes par Gabriel Gravier, Société de l'histoire de Normandie, Rouen, C. Métérie.

Bibliografia Henriquina (2 vols.). Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

BICUDO E CASTRO, Aníbal de Bettencourt B. (1938). *Os lagos das sete-cidades e o “coice” do gigante Almourol, segundo uma curiosa alegoria do Dr. Gaspar Frutuoso: “poeiras do passado”*. Ponta Delgada, Of. do Diário dos Açores.

BICUDO, Pedro (2012). À Descoberta de Santa Maria: Escavações no Forte da Praia Formosa trazem missão arqueológica aos Açores. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XXXIX, n.º 421-422, jul.-ago., p. 21.

BÖHM-AMOLLY, Alexandra von (2011). O Direito Internacional Marítimo e o Direito Nacional no combate à Pirataria. Potencialidades e Limitações. In *Boletim Ensino | Investigação*, n.º 10, maio, pp. 59-73.

BOID, Edward (Capt.) (1834). *A Description of the Azores, or Western Islands from personal observation*. London, Bull & Charton.

BOID, Edward (Capt.) (1949). Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. V, n.ºs 1 e 2.

BOID, Edward (Capt.) (1950). Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. VI, n.ºs 1 e 2, pp. 168-180.

BOID, Edward (Capt.) (1951a). Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. VII, n.ºs 1 e 2, pp. 44-82.

BOID, Edward (Capt.) (1951b). Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. VII, n.ºs 3 e 4, pp. 312-356.

BONIFÁCIO, M. F. (2007). *Coleção Reis de Portugal*. S.l. [Lisboa], Temas e Debates Lda.

BOXER, Charles Ralph (1981). O Império Colonial Português (1415-1825). In

- Lugar da História*, 14 (2.^a ed.). Lisboa, Edições 70. [1.^a ed. 1969]
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond de (1998). Entre a cristandade e o Islão (séculos XV-XVII): cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto. Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes.
- BRAGAGLIA, Pierluigi (1991). *Os Italianos nos Açores e na Madeira, das origens da colonização a 1583 (conquista espanhola da Terceira)*. Lisboa; Bolonha, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa; ICALP / Instituto Luís de Camões, Universidade de Bolonha. [tese de licenciatura em XX capítulos]
- BRANDÃO, Raul (1986). *As Ilhas Desconhecidas*. Lisboa, Perspectivas e Realidades. [1.^a ed. 1926]
- BRAUDEL, Fernand (1976). *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II* (3 vols.). Paris, Armand Colin.
- BRUNO, Jorge Augusto Paulus (coord.) (2005). *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Santa Maria, Vila do Porto*. S.l. [Angra do Heroísmo], Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura; Câmara Municipal de Vila do Porto.
- BRYANS, Robin (1963). *The Azores*. London, Faber & Faber.
- BULLAR, Joseph; BULLAR, Henry (1986). *Um Inverno nos Açores e um Verão no vale das Furnas* (2.^a ed.). Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. [Ilhas de S. Miguel, Faial, Pico, S. Jorge, Flores e Corvo]
- CADAMOSTO, Alvise (1812). Navegações de Luiz de Cadamosto (...). In *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações (...)*, Vol. 2. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- CÂMARA, Teresa Bettencourt da (1986). Arquitetos e mestres de obras nos Açores do Renascimento, segundo Sousa Viterbo. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, pp. 355-364.
- CAMPOS, Viriato (1983). *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Lisboa, Europress.
- CANAS, J. F. (1996). Conservação e Restauro. In *Monumentos*, vol. 5, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, pp. 50-53.
- CANTO, Ernesto do (1890-1900). *Biblioteca Açoreana. Notícia bibliographica das obras impressas e manuscritas nacionaes e estrangeiras, concernentes às*

- ilhas dos Açores por Ernesto do Canto* (2 vol.). Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores; Typ. de Eugenio Pacheco. [V. 1 – Noticia bibliographica das obras impressas e manuscritas nacionaes e estrangeiras, concernentes às Ilhas dos Açores. V. 2 – Noticia bibliographica de escriptos nacionaes e estrangeiros concernentes às Ilhas dos Açores]
- CANTO, Ernesto do (s.d.). *Índice das 'Variedades Açorianas' (redigidas por José Torres)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Universidade dos Açores.
- CARITA, Hélder (2013). O Urbanismo e a arquitectura da Provedoria de Obras Reais. In *Bairro Alto: Mutações de Convivências Pacíficas*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 47-63.
- CARITA, Rui (1984). *O regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*. Funchal, Centro de Apoio Universitário do Funchal.
- CARITA, Rui (1987). *Um ataque de corsários ao Funchal nos séc. XVI e XVII*. Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia.
- CARITA, Rui (1989). O Atlântico: Ilhas e Costa Africana. In MOREIRA, Rafael (dir.). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa, Alfa, pp. 188-206.
- CARITA, Rui (1990). A Viagem de Pompeu Arditti aos Arquipélagos Atlânticos em 1567. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVIII, pp. 89-101.
- CARITA, Rui (2001). A expansão atlântica no século XVI: a provedoria das obras de Álvaro Pires e as ilhas atlânticas. In *Portos, escalas e ilhéus no relacionamento entre o ocidente e o oriente: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. 1 / coord. Avelino de Freitas de Meneses. s.n., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Universidade dos Açores, pp. 391-414.
- CARITA, Rui (2002). As Fortificações das Ilhas Atlânticas. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Lisboa.
- CARITA, Rui (2017). beatriz, dona. In *aprender madeira*. Disponível em:

- CARITA, Rui (2019). Arquitetura Militar dos séculos XVI a XVIII. In SERRÃO, Vítor; CALDAS, João Vieira; SARDO, Delfim (2019). *História da Arte nos Açores (cerca de 1427–2000)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura.
- CARREIRO DA COSTA, Francisco (1963). Habitações Primitivas nos Açores. Abrigos Troglodíticos e Casas de Taipa. In *Insulana*, vol. XIX, 1.º e 2.º Semestres, pp. 1-10.
- CARREIRO DA COSTA, Francisco (1967-1968). Perfil Histórico das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. In *Insulana*, vols. XXIII e XXIV, (1.º e 2.º semestres), pp. 1-22.
- CARREIRO DA COSTA, Francisco (1970). *Perfil Histórico das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria*. Ponta Delgada, Tip. do Diário dos Açores.
- CARREIRO DA COSTA, Francisco (1978). *Esboço Histórico dos Açores*. Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores.
- Cartas, Plantas, Esboços e Projectos. Cartografia Militar Portuguesa dos séculos XVIII-XIX (Catálogo da exposição)*. Ponta Delgada, Forte de São Brás; Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo, 2005-2006.
- CARVALHO, Miguel Tremoço de (2001). *Gaspar Frutuoso: o historiador das Ilhas*. Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico. [Ed. da Dissertação de Mestrado em História da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano de 2000]
- CHAGAS, Diogo das (OFM) (2007). *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores (2.ª ed.)*. Ponta Delgada, Direcção Regional da Cultura; Universidade dos Açores; Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso. [ms. 1695; Ilha de S. Maria: pp. 121-137]
- CHAUNU, Pierre (1982). *La expansión europea (siglos XIII al XV)*. Nueva Clio. La Historia y sus Problemas, 26 (2.ª ed.). Barcelona, Editorial Labor. [1.ª ed. 1969]
- CHAUNU, Pierre (1984). *Conquista y explotación de los nuevos mundos (siglo XVI)*. Nueva Clio. La Historia y sus problemas, 26 bis (2.ª ed.). Barcelona, Editorial Labor. [1.ª ed. 1969]

- CHAVES E MELO, Francisco Afonso de (1994). *A Margarita Animada (comentada e anotada por Nuno A. Pereira e Hugo Moreira, 2.ª ed.)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- CHRYSTELLO, J. Chrys (2017). *Bibliografia Geral da Açorianidade (2 vol.)*. Ponta Delgada, Letras Lavadas.
- CITINO, Robert M. (2007). Military Histories Old and New: A Reintroduction. In *American Historical Review*, 112#4 pp. 1070–1090.
- COELHO, João Pinto; COSTA, Fernando Luz; FIGUEIRA, Luís Mota; COSTA, Carlos (2015). *Carta Nacional do Turismo Militar: Do Conceito à Operação - Proposta de Intervenção*. S.l., Instituto Politécnico de Tomar.
- Colectânea de Documentos e Notícias referentes à Ilha de Santa Maria, organizada pelo Dr. Manoel Monteiro Velho Arruda e mandada publicar pela Câmara Municipal da Vila do Porto e, sessão de 28 de fevereiro de 1958, pref. de João Bernardo de Oliveira Rodrigues. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959.
- Colombo e os Açores (iconografia, fontes impressas e fontes documentais)*. *Catálogo da exposição “Colombo e os Açores”*. S.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direcção Regional da Cultura, 1989.
- COLOMBO, Cristóvão (1998). *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre, L&PM.
- Conhecimento e Definição do Território: os Engenheiros Militares (séculos XVII-XIX) (Catálogo da exposição)*. Lisboa, Direcção dos Serviços de Engenharia; Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Arquivo Histórico Militar, 2003.
- CONSTÂNCIA. João de Medeiros (1982). A Ilha de Santa Maria: Evolução dos principais aspectos da sua paisagem humanizada (sécs. XV a XIX). In *Arquipélago (Série Ciências Humanas)*, n.º IV, janeiro, pp. 225-244.
- CORDEIRO, António (S.J.) (2007). *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental* (reimpr. da ed. princeps de 1717; 2.ª ed., 1866, 2 vols.; 3.ª ed., 1981). Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores; Direcção Regional da Cultura. [Ilha de Santa Maria: pp. 97-116]
- CORTE-REAL, Miguel de Figueiredo (1982). Dois documentos do Archivo

- General de Simancas referentes à Terceira. In AA.VV. *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 603-615. [Doc. 1: 5 mar 1582; Doc. 2: 26 out 1582]
- CORTE-REAL, Miguel de Figueiredo (1992). A propósito da passagem de Colombo em Santa Maria: a origem do mito das âncoras colombianas no Museu da Marinha. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. L, pp. 121-167.
- CORTE-REAL, Miguel de Figueiredo (2003). Defesa Militar da Ilha de Santa Maria, seus Fortes, Redutos e sua Guarnição no princípio do século XVIII. In *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. LXI, pp. 283-294.
- CORTE-REAL, Miguel de Figueiredo (2006). Vila do Porto: Património Histórico e Religioso. In *Vila do Porto: Município*. Ponta Delgada, PUBLIÇOR – Publicações & Publicidade, Lda., pp. 19-25.
- CORTESÃO, Jaime (1966). *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*. Lisboa, Portugália.
- CORTESÃO, Jaime (1975). *A Expansão dos Descobrimentos Portugueses no Período Henriquino*. Lisboa, Livros Horizonte. [Col. Obras Completas de Jaime Cortesão, vol. VI, Secção de História]
- CORTESÃO, Jaime (1979). *História dos Descobrimentos Portugueses (3 vols.)*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- COSTA, Américo (1936, 1938). *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. S.l., ed. do autor, vols. V e VI.
- COSTA, Leonor Freire (1989). Os Regimentos sobre a matrícula dos oficiais da navegação da Ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626. In *Revista de História Económica*, n.º 25, p. 89-125.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (1999). Guerra Peninsular, Conjuntura Transatlântica e seu impacto nos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, pp. 97-104.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2003a). *Os Açores em finais do Regime de Capitania Geral 1800-1820 (3 vol.)*. Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Moderna. Ponta Delgada, Universidade dos

Açores.

- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2003b). Uma ideia de reforma para a ilha de S. Miguel em 1813. Projecto do capitão engenheiro Francisco Borges da Silva” (Prova complementar à dissertação submetida a prova para a obtenção do grau de doutor em História, especialidade História Moderna, pelo professor doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa)
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2005). *Os Açores em finais do Regime da Capitania-Geral 1800-1820 (2 vols.)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2006). Desempenho de postos militares e cargos da administração nos Açores em finais do regime de capitania-geral. Alguns aspetos. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 15, pp. 139-158.
- COSTA, Ricardo; RODRIGUES, José Damião (2003). Defesa dos Açores. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9825>
- COSTA, Susana Goulart (2008). *Açores: Nove Ilhas, Uma História*. Ponta Delgada, Presidência do Governo dos Açores; Direção Regional da Cultura; Centro de Conhecimento dos Açores.
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da ([em publicação]). *Inventário das Fortificações Açorianas. Comunicação apresentada ao 8.º Seminário de Cidades Fortificadas / 3.º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*, 22 a 26 de outubro de 2012, Rio de Janeiro.
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (1985). *Fortaleza de São José de Macapá. Levantamento Histórico*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Brasil (ms. inédito).
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (2004). *Retratos do Rio*. Rio de Janeiro, TV UVA. (programa de televisão universitário).
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (2013a). Ilha de Santa Maria: História e Património – O Forte de São Brás de Vila do Porto. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XL, n.º 436, 18 out., p. 16.
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (2013b). Ilha de Santa Maria: História e Património – O Forte de São João Baptista da Praia Formosa. In *O Baluarte de Santa*

- Maria*, 2.^a série, ano XXXIX [XL], n.º 438, 19 nov., pp. 22-23.
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (2013c). Ilha de Santa Maria: História e Património – Os Fortes na Baía dos Anjos. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XXXIX [XL], n.º 439, 17 dez., p. 15.
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (2014). Ilha de Santa Maria: História e Património – Os Fortes Perdidos de Santa Maria. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XL, n.º 439, 23 jan., pp. 2-4.
- CRUZ, Carlos Luís M. C. da (2015). *Conhecer Santa Maria: Roteiro do Património Militar (Imóvel e Arqueológico)*. Vila do Porto, AJISM; Câmara Municipal de Vila do Porto. [ed. português e inglês]
- CRUZ, Carlos Luís Marques Castanheira da; MELO, José de Andrade (2019). Ilha de Santa Maria: História e Património – O espólio de Miguel de Figueiredo Corte-Real. In *O Baluarte de Santa Maria*, 3.^a Série, ano XLI, n.º 28, 5 ago., pp. 20-21.
- CRUZ, João José de Sousa (2011). As Ilhas do Equador – III Parte. In *Revista Militar* n.º 2519, dez., pp. 1519-1577.
- CRUZ, Pedro-Nolasco Leal (2010). *Gaspar Frutuoso, humanista do Renascimento. Açores, Europa* (selec., org. e intr. Onésimo Teotónio Almeida). Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 193-195.
- CUMMINS, John (1997). *Francis Drake: The Lives of a Hero*. New York, St. Martin's Press.
- CYMBRON, José Carlos M. (1991). A situação actual do património histórico-militar dos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIX, pp. 529-536.
- CYMBRON, José Carlos M. (2005). Um olhar sobre as fortificações açorianas (resumo). In AA.VV. (2005). *Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos: Arquitectura Militar: do conhecimento histórico à sua função actual (Ponta Delgada; Angra do Heroísmo, 2002)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, p. 243.
- Descoberta de Fortificação Militar: redescoberta do que se sugere tratar do antigo forte do Figueiral. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XL, n.º 444, 26 jun 2014, p. 13.
- Descobertos fósseis de novas espécies. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXV, n.º

- 16.868, 9 jul 2009. p. 14. [proposta para “Casa dos Fósseis” no Forte de S. João Baptista da Praia Formosa]
- DIAS, José Maria Teixeira (2011). *História do Povo Açoriano*. Ponta Delgada, Publiçor.
- DIAS, Pedro (2008a). *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico* (séculos XV-XIX). Lisboa, Círculo de Leitores.
- DIAS, Pedro (2008b). *Arte de Portugal no Mundo – Açores*. S.l., Editor Público-Comunicação Social, S.A..
- DIAS, Urbano de Mendonça (1942). *História dos Açores (compêndio)* (2.^a ed., remodelada). Vila Franca do Campo, A Crença.
- DINIS, A. J. Dias (1960). *Estudos Henriquinos*. Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. I.
- Direção-Geral do Património Cultural; Ministério da Cultura. *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2
- Direcção Escolar de Ponta Delgada (1982-1989). *Apontamento histórico-etnográfico: S. Miguel, Sta. Maria* (5 vols.). S.l. [Ponta Delgada], Direcção Escolar de Ponta Delgada.
- DORÉ, Andréa (2010). *Sitiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia* (1498-1622). São Paulo, Alameda.
- Dr. Gaspar Frutuoso – Documentos⁷⁸⁹. In *Arquivo dos Açores*, vol. X, 1888, pp. 486-490.
- Dr. Manuel Velho Monteiro Arruda. In *Álbum Açoriano*, fasc. 39, 1903. p. 312.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira (1981). *Anais da Ilha Terceira* (4 vols., fac-simil. da ed. de 1850-1864). Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- DRUMOND, Francisco Ferreira (1990). *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira. [ms. inacab. 1858] [Ilha de Santa Maria: pp. 103-119]

⁷⁸⁹ Em complemento aos que se publicaram no vol. I, pp. 403-408.

- DUARTE, Luís Miguel (1991). Crimes do Mar e Justiças da Terra. In *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 8, pp. 43-73.
- DUARTE, Sérgio Avelar (2012). *Pedras D'Armas e Armas Tumulares do Império Português (Tomo I – Açores)*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições.
- DUGUAY-TROUIN, René (1820). *Memoires de Monsieur du Guay-Trouin, Lieutenant Général des Armées de France, et Comandeur de l'Orde Militaire de Saint Louis*. Paris, Edições Foucalt. Disponível em <https://books.google.fr/books?id=QZ0PAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- DUNCAN, T. Bentley (1972). *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth Century Commerce and Navigation*, Studies in the History of Discoveries, Chicago; London, The Chicago University Press.
- EARLE, Edward Mead (ed.) (1973). *Makers of Modern Strategy. Military Thought from Machiavelli to Hitler*. Princeton, Princeton University Press.
- ELLIOTT, John. H. (2014). El Atlantico Espanol y El Atlantico Luso (Conferencia de apertura del XX Coloquio de Historia Canario-Americana. Casa de Colón, octubre de 2012). Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria.
- ENES, Maria Fernanda (1983). A Provedoria das Armadas no Século XVII: algumas notas. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, pp. 147-176.
- Esperança renovada para o Forte de São João Batista na Praia Formosa. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª série, ano XL, n.º 443, 20 mai 2014, p. 16.
- FARIA E MAIA, Francisco de Athayde M. de (1972). *Capitães dos Donatários (1439-1766) (3.ª ed.)*. Lisboa, Maria Luísa Machado de Faria e Maya.
- FARIA, Manuel Augusto de (2013). A fortificação do Arquipélago dos Açores: do povoamento à extinção da Capitania-Geral. In *Jornal do Exército*, ano LIV, n.º 627, abr., pp. 34-43.
- FERNANDES, José Manuel (1990). Arquitectura vernácula e estruturas nos arquipélagos da macaronésia (Madeira, Açores, Canárias). Similitudes e cotrastes (séculos XV-XVIII). Funchal, Região Autónoma da Madeira. In *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1989.
- FERNANDES, José Manuel (1996). *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto,

FAUP Publicações.

- FERNANDES, José Manuel (2007). Dois núcleos urbanos antigos e periféricos dos Açores – De Vila do Porto em Santa Maria às Lajes das Flores, uma comparação. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Actas do IV Colóquio, realizado em maio de 2006 nas ilhas do Faial e do Pico)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 469-476.
- FERNANDES, José Manuel (2008). Arquitectura. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=4539>
- FERNANDES, José Manuel (2008). *História ilustrada da arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- FERNANDES, José Manuel (2015). Arquitectura nas “outras ilhas” dos Açores, entre 1900 e 1950. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Atas do VI Colóquio, realizado em maio de 2014 na ilha do Faial)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 391-412.
- FERNANDES, José Manuel da Cruz (1992). *Cidades e casas da Macaronésia. Evolução do território e da arquitectura doméstica nas Ilhas Atlântidas sob influência portuguesa. Quadro histórico, do séc. XV ao séc. XVIII*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Tese de doutoramento (2 vol.)
- FERNANDES, Valentim (1997). *O manuscrito Valentim Fernandes oferecido pelo académico titular fundador Joaquim Bensaude (1859-1952)*. Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- FERREIRA, Adriano (1997). *São Lourenço: um recanto de sonho*. Ponta Delgada, Círculo de Amigos de São Lourenço.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1983). Os Açores e o curso francês na primeira metade do século XVI: a importância estratégica do arquipélago (1521-1573). Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII). Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, 1983, pp. 280-297.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1985). *O essencial sobre: O curso e a Pirataria*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda. [Coleção Essencial, 11]

- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1987). O curso francês e o comércio açoriano na primeira metade do século XVI (1521-1537). Os Açores e as dinâmicas do Atlântico – do Descobrimento à II Guerra Mundial. Actas do II Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 28 de julho a 2 de agosto de 1987, In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo I, pp. 263-284.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1989). O Curso Francês e o Comércio entre Portugal e as Canárias no século XVI (1521-1537). Funchal, Região Autónoma da Madeira; Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração; Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 727-742. *Separatas das Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, setembro de 1989 [Coleção Separatas 47]
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1991). *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. (Dissertação de Doutoramento em História a apresentar à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1993). Defesa do Atlântico: algumas medidas de Portugal contra a França na 1.^a metade de Quinhentos. In *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 787-790.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (2001). Curso. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2159>
- FERREIRA, José Manuel Medeiros (1980). Reflexões sobre a importância estratégica das ilhas atlânticas: sua permanência e evolução histórica. In *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, ano V; n.º 13 (Jan-Mar), pp. 135-144.
- FIGUEIREDO, Jaime de (1990). *Ilha de Gonçalo Velho: da descoberta até ao Aeroporto (2.^a ed.)*. Vila do Porto, Câmara Municipal de Vila do Porto.
- FIGUEIREDO, José Carlos de (1960). Descrição da ilha de Sancta Maria por José Carlos de Figueiredo, Tenente Coronel d'Engenheiros, que em 1815 ali foi em comissão. In *Insulana*, vol. XVI (2.º semestre), pp. 205-225.

- FIGUEIREDO, Nélia Maria Coutinho (1989). A Descoberta e Povoamento de Santa Maria. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, n.º 147, set., p. 4.
- FIGUEIREDO, Nélia Maria Coutinho (1996). *As Ilhas do Infante: A Ilha de Santa Maria*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Regional da Educação.
- Forte de São Brás de Vila do Porto. Ficha 4/Santa Maria. In *Levantamento do Património Arquitectónico da Vila do Porto*, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- Forte de São Brás de Vila do Porto. Fichas A-1 e 2. In *Inventário do Património Histórico e Religioso para o Plano Director Municipal de Vila do Porto*.
- Forte de São Brás de Vila do Porto. In *Fortalezas.org*. Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1321
- Forte de São Brás de Vila do Porto. Registo 11.105. In *Levantamento dos Fortes Açorianos*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- Forte de São Brás. Ficha 11.25.124. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto, Santa Maria*, 2005, p. 210.
- Forte de São Brás. Ficha n.º 15931. In *Sistema de Informação para o Património (SIPA)*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15931
- Forte de São João Baptista da Praia Formosa. Ficha C-9 do *Inventário do Património Histórico e Religioso para o Plano Director Municipal de Vila do Porto*.
- Forte de São João Baptista, a mais antiga fortificação militar dos Açores: Escavações no Castelo da Praia Formosa põem a descoberto nova muralha. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XXXVI, n.º 388, 2 out 2009, p. 13.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1903-1907). *Archivo Historico Portuguez* (11 vol.). Lisboa, s.n..
- FREITAS, Jordão (1937). As ilhas do arquipélago dos Açores na história da expansão portuguesa. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (3 vols.), vol. I, cap. VI, pp. 291-304.

- FRUTUOSO, Gaspar (1998). *Saudades da Terra* (6 vols.). Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- FURLONG, Charles Wellington (1917). With Columbus in the African Isles. In *Harper's Magazine*. New York, vol. CXXXV, nr. DCCCX, nov., pp. 745-757.
- GARCIA, Ana Catarina Abrantes (2016). O funcionamento do Porto de Angra (Açores) durante o século XVII – Instituições e Jurisdições. In POLÓNIA, Amélia; MEDINA, Ana Maria Rivera. *La Gobernanza de los puertos atlânticos, siglos XIV-XX – Políticas e estruturas portuárias*. s.l., Casa de Velazquez.
- GASPAR, Jorge (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média, in: *Finisterra*, vol. 4 n.º 8, pp. 198-215.
- GIL, Maria Olímpia (1989). A economia dos Açores nos séculos XV e XVI. In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) (1989). *Portugal no Mundo* (3 vols.), Lisboa, Publicações Alfa, vol. I, pp. 225-249.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (1979). *O Arquipélago dos Açores no Século XVII. Aspectos Sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, ed. da autora.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (1981). Os Açores e a nova Economia de Mercado (séculos XVI e XVII). In *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, vol. III.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (1982). Açores – Comércio e Comunicações nos séculos XVI-XVII. In *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, vol. IV, jan.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (1983). Os Açores e a rede de negócios no Atlântico Seiscentista (elementos para o seu estudo: as procurações). Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII). Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, pp. 555-575.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (2016). *O arquipélago dos Açores no século XVII: aspetos socioeconómicos (1575-1675) (reed.)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação de Cultura. [Coleção Obras de Maria Olímpia da Rocha Gil, 2]
- GILLIS, John R. (2003). Islands in the Making of an Atlantic Oceania, 1400-1800. In *Seascapes, Littoral Cultures, and Trans-Oceanic Exchanges*, 12-15 Feb., Washington (D.C.), Library of Congress.

- GILLIS, John R. (2004). *Islands of the Mind: How the Human Imagination Created the Atlantic World*, New York; Basingstoke (UK), Palgrave Macmillan.
- GODECHOT, Jacques (1947). *Histoire de l'Atlantique*. Paris, Bordas.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1978). As incidências da pirataria e da concorrência na economia marítima portuguesa no século XVI. In *Ensaio II*, Lisboa, pp. 186-200.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1981-1983). *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Métodos, 7-10, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 4 vols.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1990). As incidências da pirataria no sistema português do século XVI. In *Mito e mercadoria: Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa, Difel, pp. 460-475.
- GODWIN, G.N. (1877). *The 'Victory' of three hundred years ago, with the Earl of Cumberland's voyage to the Azores in 1589*. Portsmouth, s.n..
- GÓIS, Damião de (1977). *Crónica do Príncipe D. João*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES DE CARVALHO, M. E. (1909). *D. João III e os Franceses*. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- GOMES, Rita Costa (1989). A construção de fronteiras. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (coord.). *A Memória da Nação*. Lisboa, Sá Costa, pp. 357-371.
- GONÇALVES, A. Nogueira (1979). *Estudos de História da Arte da Renascença*. Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo.
- GOUVEIA, Paula (2010) – Arqueólogos estudam achados em São Miguel e Santa Maria. In *Açoriano Oriental*, 26 mar.
- GOUVEIA, Paulo (Arquitecto) (1992). *Como construir na Vila do Porto / S.^{ta} Maria*. S.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Regional de Assuntos Culturais.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (36 vol.). Lisboa; Rio de Janeiro, Edição Enciclopédia Lda., s.d..
- GREGÓRIO, Rute Dias (1999). Configurações do patrocínio religioso de um ilustre açoriano do século XVI: o 1.º Provedor das Armadas, Pero Anes do Canto. In *Arquipélago – História*, 2.^a série, vol. III, pp. 29-44.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2001). *Pero Anes do Canto. Um homem e um património*

- (1473-1556). Ponta Delgada, Instituto Cultura de Ponta Delgada.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2006). Inventário do Património Histórico Imóvel dos Açores: Vila do Porto, Santa Maria [Resenha]. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 15.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2008). Formas de organização do espaço. In *História dos Açores (Dir. cient. de A. T. de Matos, A. F. Meneses e J. G. R. Leite)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, pp. 111-140.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2014). *As Ilhas de Gaspar Frutuoso: uma viagem no século XXI (Catálogo da exposição)*. Ponta Delgada, Secretaria Regional de Educação, Ciência e Cultura; Direção Regional da Cultura; Biblioteca Regional e Arquivo Público de Ponta Delgada.
- GUEDES, José Henrique Santos Correia (1996). *Castelo de S. João Baptista no Lugar da Praia da Ilha de Santa Maria*. Angra do Heroísmo, Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. [policopiado]
- GUERRA, António Bonifácio Júlio (1852). *Succinta descrição da Ilha de Santa-Maria e respectiva estatística referida ao anno-economico de 1850-51 / por Antonio Bonifacio Julio Guerra*. Ponta Delgada, Typ. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas. [reproduzido na *Revista dos Açores*, vol. 1, p. 217. Idem no *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 227-244]
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1994). Corso e Pirataria nos Descobrimentos. In *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses (2 vols.)*. Lisboa, Círculo de Leitores; Editorial Caminho.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1997). *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*. S.l. [Lisboa], Temas e Debates Lda.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1999). Pirataria, corso e beligerância estatal no Sudoeste peninsular e ilhas adjacentes (1500-1600). In *As rotas oceânicas (sécs. XV-XVII)*. Lisboa, Ed. Colibri, pp. 119-147.
- GUILLERM, Alain (1985). *La Pierre et le Vent. Fortifications et Marine en Occident*. Paris, Arthaud.
- HANSON, Victor Davis (2010). *The Father of Us All: War and History, Ancient and Modern*. London, Bloomsbury Press.
- HEBBE, Jean Gustave (1888). Descrição das Ilhas dos Açores. In *Arquivo dos Açores*, vol. X, pp. 515-537. [ms. 1802]

- HOLLADA, Francisco de. *Da Fábrica que Falece á cidade de Lisboa – Da Sciencia do Desenho*. Edição crítica por por Joaquim de Vasconcellos. Porto, Imprensa Portugueza
- Homenagem da Câmara Municipal ao Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano IX, n.º 63, 1 jun.1982, p. 2.
- Identificada Peça de Artilharia Antiga. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XL, n.º 445-446, 7 ago 2014, p. 31.
- Ilha de Sta. Maria – Açores Orientaes. In *Álbum Açoriano*, fasc. n.º 32, 1903, pp. 250-253.
- JESUS, João Carlos da Silva de (1997). A cooperação entre os reinos ibéricos: o caso das Armadas dos Açores: a União Ibérica e o Mundo Atlântico. *Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 105-113.
- KENNEDY, Paul (1987). *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York, Random House.
- KERHALLET, Charles Philippe de (1881). *Description Nautique des Açores rédigée par M. Charles Philippe de Kerhallet, capitaine de vaisseau et complétée par le service des instructions nautiques (4.^a ed.)*. Paris, Impimerie Nationale.
- KLEINEN, John; OSSEWEIJER, Manon (2010). *Pirates, Ports, and Coasts in Asia: Historical and Contemporary Perspectives*. Singapore, Institute of Southeast Asian Studies.
- LA RÜE, E. Aubert de (1956). *L'Homme et les Îles*, Géographie Humaine, 6, 9.^a ed., Paris, Gallimard. [1.^a ed. 1935]
- LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira (2007). As estruturas sociais micaelenses em Gaspar Frutuoso. In *Problematizar a História* (coord. Ana Leal de Faria, Isabel Drumond Braga). Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 343-358.
- LAMAS, José (1996). Património Arquitectónico dos Açores - o Passado e o Futuro. In *Atlântida*, n.º 1.
- LARANJEIRA, Mateus Eduardo da Rocha (2016). *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de

Cultura.

- LAWRANCE, Jeremy (2013). *Alfonso de Cartagena on the affair of the Canaries (1436–37): humanist rhetoric and the idea of the nation-state in fifteenth-century Castile*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291836645_Alfonso_de_Cartagena_on_the_affair_of_the_Canaries_1436-37_humanist_rhetoric_and_the_idea_of_the_nation-state_in_fifteenth-century_Castile
- LAYTANO, Dante de (1961). Arquipélago dos Açores: Fontes Bibliográficas. In *RIHGB*, Rio de Janeiro, vol. 251, abr.-jun., pp. 54-183.
- LAYTANO, Dante de (1961). Arquipélago dos Açores: Impressão de Leituras. In *RIHGB*, Rio de Janeiro, vol. 252, jul.-set., pp. 3-168.
- LEE, Wayne E. (ed.) (2011). *Warfare and Culture in History*. New York, New York University Press.
- LIMA, Gervásio (1928). *A Pátria Açoriana*. Angra do Heroísmo, Tip. Editora Açoreana.
- LIMA, Hélder Fernando Pereira de Sousa (1976). Os Açores na Economia Atlântica. Contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXXIV, pp. 103-392.
- LIMA, Manuel Coelho Baptista de (1982). As fortalezas das ilhas dos Açores: sua urgente conservação e restauro. In *Livro do Primeiro Congresso sobre monumentos militares portugueses, Vila Viçosa, 6 a 9 de Outubro de 1982, Comunicações, palestras, conclusões e recomendações*. Lisboa, *Património XXI*, pp. 115-123.
- LINSCHOTEN, J. (1997). Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- LISBOA, Luís João (1994). Açores. In Luís de Albuquerque (dir.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, pp. 12-15.
- LIZARDO, João (1989). Sobre a Arte Tardo-Gótica nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores - III Os espaços urbanos. In *O Diário*, 20 mai 1989, p. 14

[série de 6 artigos publicados no suplemento “Fim de Semana”]

- LIZARDO, João (2012). O Núcleo Histórico de Vila do Porto. In *Vestígios dos Primeiros Tempos do Povoamento da Ilha de Santa Maria*, Vila do Porto, CHAM, Câmara Municipal de Vila do Porto, 13 ago.
- LOBO, Francisco Sousa (1996). Um Desenho do Arquivo de Simancas. In *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, n.º 5, setembro, pp. 14-15.
- LOBO, Francisco Sousa (1996). Um Olhar Militar sobre o Forte. In *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, n.º 5, setembro, pp. 16-27.
- LOBO, Francisco Sousa (2005). *Arquitectura militar e conceitos de defesa nos Açores do século XVI ao XVIII*. In AA.VV. *Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos: Arquitectura Militar: do conhecimento histórico à sua função actual (Ponta Delgada; Angra do Heroísmo, 2002)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 35-36
- LUZ, José Luís Brandão da (1996). O homem e a história em Gaspar Frutuoso. In *Revista Portuguesa de Filosofia / Faculdade de Filosofia*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, vol. 52, fasc. 1/4 (Jan./Dez.), pp. 475-486.
- LUZ, José Luís Brandão da (2011). As Saudades do Céu do Doutor Gaspar Frutuoso. In *Insulana*, vol. 67, pp. 31-37.
- MACEDO, Jorge Borges de (1987). *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. S.l. [Lisboa], Ed. da Revista *Nação e Defesa*, XVI.
- MACEDO, Jorge Borges de (1994). O testamento de Adão e as realizações atlânticas dos séculos XV e XVI. In *O testamento de Adão* (org. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; coord. Francisco Faria Paulino). Lisboa, C.N.C.D.P., pp. 19-29.
- MACHADO, Franco (1937a). Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira – a questão das Canárias. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (3 vols.), vol. I, cap. V, pp. 275-290.

- MACHADO, Franco (1937b). Exploração da costa ocidental de África até 1460. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (3 vols.), vol. I, cap. VII, pp. 305-310.
- MACHADO, Franco (1937c). O conhecimento dos arquipélagos no século XV. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (3 vols.), vol. I, cap. IV, pp. 269-273.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego (1993). A hegemonia económica de Amsterdão no século XVII. In *Insulana*, vol. 49, pp. 127-145.
- MACHADO, Mariano José (1870). *Uma viagem à ilha de Sancta Maria / por Marianno José Machado*. S.l. [Ponta Delgada], Typ. de M. A. Tavares Resende.
- MADURO-DIAS, Francisco Reis (s.d.). Síntese Histórica dos Açores. In *Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina*. Disponível em: <http://nea.ufsc.br/artigos/artigos-maduro/>
- MAHAN, A. T. (Capt.) (1987). *The influence of sea power upon history, 1660-1783*. New York, Dover Publ., XXIV.
- MALDONADO, Manuel Luís (1989-1997). *Fenix Angrence* (3 vol.; transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima). Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989 (v. I - Parte Genealógica), 1990 (v. II - Parte Histórica), 1997 (v. III - Parte Histórica).
- MANCIA, Anita (2001). Metodologia, contenuti e forme letterarie dell'Historia Insulana di Antonio Cordeiro si (1640-1720) a confronto con le *Saudades da Terra* di Gaspar Frutuoso (1522-1591): riflessione su due modi di fare storia. In *Arquipélago – História*, 2.^a série, vol. 5, pp. 431-526.
- MARIA, Ealo de (1955). *El Ingeniero Pedro de Maeda*. Cantábria, Ayuntamiento de Meruelo.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro (1987). *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Estudos* (prefácio de Vitorino Magalhães Godinho). Lisboa, Biblioteca Nacional.
- MARQUES, João Martins da Silva (1944). *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História* (publicados e prefaciados por J. M. da Silva Marques) (2 vols.). Lisboa, Instituto da Alta Cultura.

- MARQUES, João Martins da Silva; IRIA, Alberto (1944-1988). *Descobrimentos Portugueses (5 vols.)*. Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, Instituto Nacional de Investigação Científica. [V. 1: Documentos para a sua história, 1147-1460. - V.1A: Documentos para a sua história, 1057-1460. - V.2A: O Algarve e os descobrimentos por Alberto Iria. - V.2B: O Algarve e os descobrimentos por Alberto Iria. - V.3: Documentos para a sua história, 1461-1500]
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1983). *Arquitectura nos Açores: subsídios para o seu estudo*. Horta, Região Autónoma dos Açores; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo; Direcção Regional do Turismo.
- MARTINS, José Manuel Salgado (2005). *A fortificação da 2.ª Grande Guerra nos Açores*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- MARTINS, José Manuel Salgado (2006). Os Açores, a guerra e as propostas reformistas de Francisco Borges da Silva nos finais do Antigo Regime. Ponta Delgada (2 vol.). (Dissertação de mestrado do Coronel de Artilharia Dr. José Manuel Salgado Martins em História Insular e Atlântica - séc. XV a XX, apresentada à Universidade dos Açores em 2006) [Vol. 1. 289p. – Vol. 2 – Anexo Documental]
- MARTINS, José Manuel Salgado (2013). *Do Basalto ao Betão: Fortificações das ilhas de S. Miguel e Santa Maria – Séc. XVI – XX*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições. [Fortes da Ilha de Santa Maria, pp. 121-154.]
- MARTINS, José Manuel Salgado (2015). *Os engenheiros militares na Ilha de S. Miguel na transição do século XVIII para o XIX: defesa, sociedade, economia, ordenamento civil do território*. Ponta Delgada, Letras Lavadas.
- MARTINS, José Manuel Salgado (2018). *A artilharia nos Açores: 5 séculos a troar na terra, no ar e no mar*. Ponta Delgada, Museu Militar dos Açores.
- MARTINS, Salgado (s.d.). forte de S. Brás (vulgo Castelo de S. Brás) in *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=7113>
- MATOS, Artur Teodoro de (1981). *Manuscritos respeitantes aos Açores existentes no Archivo General de Simancas [Fotocópia]: Espanha*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

- MATOS, Artur Teodoro de (1985). A Provedoria das Armadas da Ilha Terceira e a Carreira da Índia no século XVI. Actas: *Separata do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 65-72.
- MATOS, Artur Teodoro de (1987). O Regimento do Provedor das Armadas nos Açores (1575). In DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luís Filipe (org.). *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimentos Europeus (vol. II)*. Lisboa, Editorial Presença, pp. 39-50.
- MATOS, Artur Teodoro de (1988). As escalas do Atlântico no século XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra, Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, pp. 157-183.
- MATOS, Artur Teodoro de (1989). Povoamento e colonização dos Açores. In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). *Portugal no Mundo (3 vols.)*, Lisboa, Publicações Alfa., vol. I, pp. 176-188.
- MATOS, Artur Teodoro de (1990). *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no século XVI (novos elementos para o seu estudo)*. Lisboa, Academia da Marinha.
- MATOS, Artur Teodoro de (1997). Armada das ilhas. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=4509>
- MATOS, Artur Teodoro de (2003). João Bernardo de Oliveira Rodrigues e as *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso. In *Insulana*, vol. LIX, pp. 9-16.
- MATOS, Artur Teodoro de (2007). A Academia Militar da Ilha Terceira. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/?id=369>
- MATOS, Artur Teodoro de (2008). Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais. In MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; REIS LEITE, José Guilherme (dir. cient.). *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX (2 vols.)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, pp. 199-233.
- MATOS, Artur Teodoro de (coord.) (2005). A Colonização Atlântica. In *Nova História da Expansão Portuguesa (2 tomos)*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. III.

- MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; REIS LEITE, José Guilherme (dir. cient.) (2008). *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX (2 vols.)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- MATOS, Luís Jorge Rodrigues Semedo de (2000). Alguns aspectos da política atlântica ibérica no final do século XVI e princípios do século XVII. Separata das *Actas do X Colóquio Brasil e Portugal: História das Relações Militares*, pp. 265-282.
- MAURO, Frédéric (1979). *La expansión europea (1600-1870)*. In Nueva Clio. La Historia y sus problemas, 27 (3.^a ed.), Barcelona, Editorial Labor. [1.^a ed. 1964]
- MAURO, Frédéric (1983). *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e Siècle, 1570-1670. Étude Économique* (2.^a ed.) Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. [edição portuguesa: *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Imprensa Universitária, 71-72, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, 2 vols.].
- MAWE, John (1819). *Viagem ao interior do Brazil: com huma exacta descripção das Ilhas dos Açores*. Lisboa, Impressão Régia.
- MEDEIROS, Gago de (1981). *Os Açores: Descobrimento, geoestratégia, governação, geopolítica: perspectivas económicas*. Lisboa, Centro de Estudos da Marinha.
- MEDEIROS, João Alberto (2009). Cientistas em missão arqueológica em Santa Maria. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXV, n.º 16.903, 12 ago, p. 6.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de (2002). *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império português no centro-sul da América*. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MELO BENTO, Maria da Graça Silva de (2005). *Toponímia da Ilha de Santa Maria*. S.l., Ed. do Autor.
- MELO, José (2014). Cordão humano pela recuperação do Forte de S. João Batista. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XL, n.ºs 445-446, jul.-ago., p. 30.
- MENDES, António Ornelas; FORJAZ, Jorge (2014). *Tombo heráldico dos Açores:*

cartas de brasão de armas: heráldica episcopal (pref. Miguel Metelo de Seixas). Angra do Heroísmo, Caixa Económica da Misericórdia.

MENDES, João Maria de Sousa (2007). Acordos celebrados entre Portugal e os Estados Unidos da América [registo multimédia]: anexo da obra *A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e as relações externas de Portugal (pref. Carlos E. Pacheco Amaral)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

MENDONÇA, Luís (2000). *História dos Açores: visão geral (sécs. XV-XX) (2ª. ed.)*. S.l., s.n.

MENDONÇA, Luís (2016). *Perguntas & Respostas sobre a História dos Açores*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições.

MENESES, Avelino de Freitas de (1984). Insegurança e revolta nas relações entre açorianos e soldados estrangeiros (1580-1590). Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de História e Teoria das Ideias, pp. 193-222 [Separata da *Revista de História das Ideias* 6]

MENESES, Avelino de Freitas de (1986). Rumos da expansão quatrocentista: D. Afonso V e D. João II. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, pp. 5-35 [mapas]

MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino (1580–1590) (2 vol.)*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira. [Vol. I: A resistência terceirense e as implicações da conquista espanhola; Vol. II: Apêndice Documental]

MENESES, Avelino de Freitas de (1993). *Os Açores nas encruzilhadas de setecentos (1740-1770): poderes e instituições*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

MENESES, Avelino de Freitas de (1994). A Questão Filipina e a Segurança das Armadas Comerciais das Índias. In *Estudos de História dos Açores (vol. I): I – As ilhas no conhecimento do Mundo*. Ponta Delgada; Jornal de Cultura. [Coleção História]

MENESES, Avelino de Freitas de (1994). Os Açores contra Filipe II (1581-1583): um episódio das rivalidades geopolíticas da Europa de Quinhentos. In *Estudos de História dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, vol. I, pp. 123-138.

- MENESES, Avelino de Freitas de (1994-1995). *Estudos de História dos Açores* (2 vols.). Ponta Delgada, Jornal de Cultura. [Coleção História]
- MENESES, Avelino de Freitas de (1997). Os Açores na História do Atlântico: sustentáculo da aproximação dos mundos e acervo de património cultural submarino. In *Arquipélago – História*, 2.^a Série, II, pp. 11-32.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2003). Açores: História – Idade Moderna. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=555>
- MENESES, Avelino de Freitas de (2004). A periferia açoriana no século XVI: uma interpretação económica da crónica frutuosiense. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do III Colóquio, realizado em maio de 2002 nas ilhas do Faial e das Flores*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 25-36.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2005). O povoamento. In *A colonização do Atlântico* (Coord. de Artur Teodoro de Matos). Lisboa, Editorial Estampa, pp. 209-306.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2005). Os Açores nas contendas dos séculos XV e XVI: da organização da defesa à construção do Monte Brasil (Terceira). Seminário das Comemorações do Dia do Exército, Ponta Delgada, Novembro de 2004. In *Os Açores como espaço estratégico: a história, a estratégia, as relações internacionais e o Exército: Actas*. Ponta Delgada, Zona Militar dos Açores; Universidade dos Açores, pp. 13-29.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2007). Os Açores na era de D. João III: uma interpretação da 1.^a série do Arquivo dos Açores. In *O reino, as ilhas e o mar oceano* (coord. Avelino de Freitas de Meneses, João Paulo Oliveira e Costa). Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, pp. 403-424.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2008). O Povoamento. In MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; REIS LEITE, José Guilherme (dir. cient.). *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX* (2 vols.). Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, pp. 63-109.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2009). Os Açores e os Impérios: Séculos XV a

XX. In *Arquipélago – História*, 2.^a Série, vol. XIII, pp. 205-218.
Disponível em
https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/.../AvelinoFreitasMeneses_p205-218.pdf

MENESES, Avelino de Freitas de; OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (coord.) (2007). *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos* (2 vols.). Ponta Delgada; Lisboa, Universidade dos Açores; CHAM.

MENESES, Manuel Sousa (1989). A defesa dos Açores no período da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, t. II, pp. 1399-1516.

MENEZES, Manuel (1949). Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VII, pp. 1-226.

MONIZ, Ana Isabel Arruda (2009). *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão. O Caso dos Açores*. Ponta Delgada, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA).

MONIZ, Miguel (1999). *Azores*. Oxford, Clio Press. [*World Bibliographical Series*, vol. 221]

MONTE ALVERNE, Agostinho de (OFM) (1986). *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* (2.^a ed.). Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. [ms. 1695]

MONTE ALVERNE, Agostinho de (OFM) (1994). Da vida e morte do Dr. Gaspar Frutuoso. In *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* (2.^a ed.). Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. II, pp. 311-312.

MONTEIRO, Alexandre (2000). A perda do galeão São Pantaleão (1651): um naufrágio da Companhia Geral do Comércio do Brasil nos Açores. In *VI Colóquio Internacional das Ilhas Atlânticas: as Ilhas e o Brasil, Ilha da Madeira, 25 a 29 de Setembro*.

MONTEIRO, Jacinto (1960). A Passagem de Colombo por Santa Maria. In *Ocidente*, vol. LVIII (58), n.º 265, mai., pp. 211-231. [com um prefácio de Jaime Cortesão]

- MONTEIRO, Jacinto (1961). Incurções de Piratas Argelinos em 1616 e 1675 nos Mares Açorianos. In *Ocidente*, vol. LXI, n.º 283, nov., pp. 197-206.
- MONTEIRO, Jacinto (1966). O episódio Colombino da Ilha de Santa Maria, nas suas implicações com o descobrimento da América. In *Insulana*, vol. XXII (22), (1.º e 2.º semestres), pp. 37-126.
- MONTEIRO, Jacinto (1982). *Alguns aspectos da História Açoriana nos séculos XV-XVI*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura. [Colecção INSULA 18]
- MONTEIRO, Jacinto (1994). *Atentado contra Colombo nos Açores*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Recional dos Assuntos Culturais.
- MONTEIRO, Paulo. *Batalhas e Naufrágios nos Açores (1591)*. Disponível em: <http://nautarch.tamu.edu/shiplab/01monteiro/Terceira-Revenge00.htm>
- MONTEIRO, Rui et alii (2008). *O Ordenamento do Território nos Açores: Política e Instrumentos*. Ponta Delgada, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar; Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.
- MORALES MIRANDA, Jorge (2001). *Guía Práctico para la interpretación del patrimonio: el arte de acercar el legado natural y cultural al publico visitante* (2.ª ed.). S.l. [Sevilha], Junta de Andalucía: Consejería de Cultura: Empresa Pública de Gestión de Programas Culturales.
- MOREIRA, Rafael (1981). A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal. In *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica, Actas do Simpósio Internacional*. Coimbra: Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo; Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra.
- MOREIRA, Rafael (1994). Caravelas e Baluartes. In PAULINO, Francisco Faria (Coord.). *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Catálogo da Exposição realizada no Castelo de S. João da Foz, Porto, jun.-set.), pp. 85-95.
- MOREIRA, Rafael (2005). O enquadramento geo-estratégico da arquitectura militar no Atlântico Norte no início da Idade Moderna. In AA.VV. *Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos: Arquitectura*

- Militar: do conhecimento histórico à sua função actual (Ponta Delgada; Angra do Heroísmo, 2002). Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 25-33.*
- MOREIRA, Rafael (dir.) (1989). *Portugal no Mundo: História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa, Publicações Alfa.
- MOTA, A. Teixeira da (1965). *Navegações dos portugueses no Atlântico Norte nos séculos XV e XVI*. In *Boletim da Pesca*, ano XVI, n.º 88 (Setembro)
- MURGA Y MUGÁRTEGUI, Gonzalo de (1866). *Derrotero del archipiélago de las Azores o Terceras*. Madrid, Deposito Hidrográfico.
- NEMÉSIO, Vitorino (1956). *Corsário das Ilhas*. Lisboa, Livraria Bertrand.
- NEMÉSIO, Vitorino (1991). *Vida e Obra do Infante D. Henrique (5.ª ed.)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. [Obras Completas de Vitorino Nemésio]
- NETO, José Luís (2018). *Arqueologia nos Açores. Uma breve história*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- NEVES, Carlos F. Azevedo Agostinho das; CARVALHO, Filipe Manuel Nunes de; MATOS, Artur Teodoro de (coord.) (1992). *Documentação sobre as Fortificações dos Açores existentes nos Arquivos de Lisboa – Catálogo*. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. L, pp. 365-462.
- NEVES, Eduíno Mota Soares (1959). *A ilha de Santa Maria: contributo para um estudo de geografia*. Coimbra. (policopiado)
- NORONHA, Luísa (1991). *Açores: Aspectos da ocupação humana e equilíbrio do poder político (sécs. XV-XVII)*. In *Insulana*, vol. XLVII, pp. 241-308.
- NORONHA, Luísa (2005). *Sobre a História da Ilha de Santa Maria – Algumas notas acerca das relações dos Homens com o Meio*. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto Santa Maria*. S.l. [Angra do Heroísmo]. Direcção Regional da Cultura; Instituto Açoriano da Cultura; Câmara Municipal de Vila do Porto, pp. 11-26.
- NUNES, António Lopes Pires (2005). *Dicionário de Arquitetura Militar*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Nuno Lopes diz não haver certezas acerca da posse do Forte de São João Batista. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª Série, Ano XL, n.º 461, 12 nov. 2015, p. 10.

- O 6.º canhão do Forte da Praia dos Anjos encontrado com georadar. In *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª Série, Ano XL, n.º 461, 12 nov. 2015, p. 24.
- O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino: a Capitania-Geral dos Açores durante o Consulado Pombalino*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1988. [Col. *Fontes para a História dos Açores*]
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (1999). D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II. In *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 17, pp. 39-71.
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (2004). Doações régias no Atlântico quatrocentista. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Actas do III Colóquio, realizado em maio de 2002 nas ilhas do Faial e das Flores)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 493-506.
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (2007). *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento*. Lisboa, Temas & Debates, pp. 42-70.
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (coord.); RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires (2014). *História da expansão e do Império Português*. Lisboa, A Esfera dos Livros.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (1984-1986). *História de Portugal*, vols. I (12.ª ed., 1985), II (10.ª ed., 1984) e III (3.ª ed., 1986). Lisboa, Palas Editora.
- OLIVEIRA MARTINS, Francisco Ernesto de (1980). *Subsídios para o Inventário Artístico dos Açores*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- OLIVEIRA MARTINS, Francisco Ernesto de (1983). *Arquitectura nos Açores: subsídios para o seu estudo*. Horta, Região Autónoma dos Açores; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo; Direcção Regional do Turismo.
- OLIVEIRA MARTINS, Francisco Ernesto de (1990). *Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; Delegação de Turismo da Ilha Terceira.

- OLIVEIRA, Liliana (2017). *Políticas Régias de Logística Naval (1481-1640)*. Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”; FLUP; Edições Afrontamento, Lda.
- O'REILLY, William (2004). Genealogies of Atlantic History. In *Atlantic Studies*, 1, pp. 66–84.
- OSSWALD, Cristina (2010). O Colégio do Santo Nome de Jesus em Bragança: Um quotidiano jesuíta. In *Via Spiritus, Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, CITCEM, n.º 17, pp. 261-272.
- PELOSO, Silvano; RADULET, Carmen M. (1987). Documentos e textos sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos italianos: uma pesquisa histórica e bibliográfica. Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico. Do Descobrimento à II Guerra Mundial. Actas do II Colóquio Internacional, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de Julho a 2 de Agosto de 1987. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo I, pp. 163-180.
- PEREIRA, António dos Santos (1998). Historiografia Açoriana (1875 1925): Breve roteiro. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, pp. 665-689.
- PEREIRA, Duarte Pacheco (1892). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PEREIRA, Rodrigo Álvares (1927). *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11*. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas.
- PERES, Damião (1960). *História dos Descobrimentos Portugueses (2.ª ed.)*. Porto, Portucalense Editora.
- PIMENTA, Alfredo (1943). As Ilhas dos Açores. Lisboa, Ed. do Autor.
- QUARESMA, António Martins (s.d.). Fortalezas marítimas da Costa Sudoeste. In *Atlas do Sudoeste Português*. Disponível em: <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/351>
- RADULET, Carmen M. (1989a). Os descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas. In *Portugal e o Mundo* (dir. Luís de Albuquerque). Lisboa, Alfa, vol. II, pp. 13-25.
- RADULET, Carmen M. (1989b). Os espaços insulares Madeira e Açores nos geógrafos e cartógrafos italianos dos séculos XVI e XVII. In *Actas do I colóquio internacional de história da Madeira, 1986*, Funchal, Governo

- Regional da Madeira, pp.163-183.
- RAMOS, Acursio Garcia (1869). Notícias do Archipelago dos Açores. S.l., s.n.
- REBELO, Ernesto (1886). Notas Açorianas. In *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, pp. 5-96 e 281-392.
- REIS LEITE, Antonieta (2014). *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura. [Angra, Praia, Horta e Ponta Delgada]
- REIS LEITE, J. G. (2001). Corte-Real, Miguel de Figueiredo. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8507>
- REIS LEITE, José Guilherme (1971-1972). Administração, sociedade e economia dos Açores, 1766-1793. In *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*, vol. 16, pp. 269-474; Parte 2.^a, fasc. 14 a 23 [1971], pp. 267-368; vol. 16.^o, Parte 3.^a (e última), fasc. 24 a 35 [1972], pp. 369-475.
- REIS LEITE, José Guilherme (1997). Açores. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=555>
- REIS LEITE, José Guilherme (2001). A historiografia açoriana na 1.^a metade do século XX: uma tentativa de compreensão. In *Arquipélago – História*, 2.^a série, vol. V, pp. 527-542
- REIS LEITE, José Guilherme (2005). Administração: as estruturas e as instituições. In *A colonização do Atlântico (Coord. Artur Teodoro de Matos)*. Lisboa, Editorial Estampa, tomo I, pp. 307-330.
- REIS LEITE, José Guilherme (2008). Persistência de modelos tradicionais do poder civil e militar. In *História dos Açores (Dir. cient. de A. T. de Matos, A. F. Meneses e J. G. R. Leite)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 325-352.
- REIS LEITE, José Guilherme (2011). O fim da Capitania da ilha de Santa Maria. In *O Faial e a Periferia Açoriana (Actas do V Colóquio, realizado em maio de 2010 nas ilhas do Faial e de São Jorge)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 669-678.
- REIS LEITE, José Guilherme (2012). *7 Ensaios sobre o povoamento dos Açores (Pref. de Avelino de Freitas de Meneses)*. S.l. [Praia da Vitória],

BLUedições.

- REIS LEITE, José Guilherme; FARIA, Manuel Augusto de (2007). *Posturas Camarárias dos Açores (Tomo I)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira. [Vila do Porto (1780-1800): pp. 1-30]
- RESENDE, André Falcão de – Dominio Hespanhol nos Açores e D. Antonio, Prior do Crato. Do sucesso da Armada que foi às Ilhas Terceiras no anno de 1591 (Notas de Jacinto Inácio de Brito Rebelo). In *Arquivo dos Açores*, vários volumes (II, VI, IX, X...).
- RESENDES, Eduardo. Região tem cerca de duzentas fortificações na costa. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXII, n.º 19.883, 26 out 2017, p. 11.
- Retomados trabalhos arqueológicos em castelo. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXVI, n.º 17.265, 11 ago 2010, p. 10.
- REZENDES, Dinis (2018). O “Castelo de Nossa Senhora dos Anjos”. Elementos novos para a sua história. In *O Baluarte de Santa Maria*, 3.ª série, ano XLI, n.º 11, jan., p. 21.
- REZENDES, Dinis (2019a). A defesa da baía da Maia entre os anos de 1638 e 1820. In *O Baluarte de Santa Maria*, 3.º Série, Ano XLI, n.º 22, 24 jan., p. 8.
- REZENDES, Dinis (2019b). O Forte da Prainha, Ilha de Santa Maria – contributo para a sua história. In *O Baluarte de Santa Maria*, 3.ª série, ano XLI, n.º 26, 23 mai, p. 18.
- REZENDES, Sérgio (2013a). A defesa das gentes e do erário público durante a Idade Moderna: a fortificação de Santa Maria (I Parte). In *Correio dos Açores*, ano 93, n.º 2.898, 15 set, pp- 18-19.
- REZENDES, Sérgio (2013b). A defesa das gentes e do erário público durante a Idade Moderna: a fortificação de Santa Maria (II Parte). In *Correio dos Açores*, ano 93, n.º 2.904, 22 set, pp. 18-19.
- REZENDES, Sérgio Alberto Fontes (2009). A Fortificação da Idade Moderna nos Açores. In *Ecomuseu da Ilha de S. Jorge*. Disponível em: http://www.ecomuseu-azores.org/saojorge/images/stories/Noticias/Sergio_Rezendes/Apresentao_Srgio_Rezendes_-_V_Bienal_do_Turismo_Rural_So_Jorge_2009.pdf

- REZENDES, Sérgio Alberto Fontes (2010). A fortificação da Idade Moderna nos Açores: o caso específico das Ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge. In *VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e I Encontro Técnico de Gestores de Fortificações (31 de março a 2 de abril)*.
- RIBEIRO, João Adriano (1995). O saque dos Argelinos à Ilha de Santa Maria, em 1616. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX (Actas do I Colóquio, realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de maio de 1993)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 199-207.
- RIBEIRO, José Rodrigues (1979). *Dicionário Corográfico dos Açores*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- RIBEIRO, Orlando (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra, Coimbra Editora.
- RIBEIRO, Orlando (1987). *Introdução ao estudo da Geografia Regional*. Lisboa Edições João Sá da Costa.
- RIBEIRO, Vitorino José (1862). *Breves Linhas Históricas sobre as Quatro Ilhas de que se compõe o Distrito da Horta*. Horta, s. ed..
- RILEY, Carlos Guilherme (1991a). Fronteira e História Militar. Um Relance Historiográfico. Separata das *Actas do II Colóquio Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal*. S.l., Ramos, Afonso & Moita, Lda.
- RILEY, Carlos Guilherme (1991b). Uma Fronteira Ocidental: As Flores e o Corvo no Contexto das Rotas Atlânticas. Comunicação apresentada ao *Colóquio Internacional de História Atlântica (Séculos XV-XVI)* organizado pelo Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 4 a 8 de novembro de 1991.
- RILEY, Carlos Guilherme (1992). Afinidades atlânticas: as relações entre os Açores e a Grã-Bretanha. In *Insulana*. vol. 48, pp. 99-119.
- RILEY, Carlos Guilherme (1995a). As ilhas e a abertura da fronteira oceânica. In *Arquipélago – História*, In memoriam Maria Olímpia Rocha Gil, 2.^a Série, vol. 1, nº. 2, pp. 17-31.
- RILEY, Carlos Guilherme (1995b). O Corvo – um lugar à margem (histórias da periferidade insular). In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX (Actas do I Colóquio, realizado nas ilhas do Faial e do Pico em maio*

- de 1993). Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 57-70.
- RILEY, Carlos Guilherme (1996). Uma fronteira ocidental: as Flores e o Corvo no contexto das rotas atlânticas. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. XI, pp. 87-124.
- RILEY, Carlos Guilherme (1997). Ilhas Atlânticas e costa Africana. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa - A Formação do Império (1415-1570)*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, pp. 137-162.
- RILEY, Carlos Guilherme (1998). Alfredo Botelho de Sousa (1880-1960). um Apóstolo Açoriano do Poder Naval Português. Lisboa, Academia de Marinha.
- RILEY, Carlos Guilherme (1999). Um discípulo açoriano de Mahan: Alfredo Botelho de Sousa: subsídios para o estudo da sua vida e obra. In *Arquipélago – História*, 2.^a série, vol. 3, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 433-445.
- RILEY, Carlos Guilherme (2001). Na botica da História. In SOUSA, J. M. M. de. *Índices das “Escavações” de Francisco Maria Supico*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 4: XIII-XXV.
- RILEY, Carlos Guilherme (2002). Canto, Ernesto do. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=1268>
- RILEY, Carlos Guilherme (2005). Os Açores como Metáfora do Poder Naval Português. In *Os Açores como Espaço Estratégico: A História, a Estratégia, as Relações Internacionais e o Exército*. Comissão Organizadora do Seminário. Ponta Delgada, s.n.. [Nota: Por não ter sido disponibilizado o texto, não foi possível publicar a sua intervenção.]
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes [et al.] (2005-2006). O Arquipélago dos Açores como região de fronteira. In *Arquipélago – História*, 2.^a série, vol. 9-10, pp. 105-140.
- RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira (2000). *Saudades da Terra*, Título Profético. In *Insulana*, vol. LVI, pp. 47-74.
- RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira (1959). Notícia Biográfica do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda. In *Insulana*, vol. XV, 1959 (2º semestre),

pp. 1–32.

RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira (1997). Descobrimento e colonização dos Açores no século XV (Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, em 1925). In *Insulana*, vol. LII, pp. 7-75.

RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira. (1959). *Notícia Biográfica do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda*. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, pp. V-XXIII.

RODRIGUES, José Damião (1993). Os Açores e a expansão: bens e gentes no espaço colonial português: (séculos XV-XVIII). Sep. de *Insulana*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, pp. 147-181.

RODRIGUES, José Damião (1995). Sociedade e Administração nos Açores (séculos XV-XVIII): o caso de Santa Maria. In *Arquipélago – História*, In memoriam Maria Olímpia Rocha Gil, 2.^a Série, vol. 1, n.º. 2, pp. 33-63.

RODRIGUES, José Damião (2001). Corregedoria. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em:
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2110>

RODRIGUES, José Damião (2002). *Levantamento dos Fortes Açorianos e das Fontes Açorianas existentes no Archivo General de Simancas / Survey of Azorean Fortresses and Azorean Sources Material Preserved in the Archivo General de Simancas*. Projeto: POCTI/HAR/49122/2002. S.l., Universidade dos Açores; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

RODRIGUES, José Damião (2003a). A Guerra nos Açores. In HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal* (5 vols.). S.l., Círculo de Leitores, vol. II, pp. 241-254.

RODRIGUES, José Damião (2003b). Ordenanças. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em:
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9117>

RODRIGUES, José Damião (2008a). As novas e as velhas estruturas do poder e os seus reflexos nos vários espaços insulares. In MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; REIS LEITE, José Guilherme (dir. cient.). *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX* (2 vols.). Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, pp. 435-471.

RODRIGUES, José Damião (2008b). Elites locais e redes de poder em São Miguel

- no século XVI: o testemunho de Gaspar Frutuoso. In *Poder local, cidadania e globalização / org. José Damião Rodrigues... [et al.]*. Ribeira Grande, s. n., pp. 79-91.
- RODRIGUES, José Damião (2010). Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América. In *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n.º 32, dez., pp. 17-43.
- RODRIGUES, José Damião (2012). *Histórias Atlânticas: os Açores na primeira modernidade*. Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar (CHAM). [Coleção Estudos & Documentos, 13]
- RODRIGUES, José Damião (2017). A contribuição dos Açores para a construção do mundo atlântico: cidades portuárias insulares. In *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana (2016)*, XXII-021.
- RODRIGUES, José Damião (s.d.). Frutuoso, Gaspar / Historiador. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9828>
- RODRIGUES, José Damião; CORDEIRO, Carlos (2005). “Tais são [...] os males que pesam sobre aquela ilha”: Vivências insulares e projectos reformistas em Santa Maria no final do Antigo Regime. In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, Lisboa, 2 a 5 de novembro, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 1-12.
- RODRIGUES, José Damião; GALAMA, Maria de Fátima (2011). Os açorianos em Marrocos no século XVI: o testemunho de Gaspar Frutuoso. In *Portugal e o Magrebe. Actas do 4.ª Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne*. Lisboa; Braga, Centro de História de Além-Mar; Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 109-116.
- RODRIGUES, M. M. Sarmento (1943). *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*. Lisboa, Ed. Anais de Marinha.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999). *Os Engenheiros em Portugal. Profissão e Protagonismo*. Oeiras, Celta.

- RODRIGUES, Miguel Jasmins (2005). *Sesmarias no Império atlântico português. In Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, IICT; Centro de História de Além-Mar (CHAM) / Universidade Nova de Lisboa.
- RODRIGUES, Rodrigo (1962). Índice Alfabético dos principais assuntos e curiosidades históricas do Livro 3.º das *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso. In *Insulana*, vol. XIII, (1.º sem), pp. 128-135.
- RODRIGUES, Rodrigo (1991). *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso (notas de João Bernardo de Oliveira Rodrigues)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- RODRIGUES, Rodrigo (1998). Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso. In *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. Livro I, pp. XI-LXII.
- RODRIGUES, Rodrigo (2008). *Genealogias de São Miguel e Santa Maria (6 vols.)*. Lisboa, Dislivro Histórica.
- ROGERS, Francis M. (1966). *Os Açores: Plataforma no Atlântico*. Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa.
- ROSSA, Walter (2002). *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra, Livraria Almedina.
- ROSSA, Walter (2002). *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra, Livraria Almedina.
- RUMEU DE ARMAS, Antonio (1947). *Piraterías y Ataques Navales contra las Islas Canarias (3 vols.)*. Madrid, Instituto Jerónimo Zurita. [Capítulo. Pieter Van Der Does en Gran Canaria en 1599. Tomo II, 2.ª parte, pp. 793-851.]
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1992). *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia, and America, 1415-1808*, Manchester, Carcanet; Fundação Calouste Gulbenkian.
- SACCHETTI, António Emílio (1987). *Geopolítica e geoestratégia do Atlântico*. Lisboa, Instituto Superior Naval de Guerra.
- SAHLINS, Marshall (1989). *Des Îles dans l'histoire, Hautes Études*, Paris, Gallimard-Le Seuil. [1.ª ed. 1985]

- SALDANHA, António Vasconcelos (1992). *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*. Funchal, CEHA.
- SALGADO, Augusto (2011). O Mundo Atlântico Militar durante o período Filipino. In *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa 18 a 21 de maio.
- SAN MIGUEL, Vicente Tofiño de (1789). *Derrotero de las costas de España en el Océano Atlántico, y de las Islas Azores ó Terceras, para inteligencia y uso de las cartas esféricas*. Madrid, Imprenta de la viuda de Ibarra, Hijos y Compañía.
- SANTANA PÉREZ, Germán (2001-2002). El ataque de Van der Does: piedra de toque para una transformación económica de Gran Canaria. In *Vegueta*, n.º 6, p. 49.
- SANTOS, João Marinho dos (1989-1990). *Os Açores nos sécs. XV e XVI (2 vols.)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direcção Regional dos Assuntos Culturais. [Col. *Fontes para a História dos Açores (indevidamente cf. Nota).*]
- SANTOS, João Marinho dos (1998). *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa: séculos XV e XVI*. S.l. [Lisboa], Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SCAMMELL, G. V. (1987). The English in the Atlantic Islands c. 1450-1650. In VV.AA. (1987). *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota. In Memoriam (vol. I)*. Lisboa, Academia da Marinha; Instituto de Investigação Científica e Tropical. pp. 329-352.
- SCHEDEL, Harman (1878). *Registrum hujus operis libri Chronicarum (...)* [Chronica de Nuremberg]. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, pp. 141-142. [português-latim]
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques da; AZEVEDO, Paulo Cesar de (2002) – *A longa viagem da biblioteca dos reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- SERPA SILVA, Susana (2001). O contrabando nos mares e ilhas dos Açores no segundo quartel do século XIX. In *Portos, escalas e ilhéus no*

- relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Actas do Congresso Internacional comemorativo do regresso de Vasco da Gama a Portugal*. Terceira; São Miguel, Universidade dos Açores; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 2, pp. 557-584.
- SERPA, António Ferreira de (1925). *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*. Porto, Livraria e Imprensa Civilização Editora. [Critica Frutuoso e os mapas de cartografia antiga]
- SERPA, António Ferreira de (1925). *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*. Porto: Livraria e Imprensa Civilização Editora. [Critica Frutuoso e os mapas de cartografia antiga]
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1958). *Documentos inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1991). Evocação do Doutor Gaspar Frutuoso no IV Centenário da sua morte. In *Insulana*, vol. XLVII, pp. 13-29.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1994). Gaspar Frutuoso. In *Figuras e Factos do Renascimento em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 383-396.
- SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (dir.) (1998-2001). *Nova História da Expansão Portuguesa (10 vols.)*. Lisboa, Editorial Estampa.
- SERRÃO, Joel (dir.) (1981-1984). *Dicionário de História de Portugal (6 vol.)*. Porto, Livraria Figueirinhas.
- SILVA, Fernando Augusto da (Pe.); MENEZES, Carlos Azevedo de (1978). *Elucidário Madeirense (3 vol.)*. Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- SILVA, Francisco Borges da (1919). Notas e Estatística da Ilha de Santa Maria, pelo Engenheiro Francisco Borges da Silva nos princípios do século XIX. In *Revista Micaelense*, ano 2.º, S. Miguel, jul., n.º 3, pp. 283-291.
- SILVA, Inocêncio F. da (1973). *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (22 tomos).
- SILVA, Rebello da (1971). *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII (6 vols.)*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- SILVEIRA E SOUSA, Paulo (1995). O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo

- Regime. In César Oliveira (dir.). *História dos municípios e do poder local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 105-113.
- SILVEIRA, M. (1989). *Obras II, Manuscritos e Impressos, VII Ilhas dos Açores*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. p. 1235-1243.
- Síntese histórica dos Açores*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1983.
- SINTRA, Diogo Gomes de (2002). *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Lisboa, Edições Colibri.
- SOARES, António Alves (1995). Estudantes açorianos na Universidade de Salamanca (até 1800). In *Arquipélago – História*, In memoriam Maria Olímpia Rocha Gil, 2.^a Série, vol. 1, nº. 2, pp. 97-110.
- SOROMENHO, Miguel (1997-1998). A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na metade do século XVII. In *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte (U.A.M.)*. Vols. IX-X, pp. 197-209.
- SOTO MAYOR, Leonardo de Sá (1947). Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos Castelhanos na Feliz Aclamação de El-Rei D. João o Quarto. *Separata da Revista Independência* (vols. VI-VII-VIII). Porto, Imp. Portuguesa.
- SOUSA VITERBO, Francisco Marques de (1899). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (3v.). Lisboa, Imprensa Nacional.
- SOUSA, Alfredo Botelho de (1919). *Marinha e Defesa Nacional: Doutrina*. Coimbra, França & Armenio, VIII.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins (2011). *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII), I e II vols.*, Dissertação de Doutoramento em História, especialização de História Regional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins (2012). Arqueologia do Castelo de São João Baptista. In *Vestígios dos Primeiros Tempos do Povoamento da Ilha de Santa Maria*, Vila do Porto, CHAM, Câmara Municipal de Vila do Porto, 13 ago.

- SOUSA, Élvio Duarte Martins (2014a). O “Castelo” de São João Baptista, na Ilha de Santa Maria, Açores. A mais antiga edificação militar dos Açores? in *O Baluarte de Santa Maria*, 2.^a série, ano XL, n.º 440, 20 fev., pp. 24-26.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins (2014b). Os “Tesouros” da Arqueologia Açoriana. In *Açoriano Oriental*, 26 jan, p. 17.
- SOUSA, João Silva de (1984). Os Açores nas coleções documentais. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLII, pp. 153-216.
- SOUSA, João Silva de (1991). *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa, Livros Horizonte. (Col. Horizonte).
- SOUSA, João Soares de Albergaria de (1995). *Corografia Açórica. Descrição física, política e histórica dos Açores (pref. de J. G. Reis Leite)*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura. [Coleção Autonomia] [1.^a ed. 1822]
- SOUSA, José Manuel Motta de (2001). *Índices das “Escavações” de Francisco Maria Supico (Intr. e notas complem. de Carlos Guilherme Riley)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. [Vol. IV, Índices das Escavações, pp. XXXII-116.]
- SOUSA, Nestor de (2002). Programas de arquitectura militar quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, italianização e intervenções até ao século XVIII. In *Arquipélago – História*, 2.^a série, vol. VI, pp. 53-224.
- SUPICO, Francisco Maria (1866). *Almanach do Archipelago dos Açores, Estatístico, Histórico, Recreativo e Noticioso, para 1867 (Terceiro anno de publicação). Coordenado e publicado por Francisco Maria Supico*. Ponta Delgada, Typographia da Persuasão.
- SUPICO, Francisco Maria (1995). *Escavações (3 vols.)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. [Vol. I, Escavações: 1 a 135, pp. 1-344; Vol. II, Escavações: 136 a 440, pp. 345-940; Vol. III, Escavações: 441 a 794, pp. 941-1420.]
- TEIXEIRA, Luís (1587). *Descripçam da Ilha de Santa Maria*, mapa, gravura, col., 380 x 590 mm, *Portolano 7, Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze*.
- TELLES, Alberto (1889). *Chorographia Geral dos Açores*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- TELO, António José (1993). *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1948)*. Porto, Edições ASA.

- TELO, António José (1996). *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria. Reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau, Editora da FURB.
- TELO, António José (1997). Treze teses sobre a disfunção nacional — Portugal no sistema internacional. In *Análise Social*, vol. xxxii (142), (3.º), pp. 649-683.
- TERÁN, Maria Concepción Alvarez (1980). Mapas, Planos y Dibujos (Años 1503-1805). Valladolid, Ministerio de Cultura; Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas. [Archivo General de Simancas, Catalogo XXIX]
- THOMAZ, Luis Filipe F. R.. *Les portugais dans les mers de l'archipel au XVI siècle*. s. l., s.n., n.º 19.
- TOMÉ, Maria Teresa (1989). *Ernesto do Canto. Os Açores na problemática da cultura do século XIX*. Ponta Delgada, Ed. Signo.
- TONERA, Roberto (2014). *O Banco de Dados Internacional Sobre Fortificações e o património fortificado do arquipélago dos Açores*. In *Anais do I Congresso internacional de relações transatlânticas entre a Europa, América e Ilhas Atlânticas – Séculos XV-XX*. Vila do Porto, 1 a 5 de maio de 2014. Pôster 80 x 120 cm, il., color, apresentação oral: Carlos Cruz.
- TONERA, Roberto (coord.) (2002). CD-ROM *Fortalezas Multimídia: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- TORRIANI, Leonardo (1959). *Descripción de las islas Canarias antes Afortunadas, con el parecer de su fortificaciones*. Santa Cruz de Tenerife, Goya Ediciones.
- Trabalhos arqueológicos em Santa Maria. In *Açoriano Oriental*, ano CLXXVI, n.º 17.266, 12 ago 2010, p. 8.
- VALLA, Margarida (1996). O papel dos arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. In *IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- VALLA, Margarida, TEIXEIRA, Manuel C. (1999). *O Urbanismo português. Séc. XVIII a XVIII. Portugal-Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1920). Documentos para a História da ilha de Santa Maria. Acclamação de D. João IV na Ilha de Santa Maria a 27 de

- Abril de 1641. In *Arquivo dos Açores*, vol. XIII, pp. 546-548.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1931-1932). A acção dos portugueses no descobrimento e colonização dos Açores: Um novo estudo a justificar a comemoração do V centenário em 1932. In *História*, Série A, vol. I, Lisboa, pp. 51-64. [Polémica suscitada pela comemoração do Centenário]
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1932). Descobrimento dos Açores pelos Portugueses e o seu descobridor, Gonçalo Velho. In *Insula*, 7/8, Jul./Ago., pp. 26-27.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1936). Colecção de documentos relativos ao descobrimento dos Açores. In *Brotéria*, 22, Lisboa, p. 186. [Recensão crítica]
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1939). *Ensaio sobre a personalidade do Dr. Gaspar Frutuoso e sobre algumas matérias tratadas no primeiro livro das suas Saudades da Terra, Livro I, precedido de um ensaio crítico por (...)*. Ponta Delgada, s.n., pp. XI-XLVI.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1940a). Incursões de Argelinos na Ilha de Santa Maria no Século XVII – Anos de 1616 a 1675. In *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, pp. 383-391.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1940b). Incursões francesas e inglesas na Ilha de Santa Maria dos Açores no século XVI. In *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, pp. 393-406.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1944). Comenda de Santa Maria da Assunção da Ilha de Santa Maria. Os Comendadores (Subsídios para a sua História). In *Insulana*, vol. I (1), n.º 2, pp. 1-24 e 173-177, cont. em 3 (1), p. 115-146 e 3 (3-4), pp. 463-518.
- VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1989). Ensaio sobre a documentação histórica do descobrimento e povoamento dos Açores. In *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores (3.ª ed.)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, pp. 65-73.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus (coord.) (1997). A União Ibérica e o Mundo Atlântico. In *Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa, Edições Colibri.
- VERÍSSIMO, Nelson (1995). A redenção dos cativos: algumas questões a

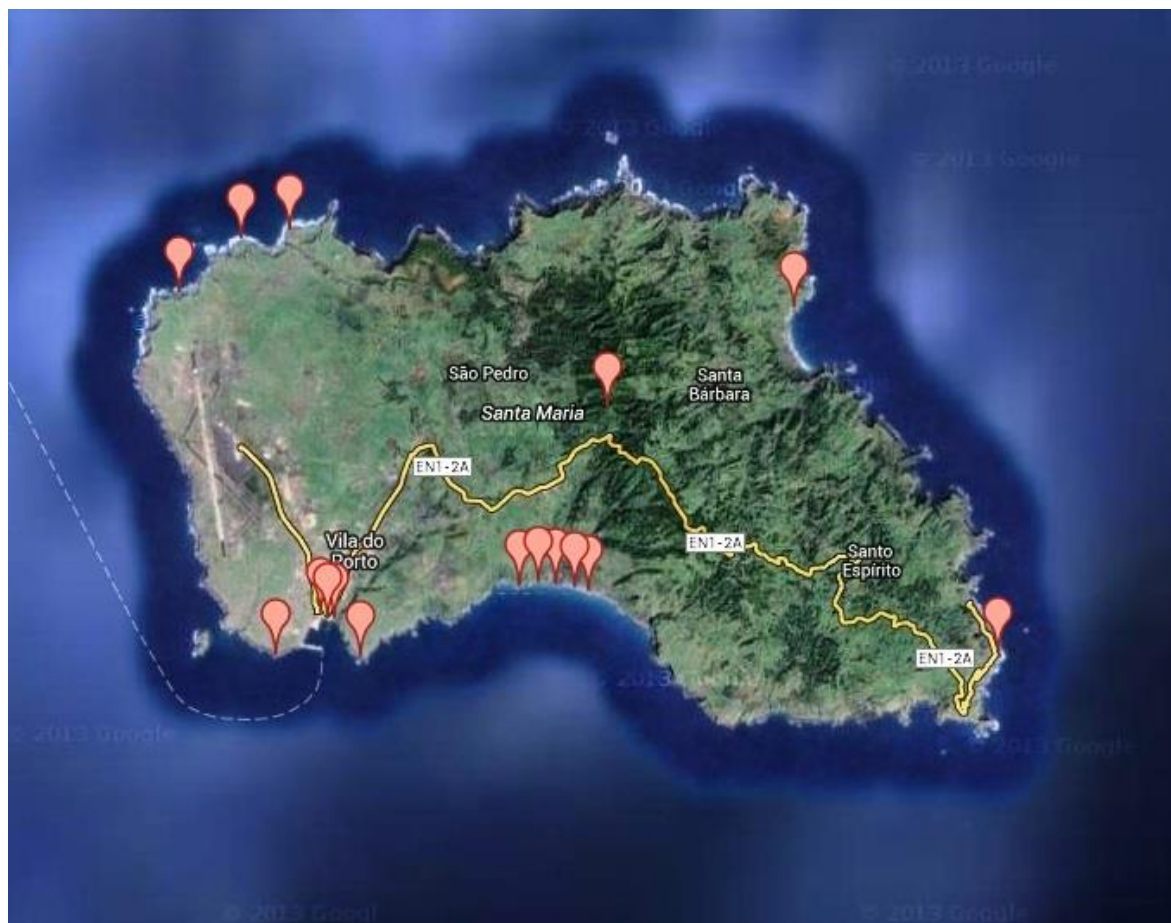
- propósito do saque à ilha de Santa Maria, em Junho de 1616. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX (Actas do I Colóquio, realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de maio de 1993)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 209-224.
- VERÍSSIMO, Nelson (1999). Piratas e Corsários nos mares do Arquipélago da Madeira na segunda metade do século XVI. In *Portos, escalas e ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*, abril.
- VERLINDEN, Charles (1983). Découverte et Cartographie: Les Açores au XIV.^e Siècle. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, pp. 17-27.
- Viagem de Pompeo Arditti de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores (1567). In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VI, 1948, pp. 173-183. [Santa Maria: p. 175]
- VIEIRA, Alberto (1987a). Da poliorcética à fortificação nos Açores: introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI-XIX. Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: do Descobrimento à II Guerra Mundial. Actas do II Colóquio Internacional, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de Julho a 2 de Agosto de 1987. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo II, pp. 1525-1555.
- VIEIRA, Alberto (1987b). *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores e Canárias (alguns elementos para o seu estudo)*. S.l. [Funchal], Secretaria Regional de Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (1989). Consequências económicas do povoamento da Madeira e Açores. In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). *Portugal no Mundo (3 vols.)*, Lisboa, Publicações Alfa., vol. I, pp. 189-200.
- VIEIRA, Alberto (1992). *Portugal y las Islas del Atlántico*. Madrid, Editorial MAPFRE. [Colección Portugal y el Mundo].
- VIEIRA, Alberto (2001). A Fortuna das Afortunadas – dados para uma análise comparada da História dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI. In *Oceanos*, n.º 46 (Abril-Junho), Lisboa, CNCDP, pp. 56-80.
- VIEIRA, Alberto (2004). As Ilhas Atlânticas. Para uma visão dinâmica da sua História. In *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 50, pp. 219-264.

- VIEIRA, Alberto (coord.) (1995). *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*. Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (s.d.) (a). *As ilhas, as rotas oceânicas, os Descobrimentos e o Brasil*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (s.d.) (b). *História e Historiografia das Ilhas*. S.l., s.n..
- VIEIRA, Alberto (s.d.) (c). *Las islas y el mundo Atlântico.1580-1640*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- WALKER, Walter Frederick (1886). *The Azores or Western Islands: a political commercial and geographical account (...)*. London, Trubner & Co..
- WALKER, Walter Frederick (1965). The Azores or Western Islands (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. XXI, (1.º e 2.º semestres), pp. 137-186.
- WALKER, Walter Frederick (1966). The Azores or Western Islands (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. XXII, (1.º e 2.º semestres), pp. 140-209.
- WALKER, Walter Frederick (1967-1968). The Azores or Western Islands (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vols. XXIII e XXIV, (1.º e 2.º semestres), pp. 38-127; 178-224.
- WALKER, Walter Frederick (1969-1970). The Azores or Western Islands (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vols. XXV e XXVI, (1.º e 2.º semestres), pp. 49-158.
- WILLIAMSON, George Charles (1920). *George, Third Earl of Cumberland, 1558-1605, His Life and His Voyages: A Study from Original Documents*. Cambridge, University Press.
- WRIGHT, Edward (1963). Pirataria nos Açores no último quartel do século XVI (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. XIX (1.º e 2.º semestres), pp. 40-79.
- WRIGHT, Edward (1964). Pirataria nos Açores no último quartel do século XVI (trad. João H. Anglin). In *Insulana*, vol. XX (1.º e 2.º semestres), pp. 27-54.
- Zona Antiga de Vila do Porto. Ficha 11.24.106. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores: Vila do Porto, Santa Maria*, 2005, pp. 184-185.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1841). *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de el Rei D. Affonso V, sob a direcção*

scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique. Paris,
J. P. Aillaud; Officina Typographica de Fain e Thunot.

Apêndices

Apêndice I – Projeção cartográfica das fortificações de Santa Maria



Ilha de Santa Maria e seu património militar atual (mapa do autor com recurso ao Google Maps).
Em sentido anti-horário:

- | | |
|--|--|
| 1. Forte de S. Brás | 13. Instalações da Estação LORAN da Ilha de S. Maria |
| 2. Fortins do Porto ou Fortins da Areia | 14. Casamatas do Pico Alto |
| 3. Fortins do Porto ou Fortins da Areia | 15. Fortim ou Bateria de N. Sra. dos Anjos |
| 4. Fortim ou Bateria da Ponta do Marvão | 16. Fortim ou Bateria da Laje da Peça |
| 5. Fortim ou Bateria da Baía do Figueiral | 17. Fortim ou Bateria da Ponta de Cabrestantes |
| 6. Fortim ou Bateria da Prainha | 18. Instalações do Polígono Acústico Submarino |
| 7. Forte de S. João Baptista | 19. “Quonset huts” do Bairro do Aeroporto |
| 8. Fortim ou Bateria de S. João Evangelista | 20. Fortim ou Bateria da Forca |
| 9. Fortim ou Bateria da Baixa do Vigário | |
| 10. Vigia da Ponta do Castelo | |
| 11. Fortim ou Bateria da Baía da Maia | |
| 12. Fortim ou Bateria da Baía de S. Lourenço | |

Anexos

Anexo I – Os primeiros capitães donatários de Santa Maria

Capitães Donatários da Ilha de Santa Maria⁷⁹⁰

- 1.º - Frey Gonçalo Velho Cabral – por Alvará de 19 Maio de 1470 – vid. Fruct.º L. 3.º Cap. 12.º
- 2.º - João Soares d’Albergaria (sob.º de G. V. Cabral) por carta de confirmação da doação que lhe fez o refer.º Cabral
- 3.º - João Soares de Souza (filho de João Soares d’Albergaria) – por [incompleto no original]
- 4.º - Pedro Soares de Souza (filho de João Soares de Souza)
- 5.º - Braz Soares de Souza (filho 2.º de Pedro S. de Souza)
- 6.º - Pedro Soares de Souza (filho de Braz Soares de Souza)
- 7.º - Braz Soares de Souza (filho de Pedro S. de Souza)

⁷⁹⁰ Capitães Donatários da Ilha de Santa Maria, s.a., s.d.. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fl. 58.

Anexo II – O assalto francês ao Funchal (Outubro de 1566)

“SAQUE DOS FRANCESES”⁷⁹¹

Uma das maiores calamidades que têm assolado este arquipélago foi o saque dos huguenotes franceses. A memória do acontecimento não se conserva já na tradição local, como a das inundações de 1803 e da colera-morbus em 1856, por ter ocorrido numa época muito afastada de nós, mas as crónicas madeirenses e muitos dos historiadores do nosso país se referem ao mesmo acontecimento com verdadeiro horror e o descrevem com as cores negras das grandes tragédias e das mais tremendas catástrofes.

Era em 1566. O quinto capitão-donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, estava ausente em Lisboa e governava a capitania seu tio Francisco Gonçalves da Câmara. O português Gaspar Caldeira⁷⁹² era um dos muitos traficantes que na costa da Mina se entregavam ao comércio do ouro e de outros produtos, que os naturais negociavam no litoral africano. Abusando das prerrogativas que o regimento real lhe concedia, teve Caldeira que refugiar-se em França, sendo-lhe então confiscados todos os seus bens. Privado dessas isenções e regalias é forçado a viver fora da sua pátria, não reconheceu o seu erro nem procurou justificar-se, mas jurou exercer contra os seus compatriotas a mais terrível vingança e a mais vil das desforras. Conhecedor das prosperidades da Madeira e da importância do seu grande comércio, e não ignorando também quão fracos eram os elementos de defesa que aqui se poderiam opor a um ataque de navios armados, concebeu então o projecto de assaltar esta ilha, realizando deste modo a sua negra vingança e desforrando-se da perda dos bens que o confisco lhe havia tirado.

Encontrou em Bertrand de Montluc um excelente executor dos seus projectos. Era este gentil-homem da casa do rei Carlos IX e filho do marechal de Montluc, que deixou nome na história pelos actos de heroísmo que praticou nos campos de batalha e ainda por umas Memórias da sua vida que escreveu e de que se fizeram várias edições. É impossível hoje saber-se se Bertrand de Montluc se preparava para correr os mares em arriscadas aventuras de corso e pirataria, quando se encontrou com Gaspar Caldeira, ou se foi este que, conhecendo o espírito audaz e aventureiro do fidalgo francês, o levou a tomar iniciativa daquele perigoso empreendimento.

⁷⁹¹ SILVA, Fernando Augusto da (1978). *Elucidário Madeirense* (3 vols.), vol. III, pp. 499-505.

⁷⁹² Gaspar Caldeira foi justificado em Lisboa a 18-2-1568; cortaram-lhe as mãos, sufocaram-no e foi esquartejado (conforme tomo 5.º, vol. 1.º, pág. 326, título *Caldeiras*, da “Pedatura Lusitana”, de Cristóvão Alão de Morais).

Montluc obtivera de Carlos IX aprovação para a empresa a que se arriscara, mas ocultou ao monarca os seus secretos desígnios e as escuras negociações que entabulara com Gaspar Caldeira. Associou aos seus projectos um número considerável de fidalgos, principalmente da antiga província de Guyenne. O visconde de Jas era o vice-almirante desta esquadilha de piratas e nela embarcaram também Fabião de Montluc, um filho do visconde de Pompadour, o barão de Guitimeres, filho do visconde do mesmo título e muitos outros membros de famílias nobres de França. É possível que desconhecêssem os fins reservados de Montluc, mas é bem certo que naquelas épocas os roubos, as depredações e a pilhagem tinham em alguns países da Europa plena justificação, quando eram coroados por actos de rara valentia ou por golpes decisivos de audácia.

Em três navios de alto bordo e em oito embarcações de menor lotação, embarcou Montluc cerca de mil e duzentos homens, entre os quais Gaspar Caldeira, Belchior Contreiras, António Luís e parece que ainda mais outros degenerados portugueses. Saíram de Bordéus em princípios de Setembro de 1566. Acossados por uma violenta tempestade, arribaram à Madeira, segundo afirma Edmond Falgairolle [(1860-1929)], mas não resta dúvida de que o seu destino era aportar em esta ilha e o seu único intuito roubá-la e saqueá-la, como na verdade o fizeram.

Diz o autor citado que Bertrand de Montluc, apreciando pouco o repouso que gozava em França e enjoado das intrigas da corte, resolvera expor a sua vida nas paragens africanas, tentando a fundação duma fortaleza na África Oriental, destinada a proteger o comércio dos franceses com aquelas regiões e ainda com os países do Oriente. Diz mais que, ao chegarem ao Funchal e desembarcando alguns homens para fazerem aguada, foram recebidos pelos portugueses a tiro de canhão e que então 'Montluc levado pelo seu fervente entusiasmo e grande desejo de dar que falar de si, aproveitou a ocasião para dar um verdadeiro golpe de mão e atacar assim os brios de Espanha e Portugal, tidos, ao tempo, como os verdadeiros senhores dos mares'.

As crónicas madeirenses e os historiadores portugueses não fazem a menor referência à atitude hostil com que foram recebidos os súbditos de Carlos IX. Eram então bastante amistosas as relações entre a França e o nosso país e dificilmente se acreditará que tal tivesse sido o procedimento dos madeirenses, a não ser que a esquadra de Montluc aparecesse no Funchal em som de guerra e com todas as aparências de verdadeiros corsários, como na realidade o eram: Para conhecer-se das intenções do pirata Montluc, bastará recordar que, na véspera do dia em que assaltou a Madeira, fez um desembarque no Porto Santo, levando toda a sua fúria nos indefesos habitantes daquela ilha. De mais, a

sanha feroz com que atacou a cidade, as inauditas crueldades que praticou e de modo particular o terrível saque a que sujeitou o Funchal, despojando-o das suas riquezas e carregando com elas onze embarcações, são a prova eloquente e incontestada de que se tratava dum acto de simples e pura pirataria e nunca de uma represália em desafronta de um agravo recebido.

Gaspar Frutuoso consagra cerca de quarenta páginas à narrativa pormenorizada de muitas violências e crueldades praticadas pelos franceses durante os dezasseis dias que permaneceram no Funchal, na sua faina terrível de destruição e de chacina, mas não nos dá uma ideia geral e completa do que foi esse horrível assalto em que feras humanas deram largo pasto aos seus instintos de canibais, transformando uma cidade rica e no auge da prosperidade num campo em que se tivesse ferido uma sangrenta batalha e onde apenas restassem os despojos inúteis da pilhagem duma soldadesca desenfreada.

É-nos impossível, sem nos alongarmos demasiadamente, fazermos a descrição desses dantescos horrores, que, como dizem as Saudades da Terra [Livro II], causaram ‘mais males por obras do que se podem por homens imaginar, nem por palavras contar, nem por cristãos crer’.

Os piratas desembarcaram no dia 3 de Outubro, pelas nove horas da manhã, na Praia Formosa, e logo marcharam sobre a cidade, entrando nela por dois pontos diversos. No portão de S. Paulo, foi-lhes oferecida tenaz resistência e aí caíram mortos, de ambas as partes, algumas dezenas de homens. Forçada esta entrada dirigiram-se à fortaleza de S. Lourenço, onde o governador com os elementos de que dispunha lhes resistiu valentemente, tendo que ceder à força aguerrida e numérica dos assaltantes. Ainda em outros pontos da cidade se formaram alguns núcleos de resistência, que de todo se tornaram inúteis à vista da fúria e número dos piratas. Organizaram-se forças em vários pontos da ilha prontas a marchar sobre a cidade, mas, persuadidas por informações enviadas do Funchal, de que a sua presença mais excitaria a sanha dos corsários, resolveram retroceder, ficando aqueles completamente senhores da situação.

No assalto da fortaleza de S. Lourenço, foi ferido mortalmente Bertrand de Montluc, que foi sepultado no próprio local do combate, sucedendo-lhe no comando o visconde de Jas.

Seguiu-se o saque e durante dezasseis dias abarrotaram-se os onze navios com os mais ricos e variados despojos. O que não puderam conduzir para bordo das embarcações, foi inutilizado ou destruído. Assim despejaram milhares de pipas de vinho e inutilizaram milhares de arrobas de açúcar. Os recheios das casas ricas, as pratas das

igrejas e conventos e os depósitos dos grandes armazéns encheram alguns navios. Calculam-se em alguns milhões de cruzados os prejuízos que entre nós causaram aqueles bárbaros.

As vítimas das fúrias dos assaltantes computam-se em trezentas, algumas mortas na defesa da cidade, mas a maioria delas chacinadas barbaramente pela soldadesca de Montluc.

Diz Frutuoso, e passa por facto averiguado, que uma parte considerável dos invasores eram huguenotes e tem assim fácil explicação os ultrajes e sacrilégios que praticaram nos templos, não só saqueando-os e espoliando-os de todas as suas riquezas, mas ainda profanando-os, especialmente nas imagens e objectos destinados ao culto.

Pelos sustos e sobressaltos causados com a vinda do submarino em Dezembro de 1916, justamente se calculará o pânico e o terror que se espalharam nas populações com o saque dos franceses.

Quando chegaram socorros de Lisboa, já os navios corsários tinham levantado âncora, dirigindo-se às Canárias, onde venderam uma parte considerável da sua abundante presa.

A 22 de Outubro de 1566, o nosso embaixador em França apresentou a Carlos IX uma enérgica reclamação, exigindo o exemplar castigo dos culpados. Forquevaux, representante da França em Lisboa, apressou-se a manifestar o seu grande pesar ao nosso governo, prometendo uma severa punição dos criminosos. Carlos IX e a rainha-mãe mostraram-se extremamente pesarosos pelas tristíssimas ocorrências, mas, apesar dos esforços do nosso embaixador, aqueles horrendos crimes ficaram impunes, e só o português Gaspar Caldeira foi justificado em Lisboa por ter o mesmo embaixador conseguido fazê-lo prender numa fortaleza da Biscaia, onde fora levado enganado. Alguns dos companheiros de Montluc eram homens poderosos e influentes no seu país e muitas dezenas dos assaltantes pertenciam às mais distintas famílias francesas, o que dá suficiente explicação à impunidade.

O terrível saque de que foi vítima a população do Funchal no ano de 1566, e de que acima se faz rápida menção, aproveitando-se a narrativa de Gaspar Frutuoso, constitui talvez a maior calamidade que tem assolado a nossa cidade e alguns dos seus arredores, sendo para sentir que ainda não se houvesse procedido a um rigoroso e desenvolvido estudo acerca desse tão triste e lamentável acontecimento, como já deixámos referido em outro lugar desta obra. Como mero subsídio, vamos transcrever um interessante artigo de Stephens Gaselee, antigo director dos arquivos do 'Foreign Office',

de Londres, publicado no *Diário da Madeira*, de 9 de Fevereiro de 1937, que oferece algum interesse a este assunto:

‘Eu tive recentemente a boa sorte de adquirir um documento diplomático que se relaciona com este incidente e julgo que a sua narração e transcrição poderá interessar aos leitores do Diário da Madeira. Esse documento, que está escrito numa folha dupla de papel da medida de um quarto é dirigido no verso ‘Ao muito honrrado embax(ad)or Do cristianissimo snnor Rey de França em cortte de Castela’.

Esta mensagem, acerca da qual eu tenho alguma coisa mais para dizer, foi endossada presumivelmente pelo destinatário e a data que nela figura não está inteiramente clara– ‘XVI J I an 1567’. Apresenta ainda impresso o selo do Cardeal Regente do Reino, mais tarde o Cardeal-Rei Henrique de Portugal. O texto é como segue:

‘Muito honrrado embax(ad)or

Por o Thisoureiro Le Fevre Receby a vossa cartta de XXVI J do passado E por ela entendi como tanto que soubereis os insultos que o capitão Montluc E os da sua companhia fizeram na Ilha da Madeira, avisareis disso por correo expresso o cristianissimo snnor Rey de França o sentimento que ele desta nova recebeo E o que por Razam dela proveo, que tudo vy, pelas copias das carttas e papeis que me enviastes, E agradeçovos muito a afeiçam E amor que mostraes a minhas coussas E a deligência que posestes em avisardes o cristianissimo snnor Rey de França do acontecido na dita Ilha. Porque comfio e tenho por certto que Asy Como ele antesde ther entendido particularme(n)te os grandes y muitos insultos e excessos que o dicto Montluc e seus vasalos cometeram na dicta Ilha da Made(ira), em grande deser(vi)ço de nosso snnor E do que convinha a huma tam antiga paz e amizade como a que El Rey meu snnor e os Reis seus antecessores, sempre tiveram com os Reis de França, quis dar a entender quanto lhe desaprouve de ele nam observar o que lhe tinha Prohibido e deffeso E o julgou por Rebelde E ynobediente. Asy mesmo depois do ouvir Joam Pereira dantes embax(ad)or del Rey meu snnor, fara neste casso tal demonstraçam que com Razam se deva El Rey meu snnor satisfazer dela E o mundo conhecer o ânimo e tençam do dito snno; Rey ser o que dele se deve esperar.

Scripta e(m) Lix(bo)a A XVI de Dezembro de 1566.

O card(eal) I(nfante) H(enricu)s.’

O texto da mensagem é escrito numa boa letra de chancelaria à moda da época e a assinatura do documento é do próprio punho do Cardeal Regente. Isto, como é aparente do texto, não era verdadeiramente o princípio da correspondência diplomática. O Padre Fernando da Silva diz: *‘A 22 de Outubro de 1566, o nosso embaixador em França apresentou a Carlos IX uma enérgica reclamação, exigindo o exemplar castigo dos culpados. Forquevaux, representante da França em Lisboa, apressou-se a manifestar o seu grande pesar ao nosso governo prometendo uma severa punição dos criminosos’* e a carta transcrita acima é presumivelmente o reconhecimento oficial da nota de Forquevaux exprimindo gratidão e manifestando a esperança de um futuro castigo dos malvados (o que de facto nunca sucedeu, pois que com excepção de Caldeira, os outros corsários nunca foram punidos).

Mas foi Forquevaux embaixador de França em Lisboa? Eu duvido que o tivesse sido, pois que esta carta foi lhe enviada *‘em corte de Castela’*. Da leitura dos livros de referência à minha disposição eu não pude ficar habilitado a esclarecer esta dúvida e por isso consultei o meu amigo o Conde de Tovar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, que é bem conhecido como um estudioso da história diplomática portuguesa e tem publicado vários livros sobre o assunto.

Julgo que posso aventurar-me a citar aqui dois ou três parágrafos da sua pronta e amável resposta:

‘Em Abril de 1561 chegou a Lisboa, como embaixador de França, um gentil-homem da corte de Carlos IX chamado Saint-Sulpice.

Não sei quanto tempo se demorou em Portugal mas na lista dos Embaixadores de França elaborada por Caix de Saint-Amour (Recueil des Instructions, Portugal pg. LIII) ha uma entrada que diz:

1566 N., ambassadeur, envoyé par Charles IX. ‘O A. não cita a fonte, mas vê-se que encontrou algures a informação de que nesse ano de 1566 foi mandado a Lisboa um embaixador francês. Não será porventura esse embaixador o Forquevaux que se encontrava em Madrid como embaixador ordinário, e que teria sido mandado a Lisboa nalguma missão extraordinária? Se assim foi, a missão não pode ter durado muito, porque ha carta dele para o seu governo datada de Madrid em 19 de Dezembro de 1566.

‘Não me parece aceitável a hipótese dele se achar acreditado também e simultaneamente em Lisboa como embaixador ordinário, porque não conheço exemplo algum desse tempo que autorize tal hipótese. Se é a ele que se refere a notícia de Caix de Saint-Amour, é de crer que veio como embaixador extraordinário em missão especial.

E assim penso que se deve deixar o problema, a não ser que algum perito sobre história diplomática possa dar novos esclarecimentos acerca da actividade diplomática de Forquevaux na última parte do ano de 1566.

Proponho-me oferecer o documento original que me proporcionou o assunto para este artigo, ao Museu Regional no Palácio de S. Pedro.”

Anexo III - Piratas e Corsários: uma cronologia dos ataques a Santa Maria

Durante os séculos XV a XVII, os Açores serviram como base para proteção, reabastecimento e reparação das naus da Índia, embarcações de e para o Oriente, a África e as Américas. Por esse motivo, as suas águas encontravam-se infestadas de corsários e piratas. A seguir detalham-se os assaltos a Santa Maria, conforme os principais cronistas insulares:

1474-1480 (1.º assalto)

Ao tempo do governo do 2.º capitão do donatário, João Soares (1474-1499), entre 1474 e 1480 registou-se o desembarque, no porto da Vila, de cerca de 40 homens, armados de arcabuzes, provenientes de uma nau castelhana. Foram rechaçados por um grupo de moradores, sob o comando do dito capitão.

Texto Frutuoso:

*“E, estando [o 2.º capitão do donatário, João Soares] algum tempo na ilha, contam alguns que, andando um dia passeando à sua porta, veio uma nau de castelhanos onde vinha um seu cunhado, outros dizem seu genro, que o queria matar; e saíram em terra como quarenta homens armados que, sem serem sentidos, deram de súbito com ele a horas do meio-dia, e, tirando alguns tiros com seus arcabuzes, sem lhe empecerem, nem acertarem, acudiu um mancebo, que se chamava António Fernandes, com um montante, e tão valorosamente o fizeram o Capitão João Soares e ele e outros poucos da terra, que levaram os imigos até à rocha da Conceção, deitando dois deles pela rocha abaixo, que logo morreram, acolhendo-se os mais aos barcos e neles à sua nau.”*⁷⁹³

Texto Cordeiro:

*“(…) Foi valente Capitão [João Soares de Souza [Albergaria]], e tão animoso, que cometendo uma vez, e de repente quarenta homens armados, (que de uma nau Castelhana tinham, sem poder prever-se, saltado em terra) ele lançando a dois de uma rocha em baixo, fez tornar os mais aos barcos, em que tinham vindo a terra: (...)”*⁷⁹⁴

⁷⁹³ Gaspar Frutuoso (1998). *Saudades da Terra*, Livro III, cap. XIII, p. 52.

⁷⁹⁴ CORDEIRO, 1981:113.

1474-1480 (2.º assalto)

Ainda ao tempo do 2.º capitão do donatário, especificamente no contexto da Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479), teve lugar um segundo ataque castelhano – historiograficamente confundido com o anterior –, que culminou com a captura de João Soares, conduzido para Castela, onde foi libertado poucos dias após a celebração da paz entre os dois reinos (1479 ou 1480).

Texto Frutuoso:

“(…) outros dizem que estando o dito Capitão [do donatário] João Soares, no tempo em que havia guerras antre Portugal e Castela⁷⁹⁵, veio ter aí um navio de castelhanos, que quizeram entrar, e o dito Capitão se defendeu deles por espaço de dois ou três dias com um negro e quatro ou cinco homens, que somente tinha consigo, e, como eram tão poucos o cativaram por fim os castelhanos, depois de muito desvelado e cansado de pelejar, e o levaram a Castela, levando com ele o negro; e dos mais que tinha em sua companhia não se sabe, se vendo a coisa mal parada e sem remédio, se acolheram à serra e ficaram na ilha, ou se foram também cativos com o seu Capitão, que lá em Castela se resgatou; e depois de ter pago o resgate e estar livre, daí a oito dias se fizeram as pazes com Portugal, as quais pazes el-Rei de Portugal D. Afonso, o quinto do nome, fez com el-Rei D. Fernando de Castela, marido da Rainha D. Isabel, no fim do ano do Senhor de mil quatrocentos e oitenta, como conta o curioso cronista Garcia de Rezende no capítulo vigésimo da sua Crónica, que fez do grande Rei de Portugal, D. João, segundo do nome.”⁷⁹⁶

Texto Cordeiro:

“(…) e em outra ocasião, com só um negro seu, e quatro homens brancos, pelejou três dias com um navio de Castelhanos, até que desfalecidos os cinco Portugueses de pelejar, foram presos e levados a Castela, e o valente Capitão se resgatou, e voltou à sua ilha e oito dias depois se ajustaram as pazes entre D. Afonso V, rei de Portugal, e D. Fernando rei de Castela, anno 1480.”⁷⁹⁷

⁷⁹⁵ n.a.: Guerra de Sucessão de Castela / Guerra da Beltraneja (1475-1479)

⁷⁹⁶ Gaspar Frutuoso (1998) - *Saudades da Terra*. Livro III, cap. XIII, pp. 52-53. O diploma que colocou fim ao conflito foi assinado na vila portuguesa de Alcáçovas, no Alentejo, a 4 de setembro de 1479, e ratificado pelo rei de Portugal a 8 de setembro de 1479 e pelos Reis Católicos em 6 de março de 1480, na cidade de Toledo, pelo que também ficou conhecido como Tratado das Alcáçovas-Toledo. Pelos seus termos, Portugal reconhecia a Isabel e Fernando como reis de Castela e estes outorgavam a Portugal a hegemonia no Atlântico, com a exceção das Canárias.

⁷⁹⁷ CORDEIRO, 1981:113-114.

1553

Ao tempo do governo do 3.º capitão do donatário, João Soares de Sousa (1499-1571), em 1553 uma esquadra francesa composta por nove embarcações de guerra, com muita gente de abordagem, capturou, nas águas de Santa Maria, na altura da ponta do Cabrestante, um pescador. Este logrou evadir-se na altura da ilha de São Jorge, alcançando terra. A notícia chegou tão rapidamente à Terceira, e a preparação da defesa foi tão célere, que a esquadra corsária desistiu do intento de invasão, rumando à Bretanha ⁷⁹⁸.

1576 (5 de agosto)

Ao tempo do governo do 4.º capitão do donatário, Pedro Soares de Sousa (1571-1576?), registou-se uma entrada de corsários franceses (5 de agosto de 1576). Em número de cerca de 400, saquearam Vila do Porto, nomeadamente os seus principais edifícios – a Câmara Municipal, a Misericórdia, conventos e igrejas. O evento encontra-se referido em um acórdão da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto ⁷⁹⁹, detalhadamente por Gaspar Frutuoso, sucintamente por Agostinho de Monte Alverne ⁸⁰⁰ e, alargadamente por António Cordeiro.

Texto Frutuoso: ⁸⁰¹

“Capítulo décimo sétimo - Em que a Verdade começa a contar uma entrada que fizeram uns cossairos na Vila do Porto da Ilha de Santa Maria

O sono, Senhora, e pouca vigia, é às vezes causa de se perder a fazenda e vida; este, ocasionalmente, fez cortar a cabeça a Holofernes e desbaratar seu exército; este deu ânimo e forças a uma fraca mulher, com que matou ao valente capitão Sisara; este deu atrevimento a dois ladrões, com que mataram a Isboseph; este foi meio com que David tomou as armas a Saúl de sua tenda e cabeceira, e, segundo ficções poéticas, foi ocasião com que tomassem e se assolasse a soberba Troia e Mercúrio furtasse a vaca Io ao pastor Argos, de cem olhos, quando com todos dormia; este privou ao grande gigante Polifemo de um só olho que tinha e causou outros muitos males, perdas e ruínas de castelos, cidades e vilas estranhas, como também foi causa de se tomar, roubar e

⁷⁹⁸ FIGUEIREDO, 1954:110.

⁷⁹⁹ Acórdão mandando vir o que os franceses levaram, em agosto de 1576. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 17-18.

⁸⁰⁰ Agostinho de Monte Alverne (O.F.M.). Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 224-226. A publicação deste fragmento revestia-se de interesse, uma vez que o manuscrito, redigido até 1695, depositado na BPARPD, só conheceu a primeira edição, em três volumes, entre 1960 e 1962, e a segunda, em 1986.

⁸⁰¹ Gaspar Frutuoso (1998). *Saudades da Terra*. Livro III, caps. 17-20.

saquear pelos cossairos uma só vila que havia na ilha de Santa Maria, aqui nossa vizinha, de que vou contando, há muito pouco tempo, como agora direi.

Um sábado à tarde, às três horas depois de meio-dia, pouco mais ou menos, quatro dias de Agosto do ano do Senhor de mil e quinhentos e setenta e seis, véspera de Nossa Senhora das Neves, que aquele ano caiu ao domingo, passou de Ponente para o Oriente, ao longo desta ilha de São Miguel, um grande galeão de cossairos franceses e uma nau mais pequena e uma zabra; e, indo ter a Vila Franca a zabra, perto do ilhéu, que está defronte da Vila, e o galeão grande perto da zabra, e a outra nau mais pequena engolfada no pego do mar, estando, pegada com o ilhéu uma nau armada do Grão-Capitão Francisco do Rego de Sá, a gente da qual e de outro navio que ali estava, vendo ir os cossairos, fugiu para a terra, ficando um só homem dentro, porque quis ficar, o qual, vendo a lancha perto, pôs o fogo a tiro, e outro lhe atiraram de terra, o que sentindo os da lancha dos imigos, eles e as suas naus se fizeram todos na volta do mar, e, navegando para o Sul com vento galherno [sic] Noroeste Nornoroeste, que, então, ventava de cima, escassando-lhe [sic] e faltando-lhe o vento, deitando ante-manhã a lancha diante a remo, e o galeão e nau indo detrás, foram amanhecer ao dia de Nossa Senhora das Neves, que era domingo, um quarto de hora antes de sair o Sol, junto do porto da Vila da ilha de Santa Maria, achando a gente da terra sem vigia, ainda dormindo e descuidada naquele tempo, sendo dantes ordinariamente vigiada de dia e de noite por mui boa ordem. Mas, porque havia oito dias, pouco mais ou menos, que eram chegadas duas caravelas que foram desta ilha de São Miguel, uma de José Gonçalves e outra de António Roiz, e sendo-lhe perguntado ao despacho se havia novas de cossairos, disseram que não, e um dia antes que a terra fosse entrada chegara um navio de Cezimbra do Porto, que viera da ilha da Madeira, respondeu, sendo-lhe perguntado, não haver novas de cossairos; com o dito dele e das caravelas vieram a descansar da vigia na terra, com lhe parecer que o mar estava seguro, o que não fizeram se tiveram outra nova, sem embargo de lhe ser muito custoso vigiar-se em tal tempo, por serem todos os moradores dali lavradores e seareiros, que naquela conjunção estão sempre nas suas eiras, fora da Vila, como, então, estavam. E, pelas novas, acima ditas, de não haver imigos, estavam todos tão descansados do trabalho que tinham de se vigiarem, que, no princípio da noite dantes, a mulher do almoxarife Tomé de Magalhães, homem dos mais principais da terra, filho de Bento Dias, que também foi almoxarife, disse a seu marido que muitos anos havia que tão descansada se não achara, sem temor de imigos; e, por este seguro, que todos tinham entendido, não foram vigias à Ribeira Seca, defronte do ilhéu, que está do porto ao Sudoeste pouco menos de meia légua, que é a principal vigia para guarda da terra; e, pela mesma causa, não foi também vigia à ponta do Marvão, que fica da outra banda de Leste pouco espaço do porto, com as quais vigias se não pode

entrar no porto sem serem os que entrarem sentidos. Somente vigiaram da ermida de Nossa Senhora da Conceção, que está sobre o porto, quatro homens, dois dos quais, acabando de vigiar o seu quarto, se foram dormir a suas casas; os dois, que ficaram, adormeceram por serem homens trabalhadores e irem ali cansados do trabalho.

Sucedeu também que o sábado à tarde, véspera do dia da entrada, se achou um mancebo na vigia, por nome João de Matos, que aquele dia lhe coube no pico do Figueiral, que está da Vila para a banda de Leste meia légua, donde se vigia de dia o mar, o qual vigiando e não vendo vela nenhuma, antes que se tornassem para sua casa, atou dois fachos com tenção de os pôr no lugar costumado, para que na Vila vigiassem de noite, e por temer alguma repreensão o deixou de fazer; mas, sendo caso que se puseram, não há dúvida senão que se vigiaram de noite muito, como faziam dantes.

Estando o povo desta maneira descansado, e as duas caravelas desta ilha de São Miguel, carregadas para partir para cá, já de largo, se diz que meia hora antes que nascesse o Sol três moços da caravela de José Gonçalves foram tomar cranguejos [sic] ao ilhéu e à terra, que está um quarto de légua da Vila, e, chegando ao pesqueiro, que chamam de Malamerenda, viram antre o ilhéu e a terra ir remando a lancha, e, suspeitando o que era, tornaram logo com muita pressa, remando e gritando, caminho do porto, a dar aviso às caravelas que se recolhesse a gente delas para terra; e, antes de chegarem na bateira, indo uma moça, chamada Caterina Gaspar, filha de Florença de Seixas, mais vizinha do porto, buscar água à ribeira, que está abaixo da ermida de Nossa Senhora da Conceção, viu de cima da rocha ir remando a lancha muito depressa e os moços da bateira diante dela fugindo, e, vendo isto, dando gritos, foi bater à porta de um Belchior Lourenço, pescador, dizendo com voz alta que vinha ali uma barca remando e não sabia se seriam franceses; e, alevantando-se com pressa o pescador, e vendo a lancha, foi gritando pela rua acima, apelidando a gente, dizendo que acudissem, que eram entrados franceses no porto.

Entretanto, as barcas se vinham, com o bradar dos moços, atoando para terra até abicarem nela, e a lancha atrás delas, dentro pela baía do porto, os quais, vendo os das barcas perto de si, se lançaram ao mar e a nado escaparam.

Com os brados do pescador Belchior Lourenço acordaram e se alevantaram algumas pessoas, acudindo com muita pressa com as armas com que cada um podia, e alguns sem elas, e, chegando sobre o porto e vendo a lancha, pareceu a todos que não queriam mais os imigos que levar as caravelas que nele estavam, pelo que, ao desembarcar, lhe não fizeram resistência, nem havia com quê, ainda que lha quisessem fazer; nem um homem que tinha cuidado de umas peças de artilharia, que aí estavam, estava, então, na Vila, porque ia para fora com os vereadores a fazer exame pelos lugares da banda do Norte, e, quando chegou, já eles estavam em terra.

Mas antes que a ela chegassem, trazendo o beneficiado Pero de Frielas fogo de cima da rocha, onde se ajuntaram três ou quatro homens, um dos quais era António Fernandes, escrivão, home animoso, puseram fogo a um tiro que passou por alto, por estarem já os franceses debaixo da rocha, o qual ouvindo eles, acharam-se embaraçados, como gente que não sabia haver artilharia na ilha; e, tornando-se a determinar, arremeteram à terra e, enxorando a lancha nela, desembarcaram como homens que já não tinham outro remédio, porque, tornando atrás, os podiam meter no fundo; pela qual razão se suspeita que não vinham a mais que a saltar os navios, e assim parece ser pelo arreceio que tiveram no saltar em terra e pela desordem com que acometeram, e eles próprios, depois, se espantavam da maneira com que a tomaram.

Mas, por irem enlevados nas caravelas que se acolhiam à terra, foi causa de desembarcarem nela e, por não verem mais gente que os que lhe tiraram com o tiro, escolheram e tiveram por mais seguro o ir por diante que o tornar para trás, por sentirem estarem os da terra poucos e descuidados, como na verdade o estavam. Assim que é de crer (segundo alguns) que, se as caravelas não foram, tal não cometeram, as quais caravelas houveram de partir ao sábado, véspera da entrada, mas, impedidas pelos oficiais da Câmara, por dizerem que levavam trigo sem despacho, não partiram (porque quando há-de vir algum mal, tudo se vai asando para ele). Outros dizem que vinham determinados para tomar a terra, e sinal disto é trazerem eles, como traziam, cada soldado seu cordel na cinta para amarrarem as mulheres e matarem os homens, e com tenção de chegarem duas horas ante-manhã; e, por ser longe o lugar donde a lancha se apartou das naus, não puderam os que nela iam vingar mais que ir amanhecer ao porto e, entrando pela baía dele, remando com grande força e pressa, passaram por antre as barcas e um navio que aí estava, sem fazerem caso dele, e enxoraram na areia, onde logo saltaram fora, e o primeiro que saltou, com uma partesana nas mãos, fez na areia uma cruz e se benzeu, chamando os outros com a mão que saíssem depressa. E, seguindo o capitão, começando a caminhar pela ladeira arriba, ouviram uma voz dos da terra dizendo: “Não há aqui fogo?”, agastado de o não achar para atirar aos contrários; o que ouvido por eles, disse o capitão: “Arriba, canalha, que não têm fogo!”. E depressa começou a andar, chamando pelos companheiros, que logo o seguiram, indo todos subindo pelo caminho de carro e ladeira, direito para a Vila.

Ao qual acudiram alguns homens, sc. Brás Soares de Sousa, logo-tente de seu pai, e António Fernandes, escrivão, o vigairo Baltazar de Paiva, o padre Pero de Frielas, beneficiado, Belchior Homem, o Moço, Joanne Anes, criado do Capitão, António Fernandes, sapateiro, filho de Cristóvão Fernandes, sapateiro, e Manuel Fernandes, alfaiate, lançando-lhe de cima pedras grandes pela rocha abaixo, com que os espantaram e fizeram tornar atrás, ao porto, onde se recolheram. E, antre estes

primeiros que ali acudiram da terra, foi também uma mulher, natural desta ilha de São Miguel, que fez maravilhas, atirando às pedradas e acarretando pedras, trazendo-as aos homens para atirarem com elas.

Como tenho dito, da banda do Sueste da Vila está uma ribeira grande, de muita água, com que moem muitos moinhos todo o ano, e onde esta ribeira se mete no mar era antigamente o porto da Vila, a que chamam agora o Porto Velho, e passaram a serventia dele à outra banda do Noroeste, por ser melhor porto, junto de uma ribeira que leva pouca água no Inverno e no Verão nenhuma; além da qual está outra ribeira, também de pouca água, a que chamam ribeira do Sancho, e vem-se ajuntar com outra no porto, onde faz um rechão; e antre estas ribeiras fica uma lomba com um fragoso espigão, estreito e íngreme, que se vai para cima cada vez mais alargando, correndo direito ao Nordeste, e no meio a semeiam de trigo, e sempre fica a dita lomba ao nível com a Vila, ou padraço dela; pela qual os franceses, fugindo das pedras que lhe lançavam de riba, e recolhidos ao porto, havendo seu conselho, fizeram subir vinte, outros dizem que trinta, arcabuzeiros dos seus por esta lomba, que está defronte, donde lhe botavam as pedras, para a banda do Noroeste, e dali se puseram a fazer seus tiros aos da terra para os fazer recolher; e os outros tornaram a cometer a Vila ao longo de uma ribeira, encobertos das pedras, e, com os tiros que os da lomba tiravam, tiveram estes lugar para subir, por haver da parte dos da ilha pouca gente e poucas armas, defendendo as espingardadas dos imigos que na lomba estavam que ninguém acudisse a defender a entrada, botando pedras pela rocha e ladeira abaixo contra os que subiam, e alguns da terra, que se quiseram desmandar e defender-se, foram feridos e outros mortos; os quais tinham o encontro às pedradas, só os que subiam a entrar na Vila, por não terem armas de que melhor se pudessem valer, o que não puderam sofrer nem sustentar por muito espaço pelos matarem e ferirem com a arcabuzaria os que estavam na lomba.

E a primeira pessoa que mataram com um tiro foi Amador Vaz Faleiro, homem animoso e principal, que aquele ano servia de vereador, e feriram a Francisco de Andrade, escudeiro, fidalgo nos livros de el-Rei, em um braço, e um seu irmão, por nome Duarte Nunes, em uma perna, naturais da terra e dos mais honrados, e a Jácome Tomé Faleiro, dos principais, e a um António Fernandes, sapateiro, homem mancebo e animoso, com que durou até o outro dia, em que faleceu, e a Domingos Jorge, ferreiro.

E os que daqui escaparam, fugindo dos tiros que da lomba lhes tiravam e neles faziam pontaria, se abrigaram com as casas, metendo-se na rua do Capitão, esperando detrás delas o segundo encontro dos imigos. Neste tempo, alguns dos contrários, que se meteram pela ribeira acima, subiam pela ladeira, pelo quintal do vigairo Baltazar de Paiva e defronte do granel de Baltazar Velho de Andrade, por onde cometiam entrar na Vila, e, querendo os da terra defender a entrada, mataram os cossaios a um Frutuoso

Fernandes, homem trabalhador, o que vendo os outros da terra, começaram a fugir e, dizendo um Amador de Goes, surrador, a Manuel de Sousa, soldado de Itália, de quarenta anos, e irmão do Capitão Pero Soares de Sousa: — “Senhor, vamo-nos daqui que nos matam com os tiros”, lhe lançou ele mão do gorjal do pelote, dando duas espaldeiradas a dois homens que se retraíam e dizendo: — “Tá, não fujais nem se vá daqui ninguém!”. E como os imigos vinham depressa, não houve mais vagar que de largar Manuel de Sousa a Amador de Goes e com a sua espada e rodela se arremessar a eles, dizendo: — “Ah, duns perros, cães, que aqui vos hei-de comer os fígados!”; as quais palavras o Amador de Goes, indo com outros fugindo, lhe ouviu e, virando o rosto, o viu derribado em terra de um tiro de escopeta, que um dos contrairos lhe tirou de tão perto, que quase lhe pôs a escopeta nos peitos. E é de notar o juízo de Deus que, sendo este Manuel de Sousa absente da dita ilha havia quarenta anos, pelo homízio e morte do filho de Rui Fernandes de Alpoem, que atrás disse, e tido já por morto, veio aquele ano à dita ilha para nela pagar daquele modo o mal que nela fizera.

E também feriram a Pero de Andrade, escrivão da Câmara, atravessando-lhe uma perna pela coxa da banda de dentro, o qual se acolheu pela ribeira do Sancho arriba, onde esteve aquele dia, que era domingo, até a segunda-feira à noite, que, de gatinhas, se saiu por uma lombra e foi ter a uma eira, onde o foram achar muito mal tratado, mas, depois de curado, sarou bem e viveu.

E em chegando Amador de Goes ao canto de Simão Álvares, viu vir outro magote de franceses pela rua do Capitão arriba, muito depressa, que eram os que subiam pela ladeira do porto, onde os estavam esperando os que de cima do mesmo se recolheram, e ali feriram na mão direita, na raiz do dedo mindinho, ao filho mais velho e morgado do Capitão Pero Soares de Sousa, chamado Brás Soares de Sousa, que, como valente soldado e homem de grandes espíritos e esforço, estava na dianteira, e a Fernão Monteiro de Gamboa, capitão de uma companhia, pela barriga, ambos de um tiro, passando o pelouro de uma parte a outra pela carne, junto do embigo [sic], sem penetrar as tripas, de que esteve muito mal, e se curou depois nesta ilha de São Miguel, deixando-se escalar todo com muito ânimo; e feriram a Manuel Jorge, alfaiate, valente mancebo, e mataram Aires Gonçalves, também alfaiate, e a Nicolau Álvares, pescador, e Simão Álvares, cirurgião, que havia estado de princípio sobre a rocha e se tornou a recolher em sua casa, e se trancou de dentro, donde, ouvindo o estrondo que na rua se fazia, saiu à sua janela e, deitando fora a cabeça para ver se vinham os franceses, lhe deram uma arcabuzada nela, passando-lha com o pelouro de parte a parte, de que logo caiu para trás no sobrado, onde depois foi achado, inchado e podre.

Capítulo décimo oitavo - Como se despejou a vila dos moradores e foi tomada dos imigos, com o que mais passou em um encontro que com eles tiveram os da ilha, até que os outros desembarcaram

Enquanto isto, que atrás disse, passava, as mulheres se recolheram todas, com muita pressa, para fora da Vila, e as mais delas em camisa, tão súpita e não esperada, nem cuidada, foi a chegada destes cossairos; e sendo esses homens, uns mortos, outros feridos, e os que ficavam poucos, por estarem recolhendo suas novidades fora da Vila, não houve mais resistência, e cada um fez por se recolher e salvar a vida, que vale mais que a fazenda, porque, quanto ao que à honra tocava, não se pôde mais fazer.

E assim os imigos, indo pela Vila, sem ordem nem esquadrão, senão como cada um queria, três a três, e a quatro a quatro, entretanto uns na igreja da Misericórdia, começaram a tratar mal o altar, vendo-os Fernão Monteiro de Gamboa, que eles não viram que estava no coro, ferido da maneira que tenho dito, até que eles passaram, e assim foram até o cabo da Vila, uns por uma parte e outros por outra, despejando e roubando o melhor dela.

O vigairo Baltazar de Paiva, até este tempo, sempre teve para si que não entrariam aqueles cossairos a Vila, e, cuidando que se defenderia, andava na dianteira, ajudando e animando a todos. E vendo neste tempo que já entravam pelas ruas da ermida de Nossa Senhora da Conceção, onde estava ajudando a defender a entrada, lembrando-lhe o Santíssimo Sacramento, foi correndo a sua casa buscar umas chaves para o ir tirar do sacrário e pôr em cobro. Chegando a casa, chegava um seu moço, de idade de dezoito anos, chamado Belchior Luís, com o seu cavalo, de fora, e, mandando-lhe que trancasse as portas e selasse o cavalo, se meteu dentro em casa a buscar as chaves e, querendo sair de casa, foi primeiro ver da janela da rua se apareciam alguns imigos e viu passar adiante da sua porta três, com piques nas mãos, espadas na cinta, e, tornando-se à janela do quintal, para se deitar por ela abaixo, viu já no mesmo quintal, junto da porta, quinze ou vinte soldados e, tornando-se à janela da rua, viu em baixo, no cabo dela, vir para cima quatro ou cinco arcabuzeiros. Determina-se, então, sair pela porta da rua, e, antes de sair, disse ao moço, que lhe estava selando o cavalo:

- ‘Moço, deixa acabar estes ladrões de entrar na Vila e, como não vires nenhum no quintal, sai-te por ele no cavalo e vai pela ribeira arriba ter à igreja, que lá me hás-de achar, ou morto ou vivo’. E, dizendo isto, saiu com muita pressa, a todo correr, ficando-lhe os arcabuzeiros nas costas, que lhe tiraram um tiro sem acertar, por ver as cabeças de outros que estavam já nos quintais para saltar na rua de António Coelho, não ousando ir por ela, e passou por antre os três cossairos, que diante dele vira passar dantes com os piques, os quais foram após ele, sem o poder alcançar, até se pôr na rua Direita, por onde foi ter à igreja.*

E neste tempo entravam já os imigos por muitas partes na Vila, matando os que podiam alcançar e espantando outros que fugiam.

Chegando o dito vigairo ao adro da igreja, achou nele um António Pinto, casado, homem trabalhador, e lhe disse: — “Entretende às pedradas estes ladrões, que não entrem na igreja, enquanto vou tirar do sacrário o Santíssimo Sacramento”. E o António Pinto pelejou, como valente, detendo-os um pouco espaço às pedradas, que, se isso não fora, sem dúvida nenhuma os imigos mataram o vigairo dentro na igreja. O qual descendo pelos degraus do altar-mor com o Santo Sacramento em um cofre, entrava o seu moço (que rompeu pelos franceses, sem o matarem), trazendo-lhe o cavalo por onde o dito vigairo lhe tinha mandado, e, entrando sobre ele pela porta travessa da igreja, da banda do Sul, foi ter à capela-mor, onde se apeou, e, subindo o vigairo no cavalo, deu, entretanto, o cofre com o Santo Sacramento ao moço, e, tornando-lho a tomar, lhe disse que o seguisse, apegando-se no rabo do cavalo; e se saía pela mesma porta travessa do Sul, por a outra, da banda do Norte, estar fechada com chave da banda de fora, e a porta principal somente ter um postigo aberto, e os imigos defronte.

Saindo ele pela porta do Sul, viu vir quatro arcabuzeiros demandar a mesma porta e, perplexo e duvidoso por quais deles romperia com o cavalo, olhou para trás e disse ao moço:

- ‘Sigue-me [sic] e pega-te ao rabo do cavalo, que quero romper por onde estão estes dos piques, que estão da banda da porta principal, que tem menos perigo que estoutira dos arcabuzeiros’. E neste olhar para trás viu aberta a outra porta travessa da banda do Norte, estando ela (como disse) fechada de fora com chave e de dentro com tranca, e sem atentar, então, por isso, cuidando que alguém lha abrisse, voltou com o cavalo, saindo por ela correndo, sem ver ninguém junto da porta; e logo os imigos o cercaram, assim pela banda da porta principal como por detrás da capela-mor, e, saltando ele com o cavalo o peitoril do adro, sem poder ir pelos portais dele, por estarem tomados dos contrários, se acolheu, com o moço detrás do cavalo, pela rua arriba, fora da Vila, e ali lhe tiraram uma arcabuzada, que lhe deram pela borda do sombreiro, indo alguns quatro ou cinco de piques e espadas na cinta após ele, e chegando arriba das derradeiras casas da Vila, onde morava Amador Vaz Faleiro, que já por eles, em baixo, ficava morto, vendo a Helena de Alpoem, mulher deste defunto, com duas netas suas, lhe disse: — ‘Saí fora, Senhora, e fugi, que vêm aqui os cossairos!’*

E ela começou a correr, com passo vagaroso de oitenta anos para cima, que tinha de idade, levando consigo as meninas, com cada uma sua trouxinha à cabeça; e, levando-as diante de si e animando-as que corressem, as iam alcançando os cossairos, pelo que foi necessário ao vigairo acolher-se a cavalo pelo não matarem, sem lhe poder valer. E,

chegando à ermida de Santo Antão, achou nela muita cópia de gente, homens e mulheres, onde, tirando o Santíssimo Sacramento do cofre, lho amostrou, dizendo algumas palavras de consolação espiritual, que aquele tempo requeria, com que houve grandes clamores, gritos e lágrimas de todo o povo. E acabado isto o recebeu, com muita reverência e devoção, acompanhada também com muitas lágrimas.

Não há dúvida senão que milagrosamente escapou o vigário da igreja principal com o Santíssimo Sacramento e se lhe abriram as portas travessas da banda do Norte, por si, ou algum Anjo, por mandado de Deus, lhas abriu, porque elas estavam fechadas da banda de fora, e de dentro com a tranca, e não havia ali de dentro nem de fora quem as pudesse abrir senão ele e o seu moço, que as viram abrir naquele grande conflito, de que não podia escapar com a vida, se Deus lhas não abrisse. Nem os inimigos ali haviam chegado, pelo que o dito vigário, para verificar o milagre que Deus fez, contou depois na estação, em muitos domingos, este caso, perguntando se alguma pessoa se achara ali, ou fizera por abrir naquele tempo aquelas portas, e não se achou alguém que tal fizesse, nem ao tal tempo ali se achasse, senão António Pinto, que foi o derradeiro que dali partiu sem chegar à dita porta, por onde ficou claro ser milagre que Deus fez, de que o vigário não tirou estromentos por não se achar ali mais gente que ele e o seu moço, sem levar, por entre os inimigos tão armados, outra fazenda, senão a Deus, que é toda riqueza; e, por poor [sic] em cobro o Santíssimo Sacramento e fazer por defender a terra, como pai da pátria, não lhe lembrou sua casa nem o que nela tinha, que valeria mais de quatrocentos cruzados, que lhe roubaram. Mas o Deus que ele quis tirar do poder dos hereges o livrará a ele de outros inimigos e lhe dará, pelas riquezas que perdeu temporais, outras eternas.

O tesoureiro, sentindo o rebate dos cossaios, havia tirado também a prata da igreja que ele tinha a seu cargo, levando consigo três cálices de prata, e um dourado, e a cruz e turíbulo, também de prata, e todos os corporais que havia na igreja. A outra se perdeu, por ele não ter a chave que tinham os mordomos do Santo Sacramento, que era uma custódia e todos os ornamentos da confraria, que estavam fechados em uma caixa. E também a da Misericórdia foi roubada dos inimigos, e um cálice e ornamentos da capela de Duarte... [?], que estava tudo fechado em um armário, e a coroa de prata da imagem de Nossa Senhora, com todos os ornamentos da igreja.

Despejada desta maneira a Vila, e entrados os cossaios e posta a maior parte deles junto da igreja principal, e outros andando roubando, a quem primeiro chegaria para levar as primícias do que achassem, ficaram nela somente dois ou três homens velhos, e um negro cego, e duas mulheres muito velhas, de setenta anos para cima, e mais dos oitenta, uma chamada Helena de Alpoem, mulher de Amador Vaz Faleiro, o primeiro homem que mataram, e uma neta sua, menina, filha de Matias Jorge, e outra neta sua,

bastarda, também menina, como tenho dito; e a outra mulher velha era Caterina Bernaldes, mãe do padre Bartolomeu Luís, ali beneficiado; e nenhuma outra mulher tomaram, pela bondade de Deus, que foi uma mercê mui grande que ele fez a toda a gente da terra; e está claro que o encontro que tiveram os da terra aos franceses foi causa de não tomarem muitas mulheres nas camas, porque, como disse, em camisa saíram as mais delas, sem salvarem mais que suas pessoas.

Estando os imigos de posse da Vila, os homens, que escaparam, se recolheram todos a uma ermida de Santo Antão, que está direito da mesma Vila ao Noroeste, pouco mais de dois tiros de besta, onde, ajuntando-se os mais chegados moradores e outros de mais longe, que iam para a igreja ouvir missa, esperaram pelo Capitão Pero Soares de Sousa, que estava naquele tempo fora da Vila, no Paúl, uma quintã sua, e, em chegando, houve logo diversos pareceres antre todos, uns que tornassem a cometer a Vila e outros em contrário, dizendo que esperassem que acudisse toda a gente da ilha, porquanto os que estavam juntos eram poucos e desarmados, pelos tomar o rebate fora, onde moravam alguns, e outros estavam recolhendo suas searas, e uns e outros tinham suas armas na Vila, já em poder dos imigos, por não irem com elas às costas aos alardos; outros diziam que os acometessem logo, antes que as naus ao porto chegassem, que neste tempo vinham da banda do Norte em distância de uma légua, e, pois os imigos que estavam na Vila não podiam ser mais que até sessenta homens, os podiam deitar fora ou vencer antes que as naus chegassem, o que não poderiam fazer depois de elas chegadas, pela muita gente que logo desembarcariam.

Estando o Capitão com estes pareceres indeterminado, se veio a determinar que fossem sobre os imigos e deu cargo a um Matias Nunes Velho e a Cristóvão Vaz Velho, fazendo-os capitães daquela gente, que fossem com ela dar sobre os imigos.

E foram logo, e chegando a eles, dois homens principais da terra começaram a dizer, correndo a grandes vozes: — ‘A eles, a eles, que já fogem!’; com as quais palavras começou a gente correr desordenada, e o Capitão Pero Soares de Sousa também com eles, o que vendo uns homens honrados e prudentes, se chegaram a ele, dizendo-lhe que não se fosse dali com tal desordem, mas ele, como agastado e pesaroso do que até ali havia sucedido, não atentando a razão nenhuma (porque muitas vezes qualquer destes dois extremos, ou o muito pesar ou o muito prazer, não tem conselho), tomou uma lança na mão com muito ânimo, sendo, então, homem de mais de sessenta anos, enfermo e muito grosso e pesado, dizendo que o deixassem ir que queria ser o primeiro, e com isto começou a caminhar juntamente com os mais, indo os que alevantaram a lebre por capitães da dianteira, e desta maneira foram todos a quem mais correria.

E, como os imigos viram a determinação dos da terra, começaram a recuar atrás, por ordem, pouco espaço, por verem a desordem que os naturais levavam; estando quedos,

puseram fogo às casas do arrabalde, arriba da igreja, por onde pareceu aos da terra que ardia a igreja e toda a Vila, e, juntos os cossaios, que se retraíram, com os que estavam na Vila, deram volta sobre os da terra e dispararam a arcabuzaria.

E, sem falta, os imigos foram desbaratados desta vez se foram avante os da terra, mas, como viram que os contrairos lhe faziam rosto com tanto disparar de arcabuzes, se tornaram todos a recolher, por onde o Capitão Pero Soares correu risco de o matarem, ou ficar em poder dos imigos, se acaso se não achara um cavalo em que o subiram os que com ele iam, e desta maneira escapou.

E também não há dúvida senão que os cossaios foram todos vencidos e mortos, se foram cometidos com ordem, por serem poucos e alguns deles estarem já embarcados, a fazer a saber às naus, que vinham de largo, como tinham a Vila tomada, para que lhe socorressem. E o fogo, que puseram os imigos nas casas, dizem ser ou por fazer terror, ou por dar sinal que os socorressem, e que estavam em aperto, o que fez cuidar que também poriam o fogo a toda a Vila. E com isto se tornou a gente ao lugar donde havia partido. Neste encontro mataram os contrários a um Martim Fernandes, e Sebastião Pires e Simão de Araújo, e feriram a Protesilau de Loura em um braço.

Seria isto já às sete ou oito horas do dia, pouco mais ou menos, e, então, apareceram as naus, que com tempo próspero foram ancorar no porto e botaram logo em terra a mais gente, que seriam, por todos, perto de quatrocentos soldados bem armados, com que os imigos ficaram mais fortes e seguros na Vila.

Capítulo décimo nono - Como o capitão Pero Soares de Sousa mandou pedir socorro à ilha de São Miguel e foi primeiro a ele o Sargento-mor, somente com um seu filho, e do que com sua chegada se fez, até se embarcarem os imigos

Como o Capitão Pero Soares de Sousa viu a força e número dos imigos e a Vila deles possuída, logo no mesmo domingo fez esquipar um barco, que estava varado a Sant'Ana, e mandou nele um seu cunhado, Rodrigo de Baeça, castelhano de nação, que fora casado com uma sua irmã, a esta ilha de São Miguel pedir socorro. E, chegando ele à segunda-feira seguinte, às duas horas depois de meio-dia, à cidade da Ponta Delgada, desta dita ilha de São Miguel, deu a triste nova ao Capitão Manuel da Câmara, o qual, no próprio dia e hora, mandou logo com muita pressa chamar alguns dos principais homens da dita cidade, antre os quais foram Francisco de Arruda da Costa e o Grão-capitão Francisco do Rego de Sá, João de Melo, fidalgo, André Botelho, Baltazar Rebelo, Pero Álvares, cunhado do corregedor Manuel Álvares; o seu ouvidor; o dr. António de Almeida e o licenciado Gaspar Leitão, juiz de fora, Simão do Quental, sargento-mor desta ilha de São Miguel e capitão do número de Sua Alteza, Cristóvão de Crasto, também capitão do número de Sua Alteza, Francisco Dosouro [sic] (312), que fora sargento-mor desta ilha,

Diogo Lopes, feitor que fora de Sua Alteza, e outros nobres e honrados cidadãos. Os quais, todos juntos em conselho, foram de parecer que com toda a brevidade se socorresse a ilha de Santa Maria.

E perguntando o Capitão-mor Manuel da Câmara a Simão do Quental, sargento-mor, quem levaria a gente a seu cargo, disse ele que ninguém a podia levar melhor que ele, pois o entendia bem, e que para o tal tempo e ocasião que estava oferecido e esperava o honrasse, dando-lhe o que tanto desejava. E não lhe respondendo o Capitão-mor a seu propósito, por certos inconvenientes, elegeram a Francisco de Arruda da Costa por capitão-mor do socorro.

Com a qual eleição desesperado o sargento-mor Simão do Quental do que pedia, pretendeu buscar alguma invenção proveitosa, para que em tal ocasião pudesse mostrar os desejos que tinha de servir a Deus e a seu Rei; e, entendendo que o socorro não era possível fazer-se prestes em menos espaço de dois dias, disse ao Capitão-mor Manuel de Câmara que a Vila se tomara ao domingo, quando todos dormiam, e os moradores dela não podiam fazer mais que fugir com as calças nas mãos, e que forçadamente deviam de ter as armas perdidas e a gente havia de andar escondida e espalhada pelos matos por não ter com que se defender, e que o socorro, que esperavam desta ilha, não era poderoso, para que, sem mais ajuda, se pudesse livremente dar batalha aos franceses, pelo que a ele, sargento-mor, lhe parecia bem (porque entendia que o melhor da guerra era soprar e comer e, assim, o requeria a ele Capitão-mor que à própria hora lhe mandasse dar arcabuzes, pólvora e pelouros para se partir logo no barco que trouxera a nova, somente com seu tambor e um filho, chamado António do Quental, para ajuntar e armar a mais gente que pudesse e tê-la em ordem, para que, quando chegasse o socorro, todos juntos melhor e mais seguramente pudessem tomar vingança daqueles hereges, que tão profanadas tinham as igrejas de Deus e saqueada a Vila, com algumas mortes dos vizinhos dela.

Este parecer do sargento-mor foi aprovado por bom pelo Capitão Manuel de Câmara e por todos os mais que ali estavam presentes, ainda que não por todos, como é costume acontecer em ajuntamento de muitos e diversos juízes; e na mesma hora, sem dilação alguma, foram dados os arcabuzes, pólvora e pelouros que pedia, com que logo se embarcou com muita diligência na segunda-feira à tarde, somente com Rodrigo de Baeça, que trouxera o recado, e com um filho seu, e os barqueiros que remavam o barco, e com o seu tambor. E navegando aquela noite, como convinha a soldado, deu-lhe Nosso Senhor tal viagem que à terça-feira, meia hora antes de amanhecer, desembarcou em Sant'Ana, da parte do Norte, uma légua donde os imigos à parte do Sul estavam.

Antes de chegar o sargento-mor, entretanto que o foram chamar e ele foi, havia sucedido que os cossaios tinham mandado pedir ao Capitão-mor da ilha de Santa Maria

cinquenta vacas e vinte porcos e trinta carneiros, ameaçando, se lhos não mandasse, que haviam de pôr fogo à Vila e às igrejas, ao que respondeu o Capitão que as cinquenta vacas não era possível mandar-lhas, pelas não haver em terra tão pobre, mas que lhe daria trinta, que eles aceitaram; e o Capitão mandou começar de ajuntar e mandar poucas e poucas, para com isto os entreter até chegar o socorro que esperava. E dizem alguns que também lhe mandaram pedir mulheres para lhe amassar pão e fazer biscoito, ao que o Capitão respondeu que não podia ser, por as mulheres haverem medo deles e não quererem ir, e suspeita-se que, se as mandaram pedir, foi por se assegurarem do arreceio que tinham de lhe vir algum socorro, entendendo que, se lhas mandassem, o não esperavam e podiam, então, estar seguros.

Chegado neste tempo o sargento-mor a Sant'Ana (como tenho dito), a primeira coisa que fez foi informar-se donde estava o Capitão-mor da ilha, Pero Soares de Sousa, e de uns pescadores soube estar daquele porto, onde desembarcara, uma légua, à vista dos imigos, com cem homens, pouco mais ou menos; e sabida esta verdade, lhe mandou logo recado que por nenhum caso deixasse passar pessoa alguma aonde estavam os contrários, e para isso pusesse todas as vigias necessárias para que não tivessem aviso do socorro que lhe ia de São Miguel, o que o Capitão-mor fez com muita diligência. E logo, com toda presteza, se carregou dos arcabuzes, ele e os barqueiros, com os mais que ali pôde ajuntar, que seriam, por todos, dez ou doze homens; todos carregados das mais munições começaram de marchar para onde estava o Capitão-mor da dita ilha.

E sabendo esta nova pela terra por onde passava, lhe começaram de acudir algumas pessoas que andavam abscondidas pelos matos, e não menos espantados que desarmados, aos quais animando o sargento, lhes dava armas com que se defendessem.

Caminhando desta maneira, chegou à vista dos imigos até à ermida de Santo Antão, que está acima da Vila pouco espaço, onde achou o Capitão-mor, de que foi recebido com muito gasalhado e devida cortesia, e logo mandou deitar bando que todos lhe obedecessem como a sua própria pessoa.

Achou-se o sargento-mor, com a gente que foi ajuntando e com a que tinha o Capitão-mor, com duzentos e cinquenta homens armados; e uns diziam que somente eram desembarcados na ilha cem arcabuzeiros franceses, outros que trezentos. E visto pelo sargento-mor quão temorizados andavam os moradores da ilha, temendo não quisessem pelejar, retirou a gente atrás em parte oculta, onde não fosse vista dos imigos, e ali a pôs em ordem, feito seu esquadrão conforme à gente e sítio do campo, com tenção (se não quisesse pelejar) de aguardar pelo socorro, e, se com prontas vontades o quisessem fazer, não esperar que outro fosse ganhar a honra naquela empresa, que ele antre as mãos tinha.

E, depois de posta a gente em ordem, lhe fez uma prática, como bom e discreto soldado veterano e homem experimentado em coisas semelhantes, dizendo-lhes claramente a vontade que tinha, ainda que estrangeiro, de morrer por seu Deus e por seu Rei, e por eles, em tão justa guerra, dando-lhes a entender quantas mais razões tinham eles de fazer o mesmo, pois lhe tinham sua própria pátria usurpada e saqueada, e viam arder suas próprias casas, com mortes de seus pais, irmãos e parentes, prometendo-lhes que iria diante quanto eles quisessem, animando-os todo o possível. Mas não abastou coisa nenhuma a persuadi-los que quisessem usar de alguma virtude das armas, porque os mais calaram, pondo os olhos no chão; e, ainda que havia antre eles alguns de valorosos ânimos, não abastavam sós resistir à força dos contrários, dizendo-lhe também o vigairo Baltazar de Paiva que não lhe parecia bem ir logo com aquela gente dar nos contrários, porque arreceava que só o deixassem.

Depois disto, lhe fez o dito sargento-mor outra prática, pedindo-lhe muito por mercê a todos se animassem e, já que não queriam ganhar de dia as honras perdidas, não quisessem que ficasse em perpétua memória dizerem os da ilha de São Miguel que, se eles não foram, viveram toda a vida desonrados, e que muito melhor lhes vinha ganharem eles por suas próprias mãos o perdido, para se desculparem com Deus, e com Sua Alteza, e com o mundo, que aguardar ajuda de outra parte, não a havendo mister, porque eram duzentos e cinquenta contra cem velhacos e hereges, porque ele não tinha para si que mais fossem; pondo-lhe diante que, se não queriam pelejar de dia, que à quarta-feira, de madrugada, uma hora antemanhã, os poria em ordem de uma encamisada, com que sem perigo nenhum os tomariam às mãos. Tão pouco quiseram os da ilha aceitar este partido, por verem estar já o mau recado feito, e, pois que tinham suas fazendas perdidas e roubadas, não quiseram aventurar as vidas pelo que não podiam, nem esperavam, já cobrar. O que visto pelo sargento-mor, ficou tal qual pudera ficar outro tão bom soldado de vinte anos de soldadesca, que tinha jubilado, e, vendo não ter outro remédio, determinou, desesperado, esperar o socorro.

Neste tempo, fugiu um negro de um Manuel Fernandes Faleiro, homem dos principais da terra, para os cossairos, de quem souberam como o sargento-mor era entrado e estava aguardando o socorro da ilha de São Miguel. E logo da Vila saíram perto de quinze ou vinte arcabuzeiros franceses para subirem aos Fachos, que é o mais alto da ilha, e daí vigiarem o socorro, que se esperava, para saírem a tomá-lo no mar. Mas o sargento-mor, entendendo o que podia ser, com muita diligência lhe saiu ao passo, com outros tantos arcabuzeiros valentes e escolhidos, e os fez tornar a recolher à Vila; e, tornando-se a Santo Antão, onde estava o Capitão-mor com trinta ou quarenta homens à vista dos inimigos, e ajuntando-se todos, viram sair da Vila obra de cento e cinquenta franceses, todos arcabuzeiros, em um esquadrão fechado, os quais contou o vigairo Baltazar de

Paiva, estando detrás da ermida de Santo Antão, a cavalo, onde se deixou ficar para este efeito de ver o número dos contrários; e iam para onde eles estavam. E como o sargento-mor tinha a mais gente de Santo Antão pouco mais de um tiro de arcabuz, deixando encarregado ao Capitão-mor que entretivesse com aquela gente os imigos, enquanto pusesse o esquadrão em ordem de investir com eles, porque entendia que forçadamente haviam de pelejar, e, logo a toda a pressa correndo, foi poor [sic] a gente da maneira que em tal tempo convinha à honra de um soldado veterano. E, piedosamente, acabava de os poor em ordem, quando o Capitão-mor, não podendo resistir aos imigos, se ia retirando para onde o sargento estava, seguindo-o os contrários às arcabuzadas, e descobrindo a gente e vendo-a em ordem de guerra, se detiveram por espaço de uma Ave-Maria, e logo começaram de caminhar por diante e escaramuçando, como soldados práticos na guerra. E despertando o sargento-mor a gente, pedindo a todos que não tirassem até que não chegassem mais perto e ele o mandasse, e tirando e arremetendo fosse tudo uma coisa, animando-os com palavras conformes ao tempo, eles, como bisonhos na arte militar, não querendo dar por o que lhes ensinava, tiravam os seus arcabuzes por espantar aos contrários.

E como o sargento-mor andava diante de todos dez ou doze passos, estando dos imigos um tiro de pedra de mão, afligindo-se muito a gente, perguntaram o que haviam de fazer e ele lhe respondeu que cada um fizesse como visse que ele fazia. E, logo, dizendo isto, diante de todos arremeteu aos imigos, seguindo-o e acompanhando-o alguns mais esforçados da ilha, que juntamente arremeteram com ele contra os contrários, os quais se retiraram atrás cinco ou seis passos, mas logo tornaram a carregar sobre o sargento-mor, com que se afastou a gente algum tanto atrás, o que vendo o sargento, pediu a todos que o quisessem seguir e, pondo diante seis ou sete homens que lhe pareciam mais esforçados, animando a todos, tornou a arremeter com os imigos, os quais se tornaram a retirar, como de princípio, e tornando outra vez sobre o dito sargento-mor, andando já com eles quase baralhado, seu filho lhe pegou de uma manga da cajaca [sic] e lhe disse que se tivesse, porque a gente o não seguia. Olhando, então, ele para trás, viu-se de todos desamparado, pelo que lhe foi necessário ser tão valente pelos pés como soía sê-lo na guerra pelas mãos, e, chegando aos seus, com palavras e rogos os fez deter e alguns deles detrás de umas paredes baixas, cobertas de silvas, donde se defenderam dos imigos por espaço de uma hora; os quais, tornando-se a retirar à Vila, de caminho puseram fogo à ermida de Santo Antão, mas não ardeu dela mais que um pedaço do retábulo e as portas, porque, como eles foram mais abaixo, lhe acudiram os da terra, que iam carregando sobre eles às arcabuzadas até junto da Vila, e quiseram passar mais adiante, mas o sargento-mor o não consentiu, temendo haver dentro nela alguma cilada. À entrada da qual ficaram perto de cinquenta dos imigos, tendo rosto aos da terra, jogando

as arcabuzadas de parte a parte até noite; os mais, assim como foram de cima, se embarcaram logo, querendo-se a este tempo já encobrir o Sol, e os outros, que ficaram ao longo de uma parede, como anoiteceu, fazendo lume e pondo umas pedras sobre outras sobre a parede, para que parecessem as suas cabeças (como na verdade o pareciam, e por tais as julgaram os da terra) e pondo também sobre elas os morrões acesos, para parecer que estavam ali presentes, se absentaram a todo correr e foram embarcar; os quais ouvindo um tiro de arcabuz que um de dois homens da terra atirou, foi o seu medo tal que, com ele e a pressa que levavam, se virou o barco com eles, onde lhe ficaram debaixo do mar algumas poucas coisas, que adiante direi, que se acharam ao outro dia pela manhã, que era quarta-feira, oito dias do mês de Agosto.

Antes disto, tinham já lançados todos os batéis ao mar, senão este, que ficou alagado pela pressa da embarcação, e uma caravela, mas as outras levaram consigo.

Saquearam estes cossairos a Vila de tal maneira no domingo, segunda e terça-feira, até a noite dela, que se embarcaram, que se não restaurará tão cedo, por ser já agora a terra mui pobre.

Nas igrejas fizeram muito dano; roubaram tudo o que acharam de ornamentos; somente uma vestimenta quotidiana, por acerto, e a prata, ficou pela indústria do tesoureiro, que primeiro a tirou. E levaram uma custódia (como já disse), que estava fechada na caixa do Santo Sacramento, e um cálice de uma capela que estava em um almário, e quebraram algumas cruzeiras e imagens de pau e a porta do sacrário, de que se dantes tirou o Santo Sacramento pelo bom acordo e diligência do vigairo.

Na mesma igreja parochia [sic] usaram de muitas descortesias e sujidades, porque nela dormiam muitos, e comiam, e faziam o que mais queria sua maldade. E o mesmo fizeram nas ermidas. E por zombar (como contavam dois ou três velhos, que estavam na Vila forçados), vestiam as sobrepelizes dos sacerdotes e meteram um furão dentro em um açafate, à maneira de cofre, com a cabeça fora por um buraco que fizeram na coberta de cima, e assim contrafaziam a procissão do Santo Sacramento. Na companhia deles dizem que vinha um inglês, que havia já vindo à ilha a comprar urzela, o qual foi o que lhe mostrou a entrada, pela ter já dantes sabida e vigiada, porque andara muito devagar vendo todos os portos da terra, quando nela estivera.

Morreram, nos encontros que houve com os inimigos, dos da terra dez homens, e feriram onze, e um dos feridos foi António Fernandes, escrivão dos órfãos, natural desta ilha de São Miguel, que foi dos que atiraram com o tiro na primeira entrada e sempre se achou na dianteira em todos os encontros, como homem esforçado.

Dos inimigos também se suspeita que morreram alguns, mas não se achou rasto de mortos, senão de um só que o mar lançou fora, atravessado pelo peito de uma arcabuzada, porque outros morreram e alguns da ilha viram matar, mas logo os iam aboiar no mar

por não serem vistos dos da terra. Feridos foram muitos, porque as mais das casas da Vila ficavam cheias de estopadas e fios, e, principalmente, a do vigairo, por ser mais chegada ao porto, e os colchões e lençóis [sic], que ficaram todos cheios de sangue.

Além de embarcarem da Vila quase tudo o que nela havia, levaram os tiros, que eram quatro, dois falcões pedreiros e dois berços, que el-Rei tinha dado havia pouco tempo. Os sinos ficaram (parece), por não terem tempo de os tirar, mas levaram uma campainha, que estava no coro, e um sino pequeno da casa da Misericórdia.

Como tenho dito, estas naus eram duas, uma muito grande, de quinhentos tonéis, a outra mais pequena, de trezentos; a lancha seria do tamanho de uma fusta de doze bancos. Podiam vir nelas até quatrocentos homens, pouco mais ou menos, ainda que eles afirmavam que vinham seiscentos, por trazerem gente de outras naus que se perderam na Flórida, que a armada de Castela metera lá no fundo, e que aquelas escaparam, por serem melhores de vela, e a maior era capitaina de toda a armada.

Isto mesmo contava um negro, que vinha em sua companhia, e também se soube depois que esta armada fora desbaratada, na Flórida, da armada de Castela, e que estas duas naus escaparam. A qual armada se suspeita que saiu de um porto de França, que se chama Abra Nova, e que era de um senhor dali perto, mas escravo do interesse e capitão do demónio; alguns dizem que se chamava Corneles, e outros Sansão.

Sendo certificado depois a el-Rei da boa diligência que o sargento-mor Simão do Quintal [sic] neste socorro tivera, lho agradeceu muito e lhe mandou dar quarenta cruzados, de que lhe fez mercê, e doze mil réis de renda, que são de ordenado de capitão do número, que ele estimou em muito, por valer mais a honra que o proveito.

Capítulo vigésimo - Do socorro com que foi Francisco de Arruda da Costa da Ilha de São Miguel à de Santa Maria, e do que então e depois se passou

Depois de partido o sargento-mor da ilha de São Miguel, ainda que o Grão-capitão Francisco do Rego de Sá requeria que lhe dessem gente e artilharia para sua nau e outros navios, oferecendo-se a pelejar com os cossaios, arreceando Rui Gonçalves da Câmara, Capitão-mor desta ilha de São Miguel, que não era caça tão pequena nau e navios, ir cometer umas naus tão poderosas e alterosas como eram as dos inimigos, com parecer de todos se ordenou que o socorro fosse desembarcar a terra, para dela lançarem os contrários, sem pelejar com eles, pois não havia navios de porte para isso.

E sendo electo por capitão-mor da gente, que havia de ir ao socorro, Francisco de Arruda da Costa, fidalgo escrito nos Livros de el-Rei, homem, por seus grandes espíritos, de esforçado ânimo e, por sua prudência e discrição e grandiosa condição, digno de grandes e honrosos cargos, se aparelhou com muita pressa e diligência de todo o necessário para um tal encontro, assim de artilharia, armas e munições como de

mantimentos, levando consigo a Sebastião da Costa, seu filho, e João de Melo, seu genro, mui nobre fidalgo; indo também a este socorro, em sua companhia, muitos homens fidalgos e honrados, muito valentes e esforçados, que para isso de sua livre vontade se ofereceram, como foram André Botelho, filho de Jorge Nunes Botelho, Henrique Moniz, cavaleiro de África, António de Benavides, Cristóvão Cordeiro, o Moço, Brás Coelho, Pero Roiz de Sousa, seu irmão, filhos de Baltazar Roiz de Sousa, de Santa Clara, João de Frias, filho do licenciado Bartolomeu de Frias, Ambrósio Nogueira, filho de Estêvão Nogueira, João Pacheco, filho de Marcos Fernandes, António Mendes, filho de João de Arruda da Costa, Amador Fernandes, irmão de Sebastião Luís, que foi cativo no Cabo de Guel com o Capitão Manuel de Câmara, onde pelejou como mui esforçado cavaleiro, António Botelho, escrivão da Câmara da mesma cidade da Ponta Delgada, Hierónimo Mendes, filho de António Mendes, Gaspar Camelo, o Moço, sobrinho de Jorge Camelo, Aires Pires Correia, filho de Gaspar Correia, que foi juiz dos órfãos na dita cidade da Ponta Delgada, e neto de Lourenço Aires, e Manuel Lobo, filho de Francisco Lobo, Luís Mendes Vitória, feitor do Católico Rei D. Filipe de Castela, João de Robles, espanhol, casado na mesma cidade, muito esforçado, valente e destro nas armas, e outra gente nobre, e vinte e sete cavouqueiros, arcabuzeiros, que estavam servindo a el-Rei na fortaleza desta ilha, e outros muitos, que podiam ser por todos duzentos homens de peleja, afora a gente do mar, os quais, sendo preparados, se partiram terça-feira à tarde, sete dias de Agosto, em um navio, em que levavam a artilharia e seis berços, um só dos quais levava trinta e nove homens.

Com este socorro (que aproveitara muito, se chegara a tempo), à meia-noite seguinte da mesma terça-feira, em que se embarcaram os cossaios com o aviso que tiveram do negro da terra, que se foi com eles, da ajuda que desta terra se esperava, chegaram à ilha de Santa Maria e, não podendo com a tormenta sair no porto de Sant'Ana, correram pela banda do Norte e foram desembarcar no de São Lourenço à quarta-feira, duas horas ante-manhã, e daí foram, com a maior pressa que podiam, marchando por terra, com carros de artilharia e suas armas, duas léguas pela serra até chegarem à Vila do Porto, a tempo que estavam recolhidos os imigos daquela noite. E entraram na Vila com as bandeiras baixas para ver se tornavam, porque estavam ainda ancorados o galeão e nau e lancha e duas caravelas, uma de José Gonçalves, mareante, morador na cidade da Ponta Delgada desta ilha de São Miguel, e outra do Algarve, que os franceses tinham todas carregadas de fato e mantimentos, os quais, vendo dali, donde estavam surtos, um navio que vinha da ilha da Madeira muito empegado, longe ao mar, da banda do Sudoeste, alevantando âncora, se fizeram à vela, levando as caravelas consigo; o qual navio eles tomaram e, descarregando e despejando nele a caravela de José Gonçalves, a largaram, a qual veio depois ter à cidade da Ponta Delgada com os homens do navio

roubado, porque os das caravelas ficaram na ilha de Santa Maria, por fugirem, vendo ir para si a lancha o domingo pela manhã, quando entraram em terra e a tomaram.

Neste tempo, na mesma quarta-feira e na quinta seguinte chegaram nove navios da ilha da Madeira, com muito dinheiro, a buscar trigo, a que o capitão Francisco de Arruda mandou avisar que se recolhessem ao porto da dita Vila, onde os teve dez dias, no fim dos quais os trouxe consigo ao porto da cidade da Ponta Delgada, vindo por todas catorze velas, sc. os nove navios e o em que fora da armada, e quatro barcos, por ter mandado dantes de aviso à mesma cidade da Ponta Delgada os outros que dela levará.

Na mesma quarta-feira, pela manhã, quando chegou o capitão Francisco de Arruda com sua gente ao porto da Vila, mandou tirar debaixo do mar uma rodela de aço do capitão dos imigos, e nove arcabuzes, e duas alabardas, e uma adaga, e achou no mesmo porto muito fato da terra e algumas rezes, que, com a pressa de se embarcarem, pelo aviso do socorro, deixaram os franceses à borda da água, onde se embarcou um barco deles com a mesma pressa, sem se achar na Vila coisa viva, nem galinha, nem galo, nem cão, nem gato, senão somente um bugio de Belchior Homem, que eles não mataram, cuidando de o levar, e com a pressa do embarcar o deixaram; achando também o dito capitão Francisco de Arruda a praça, ruas e casas juncadas de buchos de porcos e de outras alimárias, e muitas porcelanas e outras peças e bandejas da Índia, quebradas pelas ruas, porque (parece) as quebravam pelas não poderem levar e por não aproveitarem para os da terra.

E estando o domingo seguinte às duas horas andadas da noite ceando, vindo os da vigia gritando que eram chegados os franceses e uma lancha a terra, mandando com este rebate o capitão Francisco de Arruda tocar arma, se alevantaram todos das mesas e, acudindo ao porto e a outras partes onde se presumia poderem sair imigos, acharam que era um patacho que vinha de Arguim, do Cabo Branco, carregado de cação; e todos acudiram, postos em ordem pelo capitão Francisco de Arruda, com muito ânimo e desejo de pelejar, e, sendo já três horas da noite, mandou-lhe o dito capitão atirar com um falcão. Gritaram os do patacho, dizendo que eram castelhanos de paz e, então, os mandou reconhecer com batéis, que trouxeram um homem dele à terra, com que acharam ser assim como diziam, e se aquietaram todos.

Esteve o capitão Francisco de Arruda na ilha de Santa Maria (como tenho dito), por falta de tempo, dez dias com toda a gente que levou, agasalhando-a à sua custa com grande liberalidade e vontade, como sempre costuma ter para todos, de que é tido e julgado por príncipe na condição grandiosa que nele para grandes e pequenos resplandece, com que gastou de sua fazenda nesta viagem, em serviço de Deus e dos próximos e moradores da ilha de Santa Maria, quatrocentos cruzados, como tem feito e faz outros gastos grandes, assim em sua casa, como fora dela, outras muitas vezes, em

qualquer honroso feito ou necessidade que se oferece. E, passados os dez dias que estiveram na terra, se partiram, e, acabados doze, chegaram ao porto da cidade da Ponta Delgada desta ilha de São Miguel, com as ditas catorze velas, em que trazia os nove navios da ilha da Madeira, que livrou dos imigos, porque, se ele não fora, todos houveram de ser tomados e roubados, vindo mais descontentes que alegres, por lhe escapar dantre as mãos uma ocasião tão bem oferecida e mal lograda. Com cuja chegada se aquietaram os corações de suas mulheres e parentes, que, como gente virtuosa, andavam fazendo muitas devações, romarias e orações por eles.

Depois dos imigos serem idos e Francisco de Arruda da Costa, capitão da gente do socorro, tornado com ela a esta ilha de São Miguel, uma segunda-feira, ao Sol posto, perto de vinte dias depois de ser saqueada a Vila, tornou uma grande nau de cossairos à dita ilha de Santa Maria com uma lancha e, chegando ao porto, ancorou logo nele, mas, sendo perto de meia-noite, se alevantou e foi com um bordo ao mar, e, como foi manhã, andando a nau à vela, veio a lancha cometer o porto, chegando tão perto de terra como um tiro de arcabuz, fazendo muito por entrar na ilha, e a nau na sua esteira. O qual cometimento vendo o Capitão Pero Soares de Sousa, mandou a Baltazar Velho de Andrade, natural da cidade do Porto, fidalgo de cota de armas, casado na dita ilha, homem principal, com perto de sessenta homens, que defendesse a desembarcação aos imigos, que vinham ao porto direitos, os quais, como viram a gente posta em ordem para lhe resistirem, tornaram atrás, aonde a nau vinha e, depois de estarem nela espaço de uma hora, tornou a lancha com um barco a cometer a terra, e, indo correndo a costa para a banda Leste, foram deitar gente na ponta de Malbusca, duas léguas da Vila, a que acudiram alguns homens aí moradores e outros que da Vila foram ao longo da costa para lhe defenderem a desembarcação, querendo sair em terra, e, vendo que desembarcavam, acudiram depressa, fazendo-os tornar a embarcar às arcabuzadas para onde a nau andava, que logo foi seu caminho, sem mais ser vista.

Presume-se ser esta nau a maior das que tomaram a Vila e que a mais pequena era ida com o despojo que dela levaram, e esta grande tornava a tomar terra para se fornecer de algumas coisas necessárias, e principalmente de água, porque o tempo que estiveram na ilha não foi mais que para recolher o que nela acharam, e nem para isso o tiveram, porque ainda lhe ficaram muitas coisas que puderam levar, e algumas delas entrouxadas que não levaram, por o tempo lhe não dar lugar, pela pressa com que se embarcaram.

Também se suspeita que, desta segunda vez que esta nau se foi da ilha de Santa Maria, tomou o galeão S. Lourenço, em que este mesmo ano veio Rui Gonçalves de Câmara, Capitão desta ilha de São Miguel, que viera da armada em companhia de D. Pedro de Almeida, que aquele ano veio por capitão-mor às ilhas. Este D. Pero é filho de D. Lopo de Almeida e irmão do ilustríssimo D. Jorge, arcebispo benemérito que foi de Lisboa

(315), e é casado com uma filha de D. Francisco Pereira; esteve por embaixador em Castela, homem de muito nome.

Vinha por capitão do galeão S. Lourenço Cristóvão Juzarte, homem fidalgo, natural das partes da Índia e soldado de muitos anos e muito esforçado, e, por ser tal, tinha nome “Tigre” de alcunha; e indo-se D. Pedro, capitão-mor, para o Regno, em companhia de três naus da Índia que achou, ficou o Cristóvão Juzarte por capitão-mor da armada que ficava, a que outros capitães não quizeram obedecer, pela qual razão se tomou o galeão, pelejando esforçadamente o capitão e alguns criados de el-Rei, que iam nele. A mais gente dizem que deixou de pelejar por verem o capitão ferido, de que morreu daí a poucos dias em poder dos inimigos, e outros muitos mortos e feridos, de maneira que se renderam, o que não fizeram, se o capitão não fora ferido de feridas mortais e os mais criados de el-Rei, que com ele pelejaram.

Ainda que não deixou de haver algum descuido, que é certo em portugueses, e se não houvesse, entre alguns deles, desejosos de querer mandar, desprezarem-se de obedecer, cuidando cada um que é mais para ser obedecido, segundo são determinados, e têm por pundonor não tornar atrás no que uma vez empreendem [sic], a que querem de verdade poor o rosto, de maravilha, ou nunca seriam vencidos, e sempre ficariam vencedores.”

Texto Monte Alverne:⁸⁰²

“DOS SUCESSOS E CASTIGOS QUE TEM PADECIDO ESTA ILHA DE SANTA MARIA
1º - Em 5 de Agosto, dia de Nossa Senhora das Neves, de 1576, seiscentos franceses, corsários de um galeão e uma nau, desembarcaram ante manhã pelo porto velho, trazendo cada soldado na cinta um cordel, dizendo que queriam matar os homens e prender as mulheres, os quais, atemorizados, fugiram e ficaram os franceses senhores da Vila e com facilidade entraram na Vila, por não acharem nela vigia alguma; profanaram os templos, roubaram as casas, escapando só o que por indústria estava guardado, e o vigário Baltazar de Paiva, intrépido, entrou na igreja e tirou o Santíssimo Sacramento, e, parte a cavalo, dizem que por uma porta travessa que se lhe abriu, estando fechada por dentro e por fora, por meio dos inimigos saiu com o Senhor, livre, e o foi consumir em uma ermida de Santo Antão, E pedindo o capitão-maior Pedro Soares de Sousa socorro a D. Manuel da Câmara, donatário de São Miguel, mandando-lho logo, com o sargento-maior Simão do Quental e um seu filho, avisados os franceses por um negro cativo que fugiu para eles, atemorizados, a quarta-feira de manhã, 8 do dito mês, se embarcaram à pressa, como quem ia fugindo à morte, e quando nas suas costas chegou o capitão

⁸⁰² Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver ainda: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol XV, 1959, pp. 224-226.

Francisco d'Arruda da Costa, por capitão-maior da muita gente que levava consigo, já os achou embarcados com o saque, ficando dos moradores da terra dez homens mortos, onze feridos e a Vila toda roubada e destruída.”

Texto Cordeiro:⁸⁰³

“Porém antes da entrada em Portugal de Felipe II, do nome, Rey de Castella, sucedeu em 5 de Agosto de 1576 chegarem à Ilha de Santa Maria huas naos Francezas de noyte, e sem serem sentidas, e uma hora antes da manhã botarão pelo Porto em terra trezentos homens Cossairos bem armados, dormindo de confiados os que nem tal cuidavam, e os da Villa, só às vozes de huma moça, que indo muito antes da manhã a buscar agua, e vendo vir para a terra as barcas dos Francezes, voltou gritando à Villa, e aos brados de huns moços pescadores que do Ilheo vinham fugindo, só a este estrondo acordaram os da Villa, e ainda mal vestidos se retiraram ao Certão da Ilha, aonde o Donatário que já governava, e o pai que ainda vivia, estavam na sua quinta; e posto que alguns homens, que primeiro acordaram aos gritos, fizeram alguma resistência aos Francezes, e destes mataram alguns, dos da Villa morreram Amador Vaz Faleyro, Vereador atual, Manoel de Sousa irmão do Donatário; e foram feridos Francisco de Andrade, homem fidalgo, e Duarte Nunes seu irmão, e Jacome Thome Faleyro; e só o Vigário da Villa Baltazar de Payva, quasi milagrosamente passou a cavalo por entre as lanças, e espingardas, com o Santíssimo que consigo levava, e o seu Thesoureiro com a prata da Igreja, e de tudo o mais ficaram senhores os Cossairos, e saquearam a Villa.

Eis que na mesma manhã pelas sete horas, os da Villa, que se tinham ajuntado em huma Ermida de Santo Antão, dous tiros de besta da Villa, e o Capitão velho, Pedro Soares de Sousa, que passava já de sessenta anos, voltaram sobre os Francezes; e estes, que eram trezentos bem armados, rechaçaram de forte aos menos nossos, que houve varias mortes de parte a parte; e os Cossairos começaram a por fogo à Villa, e os desta logo mandaram a São Miguel pedir socorro, e se fizeram fortes na dita Ermida; e no mesmo barco vieram logo de São Miguel o Sargento mor de Ponta Delgada Simão de Quental, e seu filho Antonio de Quental, com muitas armas, pólvora, e atambor; e na segunda feira de madrugada já estavam com os da Ilha; de que tendo aviso os Cossairos, investiram por vezes os da terra, que já eram duzentos e cinquenta, e estes já armados os carregaram tanto, que na noite de segunda para a terça feira se voltaram com tal pressa, e tal desordem aos seus navios, que pelo caminho lhes ficaram as trouxas, e grande parte do que levavam, e da terra morreram só dez homens, e ficaram onze feridos.

⁸⁰³ CORDEIRO, 1981:Livro IV, pp. 118-119.

Logo em a terça feira chegaram de São Miguel, em maior socorro, muitos da principal nobreza, como o Capitão Francisco d'Arruda da Costa, fidalgo da Casa de S. Magestade, Sebastião da Costa seu filho, e João de Mello seu genro, e Andrade Botelho filho de Jorge Nunes Botelho, & Henrique Moniz Cavaleiro de Africa, e Antonio de Benevides, e Crisytovão Cordeyro o moço, e Brás Coelho, e Pedro Rodriguez de Sousa seu irmão, filhos ambos de Baltazar Rodriguez de Sousa; item João de Frias filho de Bartolomeu de Frias, Ambrósio Nogueira filho de Estevão Nogueira, Antonio Mendes filho de João d'Arruda da Costa, Amador Fernandes irmão de Sebastião Luis, Antonio Botelho Escrivão da Câmara de Ponta Delgada, Hieronimo Mendes filho de Antonio Mendes, Gaspar Camello o moço, filho de Jorge Camello, Ayres Dias Correia filho de Gaspar Correia, e neto de Lourenço Ayres, Manoel Lobo filho de Francisco Lobo, Luis Mendes Victoria Feytor delRey, João de Robles Hespanhol; e com eles nobres vieram mais duzentos homens de peleja. E não há que admirar de assim acudir São Miguel a Santa Maria, porque da primeira nobreza desta descendia a primeira de São Miguel, e também por lhe dever seu descobrimento, como veremos.

Mas posto que o tal socorro partiu de São Miguel logo em a dita terça feira, não chegou senão na quarta a Santa Maria, quando já se tinham embarcado, e partido dela os Francezes. Ao outro dia chegaram a Santa Maria nove navios da Ilha a Madeira com dinheiro a buscar trigo; e dez dias depois, com os ditos nove navios, e em cinco mais voltou o socorro para São Miguel com o seu Capitão Francisco d'Arruda da Costa, que nesta ocasião, e em serviço delRey gastou muito de sua fazenda. E ainda que saindo de Santa Maria o dito socorro, tornou logo huma grande nau a acometer a Ilha por vezes, e com lanchas o Donatário Pedro Soares de Sousa, e Belchior Velho de Andrade, fidalgo do Porto, donde tinha vindo, e se casou em Santa Maria, defenderam sempre a terra com só a gente dela, e com tal valor, que as barcas se recolheram, e não se foi.”

Outras fontes referem que esta esquadra francesa era composta por três embarcações: um galeão, uma nau e uma zabra. Dela desembarcou uma força armada de arcabuzes que, após diversos confrontos com os habitantes, incendiaram a Vila do Porto. O capitão do donatário, Pedro Soares de Sousa, para reforçar a defesa, solicitou ao cunhado, Rodrigo de Baeça, que pedisse socorro ao capitão de São Miguel, D. Manuel da Câmara, que de imediato remeteu homens e armas sob o comando do Sargento-mor Simão do Quental. Assim reforçados, depois de mais alguns dias de escaramuças, saques e

destruições, feriu-se o combate de Santo Antão, após o qual os invasores reembarcaram, abandonando a ilha⁸⁰⁴.

Antes do assalto, os corsários exigiram a Pedro Soares o pagamento de um resgate de 50 vacas, 20 porcos e 30 carneiros, para que não assaltassem e incendiassem a vila. Embora não se saiba se a exigência foi ou não atendida, o assalto teve lugar e constituiu-se em um dos mais devastadores de que há notícia na história da ilha.⁸⁰⁵ A mesma fonte estima o número de invasores em cerca de uma centena, referindo ainda que, num dos recontros perdeu a vida, com um tiro de escopeta, Manuel de Sousa, filho de João Soares de Sousa. Matias Nuno Velho e Cristóvão Vaz Velho foram nomeados pelo capitão para liderar o contra-ataque mariense, fazendo recuar o inimigo que, na retirada, foi incendiando as casas. Entretanto, das embarcações desembarcaram mais corsários, assegurando-lhes a posse da Vila, o que motivou o pedido de reforços a São Miguel. Em dois dias chegaram armas e munições, que desembarcadas em Santana, permitiram reunir 250 homens em armas que lograram retomar a Vila. Vila do Porto havia sido saqueada durante três dias e incendiada. Ao terceiro dia, chegaram duzentos homens de São Miguel, sob o comando de Francisco Arruda da Costa, mas os corsários avisados da expectativa da chegada de reforços por um escravo africano fugido, já se haviam retirado.⁸⁰⁶

1582 (28 de outubro)

Ao tempo do governo do 6.º capitão do donatário, Brás Soares de Sousa, em 1582 registou-se um ataque à ilha de Santa Maria, por forças corsárias leais a D. António, prior do Crato, oriundas da ilha Terceira com destino a França. O episódio, desconhecido da historiografia clássica sobre a ilha de Santa Maria, veio a público com a investigação e publicação de documentos depositados no *Archivo General de Simancas*, por Avelino Menezes, na década de 1980. A fonte – uma carta da Câmara Municipal de Santa Maria a D. Filipe II de Espanha (I de Portugal), com data de 7 de novembro de 1582, narra:

“Os Oficiais da camara da ilha de Santa Maria fazem saber a uosa majestade que em vynte he oyto dias do mês de Outubro deste ano presente de oitenta e dous ujerão sobre

⁸⁰⁴ FIGUEIREDO, 1954:111. MEDEIRO (1981) refere o nome do primitivo templo em Santo Antão onde a população se refugiou como “Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe”. Informa ainda que no combate pereceu o pároco da Igreja Matriz e alguns moradores. Tendo os invasores recuado, ao brado vitorioso de “*Salvámos a terra! Salvámos a terra!*” dos moradores deve-se a atual toponímia de “*Salvaterra*”. (MEDEIRO, António Virgínio. “O largo de Santo Antão e a sua história”. *O Baluarte de Santa Maria*, 2.ª Série, ano VIII, n.º 50, 1 jun. 1981, p. 2.)

⁸⁰⁵ FERREIRA, s.d.:84.

⁸⁰⁶ Op. cit., p. 111-112.

esta jlha quatorze uelas de imiguos e cheguando junto da tera espedirão um barquo com hua bandeira branca de paz do quall tomarão falla. Em hua ponta da ilha perto do porto estando o capitão-mor bras Soares de Souza Em defemsão da tera coma maior parte da gente desta jlha o qual mandou se tomaçe falla do barquo e soubeçem que gente herão E no barquo ujnha hum manoell fernandes natural desta ijilha que os da jlha terceira tomarão nesta ijilha detras da ijilha de nojte com allguns francezes adonde lleuarão dous escravos com o dito manuel fernandes de que loguo avjzamos disso ao gouernador de uosa majestade a jlha de São Miguel e os que uinhão no barquo. E assim o dito manoell fernandes mandarão recado pello omem que lhe foj falar que as catorze uellas que ujão que herão de don antonjo prior do Crato nomeando ho Com nome de Rej e que vjnhão da jlha Terçeja he que ijão para a França. E que nesta jlha querião fazer agouada porque Com o tempo a não poderão fazer na jlha Terçeja donde sajrão. E que trazião algumas pessoas que la tinhão desta jlha E da jlha de São miguell para que as dejtassem nesta jlha e loguo o dito Capitão com moyta presteza lhe mandou dizer que esta jlha estaua por uosa majestade e por seu seruiço aujamos de morer todos na defenção della E em todo o que mais compriçe ao seruiço de uosa magestade lhe não hajão de comçentir tomar água nem desembarcar pessoa nenhua Em tera E que lloguo se recolhessem com seu barquo senão que lhe mandarja tirar porque pera isso tinha tinha a gemte junta pera defemder a terra he lloguo os do barquo diçerão que uinhão // nas ditas catorze naos he em outras que atras ujnhão que por todas herão trjnta e çeis uellas doze mill homens he que pois ho Capitão não querja dejaxar fazer agouada que havjão de emtrar na terá he que lhe avjão de por o foguo he auja de arder de hum cabo a outro he se Recolheo o barquo has naos com a resposta do Capitão he andaram de rador desta desta jlha quatro dias cometendo a jlha toda a roda he o dito Capitão com toda a gente sempre andando Em defenção da tera de dia E de noite até que o uento que ueio forte os aredou da tera E ate o presente não forão uistos mais e estamos esperando que tanto que o tempo der llugar nos uenhão cometer mas estamos todos em hum corpo de morermos pello seruiço como somos obriguados.

E outrosy fazemos a saber a uosa majestade que esta jlha he muito pobre E os dizimos della come os o comendador don geronjmo Coutinho he como os dizimos são do Comendador não allembra nunca de a prouerem com nada e esta como esquecida E desta camara tem por muitas uezes ajuizado E pedido allguas couzas nunque e llembrada para le prouer de que tem necessidade E nesta jlha a muitos omens que tem muita arte pera atirarem com arcabuzes E não tem posebilidade para os poderem comprar por serem pobrese são curjosos de acudarem e defenderem a tera mas não tem armas nem pose para as comprar he os que tem fazendas que os tem são poucos pedimos a uosa magestade fasa merçe a esta jlha de dozetos arcabuzes hou ao menos hum cento delles he

cinquenta piquas para os omens que nam tem pose para os comprarem por que a uontade he anjmo para seruir a uosa majestade não a fallta nenhua e ja os pedimos por muitas vezes E nunca fomos llembrados nosso Señor a muj alta e poderosa pessoa de uosa Catolliqua he Real majestade por mujtos he llargos anos acreçente desta jlha de Sancta marja a çete dias do mes de nouembro e oitenta e dous annos.

bejamos as mãos de uosa Catolliqua e Reall majestade

Teodosio fuen

nuno curuelo

*fernão monteiro*⁸⁰⁷

O documento reveste-se de interesse uma vez que, além de referir os quatro dias de esforços da armada de 14 navios para atacar a ilha para fazer aguada, e a movimentação dos defensores para repelí-los, refere a situação de pobreza da ilha e o pouco caso em acudí-la e às suas gentes por parte do comendador (da Comenda de N.^a Sr.^a da Assunção).

1589 (2 de novembro)

Ainda ao tempo do governo do 6.º capitão do donatário, Brás Soares de Sousa, em 1589 registou-se a chamada *Viagem aos Açores de 1589* (em inglês: “*Azores Voyage of 1589*”), também referida como *Terceira Viagem de Cumberland*. No contexto da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), encontrando-se Portugal e os seus domínios sob o governo da Dinastia Filipina (1580-1640), um ano após o episódio da Armada Invencível (1588), esta expedição de corsários ingleses teve lugar de agosto a setembro de 1589. A armada era composta por 13 navios, sob o comando de George Clifford, 3.º conde de Cumberland. Os corsários atacaram diversas ilhas no arquipélago, entre elas as de maior importância económica – São Miguel, Terceira e Faial.

Em fins de outubro, encontravam-se ao largo de Santa Maria, onde avistaram uma pequena carraca portuguesa oriunda do Brasil carregada com açúcar, capturada após um renhido combate com um saldo de dois mortos e dezasseis feridos no lado inglês. Cumberland enviou o *Margaret* com a embarcação apresada para a Inglaterra, transportando os feridos a bordo. Em seguida, ordenou um ataque contra a capital da ilha, planeado e intentado sob o comando do capitão Lister.

A 2 de novembro, após intensa troca de fogo de artilharia, desembarcaram no porto da Vila. Empreenderam a subida pelo caminho antigo, sob a rocha da Conceição,

⁸⁰⁷ Carta da Câmara de Santa Maria ao rei, relatando a tentativa de acometimento da ilha pela armada de D. António e o estado de grande miséria (Santa Maria, 7 de novembro de 1582). Archivo General de Simancas, Seccion: Guerra Antigua, Legajo 123, doc. 227. In MENESES, Avelino de Freitas de (1987). *Os Açores e o Domínio Filipino, vol. II, Apêndice Documental*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 99-100.

sendo acometidos pelo fogo – arcabuzes, berços e falcões – e pelas pedras atiradas pelos defensores sob o comando de Brás Soares de Sousa [Brás Soares de Albergaria] e seu ajudante, André de Sousa, apoiados pelo padre Manuel Curvelo Resende (instituidor do Recolhimento de Santa Maria Madalena, em Vila do Porto) que, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição nas mãos, exortava a população à defesa.

As perdas dos atacantes foram de tal ordem que a retirada se deu em completa desordem, com muitos feridos e afogados, deixando para trás barcas, mosquetes e alabardas, além de uma trombeta, que serviu para alardear a vitória dos defensores ⁸⁰⁸. O próprio Cumberland sofreu ferimentos em um lado do corpo, na cabeça e nas pernas, e o capitão Lister foi baleado num ombro ⁸⁰⁹.

Cumberland não se deixou abater por este contratempo: aguardou ao largo de Santa Maria até que, em poucos dias, avistou um navio que se aproximava, que foi perseguido e rapidamente capturado. Era uma nau portuguesa de 110 toneladas trazendo do Brasil 410 caixas de açúcar e uma grande quantidade de pau-brasil. De posse de informações obtidas na nau capturada, os ingleses saíram em perseguição de outra embarcação que a acompanhava, o galeão espanhol *Nuestra Señora de Guia*. Dois dias depois, o *Victory* avistou-a, engajando-a em batalha e abordando-a com o apoio do *Meg*. Após uma curta, mas feroz luta, o galeão capitulou. O seu capitão era um italiano que tinha investido 25 mil ducados na expedição. O saque da carga incluiu caixas de açúcar, couros, cochonilha, porcelana da China e prata.

Com mais essa presa, a armada fez vela para a costa da Espanha ⁸¹⁰, buscando retornar à Inglaterra antes do Natal ⁸¹¹.

O episódio do assalto a Vila do Porto é descrito detalhadamente por Gaspar Frutuoso, por Monte Alverne e por António Cordeiro.

Texto Frutuoso:⁸¹²

⁸⁰⁸ FIGUEIREDO, 1954:111-112; FERREIRA, s.d.:112.

⁸⁰⁹ GODWIN, G.N. (1877). *The 'Victory' of three hundred years ago, with the Earl of Cumberland's voyage to the Azores in 1589*. Portsmouth, pp. 34-35.

⁸¹⁰ REDDING, Cyrus (1833). *A history of shipwrecks, and disasters at sea*. Oxford, Oxford University Press, vol. 3, pp. 10–15.

⁸¹¹ WILLIAMSON, George Charles (1920). *George, Third Earl of Cumberland, 1558-1605, His Life and His Voyages: A Study from Original Documents*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 49-51.

⁸¹² Gaspar Frutuoso (1998) - *Saudades da Terra*. Livro III, Cap. 21.

“Capítulo vigésimo primeiro - Do bom esforço que mostraram o capitão Brás Soares de Sousa e os moradores da ilha de Santa Maria contra duas naus de cossairos que cometeram a terra

Da ilha de Santa Maria apareceram no mar quinta-feira, dois de Novembro de mil e quinhentos e oitenta e nove anos, duas naus, sem chegarem em todo dia a ela, e a sexta-feira seguinte eram já passadas ao Sul do porto, e na volta do mar se iam, dando mostras de não fazerem conta da terra, tanto que só se divisava aquela grande nau em que ia o Conde de Nortimborlão, que assim dizem tem o título.

O Capitão da ilha, Brás Soares de Sousa, como é experimentado e acordado na guerra, temendo-se de algum engano, deu ordem que a gente fosse a repousar, e, tendo vigia no mar, deram vista de três barcas, duas grandes e uma pequena, a tempo que se pôde bem pôr em ordem o que convinha; chegaram somente uma grande barca e uma lancha a terra, e houveram vista de dois navios que no porto estavam, chegados do Brasil, carregados de açúcar, pau e outras coisas, um dos quais estava fora do sítio donde podia ser defendido, porque o Capitão mandou aos mestres que se recolhessem para dentro, e, por este vir todo seguro, não quis arriscar a se perder na terra, antes, desamparando, se acolheu a gente, deixando-o ao imigo.

Quiseram os ingleses, com suas mostras de arcabuzaria, mosquetaria, piques e alabardas, fazer entrada em terra, e, a voltas disso, entraram dentro no navio, aonde o Capitão mandou a sua gente lhe atirassem, assim com arcabuzes como com os berços e falcões, bem cheios de pedras, que dentro nele e nas barcas faziam efeito.

E, porque eles estavam senhores do navio que mais perto da terra estava, desceu o Capitão Brás Soares de Sousa do alto donde está a artilharia abaixo ao porto e, fazendo lançar dois barcos ao mar, com o ímpeto da gente desampararam os ingleses a presa, deixando dentro nela alguns arcabuzes, alabardas, piques, e remos e quantidade de pólvora, que prestou para o outro dia se lhe dar combate, e se foram acolhendo com grande pressa.

Parece que o número de gente que viria nestas duas barcas (porque a outra, por pesada, não chegou a tempo) deviam ser como cento e cinquenta homens, gente lustrosa e tão animosa e valente, como bem deram mostras do atrevimento que tiveram.

Ao voltar na embarcação pequena, se não deu vista de mais de seis ou sete homens botando todos os quartos, que para água traziam, ao mar; se tornaram às naus, durando este combate, sempre travado, uma hora e meia, sem se fazer mais dano em terra que um só homem, que ficou morto.

Ao segundo dia, pela manhã, vieram duas naus mais pequenas a ancorar no porto, muito perto das trincheiras, donde atiraram quase sessenta peças de artilharia, que por a Vila deram em algumas casas, mas sem dano notável.

Destas naus partiu um pequeno barco a terra, parecendo que vinha com prumo a sondar a altura do porto, a que, com alguns arcabuzes que de uma ponta atiraram, parece mataram dois homens, e os viram cair; e logo se tornaram para as naus, donde, passado pouco espaço, se começou a gente a embarcar em duas grandes barcas e duas lanchas mais pequenas, todos com muita ordem, indo pelo meio piqueiros e alabardeiros, e por fora os mosqueteiros e arcabuzeiros. Deram, então, de uma das naus uma bandeira de campo à grande barca, e, depois, tornada a subir, lhe deram outra, que parecia ter armas, ou as do conde ou reais, a qual foi posta na proa. Começando a marchar para a terra, ao som de seis trombetas e das caixas que por cima das cabeças dos homens se tangiam, não havendo lugar para elas caberem, chegados a um passo, começaram dar suas surriadas com tanto ímpeto e terror, que fazia espanto; e por o lugar e sítio ser de altas rochas, o eco dava mais matéria de estrondo.

Estava neste sítio e estância uma companhia de gente, que afirma o capitão dela, André de Sousa, teria como cinquenta arcabuzeiros e outros tantos piqueiros, a quem mandou o Capitão-mor, seu sobrinho, que não atirassem, nem se atirou até eles não chegarem a terra.

E saltando o primeiro homem, houve dois sinais; um foi que o padre Manuel Curvelo, pessoa nobre, de boa vida e costumes, tirada a imagem de Nossa Senhora da Conceição, se pôs no alto da rocha e sítio, animando com palavras os soldados e tanto lhe causou ânimo e ao imigo medo, que, logo em dando o Capitão o outro sinal e começando a dar cárregas de arcabuzaria, pouco prestaram mais os imigos.

E um soldado, a quem se acabou a pólvora, se chegou ao seu capitão, André de Sousa (que o fez valorosamente em aquele conflito), pedindo-lha; respondeu que a não havia e, amostrando-lhe as pedras com que devia de atirar, começou este, acompanhado de alguns, a fazer tiros com elas e tão importantes, que os mesmos, que com arcabuzes tiravam, deixandoos das mãos, arremeteram às pedradas, que não pouco fruto fizeram.

Logo se começaram a retirar as lanchas mais pequenas, e com ímpeto tirado de fraqueza se foram acolhendo sem esperar pelas outras; então, saltou um em terra e, pondo os ombros à barca grande, que encalhada estava, a botou, ainda que de terra o derribaram com uma pedra, e, recolhendo-o dentro, se foram para fora com menos alarido do que para a terra trouxeram. A este tempo que eles se foram para fora, foi esta grande barca descaindo tanto para a costa, que, se a não socorreram outras, se perderam por falta de gente que a governasse e remasse; e se afirma abaterem a bandeira e como arrasto a levavam, e se travou com a volta que às naus chegou briga em uma nau, que de terra bem se julgou, a qual veio a tanto, que um dos que na nau estava, arremetendo com fúria, se lançou ao mar, e com muita tristeza se foram na volta das outras naus.

Ficaram em terra muitos de seus arcabuzes e mosquetes, piques, alabardas, espadas e uma trombeta; e depois foram saindo do mar, pouco a pouco, muitas armas, que são de muita estima. E pela tristeza que levaram e afirmarem pessoas que este Conde ia pessoalmente a todas as empresas, se conjectura que acabaria ali, o que parece ser assim, porque a gente que vinha nas barçaças toda era muito lustrosa.

Outras vezes foi cometida a terra com naus armadas e lanchas de contrários, a que o valoroso Capitão Brás Soares com muito saber respondeu, e com grande esforço seu e dos moradores dela acudiu, apostados todos a morrer por sua defesa, o que vendo os inimigos, se tornaram a recolher, sem ousarem desembarcar.”

Texto Monte Alverne:⁸¹³

*“2º - Em 2 de Novembro de 1589, combatendo os ingleses, com barcas de dois navios em que vinha o Conde Borlam, tal resistência lhe fez o capitão- -maior, Brás Soares de Sousa, com gente da terra, que, com perda de muitos soldados e armas que largaram, os fez retirar, e sobretudo o amparo de Nossa Senhora da Conceição que, como exército formado, posto em campo, defendeu a ilha com seus moradores, como fica dito no número dois do capítulo sexto deste Livro Primeiro.”*⁸¹⁴

Texto Cordeiro:⁸¹⁵

“Depois [do ataque de 5 de agosto de 1576] em dois de novembro de 1589, apareceram ao largo duas grande naus, e de noite cometeram a entrada da terra com barçaças; mas advertido tudo pelo Donatário Brás Soares de Sousa, fez lançar ao mar dois tão grandes barcos , e tão bem armados, que as barçaças fugiram, e deixaram um navio do Brasil, e carregado, que tinham entrado, e tomado as duas naus, e se saíram tão depressa, que nada mais levaram, mas deixaram muitas armas, e de cem homens que eram os das barçaças, voltaram só seis, ou sete.

Idas estas naus, ao segundo dia ancoraram em o porto duas mais pequenas naus atirando continua artilharia, e mandando logo duas grandes barçaças, e duas lanchas menores, e todas cheias de muita gente de guerra, e bem preparada, com muitos atambores, trombetas, e bandeiras; e a maior das barçaças com as armas de um

⁸¹³ Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crônicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver ainda: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 224-226.

⁸¹⁴ Refere o cronista à colocação pelos defensores da imagem de Nossa Senhora em uma trincheira, da qual se terá elevado pelo ar, vestida de branco e impedindo os assaltantes de chegarem a terra (Op. cit., cap. VI). Em nota, Rodrigo Rodrigues observa: “*Por aqui se prova que este é o Livro Primeiro destas Crônicas*”.

⁸¹⁵ CORDEIRO, 1981: Livro IV, pp. 1119-120.

Príncipe, ou Conde⁸¹⁶ que ali vinha: mas governando a gente da Ilha o seu Capitão Donatário Brás Soares, tais cargas de mosquetaria deu ao inimigo, e por outra parte tais pedras derrubaram sobre os das barcas, que até ao dito seu Príncipe lhe mataram; e a barça da principal bandeira se voltou com ela a rasto para a nau, e as outras a seguiram fugindo todas, e em entrando na nau, assim se tornaram uns contra os outros, que um de furioso se lançou ao mar, matando-se a si mesmo; e as naus levantando ancoras, e largando velas, se foram, deixando a Ilha livre, e vitoriosa. Tanto vai em ter presente uma praça o seu próprio, e empenhado Capitão, e não viver ausente dela. E por isso outras vezes sendo a mesma ilha cometida de várias naus, e lanchas, sempre foi bem defendida, e ficou vitoriosa, por nella assistir sempre o seu próprio, e valoroso Capitão.”

1599 (2 de julho)

A primeira notícia de que dispomos desta incursão é de autoria de VELHO ARRUDA que nos informa apenas: *“Trata-se de uma entrada de ingleses na ilha pelos anos de 1599, os quais destruíram o relógio da Câmara e, na ermida de N.ª S.ª da Conceição, o seu retábulo, exigindo ainda um resgate, do qual não há notícias circunstanciadas.”*⁸¹⁷

Em 1612 ainda se discutia acerca do novo relógio que era pequeno e não dava horas certas, motivo da insatisfação dos moradores de Vila do Porto⁸¹⁸.

MONTEIRO (1961), a seu turno, informa que o desembarque dos corsários em 1599 foi no lugar da Praia, um extenso areal no sul da ilha⁸¹⁹.

Em nossos dias, além de sucintas referências nos assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto⁸²⁰ depositados na BPARPD, temos conhecimento, com base numa gravura com texto, impressa em papel, depositada no *Rijksmuseum*, em Amesterdão, da versão neerlandesa desse ataque⁸²¹.

Após o bloqueio e embargo decretado em fevereiro de 1599 por Felipe III de Espanha (1598-1621), que impedia às embarcações neerlandesas comerciar com os portos de Espanha⁸²², em maio do mesmo ano os Estados Gerais das Províncias Unidas confiaram ao almirante Pieter van der Does⁸²³, o comando de uma poderosa armada de sete dezenas

⁸¹⁶ n.e.: FRUTUOSO, em sua narrativa refere o título “*Conde de Nortimborlão*”.

⁸¹⁷ VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro (1998). Anotações ao Livro III das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Frutuoso, p. 101. Ver ainda: *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 409.

⁸¹⁸ *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 361.

⁸¹⁹ MONTEIRO, 1961:197.

⁸²⁰ José António Baptista Velho Arruda – Ref.: PT/BPARPD/PSS/JABVA, Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto (1599-1723).

⁸²¹ Ver Anexo IV.

⁸²² E Portugal, então sob o período da União Ibérica (1580-1640).

⁸²³ Pieter van der Does (Leida, 1562 - São Tomé, 1599) foi um almirante neerlandês. Atuou no contexto da

de navios de guerra e de apoio, transportando um efetivo que ascendia a 6 mil homens. A armada organizava-se em 3 esquadras: a de insígnia laranja, sob o comando do próprio van der Does, a bordo da capitânia *Orange*, a branca, sob o do vice-almirante Jan Gerbrantsz, e a azul, sob o do vice-almirante Cornelis Geleyntsz. A sua missão primária era a de estabelecer um bloqueio naval às costas da Espanha, cortando-lhe as comunicações com os seus territórios ultramarinos; adicionalmente, deveriam apresar todas as embarcações ibéricas com que se deparassem⁸²⁴.

De acordo com HEEDE (1599), a 28 de maio a armada zarpu do porto de Flessingue (“*Vlissingen*”), na Zelândia, e navegou, para a costa espanhola. A 11 de junho, lançou ferros no porto de A Coruña, onde, pouco antes, tropas espanholas haviam reforçado a defesa. Diante do vigoroso fogo da artilharia das defesas da cidade, os neerlandeses deliberaram prosseguir para o Sul, acompanhando a costa. Tendo passado ao largo do Porto (14 de junho) e do Cabo da Roca (15 de junho), a 18 de junho van der Does reuniu os capitães e pilotos da armada, indagando qual deles tinha conhecimento e experiência das Ilhas Canárias - última escala espanhola para as Américas⁸²⁵.

A mesma fonte prossegue, dando conta de que a armada chegou à vista da ilha da Grã Canária⁸²⁶, para onde rumou (25 de junho), chegando ao porto da “*Muy Noble y Muy Leal Ciudad Real de Las Palmas*”, tendo início a troca de tiros de artilharia (26 de junho).

Guerra dos 80 anos (1568-1648) que culminou na independência dos Países Baixos da Espanha, e no qual a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos (1581-1795) se tornou uma potência mundial por um curto período, apoiada num vasto poder naval, e beneficiária de um crescimento económico, científico e cultural sem precedentes. Ver notas biográficas em: Pieter van der Does. In *Digitale Bibliotheek voor de Nederlandse Letteren* (DBNL). Disponível em: <https://www.dbnl.org/auteurs/auteur.php?id=does058> Ver ainda: *Biografisch – portal van Nederland*. Disponível em: <http://www.biografischportaal.nl/persoon/50935533>

⁸²⁴ As instruções passadas ao Almirante determinavam: devia acometer todas as ilhas, territórios e populações dependentes do rei de Espanha e agir contra todos os seus bens e navios com quantas ações julgasse serem proveitosas para maior benefício da nação flamenga; acometer os espanhóis em suas próprias águas, cortar as comunicações entre a Espanha e seus territórios ultramarinos e apreender as embarcações que cruzassem o seu caminho; devia ainda de ocupar e fortificar os lugares adequados para ancorar e proteger navios, buscando levantar as suas populações contra a Espanha. Para atender este último objetivo, os navios iam lastreados com materiais de construção e a tripulação contava com mestres de obras.

⁸²⁵ Op. cit.. Para conhecer as versões espanholas do sucedido, ver: Relaciones circunstanciadas de las operaciones navales de desembarco efectuadas en las islas de Gran Canaria y La Gomera por parte de la escuadra holandesa mandada por el almirante Pieter Van Der Does (1599). Sevilla, Roberto de Cabrera. In *memoria digital de Canarias (mdC)*, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Disponível em: <https://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/aea/id/1741>

⁸²⁶ A ilha de Gran Canaria constituía-se numa importante encruzilhada no tráfego marítimo Atlântico entre a Europa e a América. A sua posição estratégica foi cobiçada por ingleses, neerlandeses e piratas da Barbária, que tentaram diversas vezes conquistá-la. A ilha contava com mais da metade da população do arquipélago e a sua capital era uma próspera praça comercial, de onde seguiam açúcar, vinhos e produtos coloniais para os mercados europeus, em troca de têxteis e bens manufaturados. Essa dinâmica atraía navios de todas as bandeiras em busca de negócios ou, simplesmente, de refrescos. Em todo o arquipélago apenas o porto de La Luz, aberto ao mar, podia atender atividades portuárias e comerciais a essa escala.

A cidade caiu a 28, tendo os habitantes retirado para a vila de Santa Brigida. De posse da cidade, os neerlandeses deram início ao saque, exigindo um vultoso resgate⁸²⁷. Enquanto isso, os defensores reagruparam e, valendo-se do seu conhecimento do terreno, retornaram ao combate, vindo a derrotar os agressores na batalha de El Batán (3 de julho). Sem receber o resgate exigido, os neerlandeses incendiaram a cidade em represália e reembarcaram (8 de julho). Esse assalto é considerado o maior e mais importante ataque corsário a Las Palmas, que demorou cerca de um século para retomar o seu crescimento económico e demográfico aos níveis anteriores a 1599. Ao mesmo tempo, constituiu-se num marco de viragem para a reformulação da defesa da cidade e do arquipélago⁸²⁸.



Figura 61 - ATAQUE HOLANDÊS A LA ÍNSULA DE GRAN CANARIA. Gravura, s.a., s.d.

[1599]. In HEEDE. Michiel Joostns van. *Discours ende beschrijvinge van het croot eylandt Canaria ende comerá midtsgaders het innemen ende veri-aten van dien (...)*. Roterdão. O baluarte redondo ao centro é o Castillo de Mata, último a cair, e onde os neerlandeses perderam 330 homens⁸²⁹. À direita, ergue-se o Castillo de la Luz.

⁸²⁷ Os termos da carta que exigia resgate por Las Palmas eram ambiciosos, indicando a intenção do neerlandeses em apoderar-se de todo o arquipélago, ou pelo menos, de uma de suas ilhas, ao exigir: “(...) *los vecinos e moradores de la isla e ciudad de Canaria exhibirán luego por rescate de sus personas, bienes e haciendas, el valor de 400.000 ducados de once reales cada uno. Ansí mismo, quedarán obligados de pagar en cada un año 10.000 ducados, en mientras los dichos señores Estados poseyeren las otras seis islas de Canaria o cualquier dellas (...)*”. (grifo nosso)

⁸²⁸ Acerca das transformações económicas da ilha e dos danos às suas defesas na ocasião, ver PÉREZ (2001-2002).

⁸²⁹ Castillo de Mota. In Fortalezas.org. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1133



Figura 62 - GRABADO REALISTA QUE REFLEJA COMO LOS HOLANDESES CONQUISTARON LA ISLA, gravura, Théodore de Bry, *Collectiones peregrinatorum in Indian Occidentalem*, Frankfurt, 1599, Libro VIII, Parte Cuarta. Ao centro, o Castillo de Mata; à direita, o Castillo de la Luz.

A 13 de julho a armada ancorou no porto de San Sebastián, capital da ilha La Gomera, onde não encontraram resistência, visto os habitantes terem retido para a montanha, com os seus familiares e bens. A cidade foi incendiada (19 de julho) tendo os neerlandeses levantado ferros em dois grupos: 35 navios retornaram aos Países Baixos, sob o comando de Jan Geerbrantsz, ao passo que 36, sob o comando de van der Does, prosseguiram para SSO⁸³⁰.

Em outubro aportaram à baía de Ana Chaves, à vista da cidade de São Tomé, capital da ilha de mesmo nome, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné. A cidade era defendida pela milícia formada pelos habitantes e por escravos, e pelo forte de São Sebastião, de modestas dimensões, artilhado com apenas 6 peças de pequeno calibre, 2 morteiros, uma pequena reserva de pólvora e sem artilheiros para operá-la.

Ao alvorecer do dia 18, os navios neerlandeses abriram fogo sobre a cidade, tendo a população retirado a meio da manhã para o interior da ilha, refugiando-se nos matos⁸³¹. Um pequeno efetivo de cerca de 20 homens – incluindo o governador, Fernando de Meneses –, conservou-se no forte, resistindo por mais cerca de 3 horas, até capitular. O saque da cidade rendeu 1.900 caixas de açúcar, 1.400 presas de elefante, abundante

⁸³⁰ HEEDE (1599).

⁸³¹ Como referimos anteriormente, essa prática também era adotada nos Açores. Um acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto refere que o Capitão-mor, Pedro Soares de Sousa (neto), e os Oficiais da Câmara haviam delimitado os matos necessários para refúgio e segurança de mulheres, crianças e gado em caso de rebate de inimigos (Assentos da Câmara Municipal de Vila do Porto, 9 de junho de 1618. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 343-345.).

algodão, 100 peças de artilharia e outras mercadorias. Entretanto, vítimas de malária, os Neerlandeses perderam 1.800 homens, entre os quais o próprio van der Does.

De volta aos Países Baixos, já à vista de Flessingue, uma das embarcações, com a tripulação vítima de malária, foi apresada por uma galera espanhola após um breve combate.

Anteriormente a que os acontecimentos acima descritos se sucedessem nas Canárias, a 10 de junho, um dos elementos dessa armada, o navio sob o comando do capitão Gherit Jansen Cater, de Amesterdão, desgarrara-se. Perdido em alto-mar, a 1 de julho surgiu ao largo da ilha açoriana de Santa Maria, onde avistou 4 navios ingleses: o maior, com 60 ton, e os demais com 14 ton cada. Em conjunto, os 4 dispunham de 9 peças de pequeno calibre, contando com um efetivo de 100 homens.

Os ingleses informaram Cater da presença, ancorada no porto da Vila, de uma fragata de tesouro espanhola, e exprimiram confiança de que, com o apoio dele, poderiam conquistar o tesouro. Diante da anuência de Cater, o capitão do maior navio inglês exprimiu a opinião de que seria impossível apresar o navio espanhol sem a prévia conquista da própria ilha/vila. Desse modo, acordou-se em conjunto o bombardeio da ilha/vila, e que o grupo assim reunido, ascendendo agora a 180 homens, efetuaría o assalto. Estabelecido o rumo para Santa Maria, atingiu-se a ilha/vila no mesmo dia (1 jul.) e deu-se início aos preparativos para o assalto no dia seguinte (2 jul.)

A 2 de julho os assaltantes começaram a bater Vila do Porto com 4 peças. Uma coluna de assalto dirigiu-se para o leste da vila, em direção a uma planície (a Praia Formosa). Antecipando que grande parte da população desceria à planície para fazer frente ao desembarque, os assaltantes colocaram em prática uma manobra diversionista: enviaram 2 embarcações inglesas em direção ao oeste da vila, tripulados por apenas 8 a 10 homens, onde poderiam fazer fogo sobre terra - possivelmente simulando uma tentativa de desembarque na Ribeira Seca. Postadas na ponta do Malmerendo, ali os esperavam forças espanholas, com armas⁸³² e uma peça de artilharia montada num reparo naval, que abriu fogo sobre as embarcações. A diversão surtiu efeito, uma vez que, engajados em combate, estes homens não tiveram condições de tentar obstar o assalto das forças anglo-neerlandesas a leste da vila.

A ilha/vila foi assim conquistada sem muito esforço, sem que tivesse oferecido resistência de maior. Cater e os capitães ingleses impuseram lei marcial na ilha/vila e

⁸³² Descrições do ataque a Las Palmas de Gran Canaria dão conta de que os neerlandeses estavam armados com mosquetes, superiores aos arcabuzes utilizados pelos espanhóis.

exigiram uma quantia fixa em ducados⁸³³, aos líderes da ilha, a ser paga até 4 de julho, após o que abandonaram a ilha/vila.

A título de curiosidade, após terem efetuado os refrescos de que necessitavam antes de partir, os assaltantes indagaram aos líderes da ilha o porquê terem se deixado derrotar tão facilmente, e receberam como resposta: “*Deus queria punir-nos pelos nossos pecados, por isso não resistimos*”.

A notícia deste sucesso – *Sobre a Captura e Conquista da Ilha de Santa Maria* - foi publicada, à época nos Países Baixos, impressa e ilustrada com uma gravura do ataque⁸³⁴. Essa ilustração é de grande interesse, uma vez que mostra, grosso modo, o contorno da ilha e, mais fielmente, o centro histórico de Vila do Porto, permitindo constatar que o seu traçado urbano não sofreu alterações sensíveis ao longo dos séculos: protegida por duas ribeiras, a leste e a oeste, disposta em torno de uma rua principal (a “*Rua Direita*”) ladeada por duas ruas secundárias, a ela paralelas. Na confluência dessas vias, a Norte, dispõe-se o volume da Igreja Matriz, diante da qual, na ocasião, dispunha-se uma bastida - baluarte ou bateria de campanha, geralmente de faxina -, onde os defensores faziam fogo. Ainda para Norte, corre uma outra via, até ao arrabalde, sensivelmente onde, posteriormente, seria erguido o Convento de São Francisco, no atual Largo de N.ª S.ª da Conceição. A Norte desse espaço, novas estâncias / bastidas defendiam o acesso à vila por aquele setor, as vias de acesso a São Pedro (Oeste) e a Valverde (Leste).

Ancorada no chamado “*Calhau do Peixe*”, atual porto da Vila, uma embarcação de pequenas dimensões protege-se ao abrigo do Alto da Rocha, sobre o qual também se encontra disposta uma estância a jogar com duas peças de artilharia.

Fora da Vila, a Leste, encontramos a representação do “*facho*”, um alto mastro onde se dispõem bandeiras de sinais (de dia; de noite fogos), e o movimento de assalto por duas embarcações, à Praia Formosa, onde não se discerne ainda obra de fortificação alguma, apenas um volume no local onde hoje se situa a Ermida de N.ª S.ª dos Remédios (ou de Santo Amaro). A Oeste do “*Calhau do Peixe*”, na altura da Ponta do Malmerendo (observe-se a representação do Ilhéu da Vila), os dois navios ingleses trocam fogo com uma estância onde se dispõem atiradores e uma peça de artilharia.

A par das representações cartográficas coevas que conhecemos historiograficamente, a saber, a representação da ilha de Santa Maria no *Atlas Factício de*

⁸³³ O ducado de ouro espanhol tem peso de 3,6 g (pureza de 23 3/4 quilates), tendo sido moeda de referência e circulado nos séculos XVI e XVII. Após a queda de Las Palmas de Gran Canaria os neerlandeses pediram um vultoso resgate, também em ducados.

⁸³⁴ Ver Anexo IV.

Diogo Barbosa Machado (c. 1570), e das representações da ilha de Santa Maria por Luís Teixeira (1584 e 1587), esta fonte, embora com imprecisões em suas grandes linhas – nomeadamente a costa Norte da ilha –, afigura-se coerente com as fontes escritas de que dispomos, acerca da evolução urbana e não apenas do dispositivo militar da ilha, mas das ilhas atlânticas em geral, à época.

Embora a investida de van der Does à Grã Canaria seja considerada o maior e mais importante ataque corsário a Las Palmas, cidade que demorou cerca de um século para retomar o seu crescimento económico e demográfico aos níveis anteriores a 1599, e ao mesmo tempo, tenha se constituído num marco de viragem para a reformulação da defesa da cidade e do arquipélago⁸³⁵, de forma geral foi considerada um fracasso, diante do lucro irrisório e das elevadas perdas humanas. O butim obtido na expedição, avaliado em cerca de 30 mil libras, não compensou o investimento e, do mesmo, uma terça parte pertencia a empresas das Províncias Unidas. Outra parte expressiva pertencia a investidores Venezianos, que necessitaram ser indenizados.

PÉREZ (2001-2002) confirma o enquadramento geoestratégico desse ataque:

“El ataque a la ciudad [Las Palmas] se enmarca dentro de una estrategia de acoso de las rutas de abastecimiento, especialmente de la Carrera de Indias, de la Monarquía española, debido a la debilidad que presentaba la misma. Esta tendencia, aunque ya contaba con precedentes anteriores, se agravó a partir del desastre de La Invencible. Ni siquiera es una situación particular de las Islas Canarias, sino que se ajusta a un proceso más global, y que afecta tanto a puertos peninsulares atlánticos, como a puertos americanos, y a otros Archipiélagos de la Macaronesia (VERISSIMO)⁸³⁶, ligados también de manera directa o indirecta a la ruta de Oriente y de Occidente.”⁸³⁷

Recordemos que, por décadas, marinheiros neerlandeses haviam participado em viagens portuguesas não apenas aos Açores, mas ao Oriente, cujo exemplo mais emblemático, neste período em tela, será o de Jan Huygen van Linschoten, que tendo vivido em Lisboa, integrou a comitiva de frei Vicente da Fonseca em 1583, que fora nomeado arcebispo de Goa. Tendo recolhido relatos, informação e mapas, em 1598

⁸³⁵ Acerca das transformações económicas da ilha e dos danos às suas defesas na ocasião, ver PÉREZ (2001-2002).

⁸³⁶ N.A.: VERÍSSIMO, Nelson (1999). Piratas e Corsários nos mares do Arquipélago da Madeira na segunda metade do século XVI. In *Portos, escalas e ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*, abril.

⁸³⁷ SANTANA PÉREZ, Germán (2001-2002). El ataque de Van der Does: piedra de toque para una transformación económica de Gran Canaria. In *Vegueta*, n.º 6, p. 49.

regressou aos Países Baixos, onde publicou as suas observações sobre o Oriente e a sua navegação.

Pouco depois, em 1602, foi fundada a *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (V.O.C.), dois anos após da constituição da *East India Company* (EIC), visando tentar excluir os demais competidores europeus daquela importante rota comercial e restabelecer o comércio das especiarias, expressiva fonte de rendimentos da novíssima *República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos* (1581-1795).

Em Santa Maria, o desenrolar dos acontecimentos é-nos escassamente narrado pelos acórdãos municipais: foram deixados em terra “homens roubados”, doentes, pelos ingleses⁸³⁸ que, um mês mais tarde, sem terem sido socorridos, sem roupas e em risco de morte, conforme informação do Almojarife Tomé de Magalhães aos vereadores, foram objeto de várias providências por iniciativa da Câmara⁸³⁹. Por fim, uma década mais tarde, o capitão Pero Soares de Sousa, ainda esperava ser reembolsado do dinheiro do resgate⁸⁴⁰.

1616 (junho)

A 7 de junho de 1616⁸⁴¹, um navio e dois patachos surgiram de surpresa e desembarcaram no lugar da Praia uma força estimada de 500 homens⁸⁴², sob o comando de Tabaqua Raz, um renegado cristão de origem genovesa⁸⁴³. Após saquear o lugar, os piratas dirigiram-se a Vila do Porto. Dado o alarme, a população buscou refúgio no interior da ilha

⁸³⁸ Assento da Câmara Municipal de Vila do Porto de 25 de setembro de 1599 – Regista o requerimento de Tomé de Magalhães e outros, acerca de 15 ou 20 homens “roubados” (sic) que os Ingleses deixaram na terra, doentes (fls. 29-30).

⁸³⁹ Assento da Câmara Municipal de Vila do Porto de 12 de outubro de 1599 – Regista a comunicação do Almojarife Tomé de Magalhães Velho acerca dos homens “roubados” (sic), que estão malvestidos e em risco de morrer. Regista ainda que a Câmara, com os homens da governança, toma várias providências (fls. 36-36v.).

⁸⁴⁰ Assento da Câmara Municipal de Vila do Porto de 23 de julho de 1609 – Regista que, tendo sido recebida carta do Senhor Pero Soares de Souza, o Procurador requer que se chamem o povo e os homens da governança para deliberarem acerca do dinheiro do resgate (fl. 16v.).

⁸⁴¹ Data aceite por VELHO ARRUDA (1961) com base em um acórdão da Câmara Municipal de Vila do Porto datado de 23 de julho de 1616 que a indica: “(...) e por entrarem nesta Ilha a 7 de Junho os Turcos e queimarem a vila (...)”. (Op. cit., p. 197. Ver ainda: nota 357 em VELHO ARRUDA, *Anotações ao Livro III das Saudades da Terra*, p. 123. Ver também: Assentos da Câmara da Vila do Porto, 23 de julho de 1616. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 225 e p. 330.

No século XVII frei Agostinho de Monte Alverne refere essa data como sendo 13, dia de Santo António (Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver ainda: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 224.)

⁸⁴² Agostinho de Monte Alverne (1960-1962). *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver ainda: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 224.

⁸⁴³ “(...) e porque se afirma q. o geral destes piratas he tapuqua Arraz renegado genoense q. o ano passado [1616] saquehou hessa ilha (...)”. Carta de Filipe III ao capitão donatário [da ilha de Santa Maria] sobre os Argelinos [26 de março de 1617]. In *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, 1927, pp. 122-123.

e onde pode, como por exemplo, na Furna de Santana, à espera de socorro vindo da ilha de São Miguel.⁸⁴⁴

Pelo espaço de uma semana os piratas saquearam e incendiaram casas e searas por toda a ilha. Em Vila do Porto foram incendiadas a Casa da Câmara⁸⁴⁵, a Igreja da Misericórdia, o Recolhimento da Madalena, a Casa do Capitão do Donatário e dezenas de outras. A Igreja Matriz foi utilizada como quartel-general e como mesquita. Frei António de São Boaventura, escondido na mata, viu os piratas darem cordas aos marienses, para que se atassem uns aos outros, de modo a que um único pirata conseguisse levar mais de um cativo⁸⁴⁶.

O socorro foi pedido pela população à vizinha ilha de São Miguel, mas o seu capitão do donatário, D. Manuel da Câmara, 2.º conde de Vila Franca do Campo, retardou o auxílio⁸⁴⁷. Quando este chegou a Santa Maria, oito dias mais tarde, os piratas haviam levado consigo 222 cativos, de ambos os sexos, de todas as idades⁸⁴⁸.

Entre esses cativos destacavam-se os nomes de D. Jordoa de Sousa Faleiro (neta do 3º capitão do donatário), o padre Vicente Borges de Vasconcelos (vigário na Matriz de Vila do Porto), o padre Belchior Barreto Homem (religioso da Igreja de Nossa Senhora da Vitória), frei Sebastião de São Francisco e frei Manuel de São Francisco, também resgatados. O padre Manuel Fernandes Velho (vigário de Santa Bárbara) veio a falecer no cativoiro. Terá sido na ocasião deste ataque que Pero Soares de Sousa fez voto de erguer a Ermida de Nossa Senhora do Livramento.⁸⁴⁹

Ao fim de três anos, apenas uma terça parte dos mesmos conseguiu retornar a Santa Maria. Entre as pessoas de condição⁸⁵⁰, que conseguiram resgatar-se às próprias expensas, outros, de menor extracção, faleceram no cativoiro em Argel.

⁸⁴⁴ Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver ainda: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol XV, 1959, p. 225 – “(...) ficando os Mouros senhores da terra, escapando a mais gente em huo algar, que poroutro, chamam a furna de Santa Ana que está junto a Nossa Senhora dos Anjos e chega até à Ponta do Marvam”.

⁸⁴⁵ A sessão da Câmara de 4 de julho de 1616 foi realizada em casa do escrivão Manuel de Andrade Velho, por o edifício da Câmara estar queimado. (MONTEIRO, 1961:198. Ver ainda BPARPD, Fundo José Antonio Velho Arruda, Acórdãos da Câmara de Vila do Porto).

⁸⁴⁶ “Frei António de São Boaventura Caieiro (...) se escondeu em huns fetos e andando os mouros por onde estava, o não levaram, levando um só mouro muitas pessoas que estavam escondidas.” (MONTE ALVERNE, *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 225.

⁸⁴⁷ Especula-se que a demora tenha sido intencional. MONTE ALVERNE relata que o conde recebeu o seu castigo depois de morto: tendo falecido em S. Miguel, o cadáver foi a sepultar em Lisboa, tendo o navio em que era transportado sido atacado por piratas argelinos. Entretanto, estes, quando viram que a embarcação transportava um cadáver, deixaram-na seguir para Lisboa (MONTEIRO, 1961:198).

⁸⁴⁸ MONTEIRO, 1961:198.

⁸⁴⁹ FERREIRA, s.d.:114.

⁸⁵⁰ Entre os principais, MONTEIRO (1961) relaciona:

Na ocasião foi destruído o sistema de abastecimento de água de Vila do Porto, conforme Provisão Régia de 1744 deferindo o pedido dos moradores para a construção de uma nova fonte: “(...) porque entrando os Mouros na dita Ilha havia mais de sem annos, destruíram as arcas e canos por onde vinha a dita augua de sorte que nunca mais entrara na dita Villa (...).”⁸⁵¹

São fontes para o estudo deste episódio, os acórdãos da Câmara Municipal de Vila do Porto, o Livro de Nossa Senhora dos Anjos, dos Escravos da Cadeínha, um memorial encontrado na Ermida de Nossa Senhora dos Anjos e o texto de MONTE ALVERNE.

Os acórdãos

Pelo Livro de Acórdãos da Câmara de Vila do Porto⁸⁵², inteiramo-nos de que:

- A primeira sessão realizada após a retirada dos piratas, ocorreu a 24 de junho de 1616, com a presença do capitão do donatário Brás Soares da Sousa. No acórdão respectivo, entretanto, não é feita qualquer referência ao sucedido, limitando-se a referir a retirada dos pelouros.
- A sessão de 4 de julho teve lugar na casa do escrivão Manuel de Andrade Velho, por o edifício da Câmara estar queimado, uma vez mais deixando de ser mencionado o assalto. Brás Soares de Sousa requer o cumprimento de uma provisão passada ao tempo de D. Sebastião, que obrigava a Câmara a possuir 6 quintais de pólvora (4 para bombardas e 2 para espingardas) e ainda bandeiras e tambores.
- Apenas a 23 de julho o acórdão faz menção ao sucedido: “(...) e por entrarẽ nesta ilha a 7 de Junho os turcos e queimarem a villa e môtos e cativarã e

-
- Frei Sebastião de São Luís - resgatado;
 - Beneficiado Belchior Barreto Homem, ouvidor eclesiástico - resgatou-se à própria custa;
 - Padre Manuel Fernandes Velho – faleceu em Argel, onde fez testamento a 22 de julho de 1616, no Hospital dos Cativos, nos Banhos de El-Rei, aprovado por João Durão, escrivão da “Redenção dos Cativos da Santíssima Trindade”;
 - D. Jordoa Faleiro, esposa de Fernão de Andrade Velho, administrador do vínculo do Serrado, e suas filhas. Estas, antepassadas de Teófilo Braga, foram resgatadas (Ver ainda: Petição de D.^a Jordoa de Sousa a Filipe II de Portugal, em 1617. *In Arquivo dos Açores* (2^a. Série), Vol. I, 1999. pp. 167-169.)
 - Sebastião Velho de Melo, escrivão da Câmara;
 - Catarina Vaz, de 14 anos, filha de Gaspar de Andrade e de Isabel Velho;
 - Cristóvão Fernandes;
 - Bárbara Ferreira, escrava liberta do Padre Manuel Fernandes Velho. O autor observa: “Conhecemos os nomes destas pessoas, por meio de escrituras da época.”

Ver ainda: VERÍSSIMO, 1995:209.

⁸⁵¹ Trelado de huma provizam de Sua Magestade que Deos g.de pella qual detremina que venha ao Xafariz desta V.^a a augua da fonte da zamba (...) (1744). *In Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, p. 96.

⁸⁵² BPARPD, Fundo JABVA.

matarã, roubarã muita gente com destruírem e assolarem a terra se forão (...)” e, prevendo futuros ataques regista:

“(...) ora tem nova sarta do capitam-mor de Vila Franqua e a teve de outras pessoas que nas Ilhas de baixo andavã 11 naus de Rochela [La Rochelle, França] e outros sam juntos da ilha de Sam Miguel e destes protestantes que se novamente fosse entrada a ilha por corsários daria conta a El-Rei por sua parte ter feito o que deve e pelos ditos oficiais foi dicto q. no tẽpo q. se ouveram estas provisões tinha a Câmara de renda coarenta moios de renda e q. oje teem muito menos e q. hũa ves ele servẽ na dicta Câmara e q. sendo arrecadadas as rēdas cõpiram cõforme as rēdas da Câmara e que esta tẽ muitos gastos (...).”⁸⁵³

As consequências

As notícias da catástrofe em Santa Maria chegaram em pouco tempo ao Reino, onde causaram comoção. Logo a 21 de julho de 1616 o Arcebispo Viso-Rei *“(...) envia com toda a brevidade, armamento para a Ilha, ao cuidado do filho do Capitão donatário, que nesta cidade [Lisboa] vivia, de .maneira q. não houvesse dilação alguma na sua partida, mas antes se procurasse fosse depressada quanto fôr possivel, pois a necessidade que a Ilha tem de defesaõ o está pedindo (...)”⁸⁵⁴*

O próprio soberano sensibilizou-se e interessou-se pelo ocorrido, fazendo diligência para libertar os cativos e prevenir outros ataques, de que é exemplo a carta de 1617 de aviso ao capitão do donatário para este dar *“(...) hordens pera em todos os lugares estiverem ispostos a ser cometidos se hesteja com particular veja he com gente. tão prevenida he armada em causo suseda a desembarcação a hestes corsaryos a não posão conseguir prevenindo, para com mais forsa se lhe fazer toda a resistensya (...)”⁸⁵⁵*

Diversas consultas da “Mesa da Consciência” abordaram o assunto dos cativos da ilha de Santa Maria⁸⁵⁶, porém com pouco sucesso.

O jesuíta Padre António de Vasconcelos (1554-1622), que exerceu os cargos de prefeito e reitor da Universidade de Évora, visitador das Ilhas, entre outros, na obra “Prin

⁸⁵³ BPARPD, Fundo JABVA.

⁸⁵⁴ Arch. Do Ministério da Marinha, Cons. Ultram.º, Consultas, 1616. In *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, 1886, p. 167.

⁸⁵⁵ Carta de Filipe III ao Capitão donatario sobre os Argelinos. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 122-123.

⁸⁵⁶ *Arquivo dos Açores*, vol. VII, 1885, pp. 331-337.

cipais Capítulos dos Actos dos Reis da Lusitânia”, em latim, refere-se, de maneira crítica a este evento:

*“No ano de 1596 [sic], alguns navios de piratas da Argélia e de mouros da Espanha que, constrangidos por tudo, tendo como chefe um desertor da fé Cristã, natural da Ilha de Santa Maria (que é uma das Terceiras), invadiram a mesma e levaram todas as preciosidades com 200 prisioneiros. Supõe-se que este suplício fora com razão mandado Por Deus, porque aquela gente, à excepção do nome da Ilha, nada de mais Santo tinha, nem atribuia grande importância ao facto de se celebrarem casamentos profanos em graus proibidos. E, muito embora os habitantes não se mostrassem inferiores aos invasores, nem no número nem nas forças, desamparados de Deus, deixaram ao inimigo tudo que encontravam abandonado e acessível. O Rei Católico, inclinado à prática da caridade, viu-se obrigado a aliviar esta miséria, resgatando todos da escravidão. De entre esses muitos regressaram a Portugal, outros aguarda-se que voltem em breve e procuram-se com todas as diligências.”*⁸⁵⁷

MONTEIRO (1961) rebate o jesuíta setecentista observando que a data do assalto por ele apresentada é incorreta, assim como a naturalidade do seu comandante, uma vez que o próprio soberano, no aviso de 1617 ao capitão do donatário da ilha de Santa Maria, dá conta de que era um “genovês” renegado. Citando VELHO ARRUDA, o piloto é quem poderia ser um mariense, dado que diversos mestres açorianos, ou porque estivessem cativos, ou porque tivessem renegado a fé cristã, serviam como guias aos assaltantes. Critica ainda a considerável demora no tratamento dos processos eclesiásticos e as dificuldades de comunicação à época para os casamentos profanos em graus proibidos, e a crónica falta de recursos para as coisas de guerra, dado que os rendimentos da ilha eram absorvidos de há muito pela Comenda de Nossa Senhora da Assunção, conforme exposto pelo Padre Antonio Cordeiro na *Historia Insulana*, livro IV, cap. XIII, pp. 164-169. E conclui: “É que Santa Maria, custosamente o dizemos, só começou a progredir com a dominação filipina. Foi nesse tempo que foram construídas quase todas as suas fortificações e reduzidos os impostos que sobrecarregavam os seus habitantes.”⁸⁵⁸

⁸⁵⁷ Apud MONTEIRO, 1961:201.

⁸⁵⁸ MONTEIRO, 1961:202.

Texto Monte Alverne:⁸⁵⁹

“3º - Em 13 de Junho, dia de Santo António, de 1616, entraram os mouros nesta ilha, pela Praia, em um navio e dois patachos, que chegariam a quinhentas pessoas, onde estiveram oito dias, queimando casas, roubando quanto puderam, profanando os templos, fazendo corpo da guarda da igreja Matriz, onde recolhiam as pessoas que iam tomando, que chegaram a duzentas e vinte e duas, das quais a terceira parte não foram resgatadas, entrando dois religiosos nossos, Fr. Manuel de S. Francisco, pregador e vigário in capite do nosso convento, e Fr. Sebastião de S. Francisco, que foram resgatados depois de dois anos. E havendo gente na ilha que não somente se podia defender, mas ofender, todos fugiram para os matos e rochas, ficando os mouros senhores da terra, escapando a mais gente em um algar, que por outro nome chamam a Furna de Santa Ana, que está junto a Nossa Senhora dos Anjos e chega até à ponta do Marvão: e somente não chegaram à igreja de Nossa Senhora dos Anjos, andando por cima de sua ladeira, sendo vistos das pessoas que dentro estavam, o que se crê que quis a bendita Senhora não vissem a sua igreja. Castigo do Céu bem conhecido, assim profetizado pelo varão de Deus, o nosso padre Fr. António de São Boaventura Caeiro, o qual neste tempo estava na Ilha, pregando a seus moradores que fizessem penitência e emendassem as vidas, e, quando não, viriam os diabos feios, que eram os mouros, e tomariam vingança das ofensas divinas. E como este servo de Deus era já velho, quando os mouros entraram, e tão prestes não pudesse fugir, se escondeu em uns fetos e, andando os mouros por onde estava, o não levaram, levando um só mouro muitas pessoas que estavam escondidas em alguns 'rochedos, botando-lhe uma corda para que cada uma se atasse a si e ele por ela os levasse acima. Quando de São Miguel lhe acudiram, já os mouros se tinham embarcado, carregados do saque e gente cativa, ficando os que ficaram na terra chorando seu grande castigo.”

FIGUEIREDO (1990) refere a data como 7 de julho⁸⁶⁰.

1617

Aviso de Filipe III de ameaça de ataque de Argelinos [Piratas da Barbária], determinando o reforço da defesa⁸⁶¹.

⁸⁵⁹ Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver também: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol XV, 1959, pp. 224-226. Ver ainda “Socorro a Santa Maria”; 21 de julho de 1616.” Arch. Do Minist.º da Marinha, Cons.º Ultram.º, Consultas de 1616. In *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, 1886. pp. 167-168.

⁸⁶⁰ FIGUEIREDO, 1954:112-113.

1654

Aviso de D. João IV de ameaça das armadas inglesa e neerlandesa, determinando o reforço da defesa⁸⁶².

1675 (1 de setembro)

A mais antiga fonte sobre este assalto é um documento de autoria do padre Francisco da Cunha Prestes, licenciado no Curso Geral de Teologia na Universidade de Évora de 1650 a 1653⁸⁶³, vigário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Vila do Porto, o manuscrito “Livro da Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos e Escravos da Cadeinha” (1676) que pertencia ao arquivo daquela Matriz⁸⁶⁴:

“Esta ermida de Nossa Senhora dos Anjos fundou hua m.er natural do Reyno por nome Izabel Glz. [Isabel Gonçalves] m.er de Thome Afonso natural do Algarve. Pediu este citio a D. Beatriz [Godin, primeira] m.er do [2.º] Cap. Donatario [(João Soares de Albergaria)] a qual lhe deu tres alqueires de terra em q. se fundou a dita ermida por outros tres q. a dita Izabel Glz. lhe deu em cima da rocha os quais tres alqueires em q. está a ermida deixou para o ermitão que a limpasse. O anno em q. foi feita esta fundação não se acha noticia certa por averem passado m.tos e porq. com a entrada dos mouros q. no anno de 1616 saquearão esta ilha levando muita gente cativa fiarão sepultadas as noticias q. disto podia aver. Sabesse q. escapou esta ermida dos mouros e he tradição certa q. a não virão andando perto dela como tambem se presume q. a não virã o anno de 1675, pois entrando de assalto neste citio por descuido dos guardas a noute do pr.º de Setembro levando destas casinhas vesinhas da ermida onze pessoas entre molheres e meninos e juntamente saqueando as não tocarão na ermida q. se por tal a conhesserão ao menos não escapava de ser saqueada e se presumirão ser caça de moradores pr.º avião fazer entrada nela que nos palheiros de onde tirarão a gente e sua pobreza. Esteve esta ermida sem forma de adro até o anno de 1674 dentro nela não avia mais q. hum

⁸⁶¹ Carta de Filipe III ao Capitão donatário sobre os Argelinos. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 122-123.

⁸⁶² Livro I do Tombo da Camara da Vila do Porto. In *Arquivo dos Açores*, vol. XV, 1959, pp. 33-34.

⁸⁶³ *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, 1927, pp. 59-60.

⁸⁶⁴ Este documento deu entrada na BPARPD, quando da aquisição do espólio de Manuel Monteiro Velho Arruda, encontrando-se o seu paradeiro atualmente desaparecido. MONTEIRO, Jacinto (2001). “Descoberta de Santa Maria”. in *O Baluarte de Santa Maria*, Dez., Seção “Tradição e Cultura”.

retabolo antigo q. se fechava com duas portas, estando e costado na parede e chegava a pregar na tacanissa o qual agora está ensserido no meio do retabolo.”⁸⁶⁵

O assalto registou-se na noite de 1 para 2 de setembro no lugar dos Anjos, sendo atribuído a descuido das sentinelas, tendo os Piratas da Barbária desembarcado a coberto da noite, saqueado as casas vizinhas à Ermida dos Anjos, violado mulheres e feito onze cativos, entre mulheres e crianças, tendo deixado o chicote com que flagelaram os habitantes⁸⁶⁶.

Atualmente na Ermida de Nossa Senhora dos Anjos encontram-se um açoite e um memorial sem data, pintado sobre madeira, alusivo aos ataques de piratas mouros em 1616 e em 1675⁸⁶⁷, que reza:

“Na noute do 1.º p.ª o 2.º dia de 7.º de / 1675, derão os mouros hũ as- / Salto neste citio desta Ermida a / descudo das guardas entra- / rão pelo porto cativarão ii / pessoas, entre molheres e meninos. / e cõ este chicote as espancavão / o qual se pos aqui p.ª memoria do / sucesso p.ª q. esteja pregando que / se D.ª logo levantou o castigo foi / talvez por não envolver mais in- / nocêtes; todavia deixou ficar ã / terra o açoute cõ q. castigou nes- / ta Ermida não tocarão, passa- / do de todo por jũto dela, como / tãbem no anno de 1616. Saque- / ãdo toda a Ilha he tradição / que a não virão vendo-os a to / dos quem dentro estava.”

Sabemos também, por inventário da época, o nome de duas das mulheres levadas para Argel, onde vieram a falecer: Maria de Moura, esposa de Manuel de Resendes, irmão dos capitães Domingos Curvelo de Moura e Francisco Curvelo de Moura, nomeados encarregados e depositários dos bens da cunhada, conforme inventário feito em 1675; e Isabel Gonçalves de Moura, irmã da primeira⁸⁶⁸.

Embora haja referências a uma irmandade ou confraria por volta de 1620 - posterior, portanto, ao assalto de 1616 - a iniciativa da constituição da *Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos dos Escravos da Cadeínha* deve-se a Frei Gonçalo de São José (O.F.M.), que veio para o Convento de Nossa Senhora da Vitória em 1668-1669. A

⁸⁶⁵ “16) ERMIDA DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS (CAP.ºs VI e VII)”. In Manuel Monteiro Velho Arruda. *Anotações ao Livro III das Saudades da Terra*, p. 104. Ver ainda: *Arquivo dos Açores*, vol XV, 1959.

⁸⁶⁶ Anotações ao Livro III das Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso por Manuel Monteiro Velho Arruda, in *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1883, p. 413.

⁸⁶⁷ No início da década de 1980 estes itens encontravam-se depositados na Igreja Matriz em Vila do Porto. (Ermida de Nossa Senhora dos Anjos, in *O Baluarte de Santa Maria*, ano VIII, n.º 60, 2.ª Série, 1 abr. 1982, p. 2.)

⁸⁶⁸ MONTEIRO, 1961:202, nota 26.

constituição da Irmandade foi confirmada em 1675 pelo Bispo da Diocese de Angra, D. Frei Lourenço de Castro⁸⁶⁹.

*“A Irmandade Escravos da Cadeinha surge da devoção a Nossa Senhora dos Anjos pelos naturais da ilha. No séc. XVI era frequente a ilha ser atacada por piratas que saqueavam e capturavam os locais (normalmente pessoas de famílias abastadas) que eram feitos escravos até ser pago o seu resgate. Estes, quando fugidos ou libertos, regressavam à ilha e como forma de agradecimento, criaram a Irmandade Escravos da Cadeinha. Esta Irmandade tinha a seu cargo zelar pelo espólio da igreja e realizar anualmente uma procissão em que os irmãos entoavam cânticos e levavam ao peito dois elos de corrente que simbolizavam o cativoiro.”*⁸⁷⁰

Os “irmãos” eram cidadãos livres, de ambos os sexos, de qualquer estatuto social, excepto aqueles cuja vida fosse notoriamente escandalosa e os incorrigíveis. Usavam por distintivo uma cadeiazinha de ferro ou arame⁸⁷¹. Tal insígnia só podia ser recebida na Ermida dos Anjos, depois dos irmãos se confessarem e comungarem, aquando de uma das festas de Nossa Senhora⁸⁷².

A admissão dos irmãos ficava sob o controlo do vigário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Vila do Porto e do Ouvidor Eclesiástico, com funções distintas. A solenização da festa, originalmente em 15 de agosto a cada ano, foi transferida pelo Vigário e pelo Ouvidor para o 2.º domingo de outubro, “*por ser dia mais conveniente e desimpedido de eiras e vindimas, para que todos os devotos pudessem concorrer à dita festa (...)*”, sendo nesse Domingo, antes da missa, que se procedia à eleição anual da mesa⁸⁷³.

⁸⁶⁹ BPAPD. Fundo Manuel Monteiro Velho Arruda. Ver ainda: NORONHA, Luísa. *A Ermida de Nossa Senhora dos Anjos da Ilha de Santa Maria: contributo para a sua História*. p. 33.

⁸⁷⁰ *O Baluarte de Santa Maria*, Dezembro de 2001. A atual Associação Escravos da Cadeinha foi constituída em 22 de julho de 2002 com a missão de promover e incentivar iniciativas de carácter desportivo, recreativo e cultural divulgado e promovendo os dados históricos do lugar dos Anjos (Associação Escravos da Cadeinha in *Direção Regional da Juventude*. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/Gra/srecc-drj/conteudos/livres/AssJuv+Escravos+da+Cadeinha.htm> Consultado em: 13 de março de 2019)

⁸⁷¹ BPAPD. Fundo Manuel Monteiro Velho Arruda. apud NORONHA, Luísa. *A Ermida de Nossa Senhora dos Anjos da Ilha de Santa Maria: contributo para a sua História*. p. 72.

⁸⁷² BPAPD. Fundo Manuel Monteiro Velho Arruda. apud NORONHA, Luísa. *A Ermida de Nossa Senhora dos Anjos da Ilha de Santa Maria: contributo para a sua História*. p. 73.

⁸⁷³ BPAPD. Fundo Manuel Monteiro Velho Arruda. apud NORONHA, Luísa. *A Ermida de Nossa Senhora dos Anjos da Ilha de Santa Maria: contributo para a sua História*. p. 34.

A confraria tinha encargos na celebração de missas e até de um noturno, com missa cantada, sufragando as almas dos irmãos defuntos.

Texto Monte Alverne:⁸⁷⁴

O assalto é descrito por MONTE ALVERNE:

“4º - Em o primeiro de Setembro de 1676, de noite, entrou uma lancha de turcos no porto, junto à ermida de Nossa Senhora dos Anjos; saquearam as casas que estão junto ao adro da dita igreja, sem terem resistência alguma, e levaram cativas onze pessoas, tirando-as das camas em que estavam deitadas, e destas só duas tornaram, que as mais no cativeiro morreram.”^{875 876},

⁸⁷⁴ Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver também: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol XV, 1959, pp. 224-226. Ver ainda “Socorro a Santa Maria”; 21 de julho de 1616.” Arch. Do Minist.º da Marinha, Cons.º Ultramar.º, Consultas de 1616. In *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, 1886. pp. 167-168.

⁸⁷⁵ Agostinho de Monte Alverne (1960-1962) - *Crónicas da Província de S. João Evangelista* (3 vols.). Cap. IX. Ver ainda: Capítulo 9.º Dos sucessos e castigos que tem padecido hesta ilha de Santa Maria. In *Arquivo dos Açores*, vol XV, 1959, pp. 224-226.

⁸⁷⁶ Nota dos editores da edição impressa: No original seguem-se uma página e meia em branco e, imediatamente, o parágrafo 1.º de um capítulo, cuja numeração e título desapareceram, mas em que o autor começa a descrição da ilha de São Miguel.

Anexo IV – O ataque de 2 de julho de 1599 a Santa Maria



Figura 63 – “Verovering van het eiland Santa Maria in de Azoren door kapitein Gerrit Jansen Cater, 2 juli 1599. Het schip van Cater samen met vier kleine Engelse schepen voor het eiland. Om de voorstelling een beschrijving van de gebeurtenissen in 5 kolommen in het Nederlands.”

(“Conquista da ilha de Santa Maria nos Açores pelo capitão Gerrit Jansen Cater, 2 de julho de 1599. O navio de Cater junto com quatro pequenos navios ingleses para a ilha. Para oferecer uma descrição dos eventos em 5 colunas em holandês.”). Gravura e texto impressos sobre papel, s.a., s.d. (1599-1601), 295mm × 370mm. Acervo: *Rijksmuseum*, Amesterdão, Coleção: Frederik Muller

Historieplaten, cota: RP-P-OB-80.399, ref.: FMH 1107.

PARA O LEITOR
SOBRE A CAPTURA E
CONQUISTA DA ILHA DE
SANTA MARIA

A VERDADEIRA E GENUÍNA HISTÓRIA SOBRE A
CAPTURA E CONQUISTA DA ILHA DE SANTA
MARIA

Em 1599 a poderosa frota das nossas Províncias Unidas, sob o comando do ilustre Almirante Junker Pieter van der Does, recebeu ordens para navegar rumo à Espanha. Após alguns dias de viagem, a 10 de junho, o navio sob o comando do Capitão Gherrit Jansen Cater van Amsterdam, pertencente a esta frota, desviou-se do rumo. O navio encontrou-se durante várias semanas perdido em alto mar, até que a 1 de julho avistou ao largo da ilha de Santa Maria quatro veleiros britânicos. O maior veleiro tinha uma capacidade de carga de cerca de 60 000 kg e os veleiros mais pequenos tinham uma capacidade de carga de apenas 14 000 kg. Os quatro veleiros tinham um total de nove pequenos canhões a bordo e uma tripulação de cerca de 100 homens. Os capitães dos veleiros britânicos vieram a bordo do navio do Capitão Cater e informaram-no que na ilha de Santa Maria se encontrava uma fragata espanhola atracada no porto. Segundo eles, a fragata transportava um enorme tesouro. Os capitães britânicos estavam confiantes que, com a ajuda do Capitão Cater, poderiam facilmente roubar o tesouro. Por conseguinte, o Capitão Cater declarou que estaria disposto a ajudar os capitães britânicos. No entanto, o capitão do maior veleiro britânico afirmou que, do seu ponto de vista, seria impossível roubar o tesouro sem conquistar a ilha de Santa Maria primeiro. Depois de uma meditada ponderação, concordaram que iriam bombardear a ilha e que a tripulação de cerca de cento e oitenta homens deveria atacar a ilha de Santa Maria. Segundo o capitão britânico, a tripulação atual seria facilmente capaz de conquistar a ilha. O Capitão Cater foi promovido a Almirante e os navios partiram imediatamente rumo a Santa Maria. Chegaram ainda no mesmo dia ao seu destino e começaram a preparar as suas armas e equipamento para o seu ataque no dia seguinte ao largo da cidade da ilha de Santa Maria.

A 2 de julho, no dia da Festa da Visitação de Nossa Senhora, começaram a bombardear com quatro canhões a cidade da ilha de Santa Maria. Entretanto, a tripulação, bem equipada e pronta para lutar, avançou em direção ao lado leste da ilha. No lado leste da ilha tinham a intenção de atacar os habitantes da ilha numa planície. No entanto, havia um problema: uma grande multidão tencionava ir em direção da planície e esta poderia evitar o ataque. Por este motivo, o Capitão Cater teve a grande ideia de enviar dois veleiros britânicos com oito a dez homens a bordo para o lado oeste da ilha. Deste modo, os veleiros poder-se-iam deixar avistar no outro lado da ilha numa posição onde também conseguiam facilmente disparar contra os inimigos. O Capitão Cater também tinha planeado ir com uma parte da tripulação para o lado oeste da ilha, onde provavelmente já muitos soldados espanhóis estariam esperando na tentativa de impedir o

ataque. Os soldados espanhóis com armas e um canhão de navio atacaram os veleiros britânicos e, deste modo, o plano do Capitão Cater foi posto em marcha. Dado que os soldados espanhóis se encontravam no lado oeste da ilha, estes não puderam afastar o ataque da tripulação no lado leste, que de outra forma poderia ter sido evitado.

Em terra, a tripulação conseguiu à mercê de Deus conquistar a ilha com pouco esforço e violência. Os soldados espanhóis no lado leste da ilha foram apanhados de surpresa e derrotados. Desta maneira, a cidade e a ilha puderam ser facilmente conquistadas. O capitão Cater, juntamente com os capitães britânicos, impuseram um estado de emergência e exigiram uma soma fixa de ducados dos líderes da ilha. Esta soma tinha de ser paga até ao dia 4 de julho. De seguida, abandonaram a ilha de Santa Maria, visto que não havia boas condições para se manterem na ilha a longo prazo. Além disso, o vento oeste emergente poderia ter impedido o abandono da ilha por um longo período de tempo. Deste modo, deixaram a ilha após três dias e duas noites. Depois de efetuar os abastecimentos necessários, perguntaram aos líderes da ilha o motivo de se deixarem derrotar com tanta facilidade. Os líderes responderam: “Deus queria punir-nos pelos nossos pecados, por isso não resistimos”. Que o Senhor seja louvado por esta vitória, que Ele também abençoe as nossas ações no futuro e aumente a glória do nosso nome, alcançando a salvação das nossas almas. Amém.

Aprovado por mim, Gerrit Janszoon Cater

Anexo V - Fortificações nos Açores existentes em 1710⁸⁷⁷

Ilha Terceira

- A fortaleza de S. Joam Baptista sobre o porto, e cidade: hé Bispado. Tem a grande peça Malaca de 36 livras, veyo da India.
- O castello de S. Sebastiam sobre o mesmo porto.
- O Reduto das Laginhas na costa.
- O Forte de Santo António.
- O Forte na Ponta dos Coelhos.
- A Fortaleza da Caza da Salga.
- O Forte das Cavallas.
- O Forte das Caninas.
- O Reduto da Greta.
- A Fortaleza de Santa Catharina.
- O Forte do Bom Jesus.
- O Reduto do Pesqueiro dos Meninos.
- O Reduto Novo.
- O Forte de S. Francisco.
- O Forte de S. Fernando.
- O Forte de S. Bento.
- O Forte de Santo António.
- O Reduto de S. Jorge.
- O Forte de Santa Catharina.
- O Forte de Santo Antam no meyo da Bahya da Praya.
- O Forte de Nossa Senhora.
- O Forte de Santa Cruz no Porto.
- O Forte da Conceiçam.
- A Fortaleza do Espirito Santo na Ponta do Facho.
- O Forte do Bom Jesus da Trindade.

⁸⁷⁷ CASTELO BRANCO, António do Couto de; FERRÃO, António de Novais, “Memorias militares, pertencentes ao serviço da guerra assim terrestre como maritima, em que se contém as obrigações dos officiaes de infantaria, cavallaria, artilharia e engenheiros; insignias que lhe tocam trazer; a fôrma de compôr e conservar o campo; o modo de expugnar e defender as praças, etc.”, Amesterdão, 1719, 358 p. (tomo I pp. 300-306). In *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1882, pp. 178-181.

- O Reduto, que se diz do meyo.
- O Fortim do Negrito.
- O Reduto de S. Matheus.
- O Forte de Nossa Senhora do Pillar.

Ilha de S. Miguel

- O Castello de S. Brás, sobre o Porto, e cidade.
- O Reduto de Santa Clara.
- O Reduto de S. Pedro.
- O Reduto de S. Roque. (ver ilhéu de Rosto de Cão)
- O Fortim de S. Caetano.
- O Reduto da Villa da Lagoa.
- O Reduto da Villa de Agua de Pau.
- O Reduto de S. Francisco em Villa Franca.
- O Castello do Corpo Santo.
- O Forte de Tagarete.
- O Forte Velho.
- O Reduto de Jesus Maria José.
- O Reduto no logar da Povoaçam.
- O Reduto no logar do Fayal.
- O Reduto do logar da Maya.
- O Reduto do lugar do Porto Formoso.
- Dous Redutos no logar dos Mosteyros.

Ilha do Fayal

- O Castello de Santo António no lugar da Cruz, sobre o porto.
- O Reduto de Santo António.
- O Forte da Boa Viagem.
- O Fortim do Bom Jesus.
- O Forte de Nossa Senhora da Conceiçam da Alagoa.
- O Forte de Nossa Senhora dos Remédios, do pé da Rocha.
- O Forte de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira.
- O Forte da Vera Cruz do Corpo da Guarda.

- O Forte de Nossa Senhora da Ajuda no baixo.
- O Forte de Nossa Senhora da Esperança no comprido.
- O Forte de Santa Catharina.
- O Forte de S. Pedro na boca da Ribeira.
- O Forte de Santa Lusía no pé da Rocha.
- O Forte do Espirito Santo da Laginha.
- O Forte novo na ponta furada.
- O Forte de Santa Barbara na Carasca.
- O Forte de Nossa Senhora das Angustias.
- O Reduto da Patrulha.
- O Reduto da Eyra.
- O Forte do pé da Cruz entre os montes.
- O Forte de N. Senhora da Guia na ponta da Greta.
- O Forte de Jesus Maria no Forno da Cal.

Ilha de S. Jorge

- O Forte de Nossa Senhora do Pillar e Sam Joseph.
- A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceiçam.
- O Reduto de Santo António sobre o Porto.
- O Reduto de Santa Cruz sobre o Porto.
- O Reduto de Sam Joseph sobre o Porto.
- O Forte de S. Miguel o Anjo da ponta da queimada.
- O Forte do porto da Fajam da Ribeira do Nabo.
- O Forte do Porto da Urzelina.
- O Reduto das Manadas.
- Os quatro Redutos do Porto da Calheta.
- O Forte da Ponta do Topo sobre o mar.
- O Forte do Porto, e os Redutos da Fajam de S. Joam.

Ilha do Pico

- O Forte de Santa Catharina sobre a Bahia.
- O Reduto da Santíssima Trindade da Barra.
- Dous Redutos da Madalena, e a arêa larga, e S. Roque.

Ilha Graciosa

- O Forte de Pesqueira.
- O Forte do Corpo Santo.
- O Reduto de Santa Catharina.
- O Forte de Nossa Senhora da Victoria.
- O Forte de Affonso do Porto.
- O Reduto do Carapacho.
- O Reduto dos Canaes.
- O Reduto de Joam Dias.
- O Reduto da Folga.
- O Reduto da Arêa.
- O Fortim da Rocha.

Ilha de Santa Maria

- A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Villa sobre o Porto.
- O Forte sobre o Porto.
- O Forte no cabo da Villa sobre a Bahia.
- O Forte sobre meya Bahia.
- O Forte na ponta donde se anchora.
- O Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, da Praya, e os dous Redutos.
- Os dous fortes na Ribeira da parte de cima (?), sobre o mar.

Ilha das Flores

- O Forte do Espírito Santo.
- O Forte de Nossa Senhora da Conceição.
- O Forte de S. Francisco.
- O Forte de Santo António.
- O Forte de São Francisco Xavier.
- O Fortim de São Caetano.
- O Fortim de Nossa Senhora dos Remédios.
- O Fortim de Nossa Senhora do Rozario.
- O Forte de São Sebastião sobre a Ribeira da Cruz.

Ilha do Corvo

- O Forte de Nossa Senhora dos Milagres no porto da Calheta.

Anexo VI – Relação de militares e artilharia que existiam na ilha de Santa Maria no início do século XVIII ⁸⁷⁸

Fortificação	Capitão-mor	Governador das Ilhas	Alcaide da Ilha	Capitães	Alferes	Sargentos	Soldados	Artilharia	Peças
Castelo de N. S.^a da Conceição 1 Rastilho	1	1	-	1	1	2	105	-	3
Forte do Calhau do Peixe	-	-	-	1	1	1	-	3	3
Forte do Calhau da Roupa	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Forte do Marvão	-	-	1	1	1	1	86	2	-
e Fortim	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Castelo de S. João Baptista	-	-	1	1	1	1	95	8	6
1 Fortim à direita e 1 à esquerda	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Castelo da Baixa do Vigário	-	-	-	1	1	1	95	7	3
e Ribeira	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ponta do Castelo	-	-	-	1	-	1	25	-	-
Maia	-	-	-	1	1	1	95	-	-
São Lourenço	-	-	-	1	1	1	124	-	2
Ponta de João Luís	-	-	-	1	1	1	64	-	-
Baía dos Anjos – 1 Rastilho	-	-	-	1	1	1	68	-	1
1 Rastilho	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ponta do Cabrestante	-	-	-	1	1	1	60	-	1
Ribeira Seca	-	-	-	1	1	1	90	-	-
Ponta da Forca	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAIS	1	1	2	12	11	13	907	20	29

⁸⁷⁸ *Corografia Açórica*. In CORTE-REAL, 2003:293-294. Entendemos, entretanto, que, dado que essa obra não apresenta esta informação, o autor terá confundido a citação da fonte com a *Corographia Insulana*. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), vol. VII, fls. 1-69.

Anexo VII - Mappa do que percizão os Castellos desta Ilha de Santa Maria como oficialmente me tem informado os Capitães e Alferes das diferentes Comp.^{as} (1817)

879

N.º dos Castelos	Do que percizão
1.º S. Brás da V.^{la}	Duas Carretas para duas pessas peq.as Tres ditas para tres Abuzos 1 Saca trapos p. ^a dezincrar as pessas 3 Pez de Cabra para limpar as ditas 4 Coxarras = 1 bandeira pequena Rateficar a Caza dos Cap. ^{es} , soalho e janelas Rateficar a muralha e altealla Huma Gurita para a Sentinella Concertar o Portão, e mudar o lugar do Estandarte
2.º Ponta da Força	Huma Carreta, e duas Rodas Hum portal, porta e fixadeira p. ^a a Caza
3.º Ponta do Marvão	Tres Carretas p. ^a 3 pessas Reparos para as pessas destes dois Castelos Brear as pessas, e Carretas de todos
4.º De S. João Baptista da Praya	Huma Carreta para huma pessa G. ^{de} Rateficar a porta do Castello, brear as Carretas, e Retilhar as Cazas
5.º Da baixa do Vig.º	Huma Carreta, Eixo e ferrage de outras Hum portão e concerto de huma porta de uma Caza e retilhala
6.º Da perainha	Huma Carreta e Retilhar a Caza
7.º Castello da S.^{ra} dos Anjos	Seis Carretas = 6 Saca trapos = 6 Pez de Cabra Seis Cuxarras, 6 Diamantes, Rateficadas as muralhas, e feita de novo a Caza p. ^a se recolher as pessas e retilhar as outras e encaliçar p. ^a a evitar a ruina do tempo.
8.º De S. Lourenço	Necessita de algumas pessas e carretas, p. ^a ellas, feitas as trincheiras de novo e huma Caza para avegia, e guarda da Sentinella.
9.º Da Maia e Aveiro	Os dois Castellos necessitam de pessas, carretas, feitas as muralhas e Caza para a vigia, e goarda da Sentinella.

⁸⁷⁹ BPARPD, Fundo José António Monteiro Velho Arruda, U.A. “Assuntos Militares”.

Anexo VIII – Estado da defesa da ilha em 1819 ⁸⁸⁰

“O estado da defesa desta ilha em 1819 era o seguinte:

Fortificações.		
15 fortes totalmente arruinados, sendo entre elles o de S. Braz e o de S. João Baptista que estavam em melhor estado.		
Força Armada.		
5 Companhias de Ordenanças armadas de piques e 50 espingardas incapazes de entrar em acção.		
Armamento, Munições e provisões de toda a Ilha.		
Peças de bronze	2	
De ferro do calibre 1 até 9	54	; que estavam abandonadas.
Palamenta, não tinha nenhuma.		
Ballas de diferentes calibres	1217	
Polvora, arrobas	12	
Cartuxos de mosquetaria embalados	1000	
Iocos, nenhuns, nem mais utensilio algum militar.		
Deram-se aos parapeitos de 12 fortes as competentes dimensões para poderem resistir em acção.		
Força Armada.		
Formou-se uma Companhia de Ordenanças de 70 praças, a qual está completamente fardada, à sua custa; assim como 60 praças das outras 5 companhias.		
Formou-se um corpo de 286 Ordenanças – guardas-costas – para servirem as baterias, achando-se já instruídas nas suas obrigações.		
Armamento.		
Espingardas – 110 com todo o seu armamento correspondente completo, com que se armou a nova companhia, e se distribuíram 46 à 1.ª Companhia das Ordenanças, hindo tudo de Angra.		
Artilharia.		
Peças que se poseram em estado de entrarem em acção:		

⁸⁸⁰ Estado da deffeza da Ilha em setembro de 1819. SILVA. Francisco Borges da (1819). Estatística da Ilha de Santa Maria da Capitania das Ilhas dos Açores anno 1819. In TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD), tomo X, fls. 151-186v.

<i>De bronze, calibre 10</i>	<i>1</i>	
<i>De bronze, calibre 9</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para balla – calibre 8</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para balla – calibre 6</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para balla – calibre 5</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para balla – calibre 4</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para balla – calibre 3</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 9</i>	<i>2</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 7</i>	<i>6</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 6</i>	<i>2</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 5</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 4</i>	<i>3</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 3</i>	<i>1</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 2</i>	<i>2</i>	
<i>De ferro para metralha de calibre 1</i>	<i>1</i>	
<i>Caronadas de ferro para metralha de calibre 9</i>	<i>3</i>	
<i>Total</i>	<i>28</i>	
<i>Palamenta.</i>		
<i>Cada uma peça está montada em reparos capazes de entrar em acção com a sua competente palamenta completa e de sobrecelente.</i>		
<i>Casa boca de fogo classificada para balla tem 60 tiros a saber:</i>		
<i>50 de balla raza</i>		
<i>10 de metralha.</i>		
<i>Cada boca de fogo classificada para metralha tem 20 tiros de lanternetas.</i>		
<i>As baterias tem os utensílios necessários para entrar em acção.</i>		

“Baterias que há no perímetro da Ilha:

1.^a - Castello da Ponta da Forca, a O. do Porto da Vila = 4 peças de ferro incapazes.

2.^a - Castelo da Ponta do Cabrestante: 1 peça – id.

3.^a - Forte da Laje na Snr.^a dos Anjos: 1 peça – id.

4.^a - Castello da Snr.^a dos Anjos: 6 peças id. em mau estado.

5.^a - Forte de S. Lourenço: 2 peças.

6.^a - Forte da Fajã da Maia: 2 peças id. em mau estado.

7.^a - Forte da Praia da Baixa do Vigário: 3 peças – 1 pedreiro – id. id.

8.^a - Castello de S. João Baptista da Praia: 2 peças de bronze de calibre 12; 1 de ferro de 24 e mais 4 de ferro incapazes.

9.^a - Forte de S. João da Praia: 2 peças: id.

10.^a - Forte da Rainha: 2 peças, id.

11.^a - Forte da Ponta do Marvão: 4 peças, id.

12.^a - Castello de S. Brás da Vila: 14 peças id. em mau estado.

<i>13.^a - Fortim da Areia</i>	}	<i>Na Villa”</i>
<i>14.^a - Fortim da Areia</i>		

Anexo IX – Relação dos calibres das peças que há nesta ilha de Santa Maria ⁸⁸¹

Tombo de 1820

[Fortificação]	[N.º de peças]	[Calibres]
São Lourenço, forte n.º 15	1 peça	Calibre 6
Maia, forte n.º 14	1 peças	Calibre 9
Baixa do Vigário, forte n.º 13	1 peça	Calibre 3
S. João Baptista, forte n.º 12	5 peças	Calibres 9-10
S. João Evangelista, forte n.º 11	1 peça	Calibre 4
Prainha, forte n.º 10	2 peças	Calibre 4
Figueiral, forte n.º 9	1 peça	Calibre 5
Marvão, forte n.º 8	2 peças	Calibre 7
Pontinha, forte n.º 7	3 caronadas	Calibre 9
S. Brás, castelo n.º 6	5 peças	Calibres 1, 2, 3, 4
Forca, forte n.º. 4	2 peças	Calibre 6
Anjos, forte n.º 1	2 peças	Calibres 5, 7

⁸⁸¹ BPARPD, Fundo José António Monteiro Velho Arruda, U.A. “Assuntos Militares”.

Fortificações - Ilha de Santa Maria

Nam se tendo exercido o Commando do material d'artilheria na 10.^a Divisão M.^{ar} fora das ilhas que pelo mappa junto ao plano e decreto de 5 de novembro de 1839, som.^{te} foram designadas secções do mesmo material, e para ellas nomeados commandantes, mais posso appresentar nesta inspecção o mapa da mesma conforme o modelo fornecido pelo Comm.^{do} geral d'armas, pois que o pouco e incapaz material de guerra que em despesas se acha em um armazem do Castello de S. Braz da ditta ilha de Santa Maria nam esta classificado com referencia ao regulam.^{to} provisorio do Arsenal do Exercito, para para se poder organizar este mappa, nem na mesma ilha ha militar a quem isso se possa incumbir, e para seguir o systema adoptado nas secções que constituem o Commando do m.^{al} d'art.^a na 10.^a Div.^{am} sam necessarias as providencias pedidas neste relatorio no lugar em que se demonstra a necessidade de tambem compreender o Districto da 4.^a Secção a Ilha de Santa Maria.

Esta ilha 48 milhas ao sul de S. Miguel foi a primeira que deste archipelago os portugueses descobriram em 15 de Agosto de 1432 – dia de Santa Maria – nome que por isso a ilha tomou logo em seguida aos cachopos denominados – Formigas – 12 annos antes do descubrimento de S. Miguel Tem 10 milhas de comprido e seis na sua maior largura.: sua capital é Villa do Porto na costa de Oeste: tem toda a ilha 4 freguesias com 4893 habitantes, e 1096 fogos: o seu terreno é calcareo, argiloso, e muito fértil; abunda muito em barro de que os naturaes fabricam louça que exportam para as mais ilhas, constituindo isto o seu principal commercio, assim como também a exportação de algumas caixas de fruta de espinho.

A ilha é devidida por uma serra que a sua maior elevação é o Pico Alto e se estende de NO a SE: o seu contorno do lado de Leste é formado d'altas rochas e terrenos desiguaes, o que nam acontece da parte do Oeste em que o contorno é mais baixo e os terrenos de extensas planícies : as estradas sam sofríveis; mas em consequencia da grande quantidade de barro, q.^{do} hiberna tornam se de difficil transito; foi em outro tempo cercada de fortificações que ainda hoje existem; mas num estado tal de completo

⁸⁸² NORONHA, António Homem da Costa (1846). Fortificações - Ilha de Santa Maria [10.^a Divisão Militar (Açores), 13 jun]. in TORRES, José de. *Variedades Açorianas* (ms. BPARPD, Fundo José do Canto), vol. XI, fls. 66-69.

abandono, que actualmente nam merecem considerçãam alguma por isso que sam muito acanhadas – mal traçadas – accrescendo mais o acharem se em tal estado de ruina que nam merecem concerto e só tem contemplanções as denominadas – Castello de S. Braz – e o Forte de S. João Baptista na costa d’Leste das quais abaixo vou tratar.

Villa do Porto

Castelo de S. Braz

Este castello situado sobre rocha alta na parte mais re-entrante da bahia da Villa do Porto, defende esta e serve de registo do mesmo porto, nelle actualm.^e está alojado um Destacamento de Caç.^{es} 4 e 2 sold.^{os} da 2.^a Bateria destacada, e alli está arrecadado o material de guerra como fica ditto.

O Castello de S. Braz é a principal fortificação da ilha de Santa Maria, tem quartel com alto e baixo, calabouço, casa de guarda, cosinha, um armazem, e fora um Paiol abobadado: está carecido de muitos e variados concertos para se elevar o estado de serviço tanto as obras de fortificação como quartel, armazem, e Paiol, e será necessário despender a quantia de de 200 a 300\$ - reis.

Esta fortificação carece ser bem artilhada e preparada como unico ponto militar de importancia e necessario As bocas de fogo que ainda existem no mencionado Castello sam tres caronadas de calibre 9, duas peças de bronze de calibre 4, uma de ferro de calibre 3 e mais 4 de diversos calibres que estam arruinadas e muitas outras inúteis.

O Castello carece ser artilhado com sette bocas de fogo dos calibres 12 a 18 para alcançarem seus tiros o logar do ancoradouro dos navios e portanto a artilheria existente no castello, e os sette reparos em destino para a Ilha de Santa Maria nam podem servir para o necessário artilhamento.

Forte de S. João Baptista

Esta fortificação fundada na beira-mar em bahia aberta, e muito acessível no sitio denominado a Praya – mereceu por alvará de 20 de Maio de 1624 que se instituísse o imposto de 25 reis em cada carro de barro que se exportasse para que com o produto que disto se tirasse se pagar a um Bombardeiro, que assistisse na mesma fortificação, e se comprasse o material de Guerra que entam se carecia, O Ponto em que está o denominado Forte de S. João Baptista é de importância e convem que nelle se proceda aos concertos de que carece e que se artilhe com as três caronadas de cal. 9 e as duas peças de bronze de cal. 4 e a de ferro de cal. 3 que existem no Castello de S. Braz.

O ditto Forte tem um parapeito rasante e á sua esquerda a cavalleiro o chamado torrião com uma casa de guarda muito destruída, e á direita um peq.^{no} quartel d’alto e baixo também em bastante ruína, assim como um armazem p.^a o material de guerra aonde se conserva ainda uma mesa [?] grande, incapaz, e ballas de diversos calibres.

O portão do Forte ja se não pode fechar, conserva-se tudo em completo abandono. Existem para memoria de que o mencionado forte foi artilhado uma peça de ferro de grosso calibre inutil e cinco no mesmo estado de pequeno calibre. – A despeza para se elevar o estado de serviço nam poderá custar menos de 600\$000 reis sendo fácil para mandar por terra a condução das bocas de fogo para seu artilhamento.

Fortins em volta da costa da ilha

O off.^{al} Engenheiro ou artilh.^o que mencionar como fortificações os denominados Fortes da ilha de Santa Maria, exceptuando o Castello e S. Braz e o Forte de S. João Bapt.^a, compromette a sua reputação militar e engana o governo de S. Mag.^e A Rainha.

Direi que na Costa d’Oeste da mesma ilha ha os Fortins denominados – Forte do Calháu – Forte da Ponta da Forca – ambos á direita do Cast.^o de S. Braz – Forte da Pontinha, do Marvão – do Figueiral – da Praynha – de S. João Evangelista á direita do Forte de S. João Baptista e á sua esquerda – o Forte da Baixa do Vigário; na costa da parte de Leste os Fortes – da Ponta do Castello, e da Maya. Na costa do Norte os Fortes – da Senhora dos Anjos – da Lage, e do Cabrestante

Alguns destes fortins conservam boccas de fogo de ferro de diversos calibres inteiram.^e inúteis

Estes fortins alem de nam merecerem attenção alguma tem m.^{tos} delles pessimas communicações que o mar, assim como aos mesmos fortins, tem destruido e quanto a sua falta esta se pode supprir empregando para defeza a fuzilaria dos logares mais dominantes que a costa da ilha em toda a parte oferece.

Q.^{el} na cid.^e de P.^{ta} Delg.^a 13 junho 46

A. H. da C. N.

[Antonio Homem da Costa Noronha]

Arquitectura Militar

S. Maria

- Castelo de N.^a S.^a da Conceição ou Castelo de S. Brás, sobre a rocha do porto de Vila do Porto, considerado Castelo Real;
- Dois fortes rasos com o mar no porto da Vila;
- Forte do Marvão, na ponta do mesmo nome, a ocidente da baía da Vila;
- Forte da Forca, a oriente da mesma baía;
- Forte dos Anjos, na baía do mesmo nome, no sítio denominado Laje;
- Castelo de N.^a S.^a dos Anjos, na baía do mesmo nome;
- Forte de São Lourenço, junto do porto do mesmo nome;
- Forte da Maia, junto da capela de N.^a S.^a dos Prazeres;
- Castelo de S. João Baptista, no lugar da Praia, com dois redutos.

S. Miguel

- Castelo de S. Brás, construído segundo plano mandado executar por D. João III em 1552, para defesa do porto de Ponta Delgada. Nesta época mandou El-Rei, além do sargento-mor João Fernandes de Grado, um Condestável, 9 bombardeiros, com artilharia, pólvora e munições para defesa daquele porto;
- Reduto de Santa Clara, situado a curta distância, a oeste desta fortaleza e em cujas proximidades foi instalada uma peça de costa de 15 cm, oferecida pelo Governo americano em 1916 e mais tarde transferida para as defesas de Lisboa. Deste reduto apenas hoje existe o local;
- Forte de S. Pedro, situado nas proximidades da Igreja Paroquial da mesma Invocação Foi mais tarde alienado e, no respectivo local, edificadas casas pertencentes a particulares. Desapareceu depois da 1.^a Guerra Mundial;

⁸⁸³ BAPTISTA DE LIMA, Manuel (1982). As fortalezas das ilhas dos Açores - Sua urgente conservação e restauro. In Livro do Congresso. Primeiro Congresso sobre monumentos militares portugueses. Vila Viçosa, 6 a 9 de Outubro de 1982. Comunicações, palestras, conclusões e recomendações, Lisboa, 1982, pp. 115 a 123. Ver também: OLIVEIRA MARTINS, Francisco Ernesto de (1983). *Arquitectura nos Açores: subsídios para o seu estudo*. Horta, Região Autónoma dos Açores; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo / Direcção Regional do Turismo, 1983 pp.23-27.

- Reduto da Mãe de Deus ou de D. João VI, situado nas proximidades da igreja da mesma invocação, mandado edificar pelo governador militar de S. Miguel Sebastião José de Arriaga Brum, segundo planta do Eng.º Francisco Borges da Silva. Foi mais tarde desmantelado e instalado no local um passeio público;
- Forte do Açougue, na freguesia da Matriz de Ponta Delgada. Foi demolido antes de 1885;
- Forte da Matriz ou de S. Cristóvão, na freguesia da Matriz de Ponta Delgada, destinado a bater a parte central da baía. Foi demolido depois de 1846;
- Forte de S. Francisco Xavier, na freguesia de Rosto de Cão, situado nas proximidades do ilhéu do mesmo nome;
- Forte de S. Caetano, na baía do Rosto de Cão, situado a leste do anterior e destinado à defesa da baía adjacente;
- Forte de S. José, na freguesia de Rosto de Cão, situado a curta distância do Forte de S. Caetano e destinado à defesa da mesma baía. Desapareceu antes de 1885;
- Forte de São Roque, situado Junto da Igreja Paroquial de Rosto de Cão e destinado a defender aquela zona baixa da costa. Já não existia em 1817;
- Forte de São João, situado na freguesia de S. Roque e destinado a defender a respectiva baía. Desapareceu também antes de 1817;
- Forte do Livramento, situado a leste dos areais de Rosto de Cão, que tinha por missão defender. Já não existia em 1885;
- Forte de Santa Cruz, situado na área do concelho da Lagoa, a leste do Porto dos Carneiros e que deveria defender. Em 1908, dele já nada restava;
- Forte de Santo António, situado também na área do concelho da Lagoa e desaparecido antes de 1817;
- Forte de N.ª S.ª da Conceição, no lugar da Caloura, sendo de grande importância para a defesa daquele porto. Foi vendido pelo Estado a um eclesiástico em 1883;
- Fortes do Cabrito e da Praia, situados junto dos areais da Praia (do Marquês) entre Água da Praia e Vila Franca do Campo, desaparecidos antes de 1817;
- Forte de Gonçalo Velho, situado em Vila Franca do Campo e destinado a evitar que navios inimigos fundeassem entre o ilhéu e a terra. Já não existia em 1885;
- Forte de Santo António, situado nas proximidades da freguesia da Ribeira das Tainhas. As últimas ruínas foram levadas pelo mar em 1898;

- Forte do Tagarete, situado na freguesia de Santo André, junto ao porto de Vila Franca do Campo, sendo em importância a segunda fortaleza da Ilha. Foi cedido no corrente século à Câmara Municipal para reparar e utilizar. Tem sido mutilado, mas ainda está em estado de ser recuperado, se as entidades responsáveis lhe acudirem a tempo. E vale a pena não só por ser a segunda fortaleza da Ilha, mas porque possuímos plantas e alçados que permitem a sua completa reintegração;
- Forte do Corpo Santo, situado também na freguesia de Santo André e proximidades do porto de Vila Franca do Campo. Foi cedido em 1906 à Câmara Municipal, que o demoliu, para construir no seu lugar o Matadouro Municipal. Esta prática condenável, fruto de um espírito de ignorância das edilidades relativamente à conservação do nosso património histórico, foi seguida Infelizmente noutros casos, praticamente até aos nossos dias;
- Forte do Porto ou da Areia. Chegou a ser a melhor fortaleza de Vila Franca do Campo, antes da conclusão do Tagarete. Decaiu com o tempo e hoje pouco nos resta da sua primitiva construção;
- Forte de Jesus, Maria, José, situado também na costa de Vila Franca do Campo e construído durante a dominação filipina. Havia Já desaparecido em 1885;
- Forte da Forca, situado na área da mesma Vila. Em 1898 pertencia a D.^a Ermelinda Gago da Câmara e sobre ela fora edificada uma casa de moradia;
- Forte do Baixio, também na costa de Vila Franca do Campo. Havia já desaparecido em 1817;
- Forte dos Bueiros, situado na área da mesma vila. Em 1817 estava já considerado incapaz;
- Forte da Ribeira do Salto, situado também na área da mesma Vila, desaparecido antes de 1817;
- Forte da Vinha da Areia, situado na costa do mesmo concelho e desaparecido antes de 1817;
- Castelo da Areia, situado na mesma costa, e desaparecido também antes de 1817;
- Forte Real e Forte do Areal Grande, situados na mesma costa e desaparecidos antes de 1817;
- Forte da Ribeira Quente, situado a oeste do areal do mesmo nome e na freguesia assim denominada. Desapareceu antes de 1885;

- Forte da Mãe de Deus, na Vila da Povoação, sendo uma das maiores fortalezas antigas da Ilha. Dele só existia em 1881 uma casa térrea;
- Forte de N.^a S.^a da Graça, na freguesia do Faial da Terra. Encontrava-se em ruínas há alguns anos. Não sabemos se agora ainda será recuperável;
- Forte do Espírito Santo, na freguesia da Maia. Em 1767 apenas se encontravam alguns vestígios deste forte;
- Forte de N.^a S.^a da Graça ou de S. Brás, na freguesia do Porto Formoso. Não chegou a desempenhar qualquer acção por ocasião do desembarque das tropas liberais que conquistaram a Ilha em 1829. Decaiu no séc. XIX e em 1909 estava em ruínas, já de difícil recuperação;
- Bateria da Ponta, na mesma freguesia. Hoje apenas se sabe do local onde estava implantada;
- Forte de N.^a S.^a da Estrela. Destinava-se a defender a baía Grande, era de forma pentagonal e foi conservado no séc. XIX. Dele hoje apenas se encontram vestígios;
- Forte de Santo Amaro, da freguesia dos Mosteiros. Destinava-se a defender o varadouro da freguesia, tendo sido construído em 1821, em substituição do velho castelo situado a leste e de que em 1846 só já havia vestígios;
- Forte de N.^a S.^a da Conceição, situado na mesma freguesia e destinado a defender o mesmo porto. Em 1846 dele só restam vestígios;
- Forte Velho ou Forte da Terra. Na mesma freguesia, destinado a defender com o da Conceição a respectiva enseada. Em 1817 estava completamente arruinado, tendo sido construído em sua substituição um reduto com duas peças de artilharia.

Terceira

- Castelo de São Luís, construído no alto do outeiro que domina a cidade de Angra, junto da Ribeira dos Moinhos, fortaleza de tipo medieval que servia para defesa do povoado de Angra e da respectiva população que encontraria abrigo no seu interior e nas trincheiras da barbacã, em caso de ataques vindos do mar ou que pretendessem acometer a cidade por terra;
- Castelo de São João Baptista (inicialmente de São Filipe), construído segundo o traçado do arquitecto militar português João de Vilhena, no final do séc. XVI e primeira metade do séc. XVII, por iniciativa do ocupante espanhol, no sopé do

monte Brasil, ao sul da cidade de Angra, ficando o referido monte isolado tanto da cidade como do resto da Ilha.

- Constitui a fortaleza portuguesa que delimita maior área, atingindo toda a extensão das suas muralhas cerca de uma légua.
- A parte central é formada por dois meios baluartes e três baluartes, a saber, de ocidente para oriente: Santa Catarina, S. Pedro, Boa Nova, Espírito Santo e Santa Luzia. Este baluarte continua para o lado da baía de Angra com as antigas fortificações construídas no tempo do prior do Crato, através de diversas cortinas e redutos até à ponta de Santo António. O primeiro dos referidos redutos é o dos Dois Paus, seguindo-se o de São Francisco e pouco adiante o de São Benedito, seguindo-se o de Santo Inácio, continuando-se uma longa cortina até ao Forte de Santo António, constituído por dez baterias, artilhadas outrora com 21 peças de bronze e de ferro;
- Na quebrada, formada pelo pico do Facho e pelo pico do Zimbreiro, do monte Brasil, encontra-se o Forte da Quebrada;
- Na ponta de São Diogo, voltada à baía do Fanal, que fica a poente do referido monte, temos a Bateria da Constituição, construída pela Regência, em 1830, que se liga ao
- Forte do Zimbreiro, construído pelo governador Ciprião de Figueiredo de Vasconcelos, em 1581, seguindo-se uma cortina que o põe em comunicação com a Bateria da Fidelidade, também mandada edificar pela Regência. Continuando para leste e passada uma extensa cortina e a cisterna de Santa Isabel, encontra-se o Reduto de S Gonçalo e, um pouco mais adiante, o Forte de Santa Cruz, achando-se, dois lanços de cortina para leste, o Reduto de Santa Teresa, que fecha a cortina de S Diogo e que liga por um caminho directo à entrada da fortaleza, comunicando um ramal ao Cais do Castelo, construído no séc. XIX;
- Castelo de São Sebastião, foi construído no terceiro quartel do séc. XVI, sendo nessa altura a principal fortificação marítima de Angra, onde já existiam, construídos no séc. XV e princípios do séc. XVI, as seguintes:
- Forte do Porto de Pipas, junto do cais do mesmo nome e a pequena distância daquele Castelo;
- Forte de S. Cristóvão, junto à Ribeira de Angra e Cais da Cidade;
- Forte das Portas do Cais ou da Cidade, Junto da Alfândega;

- Forte da Prainha, a ponte da Alfândega;
- Forte do Porto Novo, situado ao fundo da baía de Angra, no extremo poente. Para leste da referida baía e seguindo a linha da costa temos:
- Forte da Lajinha, na freguesia do Porto Judeu, hoje desmantelado;
- Forte da Esperança, na mesma freguesia, de que só se conhece o local;
- Forte de Santo António, junto do Porto Judeu, construído entre 1580/1581, ainda recuperável;
- Forte dos Coelhoos, construído em 1581, hoje totalmente arrasado;
- Forte da Salga, construído em 1581, de que restam as últimas ruínas;
- Reduto da Salga, construído em 1581, hoje em ruínas;
- Forte das Cavalas, construído em 1581, de que resta uma parte e é possível a respectiva recuperação;
- Forte das Caninas, construído em 1581, hoje em ruínas;
- Forte da Greta, freguesia de S. Sebastião, construído em 1581, hoje em ruínas;
- Forte de Santa Catarina das Mós, construído em 1581, de que só restam vestígios;
- Forte do Bom Jesus, construído em 1644, hoje em ruínas;
- Forte do Pesqueiro dos Meninos, concluído em 1581, muito danificado mas recuperável;
- Forte de São Sebastião, totalmente desaparecido;
- Primeiro Reduto da Ribeira Seca, freguesia de S. Sebastião, anterior a 1581, totalmente desaparecido;
- Segundo Reduto da Ribeira Seca, freguesia de S. Sebastião, hoje completamente desaparecido;
- Forte de São Francisco, da Ribeira Seca, construído em 1581, de que hoje só restam vestígios;
- Forte de S. Fernando, da Ribeira Seca, construído em 1581, de que só restam poucas ruínas;
- Forte de N.^a S.^a da Nazaré, construído no Porto Martins, de que restam ruínas;
- Forte de Santiago, construído na enseada do Porto Martins, em 1581, de que hoje só restam ruínas;
- Forte de S. Bento, construído em 1581, de que hoje pouco mais restam do que ruínas;

- Forte de Santo António, freguesia de Cabo da Praia, construído na ponta do mesmo nome, de que hoje só se encontra o local;
- Forte de São Jorge, freguesia do Cabo da Praia, na ponta do mesmo nome, de que hoje só resta, em parte, o local da sua implantação;
- Forte de Santa Catarina do Cabo da Praia, a maior fortaleza da antiga vila, construída em 1581, em grande parte ainda em pé e que se não for restaurada imediatamente estará irremediavelmente perdida;
- Forte de São José, construído em 1581, hoje desaparecido;
- Forte de S. Caetano, construído em 1581, hoje desaparecido;
- Reduto de Santo Antão, na baía da Praia, hoje desaparecido;
- Forte das Chagas, na baía da Praia, construído em 1581, desaparecido há cerca de 15 anos;
- Forte de N.ª S.ª da Luz, construído antes de 1581, perto do antigo mosteiro da mesma Invocação e desaparecido no século passado;
- Forte de Santa Cruz, situado junto do Cais da antiga Vila da Praia, construído em 1581 e desaparecido no actual século;
- Forte de N.ª S.ª da Conceição, construído na ponte da serra de Santiago, antes de 1581 e desaparecido no século passado;
- Forte do Espírito Santo, construído em 1581 e de que ainda hoje resta uma parte da muralha voltada a leste, e que poderá ser recuperável se for reconstruído imediatamente;

Indicam-se a seguir as fortalezas que ficam a ocidente da cidade de Angra:

- Reduto do Fanal ou da Ponta da Cruz, desaparecido no séc. XVIII;
- Reduto da Silveira, desaparecido no séc. XVIII;
- Reduto do Alcaide, desaparecido no séc. XVIII;
- Reduto da Má-Ferramenta, de que hoje só há vestígios;
- Forte de São Mateus da Calheta, ou Forte Grande, construído em 1581, reparado em 1939 e depois entregue à Câmara Municipal, em razoável estado de conservação;
- Reduto do Poço, na freguesia de São Mateus, construído em 1581, de que restam vestígios;
- Forte do Terreiro, construído em 1581/2, hoje desaparecido;
- Reduto de S Mateus, construído em 1581/2, hoje desaparecido;

- Forte do Negrito, construído em 1581, e entregue à Câmara de Angra em 1962, em razoável estado de conservação;
- Forte de Santa Bárbara, S. Bartolomeu ou N.ª S.ª do Pilar, construído no séc. XVII e hoje quase completamente destruído;
- Fortalezas construídas no Norte da ilha Terceira:
- Forte de São Pedro dos Biscoitos ou da Calheta, construído antes de 1581, e hoje em sofrível estado de conservação;
- Forte da Rua Longa, construído na baía do Rolo, freguesia dos Biscoitos cerca de 1581 e de que hoje só restam poucos vestígios;

Faial

- O Castelo de Santo António no lugar da Cruz, sobre o porto;
- O Reduto de Santo António;
- O Forte da Boa Viagem;
- O Fortim do Bom Jesus;
- O Forte de N.ª S.ª da Conceição da Alagoa;
- O Forte de N.ª S.ª dos Remédios, do pé da Rocha;
- O Forte de N.ª S.ª do Rosário da Ribeira;
- O Forte de Vera Cruz do Corpo da Guarda;
- O Forte de N.ª S.ª da Ajuda no baixo;
- O Forte de N.ª S.ª da Esperança no comprido;
- O Forte de Santa Catarina;
- O Forte de S Pedro na boca da Ribeira;
- O Forte de Santa Luzia no pé da Rocha;
- O Forte do Espírito Santo da Lajinha;
- O Forte Novo da ponta Furada;
- O Forte de Santa Bárbara na Carrasca;
- O Forte de N.ª S.ª das Angústias;
- O Reduto da Patrulha;
- O Reduto da Eira;
- O Forte do Pé da Cruz entre os montes;
- O Forte de N.ª S.ª da Guia na ponta da Greta;
- O Forte de Jesus Maria no Forno da Cal.

São Jorge

- Forte de N.^a S.^a do Pilar e São José;
- Forte de N.^a S.^a da Conceição;
- Reduto de Santo António sobre o porto;
- Reduto de Santa Cruz sobre o porto;
- Reduto de São José sobre o porto;
- Forte de S. Miguel o Anjo da Ponta da Queimada;
- O Forte do porto da Fajã da Ribeira do Nabo;
- Forte do porto da Urzelina;
- Reduto das Manadas;
- Os quatro Redutos do porto da Calheta;
- O Forte da Ponta do Topo sobre o mar;
- O Forte do porto e os redutos da Fajã de S. Jorge.

Pico

- O Forte de Santa Catarina sobre a baía;
- O Reduto da Santíssima Trindade da Barra;
- Dois Redutos da Madalena e Areia Larga e São Roque.

Graciosa

- Forte da Pesqueira;
- Forte do Corpo Santo;
- Reduto de Santa Catarina;
- Forte de N.^a S.^a da Vitória;
- Forte de Afonso do Porto;
- Reduto do Carapacho;
- Reduto dos Fenais;
- Reduto de João Dias;
- Reduto da Folga;
- Reduto da Areia;
- Fortim da Rocha.

Flores

- Forte do Espírito Santo;
- Forte de N a S a da Conceição;
- Forte de S Francisco;
- Forte de Santo António;
- Forte de S. Francisco Xavier;
- Fortim de São Caetano,
- Fortim de N.^a S.^a dos Remédios;
- Fortim de N.^a S.^a do Rosário;
- Forte de São Sebastião, sobre a Ribeira da Cruz.

Corvo

- Forte de N.^a S.^a dos Milagres, no porto da Calheta.

Dr. MANUEL BAPTISTA DE LIMA in Congresso dos Monumentos Militares
em Vila Viçosa. Lisboa, 1982.

Anexo XII – Reconhecimento das Fortificações Açorianas (1710-1825) ⁸⁸⁴

Grupo Ocidental

Fortificações da Ilha do Corvo ⁸⁸⁵

Fortificação	Localidade
--------------	------------

Fortificações da Ilha das Flores ⁸⁸⁶

Fortificação	Localidade	1801	1810
Forte de N. Sra. da Conceição			
Forte de S. Fco. Xavier			
Forte do Espírito Santo			
Fortim de A Mostra de Baixos		-	
Fortim de A Ponte		-	
Fortim de A Toyum			
Fortim de Boca de Ribeira		-	
Fortim de Canteiro do Maio		-	
Fortim de Captichora		-	
Fortim de Gruta		-	
Fortim de N. Sra. dos Remédios			
Fortim de O pau em Moira		-	
Fortim de S. Caetano			
Fortim de Val do Lenho [Linho]		-	
Fortim do Porto da Lapa			
Vigia da Fajã do Yate	Cedros		-
Vigia da Fajã Ruiva	Cedros		-
Vigia da Fajona	Cedros	-	-
Vigia da Ponte Lagoa	Cedros		-
Vigia da Rocha do Vieira	Cedros		-
Vigia de A Causela	Cedros	-	-
Vigia de O Val do Linho	Cedros		-

⁸⁸⁴ VIEIRA, 1987a:1557-1565.

⁸⁸⁵ Não computada pelo autor.

⁸⁸⁶ Vieira, 1985:1560-1561.

Vigia de O vento	Cedros	-	-
Vigia de Pau Pique	Cedros	-	-
Vigia do Cabouco	Cedros	-	-
Vigia do Carregadoiro	Cedros	-	-
Vigia do Castelo	Cedros	-	-
Vigia do Portinho	Cedros	-	-
Vigia do Porto de Ponta Delgada	Cedros	-	-
Vigia do Porto Ilhéu	Cedros		-
Vigia do Rodre de Baixo	Cedros		-
Vigia do Valete Rocha	Cedros	-	-
Vigia da Porta da Casa	Fajãs		-
Vigia de Rosa de Capa	Fajãs		-
Vigia do Acoradouro	Fajãs		-
Vigia do Pão de Açúcar	Fajãs		-
Vigia do Pesqueiro Alto	Fajãs		-
Vigia do Poqueirão [Boqueirão?]	Fajãs		-
Vigia do Porto Novo	Fajãs		-
Vigia Poço da Faca	Fajãs		-
Forte de Sto. António	Lages		-
Fortim de N. Sra. do Rosário	Lages	-	-
Fortim de O Cantinho	Lages	-	-
Fortim de O Perco	Lages	-	-
Fortim de Pero Vieira	Lages	-	-
Fortim de Rocha de Paulo	Lages	-	-
Fortim do Lajedo	Lages	-	-
Fortim do Portão	Lages	-	-
Forte de N. Sra. dos Milagres	Porto	-	
Forte de S. Sebastião	Ribeira da Cruz	-	
Forte de S. Francisco	Santa Cruz	-	-
Fortim de Monte Baía	Santa Cruz	-	-
Fortim de N. Sra. do Livramento	Santa Cruz	-	
Fortim de Ribeira Moinho	Santa Cruz	-	-
Fortim de S. Pedro	Santa Cruz	-	-

Fortim de S. Sebastião	Santa Cruz	-	
Fortim de Sta. Catarina	Santa Cruz	-	
Fortim de Sto. Amaro	Santa Cruz	-	-
Fortim do Cais	Santa Cruz	-	-
Fortim O Paso	Santa Cruz	-	-
Fortim Porto Escaninas	Santa Cruz	-	-

Legenda:

+ Ruínas

- Referências

o Demolido

x Reconstruído

Grupo Central

Fortificações da Ilha do Faial⁸⁸⁷

Fortificação	Localidade	1769	1801	1810
Forte da Boa Viagem				
Forte da Carrasca		-	-	
Forte da Cruz Matos			-	
Forte da Feteira [2]		-		
Forte da Praia			o	
Forte de N. Sra. da Ajuda			o	o
Forte de N. Sra. da Esperança			o	o
Forte de N. Sra. da Nazaré				-
Forte de N. Sra. das Angústias				
Forte de O Varadouro			+	+
Forte de S. Pedro			o	+
Forte de Sta. Catarina				+
Forte de Sta. Luzia			-	+
Forte do Baixio			o	
Forte do Bom Jesus			-	-
Forte do Monte Queimado			o	
Forte do Ribeirinho			o	o
Reduto de Sto. António			+	
Forte de Sta. Bárbara	Carasea [Carrasca?]			
Forte de Castelo Branco [2]	Castelo Branco	-	-	
Forte da Vera Cruz	Corpo Grande			
Forte de Jesus Maria	Forno da Cal			
Forte do Espírito Santo	Laginha		-	+
Forte de N. Sra. da Conceição	Lagoa	-	+	-
Forte de Sto. António	Pé da Cruz	-	-	
Forte de N. Sra. da Guia	Ponta da Greta	-	-	-
Forte Novo	Ponta Farada [Furada?]		o	-
Castelo de Sta. Cruz	Porto	-		-
Forte da Ponta Furada	Porto Pim	-	-	+

⁸⁸⁷ VIEIRA, 1987

Forte da Ribeirinha	Praia do Almoxarife		o
Forte de N. Sra. dos Remédios	Praia do Almoxarife	-	o
Forte do Sto. Cristo	Praia do Almoxarife	-	
Forte de N. Sra. do Rosário	Ribeira		o

Legenda:

+ Ruínas

- Referências

o Demolido

x Reconstruído

Fortificações da Ilha Graciosa⁸⁸⁸

Fortificação	Localidade	1800	1810
Forte de Afonso do Porto			-
Forte de N. Sra. da Vitória			-
Forte de Pesqueira			
Forte do Corpo Santo			-
Reduto da Areia			
Reduto da Barra			-
Reduto das Pedras Altas			-
Reduto das Portinhas			-
Reduto de Santa Catarina			-
Fortim da Arrochela	Praia	-	
Fortim de São Sebastião	Praia	-	
Reduto da Folga	Praia	-	
Reduto de João Dias	Praia	-	
Reduto do Carapacho	Praia	-	
Reduto dos Fanais	Praia	-	

⁸⁸⁸ VIEIRA, 1987a:1559.

Fortificações da Ilha de São Jorge⁸⁸⁹

Fortificação	Localidade	1800	1810	1821
Forte de S. João Baptista	Calheta	-	-	+
Forte de S. Sebastião	Calheta	o		
Forte de Sto. António	Calheta	+	-	
Forte do Espírito Santo	Calheta	+	-	+
Forte do Porto	Calheta			
Reduto das Manadas	Calheta	-	-	+
Forte do Porto	Fajã da Ribeira do Nabo			
Forte de S. Miguel	Ponta Queimada	-	-	-
Forte da Ponta do Topo	Topo		-	-
Forte do Porto	Urzelina	+	-	+
Fortaleza de N. Sra. da Conceição	Velas	-	-	+
Forte de N. Sra. do Pilar	Velas	-		
Forte do Monte Eiras	Velas		-	
Forte do Porto das Caravelas	Velas	-		
Forte dos Terreiros	Velas	o	-	+

Legenda:

+ Ruínas

- Referências

o Demolido

x Reconstruído

⁸⁸⁹ VIEIRA, 1987a:1557.

Fortificações da Ilha do Pico⁸⁹⁰

Fortificação	Localidade	1769	1801	1810
Castelo da Lagoa				
Castelo de Brava				
Castelo de S. João Baptista		+		
Castelo do Cais do Pico				
Forte de Sta. Catarina		+		
Castelo da Santíssima Trindade	Barra			
Reduto da Calheta [1]	Lages			
Reduto da Calheta [2]	Lages			
Reduto da Ponta da Ilha	Lages			
Reduto da Ribeira do Meio	Lages		-	
Reduto das Canadas	Lages		-	
Reduto de Anguela	Lages		-	
Reduto de Manhenha	Lages		0	
Reduto de Sta. Cruz	Lages		-	
Reduto do Calhau	Lages		-	
Reduto do Calhau Piedade	Lages		-	
Reduto do Crisgalgo	Lages		-	
Reduto do Portinho	Lages		-	
Reduto do Porto Arruda	Lages		-	
Reduto do Porto da Calheta	Lages		-	
Reduto do Porto de Sta. Cruz	Lages		-	
Reduto do Porto do Celeiro	Lages		-	
Reduto do Tolhão da Barra	Lages		-	
Castelo de Formosinha	Madalena			
Castelo de S. Mateus	Madalena			
Castelo do Cais do Mourato	Madalena			
Castelo do Castelo do Porto Arca	Madalena			
Reduto da Prainha	Madalena		+	-
Reduto da Trave	Madalena			
Reduto da Vigia	Madalena			

⁸⁹⁰ VIEIRA, 1987a:1562.

Reduto do Estaleiro	Madalena			
Reduto do Lugar das Baixas	Madalena			
Reduto do Lugar de Laje	Madalena			
Reduto do Pocinho do Monte	Madalena			
Reduto do Porto	Madalena	-	x	-
Reduto do Porto do Cachorro	Madalena			
Reduto de N. Sra. Ajuda	S. Roque			+
Reduto de N. Sra. dos Remédios	S. Roque			-
Reduto de S. Roque	S. Roque			+
Reduto de Sto. Amaro	S. Roque			-
Reduto de Sto. António	S. Roque			-

Fortificações da Ilha Terceira⁸⁹¹

Fortifica- ção	Localida- de	Data	158 1	158 3	158 7	177 6	177 7	180 2	180 5	182 5
Forte da Horta										
Forte do Alcaide				-						
Forte do Zimbreiro										
Forte dos Fornos				-						
Castelo de S. Luís	Angra	149 ...								
Castelo de S. Sebastião	Angra							-		
Castelo S. João Baptista	Angra	1593						-		
Forte da Ponta do Cais	Angra									
Forte da Prainha	Angra									
Forte de S. Bento	Angra	1581								
Forte de S. Miguel	Angra									
Forte de Sto. António	Angra		-	-						
Forte do	Angra			-						

⁸⁹¹ VIEIRA, 1987a:1564-1565.

Forte de S. Francisco	Praia				x		-		-	-
Forte de S. José	Praia	1581								
Forte de S. Pedro	Praia			-						
Forte de Sta. Catarina	Praia	1581	-	-	-	x	-	-	-	-
Forte de Sta. Cruz	Praia		-	-		x		-		-
Forte de Sto. António	Praia				x	x	-	-	-	-
Forte do Espírito Santo	Praia	1581	-		x		-		-	-
Reduto de S. Jorge	Praia				x		-		-	
Forte de S. Bartolomeu	S. Bartolomeu									
Forte da Má Ferramenta	S. Mateus		-			x		-		
Forte da Prainha	S. Mateus			-		x	-	-		
Forte do Açougue	S. Mateus									
Forte do Negrito	S. Mateus	1581	-		x	x	-	-		-
Forte do Terreiro	S. Mateus	1581	-		x			-		

Forte Grande	S. Mateus	1581	-						-
Reduto de S. Mateus	S. Mateus	1581-82	-				-	-	-
Reduto do Maio	S. Mateus		-						
Castelo S. Sebastião	S. Sebastião		-	-	x	-	-		-
Forte Caninas	S. Sebastião				x	-	-	-	-
Forte da Fonte da Salga [da Casa da Salga?]	S. Sebastião			-	-	x	-		-
Forte da Greta	S. Sebastião		-		x	-	-	-	-
Forte das Cavalas	S. Sebastião		-		x		-	-	-
Forte das Mós	S. Sebastião		-	-					-
Forte de S. Francisco	S. Sebastião		-		-	x	-		
Forte de Sto. António	S. Sebastião								
Forte do Bom Jesus	S. Sebastião	1644			x	-	-	-	-
Forte do Pesqueiro dos Meninos	S. Sebastião		-			x	-	-	-
Forte dos	S.		-		o	o		-	-

Coelhos	Sebastião							
Forte Novo	S. Sebastião	XVII	-	x	-	-	-	-
Reduto de Sta. Catarina	S. Sebastião							
Forte de N. Sra. do Pilar	Sta. Bárbara							

Legenda:

+ Ruínas

- Referências

o Demolido

x Reconstruído

Grupo Oriental

Fortificações da Ilha de S. Miguel⁸⁹²

Fortificação	Localidade	1761	1776	1810	1811	1812	1815	1816
Forte de N. Sra. das Dores			-					
Forte de N. Sra. de Monserrate		-	-					
Forte de S. Jorge						-		
Forte de S. Paulo			-					
Forte de S. Sebastião			-					
Forte de Sta. Catarina			-					
Forte de Sta. Cruz						+		
Forte de Sto. André			-					
Forte de Água de Pau	Água de Pau	-		-		x		
Forte de Caloura	Caloura	-						
Forte de N. Sra. da Graça	Faial de Ferro [da Terra?]	-	-					
Forte de N. Sra. Mãe de Deus	Faial de Ferro [da Terra?]		-					
Reduto do Faial	Faial de Ferro [da Terra?]							
Forte de Sto. António	Lagoa		-					
Reduto Sta. Cruz	Lagoa	-		-	x		x	
Forte do Espírito Santo	Maia	-	-					
Reduto de Sto. Amaro	Mosteiros	-		-	+	x		
Castelo de S. Brás	Ponta Delgada	-	-	-	-	x		x
Forte de N. Sra. da Salvação	Ponta Delgada		-	-				
Forte de S. Cristóvão	Ponta			-	-	-		

⁸⁹² VIEIRA, 1987a:1563.

	Delgada						
Reduto da Mãe de Deus	Ponta Delgada	-					
Reduto de S. Pedro	Ponta Delgada		-	-			x
Reduto de Sta. Clara	Ponta Delgada		-		x		
Forte de S. Brás	Porto Formoso	-	-				
Forte da Ribeira Grande	Ribeira Grande		-	-	x		x
Forte da Ribeira Quente	Ribeira Quente	-		+	x		
Forte de Sto. António	Ribeira Seca			+			
Forte de S. Caetano	Rosto do Cão	-	-	-	x		
Forte do Livramento	Rosto do Cão			o	x		
Forte S. Fco. Xavier	Rosto do Cão		-	+	x	-	
Reduto de S. José	Rosto do Cão				x		
Reduto de S. Roque	Rosto do Cão			-	x		
Castelo d' Areia	Vila Franca	-	-	-	x		
Castelo do Corpo Santo	Vila Franca		-				
Castelo da Forca	Vila Franca	-					
Forte de Barreiros	Vila Franca		-	-	x		
Forte de Sto. António	Vila Franca		-	-	x	o	
Forte do Baixio	Vila Franca	-	-				
Forte do Porto ou da Areia	Vila Franca		-	-		+	
Forte do Tagarete	Vila Franca						
Forte Velho (Forte de N. Sra. da Conceição)	Vila Franca	-					
Reduto Jesus Maria	Vila Franca	-	-	+			

José

Legenda:

+ Ruínas

- Referências

o Demolido

x Reconstruído

Fortificações da Ilha de Santa Maria⁸⁹³

Fortificação	Localidade
--------------	------------

Legenda:

+ Ruínas

- Referências

o Demolido

x Reconstruído

⁸⁹³ Não computada pelo autor.